



Brazil Pharma S.A.
 Companhia Aberta de Capital Autorizado
 Rua Gomes de Carvalho, n.º 1629, 6.º e 7.º andares
 São Paulo, SP, Brasil
 CNPJ/MF n.º 11.395.624/0001-71
 24.000.000 Ações
 Valor da Distribuição: R\$414.000.000,00
 Código ISIN das Ações: BRBPAAACNOR6
 Código de Negociação das Ações na BM&FBOVESPA: "BPH3"

Preço por Ação: R\$17,25.

Brazil Pharma S.A. ("Companhia") está realizando uma oferta pública de distribuição primária de 24.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente).

As Ações serão ofertadas no Brasil sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), do Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição ("Coordenadores Contratados") e determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados pelo BTG Pactual U.S. Capital Corp., pelo Morgan Stanley & Co. LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Raymond James & Associates, Inc. e pelo Banco Votorantim Securities, Inc. ("Agentes de Colocação Internacional") exclusivamente junto a (a) investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos no Rule 144A, editado pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), e (b) investidores nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, que sejam pessoas não residentes, domiciliadas ou com sede nos Estados Unidos da América (*non U.S. persons*), em conformidade com o Regulation S, editado pela SEC ao amparo do Securities Act, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil nos termos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou da Resolução n.º 2.689 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Investidores Estrangeiros") ("Oferta"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Placement Facilitation Agreement ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais, conforme definido abaixo) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 3.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada pela Companhia ao BTG Pactual no "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A." a ser celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-ante, a BM&FBOVESPA ("Opção de Lote Suplementar" e "Contrato de Colocação", respectivamente). As Ações do Lote Suplementar serão destinadas a atender exclusivamente a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O BTG Pactual terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Sem prejuízo do exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) foi, a critério da Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, aumentada em 4.000.000 de Ações, que correspondem a 20% do total das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"), em conformidade com o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Ações Adicionais").

O preço de subscrição por Ação ("Preço por Ação") foi fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento com Investidores Institucionais (conforme definido abaixo) ("Procedimento de Bookbuilding"), conduzido no Brasil pelos Coordenadores da Oferta e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, e após a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva (conforme definidos abaixo).

| | Preço | Comissões ⁽¹⁾ (valores em R\$) | Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ |
|--------------------|-----------------------|--|-------------------------------------|
| Por Ação..... | 17,25 | 0,73 | 16,52 |
| Total | 414.000.000,00 | 17.415.000,30 | 396.584.999,70 |

⁽¹⁾ Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e excluídas as Ações da Oferta Prioritária, sobre as quais não incidem as comissões da Oferta.

⁽²⁾ Sem considerar as despesas da Oferta.

A realização da Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2011 e os seus termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 9 de maio de 2011 e publicadas no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 6 e 7 de junho de 2011, respectivamente. A emissão das Ações com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, o Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de junho de 2011, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de junho de 2011.

Este Prospecto não deve ser considerado uma recomendação de subscrição das Ações. Ao decidir pelo investimento nas Ações, os investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação sobre a Companhia, seus negócios, sua situação financeira e os riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" A PARTIR DA PÁGINA 27 DESTA PROSPECTO E AS SEÇÕES "FATORES DE RISCO" E "RISCO DE MERCADO", NOS ITENS 4 E 5 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA ANÁLISE DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS ANTES DA SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES.

A Oferta não foi nem será registrada SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

É admissível o recebimento de reservas para subscrição das Ações, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido abaixo) e neste Prospecto, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do período de distribuição.

A Oferta foi registrada pela CVM em 24 de junho de 2011, sob o n.º CVM/SRE/REM/2011/016.

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADOR LÍDER E AGENTE ESTABILIZADOR



COORDENADORES DA OFERTA

Morgan Stanley

COORDENADORES CONTRATADOS



A data deste Prospecto Definitivo é 22 de junho de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| DEFINIÇÕES | 1 |
| INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA | 9 |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO | 10 |
| SUMÁRIO DA COMPANHIA | 12 |
| Visão Geral..... | 12 |
| Nossos Pontos Fortes..... | 15 |
| Nossas Estratégias..... | 17 |
| Histórico da Companhia | 18 |
| <i>Roll Up</i> dos acionistas das nossas controladas | 20 |
| Nossa Estrutura Societária | 22 |
| Informações Corporativas | 23 |
| Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia | 23 |
| FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA | 27 |
| Riscos Relacionados à Oferta e às Ações | 27 |
| ESTUDO TÉCNICO | 32 |
| SUMÁRIO DA OFERTA | 33 |
| IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES | 43 |
| Companhia | 43 |
| Coordenadores da Oferta..... | 43 |
| Coordenadores Contratados | 43 |
| Consultores Legais Locais da Companhia | 43 |
| Consultores Legais Externos da Companhia | 43 |
| Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta | 44 |
| Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta | 44 |
| Auditores Independentes da Companhia | 44 |
| DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA | 45 |
| INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA | 46 |
| Composição do Capital Social | 46 |
| Distribuição do Capital Social | 46 |
| Descrição da Oferta..... | 49 |
| Ações do Lote Suplementar..... | 49 |
| Ações Adicionais | 50 |
| Aprovações Societárias..... | 50 |
| Negociação das Ações | 50 |
| Preço por Ação | 50 |
| Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos | 51 |
| Custos da Oferta | 52 |
| Plano de Distribuição | 52 |
| Público Alvo da Oferta..... | 52 |
| Cronograma da Oferta | 53 |
| Procedimento de Colocação das Ações | 53 |
| Oferta Prioritária..... | 54 |
| Oferta de Dispersão..... | 54 |
| Procedimento da Oferta de Dispersão..... | 55 |
| Oferta Institucional | 57 |

Índice

| | |
|--|------------|
| Cancelamento dos Pedidos de Reserva | 58 |
| Prazos da Oferta | 58 |
| Inadequação da Oferta..... | 58 |
| Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional..... | 59 |
| Garantia Firme de Liquidação | 60 |
| Acordos de <i>Lock-up</i> | 60 |
| Estabilização do Preço das Ações | 62 |
| Empréstimo de Valores Mobiliários | 62 |
| Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta | 62 |
| Suspensão ou Cancelamento da Oferta | 63 |
| Características dos Valores Mobiliários | 63 |
| Características das Ações | 63 |
| OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA..... | 64 |
| Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta | 64 |
| <i>Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder</i> | 64 |
| <i>Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley</i> | 65 |
| <i>Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI</i> | 65 |
| Relacionamento entre a Companhia e Coordenadores Contratados..... | 66 |
| <i>Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos</i> | 66 |
| <i>Relacionamento entre a Companhia e o Banco Votorantim</i> | 67 |
| Instituição Financeira Escrituradora..... | 67 |
| Informações Adicionais..... | 68 |
| <i>Companhia</i> | 68 |
| <i>Coordenador Líder</i> | 68 |
| <i>Morgan Stanley</i> | 68 |
| <i>Bradesco BBI</i> | 68 |
| <i>XP Investimentos Corretora de Cambio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.</i> | 69 |
| <i>Banco Votorantim S.A.</i> | 69 |
| APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA E COORDENADORES CONTRATADOS | 70 |
| Coordenadores da Oferta..... | 70 |
| <i>BTG Pactual</i> | 70 |
| <i>Morgan Stanley</i> | 71 |
| <i>Bradesco BBI S.A.</i> | 72 |
| Coordenadores Contratados | 73 |
| <i>XP Investimentos</i> | 73 |
| <i>Banco Votorantim</i> | 74 |
| DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | 76 |
| CAPITALIZAÇÃO | 78 |
| DILUIÇÃO | 79 |
| Planos de Opções de Compra de Ações | 82 |
| ANEXOS..... | 83 |
| ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA | 85 |
| ATAS DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA E DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADAS EM 25 DE ABRIL DE 2011 APROVANDO A OFERTA..... | 119 |

| | |
|--|------------|
| ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2010 APROVANDO O PREÇO POR AÇÃO, A EMISSÃO DAS AÇÕES NO ÂMBITO DA OFERTA E O AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA..... | 129 |
| DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA..... | 135 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA DO TRIMESTRE ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES..... | 141 |
| INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES..... | 263 |
| FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA | 335 |
| ESTUDO TÉCNICO | 715 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Companhia, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e do Formulário de Referência, conforme aplicável, salvo referência diversa.

| | |
|---|---|
| ABF | Associação Brasileira de Franquias. |
| ABRAFARMA | Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias. |
| Ações | 24.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta. |
| Ações Adicionais | Nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores, acrescida em 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em 4.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. |
| Ações do Lote Suplementar | Quantidade de até 3.000.000 de ações ordinárias que poderão ser emitidas pela Companhia, equivalente a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, destinada exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e conforme a Opção de Lote Suplementar nos termos do artigo 24, <i>caput</i> , da Instrução CVM 400. |
| Agente Estabilizador | Banco BTG Pactual S.A. |
| Agentes de Colocação Internacional | BTG Pactual US Capital Corp. Morgan Stanley & Co. LLC, Bradesco Securities, Inc., pelo Raymond James & Associates, Inc., e pelo Banco Votorantim Securities, Inc. considerados em conjunto. |
| ANBIMA | Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. |
| Anúncio de Encerramento | O Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pela Companhia e Coordenador Líder, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400. |
| Anúncio de Início | O Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado pela Companhia e Coordenador Líder, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. |
| Audidores Independentes | Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. |

Definições

| | |
|---|---|
| Aviso ao Mercado | Aviso ao Mercado de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, a ser publicado pela Companhia e pelo Coordenador Líder, informando os termos e condições da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400. |
| BACEN | Banco Central do Brasil. |
| BM&FBOVESPA | BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. |
| Banco Votorantim | Banco Votorantim S.A. |
| Bradesco BBI | Banco Bradesco BBI S.A. |
| BTG Alpha | BTG Alpha Investments, LLC. |
| BTG Pactual CTVM | BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| BTG Pharma | BTG Pactual Pharma Participações S.A. |
| CDI | Certificado de Depósito Interbancário. |
| Companhia | Brazil Pharma S.A. |
| Constituição Federal | Constituição da República Federativa do Brasil. |
| Contrato de Colocação Internacional | <i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional a fim de regular os esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional. |
| Contrato de Colocação | Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, esta última na qualidade de interveniente anuente. |
| Contrato de Estabilização | Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A., a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores, a fim de regular a realização de operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, a partir da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA. |
| Contrato de Participação no Novo Mercado | Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado entre a Companhia, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore, os administradores da Companhia e a BM&FBOVESPA em 25 de maio de 2011, cuja eficácia somente terá início na data da publicação do Anúncio de Início. |
| Coordenador Líder | Banco BTG Pactual S.A. |
| Coordenadores Contratados | XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Votorantim S.A. |

Definições

| | |
|---|--|
| Coordenadores ou Coordenadores da Oferta | O Coordenador Líder, o Morgan Stanley e o Bradesco BBI, considerados em conjunto. |
| Cronograma da Oferta | Para informações acerca dos principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Cronograma da Oferta”, na página 53 deste Prospecto. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |
| Data de Liquidação | Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início, para a liquidação física e financeira das Ações. |
| Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar | A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar será realizada em até 3 (três) dias úteis contados a partir de cada data do exercício da Opção de Lote Suplementar. |
| Dólar, USD ou US\$ | Moeda de curso legal dos Estados Unidos da América. |
| EBITDA | <p>É o lucro antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas de depreciação e amortização.</p> <p>O EBITDA é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. Acreditamos que o EBITDA é uma informação adicional às nossas demonstrações financeiras, mas não é uma medição contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, e não deve ser utilizado como um substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como um indicador de desempenho operacional, nem tampouco como um indicador de liquidez.</p> <p>Utilizamos o EBITDA como uma medida gerencial de desempenho por demonstrar uma aproximação com a geração de caixa da nossa atividade econômica, que é de longo prazo. A nossa administração acredita que o EBITDA seja uma medida prática para aferir sua geração de caixa e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.</p> |
| Estudo Técnico | Estudo Técnico sobre a Companhia, elaborado pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. |
| Farmais | Farmais Franchising S.A. |
| Final Offering Memorandum | Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia para o esforço de colocação de Ações no exterior. |
| FIP BTG | BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações. |

Definições

| | |
|---|--|
| FIP BTG II | BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações. |
| FIP Infinity | Infinity Fundo de Investimento em Participações. |
| FIP Lajota | Lajota Fundo de Investimento em Participações. |
| FIP Vincitore | Vincitore Fundo de Investimento em Participações. |
| Grupo Brazil Pharma | São todas as nossas controladas e coligadas, em conjunto. |
| Guararapes | Drogaria Guararapes Brasil S.A. |
| IASB | <i>International Accounting Standards Board.</i> |
| IBRACON | Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. |
| IFRS | <i>International Financial Reporting Standards</i> , correspondente às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. |
| Instituição Escriuradora das Ações | Banco Bradesco S.A. |
| Instituições Consorciadas | Determinadas corretoras de valores mobiliários autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações junto aos Investidores da Oferta de Dispersão. |
| Instituições Participantes da Oferta | Os Coordenadores da Oferta, os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto. |
| Instrução CVM 400 | Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores. |
| Instrução CVM 409 | Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores. |
| Instrução CVM 480 | Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009. |
| Investidores da Oferta de Dispersão | Cada um dos Investidores Institucionais Locais que realizar pedido de investimento em montante entre o valor mínimo correspondente a 1 lote de 10.000 Ações e o valor máximo correspondente a 5 lotes de 10.000 Ações e que tenha realizado Pedido de Reserva. |
| Investidores da Oferta Prioritária | Os atuais acionistas da Companhia, para os quais a Oferta Prioritária é destinada. |

Definições

| | |
|--|---|
| Investidores Estrangeiros | Investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com a Regra 144A do <i>Securities Act</i> , nos termos de isenções de registro previstas no <i>Securities Act</i> , e investidores nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, nos termos do Regulamento S do <i>Securities Act</i> e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que, em ambos os casos, invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei n.º 4.131 ou da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325. |
| Investidores Institucionais | Investidores Institucionais Locais (que não sejam Investidores da Oferta de Dispersão) e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto. |
| Investidores Institucionais Locais | Investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil que sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuem investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 e que, adicionalmente, tenham atestado por escrito sua condição de investidor qualificado; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios. |
| Lei das Sociedades por Ações | Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores. |
| Lei do Mercado de Valores Mobiliários | Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores. |
| Mais Econômica | Drogaria Mais Econômica S.A. |
| Morgan Stanley ou Coordenador Adicional | Banco Morgan Stanley S.A. |
| Oferta | A distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, com esforços de colocação de ações no exterior. |
| Oferta de Dispersão | Oferta das Ações destinada aos Investidores da Oferta de Dispersão. |
| Oferta Institucional | Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação junto aos Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo para estes investidores valores mínimos ou máximos de investimento. |
| Oferta Prioritária | Distribuição prioritária, aos atuais acionistas da Companhia, no montante global de R\$26.999.993,25, correspondente a 1.565.217 Ações da Oferta, ao preço por ação de R\$17,25, de acordo com o procedimento indicado em “Informações relativas à Oferta – Oferta Prioritária”, na página 54 deste Prospecto. |

Definições

| | |
|---|---|
| Opção de Lote Suplementar | Opção a ser outorgada pela Companhia, no Contrato de Colocação, ao Coordenador Líder para colocação das Ações do Lote Suplementar. O Coordenador Líder terá o direito exclusivo a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta no momento da precificação da Oferta. |
| Operações Próprias | Na data deste Prospecto, o conjunto de lojas próprias operadas por meio das redes “Drogarias Rosário Distrital”, “Farmácias Guararapes” e “Mais Econômica”, administradas por nós, em conjunto com os Sócios-Fundadores. |
| Pedido de Reserva | Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta de Dispersão, firmado por Investidores da Oferta de Dispersão durante o Período de Reserva. |
| Pedido de Reserva da Oferta Prioritária | Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária, firmado por Investidores da Oferta de Prioritária durante o Período de Reserva para Investidores da Oferta Prioritária. |
| Período de Reserva | Período compreendido entre 14 de junho de 2011, inclusive e 21 de junho de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Oferta de Dispersão. |
| Pessoas Vinculadas | Investidores que, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores. |
| Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou BR GAAP | As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas e regulamentos da CVM, e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. |
| Prazo de Distribuição | O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início. |
| Preço por Ação | R\$17,25. |

Definições

| | |
|---|---|
| Preliminary Private Placement Memorandum | Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia para o esforço de colocação de Ações no exterior. |
| Procedimento de <i>Bookbuilding</i> | <p>Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado somente junto aos Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores da Oferta de Dispersão que aderiram à Oferta não participaram do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.</p> <p>Foi aceita a participação de Investidores Institucionais considerados Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), não foi permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas (exceto para Investidores da Oferta Prioritária), sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas (exceto para Investidores da Oferta Prioritária) automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (<i>hedge</i>) de operações com derivativos (incluindo operações de <i>total return swap</i>) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no procedimento de <i>Bookbuilding</i> poderá promover má formação de preço e os investimentos nas Ações por investidores que sejam Pessoas Vinculadas e por Investidores da Oferta Prioritária poderão promover redução de liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.</p> |
| Prospecto Definitivo, ou Prospecto | Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações de emissão da Companhia, incluindo seus anexos. |
| Prospecto Preliminar | O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações de emissão da Companhia, incluindo seus anexos. |
| Prospectos | O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto. |
| Real, Reais ou R\$ | Moeda de curso legal do Brasil. |
| Rede de Franquias | Rede de lojas geridas por franqueados sob a marca Farmais com perfil adequado às atividades da Companhia. |

Definições

| | |
|------------------------------------|---|
| Regra 144A | Rule 144A do Securities Act. |
| Regulamento do Novo Mercado | Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para estas companhias. |
| Regulamento S | Regulation S do Securities Act. |
| Rosário | Drogaria Rosário S.A. |
| SEC | <i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos da América. |
| Securities Act | <i>U.S. Securities Act</i> de 1933, legislação dos Estados Unidos da América que regula operações de mercado de capitais, conforme alterada. |
| Sócios-Fundadores | Fundadores e operadores das redes de drogarias por nós adquiridas que, devido ao seu amplo conhecimento do setor, do mercado e do comportamento dos consumidores nas regiões em que atuam, são mantidos na gestão das Operações Próprias. |
| Valor Total da Distribuição | R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais). |
| XP Investimentos | XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. |

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

| | |
|---|---|
| Identificação | Brazil Pharma S.A. |
| Registro na CVM | Estamos em processo de obtenção de registro de companhia aberta perante a CVM, tendo sido protocolado nosso pedido de Registro de Companhia Aberta na CVM em 28 de abril de 2011. |
| Sede | Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 6º e 7º andares, CEP 04547-006. |
| Diretoria de Relações com Investidores | Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 7º andar CEP 04547-006. O Diretor de Relações com Investidores é Sr. Renato de Vicq Telles da Silva Lobo. O telefone do departamento de relações com investidores é (11) 2117-5243, o fax é (11) 2117-5233 e o e-mail é ri@brph.com.br . |
| Auditores Independentes | Para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. |
| Títulos e Valores Mobiliários Emitidos | Nossas Ações serão listadas na BM&FBOVESPA sob o código “BPHA3”, no segmento denominado Novo Mercado. |
| Jornais nos quais divulgamos informações | As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”. As informações referentes à Oferta serão também publicadas no jornal “Valor Econômico”. |
| Websites Internet | O nosso <i>website</i> é www.brazilpharma.com.br . As informações constantes do nosso <i>website</i> não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este. |

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

As declarações contidas neste Prospecto e em nosso Formulário de Referência relativas aos nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, projeções, tendências financeiras que afetam as nossas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente descritas nas seções “*Estudo Técnico*”, “*Sumário da Companhia*” e “*Fatores de Risco*” constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são indicativas ou constituem garantias de resultados futuros. Tais estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais concernentes a eventos futuros e tendências operacionais e financeiras que afetam ou possam afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente essas expectativas atuais. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico ou por aquisições, incluindo abertura de lojas ou a expansão da rede de franquias;
- a conjuntura econômica, política, social e de negócios do Brasil e, em especial, nas regiões onde atuamos ou pretendemos atuar;
- alterações ou inovações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor de varejo farmacêutico no Brasil, especialmente aquelas que possam alterar o controle de preços e o modo de venda dos produtos farmacêuticos que nós vendemos;
- o aumento ou alteração das condições, inclusive por meio de consolidações, da concorrência no setor de varejo farmacêutico;
- eventuais problemas oriundos das aquisições não identificados nas diligências que realizamos, bem como de relacionamento com nossos Sócios-Fundadores ou nossa rede de franqueados;
- mudança no valor de mercado dos produtos por nós comercializados, na preferência dos consumidores ou suas condições financeiras;
- inflação, variação do real frente a outras moedas e flutuações das taxas de juros;
- a consolidação, bem como o prazo de sua ocorrência dos setores de laboratórios farmacêuticos, drogarias e distribuidoras;
- nossa capacidade de obter mão de obra, produtos e serviços de fornecedores sem interrupção e a preços razoáveis;
- nossa capacidade de manter relacionamento comercial com laboratórios farmacêuticos e distribuidores; e
- outros fatores de risco discutidos na seção “Sumário da Companhia”, “Principais Fatores de Risco relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, nas páginas 359, 383 deste Prospecto.

Considerações sobre estimativas e perspectivas sobre o futuro

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, e nem nós, nem o Coordenador Líder assumimos a responsabilidade de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar, especialmente aquelas incluídas na seção “Estudo Técnico”. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além de nossa capacidade de controle ou previsão. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário é apenas um resumo de nossas informações. As informações contidas nesta seção são consistentes com as informações completas sobre nós que estão no nosso Formulário de Referência. Leia-o antes de aceitar a oferta.

Visão Geral

Somos a maior empresa do setor de varejo farmacêutico no Brasil em número de lojas, com 663 pontos de venda em 31 de março de 2011, conforme comparação com os dados publicados pela Abrafarma de suas associadas. Nosso modelo de negócios engloba as nossas Operações Próprias e nossa Rede de Franquias, nos permitindo atuar com presença nacional, ao mesmo tempo em que preservamos as singularidades, experiências e características regionais de cada operação. Em 31 de março de 2011, nossas Operações Próprias consolidavam uma rede de 302 drogarias, com marcas em posição de liderança em suas respectivas regiões, as quais possuem, em média, mais de 35 anos de existência, enquanto nossa Rede de Franquias contava com 361 lojas concentradas principalmente no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Adicionalmente, nossas Operações Próprias estão estrategicamente localizadas nas regiões Centro Oeste, Nordeste e Sul do Brasil, as quais apresentam alto potencial de crescimento e menor nível de competição no setor de varejo farmacêutico quando comparadas com a região Sudeste. De acordo com a Abrafarma, a média de crescimento, em termos de receita, no Estado de São Paulo foi de 16,5%, inferior quando comparada ao crescimento de 18,8% das demais regiões do país. Segundo estudo comparativo realizado com informações dos sites de nossos concorrentes, fomos a empresa do setor de varejo farmacêutico que mais cresceu organicamente em número de lojas no ano de 2010, com a abertura de 71 novas lojas.

A tabela abaixo contém nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

| | | Exercício social encerrado em 31 de Dezembro de | | | |
|----------------------|------------------|---|--|------------------|-------|
| | | 2010 | Período de três meses findo em 31 de Março de 2011 | | |
| Brazil Pharma | | Receita bruta consolidada (em milhões de reais) | 175 | 173 | |
| | | Lojas Próprias | 145 | 302 ² | |
| | | % Crescimento(*) | 36,8% | 22,3% | |
| | | Receita média mensal por loja própria (em milhares de reais) ⁽³⁾ | 356 | 328 | |
| | | Ticket Médio (em reais) ⁽¹⁾ | 33,76 | 32,08 | |
| | Mix Receita | [| % Não Medicamentos | 28,5% | 31,5% |
| | | | % Medicamentos | 71,5% | 68,5% |
| | Mix Medicamento | [| % Referência | 78,0% | 75,9% |
| | | | % Genérico | 22,0% | 24,1% |
| | Abrafarma | | Receita bruta (em milhões de reais) | 17.013 | 4.566 |
| | | Lojas | 3.315 | 3.396 | |
| | | % Crescimento | 10,0% | 11,2% | |
| | | Receita média mensal por loja (em milhares de reais) | 456 | 452 | |
| | | Ticket Médio (em reais) ⁽¹⁾ | 30,51 | 30,96 | |
| Mix Receita | | [| % Não Medicamentos | 28,1% | 29,9% |
| | | | % Medicamentos | 71,9% | 70,1% |
| Mix Medicamento | | [| % Referência | 85,5% | 85,3% |
| | | | % Genérico | 14,5% | 14,8% |

Fonte: Brazil Pharma e Abrafarma

(*) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o cálculo do crescimento do número de lojas não contempla a abertura de novas lojas pela Mais Econômica no período.

(1) Ticket médio é calculado pela divisão simples do volume de vendas de nossas operações próprias pelo total de clientes em determinado período.

(2) Desse total, 153 Lojas Próprias resultam da aquisição da Mais Econômica.

(3) A receita média mensal por loja própria é calculada a partir da divisão da "Receita" pela média das médias móveis mensais de lojas próprias, cujo resultado é dividido pelo número de meses do período.

Sumário da companhia

Com o intuito de melhor aproveitar as oportunidades provenientes do crescimento e consolidação do mercado de drogarias no Brasil, estruturamos nossas operações da seguinte forma:

- **Operações Próprias** – Nossas Operações Próprias se desenvolvem por meio de três plataformas regionais: Nordeste, Centro Oeste e Sul, mercados caracterizados pelo grande potencial de crescimento, menor nível de competição e maior fragmentação em comparação ao mercado de São Paulo. Todas as Operações Próprias são gerenciadas por nossos Sócios-Fundadores, que possuem amplo conhecimento do setor e do comportamento dos consumidores nos mercados em que atuam. Acreditamos possuir posição de liderança nas regiões em que estamos presentes, com os melhores pontos de venda e destaque na percepção dos consumidores. Nesse sentido, atuamos regionalmente focados em agregar valor a cada uma de nossas marcas e em aproveitar os relacionamentos de longo prazo e as influências locais já estabelecidos por cada um dos Sócios-Fundadores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses findo em 31 de março de 2011, as receitas bruta de venda de nossas Operações Próprias representaram 98,4% e 97,2% de nossa receita bruta consolidada, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do setor de varejo farmacêutico por região e algumas informações relevantes sobre nossas Operações Próprias em 31 de março de 2011:

| Plataforma | Região | | Operações Próprias | | | | |
|----------------------------------|---|-------------------------|--------------------|-----------------|----------------------|-------------------|---|
| | Crescimento do Mercado Farmacêutico (2010) ⁽¹⁾ | Marca | Anos de atuação | Número de Lojas | % Lojas em Maturação | Aberturas em 2010 | Centro de Distribuição (m ² e Local) |
| <i>Sul</i> | 16,7% | <i>Mais Econômica</i> | 25 | 153 | 65% | 32 | 9.350 Canoas-RS |
| <i>Centro Oeste</i> ² | 21,9% | <i>Drogaria Rosário</i> | 36 | 89 | 55% | 13 | 2.902 Águas Claras-DF |
| <i>Nordeste</i> ² | 21,9% | <i>Guararapes</i> | 46 | 60 | 65% | 26 | 3.240 Jaboatão dos Guararapes-PE |
| | | Brazil Pharma | | 302 | 63% | 71 | 15.492 |

⁽¹⁾ Crescimento das redes credenciadas pela Abrafarma.

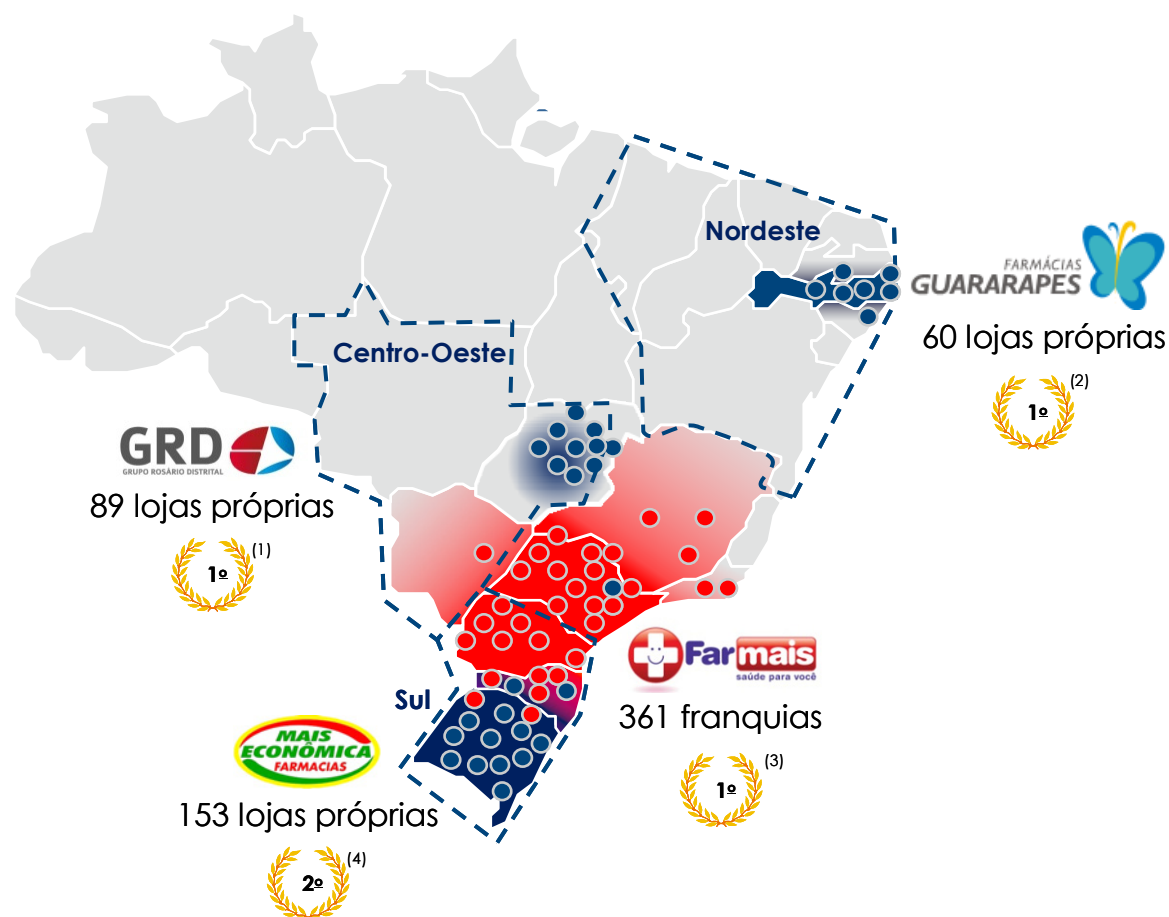
⁽²⁾ No cálculo de crescimento por região realizado pela Abrafarma, são agrupadas dentro de um mesmo grupo as redes do Centro Oeste, Norte e Nordeste.

Rede de Franquias – Além de nossas Operações Próprias, as quais estão baseadas em mercados com menor nível de competição, atuamos nos mercados mais competitivos do Brasil, como o da região Sudeste, por meio de nossa Rede de Franquias, a qual viabiliza a exposição de nossas marcas aos clientes dessas regiões com baixa alocação de capital próprio. Prestamos serviços de franquia exclusivamente sob a marca “Farmais”, no sentido de proporcionar aos nossos franqueados melhores condições de negociação com fornecedores decorrente da escala de produtos negociados, maior exposição em mídia, ganhos de escala na utilização de sistemas e na realização de treinamentos de funcionários. De acordo com a ABF, somos a maior franqueadora no setor de varejo farmacêutico do Brasil e pretendemos ser a primeira opção dos comerciantes independentes do setor quando eles buscarem formas de associação para aumentarem sua competitividade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses findo em 31 de março de 2011, a receita bruta de nossa Rede de Franquias representou 1,6% e 2,8% de nossa receita bruta consolidada, respectivamente.

Sumário da companhia

O mapa abaixo mostra nossa área de atuação e a localização de nossas Operações Próprias e de nossa Rede de Franquias em 31 de março de 2011:

Figura 1.1: Área de Atuação das nossas Operações Próprias e da nossa Rede de Franquias



Notas:

Em 31 de março de 2011, de acordo com comparativo formulado a partir de informações de sites das empresas concorrentes, somos a:

- (1) Maior rede de drogarias da região Centro-Oeste em número de lojas, de acordo com Abrafarma.
- (2) Maior rede de drogarias do Estado de Pernambuco em número de lojas de acordo com dados da Abrafarma.
- (3) Maior rede de franquias de drogarias do Brasil em 31 de março de 2011, de acordo com ABF.
- (4) Segunda maior rede de drogarias do Estado do Rio Grande do Sul em número de lojas, de acordo com dados da Abrafarma.

Acreditamos que nosso modelo de negócio, o qual consiste na combinação entre o conhecimento regional de mercado de nossos Sócios-Fundadores ou franqueados com a expertise em gestão financeira e na prospecção e aquisição de ativos de nossa alta administração e do nosso controlador, o grupo BTG Pactual, alinhados com a cultura meritocrática implantada na Companhia, capacita-nos a ser a companhia com maior potencial de crescimento e um dos líderes na consolidação do setor de varejo farmacêutico no país.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que as nossas vantagens competitivas incluem:

- **Modelo de negócio com grande capacidade de crescimento.** O modelo de negócios de nossas Operações Próprias nos permite utilizar o conhecimento privilegiado dos melhores operadores de cada região, Sócios-Fundadores, à gestão de uma diretoria executiva com vasta experiência em *Private Equity*, Finanças e Fusões e Aquisições. Acreditamos que esses conhecimentos se complementam e, associados ao histórico de sucesso que já possuem os atuais acionistas em movimentos de consolidação de mercados, nos posicionam como a empresa com maior potencial de crescimento orgânico e inorgânico do mercado brasileiro de redes de drogarias.
- **Crescimento Orgânico:** Nosso crescimento orgânico vem sendo impulsionado pela agilidade na tomada de decisões pelos Sócios-Fundadores em conjunto com nossa diretoria executiva e pela posição de liderança local de nossas três Operações Próprias. Acreditamos que o setor de varejo farmacêutico possui características e peculiaridades regionais acentuadas. Nesse sentido, o amplo conhecimento regional dos Sócios-Fundadores torna-se elemento fundamental em nossas operações, especialmente no que tange à seleção dos melhores pontos de venda e escolha do mix de produtos, o qual deve ser individualizado de acordo com o perfil do consumidor de cada região. Dessa forma, a colaboração dos Sócios-Fundadores reduz o nosso risco de execução e aumenta nossa capacidade de crescimento. Em 2010, o número de lojas de nossas Operações Próprias cresceu 36,8%, enquanto as redes de drogarias associadas à Abrafarma cresceram apenas 10,0%. No período encerrado em 31 de março de 2011, como resultado desse crescimento acelerado, 62,6% das lojas de nossas Operações Próprias ainda se encontrava com menos de três anos de funcionamento e, portanto, em pleno estágio de maturação. Em geral, nossas lojas atingem seu potencial de receita e margens de rentabilidade após três anos de funcionamento.
- **Crescimento por meio de aquisições:** Em complemento ao nosso crescimento orgânico, nosso modelo de negócio é ideal para acelerar nossa expansão por meio de aquisições de farmácias independentes e redes de drogarias. Além da aquisição de pequenas redes que podem ser incorporadas em nossas Operações Próprias, nosso modelo de negócios nos permite fazer aquisições no modelo *White Label*, ou seja, nos permite adquirir novas redes de farmácias e conservar as suas principais características, tais quais a marca e o prestígio regional conquistados ao longo dos anos de funcionamento, bem como os gestores operacionais e o Sócio-Fundador da rede adquirida, os quais possuem grande expertise do negócio. Tal modelo amplia nossas oportunidades de crescimento, pois acreditamos não ser identificados como um concorrente direto pela maioria das redes de drogarias do país, mas sim como um possível parceiro.
- **Foco de atuação em mercados regionais menos saturados e com maior potencial de crescimento.** Nossas regiões de atuação, caracterizadas por mercados menos saturados como as regiões Nordeste, Centro Oeste e Sul, onde possuímos nossas Operações Próprias, apresentam maior crescimento na venda de medicamentos em comparação com a região Sudeste, notadamente o Estado de São Paulo. Acreditamos estar à frente das cinco maiores redes de drogarias associadas à Abrafarma nessas localidades, uma vez que, no ano de 2010, elas possuíam apenas 24% das suas lojas nessas regiões, enquanto nossas Operações Próprias estão 100% concentradas nesses mercados.

Além disso, a nossa atuação em mercados regionais menos saturados nos permite conceder menores descontos em nossos produtos em comparação aos descontos oferecidos por redes de farmácias localizadas em regiões com maior nível de competição, a exemplo do Estado de São Paulo e, assim, sustentar margens de rentabilidade mais elevadas e com maior potencial de crescimento. De acordo com a Abrafarma, o desconto médio concedido pelas redes de farmácias associadas à Abrafarma no Brasil, em 2010, totalizou 17,6%, enquanto o desconto médio concedido nas redes de farmácias baseadas no Estado de São Paulo atingiu 19,5%, o que representa um adicional de 1,9% sobre a média nacional.

- **Mix diferenciado, com maior venda de genéricos.** No primeiro trimestre de 2011 e no ano de 2010, medicamentos genéricos representaram, respectivamente, 24,1% e 22,0% da venda total de medicamentos de nossas Operações Próprias, comparados com 14,5% e 14,8% da média das redes associadas à Abrafarma nos mesmos períodos. Acreditamos que os medicamentos genéricos conferem maiores margens de rentabilidade para nossas operações, em comparação aos medicamentos de marca, e tornam os medicamentos mais acessíveis aos nossos clientes. Segundo o IMS Health, os medicamentos genéricos representaram 17,2% da venda total de medicamentos em 2010, um crescimento de 37,7% quando comparado a 2009. Na medida em que muitas patentes de diversos produtos de alto volume de vendas sejam extintas entre 2011 e 2012, acreditamos que a venda de medicamentos genéricos deverá ser cada vez mais representativa no total de vendas do mercado brasileiro de medicamentos e em nossas Operações Próprias.

Acreditamos ser um dos maiores vendedores de medicamentos genéricos do país, tendo em vista que a contribuição de medicamentos genéricos em nosso mix de vendas foi superior à média do mercado em 2010, segundo a Abrafarma. Acreditamos estar mais bem posicionados que nossos concorrentes para capturar o crescimento esperado no mercado de genéricos, o que nos permite oferecer medicamentos a um preço mais acessível a nossos clientes, otimizando nosso mix de produtos e maximizando nossa rentabilidade.

- **Cultura e administração diferenciadas, com experiências complementares, foco em resultados e alinhamento de interesses.** Acreditamos ter uma cultura empresarial diferenciada em função da grande experiência em desenvolvimento de sociedades de nosso acionista controlador, o grupo BTG Pactual, e da complementaridade entre a experiência operacional dos Sócios-Fundadores e a experiência empresarial de nossa diretoria executiva. Difundimos a nossa cultura de foco em resultados e de meritocracia em nossas Operações Próprias e Rede de Franquia, ao mesmo tempo em que absorvemos o conhecimento de mercado dos Sócios-Fundadores e franqueados. Além disso, nosso acionista controlador e membros da alta administração possuem vasta experiência em fusões, aquisições e integração de empresas e reestruturações financeiras e estiveram envolvidos na estruturação, implementação e desenvolvimento de operações de sucesso como a PDG Realty e Equatorial Energia. Nossa filosofia de gestão é claramente definida no nosso planejamento estratégico e baseada no foco em resultados, rígido controle de custos, estruturas organizacionais enxutas, desenvolvimento de talentos, ética empresarial e boas práticas de governança corporativa, implementada por um conjunto de instrumentos de gestão determinados pelo nosso acionista controlador, que nos permite obter resultados significativos em nossas Operações Próprias.

Procuramos empregar nossa filosofia empresarial nas aquisições que fizemos, buscando sempre manter os Sócios-Fundadores como acionistas de nossas Operações Próprias. Após a Oferta, nossos Sócios-Fundadores serão detentores de 33,5% do capital social da Companhia, antes da diluição decorrente da Oferta, e nossos administradores (não contemplando os membros de nosso Conselho de Administração) serão detentores de 5,3% do capital social da Companhia, com opções de ações. Entendemos que o alinhamento de interesses entre a administração, os acionistas controladores e os Sócios-Fundadores constitui um diferencial importante e um elemento fundamental para atingirmos nossas metas e objetivos. Por essa razão, oferecemos planos de opção de compra de ações e de remuneração variável à administração, fortemente relacionados a resultados concretos e objetivos.

Nossas Estratégias

Pretendemos adotar as seguintes estratégias para alavancar nosso crescimento e agregar valor aos nossos acionistas:

- **Consolidação da liderança nos mercados em que atuamos e aquisição de outras redes de drogarias.** Pretendemos continuar investindo para manter o acelerado crescimento orgânico de nossas Operações Próprias e consolidar nossa posição de liderança no mercado de drogarias das regiões em que atuamos, de forma a obter, cada vez mais, sinergias e ganhos de escala, gerando uma rentabilidade consistente e crescente à medida que mais lojas são incluídas ao nosso portfólio, e as lojas existentes alcancem a maturidade em suas operações. Nossa estratégia de crescimento orgânico está focada, principalmente, no fortalecimento de nossa presença nas regiões onde já atuamos por meio da expansão de nossas Operações Próprias, suportadas pela experiência de nossos Sócios-Fundadores, tanto em cidades onde já estamos presentes quanto em cidades onde ainda não atuamos, e cujo mercado é pouco explorado.

Acreditamos também que as regiões onde atuamos apresentam um nível de saturação inferior àquele observado em regiões mais desenvolvidas, comportando a abertura de um número significativo de novas lojas. Nossas Operações Próprias encontram-se em regiões cuja concentração média das cinco maiores redes de drogarias associadas à Abrafarma é de aproximadamente a 24%, em comparação a uma concentração média de 74,6% na região Sudeste do Brasil, o que representa um amplo espaço para o nosso crescimento orgânico, bem como por meio de novas aquisições. Além disso, as regiões onde atuamos apresentaram em 2010 um crescimento de mercado de 18,8%, comparado com um crescimento de 16,5% no estado de São Paulo, segundo a Abrafarma.

Pretendemos ainda dar continuidade ao nosso dinâmico processo de aquisições de redes de drogarias que: (i) estejam entre as maiores redes de suas regiões; (ii) atuem em mercados menos saturados; (iii) estejam baseadas em mercados com alto crescimento e com potencial de expansão ainda mal explorado; (iv) possibilitem a obtenção de sinergias de venda, de distribuição, operacional e administrativa com alguma de nossas Operações Próprias; e (v) possuam elevadas margens de rentabilidade. Acreditamos que a aquisição de redes de drogarias e nosso crescimento orgânico viabilizam a nossa entrada em novos mercados e a consolidação de nossa presença em mercados onde já atuamos, possibilitando assim um crescimento sólido e sustentável.

- **Aumentar os resultados de nossas vendas e nossas margens de rentabilidade com novos produtos e serviços.** Nossa liderança no varejo farmacêutico brasileiro em número de lojas, com 663 pontos de venda em 31 de março de 2011, aliada à nossa forte presença nas regiões em que atuamos, nos coloca numa posição privilegiada para introduzirmos novos produtos e serviços que possam aumentar o fluxo de clientes em nossas lojas, favorecendo as vendas e a rentabilidade de nossas drogarias. Nossa equipe estuda maneiras para nos diferenciarmos da concorrência de forma rentável, especialmente por meio do desenvolvimento de novos produtos e serviços direcionados aos nossos clientes. Dentre esses, destacamos:
 - (i) exploração de venda de espaço publicitário nos pontos de venda;
 - (ii) desenvolvimento e ampliação de programas de fidelização, tal como a parceria com o programa Multiplus Fidelidade, que fizemos na região Centro-Oeste;
 - (iii) desenvolvimento de linha de produtos exclusivos (“*private label*”);
 - (iv) desenvolvimento e comercialização de produtos de crédito e de seguro;

Sumário da companhia

- (v) desenvolvimento de produtos relacionados à saúde e ao bem estar, inclusive cosméticos, e esforço de venda assistida por consultores especializados;
- (vi) expansão de nossos canais de distribuição e serviços de suporte, como serviços de *delivery*, *drive-thru* e vendas pela internet; e
- (vii) credenciamento de nossa rede de drogarias junto a planos de saúde e grupos empresariais com abrangência nacional e a instituição de uma carteira de clientes institucionais para atendimento aos programas de benefícios de medicamentos.

A capilaridade trazida por nossas Operações Próprias e Rede de Franquias nos permitirá ampliar a nossa linha atual de *private label*. As novas linhas serão compostas pelas principais categorias de produtos para saúde, higiene, beleza e bem estar, e direcionadas ao consumidor da Classe C, que já corresponde a mais da metade da população brasileira e, segundo o Data Popular, apresentou um crescimento de 42,1% ao ano no consumo de produtos de higiene e cuidados pessoais no período compreendido entre os anos de 2003 e 2009.

O conhecimento regional que possuímos em conjunto com os nossos Sócios-Fundadores impulsiona o desenvolvimento de produtos e serviços que melhor atenderão às necessidades e anseios de nossos clientes. Acreditamos que a implementação e comercialização desses produtos e serviços aumentará os resultados de nossas vendas e nossas margens de rentabilidade.

- ***Integração em busca de uma maior eficiência comercial e operacional e desenvolvimento de um centro de serviços compartilhados.*** Acreditamos que o tamanho e a representatividade nacional de nossas Operações Próprias e Rede de Franquias já têm nos proporcionado e continuará a nos proporcionar condições diferenciadas de negociação junto a nossos fornecedores e uma maior capacidade de distribuição de nossos produtos, uma vez que, em 31 de março de 2011, estávamos presentes em 14 Estados por meio de 663 pontos de venda e contávamos com três centros de distribuição. Além disso, a nossa estratégia é ampliar ainda mais nossa rede de atendimento, bem como nossa representatividade em âmbitos regionais e nacional. Por essa razão, acreditamos possuir um importante canal de distribuição não só para nossos parceiros comerciais e fornecedores, como também para eventuais novos produtos que venhamos a lançar.

Em complemento à nossa estratégia de melhorar nossas condições de compras, pretendemos desenvolver um centro de serviços compartilhados, o qual integrará as plataformas de tecnologia de informação e as áreas de *Back Office* de nossas Operações Próprias e nos permitirá: (i) reduzir despesas administrativas e operacionais; (ii) implementar um sistema de gestão unificado em nossas controladas; (iii) padronizar e otimizar processos; (iv) transferir melhores práticas de uma operação para as demais; e (v) implementar um rígido controle de custos.

Assim, acreditamos que a combinação do ganho de escala em compras com a integração das atividades administrativas irá nos proporcionar maiores margens de rentabilidade e maior eficiência operacional, acelerando a obtenção de sinergias na aquisição de novas redes e promovendo um crescimento sustentável com maior eficiência operacional.

Histórico da Companhia

Nós fomos constituídos em dezembro de 2009. Em maio de 2010, adquirimos a Rede Nordeste de Farmácias, empresa então detentora de 16 lojas no Estado de Pernambuco e, na mesma época, adquirimos outros 16 fundos de comércio das empresas N Landim Comércio Ltda., Farmácias dos Pobres Ltda. e Drogeria dos Pobres Ltda., referentes a drogarias operadas sob a bandeira “Farmácia dos Pobres”, consolidando a nossa plataforma na região Nordeste do país.

Sumário da companhia

Em julho de 2010, adquirimos a rede de drogarias Rosário Distrital, uma empresa com 77 lojas fundada em Brasília e que atua há mais de 35 anos no mercado de varejo farmacêutico. Desde a sua aquisição, inauguramos 12 lojas no âmbito da rede Rosário Distrital, maximizando nossa liderança regional na região Centro-Oeste. Em outubro do mesmo ano, adquirimos a Centro-Oeste Farma, empresa que administra o centro de distribuição dos produtos da rede Rosário Distrital, localizada em Águas Claras.

Em outubro de 2010, adquirimos a rede Guararapes Brasil, empresa líder em varejo farmacêutico no Estado de Pernambuco presente há mais de 45 anos neste mercado. A partir dessa aquisição, passamos a operar conjuntamente com a Guararapes Brasil e com a Rede Nordeste de Farmácias, sob a marca Farmácias Guararapes, reforçando nossa plataforma de operação na região Nordeste. Em 31 de março de 2011, possuíamos 60 lojas nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

Em dezembro de 2010, adquirimos da BTG Pactual Alpha Participações Ltda., a Farmais, a maior rede de franquias de varejo farmacêutico do país, que em 31 de março de 2011 contava com 361 pontos de venda.

Em janeiro de 2011, celebramos contrato de aquisição da rede de drogarias Mais Econômica, com presença destacada na região Sul do país. Com a incorporação de 153 lojas nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, consolidamos mais uma plataforma regional relevante no mercado de varejo farmacêutico, sendo que ela passou a ser consolidada em nosso balanço a partir de março de 2011.

Em fevereiro de 2011, a empresa BTG Pharma ingressou no quadro societário da Companhia, por meio de um aporte de capital no valor de R\$58.870.000,00 e a subscrição de novas ações de nossa emissão, maximizando nossa capacidade de investimento. Em março de 2011, essa empresa aportou outros R\$9.000.000,00 na Companhia, por meio da subscrição e integralização de novas ações, passando a deter 48% de participação em nosso capital social.

Em março de 2011, os fundos de investimento em participações Infinity Fundo de Investimento em Participações, Lajota Fundo de Investimento em Participações e Vincitore Fundo de Investimento em Participações (“FIPs”) administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, realizaram conjuntamente um aporte de capital no valor de R\$91.801.066,05, ingressando em nosso quadro societário e contribuindo para suportar a nossa estratégia de crescimento e consolidação do mercado no varejo farmacêutico.

Ainda em março de 2011, o fundo FIP BTG II promoveu um aporte de capital no valor de R\$127.500.000,00, mediante a subscrição de novas ações. Após o aumento de capital realizado pelos novos acionistas, os FIPs passaram a deter 25% de participação no nosso capital social, enquanto os veículos de investimento do grupo BTG Pactual permaneceram no controle, detendo uma participação correspondente a 75% de nossas ações.

Em abril de 2011, exercemos opções de permuta da totalidade das ações emitidas pelas nossas controladas e detidas pela grande maioria dos Sócios-Fundadores por ações de nossa emissão. Tal permuta aconteceu após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do Preço por Ação, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que passamos a deter 100% das ações de emissão de todas as nossas controladas. Os Sócios Fundadores passarão a deter, em conjunto, participação em nosso capital social em um percentual agregado total de 33,5% de nossas ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações. Para mais informações, vide item *Roll Up* dos acionistas das nossas controladas abaixo.

Sumário da companhia

Como indicado acima, em menos de dois anos de existência nos tornamos uma das maiores empresas do mercado de varejo farmacêutico brasileiro. Ultrapassamos algumas das maiores redes de drogarias brasileiras em número de lojas e nos estabelecemos como um participante focado em nos tornar a rede líder no setor de varejo farmacêutico do país, socialmente responsável, levando saúde e bem estar para as comunidades onde atuamos.

Roll Up dos acionistas das nossas controladas

Firmamos com cada uma de nossas controladas Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos Sócios-Fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêm a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos Sócios-Fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações.

Em 14 de abril de 2011, celebramos um aditamento ao Acordo de Acionistas firmado com nossa controlada Drogaria Rosário S.A., ou Rosário, no qual os respectivos Sócios-Fundadores exerceram a opção de permuta da totalidade de suas ações representativas do capital social de Rosário por ações de nossa emissão equivalentes a 20,0% (vinte por cento) do nosso capital social, não sendo considerada nesse percentual a diluição decorrente da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. A referida opção de permuta foi exercida em uma única vez, após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do Preço por Ação, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*. Nesses termos, como foi concluído o procedimento de *Bookbuilding*, na data deste Prospecto foi efetivada a permuta de 100% das ações dos Sócios-Fundadores na Drogaria Rosário por ações de nossa emissão. Na mesma data do exercício da opção de compra de ações, repactuamos o valor do investimento adicional a ser feito na Drogaria Rosário S.A., ou *Earn Out*, pelo que nos comprometemos a pagar aproximadamente R\$11,4 milhões, cujo pagamento será realizado em uma única parcela, cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações. O referido *Earn Out* será pago diretamente aos sócios-fundadores da Drogaria Rosário S.A., em moeda corrente nacional, nas contas correntes a serem indicadas pelos mesmos. A repactuação do pagamento de *Earn Out* da Drogaria Rosário terá impacto em nossa conta de resultado.

Em 25 de abril de 2011, celebramos aditamento ao Acordo de Sócios da Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., ou Centro Oeste Farma, pelo qual os sócios fundadores de Centro Oeste Farma exerceram opção de permuta de quotas representativas do capital da Centro Oeste Farma por ações de nossa emissão, correspondentes a 2,0% (dois por cento) do nosso capital social, sendo que estas ações fazem parte da quantidade de ações representativas de 20% (vinte por cento) de nosso capital, objeto da opção de permuta firmada com os Sócios-Fundadores de Drogaria Rosário S.A., e cujas condições de eficácia e formalização são as mesmas da referida opção de permuta.

Sumário da companhia

Em 16 de abril de 2011, celebramos com a sócia-fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A., Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, pelo qual referida sócia-fundadora outorga a nós a opção de compra de 100% de suas ações e pelo qual desde já exercemos a nossa opção de compra, obrigando-nos a adquirir 100% de suas ações. A referida opção de compra foi exercida em uma única vez e aconteceu após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do Preço por Ação, conforme aprovado no Procedimento de *Bookbuilding*. O preço desta opção de compra de ações de emissão de Guararapes é pago em uma parcela em dinheiro, no montante de R\$10 milhões, e uma quantidade de ações de emissão de nossa Companhia, equivalente a uma quantidade de ações representativas de 3,0% do nosso capital social, não sendo considerados para o cálculo deste percentual (x) a diluição decorrente da nossa oferta pública de ações e (y) a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da sócia-fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A. a nós.

Em 20 de abril de 2011, celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Exercício de Opção”), que foi efetivado após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do Preço por Ação, conforme aprovado no Procedimento de *Bookbuilding*. Ademais, ficou acordado que a participação final do Sócio-Fundador em nossa Companhia, após a realização do aumento de capital, será de 10,55%, no momento imediatamente anterior à emissão das ações no âmbito da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual (a) a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações e (b) a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico, ficando estabelecido que eventuais exercícios de opções de compra ou de permuta de outros Sócios-Fundadores das nossas demais sociedades investidas não afetarão o percentual acima estabelecido. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A., detidas pelo respectivo sócio-fundador, a nós.

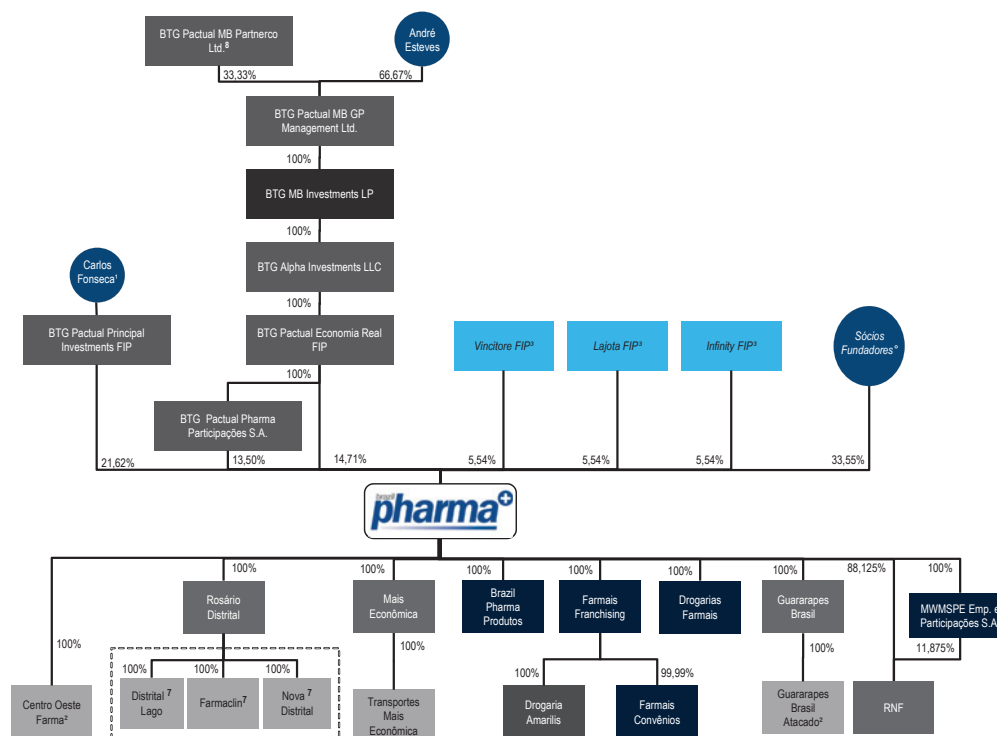
Na mesma data, nós celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., o Segundo Aditamento ao Acordo de Investimentos e Outras Avenças, pelo qual (i) retificamos a intenção e interesse das partes previstas nas disposições da Cláusula 5.5 do Acordo de Investimentos e Outras Avenças firmado em 30 de janeiro de 2011, no qual o sócio-fundador outorgou à BRPG Beta Administração e Participações S.A. uma opção de compra sobre as ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A. de sua titularidade, para exercício a qualquer tempo, em caso de inadimplemento, por prazo superior a 30 dias do respectivo vencimento, do pagamento de quaisquer montantes devidos a título de indenização e (ii) ratificamos os seus termos de forma que a opção passa a ser outorgada a nós e passa a recair sobre as ações representativas de 10,55% do nosso capital social, quando da realização do aumento de capital previsto no Contrato de Exercício de Opção acima.

A nossa opção de compra foi outorgada pelo sócio-fundador em contrapartida ao recebimento do valor de R\$1,00 (um real) sobre a quantidade de ações que lhe serão entregues nos termos do Contrato de Exercício de Opção, limitada a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador na data de conclusão prevista do Contrato de Exercício de Opção. Caso, porém, a nossa Opção de Compra seja exercida após a Oferta Pública Inicial de Ações, a quantidade de ações sujeitas à Opção será determinada com base no valor médio das nossas ações nos últimos 60 (sessenta) pregões na BM&F BOVESPA imediatamente anteriores à data de exercício da Opção de Compra, ponderado pelo volume de negociação, limitada também a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador no nosso capital na data da conclusão da transação prevista no Contrato de Exercício de Opção.

Sumário da companhia

Nossa Estrutura Societária

Estrutura societária do Grupo Brazil Pharma na data desde Prospecto:



- (1) Gestor do FIP, na qualidade de gestor pessoa física responsável, perante a CVM, pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda, sendo que a BTG Pactual Investments FIP não apresenta quotista ou grupo de quotista que exerça grupo de controle.
- (2) Centros de Distribuição das Empresas.
- (3) Os Sócios Fundadores são Álvaro José da Silveira, Diocesmar Felipe de Faria, Álvaro Silveira Junior, Natália Nunes da Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe dos Santos.
- (4) Vincitore FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Vincitore FIP são influenciadas por um Comitê de Investimento composto por 6 membros titulares, sendo (i) 5 membros votantes, sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos quotistas, e (ii) 1 membro designado Membro Honorário, a ser eleito pela Administradora. Os membros votantes são Paula Regina Depieri, José Luiz Depieri, Carlos Eduardo Depieri, os quais também são acionistas do grupo Aché, Celso Henrique Café e Alves Júnior e Luiz Antônio Martins Amarante e o membro honorário é Renato Hermann Cohn.
- (5) Lajota FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Lajota FIP são tomadas por 4 membros, sendo (i) 3 membros com direito de voto, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Quotistas, e (ii) 1 membro sem direito de voto, a ser eleito pela Administradora. Os membros eleitos pelos quotistas são Jonas de Campos Sialy, o qual também é acionista do grupo Aché, Luiz Carlos Vaini e Alexandre Gottlieb Lindenbojm, o membro eleito pelo administrador é Renato Hermann Cohn.
- (6) Infinity FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Infinity FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por até cinco membros, sendo três membros indicados pelos quotistas, um membro independente e um membro indicado pelo administrador, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de quotistas. Os membros indicados pelos quotistas são Raphael Batista Netto, Adalberto P. Dellape Batista e Ricardo P. Dellape Batista, os quais também são acionistas do grupo Aché, o membro independente é Antônio Carlos Gomes e o membro indicado pelo administrador é Renato Hermann Cohn.
- (7) As incorporações dessas sociedades, aprovadas em 30 de abril de 2011, estão sujeitas à condição suspensiva para a plena eficácia do ato, à prévia abertura de filiais (com a obtenção dos respectivos CNPJ/MF) pela Rosário nos locais onde se encontram os estabelecimentos das incorporadas que serão transferidas por ocasião da consumação da incorporação.
- (8) Nenhum dos acionistas da BTG Pactual MB Partnerco Ltda. detêm ações da Partnerco correspondentes indiretamente a mais 5% de participação no nosso capital social.

Informações Corporativas

Nossa sede social encontra-se localizada na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. O nosso telefone geral é (0xx11) 2117-5200. O telefone de nosso Departamento de Relações com Investidores é (0xx11) 2117-5243 e nosso *website* www.brazilpharma.com.br.

As informações constantes em nosso *website* ou que podem ser acessadas por meio dele, que não estejam indicadas no item “Documentos e Informações Relativos à Companhia”, não integram este Prospecto e não são nele inseridas por referência.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Esta seção contempla, por exigência do inciso IV, parágrafo 3º, do artigo 40, da Instrução CVM 400, apenas alguns dos fatores de risco relacionados a nós. Esta seção não descreve todos os fatores de risco relativos a nós e nossas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de subscrever as Ações no âmbito da Oferta.

Assim, antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações, recomendamos a leitura cuidadosa de todas as informações disponíveis neste Prospecto e no nosso Formulário de Referência, em especial a seção 4 “Fatores de Risco” e a seção 5 “Riscos de Mercado”, em que poderão ser avaliados todos os riscos aos quais estamos expostos. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os nossos resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Ações. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência.

- **Nossas demonstrações financeiras e outras informações financeiras apresentadas no Formulário de Referência podem não ser um bom instrumento para avaliação de nossa performance passada e nossa situação econômico-financeira atual, bem como não são indicativas de nossos resultados e performance futuros.**

Incluimos neste Formulário de Referência nossas demonstrações financeiras consolidadas para o período iniciado em 7 de dezembro de 2009, data de nossa constituição, e encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Os resultados operacionais de nossas subsidiárias foram consolidados de forma proporcional em nossas demonstrações financeiras apenas a partir da data de suas respectivas aquisições. Assim, tais resultados encontram-se consolidados em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 a partir das seguintes datas: Rede Nordeste de Farmácias, a partir de 1º de junho de 2010; Drogeria Rosário, a partir de 1º de setembro de 2010; Guararapes Brasil, a partir de 1º de outubro de 2010; e, nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2011, Mais Econômica a partir de 1º de março de 2011. Apesar da alta relevância dessas aquisições com relação às nossas operações, performance e patrimônio como uma companhia consolidada, nós não apresentamos demonstrações financeiras *pro forma* para ilustrar os efeitos passados de tais aquisições em nossas demonstrações financeiras. Tampouco apresentamos demonstrações financeiras ou outras informações financeiras ou operacionais individuais para quaisquer das subsidiárias para períodos anteriores ou posteriores às suas aquisições.

Assim, não é possível verificar os resultados financeiros ou outras informações operacionais e não operacionais efetivas de qualquer de nossas subsidiárias com relação a qualquer dos períodos anteriores à sua respectiva data de aquisição por nós, bem como com relação aos exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010 ou durante o período de três meses findo em 31 de março de 2011. Tampouco será possível analisar o efeito *pro forma* que essas aquisições relevantes teriam tido nos nossos resultados e operações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, assumindo que as mesmas tenham sido adquiridas em 1º de janeiro de 2010.

Ademais, nossos Sócios-Fundadores permaneceram acionistas de nossas subsidiárias desde a data de suas respectivas aquisições e foram remunerados por tais subsidiárias em virtude de diversos serviços prestados a elas atuando como executivos das mesmas. Tendo em vista a conclusão do nosso processo de *Roll-Up* dos acionistas das nossas controladas e Reorganização Societária, conforme explicado nas Seções 6 e 8 – itens 6.5 e 8.4, respectivamente, do Formulário de Referência, passamos a ser detentores de 100% das ações de nossas subsidiárias, e nossos Sócios-Fundadores receberam, em contrapartida, 33,5% das ações de nossa emissão antes da realização de nossa oferta pública inicial de ações, de acordo com os respectivos acordos de aquisição. Além disso, os Sócios-Fundadores passarão a ser remunerados diretamente por nós por serviços por eles prestados. Portanto, o investidor das nossas ações não conseguirá mensurar todos os efeitos da Reorganização Societária, incluindo a consolidação de 100% dos resultados operacionais de nossas subsidiárias, a diluição decorrente da participação dos Sócios-Fundadores em nosso capital social, o reconhecimento de novas despesas e custos relativos à remuneração pelos serviços a serem prestados pelos Sócios-Fundadores a nós e outros possíveis impactos da Reorganização Societária em nossas demonstrações financeiras. Para mais informações sobre alguns possíveis impactos dessa Reorganização Societária, veja o item 8.4 do Formulário de Referência.

Adicionalmente, nossas demonstrações financeiras refletem a consolidação de 100% do resultado da Farmais a partir de dezembro de 2010, data em que efetuamos sua aquisição. Não preparamos demonstrações financeiras combinadas da Farmais e nossa para o exercício social de 2009 (a partir da data da aquisição da Farmais pelo nosso Acionista Controlador) e para o exercício social de 2010.

Devido aos fatores acima, as demonstrações financeiras incluídas neste Formulário de Referência podem não ser um bom instrumento para avaliação de nossa performance passada e nossa situação econômico-financeira atual, pois não apresentam informações sobre os resultados e operações das nossas subsidiárias antes da respectiva data da sua aquisição e não são indicativas de nossos resultados e performance futuros.

- **Nosso Estudo Técnico baseia-se em premissas, estimativas e expectativas futuras que não consistem na garantia de nosso desempenho futuro.**

O Estudo Técnico incluído como anexo ao nosso Prospecto contém premissas e estimativas que têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e tendências que afetam ou que potencialmente venham a afetar os nossos negócios operacionais. Embora acreditemos que estas estimativas encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

O nosso Estudo Técnico foi preparado pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. com base em informações públicas ou fornecidas por nós e pelas sociedades investidas, visando a passar um maior entendimento sobre o nosso modelo de negócios e fornecer subsídios que atestem nossa viabilidade econômico-financeira.

Os nossos efetivos resultados podem ser adversamente impactados e conseqüentemente comprovarem-se substancialmente diferentes das expectativas descritas no nosso Estudo Técnico, pelo que tais estimativas não consistem a garantia de nosso desempenho futuro.

- **Se não tivermos êxito em eventuais aquisições que viermos a realizar, o nosso crescimento poderá ser adversamente afetado.**

Um dos pilares da nossa estratégia de crescimento é a aquisição de farmácias e redes de drogarias que proporcionem integração com as plataformas já existentes ou o desenvolvimento de novas plataformas de atuação. Buscamos redes de drogarias que sejam líderes em suas regiões de atuação, avaliamos o potencial do mercado onde atuam, o retorno do investimento e as possíveis sinergias com as redes de drogarias que já fazem parte do nosso portfólio.

Sumário da companhia

No entanto, a realização de aquisições que contribuam para o nosso crescimento e que agreguem valor ao nosso negócio e aos nossos acionistas depende de diversos fatores, dentre eles, nossa capacidade de identificar empresas ou ativos para aquisição, negociar preços adequados, selecionar potenciais Sócios-Fundadores, bem como integrar e manter a qualidade da operação das empresas ou ativos adquiridos. A análise errônea de quaisquer desses fatores pode resultar em uma aquisição não adequada ao nosso plano de expansão, o que poderia resultar em um efeito adverso para nós.

Eventuais aquisições poderão aumentar nossos custos, bem como exigir que aumentemos nossa dívida ou acessemos os mercados financeiros e de capitais, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar na diluição da participação societária de nossos acionistas em nosso capital social. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá impactar nossos resultados e, conseqüentemente, reduzir os dividendos a serem pagos aos nossos acionistas.

As aquisições também apresentam o risco de exposição às obrigações e contingências das empresas ou ativos adquiridos, devido a atos prévios de administração e responsabilidade anteriormente incorridas. O processo de auditoria legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências que vierem a ser identificadas. Caso existam contingências significativas oriundas das aquisições, estas poderão prejudicar adversamente nossas atividades e resultados. Muitas das empresas que adquirimos no passado e que poderemos adquirir no futuro são empresas não sujeitas à auditoria externa independente, o que poderá aumentar ainda mais os riscos relacionados às nossas aquisições.

- **Nossa estratégia de aquisições envolve riscos relacionados à integração dos negócios adquiridos.**

O processo de integração das operações de empresas que adquirimos e venhamos a adquirir no curso dos nossos negócios pode resultar em dificuldades de natureza operacional, contábil, comercial, financeira e contratual, incluindo, mas não se limitando à (i) dificuldade em mantermos um bom relacionamento com as sociedades adquiridas, incluindo os Sócios-Fundadores; (ii) dificuldade de integrar operações, contabilidade, pessoal, sistemas de informações gerenciais, esforços de pesquisa e desenvolvimento, *marketing*, logística, vendas e suporte, bem como problemas na assimilação das tecnologias, negócios e operações adquiridas; (iii) potencial perda de empregados-chave do negócio adquirido, incluindo Sócios-Fundadores; e (iv) custos adicionais não programados relacionados à operação de integração. Adicionalmente, o esforço com a integração de empresas, serviços ou produtos adquiridos, poderá demandar parcela significativa de nossos recursos administrativos, operacionais e financeiros, o que poderá prejudicar nossas atividades atualmente existentes.

Em razão de quaisquer dos fatores mencionados acima, podemos não ser capazes de implementar com êxito nossa estratégia de integração das empresas adquiridas ou de obter os patamares esperados de redução de custos.

- **A impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico poderá nos afetar adversamente.**

Nosso crescimento orgânico depende, principalmente, da nossa capacidade de abrir novas lojas com êxito, tanto nas regiões em que já atuamos, quanto em outras regiões que comportem a entrada de um novo concorrente. Essa capacidade de abertura e operação de novas lojas está sujeita a diversos riscos e incertezas. Nossa capacidade de expansão poderá ser prejudicada se não formos capazes de identificar pontos comerciais estrategicamente localizados e adequados para instalação das nossas lojas, ou caso as condições de locação sejam desfavoráveis ou se os investimentos necessários para adequação do imóvel às nossas necessidades forem muito elevados.

Ademais, regulamentações sobre uso do solo e leis de zoneamento mais rigorosas nas regiões em que operamos poderão tornar mais cara e difícil a obtenção de pontos comerciais estrategicamente localizados e adequados para instalação das nossas lojas.

Sumário da companhia

Além disso, lojas novas ou lojas abertas recentemente poderão não alcançar o nível de receita e lucratividade no tempo estimado por nós, em comparação ao apresentado por nossas lojas abertas há mais de três anos, ou lojas que viemos a adquirir em virtude de aquisições. Nossas novas lojas ou lojas abertas recentemente poderão afetar negativamente a lucratividade das nossas lojas existentes, o que poderá afetar de forma adversa nossas atividades e nossos resultados consolidados.

Outros riscos relacionados à abertura de novas lojas são: insuficiência de recursos financeiros para suportar a operação das lojas em período de maturação, surgimento de novos concorrentes para o segmento farmacêutico; incapacidade de contratar e treinar funcionários qualificados para operar novas lojas; dificuldades relacionadas ao pouco conhecimento de novas regiões geográficas onde pretendemos ter novas lojas; descuido em manter a identidade das nossas marcas; diminuição de demanda por nossos produtos; atraso no cronograma de abertura de novas lojas em função dos órgãos governamentais envolvidos na concessão das autorizações necessárias. A ocorrência de qualquer um dos riscos listados acima poderá afetar adversamente nossas atividades e resultado.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, os investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Formulário de Referência, sobretudo os fatores de risco descritos no item “4” e no item “5”, nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Definitivo e os fatores de risco descritos abaixo.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará adversamente a Companhia” significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso nos seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das Ações.

As atividades da Companhia, sua situação financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente a Companhia acredita que poderão afetá-la de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar as atividades da Companhia de maneira significativa.

Riscos Relacionados à Oferta e às Ações

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados internacionais mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo inclusive ser mais volátil do que eles. Em 31 de março de 2011, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA, apresentou uma capitalização bursátil de aproximadamente R\$2,58 trilhões, com um volume médio diário de negociação de R\$6,74 bilhões durante o ano de 2011. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por, aproximadamente, 44,6% do volume total de ações negociadas nessa bolsa durante o ano de 2011. A Companhia não pode assegurar que após a conclusão da Oferta haverá liquidez das Ações, o que poderá limitar a capacidade do subscritor das Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Fatores de risco relacionados às ações e à oferta

Um mercado de negócios ativo e líquido para as Ações pode não se desenvolver, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações.

Antes da Oferta, as Ações não eram admitidas à negociação em qualquer mercado. Um mercado de negócios ativo e líquido para as Ações pode não se desenvolver ou ser mantido após a Oferta. Mercados de negócios ativos e líquidos, normalmente, resultam em menor volatilidade de preço e maior eficácia em efetuar as ordens de compra e venda dos investidores. O preço de mercado das Ações poderá variar significativamente em decorrência de inúmeros fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia, como eventual falta de atividade e de liquidez. Em caso de queda do preço de mercado das Ações, o investidor poderá perder parte ou todo o seu investimento nas Ações.

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de suas Ações.

De acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual ajustado, a título de dividendo obrigatório. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou para efetuar o pagamento de eventuais participações estatutárias de diretores, empregados ou administradores, o que reduz o valor passível de distribuição aos acionistas. Sem prejuízo da exigência de pagamento de dividendo obrigatório, a Companhia pode optar pelo não pagamento de dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração da Companhia venha a determinar que tais distribuições não são recomendáveis à Companhia, em razão da sua condição financeira. Para mais informações, veja os itens 3.4, 3.5 e 3.6 do Formulário de Referência.

Após a Oferta, a Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais que 50% das suas Ações, o que poderá deixar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle.

Após a Oferta, a Companhia não terá mais um grupo de controle que detenha mais do que 50% de suas Ações. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre os antigos e os novos acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas das suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores. A ausência de um grupo de controle que detenha mais de 50% de Ações de emissão da Companhia, por outro lado, poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quorum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações.

O investimento do acionista da Companhia pode sofrer diluição no futuro e o preço das Ações poderá ser afetado.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, inclusive por meio de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de Ações ou valores mobiliários conversíveis poderá ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, inclusive dos investidores em Ações de emissão da Companhia e poderá resultar na alteração do preço das Ações e na diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia.

Vendas substanciais das Ações de emissão da Companhia, ou a percepção de vendas substanciais dessas Ações depois da Oferta poderão causar uma redução no preço das Ações de emissão da Companhia.

As Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários obrigam-se, nos termos de acordos de restrição à venda de ações (Acordos de *lock-up*), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do Anúncio de Início, inclusive, exceto pelas Transferências Permitidas, a não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, os Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up*. Além disso, celebramos com alguns Sócios-Fundadores acordo de não negociação das ações de nossa emissão de que sejam titulares, sendo que no que tange à Drogaria Guararapes as ações de nossa emissão e titularidade da sócia-fundadora só poderão ser alienadas ao final de 36 meses, podendo haver liberação a nosso exclusivo critério, e, no que tange à Drogaria Mais Econômica, um terço das ações de nossa emissão e titularidade do Sócio Fundador estará liberado para transferência ao final de cada 12 meses, podendo esse montante de um terço ser aumentado a nosso critério exclusivo.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore e os Administradores da Companhia não poderão, nos seis meses subsequentes à data do Prospecto Definitivo, vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta e, após esse período, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore e os Administradores da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial das Ações pode afetar adversamente o valor de mercado das Ações de emissão da Companhia. Para mais informações, ver “Informações Relativas à Oferta – Acordos de *Lock-up*” na página 60 deste Prospecto.

A Companhia está realizando uma Oferta de Ações no Brasil, com esforços de vendas no exterior, o que poderá deixá-la exposta a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende, simultaneamente a oferta realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, por meio de uma distribuição pública primária registrada na CVM e esforços de colocação das Ações no exterior, nos Estados Unidos para investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act* que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pela legislação brasileira. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção destes investidores estrangeiros por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*, inclusive relativos aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões.

Fatores de risco relacionados às ações e à oferta

Adicionalmente, a Companhia é parte do Contrato de Colocação Internacional que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los no caso de eventuais perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização. Além disso, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. Uma condenação em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e/ou no *Final Offering Memorandum*, poderá causar um efeito material adverso nas atividades da Companhia, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Os investidores desta Oferta provavelmente sofrerão diluição imediata do valor contábil de seus investimentos nas Ações de emissão da Companhia.

A Companhia espera que o Preço por Ação desta Oferta exceda o valor patrimonial por ação. Sendo assim, os investidores desta Oferta pagarão um Preço por Ação maior do que o total de ativo da Companhia, menos o total de seu passivo, dividido pelo número total das suas Ações, resultando na diluição imediata e substancial do valor patrimonial de seus investimentos na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção “Diluição”, na página 79 deste Prospecto.

A eventual aceitação de ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de Bookbuilding e dos acionistas da Companhia na Oferta Prioritária poderão levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das Ações de emissão da Companhia no mercado secundário especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos atuais acionistas da Companhia.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso não haja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações objeto da Oferta (sem considerar Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), serão aceitas as ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do total de Ações objeto da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais). Nesta hipótese, os potenciais investidores nas Ações devem estar cientes de que, em função da aceitação das ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, existe o risco de má formação do Preço por Ação e/ou de baixa liquidez das Ações no mercado secundário. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e o Preço por Ação sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Fatores de risco relacionados às ações e à oferta

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, bem como a subscrição de Ações pelos atuais acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, poderão gerar um impacto adverso na definição do Preço por Ação e/ou ter um impacto adverso na liquidez esperada das Ações no mercado secundário. Adicionalmente, uma vez que as alocações para os atuais acionistas da Companhia, confirmadas até o dia 14 de junho de 2011, serão mantidas ainda que haja excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Ações objeto da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), o investimento em nossas Ações não é recomendado para investidores de curto prazo e/ou avessos aos riscos de baixa liquidez em seus investimentos.

O Investidor da Oferta de Dispersão foi alertado e deverá considerar que em razão da possível participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* e dos acionistas da Companhia na Oferta Prioritária, existe o risco de má formação do Preço por Ação e/ou de baixa liquidez das Ações no mercado secundário.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das Ações de emissão da Companhia, uma vez que sua remuneração baseia-se também em um plano de opção de compra de Ações.

Os administradores e executivos da Companhia são beneficiários de plano de opção de compra de Ações, cujo potencial ganho para seus beneficiários está vinculado ao maior valor de mercado das Ações de emissão da Companhia.

O fato de uma parcela relevante da remuneração dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de resultados da Companhia e à performance das Ações de emissão da Companhia, pode levar a administração da Companhia a dirigir os seus negócios e seus executivos a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre os Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia, ver seção “Diluição – Plano de Opção de Compra de Ações” deste Prospecto e Seção 13 (“Remuneração dos Administradores”) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Nosso Estudo Técnico baseia-se em premissas e expectativas futuras que não consistem na garantia de nosso desempenho futuro.

O Estudo Técnico incluído como anexo ao nosso Prospecto contém premissas que têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e as tendências que afetam ou que potencialmente venham a afetar os nossos negócios operacionais. Embora acreditemos que estas premissas e declarações encontram-se baseadas em premissas razoáveis, tais premissas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

O nosso Estudo Técnico foi preparado pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. com base em informações públicas ou fornecidas por nós, nossos auditores independentes, e pelas sociedades investidas, visando a passar um maior entendimento sobre o nosso modelo de negócios e fornecer subsídios que atestem nossa viabilidade econômico-financeira.

Os nossos efetivos resultados podem ser adversamente impactados e conseqüentemente comprovarem-se substancialmente diferentes das expectativas descritas no nosso Estudo Técnico, pelo que tais estimativas não consistem a garantia de nosso desempenho futuro.

ESTUDO TÉCNICO

Encomendamos à APSIS Consultoria Empresarial Ltda., empresa que há 30 anos presta consultoria às maiores e melhores companhias do Brasil, América Latina e Europa em avaliação de empresas, marcas e outros intangíveis, um Estudo Técnico. O Estudo Técnico não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve ler este Prospecto como um todo, incluindo, mas não se limitando a, informações contidas nas seções “Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras” e “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas Seções “Comentários dos Diretores” e “Atividades da Companhia” do Formulário de Referência da Companhia, assim como nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas e no Estudo Técnico, anexos a este Prospecto.

No curso normal dos nossos negócios, não tornamos públicas nossas premissas, estimativas e expectativas futuras. O Estudo Técnico foi preparado de maneira razoável, refletindo estimativas sobre o curso esperado de ação e nosso desempenho financeiro esperado. Os investidores devem compreender que as informações contidas no Estudo Técnico estão sujeitas a riscos e incertezas relevantes e, em decorrência disto, o investidor não deve tomar nenhuma decisão de investimento baseado exclusivamente nestas informações.

As informações contidas no Estudo Técnico não são fatos e não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros. Os leitores deste Prospecto são advertidos que as informações constantes do Estudo Técnico podem não se confirmar, tendo em vista que estão sujeitas a diversos fatores, tais como demanda pelos produtos das redes de drogarias, aumento de concorrência, redução das margens de medicamentos, condição financeira de nossos clientes, alterações nos preços dos medicamentos, nos custos estimados de nosso orçamento e na demanda por nossos produtos e serviços, dentre outros descritos na Seção “Considerações Sobre Estimativas e Declarações Futuras” deste Prospecto e no Estudo Técnico anexo a este Prospecto.

Potenciais investidores devem observar que as premissas, estimativas e expectativas incluídas no Estudo Técnico e neste Prospecto refletem determinadas premissas, análises e estimativas da APSIS. As premissas utilizadas no Estudo Técnico e no Prospecto não foram verificadas de maneira independente, exceto na forma descrita no sumário do relatório técnico contido no Estudo Técnico anexo a este Prospecto.

Nem a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., nem qualquer outro auditor independente compilou, revisou ou executou qualquer procedimento com relação às informações operacionais ou outras informações utilizadas na elaboração do Estudo Técnico, exceto pelos números auditados nele contidos. A Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. não expressou qualquer opinião ou emitiu qualquer outra forma de declaração sobre tais informações, nem sobre as perspectivas de virem a se concretizar as estimativas constantes do Estudo Técnico, de forma que não assumirá nenhuma responsabilidade a este respeito, negando qualquer associação com tais informações financeiras.

O parecer de auditoria da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. incluído neste Prospecto foi elaborado com base nas informações financeiras históricas de nossa Companhia e não se estende às informações não derivadas das demonstrações financeiras auditadas da Companhia constantes do Estudo Técnico, de forma que estas não devem ser presumidas integrantes de tal relatório.

Não temos a intenção de atualizar ou revisar as informações mencionadas no Estudo Técnico para refletir as circunstâncias após a data deste Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações da Companhia. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Definitivo, incluindo as informações contidas nas seções “Estudo Técnico”, “Principais Fatores de Riscos Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, nas páginas 32, 23 e 27, respectivamente, e os itens 4 e 5 do Formulário de Referência, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

| | |
|---|---|
| Companhia | Brazil Pharma S.A. |
| Coordenador Líder | Banco BTG Pactual S.A. |
| Coordenadores da Oferta | Coordenador Líder, Banco Morgan Stanley S.A. e Banco Bradesco BBI S.A. |
| Coordenadores Contratados | XP Investimentos Corretora de Cambio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Votorantim S.A. |
| Agentes de Colocação Internacional | BTG Pactual U.S. Capital Corp., Morgan Stanley & Co. LLC, Bradesco Securities, Inc., Raymond James & Associates, Inc. e pelo Banco Votorantim Securities, Inc. |
| Instituições Participantes da Oferta | Instituições Consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro credenciadas junto à BM&FBOVESPA, em conjunto com os Coordenadores da Oferta. |
| Oferta | <p>Oferta pública de distribuição primária de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação das Instituições Consorciadas, e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.</p> <p>As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil, em moeda corrente nacional.</p> <p>Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, será observado o direito de colocação prioritária de Ações aos atuais acionistas da Companhia. Para mais detalhes, ver seção “Informações relativas à Oferta – Oferta Prioritária” deste Prospecto. A subscrição de Ações pelos atuais acionistas no âmbito da Oferta Prioritária pode ter um impacto adverso na definição do Preço por Ação e na liquidez esperada das Ações. Nesse sentido, ver seção “Fatores de Risco – A eventual aceitação de ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> pode levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das nossas Ações no mercado secundário, especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos nossos atuais acionistas” deste Prospecto.</p> |

Sumário da oferta

| | |
|----------------------------------|--|
| Ações | Ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta. |
| Ações do Lote Suplementar | <p>Conforme Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 3.000.000 de ações de emissão da Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.</p> <p>O BTG Pactual terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação, seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.</p> |
| Ações Adicionais | Conforme Opção de Ações Adicionais, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) foi, a critério da Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, aumentada em 4.000.000 de Ações, que correspondem a 20% do total das Ações inicialmente ofertadas, em conformidade com o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. |
| Preço por Ação | R\$17,25. |
| Valor Total da Oferta | R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais). |

Direitos e Vantagens das Ações

As Ações conferem a seus titulares os seguintes direitos: (a) direito de voto nas Assembléias Gerais da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (b) direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas (100% *tag along*); (d) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso; (e) direito de alienação de suas ações em oferta pública a ser efetivada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente; e (f) todos os demais direitos assegurados às Ações, nos termos previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos neste Prospecto Definitivo.

Instituição Financeira Escrituradora

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.

Direito de Venda Conjunta (Tag-along)

A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição (OPA) abrangendo a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do controle. Para mais informações, veja a seção “Valores Mobiliários”, referente ao item 18 do Formulário de Referência.

Restrição à Negociação de Ações (Lock-up)

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta.

Ainda, a Companhia, os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, bem como seus atuais acionistas, ou seja, FIP BTG, FIP BTG II, BTG Pharma, FIP Infinity, FIP Lajota, FIP Vincitore, Álvaro José da Silveira, Diocesmar Felipe de Faria, Álvaro Silveira Júnior, Natália Nunes de Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes de Silveira, Rodrigo Silveira, Leandro Felipe dos Santos (em conjunto, “Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários”) obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, as ações, quaisquer valores mobiliários representativos do capital social da Companhia, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ou de quaisquer valores mobiliários representativos do capital social da Companhia de que sejam titulares na data do Prospecto Definitivo (“Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de Lock-up”), a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e durante um período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, exceto em certas situações específicas, incluindo as transferências, diretas ou indiretas, de Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up* (1) realizadas no âmbito das atividades de estabilização, nos termos do Contrato de Estabilização e do Contrato de Empréstimo, (2) com o consentimento prévio dos Agentes de Colocação Internacional, (3) entre acionistas ou Afiliadas de qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, (4) por qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários ou seu representante para uma ou mais pessoas físicas com o propósito de torná-las elegíveis aos cargos no conselho de administração da Companhia, (5) transferências relacionadas aos programas de *stock option plan* e de recompra de ações da Companhia, bem como transferências, pelos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, de ações recebidas em decorrência do exercício de *stock option plan*, (6) transferências de ações que forem adquiridas no mercado por qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários após a data do Contrato de Colocação, (7) na forma de doações de boa-fé, desde que o beneficiário desta doação, antes de qualquer transferência dos Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up*, obrigue-se a cumprir todos os termos e condições dos Acordos de *Lock-up*, juntamente com a declaração de que esteve em conformidade com os Acordos de *Lock-up* a partir da data do Contrato de Colocação, (8) como disposição de qualquer *trust* celebrado em benefício direto ou indireto de qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, seus familiares ou Afiliadas, desde que o *trustee*, antes de qualquer transferência dos Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up*, obrigue-se a cumprir todos os termos e condições dos Acordos de *Lock-up*, juntamente com a declaração de que esteve em conformidade com esses acordos a partir da data do Contrato de Colocação, e (9) transferência de Ações a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores da Oferta, no contexto da realização de atividade de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive com a Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, e com o Código ANBIMA (conforme definido abaixo), ressalvando-se que nenhuma autorização será necessária caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores da Oferta (“Transferências Permitidas”).

| | |
|---|--|
| | <p>Adicionalmente, certos sócios-fundadores celebraram com a Companhia acordos de não negociação das ações de emissão da Companhia de que sejam titulares. Para informações detalhadas sobre tais acordos, vide item “6.7 – Outras Informações Relevantes – Restrições a transferência das nossas ações” na página 414 do Formulário de Referência.</p> |
| Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários | <p>A Companhia, os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, bem como seus atuais acionistas, ou seja, FIP BTG, FIP BTG II, BTG Pharma, FIP Infinity, FIP Lajota, FIP Vincitore, Álvaro José da Silveira, Diocesmar Felipe de Faria, Álvaro Silveira Júnior, Natália Nunes de Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes de Silveira, Rodrigo Silveira, Leandro Felipe dos Santos em conjunto.</p> |
| Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de <i>Lock-up</i> | <p>As ações, quaisquer valores mobiliários representativos do capital social da Companhia, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ou de quaisquer valores mobiliários representativos do capital social da Companhia de que Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários sejam titulares na data do Prospecto Definitivo.</p> |
| Público Alvo | <p>Investidores da Oferta Prioritária, no âmbito da Oferta Prioritária, Investidores da Oferta de Dispersão, no âmbito da Oferta de Dispersão e Investidores da Oferta Institucional, no âmbito da Oferta Institucional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.</p> |
| Oferta Prioritária | <p>Distribuição prioritária, aos acionistas da Companhia, no montante global de R\$26.999.993,25, correspondente a 1.565.217 Ações da Oferta, ao preço por ação de R\$17,25, de acordo com o procedimento indicado em “Informações relativas à Oferta – Oferta Prioritária” deste Prospecto.</p> |
| Oferta de Dispersão | <p>No contexto da Oferta, o montante de, no mínimo, 13,5% e, a critério dos Coordenadores, o montante de, no máximo, 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores da Oferta de Dispersão que realizem Pedido de Reserva.</p> |
| Oferta Institucional | <p>As Ações objeto da Oferta que não forem colocadas na Oferta de Dispersão serão destinadas aos Investidores Institucionais. Não serão admitidas para os Investidores Institucionais reservas antecipadas e não haverá valores mínimos ou máximos de investimento.</p> |
| Pessoas Vinculadas | <p>Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, investidores que sejam controladores ou administradores da Companhia, de suas subsidiárias e controladas, das Instituições Participantes da Oferta, dos Agentes de Colocação Internacional ou outras pessoas vinculadas à Oferta, incluindo os atuais acionistas da Companhia, bem como seus cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau.</p> |

Sumário da oferta

| | |
|---|---|
| Pedido de Reserva da Oferta Prioritária | Formulário específico, irrevogável e irretroatável, a ser preenchido durante o Período de Reserva para Investidores da Oferta Prioritária, pelos Investidores da Oferta Prioritária que desejarem participar da Oferta Prioritária. |
| Pedido de Reserva | Formulário específico a ser preenchido durante o Período de Reserva pelos Investidores da Oferta de Dispersão que desejarem participar da Oferta de Dispersão. |
| Período de Reserva | O período de 6 (seis) dias úteis, com início em 14 de junho de 2011, inclusive, e encerramento em 21 de junho de 2011, inclusive, concedido aos Investidores da Oferta de Dispersão para realizarem seus Pedidos de Reserva. |
| Período de Reserva para Investidores da Oferta Prioritária | Dia 14 de junho de 2011 para os Investidores da Oferta Prioritária efetuarem seus Pedidos de Reserva. |
| Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | Dia 14 de junho de 2011 para os Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva. |
| Investidores da Oferta Prioritária | Os atuais acionistas da Companhia, para os quais a Oferta Prioritária é destinada. |
| Investidores da Oferta de Dispersão | Cada um dos Investidores Institucionais Locais que realizar pedido de investimento em montante entre o valor mínimo correspondente a 1 lote de 10.000 Ações e o valor máximo correspondente a 5 lotes de 10.000 Ações e que tenha realizado Pedido de Reserva. |
| Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas | Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas (exceto para Investidores da Oferta Prioritária), sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. |
| Investidores Institucionais | Investidores Institucionais Locais (que não sejam Investidores da Oferta de Dispersão) e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto. |
| Investidores Institucionais Locais | Investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil que sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuem investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 e que, adicionalmente, tenham atestado por escrito sua condição de investidor qualificado; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios. |

Sumário da oferta

Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Ação, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será vedada a colocação das Ações aos Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas (exceto para Investidores da Oferta Prioritária). Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e os investimentos nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas e por Investidores da Oferta Prioritária poderão promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.**

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

A Oferta é inadequada aos investidores que não sejam Investidores Institucionais Locais ou Investidores Estrangeiros. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos nossos negócios, mercado de atuação e os riscos inerentes aos nossos negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Institucionais Locais interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos nossos negócios e ao investimento nas Ações.

Adicionalmente, como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência).

Período de Colocação

Período que se inicia na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na Data da Liquidação.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta será (1) de até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400, ou (2) até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Sumário da oferta

| | |
|---|---|
| Data de Liquidação | Data da liquidação física e financeira da Oferta, que deverá ocorrer no terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores. |
| Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar | Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer em até três dias úteis contados de cada data de exercício da Opção de Lote Suplementar. |
| Regime de Colocação e Garantia Firme de Liquidação | Nos termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta realizarão, de forma individual e não solidária, a colocação das Ações em regime de garantia firme de liquidação. |
| Garantia Firme de Liquidação | A garantia firme de liquidação na Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de, após a assinatura do Contrato de Colocação, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, subscrever e liquidar, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta nos termos do Contrato de Colocação, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo correspondente à diferença entre (1) a quantidade de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e (2) a quantidade de Ações objeto da Oferta efetivamente liquidada no mercado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). |
| Estabilização do Preço das Ações | O BTG Pactual poderá, a seu exclusivo critério, conduzir, por intermédio da BTG Pactual CTVM, atividades de estabilização de preço das Ações na BM&FBOVESPA durante o período compreendido entre a data de início da negociação das Ações, inclusive, e o 30º (trigésimo) dia, inclusive, contado de tal data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Ações, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005. Nos termos do Contrato de Estabilização, o BTG Pactual poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda de Ações, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério. |

Sumário da oferta

Destinação dos Recursos

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta da seguinte forma: (i) R\$273,2 milhões, ou 70%, em aquisições de novas redes de drogarias e farmácias, bem como para capital de giro e abertura de novas lojas das Operações Próprias existentes, (ii) 48,8 milhões, ou 12,5%, no pagamento da aquisição da participação dos sócios no *Roll-up*; (iii) 29,3 milhões, ou 7,5%, na implementação de sistemas de integração e central de serviços compartilhados; e (iv) 39,0 milhões, ou 10%, no desenvolvimento de novos produtos e produtos de marca própria. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2011 e os seus termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 9 de maio de 2011 e publicadas no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 6 e 7 de junho de 2011, respectivamente.

A emissão das Ações com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, o Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de junho de 2011, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de junho de 2011.

Admissão à Negociação

As Ações, incluindo as Ações objeto da Oferta, são admitidas à negociação no segmento especial de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob o código “BPHA3”. As Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão negociadas na BM&FBOVESPA a partir do dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.

Durante o prazo de 18 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou seja, até 24 de dezembro de 2012, inclusive, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes indivisíveis de 10.000 (dez mil) Ações, não sendo admitidas negociações de lotes fracionários. Após o encerramento deste período de 18 meses, as Ações serão negociadas no lote padrão usualmente praticado pela BM&FBOVESPA, que hoje é de 100 ações, sendo admitida negociação de lote fracionário.

Fatores de Risco

Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações, ver a seção “Fatores de Risco”, constante das páginas 27 a 31 deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto, e as seções “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” e “Risco de Mercado”, nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência.

Sumário da oferta

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta”, nas páginas 46 a 63 deste Prospecto. O registro da Oferta foi solicitado pela Companhia e pelo Coordenador Líder em 29 de abril de 2011, estando a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção “Informações sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores” deste Prospecto.

Free Float

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar e a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária, 100,00% das ações ordinárias de nossa emissão estarão em circulação.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Companhia

Brazil Pharma S.A.

Rua Gomes de Carvalho, n.º 1629, 6º e 7º andares

CEP 04547-006, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 2117-5200

Fax: +55 11 2117-5233

At.: Sr. Renato de Vicq Telles da Silva Lobo

Diretor de Relações com Investidores

<http://www.brph.com.br>

Coordenadores da Oferta

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729, 9º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 3383-2000

Fax: +55 11 3383-2001

At.: Sr. Fábio Nazari

<http://www.btgpactual.com>

Banco Morgan Stanley S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3600, 6º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 3048-6000

Fax: +55 11 3048 6099

At.: Sr. Rafael Pagano

<http://www.morganstanley.com.br>

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, n.º 1450, 8º andar

CEP 01310-917, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 2178-4800

Fax: +55 11 2178-4880

At.: Sr. Rodrigo Margoni

<http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas>

Coordenadores Contratados

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 3434, bloco 7, 2º andar, salas 201 a 208

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: +55 11 3526-1300

Fax: +55 11 3526 1350

At.: Sr. Henrique Loyola

<http://www.xpi.com.br>

Banco Votorantim S.A.

Avenida das Nações Unidas, n.º 14171, Torre A, 18º andar

CEP 04794-000, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 5171-2612

Fax: +55 11 5171-2656

At.: Sr. Roberto Roma

<http://www.bancovotorantim.com.br>

Consultores Legais Locais da Companhia

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

CEP 01403-001, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 3147-7600

Fax: +55 11 3147-7770

At.: Sr. Jean Marcel Arakawa

<http://www.mattosfilho.com.br>

Consultores Legais Externos da Companhia

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3311, 7º andar

CEP 01451-000, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: +55 11 3708-1820

Fax: +55 11 3708-1845

At.: Sr. Richard S. Aldrich, Jr.

<http://www.skadden.com>

Identificação da companhia, dos coordenadores, dos consultores e dos auditores

**Consultores Legais Locais dos
Coordenadores da Oferta**

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3144, 11º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP, Brasil
Tel.: +55 11 3150-7000
Fax: +55 11 3150-7071
At.: Sr. Daniel de Miranda Facó / Sra. Eliana A.
Chimenti
<http://www.machadomeyer.com.br>

**Consultores Legais Externos dos
Coordenadores da Oferta**

White & Case LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2277, 4º andar
CEP 01452-000, São Paulo, SP, Brasil
Tel.: +55 11 3147-5600
Fax: +55 11 3147-5611
At.: Sr. Donald Baker
<http://www.whitecase.com>

Auditores Independentes da Companhia

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1830,
Torre I, 8º andar CEP 04543-900, São Paulo, SP,
Brasil
Tel.: +55 11 2573-3000
Fax: +55 11 2573-5780
At.: Sr. Flávio Peppe
<http://www.ey.com.br>

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas a este Prospecto nas páginas 135 e 137.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA

As informações referentes às seções relacionadas (i) aos nossos Fatores de Risco e de nosso Mercado de Atuação; (ii) à nossa situação financeira; e (iii) a outras informações relativas a nós, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, capital social, administração, pessoal, contingências judiciais e administrativas e operações com partes relacionadas, podem ser encontradas do Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e protocolizado na CVM em 28 de abril de 2011, o qual se encontra anexo a este Prospecto, a partir da página 335, e está disponível nos seguintes *websites*:

- (i) www.brazilpharma.com.br/ri, neste *website* acessar “Prospecto Definitivo”
- (ii) www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento (neste *website* acessar “Mercado de Capitais” no menu à esquerda, depois acessar “2011” no menu à direita e a seguir clicar em “Prospecto Definitivo” logo abaixo de Brazil Pharma S.A.).
- (iii) www.morganstanley.com.br/prospectos – neste *website*, em Prospectos Locais, acessar “Prospecto Definitivo – Brazil Pharma S.A.”.
- (iv) www.bradescoobi.com.br/ofertaspublicas – neste *website* acessar “Brazil Pharma” e, posteriormente, “Prospecto Definitivo”.
- (v) www.xpi.com.br/ipo.aspx (neste *website* acessar “Oferta Pública de Brazil Pharma”).
- (vi) www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas (neste *website*, na seção Prospectos das Operações de Renda Variável, acessar “BR Pharma – Prospecto Definitivo de Emissão de Ações (IPO)”).
- (vii) www.cvm.gov.br – neste *website* acessar “Participantes do Mercado” – “Companhias Abertas” – “Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição”, depois digitar “Brazil Pharma”, posteriormente acessar “Brazil Pharma S.A.” e, em seguida, no assunto “Prospecto Definitivo – Arquivado CVM”, acessar “Consulta”.
- (viii) www.bmfbovespa.com.br – em tal página acessar “Empresas Listadas”, após digitar “Brazil Pharma”, posteriormente acessar Brazil Pharma S.A. – “Informações Relevantes” – “Prospecto de Distribuição Pública”.

Nos itens (i) a (viii) acima, o investidor terá acesso a este Prospecto que contém o Formulário de Referência anexo.

Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, deste Prospecto e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$416.647.906,10, totalmente subscrito e integralizado, representado por 55.849.579 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, até o limite de 80.892.694 ações, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite de capital autorizado.

Antes da Oferta

Antes da conclusão da Oferta, a composição do capital social da Companhia é a seguinte:

| Espécie e Classe | Quantidade | % |
|-------------------------|-------------------|--------------|
| Ações Ordinárias | 55.849.579 | 100,0 |
| Total | 55.849.579 | 100,0 |

Após a Oferta

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar, a composição do capital social da Companhia será a seguinte:

| Espécie e Classe | Quantidade | % |
|-------------------------|-------------------|--------------|
| Ações Ordinárias | 79.849.579 | 100,0 |
| Total | 79.849.579 | 100,0 |

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, a composição do capital social da Companhia será a seguinte:

| Espécie e Classe | Quantidade | % |
|-------------------------|-------------------|--------------|
| Ações Ordinárias | 82.849.579 | 100,0 |
| Total | 82.849.579 | 100,0 |

Distribuição do Capital Social

As tabelas a seguir contêm informações sobre a distribuição do capital social da Companhia na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta entre acionistas titulares de, no mínimo, 5% das ações ordinárias de emissão da Companhia e membros dos conselhos de administração e diretorias da Companhia.

Antes da Oferta e após o Roll-up

| Acionistas | Ações Ordinárias | % Total |
|--|-------------------------|----------------|
| FIP BTG | 8.216.662 | 14,71% |
| FIP BTG II | 12.076.255 | 21,62% |
| BTG Pharma | 7.541.111 | 13,50% |
| Infinity Fundo de Investimento em Participações | 3.092.669 | 5,54% |
| Vincitore Fundo de Investimento em Participações | 3.092.669 | 5,54% |
| Lajota Fundo de Investimento em Participações | 3.092.670 | 5,54% |
| Sócios Fundadores | 18.737.534 | 33,55% |
| Administradores e Conselheiros | 9 | 0,00% |
| Tesouraria | — | — |
| Outros | — | — |
| Total | 55.849.579 | 100,0 |

Informações relativas à oferta

Após a Oferta

Após a conclusão da Oferta, considerando a distribuição das Ações Adicionais, e sem considerar as Ações do Lote Suplementar e a composição do capital social da Companhia será a seguinte:

| Acionistas | Ações Ordinárias | % Total |
|---|-------------------------|----------------|
| FIP BTG | 8.216.662 | 10,29% |
| FIP BTG II | 12.076.255 | 15,12% |
| BTG Pharma | 7.541.111 | 9,44% |
| Infinity Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾ | 3.614.408 | 4,53% |
| Vincitore Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾ | 3.614.408 | 4,53% |
| Lajota Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾ | 3.614.409 | 4,53% |
| Sócios Fundadores | 18.737.534 | 23,46% |
| Administradores e Conselheiros | 9 | 0,00% |
| Tesouraria..... | — | — |
| Outros | 22.434.783 | 28,1% |
| Total | 79.849.579 | 100,0% |

Após a conclusão da Oferta, considerando a quantidade máxima de Ações do Lote Suplementar e a distribuição das Ações Adicionais, a composição do capital social da Companhia será a seguinte:

| Acionistas | Ações Ordinárias | % Total |
|---|-------------------------|----------------|
| FIP BTG | 8.216.662 | 9,92% |
| FIP BTG II | 12.076.255 | 14,58% |
| BTG Pharma | 7.541.111 | 9,10% |
| Infinity Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾ | 3.614.408 | 4,36% |
| Vincitore Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾ | 3.614.408 | 4,36% |
| Lajota Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾ | 3.614.409 | 4,36% |
| Sócios Fundadores | 18.737.534 | 22,62% |
| Administradores e Conselheiros | 9 | 0,00% |
| Tesouraria..... | — | — |
| Outros | 25.434.783 | 30,70% |
| Total | 82.849.579 | 100,0% |

⁽¹⁾ Considerando a subscrição de Ações no Âmbito da Oferta Prioritária por esses acionistas.

A Companhia é controlada pelos seguintes acionistas:

- (i) FIP BTG é um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. A orientação do exercício do direito de voto relativo às ações detidas pelo FIP BTG é conduzida pelo Sr. Carlos Fonseca, na qualidade de gestor responsável perante a CVM pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., nos termos do regulamento do referido fundo;
- (ii) FIP BTG II é um fundo de investimento gerido pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. A orientação do exercício do direito de voto relativo às ações detidas pelo FIP BTG II em Participações é conduzida pelo Sr. Carlos Fonseca, na qualidade de gestor responsável perante a CVM pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., nos termos do regulamento do referido fundo;
- (iii) BTG Pharma é uma sociedade por ações controlada integralmente pelo FIP BTG;

Informações relativas à oferta

- (iv) Vincitore FIP é um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Vincitore FIP são influenciadas por um Comitê de Investimento composto por 6 membros titulares, sendo (i) 5 membros votantes, sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos quotistas, e (ii) 1 membro designado Membro Honorário, a ser eleito pela Administradora. Os membros votantes são: Paula Regina Depieri, José Luiz Depieri, Carlos Eduardo Depieri, os quais também são acionistas do grupo Aché, Celso Henrique Café e Alves Júnior e Luiz Antônio Martins Amarante; sendo que o membro honorário é Renato Hermann Cohn.
- (v) Lajota FIP é um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Lajota FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por 4 membros, sendo (i) 3 membros com direito de voto, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Quotistas, e (ii) 1 membro sem direito de voto, a ser eleito pela Administradora. Os membros eleitos pelos quotistas são: Jonas de Campos Siaulys, o qual também é acionista do grupo Aché, Luiz Carlos Vaini e Alexandre Gottlieb Lindenbojm; sendo que o membro eleito pelo administrador é Renato Hermann Cohn.
- (vi) Infinity FIP é um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Infinity FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por até cinco membros, sendo três membros indicados pelos quotistas, um membro independente e um membro indicado pelo administrador, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de quotistas. Os membros indicados pelos quotistas são: Raphael Batista Netto, Adalberto P. Dellape Batista e Ricardo P. Dellape Batista, os quais também são acionistas do grupo Aché, sendo que o membro independente é Antônio Carlos Gomes e o membro indicado pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

Adicionalmente, esclarecemos que:

- os FIPs não influenciam qualquer decisão relativa à operação comercial cotidiana da Companhia, tendo apenas os direitos políticos previstos no Acordo de Acionistas celebrado entre BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações; BTG Pactual Pharma Participações S.A; BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações; e FIPs, datado de 22 de março de 2011 (“Acordo de Acionistas I”) conforme descrito no item 15.5 do Formulário de Referência, quais sejam, em rápida síntese, o direito de veto com relação a matérias restritas e o direito à indicação de um membro do Conselho de Administração;
- não há participação societária de qualquer sociedade do grupo Aché na Companhia, ou vice-versa; e
- o relacionamento existente entre as sociedades do grupo Aché e a Companhia e suas subsidiárias restringe-se ao fornecimento de produtos farmacêuticos, adquiridos mediante pedidos de compra formulados pela Companhia em condições de mercado, sem que haja compromissos ou contratos de fornecimento de longo prazo.

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, o Morgan Stanley será o Coordenador Adicional na Oferta, em razão de veículos que estão sob o controle comum com o BTG Pactual, ou que são geridos por sociedades controladas pelo BTG Pactual, e recebam investimentos do grupo BTG Pactual serem titulares de ações representativas de 75%, antes do *roll up*, ou mais no capital social da Companhia. Essa participação foi calculada de acordo com os critérios específicos do artigo 16, §4º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas. Para mais informações sobre a participação do BTG Pactual na Companhia, ver seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta” deste Prospecto. O Morgan Stanley não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na oferta pública de distribuição primária de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação das Instituições Consorciadas, e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional exclusivamente junto a (a) investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos no *Rule 144A*, editado pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o *Securities Act*, e (b) investidores nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país (*non U.S. persons*), em conformidade com o *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil nos termos da Lei n.º 4.131, ou da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325.

Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, será observado o direito de colocação prioritária de Ações aos atuais acionistas da Companhia. Para mais detalhes, ver seção “Informações relativas à Oferta – Oferta Prioritária” deste Prospecto. A subscrição de Ações pelos atuais acionistas no âmbito da Oferta Prioritária pode ter um impacto adverso na definição do Preço por Ação e na liquidez esperada das Ações. Nesse sentido, ver seção “Fatores de Risco – A eventual aceitação de ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding* pode levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das nossas Ações no mercado secundário, especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos nossos atuais acionistas” deste Prospecto.

Durante o prazo de 18 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou seja, até 24 de dezembro de 2012, inclusive, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes individuais de 10.000 (dez mil) Ações, não sendo admitidas negociações de lotes fracionários. Após o encerramento deste período de 18 meses, as Ações serão negociadas no lote padrão usualmente praticado pela BM&FBOVESPA, que hoje é de 100 ações, sendo admitida negociação de lote fracionário.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional. Para informações adicionais, ver seção “Procedimento de Colocação das Ações” deste Prospecto.

Ações do Lote Suplementar

Conforme Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 3.000.000 de ações de emissão da Companhia, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

O BTG Pactual terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Informações relativas à oferta

Ações Adicionais

Conforme Opção de Ações Adicionais, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas foi, a critério da Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, aumentada em 4.000.000 de Ações, que correspondem a 20% do total das Ações inicialmente ofertadas, em conformidade com o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2011 e os seus termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 9 de maio de 2011 e publicadas no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 6 e 7 de junho de 2011, respectivamente.

A emissão das Ações com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, o Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de junho de 2011, cuja ata será arquivada oportunamente na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de junho de 2011.

Negociação das Ações

Em 25 de maio de 2011, a Companhia, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore e os Administradores da Companhia celebraram o “Contrato de Participação no Novo Mercado”. As Ações de emissão da Companhia foram listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código “BPHA3”, e com o código ISIN “BRBPHAACNOR6”.

Durante o prazo de 18 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou seja, até 24 de dezembro de 2012, inclusive, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes indivisíveis de 10.000 (dez mil) Ações, não sendo admitidas negociações de lotes fracionários. Após o encerramento deste período de 18 meses, as Ações serão negociadas no lote padrão usualmente praticado pela BM&FBOVESPA, que hoje é de 100 ações, sendo admitida negociação de lote fracionário.

As Ações não foram nem serão registradas na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, o Preço por Ação foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva, e (ii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44 da Instrução CVM 400, no valor de R\$17,25.

Os Investidores da Oferta de Dispersão que aderirem à Oferta de Dispersão não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

Informações relativas à oferta

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, até o limite máximo de 15% da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas (exceto para Investidores da Oferta Prioritária), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. **A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e os investimentos nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas e por Investidores da Oferta Prioritária podem promover redução de liquidez das Ações no mercado secundário.** Para mais informações, ver seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações – *A eventual aceitação de ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas e dos Acionistas da Companhia na Oferta Prioritária durante o Procedimento de Bookbuilding poderão levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das Ações de emissão da Companhia no mercado secundário especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos atuais acionistas da Companhia*”, deste Prospecto. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e considerando as Ações Adicionais:

| Oferta | Quantidade | Valor ⁽¹⁾ (R\$) | Comissões ⁽¹⁾⁽³⁾ (R\$) | Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$) |
|--------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------------|---|
| Por Ação..... | 1 | 17,25 | 0,73 | 16,52 |
| Oferta | 24.000.000 | 414.000.000,00 | 17.415.000,30 | 396.584.999,70 |
| Total | 24.000.000 | 414.000.000,00 | 17.415.000,30 | 396.584.999,70 |

(1) Com base no valor de R\$17,25, correspondente ao Preço por Ação .

(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

(3) Excluídas as Ações da Oferta Prioritária, sobre as quais não incidem as comissões da Oferta.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar e considerando as Ações Adicionais:

| Oferta | Quantidade | Valor ⁽¹⁾ (R\$) | Comissões ⁽¹⁾⁽³⁾ (R\$) | Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$) |
|--------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------------|---|
| Por Ação..... | 1 | 17,25 | 0,73 | 16,52 |
| Oferta | 27.000.000 | 465.750.000,00 | 19.743.750,30 | 446.006.249,70 |
| Total | 27.000.000 | 465.750.000,00 | 19.743.750,30 | 446.006.249,70 |

(1) Com base no valor de R\$17,25, correspondente ao Preço por Ação.

(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

(3) Excluídas as Ações da Oferta Prioritária, sobre as quais não incidem as comissões da Oferta.

Informações relativas à oferta

Custos da Oferta

As comissões e as despesas da Oferta serão exclusivamente pagas pela Companhia. A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

| Custos | Custo Total ⁽¹⁾ | % em relação ao Valor Total da Oferta | Custo por Ação ⁽¹⁾ | % em relação ao Preço por Ação |
|---|----------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | | (R\$, exceto percentuais) | | |
| Comissões da Oferta ⁽⁴⁾ | 17.415.000,30 | 4,21% | 0,73 | 4,21% |
| Comissão de Coordenação ⁽⁴⁾ | 2.322.000,04 | 0,56% | 0,10 | 0,56% |
| Comissão de Colocação ⁽⁴⁾ | 6.966.000,12 | 1,68% | 0,29 | 1,68% |
| Comissão de garantia firme ⁽⁴⁾ | 2.322.000,04 | 0,56% | 0,10 | 0,56% |
| Comissão de Incentivo ⁽⁴⁾ | 5.805.000,10 | 1,40% | 0,24 | 1,40% |
| Despesas da Oferta ⁽²⁾ | 6.243.911,54 | 1,51% | 0,26 | 1,51% |
| Impostos, taxas e outras retenções | 1.860.041,54 | 0,45% | 0,08 | 0,45% |
| Registro da Oferta | 133.870,00 | 0,03% | 0,01 | 0,03% |
| Advogados | 2.300.000,00 | 0,56% | 0,10 | 0,56% |
| Auditores | 650.000,00 | 0,16% | 0,03 | 0,16% |
| Despesas com Publicidade da Oferta ⁽³⁾ | 1.200.000,00 | 0,29% | 0,05 | 0,29% |
| Outros | 100.000,00 | 0,02% | 0,00 | 0,02% |
| Total de Comissões e Despesas | 23.658.911,84 | 5,71% | 0,99 | 5,71% |

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,25, correspondente ao Preço por Ação.

⁽²⁾ Despesas estimadas, considerando o pagamento integral das comissões da oferta sobre a Oferta.

⁽³⁾ Incluindo os custos com a apresentação para investidores (*Roadshow*).

⁽⁴⁾ Excluídas as Ações da Oferta Prioritária, sobre as quais não incidem as comissões da Oferta.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Colocação sem prévia manifestação da CVM.

Plano de Distribuição

Com expressa anuência da Companhia, os Coordenadores da Oferta elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em consideração as relações da Companhia e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica. Os Coordenadores da Oferta obrigam-se a assegurar a adequação do investimento nas Ações ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e que seus representantes de venda e as demais Instituições Participantes da Oferta receberão exemplar dos Prospectos previamente às suas respectivas datas de emissão para leitura obrigatória e poderão esclarecer as suas dúvidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400. Os Coordenadores da Oferta obrigam-se, também, a realizar os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Listagem no Novo Mercado.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações a (1) Investidores da Oferta Prioritária, no âmbito da Oferta Prioritária, (2) Investidores da Oferta de Dispersão, no âmbito da Oferta de Dispersão e (3) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

A Oferta é inadequada aos investidores que não sejam Investidores Institucionais Locais ou Investidores Estrangeiros. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos seus negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos negócios e ao investimento nas Ações.

Informações relativas à oferta

Cronograma da Oferta

Encontra-se a seguir um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado da Oferta:

| N.º | Evento | Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾ |
|-----|---|---|
| 1. | Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> | 07/06/2011 |
| 2. | Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Período de Reserva para Investidores da Oferta Prioritária Período de Reserva para Pessoas Vinculadas | 14/06/2011 |
| 3. | Encerramento do Período de Reserva | 21/06/2011 |
| 4. | Encerramento das apresentações para potenciais investidores Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Colocação e de outros contratos relacionados à Oferta Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar | 22/06/2011 |
| 5. | Concessão do Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo | 24/06/2011 |
| 6. | Início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA | 27/06/2011 |
| 7. | Data de Liquidação | 29/06/2011 |
| 8. | Encerramento do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar | 27/07/2011 |
| 9. | Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar | 01/08/2011 |
| 10. | Data limite para a publicação do Anúncio de Encerramento | 28/01/2012 |

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.

Procedimento de Colocação das Ações

Após (1) a assinatura do Contrato de Colocação, (2) a concessão do registro da Oferta pela CVM, (3) a publicação do Anúncio de Início e (4) a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações no âmbito da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta deverão assegurar que seus representantes de venda e as demais Instituições Participantes da Oferta recebam previamente às suas respectivas datas de emissão exemplar deste Prospecto e, oportunamente, do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória, de modo que eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Informações relativas à oferta

Oferta Prioritária

Nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, será observado o direito de subscrição prioritária, aos atuais acionistas da Companhia, no montante global de R\$26.999.993,25, correspondente a 1.565.217 Ações da Oferta, considerando o preço por ação de R\$17,25.

O direito de subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária pelos atuais acionistas da Companhia será inicialmente observado em uma quantidade de Ações equivalente ao percentual de participação acionária detida pelo respectivo acionista no capital social da Companhia na data de publicação do Aviso ao Mercado.

Não havendo manifestação por meio da celebração de pedido de reserva específico, por qualquer atual acionista da Companhia, referente ao seu respectivo direito de subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária, as Ações remanescentes resultantes desta não manifestação foram alocadas prioritariamente aos demais atuais acionistas que manifestarem sua intenção de subscrição de sobras de Ações da Oferta Prioritária. Neste caso, o limite por acionista na Oferta Prioritária para subscrição das Ações remanescentes da Oferta Prioritária correspondem à sua respectiva participação no capital social da Companhia, desconsiderada para tanto a participação no capital do acionista que não exercer seu direito de subscrição na proporção das Ações objeto do não exercício do referido direito.

Os atuais acionistas da Companhia manifestaram a qualquer dos Coordenadores da Oferta, de forma irrevogável e irretratável, sua intenção de subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária no dia 14 de junho de 2011, por meio da celebração de pedido de reserva específico com qualquer Coordenador da Oferta.

Os acionistas da Companhia que possuísem o direito de subscrição das Ações no âmbito da Oferta Prioritária puderam ceder, total ou parcialmente, os seus respectivos direitos de subscrição, bem como os Pedidos de Reserva de Investidores da Oferta Prioritária já executados, para outros acionistas da Companhia, até o dia 14 de junho de 2011.

Não obstante o disposto no artigo 55 da Instrução CVM 400, as alocações para os atuais acionistas da Companhia, confirmadas no dia 14 de junho de 2011, serão mantidas ainda que haja excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Ações no objeto da Oferta.

Para mais informações ver seção “Fatores de Risco – A eventual aceitação de ordens de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de *Bookbuilding* pode levar ao risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das nossas Ações no mercado secundário, especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações aos nossos atuais acionistas” na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” deste Prospecto.

Oferta de Dispersão

A Oferta de Dispersão será realizada junto a Investidores da Oferta de Dispersão que tenham realizado seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva. Os Investidores da Oferta de Dispersão interessados em realizar Pedidos de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições constantes do Pedido de Reserva, especialmente no que diz respeito aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e a entrega das Ações.

O Período de Reserva corresponderá ao período de 6 (seis) dias úteis, com início em 14 de junho de 2011, inclusive, e encerramento em 21 de junho de 2011, inclusive, e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas corresponderá ao dia 14 de junho de 2011. Será admitido o recebimento de Pedidos de Reserva a partir do início do Período de Reserva, os quais somente serão confirmados pelo Investidor da Oferta de Dispersão após o início do Período de Colocação.

Informações relativas à oferta

Durante o prazo de 18 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou seja, até 24 de dezembro de 2012, inclusive, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes indivisíveis de 10.000 (dez mil) Ações, não sendo admitidas negociações de lotes fracionários. Após o encerramento deste período de 18 meses, as Ações serão negociadas no lote padrão usualmente praticado pela BM&FBOVESPA, que hoje é de 100 ações, sendo admitida negociação de lote fracionário.

Procedimento da Oferta de Dispersão

No contexto da Oferta de Dispersão, o montante de, no mínimo, 13,5% e, a critério dos Coordenadores, o montante de, no máximo, 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores da Oferta de Dispersão que tenham realizado Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado:

- a. durante o Período de Reserva, cada um dos Investidores da Oferta de Dispersão interessados em participar da Oferta deverá realizar pedido de reserva de Ações, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nas alíneas (i) e (j) abaixo e no item “—Cancelamento dos Pedidos de Reserva” abaixo, mediante preenchimento do Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o valor mínimo de pedido de investimento correspondente a 1 lote de 10.000 Ações e o valor máximo de pedido de investimento correspondente a 5 lotes de 10.000 Ações. Os Investidores da Oferta de Dispersão poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor da Oferta de Dispersão, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva, cada Investidor da Oferta de Dispersão deverá indicar no Pedido de Reserva se é ou não Pessoa Vinculada. As Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Dispersão titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores da Oferta de Dispersão interessados na realização de Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada;
- b. os Investidores da Oferta de Dispersão deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada;
- c. como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Dispersão que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- d. caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Dispersão, não haverá Rateio (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores da Oferta Institucional;

Informações relativas à oferta

- e. caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Dispersão, será realizado rateio em lotes unitários de 10.000 (dez mil) Ações cada (“Lotes”), entre os Investidores da Oferta de Dispersão, sendo que (i) até o limite de investimento correspondente a 1 lote de 10.000 Ações, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva dos Lotes das Ações destinadas à Oferta de Dispersão entre os Investidores da Oferta de Dispersão que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Dispersão; e (ii) uma vez atendido o critério descrito no item (i) acima, os Lotes das Ações destinadas à Oferta de Dispersão remanescentes serão rateados proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores da Oferta de Dispersão, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações dos Lotes (“Rateio”). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Dispersão poderá ser aumentada para até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais) para que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio;
- f. até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor da Oferta de Dispersão pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- g. até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor da Oferta de Dispersão deverá efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado na alínea (f) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado;
- h. na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio da BM&FBOVESPA, entregará as Ações alocadas ao respectivo Investidor da Oferta de Dispersão de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto na alínea (g) acima;
- i. caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores da Oferta de Dispersão ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor da Oferta de Dispersão poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; e (2) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima. Adicionalmente, os casos dos itens (ii) e (iii) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso do item (iii) acima, após a publicação do Anúncio de Início, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor da Oferta de Dispersão está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos desta alínea, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor da Oferta de Dispersão deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (g) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos desta alínea, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

Informações relativas à oferta

- j. caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor da Oferta de Dispersão o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor da Oferta de Dispersão já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (g) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Oferta Institucional

As Ações objeto da Oferta que não forem colocadas na Oferta Prioritária e na Oferta de Dispersão serão destinadas à Oferta Institucional, em conformidade com o seguinte procedimento:

- a. os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta apresentarão suas ordens de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, não sendo admitidas reservas antecipadas, tampouco valores mínimos ou máximos de investimento;
- b. caso a quantidade de Ações objeto das ordens de investimento recebidas dos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda a quantidade remanescente de Ações após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores da Oferta de Dispersão, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por investidores com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da Companhia, seu setor de atuação e as conjunturas macroeconômicas brasileira e internacional, observado o disposto no plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400;
- c. até as 12:00 horas da data de publicação do Anúncio de Início, cada Investidor Institucional deverá ser informado, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou *fac-símile*, sobre a quantidade de Ações que deve subscrever e o Preço por Ação;
- d. a entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a subscrição, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do produto do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas ordens de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Anúncio de Início;
- e. a subscrição das Ações será formalizada mediante assinatura de boletim de subscrição, cujo modelo final será previamente apresentados à CVM e que informam o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações; e
- f. poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, até o limite máximo de 15% da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas (exceto para Investidores da Oferta Prioritária), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. **A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e os investimentos nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas e por Investidores da Oferta Prioritária pode promover redução de liquidez das Ações no mercado secundário.** Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Informações relativas à oferta

Durante o prazo de 18 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, ou seja, até 24 de dezembro de 2012, inclusive, as Ações serão negociadas exclusivamente em lotes indivisíveis de 10.000 (dez mil) Ações, não sendo admitidas negociações de lotes fracionários. Após o encerramento deste período de 18 meses, as Ações serão negociadas no lote padrão usualmente praticado pela BM&FBOVESPA, que hoje é de 100 ações, sendo admitida negociação de lote fracionário.

Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva e todos os boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros de boa-fé, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores.

Prazos da Oferta

A data de início da Oferta será divulgada mediante publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 52, parágrafo único, da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta será (1) de até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400, ou (2) até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, o que ocorrer primeiro.

A liquidação física e financeira da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ocorrer na Data de Liquidação, mediante a entrega de Ações aos investidores. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar deverá ocorrer na Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não sejam Investidores Institucionais Locais ou Investidores Estrangeiros. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos seus negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Institucionais Locais interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos nossos negócios e ao investimento nas Ações. Adicionalmente, como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência).

Informações relativas à oferta

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

Após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a Companhia, os Coordenadores da Oferta e, como interveniente-anuente, a BM&FBOVESPA celebrarão o Contrato de Colocação, que rege os procedimentos para a realização da Oferta e a Companhia e os Coordenadores da Oferta Internacional celebrarão o Contrato de Colocação Internacional, que rege os procedimentos para a realização dos esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta.

Nos termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta realizarão, de forma individual e não solidária, a colocação das Ações em regime de garantia firme de liquidação, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme quantidades de Ações indicadas na tabela a seguir.

| Coordenadores da Oferta | Quantidade de Ações | Percentual da Oferta (%) |
|-------------------------|---------------------|--------------------------|
| Coordenador Líder | 9.600.000 | 40,0% |
| Bradesco BBI | 7.200.000 | 30,0% |
| Morgan Stanley..... | 7.200.000 | 30,0% |
| Total..... | 24.000.000 | 100,0% |

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de colocar as Ações no âmbito da Oferta está sujeita a determinadas condições, incluindo (1) as que visam atestar a não ocorrência de eventos materialmente adversos em relação à Companhia e a conformidade da Oferta com a legislação aplicável, (2) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, (3) a assinatura de Acordos de *Lock-up* pela Companhia, pelos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, pelos atuais acionistas da Companhia, ou seja, FIP BTG, FIP BTG II, BTG Pharma, FIP Infinity, FIP Lajota, FIP Vincitore, Álvaro José da Silveira, Diocesmar Felipe de Faria, Álvaro Silveira Júnior, Natália Nunes de Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes de Silveira, Rodrigo Silveira, Leandro Felipe dos Santos e (4) a emissão de cartas de conforto pelos Auditores Independentes relativamente à consistência das informações financeiras da Companhia divulgadas nos Prospectos e nos *Offering Memoranda* e às demonstrações financeiras da Companhia incluídas nos Prospectos e nos *Offering Memoranda*.

De acordo com o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar, no Brasil, os Coordenadores da Oferta, e, no exterior, os Agentes de Colocação Internacional caso venham a sofrer perdas no Brasil ou no exterior, respectivamente, em razão de informações relevantes incorretas ou omissões relevantes nos Prospectos ou nos *Offering Memoranda*, respectivamente. Caso venham a sofrer perdas no Brasil ou no exterior, conforme o caso, em decorrência dessas informações relevantes incorretas ou omissões relevantes, os Coordenadores da Oferta, no Brasil, e os Agentes de Colocação Internacional, no exterior, poderão ter direito de regresso em face da Companhia, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, conforme o caso. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional contém declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, que, se descumpridas, poderão dar ensejo a potenciais procedimentos judiciais. Procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos da América, poderão envolver valores substanciais. Para informações adicionais, ver seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta — A Companhia está realizando uma Oferta de Ações no Brasil, com esforços de vendas no exterior, o que poderá deixá-la exposta a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil” deste Prospecto.

Informações relativas à oferta

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” deste Prospecto.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação na Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de, após a assinatura do Contrato de Colocação, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, subscrever e liquidar, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta nos termos do Contrato de Colocação, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo correspondente à diferença entre (1) a quantidade de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta, individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação, e (2) a quantidade de Ações objeto da Oferta efetivamente liquidada no mercado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar).

Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta durante o Prazo de Distribuição ou até a publicação do Anúncio de Encerramento, se este ocorrer primeiro, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações até o limite máximo correspondente ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização, de acordo com o Contrato de Estabilização.

Acordos de Lock-up

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o FIP BTG, o FIP BTG II, o BTG Pharma, o FIP Infinity, o FIP Lajota, o FIP Vincitore, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta.

Informações relativas à oferta

Ainda, a Companhia, os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, bem como seus atuais acionistas, ou seja, FIP BTG, FIP BTG II, BTG Pharma, FIP Infinity, FIP Lajota, FIP Vincitore, Álvaro José da Silveira, Diocesmar Felipe de Faria, Álvaro Silveira Júnior, Natália Nunes de Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes de Silveira, Rodrigo Silveira, Leandro Felipe dos Santos (em conjunto, “Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários”) obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, as ações, quaisquer valores mobiliários representativos do capital social da Companhia, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ou de quaisquer valores mobiliários representativos do capital social da Companhia de que sejam titulares na data do Prospecto Definitivo (“Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de Lock-up”), a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional e durante um período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, exceto em certas situações específicas, incluindo as transferências, diretas ou indiretas, de Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up* (1) realizadas no âmbito das atividades de estabilização, nos termos do Contrato de Estabilização e do Contrato de Empréstimo, (2) com o consentimento prévio dos Agentes de Colocação Internacional, (3) entre acionistas ou Afiliadas de qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, (4) por qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários ou seu representante para uma ou mais pessoas físicas com o propósito de torná-las elegíveis aos cargos no conselho de administração da Companhia, (5) transferências relacionadas aos programas de *stock option plan* e de recompra de ações da Companhia, bem como transferências, pelos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, de ações recebidas em decorrência do exercício de *stock option plan*, (6) transferências de ações que forem adquiridas no mercado por qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários após a data do Contrato de Colocação, (7) na forma de doações de boa-fé, desde que o beneficiário desta doação, antes de qualquer transferência dos Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up*, obrigue-se a cumprir todos os termos e condições dos Acordos de *Lock-up*, juntamente com a declaração de que esteve em conformidade com os Acordos de *Lock-up* a partir da data do Contrato de Colocação, (8) como disposição de qualquer *trust* celebrado em benefício direto ou indireto de qualquer Pessoa Sujeita às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, seus familiares ou Afiliadas, desde que o *trustee*, antes de qualquer transferência dos Valores Mobiliários Sujeitos ao Acordo de *Lock-up*, obrigue-se a cumprir todos os termos e condições dos Acordos de *Lock-up*, juntamente com a declaração de que esteve em conformidade com esses acordos a partir da data do Contrato de Colocação, e (9) transferência de Ações a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores da Oferta, no contexto da realização de atividade de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive com a Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, e com o Código ANBIMA (conforme definido abaixo), ressalvando-se que nenhuma autorização será necessária caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores da Oferta (“Transferências Permitidas”).

Adicionalmente, parte dos Sócios-Fundadores celebraram com a Companhia acordos de não negociação das ações de emissão da Companhia de que sejam titulares. Para informações detalhadas sobre tais acordos, vide item “6.7 – Outras Informações Relevantes – Restrições a transferência das nossas ações” no Formulário de Referência.

Estabilização do Preço das Ações

O BTG Pactual poderá, a seu exclusivo critério, conduzir, por intermédio da BTG Pactual CTVM, atividades de estabilização de preço das Ações na BM&FBOVESPA durante o período compreendido entre a data de início da negociação das Ações, inclusive, e o 30º (trigésimo) dia, inclusive, contado de tal data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Ações, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005. Nos termos do Contrato de Estabilização, o BTG Pactual poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda de Ações, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” deste Prospecto.

Empréstimo de Valores Mobiliários

São objeto do Contrato de Empréstimo 3.000.000 de Ações, as quais serão utilizadas com o fim de promover as atividades de estabilização, nos termos do Contrato de Estabilização.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia poderá requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta na CVM que resultem em aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM 400. Adicionalmente, a Companhia poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta com o fim de melhorar os seus termos e condições em favor dos investidores, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o Prazo de Distribuição poderá ser prorrogado em até 90 dias. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes.

A revogação ou qualquer modificação na Oferta deverá ser imediatamente comunicada aos Investidores da Oferta de Dispersão e Investidores Institucionais pela respectiva Instituição Participante da Oferta que junto à qual tenham realizado seu Pedido de Reserva ou suas ordens de investimento, e divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, mesmos veículos a serem utilizados para publicação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, de acordo com o artigo 27 da Instrução CVM 400.

No caso de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta somente aceitarão ordens de investimento ou Pedidos de Reserva, conforme o caso, dos investidores que ainda não tenham aderido à Oferta, se estes se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar expressamente, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à publicação do Anúncio de Retificação, seu interesse em manter suas ordens de investimento ou Pedidos de Reserva, conforme o caso. Em caso de silêncio, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Informações relativas à oferta

Os valores eventualmente depositados em contrapartida ao investimento nas Ações deverão ser integralmente devolvidos aos respectivos investidores sem remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de até três dias úteis contados do pedido expresso de revogação de suas ordens de investimento ou Pedidos de Reserva, conforme aplicável, no caso de modificação da Oferta, ou da publicação do Anúncio de Retificação, no caso de revogação da Oferta, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

A CVM (1) poderá, a qualquer tempo, suspender ou cancelar a Oferta, se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro que tiver concedido ou for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após concedido o respectivo registro, ou (2) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação sanável de regulamentos, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.

O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a regularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão da Oferta, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A Companhia deverá informar os investidores que já tiverem aceitado a Oferta sobre sua suspensão ou cancelamento. No caso de suspensão, deverá ser facultada a esses investidores a possibilidade de revogar a sua aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Nos termos do artigo 20, parágrafo único, da Instrução CVM 400, todos os investidores que tiverem aceitado a Oferta, no caso de seu cancelamento, e os investidores que tiverem revogado a sua aceitação à Oferta, no caso de sua suspensão, terão direito à restituição integral dos valores eventualmente depositados em contrapartida ao investimento nas Ações, sem remuneração ou correção monetária, no prazo de até cinco dias úteis contados da publicação do Anúncio de Retificação, no caso de cancelamento da Oferta, ou do pedido expresso de revogação de suas ordens de investimento ou Pedidos de Reserva, conforme o caso, no caso de suspensão da Oferta.

Características dos Valores Mobiliários

Características das Ações

As Ações conferem a seus titulares os seguintes direitos:

- a. direito de voto nas assembléias gerais da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto;
- b. direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- c. direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas;
- d. direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso;
- e. direito de alienação de suas ações em oferta pública a ser efetivada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente; e
- f. todos os demais direitos assegurados às Ações, nos termos previstos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos da Oferta”, na página 52 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia aos Coordenadores ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. Para mais informações sobre outras operações envolvendo a Companhia e os Coordenadores, veja seção “Operações Vinculadas à Oferta – Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta”, na página 64 deste Prospecto.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

O Coordenador Líder é sociedade afiliada à BTG Alpha, estando sob controle comum com esta última. A BTG Alpha, por sua vez, detém 100% das quotas do FIP BTG que, por sua vez, detém (i) a totalidade das ações de emissão da BTG Pharma e (ii) 22,14% das ações de emissão da Companhia. Ainda, a BTG Pharma detém, diretamente, 20,32% das ações de emissão da Companhia, de modo que, a participação total, direta e indireta, do FIP BTG no capital social total da Companhia corresponde a 42,46%.

Ainda, o Coordenador Líder é controlador da BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., que possui gestão do FIP BTG II. O FIP BTG II, por sua vez, detém 32,54% das ações de emissão da Companhia.

Ademais, a BTG Investments LP, sociedade sob controle comum com o Coordenador Líder, é quotista do FIP BTG II.

O Coordenador Líder é controlador, ainda, da BTG Pactual WM Gestora de Recursos Ltda., que é a gestora do (i) Lajota Fundo de Investimento em Participações; (ii) Infinity Fundo de Investimento em Participações e (iii) Vincitore Fundo de Investimento em Participações (todos, em conjunto, denominados “FIPs”). Os FIPs, por sua vez, detém 25% das ações de emissão da Companhia.

Ressaltamos, ainda, que o Sr. Carlos Fonseca, conselheiro da Companhia, é o gestor responsável pelo FIP BTG e FIP BTG II (mas não dos FIPs, que têm um gestor diferente e independente) e é acionista indireto do Coordenador Líder. Também o Sr. André Soares Sá, Diretor Presidente e membro suplente do nosso conselho de administração, é acionista indireto do Coordenador Líder.

Para mais informações, ver seção “Informações Relativas à Oferta” na página 46 deste Prospecto.

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia, mutuária, celebrou com o BTG Pactual Beta Participações S.A. (empresa do grupo BTG Pactual), mutuante, contrato de mútuo no valor de R\$3,5 milhões, com vencimento em uma única parcela em 11 de janeiro de 2012, sendo que sobre o valor principal do mútuo incidirá atualização monetária equivalente à variação mensal da taxa de CDI, acrescido de juros de 0,25% ao mês. O saldo em aberto, referente a este contrato em 31 de março de 2011 era de R\$3,6 milhões. Além disso, a Companhia mantém uma conta corrente de depósito ativa desde abril de 2010 com o Coordenador Líder, remunerada pelo CDI.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na subseção “Custos da Oferta” acima, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou a sociedades do Conglomerado BTG, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes. O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações.

Operações vinculadas à oferta

A Companhia poderá contratar, no futuro, o Coordenador Líder ou outras sociedades de seu conglomerado para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

A Companhia entende que não há operação financeira realizada com o Coordenador Líder e demais sociedades integrantes de seu conglomerado econômico que venha a levar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação do Coordenador Líder na Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Morgan Stanley e as sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento comercial com a Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item “Custos da Oferta”, deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Morgan Stanley, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Não houve aquisição ou venda, pelo Morgan Stanley, de valores mobiliários de nossa emissão ou de nossas controladas ou de nosso grupo econômico nos últimos doze meses.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta.

O Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (*total return swap*). O Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo econômico poderão subscrever Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Para fins do artigo 16 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, o Morgan Stanley será o Coordenador Adicional na Oferta, em razão de veículos que estão sob controle comum com o BTG Pactual ou que são geridos por sociedades controladas pelo BTG Pactual e recebam investimentos do grupo BTG Pactual serem titulares de ações representativas de 75%, antes do roll up, ou mais no capital social da Companhia. Essa participação foi calculada de acordo com os critérios específicos do artigo 16, §4º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas. Para mais informações sobre a participação do grupo BTG Pactual na Companhia, ver seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta”, na página 64 deste Prospecto. O Morgan Stanley não receberá qualquer remuneração em razão de sua condição de Coordenador Adicional, recebendo somente as comissões de coordenação, garantia firme de liquidação, colocação e, eventualmente, de incentivo em razão de sua condição de Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou com demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam as seguintes operações:

- (i) Cédula de Crédito Bancário n.º 774.702-0 (FINAME), firmada em 20 de outubro de 2010, no valor total solicitado de R\$64.635,92, dividido em dois subcréditos “a” e “b”, sendo: (1) o subcrédito “a” no valor de R\$51.707,14 à taxa de juros de 5,5% a.a.; e (2) o subcrédito “b” no valor de R\$12.928,78 à taxa de 4,7% a.a. pós-fixada de acordo com a TJLP + 1,0% a.a., ambos subcréditos com vencimento em 15 de novembro de 2016 e com finalidade exclusiva de aquisição de unidade de processamento, conforme indicado no contrato; e

Operações vinculadas à oferta

- (ii) Cédula de Crédito Bancário n.º 2.778.926 (CDC), firmado em 17 de novembro de 2010, no valor total solicitado de R\$141.208,21 à taxa de juros de 1,18% a.m., com vencimento em 17 de novembro de 2013 e com finalidade de aquisição/contratação de equipamentos e serviços de informática.

Adicionalmente, a Companhia possui com o Bradesco operações de fiança (contrato n.º 2.046.358-9), de 5 de julho de 2010, no valor total de R\$665.356,00, com vencimento em 2 de julho de 2011, taxa de 1,5% a.a. e com a finalidade de garantir contrato de locação.

Exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e as sociedades integrantes do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses, com exceção das operações acima descritas, o Bradesco BBI e/ou quaisquer sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia nem realizaram qualquer operação de reestruturação societária de seu grupo econômico.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e sociedades do seu conglomerado econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorá-la, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das suas atividades e das sociedades do seu grupo econômico, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

O Bradesco BBI e/ou as demais sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos relacionadas as Ações de emissão da Companhia, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Sem prejuízo da remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos da Oferta” na página 52 deste Prospecto e eventuais ganhos decorrentes da estabilização de Ações de emissão da Companhia, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e Coordenadores Contratados

Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, a XP Investimentos e as sociedades do seu grupo econômico não possuem relacionamento comercial com a Companhia e demais sociedades integrantes de seu conglomerado econômico.

A XP Investimentos e as sociedades do seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratados pela Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorar a Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, pelos quais a XP Investimentos pretende ser remunerada.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Operações vinculadas à oferta

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração prevista neste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP Investimentos cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Votorantim

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial com o Banco Votorantim e demais sociedades integrantes de seu conglomerado econômico.

As sociedades integrantes do conglomerado econômico do Banco Votorantim eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do conglomerado econômico do Banco Votorantim não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia.

O Banco Votorantim e outras sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia, em operações de financiamento e em reestruturações societárias do grupo econômico da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Banco Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais a taxas de mercado, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta prevista neste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco Votorantim cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Banco Votorantim concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Companhia.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco Votorantim como instituição intermediária da Oferta.

O Banco Votorantim e/ou suas afiliadas poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações da Companhia como ativo de referência. O Banco Votorantim e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações da Companhia como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Instituição Financeira Escrituradora

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.

Operações vinculadas à oferta

Informações Adicionais

O registro da Oferta foi requerido em 28 de abril de 2011 perante a CVM, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação e registro da CVM.

Os investidores que desejarem obter informações adicionais sobre a Oferta, bem como exemplar deste Prospecto Definitivo, deverão dirigir-se aos endereços e *websites* indicados a seguir:

Companhia

Brazil Pharma S.A.

Rua Gomes de Carvalho, n.º 1629, 6º e 7º andares

CEP 04547-006, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Renato de Vicq Telles da Silva Lobo

Tel.: +55 11 2117-5243

Fax: +55 11 2117-5290

www.brazilpharma.com.br/ri, neste *website* acessar “Prospecto Definitivo”

Coordenador Líder

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729, 9º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Fábio Nazari

Tel.: +55 11 3383-2000

Fax: +55 11 3383-2474

<https://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento> (neste *website* acessar “Mercado de Capitais” no menu à esquerda, depois acessar “2011” no menu à direita e a seguir clicar em “Prospecto Definitivo” logo abaixo de Brazil Pharma S.A.)

Morgan Stanley

Banco Morgan Stanley S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3600, 6º andar e 7º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Rafael Pagano

Tel.: +55 11 3048-6000

Fax: +55 11 3048 6099

<http://www.morganstanley.com.br/prospectos> (neste *website*, em Prospectos Locais, acessar Prospecto Definitivo - “Brazil Pharma S.A.”)

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, n.º 1450, 8º andar

01310-917, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Rodrigo Margoni

Tel.: +55 11 2178-4800

Fax: +55 11 2178-4880

<http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas> (neste *website*, acessar “Brazil Pharma” e, posteriormente, “Prospecto Definitivo”)

Operações vinculadas à oferta

XP Investimentos Corretora de Cambio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n° 3434, bloco 7, 2° andar, salas 201 a 208

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

At.: Sr. Henrique Loyola

Tel.: +55 11 3526-1300

Fax: +55 11 3526 1350

<http://www.xpi.com.br/ipo.aspx> (neste website acessar “Oferta Pública de Brazil Pharma”)

Banco Votorantim S.A.

Avenida das Nações Unidas, n° 14171, Torre A, 18° andar

CEP 04794-000, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Roberto Roma

Tel.: +55 11 5171-2612

Fax: +55 11 5171-2656

<http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas> (neste website, na seção Prospectos das Operações de Renda Variável, acessar “BR Pharma – Prospecto Definitivo de Emissão de Ações (IPO)”))

O Prospecto Definitivo também está disponível na sede e no endereço eletrônico (i) da CVM, na Rua Sete de Setembro n.º 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga n.º 340, 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou em www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Participantes do Mercado” – “Companhias Abertas” – “Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição”, depois digitar “Brazil Pharma S.A.”, posteriormente no assunto “Prospecto Definitivo – Arquivado CVM” acessar “Consulta”) e (ii) da BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro n.º 275, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou em www.bmfbovespa.com.br (neste *website* acessar “Empresas Listadas”, depois digitar “Brazil Pharma S.A.”, posteriormente acessar “Informações Relevantes” – “Prospecto de Distribuição Pública” – “Prospecto de Distribuição Pública”).

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA E COORDENADORES CONTRATADOS

Coordenadores da Oferta

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o grupo BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales & trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*.

Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a dezembro de 2010 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o *Ranking* ANBIMA de Originação em Renda Variável, publicado pela ANBIMA. É líder em *Equity Capital Markets* em 2010, em volume e número de ofertas, segundo a Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em 2009 em volume de ofertas, de acordo com a ANBIMA. O BTG Pactual é o líder no *Ranking* de Fusões & Aquisições do Brasil em 2010, segundo Thomson Reuters, tendo sido assessor financeiro exclusivo da Cosan na *Joint Venture* com a Shell, da Telemar na parceria estratégica com a Portugal Telecom e da Tam em sua *Joint Venture* com a Lan Airlines.

O BTG Pactual foi eleito, em 2010, *Financial Advisor of the Year* (Financial Times / Merger Market), *Best Investment Bank* do Brasil (LatinFinance) e *Best Equity House* da América Latina (LatinFinance). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007 a 2008 e 2010). Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*” (Euromoney).

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de Oferta Públicas de Renda Variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, já realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Gerdau, Tecnisa, Direcional e Ternium e os IPOs de QGEP, IMC, Magazine Luiza e T4F. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e *lead settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros.

Apresentação dos coordenadores da oferta e coordenadores contratados

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

Morgan Stanley

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem *prime*.

Em 1986, abriu seu capital no New York Stock Exchange – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co., originando uma das empresas globais líderes no mercado de *securities, asset management e credit services*. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e merchant banking, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de março de 2011, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US\$58,1 bilhões e ativos totais no valor de US\$836,2 bilhões.

Na área de *investment banking* o Morgan Stanley possui ampla experiência no mercado global de fusões e aquisições, emissão de ações e emissão de dívidas, tendo participado de inúmeras operações no Brasil e América Latina.

No mercado de emissão de ações, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no *ranking* de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral em 2010, de acordo com a Bloomberg. O Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global; recentemente, o Morgan Stanley foi eleito pela revista *International Financing Review* (IFR) como “*Americas Equity House of the Year*” em 2010 e 2009; “*Structured Equity House of the Year*” em 2010 e “*EMEA Structured Equity House of the Year*” em 2009.

O Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em duas operações de destaque em 2010 selecionadas pela IFR: (i) oferta de ações de US\$70 bilhões da Petrobrás, selecionada como “*Latin America Equity Issue of the Year*”, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global e agente estabilizador, e (ii) a oferta inicial de ações do Agricultural Bank of China, no valor de US\$22,1 bilhões, selecionada como “*Global IPO of the Year*” e “*Asia-Pacific Equity Issue of the Year*”, na qual o banco atuou como *joint bookrunner*.

Apresentação dos coordenadores da oferta e coordenadores contratados

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem no Brasil. A Morgan Stanley Corretora foi a terceira maior corretora em volume total negociado de acordo com dados oficiais da BM&FBovespa em 2010, tendo movimentado US\$113,3 bilhões.

Bradesco BBI S.A.

O Bradesco BBI opera na área de banco de investimento, destacando operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações com investidores estrangeiros.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento tem os seguintes destaques:

- em 2010, atuou como coordenador líder da maior capitalização da história mundial, a oferta pública primária de ações ordinárias e preferenciais da Petrobras, no montante de R\$120,2 bilhões, cujos recursos foram utilizados na aquisição de reservas localizadas no pré-sal e também no plano de investimentos para os próximos anos. O Bradesco BBI orgulha-se em ter participado desta mega capitalização que tornou a Petrobras, na data da precificação, a quarta maior empresa e a segunda maior petrolífera do mundo em valor de mercado;
- o Bradesco BBI tem marcado presença nos *IPOs* e *Follow-Ons* que foram a mercado tendo participado em 6 das 7 mais importantes operações de ações brasileiras dos últimos 5 anos, sendo 3 como coordenador líder. Em 2010, participou como *bookrunner* de 8 operações o que conferiu ao Bradesco BBI a terceira posição no *Ranking* de Distribuição Renda Variável Consolidado da ANBIMA referente ao acumulado de dezembro de 2010, com o volume global de transações de R\$128 bilhões;
- primeira posição no *Ranking* de Originação de Renda Fixa Consolidado da ANBIMA por número e volume de operações, referente ao acumulado de dezembro de 2010, com um montante de 90 operações e totalizando R\$18,3 bilhões em volume de transações no ano de 2010, o que representa 24,3% de participação de mercado;
- segunda posição no *Ranking* ANBIMA de Fusões e Aquisições, publicado em setembro de 2010, por número de operações encerradas;
- o Bradesco BBI atuou como assessor e estruturador financeiro da Santo Antônio Energia, usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada prevista de 3.150 MW, operação vencedora na categoria “*Infrastructure and Project Finance*”, pela revista *The Banker*, edição especial “*Deals of the Year 2010*”. Em junho de 2010, o Bradesco BBI, na condição de assessor financeiro da LLX Logística S.A., obteve êxito na viabilização junto ao BNDES de Financiamento de Longo Prazo no montante total de R\$1,2 bilhão, para a implantação do Superporto Sudeste, terminal portuário de uso privativo misto, localizado no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro;
- ocupando posição de destaque nos *Rankings* publicados pela ANBIMA em dezembro de 2010, classificou-se em primeiro lugar em número de operações nos *Rankings* de Securitização e Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários do *Ranking* ANBIMA de Originação; e

Apresentação dos coordenadores da oferta e coordenadores contratados

- O Bradesco BBI atingiu a sétima posição no *Ranking* de Emissões Privadas do *Ranking* ANBIMA de Mercados de Capitais Emissões Externas publicado em novembro de 2010.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100,0% dos municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 22,5 milhões de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição uma extensa rede de atendimento, com 6.374 agências convencionais e 6.194 unidades do Banco Postal. No terceiro trimestre de 2010, o seu lucro líquido foi de R\$7,1 bilhões, o patrimônio líquido chegou a R\$46,1 bilhões e os ativos totalizaram R\$611,9 bilhões.

Coordenadores Contratados

XP Investimentos

Fundada em 2001, a XP Investimentos proporciona o acesso dos seus clientes a uma gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor, por meio das suas principais divisões de negócio: corretora de valores, gestão de recursos de terceiros, corretagem de seguros, finanças corporativas e educação financeira.

Até o ano de 2007, a XP Investimentos criou a XP Educação, que fornece os cursos de investimentos para seus alunos e potenciais clientes, fez a aquisição da AmericaInvest, corretora situada no Rio de Janeiro, e lançou a área institucional da corretora e a XP Corretora.

Em 2008, a XP Investimentos conquistou o primeiro lugar no *Ranking Assessor* na BM&FBOVESPA, e foi a primeira corretora a lançar um fundo de capital protegido. Ademais, a XP Investimentos se consolidou como a instituição financeira que mais cresceu no mercado brasileiro.

Em 2009, a XP Investimentos conquistou o primeiro lugar no *ranking* de volume das corretoras independentes e atinge a marca de 100.000 alunos. Neste ano, a XP Finance é criada, braço da XP Investimentos com o intuito de desenvolver o mercado de renda fixa no Brasil.

A XP Investimentos sustenta seu crescimento com base na educação financeira, tendo capacitado mais de 200.000 alunos, e no acesso facilitado do investidor ao mercado, por meio de seus 250 escritórios afiliados e mais de 2.500 assessores de investimentos, posicionando-se em primeiro lugar no *ranking* de assessores na BM&FBOVESPA.

Como resultado de sua estratégia, atualmente, a XP Investimentos é reconhecida pela presença no varejo, sendo líder nesse segmento (mais de 100.000 clientes) e é líder no *ranking* geral das corretoras independentes do país em 2010, segundo a BM&FBOVESPA.

A XP Investimentos está entre as 25 companhias vencedoras do prêmio “As Empresas Mais Inovadoras do Brasil em 2009”, promovido pela revista *Época Negócios*, em parceria com o Fórum de Inovação da FGV-Eaesp, sendo a única corretora premiada.

A XP Investimentos, ainda, integra o *ranking* das 25 melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada em 2009 e 2010 pelo *Great Place to Work Institute* (GTW), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ).

Em 2010, a XP Investimentos recebeu um aporte de capital do fundo de *private equity* Actis, no valor de R\$100,0 milhões, destinados à viabilização do crescimento acelerado da corretora como um todo. A Actis não tem nem terá envolvimento algum com a gestão da empresa.

Apresentação dos coordenadores da oferta e coordenadores contratados

A XP Investimentos participa ativamente do mercado de renda variável. Entre as últimas ofertas em que atuou como corretora consorciada, destacam-se: Petrobras, Banco do Brasil, CETIP, Direcional, Marfrig, Energias do Brasil, Iguatemi, Cyrela, CCR, Santander, Brookfield e Tivit. Como coordenador contratado: OSX e Renova.

A XP Investimentos também participa de ofertas públicas na BM&FBOVESPA como coordenador contratado. No ano de 2011, a XP Investimentos participou da oferta da Autometal S.A. em fevereiro.

A XP Investimentos também possui um papel de destaque no mercado secundário, ativando a demanda por meio de operações de derivativos e *trading*. Vale destacar, também, o Programa XP Empresas, pelo qual atinge investidores institucionais e de varejo, proporcionando a elevação da negociação dos ativos trabalhados pelo programa no mercado secundário. Hoje, já consta também com um programa de formador de mercado com mais de sete clientes entre eles: General Shopping Brasil S.A., Trisul S.A., Banco Pine S.A., Estácio Participações S.A., Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A., MPX Energia S.A. e BHG S.A. – Brazil Hospitality Group. Atualmente está em terceiro lugar no *ranking* dos formadores de mercado no Brasil.

Banco Votorantim

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua seleta clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o Banco Central aprovou a aquisição de participação acionária do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passa a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Essa parceria atenderá aos anseios do Banco do Brasil S.A de consolidar e ampliar sua atuação em mercados como o de financiamento ao consumo, em especial o de financiamento a veículos e o crédito concedido fora do ambiente bancário.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição relevante em sua área de atuação, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda., suas controladas, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Banco Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, em 16 de agosto de 2006, foi autorizado o funcionamento do Banco Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como *broker dealer* em Nova Iorque.

Apresentação dos coordenadores da oferta e coordenadores contratados

Na área de *investment banking*, o Banco Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais.

Em renda variável, o Banco Votorantim oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com o sucesso das ofertas, a Votorantim CTVM Ltda. possui excelência na distribuição devido ao amplo acesso e à prestação de serviços aos vários grupos de investidores, além de possuir área de pesquisa (*research*) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia. O Banco Votorantim ocupou a 12ª colocação no *ranking* doméstico de origemação e distribuição de emissões em renda variável e a 15ª colocação no *ranking* de emissões externas em renda variável, ambos divulgados pela ANBIMA, referente ao ano de 2010.

Em renda fixa, o Banco Votorantim assessoria diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e bonds. Devido à forte atuação local, o Banco Votorantim ocupou a 6ª colocação no *ranking* doméstico de origemação de emissões de longo prazo e a 4ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição, ambos divulgados pela ANBIMA, referente ao ano de 2010. Com relação à atuação internacional, o Banco Votorantim ocupou a 13ª colocação no *ranking* de emissões externas divulgado pela ANBIMA, referente ao ano de 2010.

Em fusões e aquisições, o Banco Votorantim possui uma equipe especializada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion*.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$17,25, os recursos líquidos provenientes da Oferta serão da ordem de R\$390,3 milhões, após a dedução das comissões e despesas estimadas, devidas por nós no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar, ou de R\$439,5 milhões, considerando as Ações de Lote Suplementar. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos da Oferta” na página 52 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta da seguinte forma: (i) R\$273,2 milhões, ou 70%, em aquisições de novas redes de drogarias e farmácias, bem como para capital de giro e abertura de novas lojas das Operações Próprias existentes, (ii) R\$48,8 milhões, ou 12,5%, no pagamento da aquisição da participação dos sócios no *Roll-up*; (iii) R\$29,3 milhões, ou 7,5%, na implementação de sistemas de integração e central de serviços compartilhados; e (iv) R\$39,0 milhões, ou 10%, no desenvolvimento de novos produtos e produtos de marca própria, conforme a proporção indicada na tabela abaixo:

| Destinação | Percentual de alocação dos recursos líquidos obtidos na Oferta |
|--|---|
| Aquisição de novas redes de drogarias, capital de giro para as Operações próprias e abertura de novas lojas..... | 70% |
| Pagamento de <i>Earn Out</i> de aquisições e da aquisição da participação dos sócios no <i>Roll-up</i> ... | 12,5% |
| Implementação de sistemas de integração e central de serviços compartilhados..... | 7,5% |
| Desenvolvimento de novos produtos e marca própria..... | 10% |
| Total..... | 100% |

Aquisição de novas redes de drogarias e farmácias, capital de giro e abertura de novas lojas

Pretendemos investir 70% dos recursos obtidos por meio da Oferta em aquisições de novas redes de drogarias e farmácias, capital de giro e para abertura de novas lojas em nossas Operações Próprias. Na data deste Prospecto, mantemos contato e diálogo com outras redes de drogarias e farmácias, mas todos em fase preliminar e sem qualquer formalização por acordos ou contratos. Dessa forma, ainda não há uma posição definida sobre quais redes de drogarias e farmácias de fato serão adquiridas pela Companhia e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas. Caso o nosso plano de aquisição de novas redes se efetue, a nossa situação patrimonial deverá ser bastante alterada, podendo ocorrer inclusive a consolidação dos demonstrativos financeiros das redes nas quais faremos investimentos e o impacto em uma outra linha de nossas DFs dependerá de análise casuística futura.

Pagamento de Earn Out de aquisições e da aquisição da participação dos sócios no Roll-up

Pretendemos investir 12,5% dos recursos obtidos por meio da Oferta nos seguintes pagamentos: (i) aos Sócios Fundadores da Drogeria Rosário S.A., *Earn Out* no valor de no valor de R\$11,4 milhões pela performance da Companhia após a aquisição; (ii) aos Sócios Fundadores da Drogeria Rosário S.A., pelo exercício da opção de compra das ações de emissão da Drogeria Rosário S.A. e da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos S.A. no valor total de R\$22,0 milhões além dos 20% das ações de nossa emissão que receberão no *Roll-up*, e (iii) aos Sócios Fundadores da Guararapes Brasil, pelo exercício da opção de compra das ações de emissão da Guararapes Brasil S.A. no valor de R\$10,0 milhões além dos 3% das ações de nossa emissão que receberão no *Roll-up*. Após a aplicação dos recursos, (i) no caso do *Earn Out*, haverá impacto em nossa conta de investimento e (ii) no caso de compra de participação no *Roll up*, resultará no aumento do montante investido nas nossas subsidiárias em troca de diluição dos atuais acionistas.

Destinação dos recursos

Implementação de sistemas de integração e central de serviços compartilhados

Pretendemos utilizar aproximadamente 7,5% dos recursos líquidos captados na Oferta para implementação de sistemas de integração e central de serviços compartilhados.

A estruturação e implantação do sistema integrado e de um centro de serviços compartilhados é um dos meios para garantir sinergias do Back Office e redução de despesas gerais e administrativas que permitirão o cumprimento da estratégia estabelecida e, por conseguinte, os resultados financeiros esperados para o negócio respeitando, obviamente, as especificações regionais. Tal projeto deverá ser finalizado em 12 meses e está separado em 5 fases de trabalho que, durante o período, poderão ocorrer concomitantemente; são elas: i) diagnóstico; ii) planejamento; iii) acompanhamento da implementação; iv) programa de facilitação da melhoria e inovação, e v) gerenciamento do projeto de estruturação e implantação do “CSC”. Além de eficiências operacionais, tal evento resultará no imediato aumento de nosso ativo imobilizado.

Desenvolvimento de novos produtos e marca própria

Pretendemos utilizar aproximadamente 10% dos recursos líquidos captados na Oferta para desenvolvimento de novos produtos e marca própria.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que atuamos, bem como pelas oportunidades de investimento que identificarmos, além de outros fatores que não podemos identificar nesta data. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular de nossos negócios, os recursos captados na Oferta poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Dentre os principais impactos na nossa situação patrimonial e nos nossos resultados, esperamos um aumento das nossas receitas e resultados operacionais, proporcionalmente maiores às dispensas com a implantação do projeto.

Caso os recursos líquidos captados por nós, por meio da Oferta, sejam inferiores à nossa estimativa, reduziremos a aplicação dos recursos líquidos captados de forma proporcional àquela informada na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, poderemos efetuar a emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linhas de financiamento junto a instituições financeiras.

Acreditamos que o uso dos recursos captados resultará no aumento de nossas atividades operacionais, elevando nosso valor patrimonial em montante proporcional ao incremento dos nossos resultados operacionais.

Em 31 de março de 2011, nosso patrimônio líquido consolidado era de R\$400,8 milhões e após o ingresso dos recursos líquidos da Oferta, caso a Opção de Ações Suplementares seja exercida, este será de aproximadamente R\$858,4 milhões com base no Preço por Ação. Não vislumbramos impactos extraordinários em nossos resultados oriundos do ingresso dos recursos líquidos da Oferta. Todavia, para obter informações adicionais acerca do impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária na nossa condição financeira, veja a seção “Capitalização”, na página 78 deste Prospecto.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta baseia-se em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o endividamento total (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido, extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e a capitalização da Companhia em 31 de março de 2011, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para considerar (a) os eventos subsequentes a 31 de março de 2011: (i) a emissão, pela Drogaria Guararapes S.A., em favor do Banco Safra S.A. de cédula de crédito bancário no valor de R\$20,0 milhões em 27 de maio de 2011; (ii) a integralização da totalidade do nosso capital social, mediante aporte do saldo remanescente pelo acionista BTG Pactual Principal Investments FIP, no montante de aproximadamente R\$49,3 milhões em 05 de abril de 2011; (iii) a emissão, pela Drogaria Rosário S.A., em favor do Banco Itaú Unibanco S.A. de cédula de crédito bancário para capital de giro no valor de R\$10,0 milhões em 08 de abril de 2011; e (iv) o exercício da opção de compra de 6,339% de ações da Drogaria Rosário S.A. e da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. em 14 de abril de 2011, no valor de R\$19,8 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente, os quais serão pagos com recursos decorrentes da Oferta, e a aquisição em 23 de maio de 2011 da totalidade das ações detidas pela Selectu Participações Ltda. na Rede Nordeste de Farmácias pelo valor de R\$9,2 milhões. (b) ajustado pelo (i) o *Roll-up* dos acionistas de nossas controladas; e (ii) os recursos líquidos estimados em aproximadamente R\$390,3 milhões (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar) considerando a dedução das comissões e as despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com a seção 10 – “Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, bem como com nossas demonstrações financeiras as quais se encontram anexas a este Prospecto.

| Em R\$ mil | 31 de março de 2011 | | |
|---|---|--|--|
| | Real | Ajustado Pós eventos subsequentes ⁽¹⁾ | Ajustado Pós Roll-up e Oferta ⁽²⁾ |
| | (em milhões de Reais, exceto se indicado) | | |
| Empréstimos e financiamentos Circulante | 104,6 | 110,0 | 110,0 |
| Empréstimos e financiamentos Não Circulante | 12,8 | 37,4 | 37,4 |
| Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas | | | |
| controladores | 343,4 | 366,9 | 809,2 |
| Participação de não controladores | 57,4 | 52,0 | – |
| Total do Patrimônio Líquido | 400,8 | 418,9 | 809,2 |
| Capitalização total⁽³⁾ | 518,2 | 566,3 | 956,6 |

(1) Ajustado após (i) a emissão, pela Drogaria Guararapes S.A., em favor do Banco Safra S.A. de cédula de crédito bancário no valor de R\$20,0 milhões em 27 de maio de 2011; (ii) a integralização da totalidade do nosso capital social, mediante aporte do saldo remanescente pelo acionista BTG Pactual Principal Investments FIP, no montante de aproximadamente R\$49,3 milhões em 05 de abril de 2011; e (iii) a emissão, pela Drogaria Rosário S.A., em favor do Banco Itaú Unibanco S.A. de cédula de crédito bancário para capital de giro no valor de R\$10,0 milhões em 08 de abril de 2011; e (iv) o exercício da opção de compra de 6,339% de ações da Drogaria Rosário S.A. e da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. em 14 de abril de 2011, no valor de R\$19,8 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente, os quais serão pagos com recursos decorrentes da Oferta, e a aquisição em 23 de maio de 2011 da totalidade das ações detidas pela Selectu Participações Ltda. na Rede Nordeste de Farmácias pelo valor de R\$9,2 milhões.

(2) O *Roll-up* aumentará o patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores em R\$52,0 milhões, através da emissão de 18.737.534 ações ordinárias, mas não implicará em qualquer alteração no valor total do patrimônio líquido da Companhia.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante e do patrimônio líquido.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 31 de março de 2011.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o nosso valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de março de 2011, o valor do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores era de R\$343,4 milhões e o valor patrimonial por ação de nossa emissão, na mesma data, era de R\$1,03, sendo que o valor total do patrimônio líquido da Companhia naquela mesma data era de R\$400,8 milhões. O referido valor patrimonial por ação representa o valor contábil do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores, dividido pelo número total de ações de nossa emissão em 31 de março de 2011.

Em 05 de abril de 2011 o acionista BTG Pactual Principal Investments FIP integralizou o saldo remanescente de nosso capital social no montante de aproximadamente R\$49,3 milhões e em 08 de abril de 2011, por meio de Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das 334.008.405 (trezentas e trinta e quatro milhões e oito mil e quatrocentas e cinco) ações ordinárias representativas de nosso capital social, na razão de 9 para 1. Assim, o capital social antes dividido em 334.008.405 (trezentas e trinta e quatro milhões e oito mil e quatrocentas e cinco) ações ordinárias, passou a ser dividido em 37.112.045 (trinta e sete milhões cento e doze mil e quarenta e cinco) ações ordinárias. Além disso, em 14 de abril de 2011, exercemos opção de compra de 6,339% ações da Drogaria Rosário S.A. e da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., no valor de R\$19,8 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente, os quais serão pagos com recursos decorrentes da Oferta. Ademais, em 23 de maio de 2011, adquirimos, por nossa subsidiária integral, a totalidade das ações detidas pela Selectu Participações Ltda., na Rede Nordeste de Farmácias, pelo valor de R\$9,2 milhões. Após o grupamento das ações, a integralização da totalidade de nosso capital social, e o exercício da opção de compra e aquisição de participação adicional em nossas subsidiárias, o valor patrimonial por ação ordinária de nossa emissão passou a ser de R\$9,89. Nesse caso, o valor patrimonial das ações de nossa emissão após o grupamento foi determinado pela divisão do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores após a integralização do total de nosso capital social pelo número total de ações emitidas após o grupamento, sendo que o valor total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores passou a ser de R\$366,9 milhões.

Considerando a emissão de 18.737.534 ações, que é quantidade de novas ações que correspondem ao total que foi emitido de acordo com os termos do *Roll-up* dos Sócios Fundadores após a conclusão do *Bookbuilding*, e que o *Roll-up* não afetou o valor total do patrimônio líquido da Companhia, mas uma mudança na composição de nosso capital social devido à atribuição de participação acionária aos Sócios Fundadores, o valor de nosso patrimônio líquido será de R\$418,9 milhões, e o valor patrimonial por ação passou a ser de R\$7,50.

Considerando-se a subscrição de 24.000.000 Ações em decorrência da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R\$17,25, e após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta, nosso patrimônio líquido ajustado após a Oferta seria de R\$809,2 milhões, representando um valor patrimonial de R\$10,13 por ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$2,63 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por ação de 41,2% para os novos investidores que subscreverem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja seção “Informações Relativas à Oferta – Custos da Oferta”, na página 52 deste Prospecto.

Diluição

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2011:

| | Após a Oferta |
|--|--------------------------------------|
| | (em R\$, exceto percentagens) |
| Preço por Ação..... | 17,25 |
| Valor patrimonial por ação em 31 de março de 2011 | 1,03 |
| Valor patrimonial por ação em 31 de março de 2011 após grupamento de nossas ações ocorrido em 08 abril de 2011 e eventos subsequentes | 9,89 |
| Valor patrimonial por ação ajustado pelo grupamento de nossas ações ocorrido em 08 abril de 2011 e pelo <i>Roll-up</i> dos Sócios Fundadores..... | 7,50 |
| Aumento no valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2011 para os atuais acionistas após a Oferta..... | 2,63 |
| Valor patrimonial por ação em 31 de março de 2011 ajustado pela Oferta, pelo <i>Roll-up</i> dos acionistas das nossas controladas e pelo grupamento de nossas ações ocorrido em 08 de abril de 2011..... | 10,13 |
| Diluição por Ação para novos investidores..... | 7,12 |
| Percentual de diluição imediata resultante da Oferta | 41,2% |

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de nossa emissão e foi fixado tendo como parâmetro nas intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção “Informações Relativas à Oferta” na página 46 deste Prospecto.

Diluição

Histórico do Preço Pago por Administradores, Controladores ou Detentores de Opções em Aquisições de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago por nossos controladores em aquisições de ações desde a data da nossa constituição, sendo que não foi exercida qualquer opção de subscrição de ações de nossa Companhia no período.

| Data | Natureza da Operação | Quantidade de Ações ^(*) | Valor por Ação (R\$) |
|------------|----------------------|------------------------------------|---|
| 07/06/2010 | Aumento de capital | 15.990.000 | 1,00, considerando um aumento de capital de R\$15.990.000,00 |
| 22/06/2010 | Aumento de capital | 48.000.000 | 1,00, considerando um aumento de capital de R\$48.000.000,00 |
| 15/10/2010 | Aumento de capital | 9.950.000 | 1,00, considerando um aumento de capital de R\$9.950.000,00 |
| 11/02/2011 | Aumento de capital | 58.870.000 | 1,00, considerando um aumento de capital de R\$58.870.000,00 |
| 18/03/2011 | Aumento de capital | 9.000.000 | 1,00, considerando um aumento de capital de R\$9.000.000,00 |
| 22/03/2011 | Aumento de capital | 83.502.102 | 1,10, considerando um aumento de capital de R\$91.801.066,05 |
| 22/03/2011 | Aumento de capital | 108.686.303 | 1,17, considerando um aumento de capital de R\$127.500.000,00 |
| 22/06/2011 | Aumento de capital | 10.052.924 | 4,08, considerando um aumento de capital de R\$41.023.800,88 |
| 22/06/2011 | Aumento de capital | 1.116.992 | 3,25, considerando um aumento de capital de R\$3.627.902,30 |
| 22/06/2011 | Aumento de capital | 1.675.487 | 6,49, considerando um aumento de capital de R\$10.875.185,83 |
| 22/06/2011 | Aumento de capital | 5.892.131 | 0,00, considerando um aumento de capital de R\$1,00 |

(*) A quantidade de ações não reflete o grupamento ocorrido em 08/04/2011.

Diluição

Planos de Opções de Compra de Ações

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão (“Plano” e “Opções”) foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2011. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações nos termos de nosso Plano o nosso presidente, os nossos diretores, sejam eles estatutários ou não e nossos funcionários. Ele será administrado pelo nosso conselho de remuneração (“Conselho de Remuneração”), que tem legitimidade para tomar todas as medidas necessárias à administração do Plano.

As Opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 5,3% (cinco vírgula três por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado após o *Roll-up*. Temos a intenção de aumentar o limite máximo acumulado de Opções a serem outorgadas para 8% (oito por cento); contudo, esse aumento está pendente de aprovação pelo nosso Conselho de Remuneração e pelo nosso Conselho de Administração.

Os termos e condições das Opções outorgadas serão regulados por meio de Contratos de Adesão que celebraremos com os Beneficiários. O Conselho de Remuneração estabelecerá em cada um dos casos (i) a quantidade de ações objeto da Opção; (ii) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento; (iii) o prazo inicial de carência durante o qual a Opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da Opção; e (iv) normas sobre transferência da Opção em caso de sucessão do Beneficiário, e eventuais restrições à negociação das ações objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção, bem como as penalidades aplicáveis.

O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será determinado pelo Conselho de Remuneração, quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos, obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa.

Abaixo apresentamos a **hipótese de diluição** máxima adicional, considerando a **hipótese de outorga e exercício** de todas as opções previstas para o Plano, com a emissão de todas as ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano, equivalente a 5,3% do nosso capital social após o *Roll-up*, ou 3.125.688 ações, ao Preço por Ação de R\$17,25:

| Patrimônio Líquido | Considerando o Preço por Ação ⁽¹⁾ |
|---|--|
| Preço de exercício da Opção | R\$9,2385 |
| Quantidade de Ações de emissão da Companhia ⁽²⁾ | 79.849.579 |
| Quantidade de Ações no âmbito do Plano | 3.125.688 |
| Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 ajustado pela Oferta, pelo <i>Roll-up</i> dos acionistas das nossas controladas e pelo grupamento de nossas ações ocorrido em 08 de abril de 2011 ⁽¹⁾ | R\$10,13 |
| Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 considerando o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano ⁽³⁾ | R\$10,10 |
| Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e o Preço de Exercício da Opção ⁽⁴⁾ | (R\$0,03) |

⁽¹⁾ Considerando o Preço por Ação de R\$17,25.

⁽²⁾ Considera a quantidade de ações de nossa emissão após o grupamento de nossas ações em 08 de abril de 2011, o *Roll-up* dos Sócios Fundadores e a conclusão da Oferta.

⁽³⁾ Considera o valor patrimonial contábil após o grupamento de nossas ações em 08 de abril de 2011, o *Roll-up* dos Sócios Fundadores, os eventos subsequentes e a Oferta, acrescido pelo valor total do exercício da Opção, dividido pelo número de ações após a Oferta e acrescido pela quantidade de ações no âmbito do Plano.

⁽⁴⁾ Diferença entre o valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 considerando o exercício da totalidade das Opções subtraído pelo valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011. O valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 considera o grupamento de nossas ações em 08 de abril de 2011, o *Roll-up* dos Sócios Fundadores, os eventos subsequentes e a conclusão da Oferta considerando o Preço por Ação de R\$17,25.

Para mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, ver item “13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária” do Formulário de Referência.

ANEXOS

- **Estatuto Social Consolidado da Companhia**
- **Atas da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia e da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizadas em 25 de abril de 2011 Aprovando a Oferta**
- **Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de junho de 2010 aprovando o Preço por Ação, a emissão das ações no âmbito da Oferta e o aumento de capital da Companhia.**
- **Declarações da Companhia e do Coordenador Líder para fins do Artigo 56 da Instrução CVM N.º 400, de 29 de dezembro de 2003, Conforme Alterada**
- **Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, Demonstrações Financeiras da Companhia do Trimestre Encerrado em 31 de março de 2011 e 2010, acompanhadas do Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes**
- **Informações Trimestrais – ITR do Trimestre Findo em 31 de março de 2011, Acompanhadas do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes**
- **Formulário de Referência**
- **Estudo Técnico**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II
Estatuto Social

BRAZIL PHARMA S.A.
NIRE 35.300.374.797
CNPJ/MF nº. 11.395.624/0001-71

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I
Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º - Brazil Pharma S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo Único – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº. 1629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, CEP 04547-070, podendo manter filiais e escritórios de representação em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria.

Parágrafo Único – A Diretoria Executiva, em reunião convocada para esse fim, poderá deliberar acerca da abertura, encerramento ou modificação de endereços de filiais, depósitos ou escritórios, sem a autorização prévia do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

a) O objeto social da Companhia consiste em: (a) o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de artigos farmacêuticos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; (b) a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos

or
ck



comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos (“PBM”) no setor privado e público; (c) loja de conveniência e “drugstore”, destinadas ao comércio, mediante auto-serviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade e serviços relativos ao objeto social; (d) importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; (e) o transporte rodoviário de mercadorias; (f) a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; (g) o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; (h) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e (i) gestão e comercialização de bens comerciais e de direitos próprios.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II **Capital Social e Ações**

Artigo 5º - O capital social é de R\$361.121.066,05 (trezentos e sessenta e um milhões cento e vinte e um mil e sessenta e seis reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 37.112.045 (trinta e sete milhões, cento e doze mil e quarenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social será, exclusivamente, representado por ações ordinárias, e cada ação ordinária é indivisível e confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá adquirir, por deliberação do Conselho de Administração, ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 4º - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, observado o prazo fixado pela Assembleia Geral, não inferior a 30 (trinta) dias.

gr
ck

Parágrafo 5º - É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e Partes Beneficiárias.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 80.892.694 (oitenta milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e noventa e quatro) novas ações ordinárias, adicionais às 37.112.045 (trinta e sete milhões, cento e doze mil e quarenta e cinco) ações ordinárias emitidas anteriormente à autorização concedida nos termos deste Artigo.

Parágrafo 1º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e funcionários, sem direito de preferência para os seus acionistas.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser realizada a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º - Todo aquele que adquirir ações de emissão da Companhia, ainda que já seja acionista ou Grupo de Acionistas (conforme definido no Artigo 29 deste Estatuto Social), é obrigado a divulgar, mediante comunicação (i) à Companhia, e esta às bolsas de valores em que forem negociados os valores mobiliários de sua emissão; e (ii) à CVM, a aquisição de ações que, somadas às já possuídas, representem percentual igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da Companhia. Após atingido tal percentual, a mesma obrigação de divulgação deverá ser cumprida a cada vez que o acionista ou Grupo de Acionistas elevar sua participação, quer por meio de uma, quer por meio de várias operações, em 2,5% (dois e meio por cento) do capital da Companhia ou múltiplos inteiros de tal percentual. Igual dever terão os titulares de debêntures ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e bônus de subscrição que assegurem a seus titulares a aquisição de ações nos percentuais previstos neste artigo. Sem prejuízo das demais cominações previstas em lei e na regulamentação da CVM, o acionista que descumprir esta obrigação terá suspensos seus direitos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 24 (r), deste Estatuto

Social, ressalvados os direitos essenciais previstos no artigo 119 da Lei das Sociedades por Ações, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação.

Capítulo III

Administração

Artigo 8º - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. O Conselho de Administração poderá criar Comitês para auxiliá-lo na administração da Companhia.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos da administração far-se-á mediante a lavratura de termo de posse em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre seus membros.

Parágrafo 5º - Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, os órgãos da administração reunir-se-ão com a presença da maioria de seus respectivos membros, e suas deliberações serão consideradas válidas pelo voto da maioria dos presentes.

Seção I

Conselho de Administração

Artigo 9º - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros efetivos, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela

9

CP

Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 1º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo que a condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembleia Geral que eleger os referidos membros, sendo que serão também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste Parágrafo 1º, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s).

Parágrafo 3º - O membro do Conselho de Administração ou suplente deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá exercer o direito de voto caso configure, supervenientemente à eleição, conflito de interesse com a Companhia.

Parágrafo 4º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 5º - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, sem que haja suplente para assumir o cargo, o preenchimento se dará na forma da Lei das Sociedades por Ações, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo 6º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral, quando da eleição do Conselho de Administração.

Parágrafo 7º - Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo 8º - O Presidente do Conselho de Administração poderá determinar a suspensão de quaisquer deliberações sobre matérias submetidas à apreciação do

Conselho de Administração, submetendo-as à deliberação de Assembléia Geral imediatamente convocada, a fim de deliberar de forma definitiva sobre a matéria.

Parágrafo 9º – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por escolha dos demais membros do Conselho. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo 10 – Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 11 – Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo no caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 10 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou por este Estatuto Social:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a determinação das metas e estratégias de negócios a serem atingidas pela Companhia, zelando por sua boa execução;
- b) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;
- d) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral ordinária ou, quando julgar conveniente, a extraordinária;
- e) aprovar a contratação e destituição do auditor independente, sendo que a empresa de auditoria externa elaborará informações para o Conselho de Administração, podendo o Conselho de Administração pedir esclarecimentos sempre que entender necessário;
- f) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

- g) aprovar o plano anual de negócios e o orçamento da Companhia, eventuais projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;
- h) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- i) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- j) aprovar qualquer aquisição, alienação ou desinvestimento de ativos relevantes, inclusive qualquer participação em outra pessoa jurídica, não contempladas no plano anual ou no orçamento da Companhia ou de suas controladas cujo valor da operação seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões);
- k) aprovar a prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros;
- l) aprovar a negociação, cessão, transferência ou alienação de quaisquer intangíveis;
- m) aprovar a constituição de ônus de qualquer natureza, real ou pessoal, sobre ativos fixos da Companhia, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões), exceto no caso de penhora judicial, arresto ou sequestro judicial;
- n) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores e funcionários, inclusive com ações da Companhia e suas controladas;
- o) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas;
- p) aprovar a contratação de obrigações financeiras não contempladas no plano anual ou no orçamento da Companhia ou de suas controladas e cujo valor seja superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- q) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- r) deliberar sobre o estabelecimento de plano para aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra,

referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral;

t) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers* e bônus de subscrição;

u) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e/ou saída do Novo Mercado;

v) requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia;

(w) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia ou suas Controladas;

x) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados

y) deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações quando a competência para tal deliberação puder ser transferida para o Conselho de Administração nos termos da lei;

z) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; e

aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração deliberará por maioria absoluta de votos dos seus membros.

07

07

Artigo 11 - As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, uma vez por mês, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, por convocação do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho, que deverá ser feita com antecedência de, pelo menos, 5 (cinco) dias da data da reunião e deverá conter a ordem do dia e a documentação correlata. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão sempre que julgadas necessárias pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por qualquer membro do Conselho de Administração, mediante convocação, na forma acima descrita, feita pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por qualquer membro do Conselho de Administração, caso o Presidente não atenda em até 3 (três) dias úteis o pedido de convocação.

Parágrafo 1º - A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação. As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente instaladas com a presença de pelo menos a maioria de seus membros.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração que, neste caso, não terá voto de desempate.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos Conselheiros será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os Conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão expressar seu voto por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 4º - As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro competente, assinadas por todos os Conselheiros presente. Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 5º - Os diretores e auditores independentes poderão ser convocados a participar das reuniões do Conselho de Administração, a fim de prestar eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Artigo 12 - O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que

não façam parte da administração da Companhia, para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação.

Seção II

Diretoria

Artigo 13 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo 2 (dois) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo, necessariamente, um Diretor Presidente, um Diretor de Relação com Investidores, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Investimentos e um Diretor Jurídico, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Diretoria deverá ser constituída por profissionais de comprovada experiência e capacidade de atuação em sua respectiva área de responsabilidade, devendo tais profissionais atender aos requisitos estabelecidos na lei e no Estatuto Social para o exercício de suas funções.

Parágrafo 2º - Os Diretores poderão ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Uma vez destituído um Diretor, o Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias contados da vacância, deverá eleger o substituto pelo restante do prazo de mandato. No mesmo sentido, ocorrendo impedimento ou ausência temporária de qualquer membro da Diretoria, deverá o Conselho de Administração reunir-se imediatamente e eleger o substituto para completar o mandato deixado vago. Caberá ao Diretor Presidente exercer as funções do cargo vago de diretoria até a eleição do substituto.

Parágrafo 3º - A Diretoria de Relação com Investidores poderá ser exercida por um Diretor de Relação com Investidores, ou, cumulativamente, por qualquer outro membro da Diretoria.

Parágrafo 4º - O Conselho de Administração designará entre os diretores da Companhia aquele incumbido das funções de Diretor de Relações com Investidores, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia.

af

Parágrafo 6º - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro executar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro da Companhia, conforme orientação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e da execução do Plano de Negócios; fornecer informações relativas ao desempenho da Companhia periodicamente à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração; coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação aos auditores externos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Parágrafo 7º - Compete ao Diretor de Investimentos a gestão e acompanhamento dos ativos e investimentos das empresas investidas da Companhia, a elaboração de estratégias de crescimento da Companhia; o reconhecimento de riscos para a Companhia e o desenvolvimento de novos negócios.

Parágrafo 8º - Compete ao Diretor Jurídico a gestão e acompanhamento jurídico-empresarial nas principais operações e projetos da Companhia.

Parágrafo 9º - Sem prejuízo das atribuições que o Conselho de Administração vier a designar para os demais diretores, o Diretor Presidente poderá fixar outras atribuições para os mesmos.

Artigo 14 - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 15 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por qualquer membro da Diretoria, sempre que os interesses sociais o exigirem, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante carta com aviso de recebimento, fax ou mensagem eletrônica. A presença de todos os diretores permitirá a realização das reuniões da Diretoria independentemente de convocação. As reuniões serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 2º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro competente, assinadas por todos os Diretores presentes.

Artigo 16 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles





para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, que também poderão ser realizados por procurador devidamente constituído, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Artigo 17 – Compete, ainda, à Diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral;
- c) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior;
- d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, bem como o orçamento anual;
- f) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- g) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como sobre divergências entre seus membros; e

OK

h) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

Artigo 18 - Observadas as disposições contidas no presente Estatuto Social, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete aos Diretores, agindo em conjunto de 02 (dois) entre si, ou aos procuradores por eles nomeados, agindo nos termos dos poderes então conferidos.

Parágrafo 1º - As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão por 02 (dois) Diretores, agindo em conjunto entre si, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 01 (um) ano.

Parágrafo 3º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como conceder fianças, avais, ou qualquer outra forma de garantia, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Companhia, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Capítulo IV Conselho Fiscal

Artigo 19 - O Conselho Fiscal terá caráter não permanente, sendo instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos previstos em lei.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio.

Parágrafo 3º - A posse dos membros do Conselho Fiscal será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal,



conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 5º - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente; (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de controlador ou controlada de concorrente.

Parágrafo 6º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no Parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 20 - Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal manifestar-se-á por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.



Capítulo V Assembleia Geral

Artigo 21 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, quando convocada pelo Conselho de Administração, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas, em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada com a antecedência legal e instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, na sua ausência, por acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes na respectiva Assembleia. Caberá, por sua vez, ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 22 - Ressalvadas as hipóteses de quorum qualificado previstas em lei, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - As atas de Assembleia deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no Parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral só pode deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 23 - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável, desde que o acionista tenha depositado na Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da realização da respectiva assembleia, instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

or cl

Artigo 24 - Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, observados os quoruns previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável:

- a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social;
- b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal quando instalado;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia;
- d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- e) reformar o Estatuto Social;
- f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado;
- g) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades;
- h) deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações;
- i) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento, grupamento, recompra ou negociação de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;
- j) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência;
- k) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, ou cessação do seu estado de liquidação, bem como eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação;

ay dk

l) distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório ou o pagamento de juros sobre capital próprio acima do contemplado nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia;

m) deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a adesão e saída do Novo Mercado;

n) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;

o) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

p) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, inclusive no caso do Artigo 7º deste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.

Capítulo VI

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

Artigo 25 - O exercício social terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei.

Parágrafo 2º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, os quais, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório abaixo referido, observados os limites e procedimentos previstos na legislação aplicável.

Artigo 26 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

adp

Parágrafo 1º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) uma parcela destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no Artigo 26 deste Estatuto Social e no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- d) o saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

Parágrafo 2º - A Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual poderá ser formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo terá um limite máximo consistente no menor entre os seguintes valores (i) 100% do capital social subscrito da Companhia ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 27 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

ord

(i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Parágrafo 2º - Os dividendos, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 28 - Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Capítulo VII

Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 29 - A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle obrigue-se a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º - A oferta pública referida neste artigo também será exigida:

- (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição, ou opção de aquisição de ações ou outros títulos ou direitos relativos a títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou que dêem direito à sua subscrição ou aquisição, conforme o caso, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou
- (b) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação, anexando documentação comprobatória.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

- (a) “Acionista Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;
- (b) “Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia;
- (c) “Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia;
- (d) “Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es) o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;
- (e) “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante;
- (f) “Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

Yd

(g) "Controle" (bem como seus termos correlatos, "Poder de Controle", "Controlador", "sob Controle comum" ou "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

(h) "Derivativos" significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia;

(i) "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (iii) que estejam sob Controle comum;

(j) "Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia; e

(k) "Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Artigo 30 - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 29 acima; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Acionista

Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Artigo 31 - Qualquer Acionista Adquirente, que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social deverá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição (“OPA”) da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo.

Parágrafo 1º - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia será definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com o disposto e seguindo os procedimentos previstos no Artigo 36 deste Estatuto Social, não podendo ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) o preço unitário das ações de emissão da Companhia obtido em laudo de avaliação de valor econômico apurado em até 60 (sessenta) dias a contar da data da realização da Assembléia Geral Extraordinária que deliberar sobre a escolha da empresa que elaborará o laudo de avaliação; (ii) o valor médio pago pelo Acionista Adquirente referente aos últimos 5% (cinco por cento) de ações de emissão da Companhia adquiridos anteriormente à aquisição da parcela de 25% (vinte e cinco por cento) mencionada no caput deste artigo, devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic; e (iii) o valor econômico da Companhia, apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

Parágrafo 3º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

af d

Parágrafo 4º - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:

- (i) a dispensa de realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e
- (ii) não serão computadas as ações detidas pelo Acionista Adquirente para fins do quorum de deliberação, conforme item “ii” acima.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 6º - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7º - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que dêem direito a ações da Companhia representando 30% (trinta por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste Artigo 31.

Parágrafo 8º - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e dos Artigos 30 e 31 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste artigo.



Parágrafo 9º - O disposto neste Artigo 31 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; ou (vi) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança – envolvendo pessoas que sejam acionistas da Companhia em 22 de março de 2011 e (a) suas respectivas controladas, direta ou indiretas, em 22 de março de 2011, ou (b) suas respectivas controladoras, diretas ou indiretas, em 22 de março de 2011. Para fins deste parágrafo, entende-se por controle a titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital votante da controlada e o exercício dos direitos a que se referem as alíneas (a) e (b) do artigo 116 da Lei das S.A.

Parágrafo 10 - Para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 11 - O disposto neste Artigo 31 também deverá ser observado nas hipóteses em que o percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia seja atingido pelo Acionista Adquirente mediante a realização de oferta pública de aquisição de ações obrigatória, nos termos da Instrução CVM nº 361/02 ou de qualquer outra norma que a substitua. A eventual diferença do preço unitário por ação apurada entre a OPA realizada com base neste artigo e a desempenhada nos termos da Instrução CVM nº 361/02 antes mencionada deverá ser paga em favor dos acionistas aceitantes da OPA.

Artigo 32 - Adicionalmente ao disposto no Artigo 7º deste Estatuto Social, a partir da data em que a Companhia deixar de ter Acionista Controlador, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada

nova aquisição na BM&FBOVESPA, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão.

Artigo 33 - A Companhia não registrará em seus livros: (a) quaisquer transferências de propriedade de suas ações para o Acionista Adquirente ou para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle enquanto este(s) acionista(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e (b) Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referidos na alínea “a” acima.

Artigo 34 - Na OPA a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 35 - A saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser (i) previamente aprovada em Assembleia Geral, exceto nos casos de saída do Novo Mercado por cancelamento do registro de companhia aberta; e (ii) comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 36 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 36 – O laudo de avaliação mencionado nos Artigos 31, 34 e 35 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do artigo 8º, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e no caso dos Artigos 34 e 35 deste Estatuto Social, especificamente conter a responsabilidade prevista no artigo 8º, Parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha da instituição ou empresa

Handwritten signature

especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. Os custos de elaboração do laudo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 37 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 35 acima.

Parágrafo 1º – A referida Assembleia Geral Extraordinária deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 38 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 36 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.



Parágrafo 2º – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º – Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral Extraordinária deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 39 - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 40 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA até que seja concluída, com observância das regras aplicáveis.

Parágrafo Único - Não obstante o previsto nos Capítulo VII deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nos referidos artigos.

of de

Capítulo VIII Arbitragem

Artigo 41 - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, sejam em procedimento arbitral já instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

Parágrafo 2º - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem com o à execução, interpretação e validade desta cláusula compromissória. O tribunal arbitral será formado por 3 (três) árbitros, dos quais 2 (dois) serão escolhidos pelos acionistas e o terceiro árbitro, que será o presidente, deverá ser escolhido em comum acordo pelos 2 (dois) árbitros nomeados pelos Acionistas. O Procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento.

Capítulo IX Dissolução e Liquidação

Artigo 42 - A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, elegerá o liquidante e, se pedido pelos acionistas, na forma da lei, instalará o Conselho

Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

Capítulo X **Disposições Gerais**

Artigo 43 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordo de acionistas.

Artigo 44 - O disposto no Artigo 31 deste Estatuto Social não se aplica aos atuais acionistas ou Grupo de Acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já sejam titulares de quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data da publicação do anúncio de início da primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia (“Anúncio de Início”), aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia a partir da publicação do Anúncio de Início.

Artigo 45 - As disposições contidas no Capítulo VII, bem como as regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do Anúncio de Início.

Artigo 46 – Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

af

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Atas da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia e da Reunião do Conselho de Administração da Companhia Realizadas em 25 de abril de 2011 Aprovando a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BRAZIL PHARMA S.A.
CNPJ/MF n.º 11.395.624/0001-71
NIRE 35.300.374.797

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011**

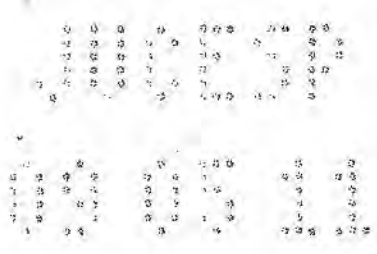
Data, Hora e Local: No dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2011, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, CEP 104547-070 ("Companhia").

Convocação: Dispensada, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas.

Presença: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

Mesa: Presidente, Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca; Secretária, Sra. Cristina Caiuby Salles.

Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM n.º 480/2009; (ii) a adesão da Companhia ao segmento de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") do Novo Mercado de Governança Corporativa; (iii) alteração do objeto social para a inclusão da atividade de "gestão e comercialização de bens comerciais e de direitos próprios" (iv) a reforma integral do Estatuto Social da Companhia para a adaptação do Estatuto às exigências legais e regulamentares aplicáveis a companhias abertas e exigências decorrentes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (v) a eleição e posse de novos membros para o Conselho de Administração e (vi) ratificar os atos praticados pelo conselho de administração da Companhia no que tange a instituição de um plano de opção de compra de ações para os administradores e funcionários. Adicionalmente, tomar conhecimento da renúncia de membros do Conselho de Administração. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram:



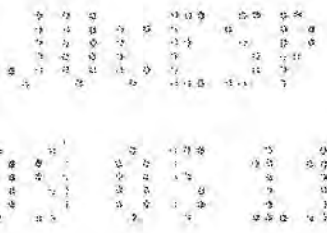
(i) Aprovar a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A", nos termos da Instrução CVM n.º 480/2009.

(ii) Aprovar a adesão da Companhia ao segmento de listagem da BM&FBOVESPA do Novo Mercado de Governança Corporativa, bem como a celebração com a BM&FBOVESPA do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, autorizando a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para tanto.

(iii) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia de forma a incluir no objeto social da Companhia a atividade de "gestão e comercialização de bens comerciais e de direitos próprios".

(iv) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia para adaptar às exigências legais e regulamentares aplicáveis a companhia aberta e exigências decorrentes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o qual passa a vigorar na forma consolidada constante do **Anexo I**.

(v) Eleger, para o mandato que se estende até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2011, a se realizar em 2012, (a) o Sr. **Marcelo Kalim**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 903.709-6 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 185.178.498-50; residente e domiciliado na Capital do Estado do São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 10º andar, Itaim-Bibi, CEP 04538-905 como membro de Conselho de Administrador e seu respectivo suplente Sr. **Felipe Monteiro de Albuquerque**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 6100874 expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 047.831.464-70; residente e domiciliado na Capital do Estado do São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-0006; (b) o Sr. **Marcelo Fedak**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 30.164.212-6 expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF/MF") sob o n.º 221.417.858-98, residente e domiciliado na Capital do Estado do São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 10º andar, Itaim-Bibi, CEP 04538-905, como suplente do presidente do Conselho de Administração, Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca; (c) o Sr. **André Soares de Sá**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 112423231 expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.654.347-74, residente e domiciliado na Capital do Estado do São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-0006, como suplente do membro do Conselho de Administração, Sr. Roberto Martins de Souza; e (d) o Sr. **Artur Noemio Grynbaum**, brasileiro, casado, administrador de empresas e economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 3422581-8 expedida pela SSP/PR, inscrito no



CPF/MF sob o n.º 722.349.549-91, residente e domiciliado na Capital do Estado do Paraná, com endereço comercial na Rua Rui Barbosa, n.º 3450, CEP 83055-900, São Jose dos Pinhais, Paraná, , como Conselheiro Independente. Os Conselheiros ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. para a investidura como membros do Conselho de Administração da Companhia, não estando impedidos para o exercício de atividade empresarial, ou terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Os Conselheiros e seus suplentes tomaram posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia constantes nos **Anexos II, III, IV, V e VI**. O Sr. **Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. n.º 18.454.363 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 285.286.318-93, residente e domiciliado na Capital do Estado do São Paulo, com endereço comercial na Avenida Faria Lima, n.º 2277, 20º andar, Itaim-Bibi, CEP 01452-000, eleito conselheiro suplente na Assembleia Geral ocorrida em 22 de março de 2011, toma posse nesta data mediante a assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, constante no **Anexo VII** e declara que cumpre todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. para a investidura como membro do Conselho de Administração da Companhia, não estando impedido para o exercício de atividade empresarial, ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

(vi) Ratificar todos os atos praticados pela administração da Companhia, inclusive pelo Conselho de Administração, em sua reunião de realizada em 22 de março de 2011, no que tange a criação e instituição do plano de opção de compra de ações destinado aos administradores e funcionários da Companhia, passando o mesmo a ter pleno vigor e efeito.

Adicionalmente, os acionistas presentes tomam conhecimento das seguintes renúncias: **(a)** do Sr. **Marcelo Fedak**, acima qualificado, ao cargo de membro do Conselho de Administração para o qual havia sido eleito conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22.03.2011; **(b)** do Sr. **Felipe Monteiro de Albuquerque**, acima qualificado, ao cargo de suplente do Sr. Marcelo Fedak no Conselho de Administração para o qual havia sido eleito conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2011; **(c)** do Sr. **André Soares de Sá**, acima qualificado, ao cargo de suplente do Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca no Conselho de Administração para o qual havia sido eleito conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22.03.2011. O Sr. André Soares de Sá permanece no cargo de Diretor Presidente, para o qual foi eleito conforme Reunião do Conselho de


Administração realizada em 22.03.2011; e (d) do Sr. **Andrea Di Sarno Neto**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 44.471.077-2 expedida pela DIC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 364.726.748-17; residente e domiciliado na Capital do Estado do São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 10º andar, Itaim-Bibi, CEP 04538-905 ao cargo de suplente do Sr. Roberto Martins de Souza no Conselho de Administração para o qual havia sido eleito conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2011.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, aprovada e assinada por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. São Paulo, 25 de abril de 2011. Mesa: Carlos Daniel Rizzo da Fonseca: Presidente; Cristina Caiuby Salles: Secretária. Acionistas Presentes: BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações, BTG Pactual Pharma Participações S.A., BTG Pactual Principal Investments FIP, Vincitore FIP, Lajota FIP, Infinity FIP.

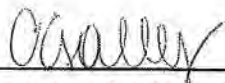
Certifico que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 25 de abril de 2011.

Mesa:



Carlos Daniel Rizzo da Fonseca
Presidente



Cristina Caiuby Salles
Secretária





BRAZIL PHARMA S.A.
CNPJ/MF n.º 11.395.624/0001-71
NIRE 35.300.374.797

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011

Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, CEP 104547-070 ("Companhia").

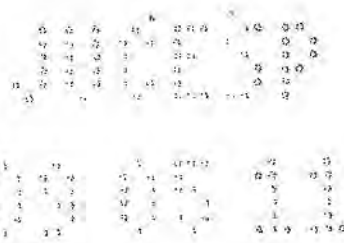
Convocação e Presenças: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Presidente, Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca; Secretária, Sra. Cristina Caiuby Salles.

Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a eleição do Diretor de Relação com Investidores; (ii) a aprovação, nos termos do Artigo 16 da Instrução CVM n.º 358/2002, da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia ("Política de Divulgação"); (iii) a aprovação, nos termos do Artigo 15 da Instrução CVM n.º 358/2002, da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política de Negociação"); (iv) a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM n.º 400/2003 ("Oferta"); (v) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta; e (vi) a aprovação, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), do Código de Conduta.

Deliberações tomadas por unanimidade: Os Conselheiros decidiram, por unanimidade de votos, e sem ressalvas:

(i) Eleger, para o mandato que se estende até a primeira Reunião do Conselho de Administração a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do



exercício social de 2011, a se realizar em 2012, o seguinte membro da Companhia para ocupar o cargo de Diretor de Relação com Investidores: **André Soares de Sá**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.242.323-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 078.654.347-74, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-006. O Diretor ora eleito irá cumular funções com a de Diretor Presidente da Companhia e declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei n.º 6.404/76 para a investidura como membro da Diretoria da Companhia, não estando impedido para o exercício de atividade empresarial, ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. O Diretor tomará posse em seu cargo mediante a assinatura dos respectivo Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia, constante no **Anexo I**;

(ii) Aprovar a Política de Divulgação da Companhia, nos termos do Artigo 16 da Instrução CVM n.º 358/2002, que vigorará a partir da data da concessão do registro de companhia aberta pela CVM, com a redação e forma do **Anexo II**, o qual assinado e rubricado pela mesa, integra a presente ata para todos os efeitos;

(iii) Aprovar a Política de Negociação da Companhia, nos termos do Artigo 15 da Instrução CVM n.º 358/2002, que vigorará a partir da data da concessão do registro de companhia aberta pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a redação e forma do **Anexo III**, o qual assinado e rubricado pela mesa, integra a presente ata para todos os efeitos;

(iv) Aprovar a realização da Oferta e autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da Oferta, em especial, representar a Companhia perante a CVM, o Banco Central do Brasil e a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, podendo praticar ou fazer com que sejam praticados, quando necessários, quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta; e

(v) Aprovar o Código de Conduta, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que vigorará a partir da data da concessão do registro de companhia aberta pela CVM, com a redação e forma do **Anexo IV**, o qual assinado e rubricado pela mesa, integra a presente ata para todos os efeitos;

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada. São Paulo, 25 de abril de 2011. Mesa: Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca, Presidente; Cristina Caiuby Salles: Secretária. Conselheiros Presentes: Carlos Daniel Rizzo da Fonseca, Marcelo Kalim, Roberto Martins de Souza, José Luiz Depieri e Artur Noemio Grynbaum.

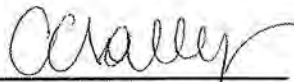
Certifico que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 25 de abril de 2011.

Mesa:



 Carlos Daniel Rizzo da Fonseca
 Presidente



 Cristina Caiuby Salles
 Secretária



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de junho de 2010 aprovando o Preço por Ação, a emissão das ações no âmbito da Oferta e o aumento de capital da Companhia.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BRAZIL PHARMA S.A.
CNPJ/MF n.º 11.395.624/0001-71
NIRE 35.300.374.797

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011**

Data, Hora e Local: No dia 22 (vinte e dois) de junho de 2011, às 18:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, CEP 104547-070 ("Companhia").

Convocação e Presenças: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Presidente, Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca; Secretário, Sra. Cristina Caiuby Salles.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Ações"), para distribuição pública, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), a serem emitidas dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a fixação do preço de emissão das Ações e a justificativa do critério de fixação do preço; **(iii)** a forma de integralização e colocação das Ações; **(iv)** a determinação dos direitos a serem conferidos aos titulares das novas Ações; **(v)** a outorga pela Companhia ao Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") de opção de compra de ações de emissão da Companhia no montante de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Ações inicialmente ofertada, correspondentes a 3.000.000 Ações, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"); **(vi)** a aprovação dos seguintes documentos relativos à Oferta: (a) Anúncio de Início, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Início"), (b) Anúncio de Encerramento, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Encerramento"), (c) boletim de subscrição, a ser firmado por investidores institucionais ("Boletim de Subscrição"), (d) Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A. ("Prospecto Definitivo"), (e)



Formulário de Referência, produzido nos termos da Instrução CVM n.º 480 (“Formulário de Referência”); e (f) *Final Private Placement Memorandum*; (vii) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários, bem como assinar os contratos relacionados à consecução do aumento de capital mediante distribuição pública referido no item (i) acima; e (viii) a aprovação da utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia decorrente da Oferta.

Deliberações Tomadas por Unanimidade: Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade:

(i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$ 416.647.906,10 (quatrocentos e dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, novecentos e seis reais e dez centavos de reais) para R\$830.647.906,10 (oitocentos e trinta milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, novecentos e seis reais e dez centavos de reais), representando um aumento, portanto, de R\$ 414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais), dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão para subscrição pública de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de Ações, a serem emitidas com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do parágrafo 1º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, sendo que as Ações objeto do aumento de capital serão objeto de distribuição pública no Brasil, a ser coordenada pelo BTG Pactual (“Coordenador Líder”), Banco Morgan Stanley S.A. (“Morgan Stanley”) e o Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Morgan Stanley, “Coordenadores da Oferta”), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação de ações no exterior a serem realizados pelo BTG Pactual US Capital Corp, Morgan Stanley & Co. LLC., pelo Bradesco Securities, Inc, pelo Raymond James & Associates, Inc e pelo Banco Votorantim Securities, Inc. (“Agentes de Colocação Internacional”), a serem adquiridas por investidores institucionais estrangeiros, qualificados no termo da Resolução n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, com base em isenções de registro previstas no *Securities Act* (“Oferta”);

(ii) aprovar a fixação do preço de emissão das Ações em R\$ 17,25 (dezessete reais e vinte e cinco centavos de real) por Ação. O preço de emissão das Ações foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido neste item abaixo), tendo como parâmetro a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais no



Brasil e pelos Agentes de Colocação Internacional no exterior, em consonância com os termos do artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens firmes de subscrição no contexto da Oferta;

(iii) aprovar a forma de integralização das Ações, que deverá ser feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, e a forma de colocação das Ações, que deverá ser feita em mercado de balcão não-organizado, de acordo com o procedimento descrito no Aviso ao Mercado publicado em 07 de junho de 2011, nos termos do disposto no artigo 53, da Instrução CVM 400, tendo sido concedido aos investidores não institucionais um prazo para a realização dos pedidos de reserva de subscrição das Ações, nas condições descritas no referido Aviso ao Mercado, sendo que as Ações de emissão da Companhia que não tiverem sido objeto de pedidos de reserva de subscrição durante o Período de Reserva serão destinadas à colocação pública a investidores institucionais, pelas instituições financeiras coordenadas pelo Coordenador Líder;

(iv) determinar que os titulares das novas Ações objeto do aumento de capital, a partir da data de sua emissão, farão *jus* aos mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável às ações existentes, inclusive atribuição de dividendos e outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta;

(v) outorgar a Opção de Lote Suplementar ao Banco BTG Pactual, conferindo poderes à Diretoria para fixar todos os termos e condições relativos à Opção de Lote Suplementar;

(vi) aprovar os seguintes documentos relativos à Oferta: (a) Anúncio de Início, (b) Anúncio de Encerramento, (c) Boletim de Subscrição, (d) Prospecto Definitivo, (e) Formulário de Referência; e (f) *Final Private Placement Memorandum*.

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato necessário à consecução da Oferta, bem como a assinatura de todos e quaisquer contratos e documentos necessários à sua realização, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A., ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A., ao Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e ao Contrato de Colocação Internacional (*Placement Facilitation Agreement*); e



(viii) aprovar a utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia decorrente da Oferta para os fins descritos na seção “*Destinação dos Recursos*” do Prospecto Definitivo da Oferta.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada. São Paulo, 22 de junho de 2011. **Presenças:** **Mesa:** Carlos Daniel Rizzo da Fonseca; Presidente; Cristina Caiuby Salles Secretária. **Conselheiros Presentes:** Carlos Daniel Rizzo da Fonseca, Marcelo Kalim, Roberto Martins de Souza, José Luiz Depieri e Artur Noemio Grynbaum.

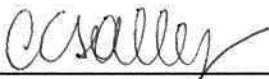
Certifico que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 22 de junho de 2011.

Mesa:



Carlos Daniel Rizzo da Fonseca
Presidente



Cristina Caiuby Salles
Secretário

-
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder para Fins do Artigo 56 da Instrução CVM N.º 400, de 29 de dezembro de 2003, Conforme Alterada

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BRAZIL PHARMA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.629, 6º e 1º andares, Vila Olímpia, CEP 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.395.624/0001-71, neste ato representada por **André Soares de Sá**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 11.242.323-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 078.654.347-74, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial a Rua Gomes de Carvalho, nº 1.629, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-00, na qualidade de Diretor Presidente e **Marcelo Cataldi Doubek Lopes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 21.190.101-5 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 251.006.418-51, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.629, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-006, na qualidade de Diretor Administrativo-Financeiro, em conformidade com seu estatuto social ("Companhia") no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da Companhia, no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), do Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta") e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados") e de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta") e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados pelo BTG Pactual U.S. Capital Corp., pelo Morgan Stanley & Co. Incorporated e pelo Bradesco Securities, Inc ("Agentes de Colocação Internacional"), exclusivamente junto a (a) investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos no *Rule 144A*, editado pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("Securities Act"), e (b) investidores nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, que sejam *non U.S. persons*, em conformidade com o *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, e, em ambos os casos ("Oferta"), vêm, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

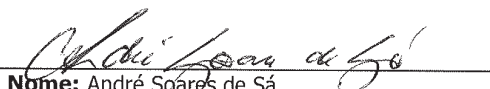
- (a) A Companhia e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;


- (b) Está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em fevereiro de 2011, sendo que tal auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) A Companhia disponibilizou para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Brazil Pharma S.A. ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (d) A Companhia, juntamente com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participou na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A COMPANHIA DECLARA QUE:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Prospecto Preliminar, nesta data, e ao Prospecto Definitivo, na data de sua divulgação) são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) O Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iv) O Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 6 de junho de 2011.


Nome: André Soares de Sá
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Marcelo Cataldi Dóubek Lopes
Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 8º a 10º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus diretores estatutários, Srs. João Marcello Dantas Leite e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Brazil Pharma S.A. ("Ações" e "Companhia", respectivamente) a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI", e, em conjunto com o Coordenador Líder e Morgan Stanley, os "Coordenadores da Oferta"), sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("Oferta"), vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"):

CONSIDERANDO QUE:

- (a) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 7 de fevereiro de 2011 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo (conforme definido abaixo);
- (c) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seu auditor independente, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, de 7 de março de 2006, com relação ao Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) e ao Prospecto Definitivo;
- (d) a Companhia disponibilizou os documentos que considera relevantes para a Oferta;
- (e) além dos documentos a que se refere o item (d) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (f) conforme informações prestadas pela Companhia, a Companhia disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações por ela consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

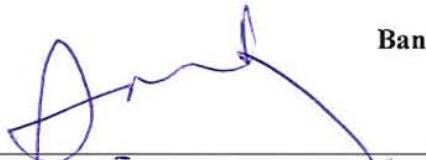
O COORDENADOR LÍDER DECLARA QUE:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia, constantes do prospecto preliminar e do prospecto definitivo relativos à Oferta, elaborados nos termos do artigo 40 da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Prospecto Preliminar" e "Prospecto Definitivo", respectivamente), nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão

fundamentada a respeito da Oferta, (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e outras informações relevantes; e
- (c) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 21 de junho de 2011.


Nome: TOMAZ MARCELO DANTAS LEITE
Cargo: Diretor

Banco BTG Pactual S.A.


Nome: ROGÉRIO PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Cargo: Diretor

-
- **Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, Demonstrações Financeiras da Companhia do Trimestre Encerrado em 31 de março de 2011 e 2010, acompanhadas do Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de março de 2011 e 2010
com Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Brazil Pharma S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brazil Pharma S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazil Pharma S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 2.20, as demonstrações financeiras anexas contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2011, que foram arquivadas quando do pedido de registro inicial de companhia aberta em 29 de abril de 2011 junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas modificações, com as quais concordamos, foram realizadas com o objetivo de atender às exigências de divulgação requeridas pela CVM no processo de abertura de capital da Companhia e não requerem modificação em nossa opinião sobre as referidas demonstrações financeiras, emitidas anteriormente.

São Paulo, 28 de abril de 2011, exceto pelos comentários da nota explicativa 2.20, cuja data é 4 de junho de 2011.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP172.167/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC 1SP249401/O-4

Brazil Pharma S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 2.768 | 1.194 | 142.376 | 18.760 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 52.981 | 32.968 |
| Fundo de publicidade administrado | 7 | - | - | 1.829 | 1.629 |
| Estoques | 8 | - | - | 140.185 | 58.885 |
| Adiantamento a fornecedores | | 44 | 148 | 16.079 | 5.854 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9 | 226 | 219 | 3.934 | 4.949 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 8 | 4 | 1.487 | 88 |
| Outros ativos | | 881 | 881 | 8.139 | 1.821 |
| | | 3.927 | 2.446 | 367.010 | 124.954 |
| Não circulante | | | | | |
| Impostos diferidos | 19 | - | - | 62.098 | 5.453 |
| Outros ativos | | - | - | 2.011 | 1.144 |
| Partes relacionadas | 32 | 2.442 | 2.367 | - | - |
| Investimentos | 10 | 92.911 | 92.314 | - | - |
| Imobilizado | 11 | 462 | 448 | 38.750 | 19.666 |
| Intangível | 12 | 201.098 | 21.242 | 333.216 | 142.976 |
| | | 296.913 | 116.371 | 436.075 | 169.239 |
| Total do Ativo | | 300.840 | 118.817 | 803.085 | 294.193 |

Brazil Pharma S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 13 | 126 | 731 | 112.712 | 58.598 |
| Fundo de publicidade administrado | 7 | - | - | 1.829 | 1.629 |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | 3.473 | 1.207 |
| Outros impostos e contribuições | | 8 | 55 | 10.735 | 3.825 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 12.320 | 26.625 | 104.575 | 64.876 |
| Obrigações com pessoal e encargos sociais | 15 | 389 | 333 | 24.572 | 10.441 |
| Provisão para demandas judiciais | 16 | - | - | 403 | 783 |
| Demais contas a pagar | 18 | 98 | 3.129 | 53.780 | 15.204 |
| Contas a pagar por aquisição de investimento | 17 | 2.925 | 38.717 | 2.925 | 18.006 |
| | | 15.866 | 69.590 | 315.004 | 174.569 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 12.785 | 11.224 |
| Provisão para demandas judiciais | 16 | - | - | 1.464 | 1.555 |
| Demais contas a pagar | 18 | - | - | 72.992 | 587 |
| Total do passivo | | - | - | 87.241 | 13.366 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 21 | 361.121 | 73.950 | 361.121 | 73.950 |
| Capital social a integralizar por acionistas | | (49.301) | - | (49.301) | - |
| Reserva de capital | | - | - | 58.491 | - |
| Prejuízos acumulados | | (26.846) | (24.723) | (26.846) | (24.723) |
| Participação de não controladores | | - | - | 57.375 | 57.031 |
| Total do patrimônio líquido | | 284.974 | 49.227 | 400.840 | 106.258 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 300.840 | 118.817 | 803.085 | 294.193 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.
Demonstrações do Resultado

Período findo em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|----------------|------------|----------------|------------|
| | | 31/03/2011 | 31/03/2010 | 31/03/2011 | 31/03/2010 |
| Receita líquida de vendas | 22 | - | - | 160.772 | - |
| Custo das vendas | 23 | - | - | (105.801) | - |
| Lucro bruto | | - | - | 54.971 | - |
| (Despesas) receitas operacionais | | | | | |
| Despesa com vendas | 24 | - | - | (34.616) | - |
| Despesas gerais e administrativas | 25 | (1.238) | - | (14.766) | - |
| Despesa com depreciação e amortização | | (25) | - | (4.494) | - |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 26 | 25 | - | 2.199 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 78 | - | - | - |
| Prejuízo / lucro operacional antes do resultado financeiro | | (1.160) | - | 3.294 | - |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 27 | 127 | - | 7.170 | - |
| Despesas financeiras | 27 | (1.090) | - | (9.303) | - |
| Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | (2.123) | - | 1.161 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | 19 | - | - | (695) | - |
| Diferido | 19 | - | - | (2.157) | - |
| | | - | - | (2.852) | - |
| Prejuízo do período antes da participação de não controladores | | (2.123) | - | (1.691) | - |
| Atribuíveis aos: | | | | | |
| Acionistas não controladores | | - | - | (432) | - |
| Prejuízo do período | | (2.123) | - | (2.123) | - |
| Prejuízo por ação – básico e diluído (atribuível a acionistas controladores) | 20 | (0,15) | - | (0,15) | - |

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Brazil Pharma S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Período findo em 31 de março de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

| Descrição | Reserva de capital | | | | |
|--|--------------------|-----------------|----------------------|----------------|-----------------------------------|
| | Capital Social | Reserva de ágio | Prejuízos acumulados | Total | Participação de não controladores |
| Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2009 | 1 | - | - | 1 | - |
| Ágio na aquisição de participação de não controladores | - | - | (1.443) | (1.443) | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | (23.280) | (23.280) | (3.742) |
| Adição de não controlador em função de combinação de negócio | - | - | - | - | 60.773 |
| Aumento do Capital Social | 73.949 | - | - | 73.949 | - |
| Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2010 | 73.950 | - | (24.723) | 49.227 | 57.031 |
| Aumento de capital social | 287.171 | - | - | 287.171 | - |
| Capital a integralizar | (49.301) | - | - | (49.301) | - |
| Reserva de ágio por incorporação | - | 58.491 | - | 58.491 | - |
| Adição de não controlador em função de combinação de negócio | - | - | - | - | (88) |
| Prejuízo do período | - | - | (2.123) | (2.123) | 432 |
| Saldo Final em 31 de março de 2011 | 311.820 | 58.491 | (26.846) | 343.465 | 57.375 |
| | | | | | 400.840 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010

(Em milhares de reais)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/03/2010</u> | <u>31/03/2011</u> | <u>31/03/2010</u> |
| Das atividades Operacionais | | | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores | (2.123) | - | 1.161 | - |
| <u>Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:</u> | | | | |
| Depreciação e amortização | 25 | - | 9.708 | - |
| Baixa de imobilizado e intangível | - | - | 2.533 | - |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (655) | - | (3.507) | - |
| Juros a partes relacionadas | (150) | - | (390) | - |
| Provisão para demandas judiciais | - | - | (471) | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | (78) | - | - | - |
| Impostos diferidos | - | - | (58.802) | - |
| Participação de não controladores | - | - | (432) | - |
| <u>Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:</u> | | | | |
| Contas a receber | - | - | (20.013) | - |
| Fundo de publicidade administrado | - | - | (200) | - |
| Estoques | - | - | (81.300) | - |
| Adiantamento a fornecedores | 104 | - | (10.225) | - |
| Créditos tributários e previdenciários | (7) | - | 1.015 | - |
| Despesas pagas antecipadamente | (4) | - | (1.399) | - |
| Outros créditos | - | - | (6.318) | - |
| Outros ativos | - | - | (867) | - |
| Fornecedores | (605) | - | 54.114 | - |
| Fundo de publicidade administrado | - | - | 200 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | 1.571 | - |
| Outros impostos e contribuições | (47) | - | 6.910 | - |
| Obrigações com pessoal e encargos sociais | 56 | - | 14.131 | - |
| Demais contas a pagar | (3.031) | - | 110.982 | - |
| Participação de não controladores | - | - | 344 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas (provenientes das) atividades operacionais: | (6.515) | - | 18.745 | - |

Brazil Pharma S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)**

Períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.03.2011 | 31.03.2010 | 31.03.2011 | 31.03.2010 |
| Das atividades de Investimentos: | | | | |
| Empréstimos a partes relacionadas | (74) | - | - | - |
| Aquisição de imobilizado | (39) | - | (28.044) | - |
| Aquisições de intangíveis | (179.857) | - | (193.522) | - |
| Aquisição de participação | (519) | - | (15.081) | - |
| Reserva de capital | - | - | 58.491 | - |
| Caixa e equivalentes de líquido aplicados nas atividades de investimentos: | (180.489) | - | (178.156) | - |
| Das atividade de financiamento: | | | | |
| Aumento de capital | 237.870 | - | 237.870 | - |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | - | 105.613 | - |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (32.000) | - | (59.630) | - |
| Captação de empréstimos partes relacionadas | 18.500 | - | 2.400 | - |
| Pagamento de empréstimos partes relacionadas | - | - | (3.226) | - |
| Contas a pagar por investimentos | (35.792) | - | - | - |
| Caixa e equivalentes líquido provenientes das atividades de financiamentos: | 188.578 | - | 283.027 | - |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | 1.574 | - | 123.616 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período/exercício | 2.768 | 1 | 142.376 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício | 1.194 | 1 | 18.760 | 1 |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | 1.574 | - | 123.616 | - |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.**Demonstrações do valor adicionado**Períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/03/2011 | 31/03/2010 | 31/03/2011 | 31/03/2010 |
| Receita | - | - | 173.265 | - |
| Vendas de mercadorias e serviços | - | - | 173.265 | - |
| Insumos adquiridos de terceiros | (388) | - | (112.735) | - |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | - | - | (105.801) | - |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (388) | - | (6.934) | - |
| Valor adicionado bruto | (388) | - | 60.530 | - |
| Depreciação e amortização | (25) | - | (4.494) | - |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | (413) | - | 56.036 | - |
| Valor adicionado recebido em transferência | 206 | - | 7.302 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 79 | - | - | - |
| Receitas financeiras | 127 | - | 7.170 | - |
| Outras | - | - | 132 | - |
| Valor adicionados total a distribuir | (207) | - | 63.338 | - |
| Distribuição do valor adicionados | (207) | - | 63.338 | - |
| Pessoal | 771 | - | 29.523 | - |
| Remuneração direta | 665 | - | 25.993 | - |
| Benefícios | 66 | - | 2.266 | - |
| F.G.T.S | 40 | - | 1.264 | - |
| Impostos, taxas e contribuições | - | - | 20.485 | - |
| Federais | - | - | 10.786 | - |
| Estaduais | - | - | 9.574 | - |
| Municipais | - | - | 125 | - |
| Remuneração de capitais de terceiros | 1.145 | - | 15.453 | - |
| Juros | 1.090 | - | 9.303 | - |
| Aluguéis | 55 | - | 6.150 | - |
| Remuneração de capitais próprios | (2.123) | - | (2.123) | - |
| Prejuízos retidos do período | (2.123) | - | (1.691) | - |
| Participação dos não controladores nos prejuízos retidos | - | - | (432) | - |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Brazil Pharma S.A. (a seguir designada como “Controladora”, “Brazil Pharma”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Brazil Pharma foi criada em 2009 pela área de Merchant Banking do Banco BTG Pactual para atuar no varejo farmacêutico, via aquisições de redes líderes regionalmente, com longo histórico de atuação e grande capacidade de crescimento.

No primeiro trimestre do ano de 2011 a Brazil Pharma adquiriu participação em mais uma companhia; a rede Mais Econômica, situada em Canoas, região da Grande Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. A Mais Econômica é a segunda maior rede do varejo farmacêutico da região sul do Brasil, em linha com a estratégia da Brazil Pharma de adquirir participação nas maiores de redes de varejo farmacêutico de cada região do país.

Dessa forma nossas operações em 31 de março de 2011 ficaram divididas em:

- (i) Operações próprias: nossas rede somavam 302 lojas nas três regiões de atuação, sendo 89 sob a bandeira Drogaria Rosário Distrital, 60 lojas sob as bandeiras Farmácias Guararapes e 153 sob a bandeira Mais Econômica; e
- (ii) Rede de franquias: operam exclusivamente sob a marca Farmais com 361 lojas, majoritariamente concentrada na região sudeste, sendo São Paulo o estado mais representativo com aproximadamente 200 lojas.

A operação que efetuamos envolvendo combinações de negócios estão descritas na Nota 4.

Nosso acionista controlador optou por suportar nossas aquisições via capital próprio e parcelamento junto aos próprios sócios fundadores. A maior parte dos valores investidos por nós foi aportada nas próprias operações adquiridas, via capital primário. Os sócios fundadores permanecem na sociedade, como sócios e executivos responsáveis pela expansão das atividades das companhias, por sua vez a Brazil Pharma traz o expertise financeiro, estruturação administrativa e cultura meritocrática de resultado.

Em 31 de março de 2011, a Brazil Pharma apresentava uma dívida no valor de R\$ 12.320 milhões, valor renascente dos empréstimos tomados para suportar nossas operações e aquisições. Essas linhas de crédito foram liquidadas no mês de abril 2011 através do aporte recebido de nossos acionistas no valor de R\$ 287.171. Tal aporte teve como objetivo sustentar nossa estratégia de crescimento via aquisições, com o pagamento de aquisições efetuadas em 2010 e a aquisição da rede de drogarias Mais Econômica em 2011, conforme Nota 4.

Continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, pois acreditamos que o mercado farmacêutico no Brasil é fragmentado nacionalmente, mas concentrado do ponto de vista Estadual. Tais oportunidades continuarão sendo suportadas por nossos acionistas e/ou pelos sócios das operações adquiridas.

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 28 de abril de 2011.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 3, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis mais relevantes, utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| Razão social | Localização | % participação – 31/3/2011 | |
|--|-------------------|----------------------------|----------|
| | | Direta | Indireta |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| Drogaria Amarilis S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | Pernambuco | 88,13 | |
| Drogaria Rosário S.A. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Drogaria Nova Distrital Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Drogaria Distrital Lago Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | Distrito Federal | 43,66 | |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmácia Farmação Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmácia Guararapes Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Meridional Medicamentos Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmais Franchising Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Drogarias Farmais Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Farmais Administradora de Convênios Ltda. | São Paulo | | 100,00 |
| Comercial Farmais Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Mais Econômica | Rio Grande do Sul | 60,00 | |

A Brazil Pharma é proprietária de 43,66% do patrimônio das empresas Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Drogaria Rosário S.A., que por sua vez é proprietária das empresas Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda, Drogaria Nova Distrital Ltda, Drogaria Distrital Lago Ltda. A Brazil Pharma é considerada controladora dessas empresas, uma vez que ela aprova todas as principais decisões operacionais, além de ter o controle sobre todas as decisões financeiras, dessa forma, a administração determinou que as demonstrações financeiras dessas empresas fossem consolidadas.

Os resultados das controladas diretas ou indiretas durante o exercício encerrado em 31 de março de 2011 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação.

Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. As transações entre as empresas foram eliminadas na consolidação. As transações entre controladora e as empresas controladas diretas e indiretas são realizadas em condições de mercado.

Em 31 de março de 2010 a Companhia não possuía participação em nenhuma entidade.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.2 Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas, de acordo com o CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas domiciliadas no Brasil é o Real ("R\$"), mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia e suas controladas diretas ou indiretas auferem receita de venda produtos (medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos) e receita de *royalties*.

2.4.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.4.2. Receita com *royalties*

As receitas com *royalties* são, basicamente, as receitas da controlada Farmais Franchising Ltda, que administra a rede de franquias Farmais. Essas receitas são reconhecidas de acordo com a vigência dos contratos com os franqueados.

2.5. Impostos

2.5.1. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) 2% e 5%; e
- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.5.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60 no trimestre (R\$ 240 no exercício), enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensações são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.5. Impostos -- Continuação

2.5.3. Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.6. Benefícios a funcionários

São reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.7 Instrumentos financeiros – Continuação

2.7.2. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

(b) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.7 Instrumentos financeiros -- Continuação

2.7.3. Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sem observáveis, direta ou indiretamente
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalente de caixa são classificados dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base nos extratos dos bancos que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares. A Companhia não possui ativos ou passivos classificados nos Níveis 1 e 3 acima mencionados, sendo que apenas as aplicações financeiras representam os instrumentos passíveis de mensuração pelo valor justo em 31 de março de 2011.

2.7.4. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimento ou outros fins. O Grupo Brazil Pharma considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e quando não há risco de redução em seu valor de liquidação se realizado antes do prazo de vencimento.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.10. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas de mercadorias.

2.12. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

A Brazil Pharma optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à atividade operacional; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens e v) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.13. Ativos intangíveis

(i) Ágios nas aquisições de empresas

Os ágios gerados nas aquisições de empresas ao longo do ano de 2011 estão fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras, e serão testados uma vez ao ano, em dezembro, de acordo com as práticas contábeis.

(ii) Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 12, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação.

(iii) Licenças de uso de software

Licenças de programas de computador são demonstrados pelo valor de custo de aquisição de amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

2.14.1. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14.2. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Custos de empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.16. Provisões

2.16.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, quando for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.16.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.17. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado por lote de mil ações ordinárias totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41..

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.19. Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões, neste conceito, não estão sendo apresentadas informações por segmento.

2.20 Aprimoramento das notas explicativas das demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Estas demonstrações financeiras tiveram suas notas explicativas complementadas em relação às arquivadas em 29 de abril de 2011 na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) quando do protocolo de pedido de registro inicial de companhia aberta, com o objetivo de atender às orientações da CVM, conforme Ofício/CVM/SER/SEP/Nº 073/2011 de 3 de junho de 2011. As notas explicativas aprimoradas foram as notas 4, 12, 29 e 32. Adicionalmente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa também sofreram alterações para uma melhor apresentação. A autorização para reapresentação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 4 de junho de 2011.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

(a) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(b) Impostos

As estimativas e premissas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas de mercado, financeiras e de negócios. Dessa forma, essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

4. Combinações de negócios

Para o primeiro trimestre de 2011 a Companhia realizou combinação de negócio da empresa Mais Econômica, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Empresa | Região | Data de aquisição | Participação societária adquirida | Valor da operação | Alocação ágio/compra vantajosa |
|----------------|--------|-------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Mais Econômica | Sul | 31.03.2011 | 60,00% | 170.000 | 179.859 |

Em 31 de março de 2011, a Companhia celebrou contrato de aquisição de 60% da Mais Econômica. A Mais Econômica é uma Companhia de capital fechado, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Nas demonstrações consolidadas de resultado encerradas em 31 de março de 2011, foram incluídas na rubrica de receita líquida de vendas, o montante de R\$ 35.143 referente ao mês de março de 2011. O resultado líquido da Mais Econômica no mesmo período foi de R\$ 2.850.

A receita e o resultado combinado da Companhia, como se a data da aquisição da Drogaria Mais Economica S.A. fosse o início do período de reporte atual são, respectivamente, R\$ 239.715 (não auditado) e um prejuízo de R\$ 23.855 (não auditado).

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Mais Econômica na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|--------------------------------------|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.764 |
| Contas a receber de clientes | 19.932 |
| Estoques | 54.117 |
| Imobilizado | 15.491 |
| Intangível | 2.064 |
| Outros ativos | 4.925 |
| | <hr/> |
| | 98.293 |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 51.326 |
| Empréstimos | 55.636 |
| Outros passivos | 27.763 |
| | <hr/> |
| | 134.725 |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | (36.432) |
| Participação de não controladores mensurada a valor justo | 6.573 |
| | <hr/> |
| | 20.000 |
| Subscrição de novas ações | 20.000 |
| Ágio na aquisição | 179.859 |
| Total da contraprestação | 170.000 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

4. Combinações de negócios -- Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$ 19.932 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

Todos os ativos adquiridos e todos passivos assumidos foram corretamente identificados e não houve compra vantajosa. O ágio pago de R\$ 179.859 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|--------------|----------------|---------------|
| | 31/03/11 | 31/12/10 | 31/03/11 | 31/12/10 |
| Caixa e bancos | 199 | 1.190 | 3.138 | 4.570 |
| Aplicações financeiras (CDB) | 2.569 | 4 | 139.238 | 14.190 |
| | <u>2.768</u> | <u>1.194</u> | <u>142.376</u> | <u>18.760</u> |

As aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização e foram emitidos por bancos de primeira linha, a aplicação tem liquidez diária e não possui cláusulas restritivas para resgate sendo considerada portanto um equivalente de caixa.

6. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|---------------|---------------|
| | 31/03/11 | 31/12/10 | 31/03/11 | 31/12/10 |
| Contas a receber | - | - | - | - |
| A Vencer | - | - | 52.850 | 32.575 |
| Vencidas | - | - | - | - |
| Entre 1 e 90 dias | - | - | 126 | 345 |
| Entre 91 e 180 dias | - | - | 119 | 235 |
| A mais de 180 dias | - | - | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (114) | (187) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>52.981</u> | <u>32.968</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

7. Fundo de publicidade administrado

O Fundo de publicidade ou de propaganda e marketing é o veículo criado pela controlada Farmais Franchising para o qual os franqueados da rede são contratualmente obrigados a contribuir periodicamente com uma quantia destinada para o desenvolvimento das políticas e ações de marketing e publicidade em benefício da marca, produtos e/ou serviços da franqueadora.

Dessa forma, o Fundo de Publicidade refere-se a verba angariada entre todos os membros da rede de franquias, e que é administrada pela franqueadora com competência meramente consultiva. Isso porque, apesar do caráter cooperado do fundo, as decisões relacionadas às políticas de marketing, publicidade e promoção da rede continuam sendo tomadas, ao final, pela franqueadora.

Logo, os valores arrecadados para constituição desse fundo não se referem a nenhum tipo de remuneração da empresa franqueadora nem de receita dela, não devendo ser visto como uma fonte de lucro do franqueador, o qual tem apenas a função não remunerada de geri-lo, logo não deve sofrer qualquer tipo de tributação. O saldo do fundo de publicidade em 31 de março de 2011 é R\$ 1.829 (R\$ 1.629 em 31 de dezembro de 2010), registrado em contas de ativo e passivo da Companhia.

8. Estoques

| | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Mercadorias para revenda (ao custo ou ao valor realizável líquido) | 140.185 | 60.220 |
| Provisão para perdas com mercadorias | - | (1.335) |
| Total dos estoques ao custo ou ao valor realizável, dos dois o menor | 140.185 | 58.885 |

9. Créditos tributários e previdenciários

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| IRRF - Imposto de renda retido na fonte | 226 | 219 | 354 | 321 |
| PIS - Programa de integração social | - | - | 178 | 170 |
| COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social | - | - | 787 | 782 |
| INSS - Instituto nacional da seguridade social | - | - | 21 | 181 |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias | - | - | 1.846 | 1.597 |
| IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica | - | - | 534 | 1.400 |
| CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido | - | - | 214 | 498 |
| Total | 226 | 219 | 3.934 | 4.949 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

| | <u>% - Participação da Companhia no capital social votante</u> | <u>Saldo de investimentos em 31 de março de 2011</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial do período findo em 31 de março de 2011</u> |
|--|--|--|--|
| Em 31 de março de 2011: | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. ⁽¹⁾ | 100,00 | 52.749 | 1.093 |
| Drogaria Amarilis S.A. | 100,00 | - | (66) |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. ⁽²⁾ | 100,00 | 44.139 | (396) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 88,13 | (1.326) | (2.955) |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | 43,66 | 3.610 | 239 |
| Farmais Franchising Ltda. | 100,00 | 1.648 | 502 |
| Drogarias Farmais Ltda. | 100,00 | 149 | (101) |
| Mais Econômica S.A. ⁽³⁾ | 60,00 | (8.127) | 1.710 |
| Comercial Farmais | 100,00 | 69 | 52 |
| | | <u>92.911</u> | <u>78</u> |

- (1) Controladora do Grupo Rosário.
(2) Controladora do Grupo Guararapes.
(3) Controladora da Mais Econômica

| | <u>% - Participação da Companhia no capital social votante</u> | <u>Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2010</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2010</u> |
|--|--|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2010: | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. ⁽¹⁾ | 100,00 | 41.542 | (2.840) |
| Drogaria Amarilis S.A. | 100,00 | 60 | (400) |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. ⁽²⁾ | 100,00 | 44.397 | (1.863) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 88,13 | 1.629 | (8.222) |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | 43,66 | 3.369 | 1.551 |
| Farmais Franchising Ltda. | 100,00 | 1.067 | (286) |
| Drogarias Farmais Ltda. | 100,00 | 250 | (67) |
| | | <u>92.314</u> | <u>(12.127)</u> |

- (1) Controladora do Grupo Rosário.
(2) Controladora do Grupo Guararapes.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado (Consolidado)

| | Terrenos e edificações próprios | Móveis, utensílios e instalações | Equipamentos de informática | Outros Imobilizados | Total |
|---|---------------------------------------|--|--------------------------------|------------------------|-----------------|
| Custo ou avaliação: | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | |
| Aquisições de controlada | 690 | 9.787 | 3.610 | 5.410 | 19.497 |
| Adições | - | 3.035 | 1.236 | 2.634 | 6.905 |
| Alienações | (690) | (40) | (6) | (1.037) | (1.773) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | 12.782 | 4.840 | 7.007 | 24.629 |
| Aquisições de controlada | 60 | 7.612 | 5.844 | 9.605 | 23.121 |
| Adições | - | 945 | 606 | 3.434 | 4.985 |
| Alienações | - | (81) | (8) | (931) | (1.020) |
| Em 31 de março de 2011 | 60 | 21.258 | 11.282 | 19.115 | 51.715 |
| Depreciação: | | | | | |
| Taxas anuais médias de depreciação (%) | | 10 | 21,2 | 10 | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | |
| Aquisição de controlada | - | (2.052) | (804) | (1.373) | (4.229) |
| Despesa de depreciação no exercício (i) | - | (293) | (314) | (205) | (812) |
| Alienação | - | 5 | - | 73 | |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (2.340) | (1.118) | (1.505) | (4.963) |
| Aquisição de controlada | (15) | (1.484) | (2.862) | (2.713) | (7.074) |
| Despesa de depreciação no exercício (i) | (1) | (327) | (375) | (540) | (1.243) |
| Alienações | - | 4 | 1 | 310 | 315 |
| Em 31 de março de 2011 | (16) | (4.147) | (4.354) | (4.448) | (12.965) |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | 10.442 | 3.722 | 5.502 | 19.666 |
| Em 31 de março de 2011 | 44 | 17.111 | 6.928 | 14.667 | 38.750 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

12. Intangível (Consolidado)

| | Ágio na aquisição de empresa (i) | Licenças de uso de Software (ii) | Fundo de Comércio (ii) | Outros intangíveis | Total |
|--|--|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Custo: | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | 77.757 | 1.694 | 37.866 | - | 117.317 |
| Adições | 21.197 | 839 | 15.680 | 4 | 37.720 |
| Alienações | - | (778) | - | - | (778) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 98.954 | 1.755 | 53.546 | 4 | 154.259 |
| Em 01 de Janeiro de 2011 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | 31 | 162 | 4.386 | 11 | 4.590 |
| Adições | 179.859 | 904 | 8.168 | - | 188.931 |
| Alienações | - | (30) | - | - | (30) |
| Em 31 de março de 2011 | 278.844 | 2.791 | 66.100 | 15 | 347.750 |
| Amortização: | | | | | |
| Taxas anuais de amortização (%) | | 20 | 20 | 20 | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | (751) | (5.666) | - | (6.417) |
| Amortização (ii) | - | (137) | (4.820) | - | (4.957) |
| Alienações | - | 91 | - | - | 91 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (797) | (10.486) | - | (11.283) |
| Em 01 de Janeiro de 2011 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | - | - | - | - |
| Amortização (ii) | - | (45) | (3.206) | - | (3.251) |
| Alienações | - | - | - | - | - |
| Em 31 de março de 2011 | - | (842) | (13.692) | - | (14.534) |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 98.954 | 958 | 43.060 | 4 | 142.976 |
| Em 31 de março de 2011 | 278.844 | 1.949 | 52.408 | 15 | 333.216 |

- (i) O ágio na aquisição de empresa, apurado após as alocações aos ativos e passivos adquiridos, apresenta vida útil indefinida e não é amortizado, mas sim submetido a teste anual de impairment ou antes disso caso exista alguma evidência de perda de valor.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis estão classificadas na rubrica de despesas com depreciação e amortização na demonstração do resultado.

Em 31 de março de 2011 e 2010 a Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente e não foram apuradas perdas nos valores recuperáveis dos ativos intangíveis.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

13. Fornecedores

O saldo de fornecedores no total de R\$ 112.712 milhões corresponde, basicamente, ao saldo de contas a pagar à fornecedores de mercadoria para revenda.

14. Empréstimos e financiamentos

| | Taxa de juros efetiva % a.m. | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimo com o Banco Pine | 0,36 + CDI | 4.216 | 4.059 | 4.216 | 4.059 |
| Empréstimo com o Banco Pine | 160% x CDI | - | 20.168 | - | 20.168 |
| Empréstimo BTG Pactual | 0,25 + CDI | 7.913 | 2.196 | 7.913 | 2.196 |
| Empréstimo Banco Real | 1,8000 | - | - | - | 1.181 |
| Empréstimos Banco Rural | 1,3300 | - | - | - | 2.041 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,3000 | - | - | 2.481 | - |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,2600 | - | - | 4.496 | 9.886 |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,0056 | - | - | 5.267 | - |
| Empréstimo Unibanco S/A | 1,1500 | - | - | 3.395 | 3.409 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 0,0008 + TJLP | - | - | 3.409 | 4.641 |
| Mútuo - Proarte Agma Partic. | CDI + 0,35 | - | - | 7.626 | 8.124 |
| Mútuo - N. Landim | CDI | - | - | 3.962 | 4.217 |
| Mútuo - Farmácia do Pobres | CDI | - | - | 943 | - |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,4500 | - | - | 6.774 | - |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,3000 | - | - | 6.490 | 2.631 |
| Empréstimo Banco Topázio S/A | 1,9300 | - | - | 2.545 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,0500 | - | - | 6.559 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,1200 | - | - | 10.839 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,2000 | - | - | 4.545 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,3100 | - | - | 4.500 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,4200 | - | - | 3.206 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,3000 | - | - | 4.193 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,4000 | - | - | 6.000 | - |
| Outros empréstimos | | 191 | 202 | 5.216 | 1.379 |
| Total circulante | | 12.320 | 26.625 | 104.575 | 64.876 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,00560 | - | - | 2.718 | 5.556 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,4400 | - | - | 3.032 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,7000 | - | - | 1.172 | - |
| Empréstimo Unibanco S/A | 1,15000 | - | - | 2.205 | 5.040 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 0,00083 | - | - | 2.835 | - |
| Outros empréstimos | | - | - | 823 | - |
| Total não circulante | | - | - | 12.785 | 11.2 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | 12.320 | 26.625 | 117.360 | 76.100 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

15. Obrigações com pessoal e encargos sociais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Salários a pagar | 65 | 71 | 5.102 | 1.908 |
| Provisões de férias e encargos | 222 | 149 | 13.230 | 4.213 |
| INSS | 52 | 56 | 3.572 | 2.719 |
| FGTS | 13 | 17 | 832 | 571 |
| Outras obrigações | 37 | 40 | 1.746 | 1.030 |
| | <u>389</u> | <u>333</u> | <u>24.572</u> | <u>10.441</u> |

16. Provisões para demandas judiciais

| | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante: | | |
| Demandas judiciais trabalhistas | 375 | 758 |
| Demandas judiciais cíveis | 28 | 25 |
| Total circulante | <u>403</u> | <u>783</u> |
| Não circulante: | | |
| Demandas judiciais tributárias | 1.024 | 1.115 |
| Demandas judiciais trabalhistas | 365 | 365 |
| Demandas judiciais cíveis | 75 | 75 |
| Total não circulante | <u>1.464</u> | <u>1.555</u> |
| Total de provisões para demandas judiciais | <u>1.867</u> | <u>2.338</u> |

As provisões para contingências trabalhistas são, basicamente, de processos de ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas que podem não terem sido pagas.

Em 31 de março de 2011 as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis somam R\$ 422, não registradas no balanço.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

17. Contas a pagar por aquisição de investimento

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Contraprestação com sócios fundadores | 2.925 | 12.863 | 2.925 | 18.006 |
| Contraprestação com subscrição de novas ações | - | 25.854 | - | - |
| | 2.925 | 38.717 | 2.925 | 18.006 |

18. Demais contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Aluguéis a pagar | 10 | 4 | 1.740 | 1.618 |
| Fornecedores de imobilizado | - | 50 | - | 50 |
| Fornecedores de serviços | 88 | 557 | 10.889 | 3.515 |
| Bônus a pagar | - | 2.518 | - | 2.642 |
| Pontos comerciais a pagar | - | - | 7.818 | 6.618 |
| Divida com sócio fundador | - | - | 33.333 | - |
| Outros | - | - | - | 761 |
| Total circulante | 98 | 3.129 | 53.780 | 15.204 |
| Divida com sócio fundador | - | - | 66.667 | - |
| Outros | - | - | 6.325 | 587 |
| Total não circulante | - | - | 72.992 | 587 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

19. Imposto sobre o lucro

A conciliação entre despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010 está descrita a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|------------|----------------|
| | 31/03/ 2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 |
| Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro | (2.123) | - | 1.161 |
| À alíquota fiscal de 34% | 721 | - | (395) |
| Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto a sua realização futura | - | - | 969 |
| Provisões, com natureza de despesa temporariamente indedutíveis, porém sem ativo diferido constituído, por incerteza quanto sua realização futura | - | - | (1.340) |
| Prejuízos fiscais e bases negativas, não constituídos na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto sua realização futura | (747) | - | (2.100) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 26 | - | (23) |
| Despesas não dedutíveis para fins fiscais: | - | - | - |
| Perda por redução ao valor recuperável do ágio | - | - | - |
| Outras adições e exclusões permanentes | - | - | 37 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado | - | - | (2.852) |

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de março refere-se a:

| | Balanco patrimonial | | | | Resultado | | |
|--|---------------------|------------|---------------|--------------|--------------|------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | | Controladora | | Consolidado |
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2010 |
| Crédito fiscal decorrente de incorporação reversa | - | - | 58.491 | - | - | - | - |
| Provisões, com natureza de despesas temporariamente indedutíveis | - | - | 3.607 | 5.453 | - | - | (2.157) |
| Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | - | - | - | - | (2.157) |
| Ativo fiscal diferido, líquido | - | - | 62.098 | 5.453 | - | - | - |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

19. Imposto sobre o lucro -- Continuação

Período estimado de realização

A administração da Companhia efetua periodicamente análise dos fundamentos que consubstanciam o registro dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de março de 2011, não existia tributos diferidos ativos, decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.

Não é possível estimar com precisão os exercícios em que as diferenças temporárias serão realizadas.

19. Imposto sobre o lucro -- Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia.

| | Consolidado | |
|------|---------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| 2011 | 781 | 781 |
| 2012 | 9.747 | 4.672 |
| 2013 | 8.755 | - |
| 2014 | 8.563 | - |
| 2015 | 8.563 | - |
| 2016 | 8.563 | - |
| 2017 | 8.563 | - |
| 2018 | 8.563 | - |
| | <u>62.098</u> | <u>5.453</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

20. Prejuízo por lote de mil ações

O cálculo básico de prejuízo por lote de mil ações é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias (por lotes de mil ações) disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

| | 31/03/2011 |
|--|-------------------|
| Básico: | |
| Prejuízo líquido atribuível a detentores de 4ações ordinárias da controladora | (2.123) |
| Média ponderada do número de ações ordinárias (Em milhares de ações) | 13.739 |
| Prejuízo por ação – básico | (0,15) |

Para os exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por lote de mil ações básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

21. Capital social e reservas

21.1. Capital social

Em 31 de março de 2011, o capital social subscrito é de R\$ 361.121 (R\$ 73.950 em 31 de dezembro de 2010) estava representado por 334.008.405 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo que em 31 de março de 2011 restavam R\$ 49.301 de saldo de capital a integralizar.

21.2. Reservas e retenção de lucros

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da lei societária.

(b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital aprovado pela administração do Grupo, de acordo com o artigo 196 da lei societária.

22. Receita líquida de vendas

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------------------------|--------------|------------|----------------|
| | 31/03/2011 | 31/03/2010 | 31/03/2011 |
| Receita bruta de vendas | - | - | 173.265 |
| Impostos incidentes sobre vendas | - | - | (12.493) |
| Devoluções | - | - | - |
| Receita líquida de vendas | - | - | 160.772 |

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS calculado às alíquotas em vigor em cada estado em que existam filiais, e Contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

| Receita bruta de vendas por rede | |
|----------------------------------|-------------|
| Farmais | 4.935 |
| Farmácias Guararapes | 20.146 |
| RNF | 12.332 |
| Grupo Rosário Distrital | 99.771 |
| Mais Econômica | 36.081 |
| | <hr/> <hr/> |
| | 173.265 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

22. Receita líquida de vendas -- Continuação

Receita bruta de vendas por rede

(a) Farmais

São as receitas brutas de vendas do grupo Farmais e da Drogaria Amarílis, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(b) Farmácias Guararapes

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Guararapes, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(c) RNF

São as receitas brutas de vendas das empresas do Rede Nordeste de Farmácias, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(d) Grupo Rosário Distrital

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Rosário Distrital, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(e) Mais Econômica

São as receitas brutas de vendas da Rede Mais Econômica, consolidadas do mês de março de 2011.

23. Custo das mercadorias vendidas

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/03/2010</u> | <u>31/03/2011</u> |
| Custo das vendas | - | - | (117.015) |
| Bonificações comerciais, líquida de impostos | - | - | 11.214 |
| Receita líquida de vendas | - | - | (105.801) |

As receitas comerciais decorrentes das ações de *trade marketing* e seus efeitos tributários, estão sendo classificados na rubrica "Custo das vendas".

24. Despesas com vendas

O total de R\$ 34.616 de despesa com vendas é composto, principalmente, por despesas com funcionários de lojas, aluguéis de lojas e taxa administrativa das administradoras de cartões de crédito.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

25. Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado |
|--|----------------|------------|-----------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 |
| Despesa com pessoal | (770) | - | (6.149) |
| Despesa com diligências | (1) | - | (73) |
| Despesas jurídicas | (22) | - | (140) |
| Despesas com instalações e infra-estrutura | (81) | - | (2.737) |
| Serviços contratados de terceiros | (45) | - | (1.425) |
| Despesas tributárias | (23) | - | (448) |
| Despesas operacionais | (33) | - | (1.688) |
| Despesas com viagens | (96) | - | (163) |
| Materiais de uso e consumo | (3) | - | (241) |
| Despesas diversas | (164) | - | (1.702) |
| Total | (1.238) | - | (14.766) |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

26. Outras receitas e despesas operacionais

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|----------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> |
| Despesas recuperadas | 22 | - | 2.236 |
| Outras receitas / despesas | 3 | - | (37) |
| | <u>25</u> | <u>-</u> | <u>2.199</u> |

27. Receitas e despesas financeiras

a) Receitas financeiras

| | <u>Consolidado</u> | |
|---|--------------------|-------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Receita de juros sobre aplicações financeiras | 56 | 715 |
| Descontos obtidos | - | 6.156 |
| Variações monetárias ativas | - | 182 |
| Outras receitas financeiras | 71 | 117 |
| Total das receitas financeiras | <u>127</u> | <u>7.170</u> |

b) Despesas financeiras

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> |
| Encargos sobre financiamentos e empréstimos | (96) | - | (181) |
| Juros, encargos e taxas bancárias | (994) | - | (2.531) |
| Descontos concedidos | - | - | (6.068) |
| Variações monetárias passivas | - | - | (474) |
| Outras despesas financeiras | - | - | (49) |
| Total das despesas financeiras | <u>(1.090)</u> | <u>-</u> | <u>(9.303)</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

28. Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui 266 contratos de locação de imóveis com prazos de vigência entre dois e dez anos, existindo a possibilidade de renovação. O gasto total mensal das locações é de aproximadamente R\$ 52.092, incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, de acordo com os arrendamentos mercantis canceláveis em 31 de março de 2011, são os seguintes:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> |
| Dentro de um ano | 276 | - | 18.653 |
| Após um ano, mas menos de cinco anos | 1.104 | - | 31.921 |
| Mais de cinco anos | - | - | 1.518 |
| | <u>1.380</u> | <u>-</u> | <u>52.092</u> |

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Brazil Pharma e suas controladas referem-se à contas a pagar, empréstimos e financiamentos, todos registrados nas demonstrações contábeis. Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas pré-fixadas e variáveis, com atualização pelo CDI. Os empréstimos contratados são de curto e longo prazo.

Os únicos riscos de mercado que podem afetar diretamente o Grupo Brazil Pharma, são o risco da taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito.

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 são, basicamente, os seguintes:

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são decorrentes de operações em CDB, que são atualizadas por percentuais da variação do CDI.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a taxas de mercado conforme exposto na Nota 14.

a) Risco de mercado

i) Risco de Crédito

A operação básica da Companhia é a venda de mercadorias à consumidores finais, dessa forma as vendas são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

(ii) Risco de Taxa de Juros

As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações são, basicamente, empréstimos e financiamentos com base no CDI.

A Companhia tem como política não operar com derivativos e também não tem nenhum negócio em moeda estrangeira.

| | Indexador | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|-----------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/03/2011 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| CDB | CDI | 2.569 | 4 | 139.238 | 14.190 |
| Total | | <u>2.569</u> | <u>4</u> | <u>139.238</u> | <u>14.190</u> |
| Dívidas financeiras | | | | | |
| Capital de giro | CDI | 12.320 | 26.625 | 24.660 | 40.096 |
| Capital de giro | TJLP | - | - | 3.409 | 3.415 |
| Leasing | TJLP | - | - | 6 | - |
| Leasing | | - | - | 56 | - |
| Capital de giro | | - | - | 89.229 | 32.589 |
| Total | | <u>12.320</u> | <u>26.625</u> | <u>117.360</u> | <u>76.100</u> |

Com base no cenário atual, a Companhia entende que os riscos são baixos.

b) Risco de Liquidez

A Administração acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Devido a dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, o objetivo da Tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de Capital de Giro, Leasing, CDC, Finame e Mútuo.

Além disso, a Tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos |
|----------------------------------|--------------------|-------------------------|----------------------------|
| Em 31 de março de 2011 | | | |
| Empréstimos e financiamento | 104.575 | 12.785 | - |
| Fornecedores | 112.712 | - | - |
| Demais contas a pagar | 20.447 | - | - |
| Total | <u>237.734</u> | <u>12.785</u> | <u>-</u> |
| Em 31 de dezembro de 2010 | | | |
| Empréstimos e financiamento | 64.876 | 11.224 | - |
| Fornecedores | 58.598 | - | - |
| Demais contas a pagar | 15.204 | - | - |
| Total | <u>138.678</u> | <u>11.224</u> | <u>-</u> |

c) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é positivo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa. Demonstramos abaixo os índices de alavancagem em 2010 e 2011.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|------------------|-----------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos | 12.320 | 26.625 | 117.360 | 76.100 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | <u>(2.769)</u> | <u>(1.194)</u> | <u>(142.376)</u> | <u>(18.760)</u> |
| Dívida líquida | <u>9.552</u> | <u>25.431</u> | <u>(25.016)</u> | <u>57.340</u> |
| Patrimônio líquido | <u>284.974</u> | <u>49.227</u> | <u>400.840</u> | <u>49.227</u> |
| Índice de alavancagem financeira | <u>3%</u> | <u>52%</u> | <u>-6%</u> | <u>117%</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

Análise de sensibilidade do instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, está apresentado na tabela abaixo.

Para os cenários (A) e (B), a Companhia assume um aumento de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B – cenário de situação extrema) na projeção de mercado para a taxa do CDI e TJLP.

| Transações | Risco | 31/03/2011 | Projeções de mercado | |
|--------------------------------|---------------|------------------|----------------------|------------------|
| | | | Cenário A | Cenário B |
| Empréstimos e financiamentos | 0,36 + CDI | 4.216 | 5.062 | 5.194 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,25 + CDI | 7.913 | 9.377 | 9.621 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,4200 + CDI | 80 | 97 | 99 |
| Empréstimos e financiamentos | 1,3000 + CDI | 55 | 74 | 76 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,33 + CDI | 327 | 391 | 401 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,3338 + TJLP | 3.409 | 3.814 | 3.867 |
| Empréstimos e financiamentos | (0,29) + CDI | 7 | 8 | 9 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI + 0,35 | 7.626 | 9.145 | 9.384 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 3.962 | 4.556 | 4.675 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 943 | 1.084 | 1.113 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,0008 + TJLP | 6 | 6 | 7 |
| Total | | 28.544 | 33.614 | 34.446 |
| Aplicações financeiras | 100% do CDI | 139.238 | 160.124 | 164.301 |
| | | 139.238 | 160.124 | 164.301 |
| Exposição líquida total | | (110.694) | (126.510) | (129.855) |

O efeito líquido total dos cenários acima mencionados é basicamente devido à exposição da Companhia ao CDI e a TJLP.

As taxas CDI e TJLP projetadas para os próximos doze meses, são respectivamente, 12% e 6%, sendo que as taxas utilizadas para os cenários de deterioração de 25% e 50% foram, respectivamente, 15% e 18% para as operações vinculadas ao CDI e 7,5% e 9% para as operações vinculadas à TJLP. A projeção da taxa CDI foi extraída do site do Banco Central do Brasil e a projeção da taxa TJLP foi extraída do site da Receita Federal do Brasil.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com derivativos.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas têm como política, contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

| | <u>Coberturas</u> |
|---|-------------------|
| Incêndio, raio ou explosão no imóvel | 39.626 |
| Danos elétricos | 50 |
| Equipamentos eletrônicos | 50 |
| D&O (<i>Directors & Officers</i>) | <u>20.000</u> |
| | 59.726 |

32. Transações com partes relacionadas

As nossas operações com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para nós ou para quaisquer outras partes.

Conforme competência descrita em nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os nossos acionistas ou diretores ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, entre nós e nossas. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre nós e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado.

Adicionalmente, observamos as regras de realização de transações com partes relacionadas determinadas pela Lei das Sociedades por Ações e das práticas relacionadas ao Novo Mercado da BM&FBovespa.

Não ocorreram transações envolvendo garantias dadas ou recebidas com partes relacionadas.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas -- Continuação

- a) As transações com partes relacionadas estão abaixo demonstradas e consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes:

| | Ativo Circulante | | Receitas | |
|---|--------------------|--------------|------------|------------|
| | 31.03.2011 | 31.12.2010 | 31.03.2011 | 31.03.2010 |
| Valores a receber (ii) | | | | |
| de Controladas | | | | |
| Mútuo Drograria Amarilis | - | 92 | - | - |
| Mútuo Drograrias Farmais Ltda. | 73 | 170 | 3 | - |
| Mútuo Comercial Farmais Ltda | 202 | - | 2 | - |
| Mútuo Rede Nordeste de Farmácias S.A | 2.166 | 2.102 | 68 | - |
| Mútuo Dona Terezinha | - | 3 | - | - |
| | 2.441 | 2.367 | 73 | - |
| | | | | |
| | Passivo Circulante | | Despesas | |
| | 31.03.2011 | 31.12.2010 | 31.03.2011 | 31.03.2010 |
| Valores a pagar (i) | | | | |
| Aluguéis | | | | |
| Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora | 27 | 22 | 71 | - |
| | | | | |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Altavista Promoções de Vendas Ltda | 15 | - | 15 | - |
| Agro Territorial Tapera Ltda | 134 | - | 134 | - |
| Districon Participações S/A | 94 | 94 | 282 | - |
| Diocesmar Felipe de Faria | 25 | 25 | 75 | - |
| Assicon Participações S/A | 79 | 79 | 237 | - |
| | 374 | 220 | 814 | - |
| | | | | |
| Empréstimo | | | | |
| de Controladas | | | | |
| BTG Pactual | 7.913 | 2.196 | 217 | - |
| | 7.913 | 2.196 | 217 | - |

(i) Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

Não houve a necessidade da constituição de provisão para perdas envolvendo operações com partes relacionadas.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas -- Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende o presidente e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/03/2010</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Proventos e encargos sociais | 162 | - |
| | <u>162</u> | <u>-</u> |

No período findo em 31 de março de 2010 a empresa ainda não se encontrava em fase operacional e não houve remuneração de pessoal chave da Administração.

A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

Apesar do Plano de Opção de Compra de Ações ter sido aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a seleção dos beneficiários ainda não foi feita.

Entidade com influência significativa sobre a Brazil Pharma S.A.

O BTG Pactual é proprietário de 75% das ações ordinárias da Brazil Pharma distribuídos em três fundos de investimentos como segue:

| | <u>Número de ações</u> | <u>Percentual</u> |
|---|------------------------|-------------------|
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 108.686.303 | 32,54% |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações | 73.950.000 | 22,14% |
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimentos em Participações | 67.870.000 | 20,32% |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

33. Plano de opção de compra de ações

Em 22 de março de 2011, foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração o Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano") da Companhia, a ser oferecido ao presidente e aos diretores da Companhia, sejam eles estatutários ou não e aos empregados da Companhia ("Beneficiários"). A aprovação deste Plano será ratificada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no primeiro semestre de 2011. Os principais aspectos do plano estão apresentados a seguir:

- (i) Caberá ao Conselho de Remuneração a seleção, a seu exclusivo critério, dos Beneficiários que farão jus à outorga das opções em cada programa, dentre as pessoas elegíveis a participar do plano.
- (ii) A quantidade máxima de ações objeto de cada opção será definida pelo Conselho de Remuneração da Companhia, a seu exclusivo critério.
- (iii) O preço por ação para o exercício da opção ("preço de exercício") será R\$ 1,0265 por ação, atualizado monetariamente pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, divulgada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (iv) O preço de exercício obtido conforme indicado no item (iii) acima será ratificado pelo Conselho de Remuneração da Companhia. Os contratos de adesão celebrados com cada beneficiário indicarão a quantidade de ações outorgada a cada Beneficiário e a fórmula para cálculo do preço de para exercício de cada opção.
- (v) O exercício da opção pelos beneficiários deverá ser realizado em parcelas assim definidas: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário ("primeira opção"); (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a companhia e cada beneficiário ("Segunda Opção"); (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a companhia e cada beneficiário ("terceira opção"); (iv) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário ("quarta opção").

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

33. Plano de opção de compra de ações -- Continuação

- (vii) O exercício das opções por cada beneficiário deverá ser realizado mediante pagamento, em uma única parcela, no ato da transferência das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de, e na seguinte ordem de preferência (i) recursos oriundos da alienação em ambiente bursátil das respectivas ações objeto do exercício de qualquer das opções; (ii) destinação da totalidade dos dividendos oriundos das ações da Companhia subscritas pelo Beneficiário; (iii) destinação pelo Beneficiário de até 50% (cinquenta por cento) do montante líquido de verba oriunda do programa de participação dos Beneficiários nos lucros ou resultados da Companhia; ou (iv) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada pelo Beneficiário, por escrito.

- (viii) As ações objeto da opção, subscritas ou adquiridas nos termos deste Regulamento, assegurarão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Companhia, exceção feita a quaisquer direitos decorrentes de acordos de quaisquer natureza, incluindo, sem limitação, acordos de acionistas.

- (ix) O Beneficiário não terá qualquer direito, na qualidade de acionista da Companhia (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pelas opções, até que tais ações tenham sido totalmente integralizadas/pagas pelo beneficiário.

- (x) cada beneficiário terá o prazo de até 6 meses a contar da data em que a Opção se tornar exercível, para exercer sua opção ("Período de Vigência"), a menos que o Conselho de Remuneração da Companhia estabeleça de outra forma e desde que observados os requisitos descritos no item (vi) acima.

O percentual de diluição a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções do primeiro plano é de aproximadamente 5,3% podendo, no entanto, sujeita a ratificação do Conselho de Administração da Companhia chegar a 8%.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes

34.1 Exercício de Opções e Permuta de Ações

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Drogaria Rosário S.A. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$19,8 milhões, a ser pago após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações.

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Centro-Oeste farma_Distribuidora de Medicamentos Ltda. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$2,2 milhões, a ser pago após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações.

Além disso, firmamos, com cada uma de nossas controladas Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêm a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos sócios-fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações.

Em 14 de abril de 2011, celebramos um aditamento ao Acordo de Acionistas firmado com nossa controlada Drogaria Rosário S.A., ou Rosário, no qual os respectivos sócios-fundadores exerceram a opção de permuta da totalidade de suas ações representativas do capital social de Rosário por ações de nossa emissão equivalentes a 20,0% (vinte por cento) do nosso capital social, não sendo considerado nesse percentual a diluição decorrente da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. A referida opção de permuta foi exercida em uma única vez, e sua eficácia está condicionada à realização do procedimento de *Bookbuilding* no contexto da primeira oferta pública de distribuição primária de ações de nossa emissão. Uma vez concluído o procedimento de *Bookbuilding*, será efetivada em no máximo 24 horas a permuta das ações dos Sócios-Fundadores na Drogaria Rosário por ações de nossa emissão.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes – Continuação

34.1 Exercício de Opções e Permuta de Ações -- Continuação

Em 25 de abril de 2011, celebramos aditamento ao Acordo de Sócios da Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., ou Centro Oeste Farma, pelo qual os sócios fundadores de Centro Oeste Farma exerceram opção de permuta de quotas representativas do capital da Centro Oeste Farma por ações de nossa emissão, correspondentes a 2,0% (dois por cento) do nosso capital social, sendo que estas ações fazem parte da quantidade de ações representativas de 20% (vinte por cento) de nosso capital, objeto da opção de permuta firmada com os sócios-fundadores de Drogaria Rosário S.A., e cujas condições de eficácia e formalização são as mesmas da referida opção de permuta.

Em 16 de abril de 2011, celebramos com a sócia-fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A., Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, pelo qual referida sócia-fundadora outorga a nós a opção de compra de 100% de suas ações e pelo qual desde já exercemos a nossa opção de compra, obrigando-nos a adquirir 100% de suas ações. A eficácia da referida opção de compra está condicionada à conclusão, de forma que nos seja satisfatória, do Procedimento de *Bookbuilding* da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações e do qual resulte o nosso aumento de capital com a admissão de novos acionistas. O preço desta opção de compra de ações de emissão de Guararapes é pago em uma parcela em dinheiro, no montante de R\$10 milhões, e uma quantidade de ações de emissão de nossa Companhia, equivalente a uma quantidade de ações representativas de 3,0% do nosso capital social, não sendo considerados para o cálculo deste percentual (x) a diluição decorrente da nossa oferta pública de ações e (y) a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. Nossas ações serão emitidas e entregues na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da Sócia-Fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A. a nós.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes – Continuação

34.1 Exercício de Opções e Permuta de Ações -- Continuação

Em 20 de abril de 2011, celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual seu sócio-fundador exerce sua Opção de Venda da totalidade de suas ações, condicionada à conclusão, de forma satisfatória a nós, realização do Procedimento de *Bookbuilding* da nossa oferta pública de ações. Ademais, ficou acordado que a participação final do Sócio-Fundador em nossa Companhia, após a realização do aumento de capital, será de 10,55%, no momento imediatamente anterior à emissão das ações no âmbito da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual (a) a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações e (b) a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico, ficando estabelecido que eventuais exercícios de opções de compra ou de permuta de outros sócios-fundadores das nossas demais sociedades investidas não afetarão o percentual acima estabelecido. Nossas ações serão emitidas e entregues na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A., detidas pelo respectivo sócio-fundador, a nós.

34.2 Repactuação de investimento

Na mesma data do exercício da opção de compra de ações, repactuamos o valor do investimento adicional a ser feito na Drogaria Rosário S.A., ou *Earn Out*, pelo que nos comprometemos a pagar aproximadamente R\$11.400, cujo pagamento será realizado em uma única parcela, cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações. O referido *Earn Out* será pago diretamente aos sócios-fundadores da Drogaria Rosário S.A., em moeda corrente nacional, nas contas correntes a serem indicadas pelos mesmos.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes – Continuação

34.3 Agrupamento de Ações

Em 08 de abril de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em que foi deliberado, por unanimidade de votos, o grupamento das ações da Companhia na proporção de uma ação para cada nove ações, mantidas inalteradas as participações societárias dos acionistas da Companhia. Segue abaixo a nova composição do quadro

| | <u>Número de ações</u> | <u>Percentual</u> |
|---|------------------------|-------------------|
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimentos em Participações | 12.076.257 | 32,54% |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações | 8.216.667 | 22,14% |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 7.541.111 | 20,32% |
| Lajota Fundo de Investimentos em Participações | 3.092.670 | 8,33% |
| Infinity Fundo de Investimentos em Participações | 3.092.670 | 8,33% |
| Vincitore Fundo de Investimentos em Participações | 3.092.670 | 8,33% |
| | <u>37.112.046</u> | |

34.4 Integralização de Capital

Em 05 de abril de 2011, foi realizada a integralização da totalidade do capital social da Companhia, mediante aporte do saldo remanescente pelo acionista BTG Pactual Principal Investments FIP, no montante de aproximadamente R\$49.301, em cumprimento ao previsto no boletim de subscrição emitido pelo referido acionista em 22 de março de 2011.

34.5 Confissão de Dívida

Em 7 de abril de 2011, mediante a celebração do Contrato de Confissão de Dívida de Mútuo, confessamos ao BTG Pactual Alpha Participações S.A., sermos devedores da quantia de aproximadamente R\$2. 271. Tal dívida decorre da celebração de contrato de mútuo firmado entre a Rede Nordeste de Farmácias S.A., RNF, empresa da qual somos acionistas majoritários, e BTG Pactual Alpha Participações S.A., no valor de R\$ 2.000, cujo pagamento deveria ser realizado em 16 de abril de 2010, mas restou vencido sem o devido pagamento no prazo contratado e, assim, os direitos e obrigações do mútuo foram cedidos à Brazil Pharma pelo BTG Alpha.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

+ Visão Geral da Companhia

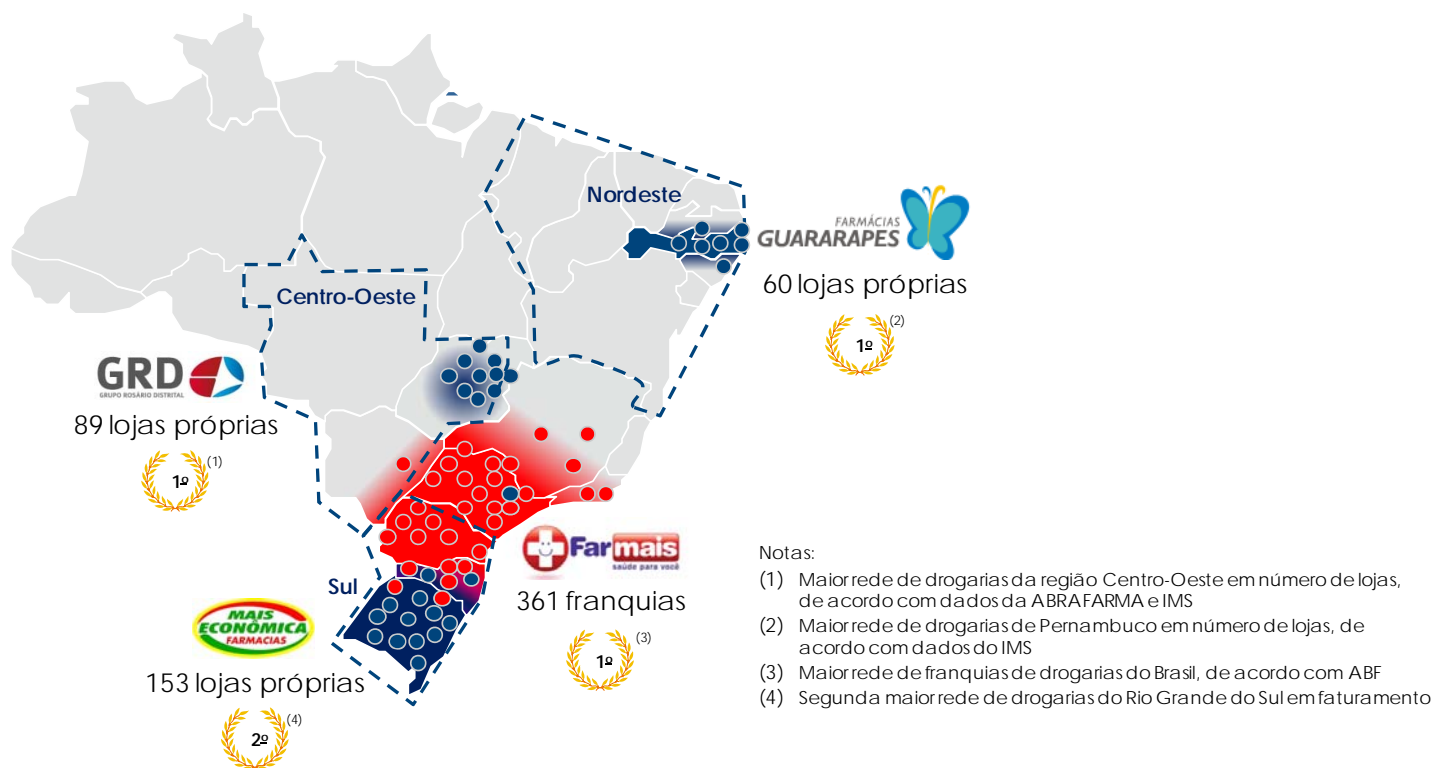
Somos atualmente a maior empresa do varejo farmacêutico no Brasil em números de lojas. Durante o ano de 2010 adquirimos três companhias: (i) Grupo Rosário Distrital, (ii) Grupo Guararapes, e (iii) Farmais. Nosso objetivo é atuar no setor de varejo farmacêutico via aquisições de redes de drogarias com posição de liderança regional, longo histórico de atuação e grande potencial de crescimento.

No primeiro trimestre de 2011 demos continuidade a nossa estratégia de aquisições tendo adquirido a rede Drogarias Mais Econômica S.A. Com essa transação iniciamos nossas operações próprias na região Sul do Brasil.

Dessa forma, nossas operações em 31 de março de 2011 eram divididas entre:

Operações Próprias: 302 lojas nas três regiões de atuação, sendo 89 lojas operando sob as bandeiras da Drogaria Rosário Distrital na região Centro-Oeste, 153 lojas operando sob a bandeira da Mais Econômica na região Sul, e 60 lojas sob as bandeiras da Farmácias Guararapes na região Nordeste; e

Rede de Franquias: 361 lojas operando exclusivamente sob a marca Farmais, concentradas majoritariamente na região Sudeste, sendo São Paulo o Estado mais representativo com aproximadamente 200 lojas.



Nossas 663 lojas, divididas entre Operações Próprias e Rede de Franquias, nos colocam na liderança em número de lojas no setor de varejo farmacêutico brasileiro.

Durante primeiro trimestre de 2011, seguimos implementando nossa cultura em nossas Operações Próprias e em nossa Rede de Franquias com o objetivo de nos tornarmos a melhor rede de drogarias do país. Acreditamos ser muito importante difundir nossa cultura entre nossas operações para maximizar nosso desempenho.

Acreditamos que nossa cultura baseada em pessoas é nosso principal diferencial. Buscamos profissionais com atitude para fazer mais que nossos concorrentes, que tenham ética no que fazem, orgulho por pertencer à nossa empresa, foco em resultados e que valorizem a meritocracia.

O primeiro trimestre de 2011 foi marcado pela continuidade de implementação de nossos três pilares: (i) crescimento orgânico e via aquisições; (ii) eficiência operacional; e (iii) diferenciação de nossos competidores.

Entre as iniciativas desenvolvidas ao longo do primeiro trimestre de 2011, podemos destacar: (a) a aquisição da rede Drogarias Mais Econômica S.A., vice líder em faturamento na Região Sul, com 153 lojas; (b) a aquisição de 8 pontos comerciais em Cuiabá, marcando a entrada da Drogaria Rosário Distrital no Estado do Mato Grosso; (c) início do processo de escolha da empresa de consultoria que nos ajudará na implementação de nosso Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), buscando eficiência operacional; e (d) remodelamos e lançamos nossos produtos de marca própria Farmais.

+ Mercado em 2011

O momento positivo da economia brasileira, que tem contribuído para um ambiente de negócios favorável do país, também teve reflexos no setor de varejo farmacêutico. O sucesso do IPO de Raia S.A. aumentou a visibilidade do setor, que continua a atrair interesse de investidores nacionais e internacionais. A aquisição da Drogaria Mais Econômica efetuada por nós também colaborou para a alteração da dinâmica do setor, acelerando o processo de consolidação e gerando oportunidades de negócios. Essas oportunidades têm surgido especialmente por parte de redes de porte médio e atuação regional que compreendem a inexorabilidade desse processo e vem buscando alternativas de sobrevivência.

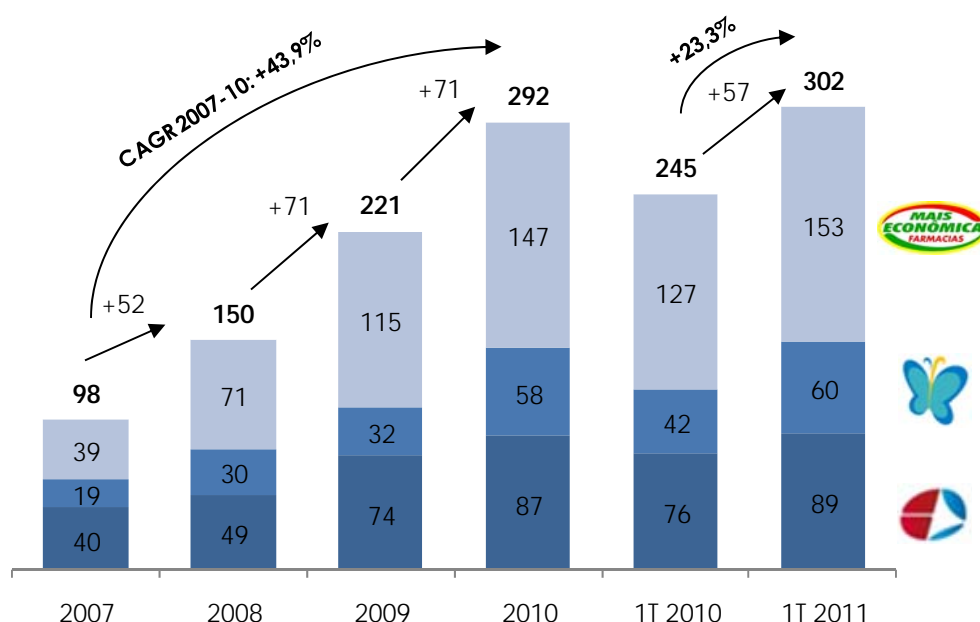
A dinâmica do setor, no entanto, tem sido influenciada não somente pelas movimentações de seus *players*, mas também por efeitos de regulamentação e setores correlatos, entre os quais podemos citar a quebra de patente de alguns medicamentos *blockbuster* e a consolidação no setor industrial farmacêutico. A quebra da patente de medicamentos de marca como DiovanLipitor e Viagra, que estão entre os mais vendidos do país, tem impacto importante no setor de medicamentos genéricos e seus efeitos já começam a ser sentidos no varejo. Outro evento importante ocorrido no final de 2010, a aquisição da Mantecorp pela Hypermarcas, não só evidencia a consolidação entre nossos fornecedores como também demonstra o potencial de crescimento do setor de medicamentos no Brasil.

Além disso, acreditamos que os fatores que geraram o crescimento médio de 12,4% a.a. no período de 1996 a 2010 continuarão impactando positivamente no ano de 2011, entre os quais podemos destacar: (i) aumento de renda per capita, inserindo milhões de consumidores no mercado; (ii) envelhecimento da população brasileira, acarretando aumento do consumo per capita de medicamentos; e (iii) aumento do consumo de medicamentos genéricos. Esses fatores, combinados com o processo de formalização tributária, regulatória e operacional, deverão atrair capital para investimentos de longo prazo, suportar o crescimento do mercado nos patamares apresentados nos últimos anos e fortalecer o processo de consolidação do setor.

+ Expansão da Rede e Crescimento

Nossas Operações Próprias inauguraram no primeiro trimestre de 2011 um total de 10 lojas. Encerramos o primeiro trimestre de 2011 com um total de 302 lojas, sendo 60 na região Nordeste, 89 na região Centro-Oeste, 153 na região Sul e 361 franquias nas demais regiões. O gráfico abaixo apresenta o crescimento histórico de nossas Operações Próprias, em número de lojas, nos últimos três anos, período no qual ainda não havíamos feito nossos investimentos, e o primeiro trimestre de 2011, comparado a 2010:

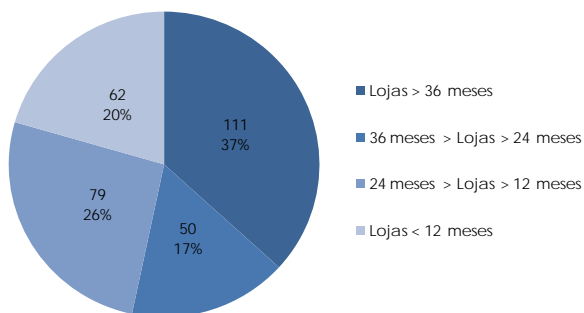
Número de Lojas - Operações Próprias



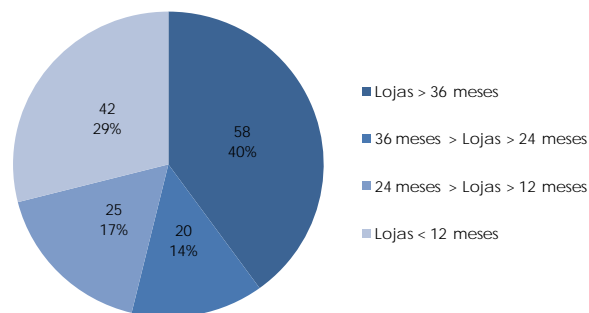
Do total de 302 lojas próprias que encerramos o primeiro trimestre de 2011, 141 lojas, ou 46,7% da base de lojas, tinham menos que 24 meses de idade e 191, ou 63,2% da base, tinham menos que 36 meses. Em dezembro de 2010 46,2% da base de lojas possuía menos de 24 meses e 60,0% possuía menos de 36 meses. Isso se deve ao forte ritmo de abertura de lojas das Operações Próprias, onde desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de março de 2011 foram abertas 10 novas lojas em diferentes regiões do País.

Distribuição de Lojas por Idade

Março 2011



Dezembro 2010



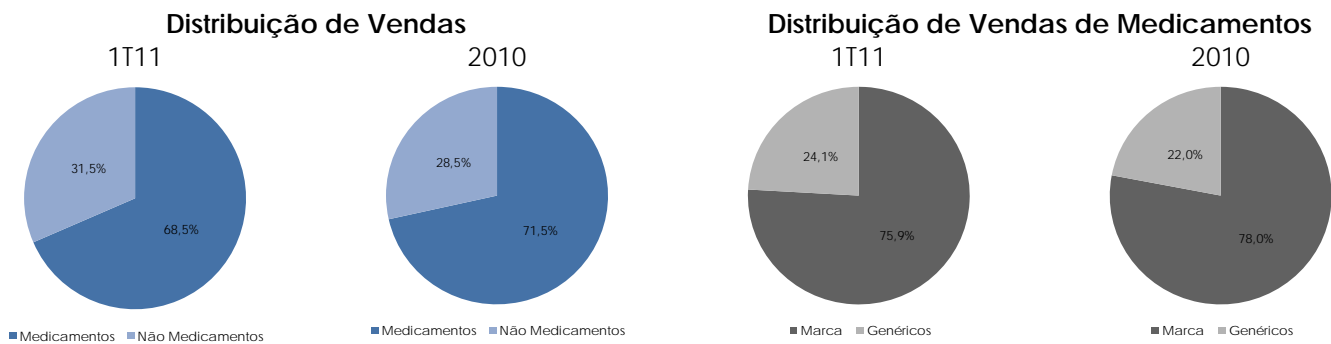
A abertura das 10 lojas no primeiro trimestre, combinada com pontos comerciais já adquiridos e em fase de abertura, está em linha com nosso plano de expansão e investimentos, que prevê mais de R\$35 milhões de investimentos ao longo do ano distribuídos entre expansão, atualização de sistemas, melhoria de contínua da estrutura logística e início da implantação de nosso Centro de Serviços Compartilhados.

+ Capitalização e Desempenho Financeiro

Durante o primeiro trimestre de 2011 nosso acionista controlador efetuou capitalização no montante de R\$287,2 milhões. Esse capital foi utilizado no investimento para aquisição da participação na rede Drogeria Mais Econômica, além de aumento de nosso capital de giro. Essa aquisição foi financiada via capital próprio e parcelamento junto ao sócio fundador, sendo maior parte dos recursos investidos aportada diretamente na operação adquirida, via capital primário. O sócio fundador permaneceu na companhia, como sócio e executivo responsável pelo dia-a-dia das operações e expansão das atividades da Mais Econômica, enquanto a Brazil Pharma contribui com expertise estratégica e financeira, estruturação e eficiência administrativa e, principalmente, cultura meritocrática de foco em resultados.

Encerramos o primeiro trimestre de 2011 com R\$173,3 milhões de Receita Bruta consolidada, considerando apenas o período pós-investimento da Drograria Mais Econômica. Nossas Operações Próprias e nossa Rede de Franquias representaram, respectivamente, aproximadamente 97,2% e 2,8% do faturamento total da Companhia no período.

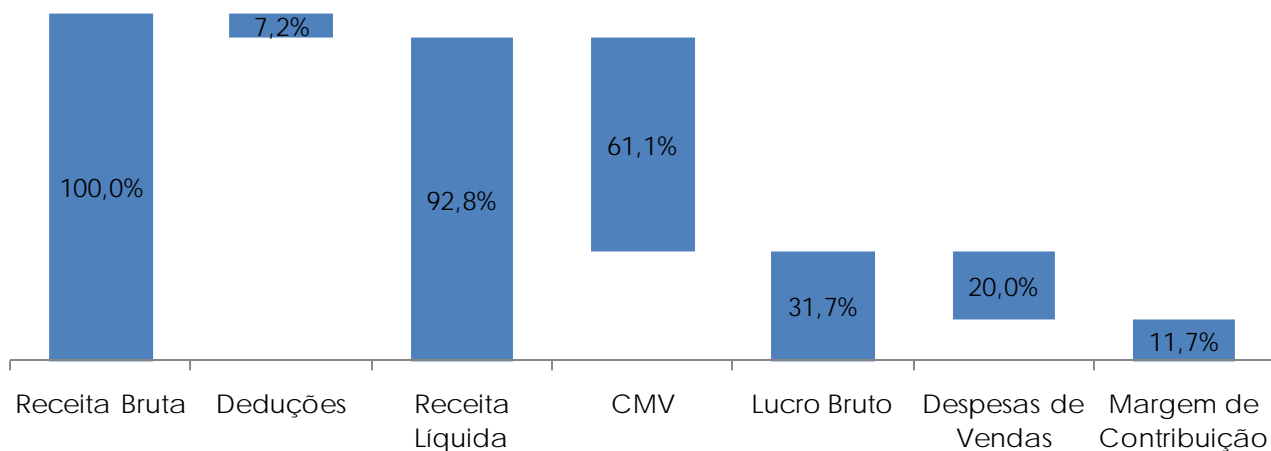
Nossas vendas estão distribuídas, por tipo de produto, entre Medicamentos e Não-Medicamentos, categoria que inclui produtos de higiene pessoal, cosméticos, primeiros-socorros e conveniência, entre outros. Dentro da venda de Medicamentos, os Medicamentos Genéricos tem representatividade acima da média do setor, o que consideramos uma vantagem competitiva. Acreditamos que o aumento do consumo de Medicamentos Genéricos deverá reduzir o gasto com medicamentos de nossos clientes, aumentando a acessibilidade aos nossos produtos.



Pudemos observar uma expansão no mix de não medicamentos, que saiu de 28,5% em dezembro de 2010 para 31,5% em março de 2011. Também tivemos uma expansão da participação de genéricos no nosso mix de medicamentos, saindo de 22,0% em 2010 para 24,1% em 2011. Ambos os movimentos resultam do nosso foco nesses segmentos. Acreditamos que esta tendência deverá continuar ao longo dos próximos trimestres.

No mesmo período, contabilizamos um Lucro Bruto de R\$55,0 milhões, o equivalente a uma margem de 31,7% sobre a Receita Bruta. Apresentamos Despesas de Vendas de R\$34,6 milhões, resultando em uma Margem de Contribuição de R\$20,4 milhões, equivalente a 11,7% da Receita Bruta.

Análise Vertical – Margem de Contribuição



No período de consolidação, as Despesas Gerais e Administrativas representaram R\$14,8 milhões, equivalente a 8,5% da Receita Bruta e as Outras Receitas/Despesas Operacionais contribuíram positivamente com R\$2,2 milhões para o nosso resultado. Atingimos um EBITDA consolidado de R\$7,8 milhões no período, representando uma margem de 4,5% sobre a Receita Bruta.

Ainda no mesmo período, registramos um Prejuízo Líquido de R\$2,2 milhões, resultado que reflete Resultado Financeiro negativo de R\$2,1 milhões e Despesas de Depreciação e Amortização de R\$4,5 milhões.

+ Perspectivas Futuras

Continuaremos apoiando nosso desenvolvimento em três pilares: (i) crescimento orgânico e via aquisições; (ii) eficiência operacional; e (iii) diferenciação de nossos competidores.

Nosso programa de investimentos para 2011 inclui aproximadamente R\$35 milhões a serem investidos na abertura de lojas, atualização de sistemas e na melhoria contínua de nossa estrutura logística. Nosso plano de expansão prevê a abertura de 75 lojas até o final de 2011, das quais 10 já foram abertas no primeiro trimestre de 2011, além de outros pontos comerciais com os quais já temos contratos assinados, apesar de ainda não terem sido abertos. Além disso, continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, focando inicialmente na aceleração dos crescimento de nossas Operações Próprias, bem como na aquisição de redes que possam atuar como novas plataformas de nossas Operações Próprias.

Continuaremos buscando oportunidades de aumento de eficiência operacional através da integração de nossas operações, ganhos de escala, otimização de processos, disseminação de melhores práticas, controle de custos e despesas entre outras ferramentas. Em especial, pretendemos iniciar o desenvolvimento e implementação de nosso Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), que deverá concentrar todos os processos de suporte (financeiro, contábil, recursos humanos, informática e telecomunicações etc.) a nossas operações comerciais. Continuaremos também a buscar e a desenvolver novos produtos e serviços para nossos clientes, visando sua fidelização e a melhoria da experiência de compra dos mesmos, e o aumento da rentabilidade de nossas operações.

+ Recursos Humanos

Em março de 2011 contávamos com um total de 7.996 funcionários, entre os colaboradores de nossas Operações Próprias, da Farmais e da Brazil Pharma, distribuídos da seguinte forma:

| Número de empregados | Últimas Informações contábeis 31/03/2011 | Exercício Social encerrado em 2010 ¹ |
|-----------------------------------|---|--|
| <i>Por Localização Geográfica</i> | | |
| Nordeste | 1.005 | 949 |
| Alagoas | 63 | 58 |
| Paraíba | 40 | 44 |
| Pernambuco | 902 | 847 |
| Centro-Oeste | 1.861 | 1.568 |
| Distrito Federal | 1.809 | 1.537 |
| Goiás | 52 | 31 |
| Mato Grosso do Sul | - | - |
| Sudeste | 90 | 93 |
| Minas Gerais | - | - |
| Rio de Janeiro | - | - |
| São Paulo | 90 | 93 |
| Sul | 5.040 | - |
| Paraná | - | - |
| Rio Grande do Sul | 4.977 | - |
| Santa Catarina | 63 | - |
| Total de Empregados | 7.996 | 2.610 |

¹ Pro-forma, inclui também os funcionários da Mais Econômica

Acreditamos que nossos colaboradores são nosso principal diferencial competitivo. Buscamos profissionais com atitude para fazer mais que nossos concorrentes, que tenham ética no que fazem, orgulho por pertencer a nossa empresa, foco em resultados e que valorizem a meritocracia.

Nossa política de remuneração busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais. Dessa forma, além de remunerar nossos colaboradores através de salário mensal alinhado aos níveis de mercado, implementamos em 2010 um programa de participações nos resultados (PLR) contemplando, primeiramente os nossos funcionários e a estrutura administrativa da Farmais, na forma da Lei 10.101/2000.

Nossos profissionais, tanto na Companhia quanto nas nossas subsidiárias, contam com vale-transporte, auxílio-refeição e/ou alimentação, subsídio total ou parcial de assistência médica, odontológica e farmacêutica, seguro de vida em grupo, além de convênios para a realização de exames e para a obtenção de medicamentos gratuitos.

Adicionalmente, oferecemos para uma parcela de nossos funcionários assistência educacional, ou seja, oferecemos bolsas de estudo e descontos em faculdades conveniadas para os cursos de graduação e extensão. Desde a criação do programa de assistência educacional, em 2009, 47 colaboradores foram beneficiados, sendo que 16 funcionários já concluíram os respectivos cursos. Por se tratar de uma de nossas boas práticas de recursos humanos, pretendemos replicar este programa em todas as nossas investidas.

Além disso, oferecemos programas de capacitação, treinamento e oportunidades de desenvolvimento na carreira. À medida que o sistema de nossas subsidiárias é integrado ao nosso, estamos difundindo o nosso programa de treinamento para os seus empregados com o objetivo de capacitar nossos colaboradores e reforçar ainda mais nossa cultura baseada em meritocracia.

+ Meio ambiente

A responsabilidade ambiental apresenta-se como uma preocupação constante e relevante para nós. Possuímos valores alinhados à sustentabilidade ambiental, que procuramos imprimir no desenvolvimento de nossas atividades e também na filosofia de nossos colaboradores.

Desenvolver e conservar são premissas de nossa responsabilidade ambiental. Acreditamos que práticas corporativas e nossos princípios e valores devam ser replicados com este objetivo. Desta forma, nos preocupamos em ampliar cada vez mais o uso de fontes renováveis de energia e na sistematização de informações para nos ajudar a tomar decisões estratégicas e a reduzir riscos. Ademais, desejamos ir além da minimização de impactos naturais nos locais em que atuamos, contribuindo voluntariamente e a partir de parcerias para participar ativamente de programas de promoção da sustentabilidade e manutenção ambiental.

Desta forma, incentivamos nossos administradores e Sócios-Fundadores, bem como toda a cadeia de franqueados, a adotar medidas pró-ambientais, em alinhamento com nossos valores. Em paralelo, avaliamos constantemente a adoção e o desenvolvimento de novas práticas para contribuir com a preservação e manutenção do Meio Ambiente, seja para atender a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, seja para maximizar nossas políticas ambientais.

+ Instrução CVM Nº 381/03

Em atendimento a instrução CVM nº 381/03, a companhia Brazil Pharma informa que não houve contratação de outros serviços da Ernst & Young Terco Auditores independentes S/S que não fossem relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2011.

+ Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança, aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, aos nossos fornecedores pela parceria e apoio, e aos nossos acionistas pelo suporte e formação de nossa cultura.

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009
com Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Brazil Pharma S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brazil Pharma S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazil Pharma S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brazil Pharma S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Brazil Pharma S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de abril de 2011.
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP172.167/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC 1SP249401/O-4

Brazil Pharma S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------|----------------|----------|
| | | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 1.194 | 1 | 18.760 | 1 |
| Contas a receber | 7 | - | - | 32.968 | - |
| Fundo de Publicidade administrado | 8 | - | - | 1.629 | - |
| Estoques | 9 | - | - | 58.885 | - |
| Adiantamento a fornecedores | | 148 | - | 5.854 | - |
| Créditos tributários e previdenciários | 10 | 219 | - | 4.949 | - |
| Despesas pagas antecipadamente | | 4 | - | 88 | - |
| Outros ativos | | 881 | - | 1.821 | - |
| | | 2.446 | 1 | 124.954 | 1 |
| Não circulante | | | | | |
| Impostos diferidos | 20 | - | - | 5.453 | - |
| Outros ativos | | - | - | 1.144 | - |
| Partes relacionadas | | 2.367 | - | - | - |
| Investimentos | 11 | 92.314 | - | - | - |
| Imobilizado | 12 | 448 | - | 19.666 | - |
| Intangível | 13 | 21.242 | - | 142.976 | - |
| | | 116.371 | - | 169.239 | - |
| Total do Ativo | | 118.817 | 1 | 294.193 | 1 |

| | | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------|----------------|----------|----------------|----------|
| | | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Passivo e patrimônio líquido | Nota | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 14 | 731 | - | 58.598 | - |
| Fundo de publicidade administrado | 8 | - | - | 1.629 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | 1.207 | - |
| Outros impostos e contribuições | | 55 | - | 3.825 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 26.625 | - | 64.876 | - |
| Obrigações com pessoal e encargos sociais | 16 | 333 | - | 10.441 | - |
| Provisão para demandas judiciais | 17 | - | - | 783 | - |
| Demais contas a pagar | 19 | 3.129 | - | 15.204 | - |
| Contas a pagar por aquisição de investimento | 18 | 38.717 | - | 18.006 | - |
| | | 69.590 | - | 174.569 | - |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | 11.224 | - |
| Provisão para demandas judiciais | 17 | - | - | 1.555 | - |
| Demais contas a pagar | | - | - | 587 | - |
| | | - | - | 13.366 | - |
| Total do passivo | | 69.590 | - | 187.935 | - |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 22 | 73.950 | 1 | 73.950 | 1 |
| Prejuízos acumulados | | (24.723) | - | (24.723) | - |
| | | 49.227 | 1 | 49.227 | 1 |
| Participação de não controladores | | - | - | 57.031 | - |
| Total do patrimônio líquido | | 49.227 | 1 | 106.258 | 1 |
| | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 118.817 | 1 | 294.193 | 1 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital social)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Receita líquida de vendas | 23 | - | - | 161.541 | - |
| Custo das vendas | 24 | - | - | (124.953) | - |
| Lucro bruto | | - | - | 36.588 | - |
| (Despesas) receitas operacionais | | | | | |
| Despesa com vendas | 25 | - | - | (33.356) | - |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (6.957) | - | (22.181) | - |
| Despesa com depreciação e amortização | | (8) | - | (5.769) | - |
| Provisão para redução ao valor de recuperação | | (2.194) | - | (2.194) | - |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 27 | - | - | 3.800 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (12.127) | - | - | - |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | (21.286) | - | (23.112) | - |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 28 | 1.170 | - | 2.046 | - |
| Despesas financeiras | 28 | (646) | - | (3.683) | - |
| Participação de funcionários e administradores | | (2.518) | - | (2.642) | - |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | (23.280) | - | (27.391) | - |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | 20 | - | - | (1.765) | - |
| Diferido | 20 | - | - | 2.134 | - |
| | | - | - | 369 | - |
| Prejuízo do exercício antes da participação de não controladores | | (23.280) | - | (27.022) | - |
| Atribuíveis aos: | | | | | |
| Atribuíveis aos acionistas não controladores | | - | - | 3.742 | - |
| Prejuízo do exercício | | (23.280) | - | (23.280) | - |
| Prejuízo por ação - básico e diluído (atribuível a acionistas controladores) | 22 | (5,75) | - | (5,75) | - |

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

| Descrição | Capital Social | Prejuízos Acumulados | Total | Participação de não controladores | Total |
|--|----------------|----------------------|---------------|-----------------------------------|----------------|
| Integralização do Capital Social | 1 | - | 1 | - | 1 |
| Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2009 | 1 | - | 1 | - | 1 |
| Ágio na aquisição de participação de não controladores | - | (1.443) | (1.443) | - | (1.443) |
| Prejuízo do exercício | - | (23.280) | (23.280) | (3.742) | (27.022) |
| Adição de não controlador em função de combinação de negócio | - | - | - | 60.773 | 60.773 |
| Aumento do Capital Social | 73.949 | - | 73.949 | - | 73.949 |
| Saldo Final em 31 de dezembro de 2010 | 73.950 | (24.723) | 49.227 | 57.031 | 106.258 |

Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31.12.2010</u> | <u>31.12.2009</u> | <u>31.12.2010</u> | <u>31.12.2009</u> |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores | (23.280) | - | (27.391) | - |
| <u>Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:</u> | | | | |
| Depreciação e amortização | 8 | - | 12.721 | - |
| Baixa de imobilizado e intangível | - | - | (1.342) | - |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 382 | - | (13.592) | - |
| Juros a partes relacionadas | 1 | - | (1.510) | - |
| Provisão para demandas judiciais | - | - | 2.338 | - |
| Ágio na aquisição de participação de não controladores | (1.443) | - | (1.443) | - |
| Impairment | 2.194 | - | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12.127 | - | - | - |
| Impostos diferidos | - | - | (5.453) | - |
| Participação de não controladores | - | - | 3.742 | - |
| <u>Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:</u> | | | | |
| Contas a receber | - | - | (32.968) | - |
| Fundo de publicidade administrado | - | - | (1.629) | - |
| Estoques | - | - | (58.885) | - |
| Adiantamento a fornecedores | (148) | - | (5.854) | - |
| Créditos tributários e previdenciários | (219) | - | (4.949) | - |
| Despesas pagas antecipadamente | (4) | - | (88) | - |
| Outros créditos | (881) | - | (1.821) | - |
| Outros ativos | - | - | (1.144) | - |
| Fornecedores | 731 | - | 58.598 | - |
| Fundo de publicidade administrado | - | - | 1.629 | - |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | 1.576 | - |
| Outros impostos e contribuições | 55 | - | 3.825 | - |
| Obrigações com pessoal e encargos sociais | 333 | - | 10.441 | - |
| Demais contas a pagar | 3.129 | - | 15.791 | - |
| Participação de não controladores | - | - | 57.031 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas (provenientes das) atividades operacionais: | (7.015) | - | 9.623 | - |
| Das atividades de Investimentos: | | | | |
| Empréstimos a partes relacionadas | (9.401) | - | - | - |
| Pagamentos de partes relacionadas | 7.034 | - | - | - |
| Aquisição de imobilizado | (456) | - | (24.530) | - |
| Aquisições de intangíveis | (23.436) | - | (149.491) | - |
| Aquisição de participação | (104.441) | - | - | - |
| Caixa e equivalentes de líquido aplicados nas atividades de investimentos: | (130.700) | - | (174.021) | - |

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31.12.2010</u> | <u>31.12.2009</u> | <u>31.12.2010</u> | <u>31.12.2009</u> |
| Das atividade de financiamento: | | | | |
| Aumento de capital | 73.949 | 1 | 73.950 | 1 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 26.248 | - | 107.099 | - |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (5) | - | - | - |
| Captação de empréstimos partes relacionadas | 45 | - | 6.110 | - |
| Pagamento de empréstimos partes relacionadas | (46) | - | (13.533) | - |
| Contas a pagar por investimentos | 38.717 | - | 18.006 | - |
| Caixa e equivalentes líquido provenientes das atividades de financiamentos: | <u>138.908</u> | <u>1</u> | <u>183.157</u> | <u>1</u> |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa: | <u>1.193</u> | <u>1</u> | <u>18.759</u> | <u>1</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.194 | 1 | 18.760 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1 | - | 1 | - |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa: | <u>1.193</u> | <u>1</u> | <u>18.759</u> | <u>1</u> |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|------|------------------|------|
| | 2010 | 2009 | 2010 | 2009 |
| Receita | - | - | 175.393 | - |
| Vendas de mercadorias e serviços | - | - | 175.393 | - |
| Insumos adquiridos de terceiros | (6.539) | - | (150.125) | - |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | - | - | (124.953) | - |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (6.539) | - | (25.172) | - |
| Valor adicionado bruto | (6.539) | - | 25.268 | - |
| Depreciação, amortização e exaustão | (8) | - | (5.769) | - |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | (6.547) | - | 19.499 | - |
| Valor adicionado recebido em transferência | (10.957) | - | 5.826 | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | (12.127) | - | - | - |
| Receitas financeiras | 1.170 | - | 2.046 | - |
| Outras | - | - | 3.780 | - |
| Valor adicionados total a distribuir | (17.504) | - | 25.325 | - |
| Distribuição do valor adicionados | (17.504) | - | 25.325 | - |
| Pessoal | 4.892 | - | 22.251 | - |
| Remuneração direta | 4.766 | - | 18.589 | - |
| Benefícios | 70 | - | 2.176 | - |
| F.G.T.S | 56 | - | 1.486 | - |
| Impostos, taxas e contribuições | - | - | 21.400 | - |
| Federais | - | - | 11.249 | - |
| Estaduais | - | - | 10.138 | - |
| Municipais | - | - | 13 | - |
| Remuneração de capitais de terceiros | 884 | - | 12.438 | - |
| Juros | 646 | - | 3.683 | - |
| Aluguéis | 238 | - | 8.755 | - |
| Remuneração de capitais próprios | (23.280) | - | (30.764) | - |
| Lucros/prejuízos retidos do exercício | (23.280) | - | (27.022) | - |
| Participação dos não controladores nos lucros/prejuízos retidos | - | - | (3.742) | - |

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Brazil Pharma S.A. (a seguir designada como “Controladora”, “Brazil Pharma”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Brazil Pharma foi criada em 2009 pela área de Merchant Banking do Banco BTG Pactual para atuar no varejo farmacêutico, via aquisições de redes líderes regionalmente, com longo histórico de atuação e grande capacidade de crescimento.

Durante o exercício de 2010, adquirimos participação em três grupos empresariais: (i) o Grupo Rosário Distrital, maior rede do varejo farmacêutico do centro-oeste; (ii) o Grupo Guararapes, maior rede do varejo farmacêutico de Pernambuco; e (iii) o Grupo Farmais, maior franquia do varejo farmacêutico do Brasil. Dessa forma nossas operações em 31 de dezembro de 2010 ficaram divididas em:

- (i) Operações próprias: nossas redes somam 145 lojas nas duas regiões de atuação, sendo 87 sob a bandeira Drogeria Rosário Distrital e 58 lojas sob as bandeiras Farmácias Guararapes; e
- (ii) Rede de franquias: operam exclusivamente sob a marca Farmais com 358 lojas, majoritariamente concentrada na região sudeste, sendo São Paulo o estado mais representativo com aproximadamente 200 lojas.

Estas operações que efetuamos envolvendo combinações de negócios estão descritas na Nota 6.

Nosso acionista controlador optou por suportar nossas aquisições via capital próprio e parcelamento junto aos próprios sócios fundadores. A maior parte dos valores investidos por nós foi aportada nas próprias operações adquiridas, via capital primário. Os sócios fundadores permanecem na sociedade, como sócios e executivos responsáveis pela expansão das atividades das companhias, e nos trazemos expertise financeiro, estruturação administrativa e cultura meritocrática de resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Brazil Pharma apresentava uma dívida no valor de R\$ 26.625, tomada para suportar nossas aquisições, a qual foi liquidada nos meses de fevereiro e março de 2011, quando recebemos um aporte de nossos acionistas no valor de R\$ 287.171, conforme divulgado na Nota 34.2. Tal aporte teve como objetivo sustentar nossa estratégia de crescimento via aquisições, com o pagamento de aquisições efetuadas em 2010 e a aquisição da rede de drogarias Mais Econômica em 2011, conforme Nota 34.1.

Continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, pois acreditamos que o mercado farmacêutico no Brasil é fragmentado nacionalmente, mas concentrado do ponto de vista Estadual. Tais oportunidades continuarão sendo suportadas por nossos acionistas e/ou pelos sócios das operações adquiridas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brazil Pharma foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2011.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 3, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis mais relevantes, utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| Razão social | Localização | % participação - 2010 | |
|--|------------------|-----------------------|----------|
| | | Direta | Indireta |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| Drogaria Amarilis S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | Pernambuco | 88,13 | |
| Drogaria Rosário S.A. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Drogaria Nova Distrital Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Drogaria Distrital Lago Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | Distrito Federal | 43,66 | |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmácia Farmação Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmácia Guararapes Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Meridional Medicamentos Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmais Franchising Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Drogarias Farmais Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Farmais Administradora de Convênios Ltda. | São Paulo | | 100,00 |
| Comercial Farmais Ltda. | São Paulo | | 100,00 |

A Brazil Pharma é proprietária de 43,66% do patrimônio das empresas Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Drogaria Rosário S.A., que por sua vez é proprietária das empresas Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda, Drogaria Nova Distrital Ltda, Drogaria Distrital Lago Ltda. A Brazil Pharma é considerada controladora dessas empresas, uma vez que ela aprova todas as principais decisões operacionais, além de ter o controle sobre todas as decisões financeiras, dessa forma, a administração determinou que as demonstrações financeiras dessas empresas fossem consolidadas.

Os resultados das controladas diretas ou indiretas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.1. Base de consolidação -- Continuação

Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. As transações entre as empresas foram eliminadas na consolidação. As transações entre controladora e as empresas controladas diretas e indiretas são realizadas em condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia não possuía participação em nenhuma entidade.

2.2 Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas, de acordo com o CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.3 Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas domiciliadas no Brasil é o Real ("R\$"), mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia e suas controladas diretas ou indiretas auferem receita de venda produtos (medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos) e receita de *royalties*.

2.4.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos não transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.4.2. Receita com *royalties*

As receitas com *royalties* são, basicamente, as receitas da controlada Farmais Franchising Ltda, que administra a rede de franquias Farmais. Essas receitas são reconhecidas de acordo com a vigência dos contratos com os franqueados.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.5. Impostos

2.5.1. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) 2% e 5%; e
- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.5.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que exercerem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensações são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.5. Impostos – Continuação

2.5.3. Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.6. Benefícios a funcionários

São reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das demonstrações financeiras, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de pensão.

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.7 Instrumentos financeiros -- Continuação

2.7.2. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

(b) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.3. Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalente de caixa são classificados dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base nos extratos dos bancos que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares. A Companhia não possui ativos ou passivos classificados nos Níveis 1 e 3 acima mencionados.

2.7.4. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimento ou outros fins. O Grupo Brazil Pharma considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e quando não há risco de redução em seu valor de liquidação se realizado antes do prazo de vencimento.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.10. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas de mercadorias.

2.12. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil do ativo. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados quando necessário. Com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, terrenos e edifícios são depreciados a taxa média de 4,0% ao ano, móveis, utensílios e instalações a taxa média de 7,1% ao ano, máquinas e equipamentos a taxa média de 11,0% ao ano, equipamentos de informática a taxa média de 16% ao ano, benfeitoria em imóveis de terceiros a taxa média de 23,1% ao ano.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.13. Ativos intangíveis

(i) Ágios nas aquisições de empresas

Os ágios gerados nas aquisições de empresas ao longo do ano de 2010, estão fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras. Esses ágios foram testados em 31 de dezembro de 2010 em relação ao seu valor de recuperação e serão testados anualmente nos próximos exercícios.

(ii) Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear levando-se em consideração os prazos dos contratos de locação.

(iii) Licenças de uso de software

Licenças de programas de computador são demonstrados pelo valor de custo de aquisição de amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, a uma taxa média de 20% ao ano.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.14.1. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Custos de empréstimos

Os Empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.16. Provisões

2.16.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, quando for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.16.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado por lote de mil ações ordinárias totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.19. Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões, neste conceito, não estão sendo apresentadas informações por segmento.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

(a) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

3.2. Estimativas e premissas -- Continuação

(b) Impostos

As estimativas e premissas de recuperação dos créditos tributários e ativos de imposto de renda diferidos estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas de mercado, financeiras e de negócios. Dessa forma, essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

IFRS 9 Instrumentos Financeiro – Classificação e Mensuração: A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

4. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor -- Continuação

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo:

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital:

A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Melhorias para IFRS: O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios;
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros; e
- IAS 1 – Apresentação das demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios

Em 2009 a companhia não realizou nenhuma combinação de negócios. Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as seguintes operações de combinação de negócios:

| Empresa | Região | Data de aquisição | Participação societária adquirida | Valor da operação | Alocação ágio |
|----------------------|---------------|-------------------|-----------------------------------|-------------------|---------------|
| RNF (a) | Nordeste | 16.06.2010 | 75,00% | 17.639 | 9.055 |
| Amarilis (b) | São Paulo | 02.07.2010 | 100,00% | 1.456 | 997 |
| Grupo Rosário (c) | Centro Oeste | 16.09.2010 | 43,66% | 89.000 | 53.402 |
| COF (d) | Centro Oeste | 16.09.2010 | 43,66% | 5.750 | 3.499 |
| Grupo Guararapes (e) | Nordeste | 06.10.2010 | 66,78% | 46.260 | 24.355 |
| Drogaria Farmais (f) | Sudeste | 20.12.2010 | 100,00% | 2.421 | 2.104 |
| Grupo Farmais (g) | Sul e Sudeste | 30.12.2010 | 100,00% | 9.000 | 7.646 |

No exercício de 2010 a Companhia incorreu em um total de R\$ 3.322 de despesas com serviços de advogados, consultores e auditores incorridos nas diligências das empresas que analisamos uma possível oportunidade de compra.

Independentemente de a oportunidade ter se convertido em uma aquisição, todas as despesas de diligências se encontraram no resultado do exercício, sob a rubrica de despesas gerais e administrativas.

(a) Rede Nordeste de Farmácias S.A. (“RNF”)

Em 16 de junho de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição de 75% de participação na RNF. A RNF é uma Companhia de capital fechado que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(a) Rede Nordeste de Farmácias S.A. ("RNF") -- Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da RNF na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | <u>Valor justo reconhecido na aquisição</u> |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 24 |
| Contas a receber de clientes | 460 |
| Estoques | 4.876 |
| Imobilizado | 1.069 |
| Intangível | 14.400 |
| Outros ativos | 628 |
| | <u>21.457</u> |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 7.728 |
| Empréstimos | 14.778 |
| Outros passivos | 3.502 |
| | <u>26.008</u> |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | (4.551) |
| Participação de não controladores | (2.861) |
| Subscrição de novas ações | 15.996 |
| Ágio na aquisição | 9.055 |
| Total da contraprestação | <u>17.639</u> |

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber de clientes foi de R\$ 460. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 9.055 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Não há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(b) Drogaria Amarílis S.A. (“Amarílis”)

Em 02 de julho de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição de 100% da “Amarillis”. A Amarillis é uma Companhia de capital fechado, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia adquiriu a Amarílis para ser uma loja modelo e utilizá-la para dar treinamento à franqueados, funcionários de lojas próprias além de ser utilizada para implantação de projetos pilotos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Drogaria Amarílis na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 19 |
| Contas a receber de clientes | 145 |
| Estoques | 305 |
| Imobilizado | 45 |
| | <hr/> 514 |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 200 |
| Outros passivos | 175 |
| | <hr/> 375 |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | 139 |
| Subscrição de novas ações | 320 |
| Ágio na aquisição | 997 |
| | <hr/> 1.456 |
| Total da contraprestação | 1.456 |

O valor justo das contas a receber de clientes foi de R\$ 145. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 997 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Não há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(c) Drogaria Rosário S.A. (“Grupo Rosário”)

Em 16 de setembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição de 43,66% de participação no “Grupo Rosário” por meio da controlada Drogaria Dona Terezinha S.A.. O Grupo Rosário é uma Companhia de capital fechado que detém o controle das Empresas: Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda., Drogaria Nova Distrital Ltda. e Drogaria Distrital Ltda. O Grupo Rosário tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Drogaria Rosário S.A. na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 882 |
| Contas a receber de clientes | 9.860 |
| Estoques | 13.754 |
| Imobilizado | 5.683 |
| Intangível | 8.715 |
| Outros ativos | 37.880 |
| | <hr/> 76.774 |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 23.185 |
| Provisões | 1.108 |
| Empréstimos | 38.674 |
| Outros passivos | 12.273 |
| | <hr/> 75.240 |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | 1.534 |
| Participação de não controladores | (45.936) |
| Subscrição de novas ações | 80.000 |
| Ágio na aquisição | 53.402 |
| Total da contraprestação | 89.000 |

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber de clientes foi de R\$ 9.860. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente. O ágio pago de R\$ 53.402 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(c) Drogaria Rosário S.A. (“Grupo Rosário”) -- Continuação

Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra com os sócios fundadores do Grupo Rosário, foi acordada uma contraprestação contingente. Pagamentos adicionais serão aportados na Drogaria Rosário S.A., através de aumento de capital com emissão de ações sem valor nominal.

A contraprestação será de R\$ 20.000 caso o Grupo Rosário consiga atingir a meta operacional e financeira definida no contrato de aquisição.

Devido ao provável cumprimento das metas, a Companhia decidiu provisionar o pagamento de 100% da contraprestação, uma vez que essa é a melhor expectativa.

(d) Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“COF”)

Em 16 de setembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição da participação de 43,66% da “COF”. A COF é uma Companhia de capital fechado. A COF tem como atividade básica a distribuição de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos para as lojas do Grupo Rosário.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da COF na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 24 |
| Contas a receber de clientes | 13.223 |
| Estoques | 15.393 |
| Imobilizado | 1.239 |
| Outros ativos | 5.142 |
| | <hr/> 35.021 |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 27.364 |
| Empréstimos | 222 |
| Outros passivos | 2.279 |
| | <hr/> 29.865 |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | 5.156 |
| Participação de não controladores | (2.905) |
| Ágio na aquisição | 3.499 |
| Total da contraprestação | <hr/> 5.750 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(d) Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“COF”) **-- Continuação**

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber foi de R\$ 13.223. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 3.499 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Não há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

(e) Drogeria Guararapes Brasil S.A. (“Guararapes”)

Em 06 de outubro de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição da participação de 66,78% do “Guararapes” por meio da controlada BRPG Alpha Administração e Participações S.A.. A Guararapes é uma Companhia de capital fechado que detém o controle das Empresas Farmácia Farmação Ltda., Farmácia Guararapes Ltda., Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda. e Meridional Medicamentos Ltda. A Guararapes tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(e) Drogaria Guararapes Brasil S.A. ("Guararapes")-- Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Guararapes na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | <u>Valor justo reconhecido na aquisição</u> |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.625 |
| Contas a receber de clientes | 267 |
| Estoques | 1.074 |
| Imobilizado | 254 |
| Outros ativos | 14 |
| | <u>3.234</u> |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 1.346 |
| Provisões | 13 |
| Outros passivos | 1.449 |
| | <u>2.808</u> |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | 426 |
| Participação de não controladores | (10.896) |
| Subscrição de novas ações | 32.375 |
| Ágio na aquisição | 24.355 |
| Total da contraprestação | 46.260 |

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber foi de R\$ 267. O ágio pago de R\$ 24.355 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(f) A Drogaria Farmais Ltda (“Drogaria Farmais”)

Em 20 de dezembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição da “Drogaria Farmais”. A Drogaria Farmais é uma Companhia de capital fechado, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Drogaria Farmais na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 30 |
| Contas a receber de clientes | 13 |
| Estoques | 106 |
| Imobilizado | 126 |
| Intangível | 2 |
| Outros ativos | 46 |
| | <u>323</u> |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 3 |
| Outros passivos | 2.414 |
| | <u>2.417</u> |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | (2.094) |
| Subscrição de novas ações | 2.411 |
| Ágio na aquisição | 2.104 |
| Total da contraprestação | <u>2.421</u> |

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber de clientes foi de R\$ 13. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 2.104 foi baixado no momento da aquisição, pois não existe expectativa de benefícios econômicos futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

5. Combinações de negócios -- Continuação

(g) Farmais Franchising Ltda. (“Grupo Farmais”)

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de aquisição de 100% Grupo Farmais. O Grupo Farmais é uma empresa limitada que detém o controle das Empresas Farmais Administradora de Convênios Ltda. e Comercial Farmais Ltda. A Empresa Farmais Franchising Ltda., temo como atividade básica gestão de franquias no setor varejista farmacêutico, a empresa Farmais Administradora de Convênios Ltda. tem como atividade básica gestão de convênios para compra de medicamentos em drogarias e a empresa Comercial Farmais Ltda., tem como atividade básica distribuição de produtos farmacêuticos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis do Farmais Franchising Ltda na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 729 |
| Contas a receber de clientes | 1.109 |
| Imobilizado | 238 |
| Intangível | 97 |
| Outros ativos | 4.193 |
| | <u>6.366</u> |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 91 |
| Outros passivos | 4.921 |
| | <u>5.012</u> |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | 1.354 |
| Ágio na aquisição | 7.646 |
| Total da contraprestação | 9.000 |

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber de clientes foi de R\$ 1.109. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 7.646 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Não há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|------------------------------|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Caixa e bancos | 1.190 | 1 | 4.570 |
| Aplicações financeiras (CDB) | 4 | - | 14.190 |
| | <u>1.194</u> | <u>1</u> | <u>18.760</u> |

As aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização e foram emitidos por bancos de primeira linha, a aplicação tem liquidez diária e não possui cláusulas restritivas para resgate sendo considerada portanto um equivalente de caixa.

7. Clientes e outros contas a receber (circulante)

| | <u>Consolidado</u> |
|---|--------------------|
| | <u>2010</u> |
| Contas a receber | |
| A Vencer | 32.575 |
| Vencidas | |
| Entre 1 e 90 dias | 345 |
| Entre 91 e 180 dias | 235 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (187) |
| | <u>32.968</u> |

8. Fundo de publicidade administrado

O Fundo de publicidade ou de propaganda e marketing é o veículo criado pela controlada Farmais Franchising para o qual os franqueados da rede são contratualmente obrigados a contribuir periodicamente com uma quantia destinada para o desenvolvimento das políticas e ações de marketing e publicidade em benefício da marca, produtos e/ou serviços da franqueadora.

Dessa forma, o Fundo de Publicidade refere-se a verba angariada entre todos os membros da rede de franquias, e que é administrada pela franqueadora com competência meramente consultiva. Isso porque, apesar do caráter cooperado do fundo, as decisões relacionadas às políticas de marketing, publicidade e promoção da rede continuam sendo tomadas, ao final, pela franqueadora.

Logo, os valores arrecadados para constituição desse fundo não se referem a nenhum tipo de remuneração da empresa franqueadora nem de receita dela, não devendo ser visto como uma fonte de lucro do franqueador, o qual tem apenas a função não remunerada de geri-lo, logo não deve sofrer qualquer tipo de tributação. O saldo do fundo de publicidade em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 1.629, registrado em contas de ativo e passivo da Companhia.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

9. Estoques

| | <u>Consolidado</u> |
|---|----------------------|
| | <u>2010</u> |
| Mercadorias para revenda (ao custo ou ao valor realizável líquido) | 60.220 |
| Provisão para perdas com mercadorias | (1.335) |
| Total dos estoques ao custo ou ao valor realizável, dos dois o menor | <u>58.885</u> |

10. Créditos tributários e previdenciários

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|---|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| IRRF - Imposto de renda retido na fonte | 219 | - | 321 |
| PIS - Programa de integração social | - | - | 170 |
| COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social | - | - | 782 |
| INSS - Instituto nacional da seguridade social | - | - | 181 |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias | - | - | 1.597 |
| IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica | - | - | 1.400 |
| CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido | - | - | 498 |
| | <u>219</u> | <u>-</u> | <u>4.949</u> |

11. Investimentos

| | <u>Participação da Companhia no capital social votante % - direta</u> | <u>Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2010</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2010</u> |
|--|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2010: | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. ⁽¹⁾ | 100,00 | 41.542 | (2.840) |
| Drogaria Amarilis S.A. | 100,00 | 60 | (400) |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. ⁽²⁾ | 100,00 | 44.397 | (1.863) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 88,13 | 1.629 | (8.222) |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | 43,66 | 3.369 | 1.551 |
| Farmais Franchising Ltda. | 100,00 | 1.067 | (286) |
| Drogarias Farmais Ltda. | 100,00 | 250 | (67) |
| | | <u>92.314</u> | <u>(12.127)</u> |

(1) Controladora do Grupo Rosário.

(2) Controladora do Grupo Guararapes.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado (Consolidado)

| | Terrenos e edificações próprios | Móveis, utensílios e instalações | Equipamentos de informática | Outros Imobilizados | Total |
|-------------------------------------|---------------------------------------|--|--------------------------------|------------------------|----------------|
| Em 1 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisições de controlada | 690 | 9.197 | 3.960 | 4.546 | 18.393 |
| Adições | - | 5.490 | 1.237 | 100 | 6.287 |
| Alienações | (690) | (40) | (6) | (232) | (968) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | 14.647 | 5.191 | 4.414 | 23.712 |
| Em 1 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | (1.532) | (962) | (1.292) | (3.786) |
| Despesa de depreciação no exercício | - | (346) | (334) | (126) | (806) |
| Alienações | - | 5 | - | 1 | 6 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (1.873) | (1.296) | (1.417) | (4.586) |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | 12.774 | 3.895 | 2.997 | 19.666 |

13. Intangível (Consolidado)

| | <u>Consolidado</u> | | | | Total |
|----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------|
| | Ágio na aquisição de empresa | Licenças de uso de Software | Fundo de Comércio | Outros intangíveis | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | 1.684 | 37.866 | 4 | 39.554 |
| Adições | 98.954 | 841 | 10.142 | - | 109.937 |
| Alienações | - | (782) | - | - | (782) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 98.954 | 1.743 | 48.008 | 4 | 148.709 |
| Em 31 de dezembro de 2009 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | (740) | (5.666) | - | (6.406) |
| Amortização | - | (138) | (1.585) | - | (1.723) |
| Alienações | - | 92 | 2.304 | - | 2.396 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (786) | (4.947) | - | (5.733) |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2009 | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 98.954 | 957 | 43.061 | 4 | 142.976 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

13. Intangível (Consolidado) -- Continuação

Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2010, a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio de combinações de negócios através do modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que originaram o ágio.

Valor contábil do ágio alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

| | <u>Amarilis</u> | <u>Grupo Rosário</u> | <u>COF</u> | <u>Guararapes</u> | <u>Farmais Franchising</u> | <u>RNF</u> | <u>Total</u> |
|------------------------|-----------------|----------------------|--------------|-------------------|----------------------------|--------------|---------------|
| Valor contábil do ágio | 997 | 53.402 | 3.499 | 24.355 | 7.646 | 9.055 | 98.954 |
| Total | 997 | 53.402 | 3.499 | 24.355 | 7.646 | 9.055 | 98.954 |

O teste de recuperação foi baseado em projeções de caixa decorrentes de orçamentos financeiros ao longo de um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos impostos utilizadas nas projeções de fluxo de caixa é de 14%. Esse teste de recuperação dos ágios demonstrou não haver necessidade de reconhecimento de perdas.

Principais premissas utilizadas

O teste de recuperação dos ágios pode variar em função das seguintes premissas principais:

(i) Taxa de desconto

A taxa de desconto está alinhada com avaliações atuais de mercado referente aos riscos de cada unidade geradora de caixa.

(ii) Estimativa de crescimento

São avaliadas basicamente através das perspectivas futuras de crescimento da Administração, índices de mercado e histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

14. Fornecedores (Consolidado)

O saldo de fornecedores no total de R\$ 58.598 corresponde, basicamente, ao saldo de contas a pagar à fornecedores de mercadoria para revenda, com prazo médio de vencimento entre 30 e 60 dias.

15. Empréstimos e financiamentos sujeitos a juros

| | Taxa de juros efetiva | Controladora | | Consolidado |
|------------------------------|-----------------------|---------------|----------|---------------|
| | a.m. | 2010 | 2009 | 2010 |
| | % | | | |
| Circulante | | | | |
| Empréstimo com o Banco Pine | 0,36 + CDI | 4.059 | - | 4.059 |
| Empréstimo com o Banco Pine | 160% x CDI | 20.168 | - | 20.168 |
| Empréstimo BTG Pactual | 0,25 + CDI | 2.196 | - | 2.196 |
| Empréstimo Banco Real | 1,29 a 1,80 | - | - | 1.181 |
| Empréstimo Banco Brasil | 0,56 a 1,26 | - | - | 9.886 |
| Empréstimo Itaú Unibanco | 0,45 a 1,90 | - | - | 4.641 |
| Empréstimo Itaú Unibanco | 0,0008 + TJLP | - | - | 3.409 |
| Empréstimo Banco Safra | 0,69 a 1,30 | - | - | 2.631 |
| Empréstimo Banco Rural | 1,24 a 1,33 | - | - | 2.041 |
| Mútuo - Proarte Agma Partic. | CDI + 0,35 | - | - | 8.124 |
| Mútuo - N. Landim | CDI | - | - | 4.217 |
| Mútuo - Farmácia do Pobres | CDI | - | - | 943 |
| Outros | | 202 | - | 1.380 |
| | | 26.625 | - | 64.876 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 0,80 a 1,01 | - | - | 5.556 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 0,0008 a 1,15 | - | - | 5.040 |
| Empréstimo - TERRACAP | 0,50 | - | - | 593 |
| Outros | | - | - | 35 |
| Total não circulante | | - | - | 11.224 |

16. Obrigações com pessoal e encargos sociais

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------------|--------------|----------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 |
| Salários a pagar | 71 | - | 1.908 |
| Provisões de férias e encargos | 149 | - | 4.213 |
| INSS | 56 | - | 2.719 |
| FGTS | 17 | - | 571 |
| Outras obrigações | 40 | - | 1.030 |
| | 333 | - | 10.441 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

17. Provisões para demandas judiciais

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis apresentaram a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

| | Saldo em 31/12/2009 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2009 |
|---|------------------------|--------------|----------|------------------------|
| Não circulante: | | | | |
| Demandas judiciais tributárias | - | 1.115 | - | 1.115 |
| Demandas judiciais trabalhistas | - | 1.123 | - | 1.123 |
| Demandas judiciais cíveis | - | 100 | - | 100 |
| Total de provisões para demandas judiciais | - | 2.338 | - | 2.338 |

As provisões para contingências trabalhistas são, basicamente, de processos de ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas que podem não terem sido pagas.

Em 31 de dezembro de 2010 as contingências cujas probabilidades de perda foram consideradas “possíveis” pelos consultores legais que patrocinam as causas somam R\$ 1.236 não registradas no balanço.

18. Contas a pagar por aquisição de investimento

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------|----------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2010 |
| Contraprestação com sócios fundadores | 12.863 | - | 18.006 |
| Contraprestação com subscrição de novas ações | 25.854 | - | - |
| | 38.717 | - | 18.006 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

19. Demais contas a pagar

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|-----------------------------|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Aluguéis a pagar | 4 | - | 1.618 |
| Fornecedores de imobilizado | 50 | - | 50 |
| Fornecedores de serviços | 557 | - | 3.515 |
| Bônus a pagar | 2.518 | - | 2.642 |
| Pontos comerciais a pagar | - | - | 6.618 |
| Outros | - | - | 761 |
| | <u>3.129</u> | <u>-</u> | <u>15.204</u> |

20. Imposto sobre o lucro

A conciliação entre despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está descrita a seguir:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro | (23.280) | - | (27.022) |
| À alíquota fiscal de 34% | 7.915 | - | 9.187 |
| Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto a sua realização futura | - | - | (851) |
| Prejuízos fiscais e bases negativas, não constituídos na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto sua realização futura | (3.792) | - | (6.817) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (4.123) | - | |
| Despesas não dedutíveis para fins fiscais: | | | |
| Outras adições e exclusões permanentes | - | - | (1.150) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado | - | - | 369 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

20. Imposto sobre o lucro -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

| | <u>Consolidado</u> | |
|--|----------------------------|---------------------|
| | <u>Balanço Patrimonial</u> | <u>Resultado</u> |
| | <u>2010</u> | <u>2010</u> |
| Provisões, com natureza de despesas temporariamente indedutíveis | 5.453 | <u>2.134</u> |
| Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos | | <u>2.134</u> |
| Ativo fiscal diferido, líquido | <u>5.453</u> | |

Período estimado de realização

A administração da Companhia efetua periodicamente análise dos fundamentos que consubstanciam o registro dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2010, não existia tributos diferidos ativos, decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, os créditos

As diferenças de créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e data de encerramento desses litígios e por isso não é possível estimar com precisão os exercícios em que as diferenças temporárias serão realizadas. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. Mesmo não sendo precisa a estimativa, os valores dos tributos diferidos ativos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

| | |
|------|--------------|
| 2011 | 781 |
| 2012 | <u>4.672</u> |
| | 5.453 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

21. Prejuízo por lote de mil ações

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O Resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias da controladora e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo período, considerando ajustes de agrupamento ocorrido em período subsequente (08/04/2011) capturado na preparação das demonstrações financeiras.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízo básico por ação:

| | 2010 |
|--|-----------------|
| Básico: | |
| Prejuízo líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora | (23.280) |
| Média ponderada do número de ações ordinárias (Em milhares de ações) | 4.047 |
| Prejuízo por ação – básico | (5,75) |

A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, por tanto o prejuízo diluído por ação corresponde ao valor do prejuízo básico por ação.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

22. Capital social e reservas

23.1. Capital Social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 ocorreram as seguintes integralizações de capital:

| <u>Data</u> | <u>Quantidade de ações</u> | <u>Valor</u> |
|-------------|----------------------------|--------------|
| 25/03/2010 | 9.500 | R\$ 9 |
| 07/06/2010 | 15.990.000 | R\$ 15.990 |
| 22/06/2010 | 48.000.000 | R\$ 48.000 |
| 15/01/2010 | 9.950.000 | R\$ 9.950 |

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 73.950, estava representado por 73.950.000 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

23.2. Reservas e Retenção de Lucros

(a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da lei societária.

(b) Reserva de Retenção de Lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital aprovado pela administração do Grupo, de acordo com o artigo 196 da lei societária.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

23. Receita líquida de vendas

| | <u>Consolidado</u> |
|----------------------------------|-----------------------|
| | <u>2010</u> |
| Receita bruta de vendas | 175.393 |
| Impostos incidentes sobre vendas | (11.978) |
| Devoluções | (1.874) |
| Receita líquida de vendas | <u>161.541</u> |

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS calculado às alíquotas em vigor em cada estado em que existam filiais, e Contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

Receita bruta de vendas por rede

| | |
|-----------------------------|-----------------------|
| Farmais (a) | 2.873 |
| Farmácias Guararapes (b) | 22.097 |
| RNF (c) | 17.747 |
| Grupo Rosário Distrital (d) | <u>132.676</u> |
| | <u>175.393</u> |

(a) Farmais

São as receitas brutas de vendas do grupo Farmais, com consolidação somente do mês de dezembro de 2010, e as receitas da Drogeria Amarilis, com consolidação dos meses de julho a dezembro de 2010.

(b) Farmácias Guararapes

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Guararapes, com consolidação dos meses de outubro a dezembro de 2010.

(c) RNF

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Rosário Distrital, com consolidação dos meses de junho a dezembro de 2010.

(d) Grupo Rosário Distrital

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Rosário Distrital, com consolidação dos meses de setembro a dezembro de 2010.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

24. Custo das mercadorias vendidas

| | <u>Consolidado</u> |
|--|-------------------------|
| | <u>2010</u> |
| Custo das vendas | (125.609) |
| Bonificações comerciais, líquida de impostos | 656 |
| Custo de vendas | <u>(124.953)</u> |

As receitas comerciais decorrentes das ações de *trade marketing* e seus efeitos tributários, estão sendo classificados na rubrica "Custo das vendas".

25. Despesas com vendas

O total de R\$ 33.355 de despesa com vendas é composto, principalmente, por despesas com funcionários de lojas, aluguéis de lojas e taxa administrativa das administradoras de cartões de crédito.

26. Despesas gerais e administrativas

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--|-----------------------|-----------------|------------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Despesa com pessoal | (2.374) | - | (7.243) |
| Despesa com diligências | (2.900) | - | (3.245) |
| Despesas jurídicas | - | - | (768) |
| Despesas com instalações e infra-estrutura | (636) | - | (3.044) |
| Serviços contratos de terceiros | (484) | - | (1.237) |
| Despesas tributárias | (45) | - | (861) |
| Despesas com viagens | (354) | - | (524) |
| Materiais de uso e consumo | - | - | (1.242) |
| Despesas diversas | (164) | - | (4.017) |
| Total | <u>(6.957)</u> | <u>-</u> | <u>(22.181)</u> |

27. Outras receitas e despesas operacionais

| | <u>Consolidado</u> |
|----------------------|---------------------|
| | <u>2010</u> |
| Veiculação cooperada | 3.648 |
| Despesas recuperadas | 211 |
| Outras despesas | (59) |
| | <u>3.800</u> |

O valor de R\$ 3.648 na rubrica de veiculação cooperada, refere-se a receitas provenientes da publicação de oferta em tablóides cooperados.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

28. Receitas e despesas financeiras

a) Receitas financeiras

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|---|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Receita de juros sobre aplicações financeiras | 991 | - | 1.511 |
| Receita de juros sobre empréstimos | 179 | - | - |
| Descontos obtidos | - | - | 322 |
| Variações monetárias ativas | - | - | 174 |
| Outras receitas financeiras | - | - | 39 |
| Total das receitas financeiras | 1.170 | - | 2.046 |

b) Despesas financeiras

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|---|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Encargos sobre financiamentos e empréstimos | (613) | - | (2.510) |
| Juros, encargos e taxas bancárias | (16) | - | (60) |
| Descontos concedidos | - | - | (21) |
| Variações monetárias passivas | (17) | - | (567) |
| Outras despesas financeiras | - | - | (525) |
| Total das despesas financeiras | (646) | - | (3.683) |

29. Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui 247 contratos de locação de imóveis com prazos de vigência entre dois e dez anos, existindo a possibilidade de renovação. O gasto total mensal das locações é de aproximadamente R\$ 1.564, incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, de acordo com os arrendamentos mercantis canceláveis em 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------------------|---------------------|-------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Dentro de um ano | 276 | - | 18.509 |
| Após um ano, mas menos de cinco anos | 1.104 | - | 31.787 |
| Mais de cinco anos | - | - | 1.518 |
| | 1.380 | - | 51.814 |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Brazil Pharma e suas controladas referem-se à contas a pagar, empréstimos e financiamentos, todos registrados nas demonstrações contábeis. Os empréstimos e financiamentos estão atrelados as taxas pré-fixadas e variáveis, com atualização pelo CDI. Os empréstimos contratados são de curto e longo prazo.

Os únicos riscos de mercado que podem afetar diretamente o Grupo Brazil Pharma, são o risco da taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito. Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 são, basicamente, os seguintes:

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são decorrentes de operações em CDB, que são atualizadas por percentuais da variação do CDI.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a taxas de mercado conforme exposto na Nota 16.

a) Risco de mercado

i) Risco de Crédito

A operação básica da Companhia é a venda de mercadorias à consumidores finais, dessa forma as vendas são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

(ii) Risco de Taxa de Juros

As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações são, basicamente, empréstimos e financiamentos com base no CDI. A Companhia tem como política não operar com derivativos e também não tem nenhum negócio em moeda estrangeira.

| | Indexador | Controladora | | Consolidado |
|----------------------------|-----------|---------------|----------|---------------|
| | | 2010 | 2009 | 2010 |
| Ativos financeiros | | | | |
| CDB | CDI | 4 | - | 14.190 |
| Total | | 4 | - | 14.190 |
| Dívidas financeiras | | | | |
| Capital de giro | CDI | 26.625 | - | 40.096 |
| Capital de giro | TJLP | - | - | 3.415 |
| Capital de giro | | - | - | 32.589 |
| Total | | 26.625 | - | 76.100 |

Com base no cenário atual, a Companhia entende que os riscos são baixos.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Risco de Liquidez

A Administração acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Devido a dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, o objetivo da Tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de Capital de Giro, Leasing, CDC, Finame e Mútuo.

Além disso, a Tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

| | <u>Menos de um ano</u> | <u>Entre um e dois anos</u> | <u>Entre dois e cinco anos</u> |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2010 | | | |
| Empréstimos e financiamento | 64.876 | 11.224 | - |
| Fornecedores | 58.598 | - | - |
| Demais contas a pagar | 15.204 | - | - |
| | <u>138.678</u> | <u>11.224</u> | <u>-</u> |

c) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é positivo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices, para os exercícios de 2010 e 2009

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--|---------------------|--------------|--------------------|
| | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> |
| Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos | 26.625 | - | 76.100 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | <u>(1.194)</u> | <u>(1)</u> | <u>(18.760)</u> |
| Dívida líquida | <u>25.431</u> | <u>(1)</u> | <u>57.340</u> |
| Patrimônio líquido | <u>58.302</u> | <u>1</u> | <u>121.268</u> |
| Índice de alavancagem financeira | <u>44%</u> | <u>-100%</u> | <u>47%</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

Análise de sensibilidade do instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, está apresentado na tabela abaixo.

Para os cenários (A) e (B), a Companhia assume um aumento de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B – cenário de situação extrema) na projeção de mercado para a taxa do CDI e TJLP.

| Transações | Risco | Saldo em 31 de dezembro de 2010 | Projeções de mercado | |
|--------------------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------|---------------|
| | | | Cenário A | Cenário B |
| Empréstimos e financiamentos | 0,36 + CDI | 4.059 | 4.860 | 4.985 |
| Empréstimos e financiamentos | 160% x CDI | 20.168 | 24.907 | 25.423 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,25 + CDI | 2.196 | 2.595 | 2.662 |
| Empréstimos e financiamentos | (0,003 a 0,29) + CDI | 389 | 462 | 474 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,0008 + TJLP | 3.409 | 3.910 | 4.010 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI + 0,35 | 8.124 | 9.716 | 9.965 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 4.217 | 4.836 | 4.960 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 943 | 1.082 | 1.109 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,0008 + TJLP | 6 | 7 | 7 |
| Total | | 43.511 | 52.375 | 53.595 |
| Aplicações financeiras | 100% do CDI | 14.190 | 16.274 | 16.691 |
| | | 14.190 | 16.274 | 16.691 |
| Exposição líquida total | | 29.321 | 36.101 | 36.904 |

O efeito líquido total dos cenários acima mencionados é basicamente devido à exposição da Companhia ao CDI e a TJLP.

31. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas têm como política, contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

| | Coberturas |
|---|---------------|
| Incêndio, raio ou explosão no imóvel | 39.626 |
| Danos elétricos | 50 |
| Equipamentos eletrônicos | 50 |
| D&O (<i>Directors & Officers</i>) | <u>20.000</u> |
| | <u>59.726</u> |

33. Transações com partes relacionadas

Entidade com influência significativa sobre a Brazil Pharma S.A.

O BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações é proprietário de 100% das ações ordinárias da Brazil Pharma.

Relacionamento com acionistas

Em certas situações as controladas possuem contratos de aluguel de filiais com acionistas não controladores.

Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros da Administração da Companhia durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.734 e está demonstrada abaixo:

| | <u>Mínima</u> | <u>Média</u> | <u>Máxima</u> |
|----------|---------------|--------------|---------------|
| | 64 | 252 | 1.758 |
| Fixo | 61% | 37% | 6% |
| Variável | 39% | 63% | 94% |

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes

34.1 Combinações de negócios

Em 31 de março de 2011, a Brazil Pharma adquiriu 60% do patrimônio da rede de Drogaria Mais Econômica S.A. (“Drogaria Mais Econômica”), uma rede com sede na região sul do país e vice-líder do segmento na região, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Drogaria Mais Econômica na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.764 |
| Contas a receber de clientes | 19.932 |
| Estoques | 54.117 |
| Imobilizado | 15.491 |
| Intangível | 2.064 |
| Outros ativos | 4.925 |
| | <u>98.293</u> |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 51.326 |
| Empréstimos | 55.636 |
| Outros passivos | 27.763 |
| | <u>134.725</u> |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | (36.432) |
| Participação de não controladores | 6.573 |
| Subscrição de novas ações | 20.000 |
| Ágio na aquisição | 179.859 |
| Total da contraprestação | <u>170.000</u> |

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 19.932. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

O ágio pago de R\$ 179.859 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes -- Continuação

34.2 Aumento de capital

Nos meses de fevereiro e março do ano 2011, o capital social da Companhia sofreu um aumento em R\$ 287.171, passando para R\$ 363.121. Dessa forma, a Brazil Pharma passou a ter seis acionistas e a composição acionária em 31 de março 2011 ficou da seguinte forma:

| | <u>Número de ações</u> | <u>Percentual</u> |
|---|------------------------|-------------------|
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimentos em Participações | 108.686.303 | 32,54% |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações | 73.950.000 | 22,14% |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 67.870.000 | 20,32% |
| Lajota Fundo de Investimentos em Participações | 27.834.034 | 8,33% |
| Infinity Fundo de Investimentos em Participações | 27.834.034 | 8,33% |
| Vincitore Fundo de Investimentos em Participações | 27.834.034 | 8,33% |
| | <u>334.008.405</u> | |

34.3 Plano de opção de compra de ações

Em 22 de março de 2011, foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração o Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano") da Companhia, a ser oferecido ao presidente e aos diretores da Companhia, sejam eles estatutários ou não e aos empregados da Companhia ("Beneficiários"). A aprovação deste Plano será ratificada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no primeiro semestre de 2011. Os principais aspectos do plano estão apresentados a seguir:

- (i) Caberá ao Conselho de Remuneração a seleção, a seu exclusivo critério, dos Beneficiários que farão jus à outorga das opções em cada programa, dentre as pessoas elegíveis a participar do plano.
- (ii) A quantidade máxima de ações objeto de cada opção será definida pelo Conselho de Remuneração da Companhia, a seu exclusivo critério.
- (iii) O preço por ação para o exercício da opção ("preço de exercício") será R\$ 1,0265 por ação, atualizado monetariamente pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, divulgada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (iv) O preço de exercício obtido conforme indicado no item (iii) acima será ratificado pelo Conselho de Remuneração da Companhia. Os contratos de adesão celebrados com cada beneficiário indicarão a quantidade de ações outorgada a cada Beneficiário e a fórmula para cálculo do preço de para exercício de cada opção.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes -- Continuação

34.3 Plano de opção de compra de ações – Continuação

- (vi) O exercício da opção pelos beneficiários deverá ser realizado em parcelas assim definidas: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário (“primeira opção”); (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a companhia e cada beneficiário (“Segunda Opção”); (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a companhia e cada beneficiário (“terceira opção”); (iv) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário (“quarta opção”).
- (vii) O exercício das opções por cada beneficiário deverá ser realizado mediante pagamento, em uma única parcela, no ato da transferência das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de, e na seguinte ordem de preferência (i) recursos oriundos da alienação em ambiente bursátil das respectivas ações objeto do exercício de qualquer das opções; (ii) destinação da totalidade dos dividendos oriundos das ações da Companhia subscritas pelo Beneficiário; (iii) destinação pelo Beneficiário de até 50% (cinquenta por cento) do montante líquido de verba oriunda do programa de participação dos Beneficiários nos lucros ou resultados da Companhia; ou (iv) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada pelo Beneficiário, por escrito.
- (viii) As ações objeto da opção, subscritas ou adquiridas nos termos deste Regulamento, assegurarão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Companhia, exceção feita a quaisquer direitos decorrentes de acordos de quaisquer natureza, incluindo, sem limitação, acordos de acionistas.
- (ix) O Beneficiário não terá qualquer direito, na qualidade de acionista da Companhia (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pelas opções, até que tais ações tenham sido totalmente integralizadas/pagas pelo beneficiário.

Brazil Pharma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

35. Eventos subsequentes -- Continuação

34.3 Plano de opção de compra de ações – Continuação

- (x) cada beneficiário terá o prazo de até 6 meses a contar da data em que a Opção se tornar exercível, para exercer sua opção (“Período de Vigência”), a menos que o Conselho de Remuneração da Companhia estabeleça de outra forma e desde que observados os requisitos descritos no item (vi) acima.

O percentual de diluição a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções do primeiro plano é de aproximadamente 5,3%, podendo no entanto, sujeita a ratificação do Conselho de Administração da Companhia chegar a 8%.

34.4 Roll Up dos acionistas das controladas

A Companhia firmou com cada uma das controladas Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêm a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos sócios-fundadores, mediante entrega e transferência de ações de emissão da Companhia, condicionada à realização da primeira oferta pública de distribuição primária de ações da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

+ Visão Geral da Companhia

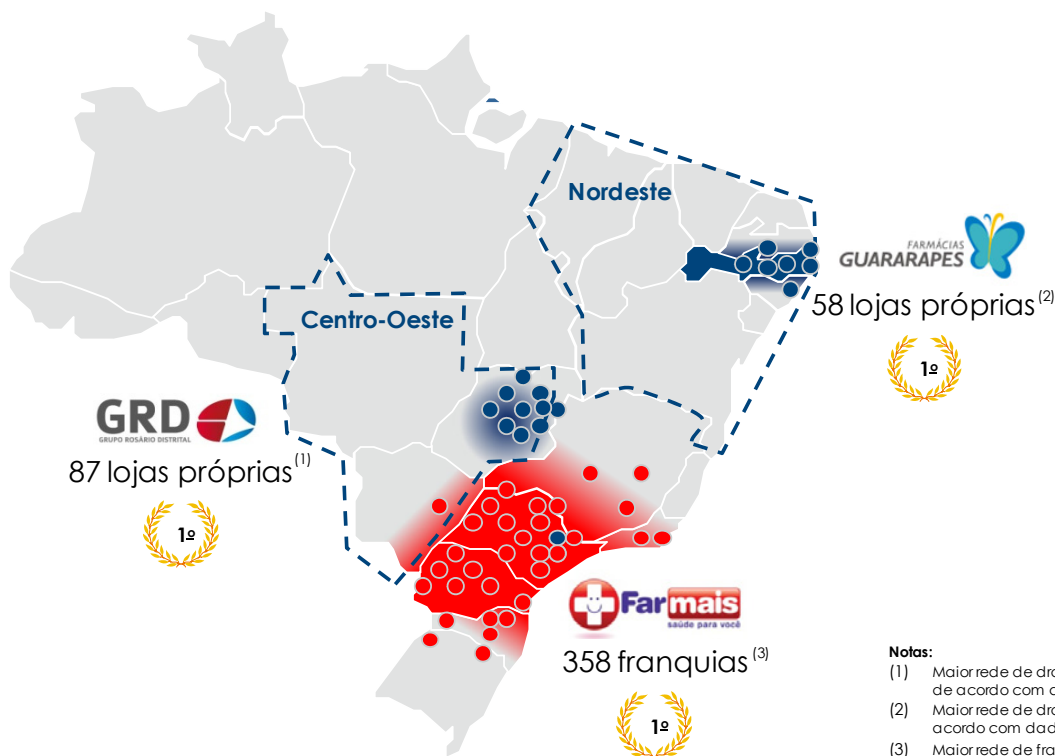
Somos atualmente a maior empresa do varejo farmacêutico no Brasil em número de lojas. Fomos criados em 2009 pela área de Merchant Banking do Banco BTG Pactual para atuar no setor via aquisições de redes de drogarias com posição de liderança regional, longo histórico de atuação e grande potencial de crescimento.

Durante o exercício de 2010, adquirimos participação em três grupos empresariais: (i) o Grupo Rosário Distrital, maior rede do varejo farmacêutico da região Centro-Oeste; (ii) o Grupo Guararapes, maior rede do varejo farmacêutico de Pernambuco; e (iii) o Grupo Farmais, maior franquia do varejo farmacêutico do Brasil. Dessa forma nossas operações em 31 de dezembro de 2010 eram divididas entre:

Operações Próprias: 145 lojas nas duas regiões de atuação, sendo 87 lojas operando sob as bandeiras da Drograria Rosário Distrital, e 58 lojas sob as bandeiras da Farmácias Guararapes; e

Rede de Franquias: 358 lojas operando exclusivamente sob a marca Farmais, concentradas majoritariamente na região Sudeste, sendo São Paulo o estado mais representativo com aproximadamente 200 lojas.

Nossas 503 lojas, divididas entre Operações Próprias e Rede de Franquias, nos colocam na liderança em número de lojas no setor de varejo farmacêutico brasileiro.



Durante o ano de 2010, implementamos nossa cultura em nossas Operações Próprias e em nossa Rede de Franquias com o objetivo de nos tornarmos a melhor rede de drogarias do país, ajudando a construir um mundo mais saudável. Buscamos levar saúde e bem-estar a nossos clientes, criar parcerias duradouras com nossos fornecedores, ser o melhor ambiente de trabalho para o desenvolvimento de nossos colaboradores e sermos rentáveis para nossos acionistas.

Acreditamos que o pilar baseado em pessoas é nosso principal diferencial. Buscamos profissionais com atitude para fazer mais que nossos concorrentes, que tenham ética no que fazem, orgulho por pertencer a nossa empresa, foco em resultados e que valorizem a meritocracia.

Adotamos metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a preservação dos recursos ambientais, participando das atividades das comunidades onde estamos inseridos. Entre as iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2010, podemos destacar: a Campanha do Agasalho, que arrecada agasalhos, outras vestimentas e cobertores em todas as lojas para distribuição à população carente, seja através de campanhas em parceria com entidades do poder público, ou através de iniciativa própria; a Campanha de Saúde da População, com o dia da hipertensão e a semana de prevenção da diabetes, em que exames são realizados totalmente grátis; e a Campanha Pequeno Cidadão, que consiste na arrecadação de brinquedos, materiais escolares, livros e revistas para crianças carentes.

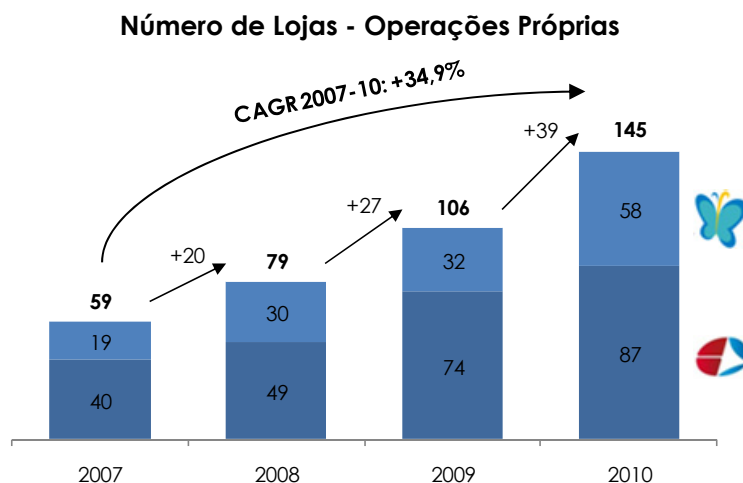
⊕ Mercado em 2010

Acreditamos que os fatores que geraram o crescimento médio do setor de 12,4% a.a. no período de 1996 a 2010 continuaram impactando positivamente no ano de 2010, que apresentou um crescimento de 20,0%, segundo o IMS. Entre esses fatores podemos destacar: (i) aumento de renda per capita, resultado do crescimento econômico do país e que tem acarretado o crescimento da classe média e seu poder aquisitivo, inserindo milhões de consumidores no mercado; (ii) envelhecimento da população brasileira, acarretando aumento da população acima de 45 anos, idade a partir da qual consumo per capita de medicamentos apresenta uma forte aceleração; e (iii) aumento do consumo de medicamentos genéricos, resultado do vencimento de patentes de medicamentos entre aqueles com maior volume de vendas do mercado, aliado ao aumento do conhecimento da população acerca deste tipo de medicamentos. Esses fatores combinados suportaram o crescimento do mercado nos patamares apresentados nos últimos anos.

Também acreditamos que o processo de formalização pelo qual a economia brasileira está passando, tem impactado positivamente no processo de profissionalização e consolidação do nosso setor. O processo de formalização tributária, regulatória e operacional tem privilegiado os maiores players, processo que acreditamos deverá continuar ao longo dos próximos anos.

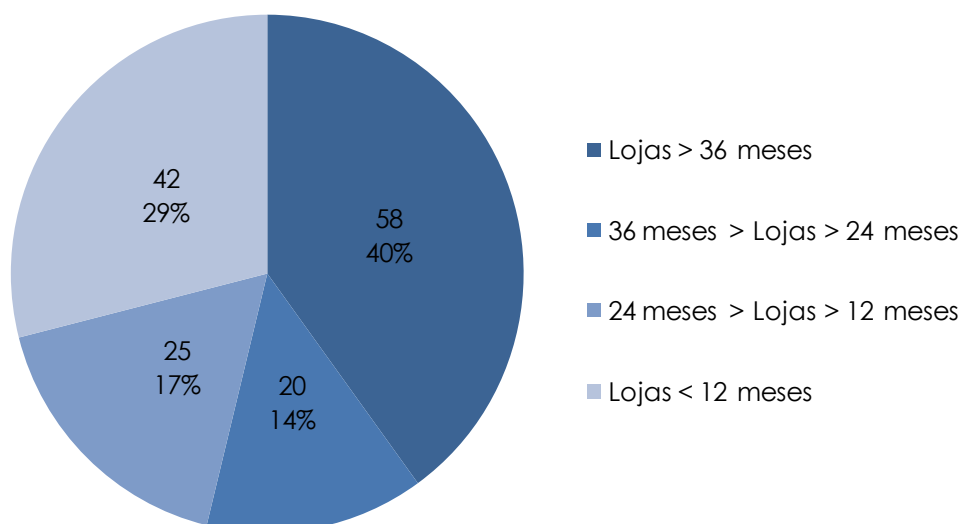
⊕ Expansão da Rede e Crescimento

Nossas Operações Próprias inauguraram em 2010 um total de 39 lojas (16 lojas considerando apenas o período após nossas aquisições de participação no Grupo Rosário Distrital e Grupo Guararapes). Encerramos o exercício de 2010 com um total de 503 lojas, sendo 58 na região Nordeste, 87 na região Centro-Oeste e 358 franquias nas demais regiões. O gráfico abaixo apresenta o crescimento histórico de nossas Operações Próprias, em número de lojas, nos últimos três anos, período no qual ainda não havíamos feito nossos investimentos:



Do total de 145 lojas que encerramos o exercício, 87 lojas, ou 60,0% da base de lojas, tinham menos que 36 meses de idade, conforme gráfico abaixo:

Distribuição de Lojas por Idade



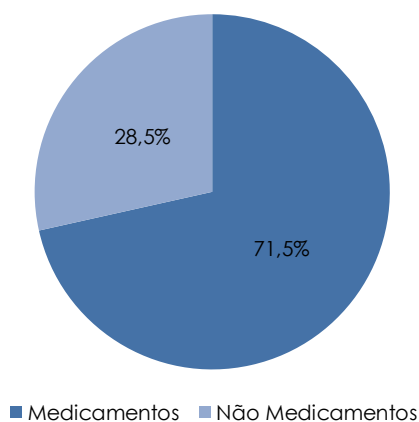
+ Capitalização e Desempenho Financeiro

Durante o exercício de 2010 nosso acionista controlador efetuou capitalização no montante de R\$73,9 milhões. Esse capital foi utilizado em nossos investimentos na aquisição de participações em nossas controladas, além da constituição de nosso capital de giro, pagamento de despesas operacionais e pré-operacionais para constituição da empresa e montagem da estrutura para suportar nosso crescimento. Essas aquisições foram financiadas via capital próprio e parcelamento junto aos próprios sócios fundadores, sendo a maior parte dos recursos investidos aportada diretamente nas operações adquiridas, via capital primário. Os sócios fundadores permanecem na sociedade, como sócios e executivos responsáveis pelo dia-a-dia das operações e expansão das atividades das companhias, enquanto a Brazil Pharma contribui com expertise estratégica e financeira, estruturação e eficiência administrativa e, principalmente, cultura meritocrática de foco em resultados.

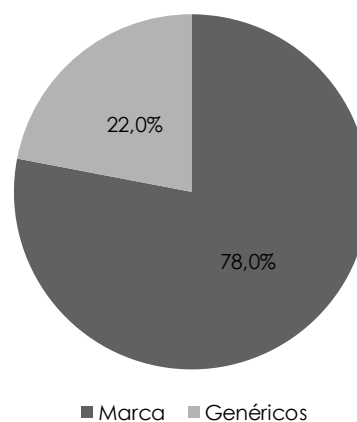
Encerramos 2010 com R\$175,4 milhões de Receita Bruta consolidada, considerando apenas o período pós-investimentos das empresas controladas. Nossas Operações Próprias e nossa Rede de Franquias representaram, respectivamente, aproximadamente 98,3% e 1,7% do nosso faturamento total no período.

As vendas de nossas operações próprias estão distribuídas, por tipo de produto, entre Medicamentos e Não-Medicamentos, categoria que inclui produtos de higiene pessoal, cosméticos, primeiros-socorros e conveniência, entre outros. Dentro da venda de Medicamentos, os Medicamentos Genéricos tem representatividade acima da média do setor, o que consideramos uma vantagem competitiva. Acreditamos que o aumento do consumo de Medicamentos Genéricos deverá reduzir o gasto com medicamentos de nossos clientes, aumentando a acessibilidade aos nossos produtos.

Distribuição de Vendas

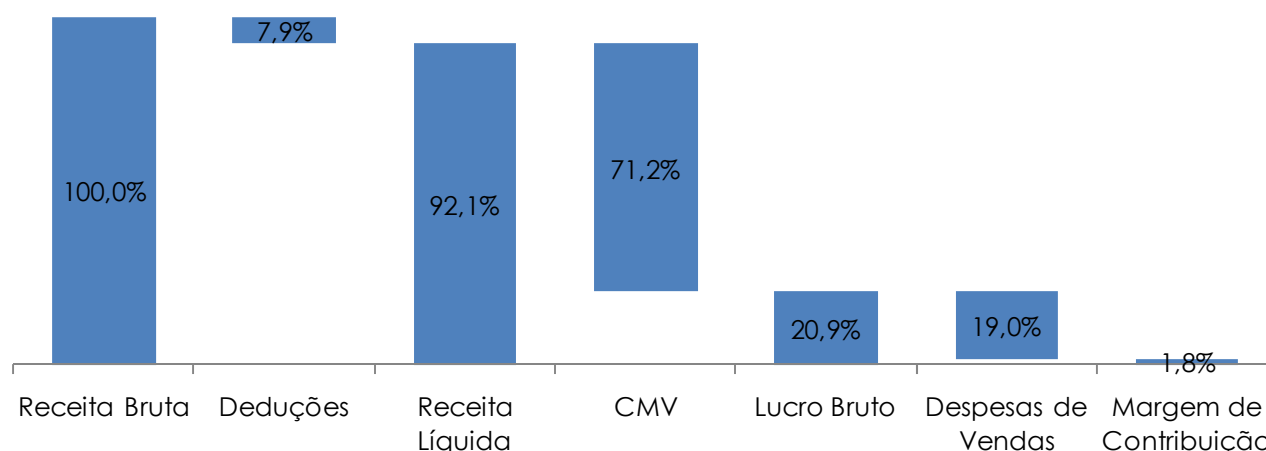


Distribuição de Vendas de Medicamentos



No mesmo período, contabilizamos um Lucro Bruto de R\$36,6 milhões, o equivalente a uma margem de 20,9% sobre a Receita Bruta. Apresentamos Despesa de Vendas de R\$33,4 milhões, resultando em uma Margem de Contribuição de R\$3,2 milhões, equivalente a 1,8% da Receita Bruta. Ressaltamos que a forte expansão de número de lojas no exercício, com a abertura de 39 novas lojas, ou 36,8% de crescimento da base de lojas, onera proporcionalmente nossas despesas, uma vez que incorremos em despesas pré-operacionais e, principalmente, em Despesas de Vendas de lojas com estrutura equivalente à de lojas já maduras. As novas lojas passam por um período de maturação, durante o qual não atingem seu potencial máximo de vendas, apesar de incorrerem em despesas equivalentes às de lojas maduras.

Análise Vertical – Margem de Contribuição



No período de consolidação, as Despesas Gerais e Administrativas representaram R\$24,8 milhões incluindo a participação de funcionários e administradores, equivalente a 14,2% da Receita Bruta enquanto as Outras Receitas Operacionais contribuíram positivamente com R\$3,8 milhões para o nosso resultado. Atingimos um EBITDA consolidado negativo de R\$17,8 milhões no período, representando uma margem negativa de 10,1% sobre a Receita Bruta.

Ainda no mesmo período, registramos um Prejuízo Líquido de R\$23,3 milhões, resultado que reflete Resultado Financeiro negativo de R\$1,6 milhões e um Resultado Não Recorrente negativo de R\$2,2 milhões.

+ Perspectivas para 2011

Continuaremos apoiando nosso desenvolvimento em três pilares: (i) crescimento orgânico e via aquisições; (ii) eficiência operacional; e (iii) diferenciação de nossos competidores.

Nosso programa de investimentos inclui aproximadamente R\$35 milhões a serem investidos na abertura de lojas, atualização de sistemas e na melhoria contínua de nossa estrutura logística. Nossos sócios fundadores continuarão a apoiar a expansão orgânica de nossas Operações Próprias através da abertura e conversão de pontos comerciais nas geografias onde estamos presentes atualmente e nas quais esperamos abrir 75 lojas até o final de 2011. Além disso, continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, pois acreditamos que o mercado farmacêutico no Brasil, apesar de fragmentado nacionalmente é concentrado do ponto de vista estadual, proporcionando alternativas de aquisição e investimento atraentes.

Continuaremos buscando oportunidades de aumento de eficiência operacional através da integração de nossas operações, ganhos de escala, otimização de processos, disseminação de melhores práticas, controle de custos e despesas entre outras ferramentas. Em especial, pretendemos iniciar o desenvolvimento e implementação de nosso Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), que deverá concentrar todos os processos de suporte (financeiro, contábil, recursos humanos, informática e telecomunicações etc.) a nossas operações comerciais. Continuaremos também a buscar e a desenvolver novos produtos e serviços para nossos clientes, visando sua fidelização e a melhoria da experiência de compra dos mesmos, e o aumento da rentabilidade de nossas operações. Entre as iniciativas já implantadas e em desenvolvimento podemos citar a parceria de nosso programa fidelidade com o programa Multiplus na região Centro-Oeste, o re-lançamento nossa linha de marca própria e ações nos pontos de vendas como quiosques de demonstração de produtos dermocosméticos por especialistas.

+ Recursos Humanos

Em dezembro de 2010 contávamos com um total de 2.610 funcionários, entre os colaboradores de nossas Operações Próprias, da Farmais e da Brazil Pharma, distribuídos da seguinte forma:

| Número de empregados | Exercício Social encerrado em 2010 |
|-----------------------------------|---|
| Por Localização Geográfica | |
| Nordeste | 949 |
| Alagoas | 58 |
| Paraíba | 44 |
| Pernambuco | 847 |
| Centro-Oeste | 1.568 |
| Distrito Federal | 1537 |
| Goiás | 31 |
| Sudeste | 93 |
| São Paulo | 93 |
| Total de Empregados | 2.610 |

Acreditamos que nossos colaboradores são nosso principal diferencial competitivo. Buscamos profissionais com atitude para fazer mais que nossos concorrentes, que tenham ética no que fazem, orgulho por pertencer a nossa empresa, foco em resultados e que valorizem a meritocracia.

Nossa política de remuneração busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais. Dessa forma, além de remunerar nossos colaboradores através de salário mensal alinhado aos níveis de mercado, implementamos em 2010 um programa de participações nos resultados (PLR) contemplando, primeiramente os nossos funcionários e a estrutura administrativa da Farmais, na forma da Lei 10.101/2000.

Nossos profissionais, tanto na Companhia quanto nas nossas subsidiárias, contam com vale-transporte, auxílio-refeição e/ou alimentação, subsídio total ou parcial de assistência médica, odontológica e farmacêutica, seguro de vida em grupo, além de convênios para a realização de exames e para a obtenção de medicamentos gratuitos.

Adicionalmente, oferecemos para uma parcela de nossos funcionários assistência educacional, ou seja, oferecemos bolsas de estudo e descontos em faculdades conveniadas para os cursos de graduação e extensão. Desde a criação do programa de assistência educacional, em 2009, 47 colaboradores foram beneficiados, sendo que 16 funcionários já concluíram os respectivos cursos. Por se tratar de uma de nossas boas práticas de recursos humanos, pretendemos replicar este programa em todas as nossas investidas.

Além disso, oferecemos programas de capacitação, treinamento e oportunidades de desenvolvimento na carreira. À medida que o sistema de nossas subsidiárias é integrado ao nosso, estamos difundindo o nosso programa de treinamento para os seus empregados com o objetivo de capacitar nossos colaboradores e reforçar ainda mais nossa cultura baseada em meritocracia.

+ Meio ambiente

A responsabilidade ambiental apresenta-se como uma preocupação constante e relevante para nós. Possuímos valores alinhados à sustentabilidade ambiental, que procuramos imprimir no desenvolvimento de nossas atividades e também na filosofia de nossos colaboradores.

Desenvolver e conservar são premissas de nossa responsabilidade ambiental. Acreditamos que práticas corporativas e nossos princípios e valores devam ser replicados com este objetivo. Desta forma, nos preocupamos em ampliar cada vez mais o uso de fontes renováveis de energia e na sistematização de informações para nos ajudar a tomar decisões estratégicas e a reduzir riscos. Ademais, desejamos ir além da minimização de impactos naturais nos locais em que atuamos, contribuindo voluntariamente e a partir de parcerias para participar ativamente de programas de promoção da sustentabilidade e manutenção ambiental.

Desta forma, incentivamos nossos administradores e Sócios-Fundadores, bem como toda a cadeia de franqueados, a adotar medidas pró-ambientais, em alinhamento com nossos valores. Em paralelo, avaliamos constantemente a adoção e o desenvolvimento de novas práticas para contribuir com a preservação e manutenção do Meio Ambiente, seja para atender a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, seja para maximizar nossas políticas ambientais.

+ Eventos Subsequentes

Em março de 2011 demos continuidade a nossa estratégia de aquisições e adquirimos uma participação de controle na rede Drogarias Mais Econômica S.A. ("Mais Econômica"), iniciando nossas operações próprias na região Sul do Brasil com 152 lojas distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ainda em março de 2011, nosso acionista controlador efetuou capitalização no montante de R\$287,2 milhões, que foi utilizado no investimento Mais Econômica, além de aumento de nosso capital de giro.

+ Instrução CVM Nº 381/03

Em atendimento a instrução CVM nº 381/03, a companhia Brazil Pharma informa que não houve contratação de outros serviços da Ernst & Young Terco Auditores independentes S/S que não fossem relacionados a auditoria das demonstrações financeiras no ano de 2010.

+ Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança, aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, aos nossos fornecedores pela parceria e apoio, e aos nossos acionistas pelo suporte e formação de nossa cultura. Esperamos poder continuar proporcionando a todos as mesmas oportunidades de crescimento que tivemos ao longo de 2010.

-
- Informações Trimestrais – ITR do Trimestre Findo em 31 de março de 2011, Acompanhadas do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Dados da Empresa / Composição do Capital

| Número de Ações (Unidades) | Trimestre Atual 31/03/2011 |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Do Capital Integralizado | |
| Ordinárias | 334.008.405 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 334.008.405 |
| Em Tesouraria | |
| Ordinárias | 0 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 0 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2011 | Exercício Anterior 31/12/2010 |
|------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 300.840 | 118.817 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 3.927 | 2.446 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.768 | 1.194 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 226 | 219 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 226 | 219 |
| 1.01.07 | Despesas Antecipadas | 52 | 152 |
| 1.01.07.01 | Adiantamento a Fornecedores | 44 | 148 |
| 1.01.07.02 | Despesas Pagas Antecipadamente | 8 | 4 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 881 | 881 |
| 1.01.08.03 | Outros | 881 | 881 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 296.913 | 116.371 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 2.442 | 2.367 |
| 1.02.01.08 | Créditos com Partes Relacionadas | 2.442 | 2.367 |
| 1.02.01.08.02 | Créditos com Controladas | 2.442 | 2.367 |
| 1.02.02 | Investimentos | 92.911 | 92.314 |
| 1.02.02.01 | Participações Societárias | 92.911 | 92.314 |
| 1.02.02.01.02 | Participações em Controladas | 92.911 | 92.314 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 462 | 448 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 462 | 448 |
| 1.02.04 | Intangível | 201.098 | 21.242 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 201.098 | 21.242 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2011 | Exercício Anterior 31/12/2010 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 300.840 | 118.817 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 15.866 | 69.590 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 389 | 333 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 389 | 333 |
| 2.01.01.02.01 | Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais | 389 | 333 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 126 | 731 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 126 | 731 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 8 | 55 |
| 2.01.03.01 | Obrigações Fiscais Federais | 8 | 55 |
| 2.01.03.01.02 | Outros Impostos e Contribuições | 8 | 55 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 12.320 | 26.625 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 12.320 | 26.625 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 12.320 | 26.625 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 3.023 | 41.846 |
| 2.01.05.02 | Outros | 3.023 | 41.846 |
| 2.01.05.02.05 | Demais Contas a Pagar | 98 | 3.129 |
| 2.01.05.02.06 | Contas a Pagar por Aquisição de Investimento | 2.925 | 38.717 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido | 284.974 | 49.227 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 361.121 | 73.950 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | -49.301 | 0 |
| 2.03.02.07 | Capital Social a Integralizar por Acionistas | -49.301 | 0 |
| 2.03.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | -26.846 | -24.723 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|--------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | | Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011 | Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -1.160 | 0 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -1.263 | 0 |
| 3.04.02.01 | Gerais e Administrativas | -1.238 | 0 |
| 3.04.02.02 | Depreciação e Amortização | -25 | 0 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 25 | 0 |
| 3.04.04.01 | Outras Receitas Operacionais, Líquidas | 25 | 0 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 78 | 0 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | -1.160 | 0 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -963 | 0 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 127 | 0 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -1.090 | 0 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | -2.123 | 0 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | -2.123 | 0 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo do Período | -2.123 | 0 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | |
| 3.99.01.01 | ON | -0,15000 | 0,00000 |
| 3.99.02 | Lucro Diluído por Ação | | |
| 3.99.02.01 | ON | -0,15000 | 0,00000 |

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|--------------------|--|-------------------------|-------------------------------------|
| | | 01/01/2011 à 31/03/2011 | Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010 |
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | -6.515 | 0 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | -2.981 | 0 |
| 6.01.01.01 | Prejuízo Antes do Imposto de renda e Contribuição Social e de Acionistas não Controladores | -2.123 | 0 |
| 6.01.01.02 | Depreciação e Amortização | 25 | 0 |
| 6.01.01.03 | Juros Sobre Empréstimos e Financiamentos | -655 | 0 |
| 6.01.01.04 | Resultado da Equivalência Patrimonial | -78 | 0 |
| 6.01.01.05 | Juros a Partes Relacionadas | -150 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | -3.534 | 0 |
| 6.01.02.01 | Adiantamento a Fornecedores | 104 | 0 |
| 6.01.02.02 | Créditos Tributários e Previdenciários | -7 | 0 |
| 6.01.02.03 | Despesas Pagas Antecipadamente | -4 | 0 |
| 6.01.02.04 | Fornecedores | -605 | 0 |
| 6.01.02.05 | Outros Impostos e Contribuições | -47 | 0 |
| 6.01.02.06 | Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais | 56 | 0 |
| 6.01.02.07 | Demais Contas a Pagar | -3.031 | 0 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | -180.489 | 0 |
| 6.02.01 | Empréstimos a Partes Relacionadas | -74 | 0 |
| 6.02.02 | Aquisição de Imobilizado | -39 | 0 |
| 6.02.03 | Aquisições de Intangíveis | -179.857 | 0 |
| 6.02.04 | Aquisição de Participação | -519 | 0 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 188.578 | 0 |
| 6.03.01 | Aumento de Capital | 237.870 | 0 |
| 6.03.03 | Pagamento de Empréstimos e Financiamentos | -32.000 | 0 |
| 6.03.04 | Captação de Empréstimos Partes Relacionadas | 18.500 | 0 |
| 6.03.05 | Contas a pagar por Investimentos | -35.792 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 1.574 | 0 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 1.194 | 1 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 2.768 | 1 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|-----------------|-------------------------------------|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 73.950 | 0 | 0 | -24.723 | 0 | 49.227 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 73.950 | 0 | 0 | -24.723 | 0 | 49.227 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 237.870 | 0 | 0 | 0 | 0 | 237.870 |
| 5.04.01 | Aumentos de Capital | 287.171 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04.08 | Capital Social a integralizar | -49.301 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | -2.123 | 0 | -2.123 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | -2.123 | 0 | -2.123 |
| 5.07 | Saldos Finais | 311.820 | 0 | 0 | -26.846 | 0 | 284.974 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|-----------------|---------------------------|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| 5.07 | Saldos Finais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|--------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| | | Exercício | Anterior |
| | | 01/01/2011 à 31/03/2011 | 01/01/2010 à 31/03/2010 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -388 | 0 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -388 | 0 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | -388 | 0 |
| 7.04 | Retenções | -25 | 0 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -25 | 0 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | -413 | 0 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 206 | 0 |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 79 | 0 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 127 | 0 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | -207 | 0 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | -207 | 0 |
| 7.08.01 | Pessoal | 771 | 0 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 665 | 0 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 66 | 0 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 40 | 0 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 1.145 | 0 |
| 7.08.03.01 | Juros | 1.090 | 0 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 55 | 0 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | -2.123 | 0 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | -2.123 | 0 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2011 | Exercício Anterior 31/12/2010 |
|------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 1 | Ativo Total | 803.085 | 294.193 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 367.010 | 124.954 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 142.376 | 18.760 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 54.810 | 34.597 |
| 1.01.03.01 | Clientes | 52.981 | 32.968 |
| 1.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 1.829 | 1.629 |
| 1.01.03.02.01 | Fundo de Publicidade Administrado | 1.829 | 1.629 |
| 1.01.04 | Estoques | 140.185 | 58.885 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 3.934 | 4.949 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 3.934 | 4.949 |
| 1.01.06.01.01 | Créditos Tributários e Previdenciários | 3.934 | 4.949 |
| 1.01.07 | Despesas Antecipadas | 17.566 | 5.942 |
| 1.01.07.01 | Adiantamento a Fornecedores | 16.079 | 5.854 |
| 1.01.07.02 | Despesas Pagas Antecipadamente | 1.487 | 88 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 8.139 | 1.821 |
| 1.01.08.03 | Outros | 8.139 | 1.821 |
| 1.01.08.03.01 | Outros Créditos | 8.139 | 1.821 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 436.075 | 169.239 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 64.109 | 6.597 |
| 1.02.01.06 | Tributos Diferidos | 62.098 | 5.453 |
| 1.02.01.09 | Outros Ativos Não Circulantes | 2.011 | 1.144 |
| 1.02.01.09.03 | Outros Ativos | 2.011 | 1.144 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 38.750 | 19.666 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 38.750 | 19.666 |
| 1.02.04 | Intangível | 333.216 | 142.976 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 333.216 | 142.976 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2011 | Exercício Anterior 31/12/2010 |
|------------------------|---|---------------------------------------|--|
| 2 | Passivo Total | 803.085 | 294.193 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 315.004 | 174.569 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 24.572 | 10.441 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 24.572 | 10.441 |
| 2.01.01.02.01 | Obrigações Com Pessoal e Encargos Sociais | 24.572 | 10.441 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 112.712 | 58.598 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 112.712 | 58.598 |
| 2.01.03 | Obrigações Fiscais | 14.208 | 5.032 |
| 2.01.03.01 | Obrigações Fiscais Federais | 14.208 | 5.032 |
| 2.01.03.01.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar | 3.473 | 1.207 |
| 2.01.03.01.02 | Outros Impostos e Contribuições | 10.735 | 3.825 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 104.575 | 64.876 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 104.575 | 64.876 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 104.575 | 64.876 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 58.534 | 34.839 |
| 2.01.05.02 | Outros | 58.534 | 34.839 |
| 2.01.05.02.04 | Fundo de Publicidade Administrado | 1.829 | 1.629 |
| 2.01.05.02.05 | Demais Contas a Pagar | 53.780 | 15.204 |
| 2.01.05.02.06 | Contas a Pagar por Aquisição de Investimento | 2.925 | 18.006 |
| 2.01.06 | Provisões | 403 | 783 |
| 2.01.06.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 403 | 783 |
| 2.01.06.01.05 | Provisão para Demandas Judiciais | 403 | 783 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 87.241 | 13.366 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 12.785 | 11.224 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 12.785 | 11.224 |
| 2.02.01.01.01 | Em Moeda Nacional | 12.785 | 11.224 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 72.992 | 587 |
| 2.02.02.02 | Outros | 72.992 | 587 |
| 2.02.02.02.03 | Demais Contas a Pagar | 72.992 | 587 |
| 2.02.04 | Provisões | 1.464 | 1.555 |
| 2.02.04.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 1.464 | 1.555 |
| 2.02.04.01.05 | Provisões para Demandas Judiciais | 1.464 | 1.555 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido Consolidado | 400.840 | 106.258 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 311.820 | 73.950 |
| 2.03.01.01 | Capital Social | 361.121 | 73.950 |
| 2.03.01.02 | Capital Social a Integralizar por Acionistas | -49.301 | 0 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 58.491 | 0 |
| 2.03.02.07 | Reservas de Capital | 58.491 | 0 |
| 2.03.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | -26.846 | -24.723 |
| 2.03.09 | Participação dos Acionistas Não Controladores | 57.375 | 57.031 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|--------------------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | | Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011 | Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010 |
| 3.01 | Receita de Venda de Bens e/ou Serviços | 160.772 | 0 |
| 3.02 | Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | -105.801 | 0 |
| 3.03 | Resultado Bruto | 54.971 | 0 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -51.677 | 0 |
| 3.04.01 | Despesas com Vendas | -34.616 | 0 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -19.260 | 0 |
| 3.04.02.01 | Gerais e Administrativas | -14.766 | 0 |
| 3.04.02.02 | Depreciação e Amortização | -4.494 | 0 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 2.199 | 0 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 3.294 | 0 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -2.133 | 0 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 7.170 | 0 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -9.303 | 0 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 1.161 | 0 |
| 3.08 | Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | -2.852 | 0 |
| 3.08.01 | Corrente | -695 | 0 |
| 3.08.02 | Diferido | -2.157 | 0 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | -1.691 | 0 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo Consolidado do Período | -1.691 | 0 |
| 3.11.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | -2.123 | 0 |
| 3.11.02 | Atribuído a Sócios Não Controladores | 432 | 0 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | |
| 3.99.01.01 | ON | -0,15000 | 0,00000 |
| 3.99.02 | Lucro Diluído por Ação | | |
| 3.99.02.01 | ON | -0,15000 | 0,00000 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|-----------------|---|-------------------------|-------------------------------------|
| | | 01/01/2011 à 31/03/2011 | Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010 |
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 18.745 | 0 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | -50.200 | 0 |
| 6.01.01.01 | Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.161 | 0 |
| 6.01.01.02 | Depreciação e Amortização | 9.708 | 0 |
| 6.01.01.03 | Baixa de Imobilizado e Intangível | 2.533 | 0 |
| 6.01.01.04 | Juros Sobre Empréstimos e Financiamentos | -3.507 | 0 |
| 6.01.01.05 | Juros a Partes Relacionadas | -390 | 0 |
| 6.01.01.06 | Provisão para Demandas Judiciais | -471 | 0 |
| 6.01.01.07 | Impostos Diferidos | -58.802 | 0 |
| 6.01.01.08 | Participação de não Controladores | -432 | 0 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | 68.945 | 0 |
| 6.01.02.01 | Contas a Receber | -20.013 | 0 |
| 6.01.02.02 | Fundo de Publicidade Administrado | -200 | 0 |
| 6.01.02.03 | Estoques | -81.300 | 0 |
| 6.01.02.04 | Adiantamento a Fornecedores | -10.225 | 0 |
| 6.01.02.05 | Créditos Tributários e Previdenciários | 1.015 | 0 |
| 6.01.02.06 | Despesas Pagas Antecipadamente | -1.399 | 0 |
| 6.01.02.07 | Outros Créditos | -6.318 | 0 |
| 6.01.02.08 | Outros Ativos | -867 | 0 |
| 6.01.02.09 | Fornecedores | 54.114 | 0 |
| 6.01.02.10 | Fundo de Publicidade Administrado | 200 | 0 |
| 6.01.02.11 | Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.571 | 0 |
| 6.01.02.12 | Outros Impostos e Contribuições | 6.910 | 0 |
| 6.01.02.13 | Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais | 14.131 | 0 |
| 6.01.02.14 | Demais Contas a Pagar | 110.982 | 0 |
| 6.01.02.15 | Participação de não Controladores | 344 | 0 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | -178.156 | 0 |
| 6.02.01 | Aquisição de Imobilizado | -28.044 | 0 |
| 6.02.02 | Aquisições de Intangíveis | -193.522 | 0 |
| 6.02.03 | Aquisição de Participação | -15.081 | 0 |
| 6.02.04 | Reserva de Capital | 58.491 | 0 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 283.027 | 0 |
| 6.03.01 | Aumento de Capital | 237.870 | 0 |
| 6.03.02 | Captação de Empréstimos e Financiamentos | 105.613 | 0 |
| 6.03.03 | Pagamento de Empréstimos e Financiamentos | -59.630 | 0 |
| 6.03.04 | Captação de Empréstimos Partes Relacionadas | 2.400 | 0 |
| 6.03.05 | Pagamento de Empréstimos Partes Relacionadas | -3.226 | 0 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 123.616 | 0 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 18.760 | 1 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 142.376 | 1 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|-----------------|--|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 73.950 | 0 | 0 | -24.723 | 0 | 49.227 | 57.031 | 106.258 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 73.950 | 0 | 0 | -24.723 | 0 | 49.227 | 57.031 | 106.258 |
| 5.04 | Transações de Capital com os Sócios | 237.870 | 0 | 0 | 0 | 0 | 237.870 | 0 | 237.870 |
| 5.04.01 | Aumentos de Capital | 287.171 | 0 | 0 | 0 | 0 | 287.171 | 0 | 287.171 |
| 5.04.08 | Capital a Integralizar | -49.301 | 0 | 0 | 0 | 0 | -49.301 | 0 | -49.301 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | -2.123 | 0 | -2.123 | 432 | -1.691 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | -2.123 | 0 | -2.123 | 432 | -1.691 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 58.403 | 58.403 |
| 5.06.04 | Adição de não Controlador em Função de Combinação de Negócio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -88 | 0 |
| 5.06.06 | Reserva de Ágio por Incorporação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 58.491 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 311.820 | 0 | 0 | -26.846 | 0 | 284.974 | 115.866 | 400.840 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|-----------------|---------------------------|------------------------------|--|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 5.07 | Saldos Finais | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual | Acumulado do Exercício |
|-----------------|--|-------------------------|-------------------------------------|
| | | 01/01/2011 à 31/03/2011 | Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010 |
| 7.01 | Receitas | 173.265 | 0 |
| 7.01.01 | Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | 173.265 | 0 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -112.735 | 0 |
| 7.02.01 | Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos | -105.801 | 0 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -6.934 | 0 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 60.530 | 0 |
| 7.04 | Retenções | -4.494 | 0 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -4.494 | 0 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 56.036 | 0 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 7.302 | 0 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 7.170 | 0 |
| 7.06.03 | Outros | 132 | 0 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 63.338 | 0 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 63.338 | 0 |
| 7.08.01 | Pessoal | 29.523 | 0 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 25.993 | 0 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 2.266 | 0 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 1.264 | 0 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 20.485 | 0 |
| 7.08.02.01 | Federais | 10.786 | 0 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 9.574 | 0 |
| 7.08.02.03 | Municipais | 125 | 0 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 15.453 | 0 |
| 7.08.03.01 | Juros | 9.303 | 0 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 6.150 | 0 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | -2.123 | 0 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | -1.691 | 0 |
| 7.08.04.04 | Part. Não Controladores nos Lucros Retidos | -432 | 0 |

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

⊕ Visão Geral da Companhia

Somos atualmente a maior empresa do varejo farmacêutico no Brasil em números de lojas. Durante o ano de 2010 adquirimos três companhias: (i) Grupo Rosário Distrital, (ii) Grupo Guararapes, e (iii) Farmais. Nosso objetivo é atuar no setor de varejo farmacêutico via aquisições de redes de drogarias com posição de liderança regional, longo histórico de atuação e grande potencial de crescimento.

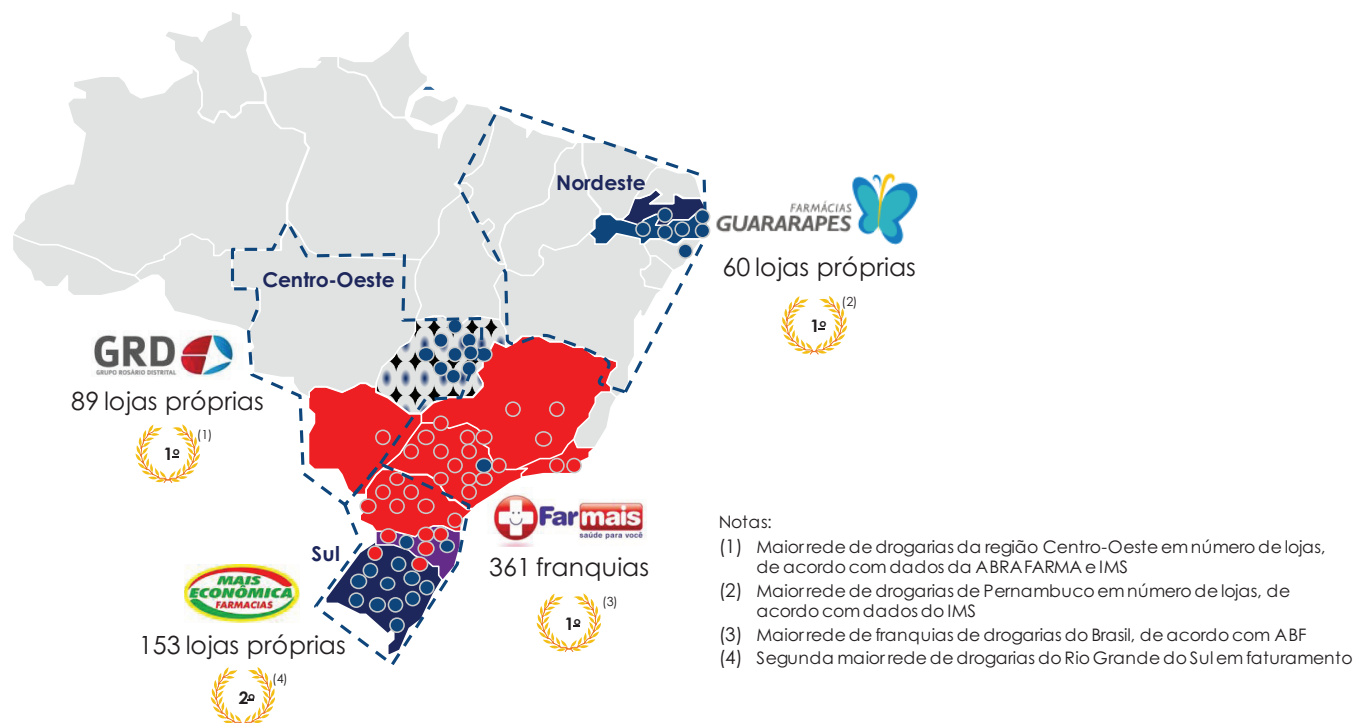
No primeiro trimestre de 2011 demos continuidade a nossa estratégia de aquisições tendo adquirido a rede Drogarias Mais Econômica S.A. Com essa transação iniciamos nossas operações próprias na região Sul do Brasil.

Dessa forma, nossas operações em 31 de março de 2011 eram divididas entre:

Operações Próprias: 302 lojas nas três regiões de atuação, sendo 89 lojas operando sob as bandeiras da Drogaria Rosário Distrital na região Centro-Oeste, 153 lojas operando sob a bandeira da Mais Econômica na região Sul, e 60 lojas sob as bandeiras da Farmácias Guararapes na região Nordeste; e

Rede de Franquias: 361 lojas operando exclusivamente sob a marca Farmais, concentradas majoritariamente na região Sudeste, sendo São Paulo o Estado mais representativo com aproximadamente 200 lojas.

Comentário do Desempenho



Nossas 663 lojas, divididas entre Operações Próprias e Rede de Franquias, nos colocam na liderança em número de lojas no setor de varejo farmacêutico brasileiro.

Durante primeiro trimestre de 2011, seguimos implementando nossa cultura em nossas Operações Próprias e em nossa Rede de Franquias com o objetivo de nos tornarmos a melhor rede de drogarias do país. Acreditamos ser muito importante difundir nossa cultura entre nossas operações para maximizar nosso desempenho.

Acreditamos que nossa cultura baseada em pessoas é nosso principal diferencial. Buscamos profissionais com atitude para fazer mais que nossos concorrentes, que tenham ética no que fazem, orgulho por pertencer à nossa empresa, foco em resultados e que valorizem a meritocracia.

O primeiro trimestre de 2011 foi marcado pela continuidade de implementação de nossos três pilares: (i) crescimento orgânico e via aquisições; (ii) eficiência operacional; e (iii) diferenciação de nossos competidores.

Entre as iniciativas desenvolvidas ao longo do primeiro trimestre de 2011, podemos destacar: (a) a aquisição da rede Drogarias Mais Econômica S.A., vice líder em faturamento na Região Sul, com 153 lojas; (b) a aquisição de 8 pontos comerciais em Cuiabá, marcando a entrada da Drogaria Rosário Distrital no Estado do Mato Grosso; (c) início do processo de escolha da empresa de consultoria que

Comentário do Desempenho

nos ajudará na implementação de nosso Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), buscando eficiência operacional; e (d) remodelamos e lançamos nossos produtos de marca própria Farmais.

+ Mercado em 2011

O momento positivo da economia brasileira, que tem contribuído para um ambiente de negócios favorável do país, também teve reflexos no setor de varejo farmacêutico. O sucesso do IPO de Raia S.A. aumentou a visibilidade do setor, que continua a atrair interesse de investidores nacionais e internacionais. A aquisição da Drogaria Mais Econômica efetuada por nós também colaborou para a alteração da dinâmica do setor, acelerando o processo de consolidação e gerando oportunidades de negócios. Essas oportunidades têm surgido especialmente por parte de redes de porte médio e atuação regional que compreendem a inexorabilidade desse processo e vem buscando alternativas de sobrevivência.

A dinâmica do setor, no entanto, tem sido influenciada não somente pelas movimentações de seus *players*, mas também por efeitos de regulamentação e setores correlatos, entre os quais podemos citar a quebra de patente de alguns medicamentos *blockbuster* e a consolidação no setor industrial farmacêutico. A quebra da patente de medicamentos de marca como DiovanLipitor e Viagra, que estão entre os mais vendidos do país, tem impacto importante no setor de medicamentos genéricos e seus efeitos já começam a ser sentidos no varejo. Outro evento importante ocorrido no final de 2010, a aquisição da Mantecorp pela Hypermarcas, não só evidencia a consolidação entre nossos fornecedores como também demonstra o potencial de crescimento do setor de medicamentos no Brasil.

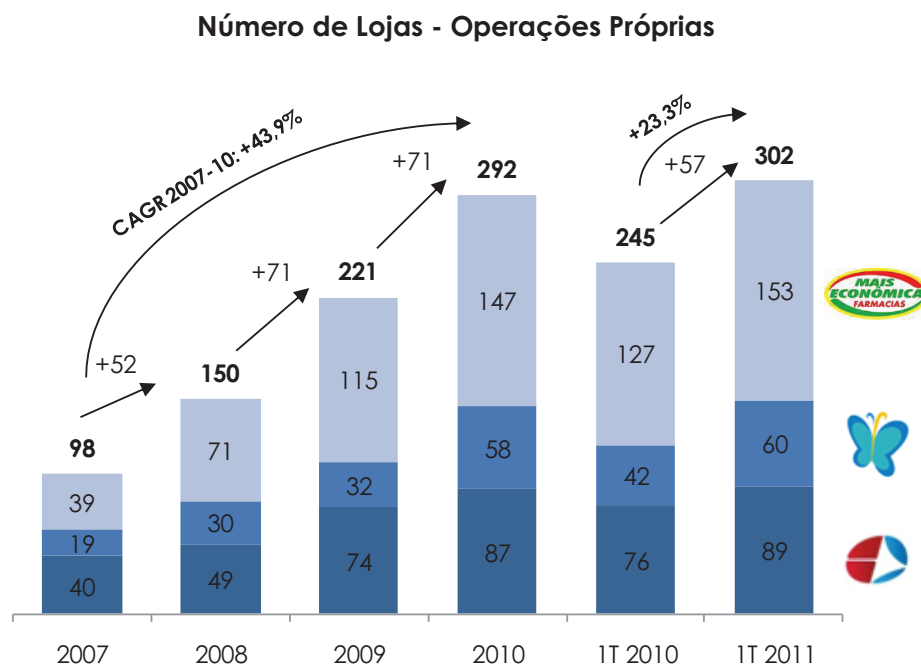
Além disso, acreditamos que os fatores que geraram o crescimento médio de 12,4% a.a. no período de 1996 a 2010 continuarão impactando positivamente no ano de 2011, entre os quais podemos destacar: (i) aumento de renda per capita, inserindo milhões de consumidores no mercado; (ii) envelhecimento da população brasileira, acarretando aumento do consumo per capita de medicamentos; e (iii) aumento do consumo de medicamentos genéricos. Esses fatores, combinados com o processo de formalização tributária, regulatória e operacional, deverão atrair capital para investimentos de longo prazo, suportar o crescimento do mercado nos patamares apresentados nos últimos anos e fortalecer o processo de consolidação do setor.

+ Expansão da Rede e Crescimento

Nossas Operações Próprias inauguraram no primeiro trimestre de 2011 um total de 10 lojas. Encerramos o primeiro trimestre de 2011 com um total de 302 lojas, sendo 60 na região Nordeste, 89

Comentário do Desempenho

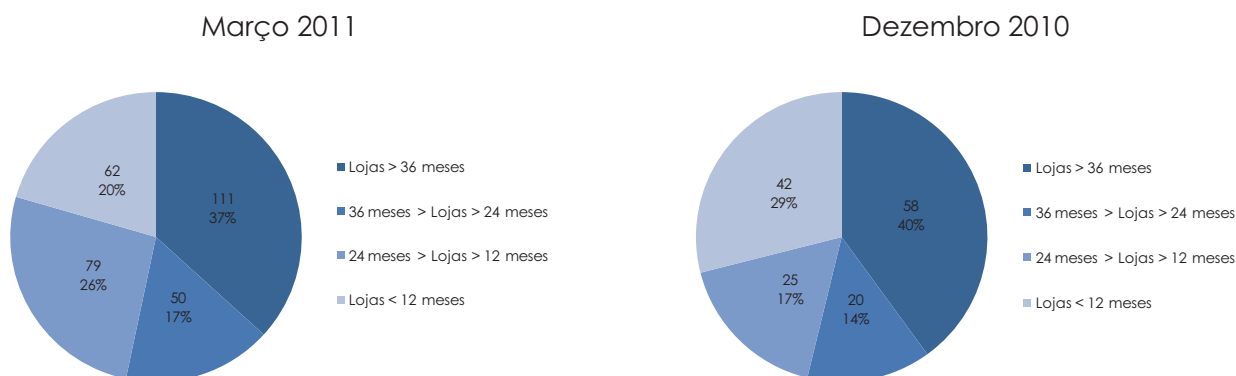
na região Centro-Oeste, 153 na região Sul e 361 franquias nas demais regiões. O gráfico abaixo apresenta o crescimento histórico de nossas Operações Próprias, em número de lojas, nos últimos três anos, período no qual ainda não havíamos feito nossos investimentos, e o primeiro trimestre de 2011, comparado a 2010:



Do total de 302 lojas próprias que encerramos o primeiro trimestre de 2011, 141 lojas, ou 46,7% da base de lojas, tinham menos que 24 meses de idade e 191, ou 63,2% da base, tinham menos que 36 meses. Em dezembro de 2010 46,2% da base de lojas possuía menos de 24 meses e 60,0% possuía menos de 36 meses. Isso se deve ao forte ritmo de abertura de lojas das Operações Próprias, onde desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de março de 2011 foram abertas 10 novas lojas em diferentes regiões do País.

Comentário do Desempenho

Distribuição de Lojas por Idade



A abertura das 10 lojas no primeiro trimestre, combinada com pontos comerciais já adquiridos e em fase de abertura, está em linha com nosso plano de expansão e investimentos, que prevê mais de R\$35 milhões de investimentos ao longo do ano distribuídos entre expansão, atualização de sistemas, melhoria de contínua da estrutura logística e início da implantação de nosso Centro de Serviços Compartilhados.

Capitalização e Desempenho Financeiro

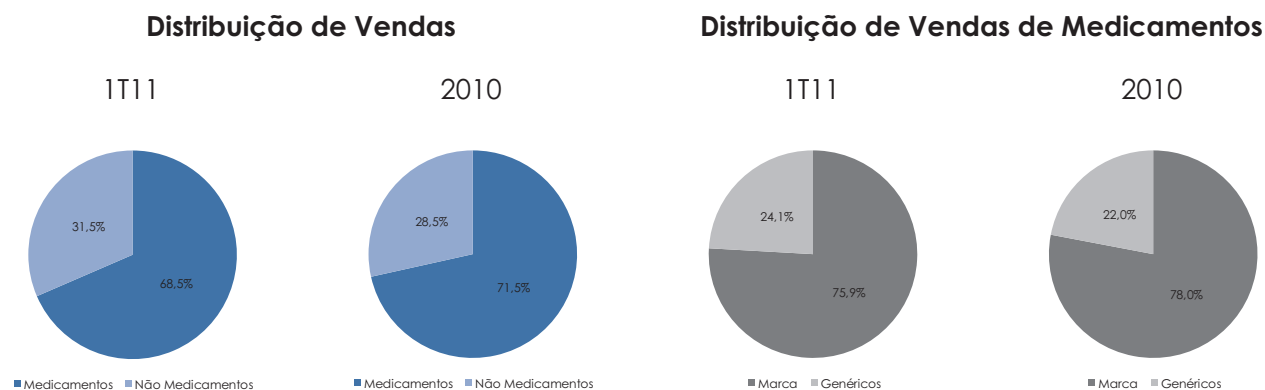
Durante o primeiro trimestre de 2011 nosso acionista controlador efetuou capitalização no montante de R\$287,2 milhões. Esse capital foi utilizado no investimento para aquisição da participação na rede Drograria Mais Econômica, além de aumento de nosso capital de giro. Essa aquisição foi financiada via capital próprio e parcelamento junto ao sócio fundador, sendo maior parte dos recursos investidos aportada diretamente na operação adquirida, via capital primário. O sócio fundador permaneceu na companhia, como sócio e executivo responsável pelo dia-a-dia das operações e expansão das atividades da Mais Econômica, enquanto a Brazil Pharma contribui com expertise estratégica e financeira, estruturação e eficiência administrativa e, principalmente, cultura meritocrática de foco em resultados.

Encerramos o primeiro trimestre de 2011 com R\$173,3 milhões de Receita Bruta consolidada, considerando apenas o período pós-investimento da Drograria Mais Econômica. Nossas Operações Próprias e nossa Rede de Franquias representaram, respectivamente, aproximadamente 97,2% e 2,8% do faturamento total da Companhia no período.

Nossas vendas estão distribuídas, por tipo de produto, entre Medicamentos e Não-Medicamentos, categoria que inclui produtos de higiene pessoal, cosméticos, primeiros-socorros e conveniência, entre outros. Dentro da venda de Medicamentos, os Medicamentos Genéricos tem

Comentário do Desempenho

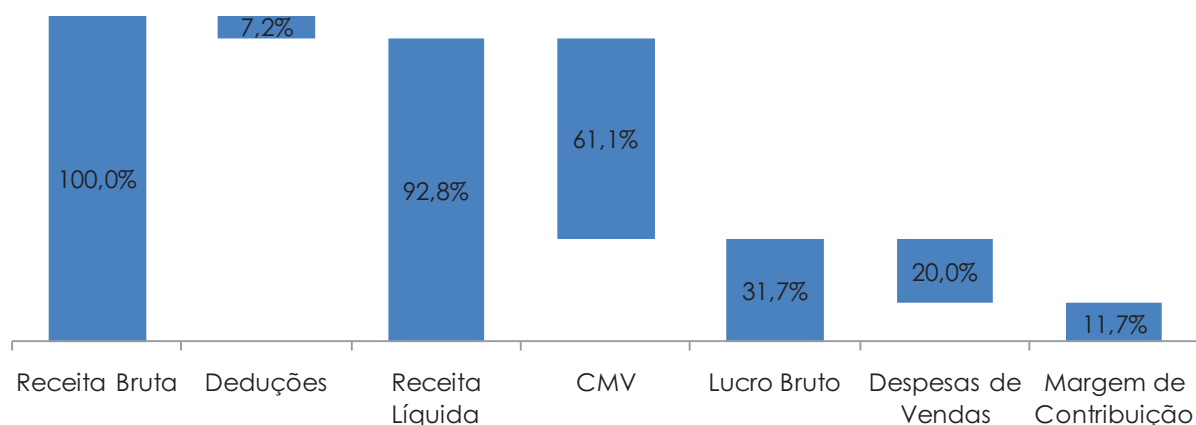
representatividade acima da média do setor, o que consideramos uma vantagem competitiva. Acreditamos que o aumento do consumo de Medicamentos Genéricos deverá reduzir o gasto com medicamentos de nossos clientes, aumentando a acessibilidade aos nossos produtos.



Pudemos observar uma expansão no mix de não medicamentos, que saiu de 28,5% em dezembro de 2010 para 31,5% em março de 2011. Também tivemos uma expansão da participação de genéricos no nosso mix de medicamentos, saindo de 22,0% em 2010 para 24,1% em 2011. Ambos os movimentos resultam do nosso foco nesses segmentos. Acreditamos que esta tendência deverá continuar ao longo dos próximos trimestres.

No mesmo período, contabilizamos um Lucro Bruto de R\$55,0 milhões, o equivalente a uma margem de 31,7% sobre a Receita Bruta. Apresentamos Despesas de Vendas de R\$34,6 milhões, resultando em uma Margem de Contribuição de R\$20,4 milhões, equivalente a 11,7% da Receita Bruta.

Análise Vertical – Margem de Contribuição



Comentário do Desempenho

No período de consolidação, as Despesas Gerais e Administrativas representaram R\$14,8 milhões, equivalente a 8,5% da Receita Bruta e as Outras Receitas/Despesas Operacionais contribuíram positivamente com R\$2,2 milhões para o nosso resultado. Atingimos um EBITDA consolidado de R\$7,8 milhões no período, representando uma margem de 4,5% sobre a Receita Bruta.

Ainda no mesmo período, registramos um Prejuízo Líquido de R\$2,2 milhões, resultado que reflete Resultado Financeiro negativo de R\$2,1 milhões e Despesas de Depreciação e Amortização de R\$4,5 milhões.

+ Perspectivas Futuras

Continuaremos apoiando nosso desenvolvimento em três pilares: (i) crescimento orgânico e via aquisições; (ii) eficiência operacional; e (iii) diferenciação de nossos competidores.

Nosso programa de investimentos para 2011 inclui aproximadamente R\$35 milhões a serem investidos na abertura de lojas, atualização de sistemas e na melhoria contínua de nossa estrutura logística. Nosso plano de expansão prevê a abertura de 75 lojas até o final de 2011, das quais 10 já foram abertas no primeiro trimestre de 2011, além de outros pontos comerciais com os quais já temos contratos assinados, apesar de ainda não terem sido abertos. Além disso, continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, focando inicialmente na aceleração do crescimento de nossas Operações Próprias, bem como na aquisição de redes que possam atuar como novas plataformas de nossas Operações Próprias.

Continuaremos buscando oportunidades de aumento de eficiência operacional através da integração de nossas operações, ganhos de escala, otimização de processos, disseminação de melhores práticas, controle de custos e despesas entre outras ferramentas. Em especial, pretendemos iniciar o desenvolvimento e implementação de nosso Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), que deverá concentrar todos os processos de suporte (financeiro, contábil, recursos humanos, informática e telecomunicações etc.) a nossas operações comerciais. Continuaremos também a buscar e a desenvolver novos produtos e serviços para nossos clientes, visando sua fidelização e a melhoria da experiência de compra dos mesmos, e o aumento da rentabilidade de nossas operações.

Comentário do Desempenho

+ Recursos Humanos

Em março de 2011 contávamos com um total de 7.996 funcionários, entre os colaboradores de nossas Operações Próprias, da Farmais e da Brazil Pharma, distribuídos da seguinte forma:

| Número de empregados | Últimas Informações contábeis 31/03/2011 | Exercício Social encerrado em 2010¹ |
|-----------------------------------|---|---|
| Por Localização Geográfica | | |
| Nordeste | 1.005 | 949 |
| Alagoas | 63 | 58 |
| Paraíba | 40 | 44 |
| Pernambuco | 902 | 847 |
| Centro-Oeste | 1.861 | 1.568 |
| Distrito Federal | 1.809 | 1.537 |
| Goiás | 52 | 31 |
| Mato Grosso do Sul | - | - |
| Sudeste | 90 | 93 |
| Minas Gerais | - | - |
| Rio de Janeiro | - | - |
| São Paulo | 90 | 93 |
| Sul | 5.040 | - |
| Paraná | - | - |
| Rio Grande do Sul | 4.977 | - |
| Santa Catarina | 63 | - |
| Total de Empregados | 7.996 | 2.610 |

¹ Pro-forma, inclui também os funcionários da Mais Econômica

Comentário do Desempenho

Acreditamos que nossos colaboradores são nosso principal diferencial competitivo. Buscamos profissionais com atitude para fazer mais que nossos concorrentes, que tenham ética no que fazem, orgulho por pertencer a nossa empresa, foco em resultados e que valorizem a meritocracia.

Nossa política de remuneração busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais. Dessa forma, além de remunerar nossos colaboradores através de salário mensal alinhado aos níveis de mercado, implementamos em 2010 um programa de participações nos resultados (PLR) contemplando, primeiramente os nossos funcionários e a estrutura administrativa da Farmais, na forma da Lei 10.101/2000.

Nossos profissionais, tanto na Companhia quanto nas nossas subsidiárias, contam com vale-transporte, auxílio-refeição e/ou alimentação, subsídio total ou parcial de assistência médica, odontológica e farmacêutica, seguro de vida em grupo, além de convênios para a realização de exames e para a obtenção de medicamentos gratuitos.

Adicionalmente, oferecemos para uma parcela de nossos funcionários assistência educacional, ou seja, oferecemos bolsas de estudo e descontos em faculdades conveniadas para os cursos de graduação e extensão. Desde a criação do programa de assistência educacional, em 2009, 47 colaboradores foram beneficiados, sendo que 16 funcionários já concluíram os respectivos cursos. Por se tratar de uma de nossas boas práticas de recursos humanos, pretendemos replicar este programa em todas as nossas investidas.

Além disso, oferecemos programas de capacitação, treinamento e oportunidades de desenvolvimento na carreira. À medida que o sistema de nossas subsidiárias é integrado ao nosso, estamos difundindo o nosso programa de de treinamento para os seus empregados com o objetivo de capacitar nossos colaboradores e reforçar ainda mais nossa cultura baseada em meritocracia.

+ Meio ambiente

A responsabilidade ambiental apresenta-se como uma preocupação constante e relevante para nós. Possuímos valores alinhados à sustentabilidade ambiental, que procuramos imprimir no desenvolvimento de nossas atividades e também na filosofia de nossos colaboradores.

Comentário do Desempenho

Desenvolver e conservar são premissas de nossa responsabilidade ambiental. Acreditamos que práticas corporativas e nossos princípios e valores devam ser replicados com este objetivo. Desta forma, nos preocupamos em ampliar cada vez mais o uso de fontes renováveis de energia e na sistematização de informações para nos ajudar a tomar decisões estratégicas e a reduzir riscos. Ademais, desejamos ir além da minimização de impactos naturais nos locais em que atuamos, contribuindo voluntariamente e a partir de parcerias para participar ativamente de programas de promoção da sustentabilidade e manutenção ambiental.

Desta forma, incentivamos nossos administradores e Sócios-Fundadores, bem como toda a cadeia de franqueados, a adotar medidas pró-ambientais, em alinhamento com nossos valores. Em paralelo, avaliamos constantemente a adoção e o desenvolvimento de novas práticas para contribuir com a preservação e manutenção do Meio Ambiente, seja para atender a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, seja para maximizar nossas políticas ambientais.

⊕ Instrução CVM Nº 381/03

Em atendimento a instrução CVM nº 381/03, a companhia Brazil Pharma informa que não houve contratação de outros serviços da Ernst & Young Terco Auditores independentes S/S que não fossem relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2011.

⊕ Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança, aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, aos nossos fornecedores pela parceria e apoio, e aos nossos acionistas pelo suporte e formação de nossa cultura.

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Brazil Pharma S.A. (a seguir designada como “Controladora”, “Brazil Pharma”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Brazil Pharma foi criada em 2009 pela área de Merchant Banking do Banco BTG Pactual para atuar no varejo farmacêutico, via aquisições de redes líderes regionalmente, com longo histórico de atuação e grande capacidade de crescimento.

No primeiro trimestre do ano de 2011 a Brazil Pharma adquiriu participação em mais uma companhia; a rede Mais Econômica, situada em Canoas, região da Grande Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. A Mais Econômica é a segunda maior rede do varejo farmacêutico da região sul do Brasil, em linha com a estratégia da Brazil Pharma de adquirir participação nas maiores de redes de varejo farmacêutico de cada região do país.

Dessa forma nossas operações em 31 de março de 2011 ficaram divididas em:

- (i) Operações próprias: nossas rede somavam 302 lojas nas três regiões de atuação, sendo 89 sob a bandeira Drogaria Rosário Distrital, 60 lojas sob as bandeiras Farmácias Guararapes e 153 sob a bandeira Mais Econômica; e
- (ii) Rede de franquias: operam exclusivamente sob a marca Farmais com 361 lojas, majoritariamente concentrada na região sudeste, sendo São Paulo o estado mais representativo com aproximadamente 200 lojas.

A operação que efetuamos envolvendo combinações de negócios estão descritas na Nota 4.

Nosso acionista controlador optou por suportar nossas aquisições via capital próprio e parcelamento junto aos próprios sócios fundadores. A maior parte dos valores investidos por nós foi aportada nas próprias operações adquiridas, via capital primário. Os sócios fundadores permanecem na sociedade, como sócios e executivos responsáveis pela expansão das atividades das companhias, por sua vez a Brazil Pharma traz o expertise financeiro, estruturação administrativa e cultura meritocrática de resultado.

Em 31 de março de 2011, a Brazil Pharma apresentava uma dívida no valor de R\$ 12.320 milhões, valor renascente dos empréstimos tomados para suportar nossas operações e aquisições. Essas linhas de crédito foram liquidadas no mês de abril 2011 através do aporte recebido de nossos acionistas no valor de R\$ 287.171. Tal aporte teve como objetivo sustentar nossa estratégia de crescimento via aquisições, com o pagamento de aquisições efetuadas em 2010 e a aquisição da rede de drogarias Mais Econômica em 2011, conforme Nota 4.

Continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, pois acreditamos que o mercado farmacêutico no Brasil é fragmentado nacionalmente, mas concentrado do ponto de vista Estadual. Tais oportunidades continuarão sendo suportadas por nossos acionistas e/ou pelos sócios das operações adquiridas.

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 28 de abril de 2011.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 3, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis mais relevantes, utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Brazil Pharma S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| Razão social | Localização | % participação – 31/3/2011 | |
|--|-------------------|----------------------------|----------|
| | | Direta | Indireta |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| Drogaria Amarilis S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. | São Paulo | 100,00 | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | Pernambuco | 88,13 | |
| Drogaria Rosário S.A. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Drogaria Nova Distrital Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Drogaria Distrital Lago Ltda. | Distrito Federal | | 43,66 |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | Distrito Federal | 43,66 | |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmácia Farmação Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmácia Guararapes Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Meridional Medicamentos Ltda. | Pernambuco | | 66,78 |
| Farmais Franchising Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Drogarias Farmais Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Farmais Administradora de Convênios Ltda. | São Paulo | | 100,00 |
| Comercial Farmais Ltda. | São Paulo | 100,00 | |
| Mais Econômica | Rio Grande do Sul | 60,00 | |

A Brazil Pharma é proprietária de 43,66% do patrimônio das empresas Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda e Drogaria Rosário S.A., que por sua vez é proprietária das empresas Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda, Drogaria Nova Distrital Ltda, Drogaria Distrital Lago Ltda. A Brazil Pharma é considerada controladora dessas empresas, uma vez que ela aprova todas as principais decisões operacionais, além de ter o controle sobre todas as decisões financeiras, dessa forma, a administração determinou que as demonstrações financeiras dessas empresas fossem consolidadas.

Os resultados das controladas diretas ou indiretas durante o exercício encerrado em 31 de março de 2011 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação.

Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. As transações entre as empresas foram eliminadas na consolidação. As transações entre controladora e as empresas controladas diretas e indiretas são realizadas em condições de mercado.

Em 31 de março de 2010 a Companhia não possuía participação em nenhuma entidade.

2. Políticas Contábeis -- Continuação

2.2 Combinações de negócios

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas, de acordo com o CPC 38, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas domiciliadas no Brasil é o Real ("R\$"), mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.4. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia e suas controladas diretas ou indiretas auferem receita de venda produtos (medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos) e receita de *royalties*.

2.4.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.4.2. Receita com *royalties*

As receitas com *royalties* são, basicamente, as receitas da controlada Farmais Franchising Ltda, que administra a rede de franquias Farmais. Essas receitas são reconhecidas de acordo com a vigência dos contratos com os franqueados.

2.5. Impostos**2.5.1. Impostos sobre vendas**

As receitas de vendas de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) 2% e 5%; e
- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.5.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60 no trimestre (R\$ 240 no exercício), enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensações são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.5. Impostos -- Continuação**

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2.5.3. Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.6. Benefícios a funcionários

São reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

2.7 Instrumentos financeiros**2.7.1 Classificação e mensuração**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.7 Instrumentos financeiros – Continuação****2.7.2. Mensuração subsequente**

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

(b) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.7 Instrumentos financeiros -- Continuação****2.7.3. Hierarquia de valor justo**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sem observáveis, direta ou indiretamente

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalente de caixa são classificados dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base nos extratos dos bancos que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares. A Companhia não possui ativos ou passivos classificados nos Níveis 1 e 3 acima mencionados, sendo que apenas as aplicações financeiras representam os instrumentos passíveis de mensuração pelo valor justo em 31 de março de 2011.

2.7.4. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimento ou outros fins. O Grupo Brazil Pharma considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e quando não há risco de redução em seu valor de liquidação se realizado antes do prazo de vencimento.

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.10. Contas a receber**

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.11. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas de mercadorias.

2.12. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

A Brazil Pharma optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à atividade operacional; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens e v) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.13. Ativos intangíveis***(i) Ágios nas aquisições de empresas*

Os ágios gerados nas aquisições de empresas ao longo do ano de 2011 estão fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras, e serão testados uma vez ao ano, em dezembro, de acordo com as práticas contábeis.

(ii) Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 12, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação.

(iii) Licenças de uso de software

Licenças de programas de computador são demonstrados pelo valor de custo de aquisição de amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros****2.14.1. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14.2. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Custos de empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.16. Provisões**2.16.1. Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, quando for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.16.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Políticas Contábeis -- Continuação**2.17. Prejuízo por ação**

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado por lote de mil ações ordinárias totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41..

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.19. Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões, neste conceito, não estão sendo apresentadas informações por segmento.

2.20 Aprimoramento das notas explicativas das demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Estas demonstrações financeiras tiveram suas notas explicativas complementadas em relação às arquivadas em 29 de abril de 2011 na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) quando do protocolo de pedido de registro inicial de companhia aberta, com o objetivo de atender às orientações da CVM, conforme Ofício/CVM/SER/SEP/Nº 073/2011 de 3 de junho de 2011. As notas explicativas aprimoradas foram as notas 4, 12, 29 e 32. Adicionalmente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa também sofreram alterações para uma melhor apresentação. A autorização para reapresentação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 4 de junho de 2011.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**3.1. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação**3.2. Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

(a) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(b) Impostos

As estimativas e premissas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas de mercado, financeiras e de negócios. Dessa forma, essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Brazil Pharma S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

4. Combinações de negócios

Para o primeiro trimestre de 2011 a Companhia realizou combinação de negócio da empresa Mais Econômica, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Empresa | Região | Data de aquisição | Participação societária adquirida | Valor da operação | Alocação ágio/compra vantajosa |
|----------------|--------|-------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Mais Econômica | Sul | 31.03.2011 | 60,00% | 170.000 | 179.859 |

Em 31 de março de 2011, a Companhia celebrou contrato de aquisição de 60% da Mais Econômica. A Mais Econômica é uma Companhia de capital fechado, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabem no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Nas demonstrações consolidadas de resultado encerradas em 31 de março de 2011, foram incluídas na rubrica de receita líquida de vendas, o montante de R\$ 35.143 referente ao mês de março de 2011. O resultado líquido da Mais Econômica no mesmo período foi de R\$ 2.850.

A receita e o resultado combinado da Companhia, como se a data da aquisição da Drogaria Mais Economica S.A. fosse o início do período de reporte atual são, respectivamente, R\$ 239.715 (não auditado) e um prejuízo de R\$ 23.855 (não auditado).

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Mais Econômica na data da aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor justo reconhecido na aquisição |
|---|---|
| Ativos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.764 |
| Contas a receber de clientes | 19.932 |
| Estoques | 54.117 |
| Imobilizado | 15.491 |
| Intangível | 2.064 |
| Outros ativos | 4.925 |
| | <u>98.293</u> |
| Passivos | |
| Contas a pagar a fornecedores | 51.326 |
| Empréstimos | 55.636 |
| Outros passivos | 27.763 |
| | <u>134.725</u> |
| Total dos ativos identificáveis líquidos | (36.432) |
| Participação de não controladores mensurada a valor justo | 6.573 |
| | <u>20.000</u> |
| Subscrição de novas ações | 20.000 |
| Ágio na aquisição | 179.859 |
| Total da contraprestação | 170.000 |

4. Combinações de negócios -- Continuação

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$ 19.932 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

Todos os ativos adquiridos e todos passivos assumidos foram corretamente identificados e não houve compra vantajosa. O ágio pago de R\$ 179.859 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Há expectativa de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|--------------|----------------|---------------|
| | 31/03/11 | 31/12/10 | 31/03/11 | 31/12/10 |
| Caixa e bancos | 199 | 1.190 | 3.138 | 4.570 |
| Aplicações financeiras (CDB) | 2.569 | 4 | 139.238 | 14.190 |
| | <u>2.768</u> | <u>1.194</u> | <u>142.376</u> | <u>18.760</u> |

As aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização e foram emitidos por bancos de primeira linha, a aplicação tem liquidez diária e não possui cláusulas restritivas para resgate sendo considerada portanto um equivalente de caixa.

6. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|---------------|---------------|
| | 31/03/11 | 31/12/10 | 31/03/11 | 31/12/10 |
| Contas a receber | - | - | - | - |
| A Vencer | - | - | 52.850 | 32.575 |
| Vencidas | - | - | - | - |
| Entre 1 e 90 dias | - | - | 126 | 345 |
| Entre 91 e 180 dias | - | - | 119 | 235 |
| A mais de 180 dias | - | - | - | - |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (114) | (187) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>52.981</u> | <u>32.968</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

7. Fundo de publicidade administrado

O Fundo de publicidade ou de propaganda e marketing é o veículo criado pela controlada Farmais Franchising para o qual os franqueados da rede são contratualmente obrigados a contribuir periodicamente com uma quantia destinada para o desenvolvimento das políticas e ações de marketing e publicidade em benefício da marca, produtos e/ou serviços da franqueadora.

Dessa forma, o Fundo de Publicidade refere-se a verba angariada entre todos os membros da rede de franquias, e que é administrada pela franqueadora com competência meramente consultiva. Isso porque, apesar do caráter cooperado do fundo, as decisões relacionadas às políticas de marketing, publicidade e promoção da rede continuam sendo tomadas, ao final, pela franqueadora.

Logo, os valores arrecadados para constituição desse fundo não se referem a nenhum tipo de remuneração da empresa franqueadora nem de receita dela, não devendo ser visto como uma fonte de lucro do franqueador, o qual tem apenas a função não remunerada de geri-lo, logo não deve sofrer qualquer tipo de tributação. O saldo do fundo de publicidade em 31 de março de 2011 é R\$ 1.829 (R\$ 1.629 em 31 de dezembro de 2010), registrado em contas de ativo e passivo da Companhia.

8. Estoques

| | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Mercadorias para revenda (ao custo ou ao valor realizável líquido) | 140.185 | 60.220 |
| Provisão para perdas com mercadorias | - | (1.335) |
| Total dos estoques ao custo ou ao valor realizável, dos dois o menor | 140.185 | 58.885 |

9. Créditos tributários e previdenciários

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| IRRF - Imposto de renda retido na fonte | 226 | 219 | 354 | 321 |
| PIS - Programa de integração social | - | - | 178 | 170 |
| COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social | - | - | 787 | 782 |
| INSS - Instituto nacional da seguridade social | - | - | 21 | 181 |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias | - | - | 1.846 | 1.597 |
| IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica | - | - | 534 | 1.400 |
| CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido | - | - | 214 | 498 |
| Total | 226 | 219 | 3.934 | 4.949 |

10. Investimentos

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

| | % - Participação da Companhia no capital social votante | Saldo de investimentos em 31 de março de 2011 | Resultado de equivalência patrimonial do período findo em 31 de março de 2011 |
|--|--|--|--|
| Em 31 de março de 2011: | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. ⁽¹⁾ | 100,00 | 52.749 | 1.093 |
| Drogaria Amarilis S.A. | 100,00 | - | (66) |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. ⁽²⁾ | 100,00 | 44.139 | (396) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 88,13 | (1.326) | (2.955) |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | 43,66 | 3.610 | 239 |
| Farmais Franchising Ltda. | 100,00 | 1.648 | 502 |
| Drogarias Farmais Ltda. | 100,00 | 149 | (101) |
| Mais Econômica S.A. ⁽³⁾ | 60,00 | (8.127) | 1.710 |
| Comercial Farmais | 100,00 | 69 | 52 |
| | | 92.911 | 78 |

(1) Controladora do Grupo Rosário.

(2) Controladora do Grupo Guararapes.

(3) Controladora da Mais Econômica

| | % - Participação da Companhia no capital social votante | Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2010 | Resultado de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 |
|--|--|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2010: | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. ⁽¹⁾ | 100,00 | 41.542 | (2.840) |
| Drogaria Amarilis S.A. | 100,00 | 60 | (400) |
| BRPG Alpha Administração e Participações S.A. ⁽²⁾ | 100,00 | 44.397 | (1.863) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 88,13 | 1.629 | (8.222) |
| Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | 43,66 | 3.369 | 1.551 |
| Farmais Franchising Ltda. | 100,00 | 1.067 | (286) |
| Drogarias Farmais Ltda. | 100,00 | 250 | (67) |
| | | 92.314 | (12.127) |

(1) Controladora do Grupo Rosário.

(2) Controladora do Grupo Guararapes.

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado (Consolidado)

| | Terrenos e edificações próprios | Móveis, utensílios e instalações | Equipamentos de informática | Outros Imobilizados | Total |
|---|---------------------------------------|--|--------------------------------|------------------------|-----------------|
| Custo ou avaliação: | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisições de controlada | 690 | 9.787 | 3.610 | 5.410 | 19.497 |
| Adições | - | 3.035 | 1.236 | 2.634 | 6.905 |
| Alienações | (690) | (40) | (6) | (1.037) | (1.773) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | 12.782 | 4.840 | 7.007 | 24.629 |
| Aquisições de controlada | 60 | 7.612 | 5.844 | 9.605 | 23.121 |
| Adições | - | 945 | 606 | 3.434 | 4.985 |
| Alienações | - | (81) | (8) | (931) | (1.020) |
| Em 31 de março de 2011 | 60 | 21.258 | 11.282 | 19.115 | 51.715 |
| Depreciação: | | | | | |
| Taxas anuais médias de depreciação (%) | | 10 | 21,2 | 10 | - |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | (2.052) | (804) | (1.373) | (4.229) |
| Despesa de depreciação no exercício (i) | - | (293) | (314) | (205) | (812) |
| Alienação | - | 5 | - | 73 | 78 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (2.340) | (1.118) | (1.505) | (4.963) |
| Aquisição de controlada | (15) | (1.484) | (2.862) | (2.713) | (7.074) |
| Despesa de depreciação no exercício (i) | (1) | (327) | (375) | (540) | (1.243) |
| Alienações | - | 4 | 1 | 310 | 315 |
| Em 31 de março de 2011 | (16) | (4.147) | (4.354) | (4.448) | (12.965) |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | 10.442 | 3.722 | 5.502 | 19.666 |
| Em 31 de março de 2011 | 44 | 17.111 | 6.928 | 14.667 | 38.750 |

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

12. Intangível (Consolidado)

| | Ágio na aquisição de empresa (i) | Licenças de uso de Software (ii) | Fundo de Comércio (ii) | Outros intangíveis | Total |
|--|----------------------------------|----------------------------------|------------------------|--------------------|-----------------|
| Custo: | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | 77.757 | 1.694 | 37.866 | - | 117.317 |
| Adições | 21.197 | 839 | 15.680 | 4 | 37.720 |
| Alienações | - | (778) | - | - | (778) |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 98.954 | 1.755 | 53.546 | 4 | 154.259 |
| Em 01 de Janeiro de 2011 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | 31 | 162 | 4.386 | 11 | 4.590 |
| Adições | 179.859 | 904 | 8.168 | - | 188.931 |
| Alienações | - | (30) | - | - | (30) |
| Em 31 de março de 2011 | 278.844 | 2.791 | 66.100 | 15 | 347.750 |
| Amortização: | | | | | |
| Taxas anuais de amortização (%) | | 20 | 20 | 20 | |
| Em 1º de janeiro de 2010 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | (751) | (5.666) | - | (6.417) |
| Amortização (ii) | - | (137) | (4.820) | - | (4.957) |
| Alienações | - | 91 | - | - | 91 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | - | (797) | (10.486) | - | (11.283) |
| Em 01 de Janeiro de 2011 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de controlada | - | - | - | - | - |
| Amortização (ii) | - | (45) | (3.206) | - | (3.251) |
| Alienações | - | - | - | - | - |
| Em 31 de março de 2011 | - | (842) | (13.692) | - | (14.534) |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 98.954 | 958 | 43.060 | 4 | 142.976 |
| Em 31 de março de 2011 | 278.844 | 1.949 | 52.408 | 15 | 333.216 |

- (i) O ágio na aquisição de empresa, apurado após as alocações aos ativos e passivos adquiridos, apresenta vida útil indefinida e não é amortizado, mas sim submetido a teste anual de impairment ou antes disso caso exista alguma evidência de perda de valor.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis estão classificadas na rubrica de despesas com depreciação e amortização na demonstração do resultado.

Em 31 de março de 2011 e 2010 a Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente e não foram apuradas perdas nos valores recuperáveis dos ativos intangíveis.

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

13. Fornecedores

O saldo de fornecedores no total de R\$ 112.712 milhões corresponde, basicamente, ao saldo de contas a pagar à fornecedores de mercadoria para revenda.

14. Empréstimos e financiamentos

| | Taxa de juros efetiva % a.m. | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimo com o Banco Pine | 0,36 + CDI | 4.216 | 4.059 | 4.216 | 4.059 |
| Empréstimo com o Banco Pine | 160% x CDI | - | 20.168 | - | 20.168 |
| Empréstimo BTG Pactual | 0,25 + CDI | 7.913 | 2.196 | 7.913 | 2.196 |
| Empréstimo Banco Real | 1,8000 | - | - | - | 1.181 |
| Empréstimos Banco Rural | 1,3300 | - | - | - | 2.041 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,3000 | - | - | 2.481 | - |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,2600 | - | - | 4.496 | 9.886 |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,0056 | - | - | 5.267 | - |
| Empréstimo Unibanco S/A | 1,1500 | - | - | 3.395 | 3.409 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 0,0008 + TJLP | - | - | 3.409 | 4.641 |
| Mútuo - Proarte Agma Partic. | CDI + 0,35 | - | - | 7.626 | 8.124 |
| Mútuo - N. Landim | CDI | - | - | 3.962 | 4.217 |
| Mútuo - Farmácia do Pobres | CDI | - | - | 943 | 943 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,4500 | - | - | 6.774 | - |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,3000 | - | - | 6.490 | 2.631 |
| Empréstimo Banco Topázio S/A | 1,9300 | - | - | 2.545 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,0500 | - | - | 6.559 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,1200 | - | - | 10.839 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,2000 | - | - | 4.545 | - |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,3100 | - | - | 4.500 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,4200 | - | - | 3.206 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,3000 | - | - | 4.193 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,4000 | - | - | 6.000 | - |
| Outros empréstimos | | 191 | 202 | 5.216 | 1.379 |
| Total circulante | | 12.320 | 26.625 | 104.575 | 64.876 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,00560 | - | - | 2.718 | 5.556 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,4400 | - | - | 3.032 | - |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,7000 | - | - | 1.172 | - |
| Empréstimo Unibanco S/A | 1,15000 | - | - | 2.205 | 5.040 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 0,00083 | - | - | 2.835 | - |
| Outros empréstimos | | - | - | 823 | 628 |
| Total não circulante | | - | - | 12.785 | 11.224 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | 12.320 | 26.625 | 117.360 | 76.100 |

15. Obrigações com pessoal e encargos sociais

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Salários a pagar | 65 | 71 | 5.102 | 1.908 |
| Provisões de férias e encargos | 222 | 149 | 13.230 | 4.213 |
| INSS | 52 | 56 | 3.572 | 2.719 |
| FGTS | 13 | 17 | 832 | 571 |
| Outras obrigações | 37 | 40 | 1.746 | 1.030 |
| | 389 | 333 | 24.572 | 10.441 |

16. Provisões para demandas judiciais

| | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante: | | |
| Demandas judiciais trabalhistas | 375 | 758 |
| Demandas judiciais cíveis | 28 | 25 |
| Total circulante | 403 | 783 |
| Não circulante: | | |
| Demandas judiciais tributárias | 1.024 | 1.115 |
| Demandas judiciais trabalhistas | 365 | 365 |
| Demandas judiciais cíveis | 75 | 75 |
| Total não circulante | 1.464 | 1.555 |
| Total de provisões para demandas judiciais | 1.867 | 2.338 |

As provisões para contingências trabalhistas são, basicamente, de processos de ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas que podem não terem sido pagas.

Em 31 de março de 2011 as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis somam R\$ 422, não registradas no balanço.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

17. Contas a pagar por aquisição de investimento

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Contraprestação com sócios fundadores | 2.925 | 12.863 | 2.925 | 18.006 |
| Contraprestação com subscrição de novas ações | - | 25.854 | - | - |
| | <u>2.925</u> | <u>38.717</u> | <u>2.925</u> | <u>18.006</u> |

18. Demais contas a pagar

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Aluguéis a pagar | 10 | 4 | 1.740 | 1.618 |
| Fornecedores de imobilizado | - | 50 | - | 50 |
| Fornecedores de serviços | 88 | 557 | 10.889 | 3.515 |
| Bônus a pagar | - | 2.518 | - | 2.642 |
| Pontos comerciais a pagar | - | - | 7.818 | 6.618 |
| Divida com sócio fundador | - | - | 33.333 | - |
| Outros | - | - | - | 761 |
| Total circulante | <u>98</u> | <u>3.129</u> | <u>53.780</u> | <u>15.204</u> |
| Divida com sócio fundador | - | - | 66.667 | - |
| Outros | - | - | 6.325 | 587 |
| Total não circulante | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>72.992</u> | <u>587</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

19. Imposto sobre o lucro

A conciliação entre despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010 está descrita a seguir:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|------------|----------------|
| | 31/03/ 2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 |
| Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro | (2.123) | - | 1.161 |
| À alíquota fiscal de 34% | 721 | - | (395) |
| Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto a sua realização futura | - | - | 969 |
| Provisões, com natureza de despesa temporariamente indedutíveis, porém sem ativo diferido constituído, por incerteza quanto sua realização futura | - | - | (1.340) |
| Prejuízos fiscais e bases negativas, não constituídos na forma de impostos diferidos, por incerteza quanto sua realização futura | (747) | - | (2.100) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 26 | - | (23) |
| Despesas não dedutíveis para fins fiscais: | - | - | - |
| Perda por redução ao valor recuperável do ágio | - | - | - |
| Outras adições e exclusões permanentes | - | - | 37 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado | - | - | (2.852) |

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de março refere-se a:

| | Balço patrimonial | | | | Resultado | | |
|--|-------------------|------------|---------------|--------------|--------------|------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | | Controladora | | Consolidado |
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2010 |
| Crédito fiscal decorrente de incorporação reversa | - | - | 58.491 | - | - | - | - |
| Provisões, com natureza de despesas temporariamente indedutíveis | - | - | 3.607 | 5.453 | - | - | (2.157) |
| Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | - | - | - | - | (2.157) |
| Ativo fiscal diferido, líquido | | | 62.098 | 5.453 | | | |

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 31 de março de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

19. Imposto sobre o lucro -- Continuação

Período estimado de realização

A administração da Companhia efetua periodicamente análise dos fundamentos que consubstanciam o registro dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de março de 2011, não existia tributos diferidos ativos, decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.

Não é possível estimar com precisão os exercícios em que as diferenças temporárias serão realizadas.

19. Imposto sobre o lucro -- Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de resultados futuros da Companhia.

| | Consolidado | |
|------|---------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| 2011 | 781 | 781 |
| 2012 | 9.747 | 4.672 |
| 2013 | 8.755 | - |
| 2014 | 8.563 | - |
| 2015 | 8.563 | - |
| 2016 | 8.563 | - |
| 2017 | 8.563 | - |
| 2018 | 8.563 | - |
| | <u>62.098</u> | <u>5.453</u> |

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 31 de março de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

20. Prejuízo por lote de mil ações

O calculo básico de prejuízo por lote de mil ações é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias (por lotes de mil ações) disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

| | <u>31/03/2011</u> |
|---|----------------------|
| Básico: | |
| Prejuízo líquido atribuível a detentores de 4ações ordinárias da controladora | (2.123) |
| Média ponderada do número de ações ordinárias (Em milhares de ações) | 13.739 |
| Prejuízo por ação – básico | <u>(0,15)</u> |

Para os exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por lote de mil ações básico e diluído em função da inexistência de ações ordinárias potenciais dilutivas.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

21. Capital social e reservas**21.1. Capital social**

Em 31 de março de 2011, o capital social subscrito é de R\$ 361.121 (R\$ 73.950 em 31 de dezembro de 2010) estava representado por 334.008.405 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo que em 31 de março de 2011 restavam R\$ 49.301 de saldo de capital a integralizar.

21.2. Reservas e retenção de lucros(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da lei societária.

(b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital aprovado pela administração do Grupo, de acordo com o artigo 196 da lei societária.

22. Receita líquida de vendas

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------------------------|--------------|------------|----------------|
| | 31/03/2011 | 31/03/2010 | 31/03/2011 |
| Receita bruta de vendas | - | - | 173.265 |
| Impostos incidentes sobre vendas | - | - | (12.493) |
| Devoluções | - | - | - |
| Receita líquida de vendas | - | - | 160.772 |

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS calculado às alíquotas em vigor em cada estado em que existam filiais, e Contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

| Receita bruta de vendas por rede | |
|----------------------------------|----------------|
| Farmais | 4.935 |
| Farmácias Guararapes | 20.146 |
| RNF | 12.332 |
| Grupo Rosário Distrital | 99.771 |
| Mais Econômica | 36.081 |
| | <u>173.265</u> |

22. Receita líquida de vendas -- Continuação

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Receita bruta de vendas por rede(a) Farmais

São as receitas brutas de vendas do grupo Farmais e da Drogaria Amarílis, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(b) Farmácias Guararapes

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Guararapes, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(c) RNF

São as receitas brutas de vendas das empresas do Rede Nordeste de Farmácias, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(d) Grupo Rosário Distrital

São as receitas brutas de vendas das empresas do Grupo Rosário Distrital, consolidadas dos meses de janeiro a março de 2011.

(e) Mais Econômica

São as receitas brutas de vendas da Rede Mais Econômica, consolidadas do mês de março de 2011.

23. Custo das mercadorias vendidas

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/03/2010</u> | <u>31/03/2011</u> |
| Custo das vendas | - | - | (117.015) |
| Bonificações comerciais, líquida de impostos | - | - | 11.214 |
| Receita líquida de vendas | - | - | (105.801) |

As receitas comerciais decorrentes das ações de *trade marketing* e seus efeitos tributários, estão sendo classificados na rubrica "Custo das vendas".

24. Despesas com vendas

O total de R\$ 34.616 de despesa com vendas é composto, principalmente, por despesas com funcionários de lojas, aluguéis de lojas e taxa administrativa das administradoras de cartões de crédito.

25. Despesas gerais e administrativasControladoraConsolidado

Brazil Pharma S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 31 de março de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Despesa com pessoal | (770) | - | (6.149) |
| Despesa com diligências | (1) | - | (73) |
| Despesas jurídicas | (22) | - | (140) |
| Despesas com instalações e infra-estrutura | (81) | - | (2.737) |
| Serviços contratados de terceiros | (45) | - | (1.425) |
| Despesas tributárias | (23) | - | (448) |
| Despesas operacionais | (33) | - | (1.688) |
| Despesas com viagens | (96) | - | (163) |
| Materiais de uso e consumo | (3) | - | (241) |
| Despesas diversas | (164) | - | (1.702) |
| Total | <u>(1.238)</u> | <u>-</u> | <u>(14.766)</u> |

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

26. Outras receitas e despesas operacionais

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 |
| Despesas recuperadas | 22 | - | 2.236 |
| Outras receitas / despesas | 3 | - | (37) |
| | 25 | - | 2.199 |

27. Receitas e despesas financeiras

a) Receitas financeiras

| | Consolidado | |
|---|-------------|--------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 |
| Receita de juros sobre aplicações financeiras | 56 | 715 |
| Descontos obtidos | - | 6.156 |
| Variações monetárias ativas | - | 182 |
| Outras receitas financeiras | 71 | 117 |
| Total das receitas financeiras | 127 | 7.170 |

b) Despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|------------|----------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 |
| Encargos sobre financiamentos e empréstimos | (96) | - | (181) |
| Juros, encargos e taxas bancárias | (994) | - | (2.531) |
| Descontos concedidos | - | - | (6.068) |
| Variações monetárias passivas | - | - | (474) |
| Outras despesas financeiras | - | - | (49) |
| Total das despesas financeiras | (1.090) | - | (9.303) |

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

28. Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui 266 contratos de locação de imóveis com prazos de vigência entre dois e dez anos, existindo a possibilidade de renovação. O gasto total mensal das locações é de aproximadamente R\$ 52.092, incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, de acordo com os arrendamentos mercantis canceláveis em 31 de março de 2011, são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 |
| Dentro de um ano | 276 | - | 18.653 |
| Após um ano, mas menos de cinco anos | 1.104 | - | 31.921 |
| Mais de cinco anos | - | - | 1.518 |
| | 1.380 | - | 52.092 |

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Brazil Pharma e suas controladas referem-se à contas a pagar, empréstimos e financiamentos, todos registrados nas demonstrações contábeis.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados as taxas pré-fixadas e variáveis, com atualização pelo CDI.

Os empréstimos contratados são de curto e longo prazo.

Os únicos riscos de mercado que podem afetar diretamente o Grupo Brazil Pharma, são o risco da taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito.

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 são, basicamente, os seguintes:

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são decorrentes de operações em CDB, que são atualizadas por percentuais da variação do CDI.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a taxas de mercado conforme exposto na Nota 14.

a) Risco de mercadoi) Risco de Crédito

A operação básica da Companhia é a venda de mercadorias à consumidores finais, dessa forma as vendas são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro --Continuação*(ii) Risco de Taxa de Juros*

As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações são, basicamente, empréstimos e financiamentos com base no CDI.

A Companhia tem como política não operar com derivativos e também não tem nenhum negócio em moeda estrangeira.

| | Indexador | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|-----------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | 31/03/2011 | 31/12/2010 | 31/03/2011 | 31/03/2011 |
| Ativos financeiros | | | | | |
| CDB | CDI | 2.569 | 4 | 139.238 | 14.190 |
| Total | | 2.569 | 4 | 139.238 | 14.190 |
| Dívidas financeiras | | | | | |
| Capital de giro | CDI | 12.320 | 26.625 | 24.660 | 40.096 |
| Capital de giro | TJLP | - | - | 3.409 | 3.415 |
| Leasing | TJLP | - | - | 6 | - |
| Leasing | | - | - | 56 | - |
| Capital de giro | | - | - | 89.229 | 32.589 |
| Total | | 12.320 | 26.625 | 117.360 | 76.100 |

Com base no cenário atual, a Companhia entende que os riscos são baixos.

b) Risco de Liquidez

A Administração acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Devido a dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, o objetivo da Tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de Capital de Giro, Leasing, CDC, Finame e Mútuo.

Além disso, a Tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro --Continuação

| | <u>Menos de um ano</u> | <u>Entre um e dois anos</u> | <u>Entre dois e cinco anos</u> |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Em 31 de março de 2011 | | | |
| Empréstimos e financiamento | 104.575 | 12.785 | - |
| Fornecedores | 112.712 | - | - |
| Demais contas a pagar | 20.447 | - | - |
| Total | <u>237.734</u> | <u>12.785</u> | <u>-</u> |
| Em 31 de dezembro de 2010 | | | |
| Empréstimos e financiamento | 64.876 | 11.224 | - |
| Fornecedores | 58.598 | - | - |
| Demais contas a pagar | 15.204 | - | - |
| Total | <u>138.678</u> | <u>11.224</u> | <u>-</u> |

c) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é positivo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices de alavancagem em 2010 e 2011.

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/03/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos | 12.320 | 26.625 | 117.360 | 76.100 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | <u>(2.769)</u> | <u>(1.194)</u> | <u>(142.376)</u> | <u>(18.760)</u> |
| Dívida líquida | <u>9.552</u> | <u>25.431</u> | <u>(25.016)</u> | <u>57.340</u> |
| Patrimônio líquido | <u>284.974</u> | <u>49.227</u> | <u>400.840</u> | <u>49.227</u> |
| Índice de alavancagem financeira | <u>3%</u> | <u>52%</u> | <u>-6%</u> | <u>117%</u> |

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

29. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro --ContinuaçãoAnálise de sensibilidade do instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, está apresentado na tabela abaixo.

Para os cenários (A) e (B), a Companhia assume um aumento de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B – cenário de situação extrema) na projeção de mercado para a taxa do CDI e TJLP.

| Transações | Risco | 31/03/2011 | Projeções de mercado | |
|--------------------------------|---------------|------------------|----------------------|------------------|
| | | | Cenário A | Cenário B |
| Empréstimos e financiamentos | 0,36 + CDI | 4.216 | 5.062 | 5.194 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,25 + CDI | 7.913 | 9.377 | 9.621 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,4200 + CDI | 80 | 97 | 99 |
| Empréstimos e financiamentos | 1,3000 + CDI | 55 | 74 | 76 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,33 + CDI | 327 | 391 | 401 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,3338 + TJLP | 3.409 | 3.814 | 3.867 |
| Empréstimos e financiamentos | (0,29) + CDI | 7 | 8 | 9 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI + 0,35 | 7.626 | 9.145 | 9.384 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 3.962 | 4.556 | 4.675 |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 943 | 1.084 | 1.113 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,0008 + TJLP | 6 | 6 | 7 |
| Total | | 28.544 | 33.614 | 34.446 |
| Aplicações financeiras | 100% do CDI | 139.238 | 160.124 | 164.301 |
| | | 139.238 | 160.124 | 164.301 |
| Exposição líquida total | | (110.694) | (126.510) | (129.855) |

O efeito líquido total dos cenários acima mencionados é basicamente devido à exposição da Companhia ao CDI e a TJLP.

As taxas CDI e TJLP projetadas para os próximos doze meses, são respectivamente, 12% e 6%, sendo que as taxas utilizadas para os cenários de deterioração de 25% e 50% foram, respectivamente, 15% e 18% para as operações vinculadas ao CDI e 7,5% e 9% para as operações vinculadas à TJLP. A projeção da taxa CDI foi extraída do site do Banco Central do Brasil e a projeção da taxa TJLP foi extraída do site da Receita Federal do Brasil.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

30. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com derivativos.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas têm como política, contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

| | <u>Coberturas</u> |
|---|-------------------|
| Incêndio, raio ou explosão no imóvel | 39.626 |
| Danos elétricos | 50 |
| Equipamentos eletrônicos | 50 |
| D&O (<i>Directors & Officers</i>) | <u>20.000</u> |
| | 59.726 |

32. Transações com partes relacionadas

As nossas operações com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para nós ou para quaisquer outras partes.

Conforme competência descrita em nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os nossos acionistas ou diretores ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, entre nós e nossas. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre nós e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado.

Adicionalmente, observamos as regras de realização de transações com partes relacionadas determinadas pela Lei das Sociedades por Ações e das práticas relacionadas ao Novo Mercado da BM&FBovespa.

Não ocorreram transações envolvendo garantias dadas ou recebidas com partes relacionadas.

Brazil Pharma S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas -- Continuação

- a) As transações com partes relacionadas estão abaixo demonstradas e consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes:

| | Ativo Circulante | | Receitas | |
|---|--------------------|--------------|------------|------------|
| | 31.03.2011 | 31.12.2010 | 31.03.2011 | 31.03.2010 |
| Valores a receber (ii) | | | | |
| de Controladas | | | | |
| Mútuo Drogeria Amarillis | - | 92 | - | - |
| Mútuo Drogarias Farmais Ltda. | 73 | 170 | 3 | - |
| Mútuo Comercial Farmais Ltda | 202 | - | 2 | - |
| Mútuo Rede Nordeste de Farmácias S.A | 2.166 | 2.102 | 68 | - |
| Mútuo Dona Terezinha | - | 3 | - | - |
| | 2.441 | 2.367 | 73 | - |
| | | | | |
| | Passivo Circulante | | Despesas | |
| | 31.03.2011 | 31.12.2010 | 31.03.2011 | 31.03.2010 |
| Valores a pagar (i) | | | | |
| Aluguéis | | | | |
| Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora | 27 | 22 | 71 | - |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Altavista Promoções de Vendas Ltda | 15 | - | 15 | - |
| Agro Territorial Tapera Ltda | 134 | - | 134 | - |
| Districon Participações S/A | 94 | 94 | 282 | - |
| Diocesmar Felipe de Faria | 25 | 25 | 75 | - |
| Assicon Participações S/A | 79 | 79 | 237 | - |
| | 374 | 220 | 814 | - |
| | | | | |
| Empréstimo | | | | |
| de Controladas | | | | |
| BTG Pactual | 7.913 | 2.196 | 217 | - |
| | 7.913 | 2.196 | 217 | - |

- (i) Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

Não houve a necessidade da constituição de provisão para perdas envolvendo operações com partes relacionadas.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas -- Continuação

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende o presidente e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

| | <u>31/03/2011</u> | <u>31/03/2010</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Proventos e encargos sociais | 162 | - |
| | <u>162</u> | <u>-</u> |

No período findo em 31 de março de 2010 a empresa ainda não se encontrava em fase operacional e não houve remuneração de pessoal chave da Administração.

A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

Apesar do Plano de Opção de Compra de Ações ter sido aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a seleção dos beneficiários ainda não foi feita.

Entidade com influência significativa sobre a Brazil Pharma S.A.

O BTG Pactual é proprietário de 75% das ações ordinárias da Brazil Pharma distribuídos em três fundos de investimentos como segue:

| | <u>Número de ações</u> | <u>Percentual</u> |
|---|------------------------|-------------------|
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 108.686.303 | 32,54% |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações | 73.950.000 | 22,14% |
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimentos em Participações | 67.870.000 | 20,32% |

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

33. Plano de opção de compra de ações

Em 22 de março de 2011, foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração o Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano") da Companhia, a ser oferecido ao presidente e aos diretores da Companhia, sejam eles estatutários ou não e aos empregados da Companhia ("Beneficiários"). A aprovação deste Plano será ratificada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no primeiro semestre de 2011. Os principais aspectos do plano estão apresentados a seguir:

- (i) Caberá ao Conselho de Remuneração a seleção, a seu exclusivo critério, dos Beneficiários que farão jus à outorga das opções em cada programa, dentre as pessoas elegíveis a participar do plano.
- (ii) A quantidade máxima de ações objeto de cada opção será definida pelo Conselho de Remuneração da Companhia, a seu exclusivo critério.
- (iii) O preço por ação para o exercício da opção ("preço de exercício") será R\$ 1,0265 por ação, atualizado monetariamente pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, divulgada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (iv) O preço de exercício obtido conforme indicado no item (iii) acima será ratificado pelo Conselho de Remuneração da Companhia. Os contratos de adesão celebrados com cada beneficiário indicarão a quantidade de ações outorgada a cada Beneficiário e a fórmula para cálculo do preço de para exercício de cada opção.
- (vi) O exercício da opção pelos beneficiários deverá ser realizado em parcelas assim definidas: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário ("primeira opção"); (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a companhia e cada beneficiário ("Segunda Opção"); (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a companhia e cada beneficiário ("terceira opção"); (iv) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário ("quarta opção").

33. Plano de opção de compra de ações -- Continuação

- (vii) O exercício das opções por cada beneficiário deverá ser realizado mediante pagamento, em uma única parcela, no ato da transferência das ações, em moeda corrente nacional, por

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

intermédio de, e na seguinte ordem de preferência (i) recursos oriundos da alienação em ambiente bursátil das respectivas ações objeto do exercício de qualquer das opções; (ii) destinação da totalidade dos dividendos oriundos das ações da Companhia subscritas pelo Beneficiário; (iii) destinação pelo Beneficiário de até 50% (cinquenta por cento) do montante líquido de verba oriunda do programa de participação dos Beneficiários nos lucros ou resultados da Companhia; ou (iv) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada pelo Beneficiário, por escrito.

- (viii) As ações objeto da opção, subscritas ou adquiridas nos termos deste Regulamento, assegurarão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Companhia, exceção feita a quaisquer direitos decorrentes de acordos de quaisquer natureza, incluindo, sem limitação, acordos de acionistas.
- (ix) O Beneficiário não terá qualquer direito, na qualidade de acionista da Companhia (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pelas opções, até que tais ações tenham sido totalmente integralizadas/pagas pelo beneficiário.
- (x) cada beneficiário terá o prazo de até 6 meses a contar da data em que a Opção se tornar exercível, para exercer sua opção ("Período de Vigência"), a menos que o Conselho de Remuneração da Companhia estabeleça de outra forma e desde que observados os requisitos descritos no item (vi) acima.

O percentual de diluição a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções do primeiro plano é de aproximadamente 5,3% podendo, no entanto, sujeita a ratificação do Conselho de Administração da Companhia chegar a 8%.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes**34.1 Exercício de Opções e Permuta de Ações**

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Drogaria Rosário S.A. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$19,8 milhões, a ser pago após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações.

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Centro-Oeste farma_Distribuidora de Medicamentos Ltda. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$2,2 milhões, a ser pago após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações.

Além disso, firmamos, com cada uma de nossas controladas Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêm a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos sócios-fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações.

Em 14 de abril de 2011, celebramos um aditamento ao Acordo de Acionistas firmado com nossa controlada Drogaria Rosário S.A., ou Rosário, no qual os respectivos sócios-fundadores exerceram a opção de permuta da totalidade de suas ações representativas do capital social de Rosário por ações de nossa emissão equivalentes a 20,0% (vinte por cento) do nosso capital social, não sendo considerado nesse percentual a diluição decorrente da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. A referida opção de permuta foi exercida em uma única vez, e sua eficácia está condicionada à realização do procedimento de *Bookbuilding* no contexto da primeira oferta pública de distribuição primária de ações de nossa emissão. Uma vez concluído o procedimento de *Bookbuilding*, será efetivada em no máximo 24 horas a permuta das ações dos Sócios-Fundadores na Drogaria Rosário por ações de nossa emissão.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes – Continuação**34.1 Exercício de Opções e Permuta de Ações -- Continuação**

Em 25 de abril de 2011, celebramos aditamento ao Acordo de Sócios da Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., ou Centro Oeste Farma, pelo qual os sócios fundadores de Centro Oeste Farma exerceram opção de permuta de quotas representativas do capital da Centro Oeste Farma por ações de nossa emissão, correspondentes a 2,0% (dois por cento) do nosso capital social, sendo que estas ações fazem parte da quantidade de ações representativas de 20% (vinte por cento) de nosso capital, objeto da opção de permuta firmada com os sócios-fundadores de Drogaria Rosário S.A., e cujas condições de eficácia e formalização são as mesmas da referida opção de permuta.

Em 16 de abril de 2011, celebramos com a sócia-fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A., Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, pelo qual referida sócia-fundadora outorga a nós a opção de compra de 100% de suas ações e pelo qual desde já exercemos a nossa opção de compra, obrigando-nos a adquirir 100% de suas ações. A eficácia da referida opção de compra está condicionada à conclusão, de forma que nos seja satisfatória, do Procedimento de *Bookbuilding* da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações e do qual resulte o nosso aumento de capital com a admissão de novos acionistas. O preço desta opção de compra de ações de emissão de Guararapes é pago em uma parcela em dinheiro, no montante de R\$10 milhões, e uma quantidade de ações de emissão de nossa Companhia, equivalente a uma quantidade de ações representativas de 3,0% do nosso capital social, não sendo considerados para o cálculo deste percentual (x) a diluição decorrente da nossa oferta pública de ações e (y) a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. Nossas ações serão emitidas e entregues na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da Sócia-Fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A. a nós.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes – Continuação**34.1 Exercício de Opções e Permuta de Ações -- Continuação**

Em 20 de abril de 2011, celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual seu sócio-fundador exerce sua Opção de Venda da totalidade de suas ações, condicionada à conclusão, de forma satisfatória a nós, realização do Procedimento de *Bookbuilding* da nossa oferta pública de ações. Ademais, ficou acordado que a participação final do Sócio-Fundador em nossa Companhia, após a realização do aumento de capital, será de 10,55%, no momento imediatamente anterior à emissão das ações no âmbito da nossa primeira oferta pública de distribuição primária de ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual (a) a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações e (b) a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico, ficando estabelecido que eventuais exercícios de opções de compra ou de permuta de outros sócios-fundadores das nossas demais sociedades investidas não afetarão o percentual acima estabelecido. Nossas ações serão emitidas e entregues na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A., detidas pelo respectivo sócio-fundador, a nós.

34.2 Repactuação de investimento

Na mesma data do exercício da opção de compra de ações, repactuamos o valor do investimento adicional a ser feito na Drogaria Rosário S.A., ou *Earn Out*, pelo que nos comprometemos a pagar aproximadamente R\$11.400, cujo pagamento será realizado em uma única parcela, cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações. O referido *Earn Out* será pago diretamente aos sócios-fundadores da Drogaria Rosário S.A., em moeda corrente nacional, nas contas correntes a serem indicadas pelos mesmos.

Brazil Pharma S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes – Continuação**34.3 Agrupamento de Ações**

Em 08 de abril de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em que foi deliberado, por unanimidade de votos, o grupamento das ações da Companhia na proporção de uma ação para cada nove ações, mantidas inalteradas as participações societárias dos acionistas da Companhia. Segue abaixo a nova composição do quadro

| | <u>Número de ações</u> | <u>Percentual</u> |
|---|------------------------|-------------------|
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimentos em Participações | 12.076.257 | 32,54% |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações | 8.216.667 | 22,14% |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 7.541.111 | 20,32% |
| Lajota Fundo de Investimentos em Participações | 3.092.670 | 8,33% |
| Infinity Fundo de Investimentos em Participações | 3.092.670 | 8,33% |
| Vincitore Fundo de Investimentos em Participações | 3.092.670 | 8,33% |
| | <u>37.112.046</u> | |

34.4 Integralização de Capital

Em 05 de abril de 2011, foi realizada a integralização da totalidade do capital social da Companhia, mediante aporte do saldo remanescente pelo acionista BTG Pactual Principal Investments FIP, no montante de aproximadamente R\$49.301, em cumprimento ao previsto no boletim de subscrição emitido pelo referido acionista em 22 de março de 2011.

34.5 Confissão de Dívida

Em 7 de abril de 2011, mediante a celebração do Contrato de Confissão de Dívida de Mútuo, confessamos ao BTG Pactual Alpha Participações S.A., sermos devedores da quantia de aproximadamente R\$2. 271. Tal dívida decorre da celebração de contrato de mútuo firmado entre a Rede Nordeste de Farmácias S.A., RNF, empresa da qual somos acionistas majoritários, e BTG Pactual Alpha Participações S.A., no valor de R\$ 2.000, cujo pagamento deveria ser realizado em 16 de abril de 2010, mas restou vencido sem o devido pagamento no prazo contratado e, assim, os direitos e obrigações do mútuo foram cedidos à Brazil Pharma pelo BTG Alpha.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Brazil Pharma S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brazil Pharma S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado, para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 2.20, as informações trimestrais anexas contêm modificações em suas notas explicativas, em relação às notas explicativas das informações trimestrais findo em 31 de março de 2011, que foram arquivadas quando do pedido de registro inicial de companhia aberta em 29 de abril de 2011 junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas modificações, com as quais concordamos, foram realizadas com o objetivo de atender às exigências de divulgação requerida pela CVM no processo de abertura de capital da Companhia e não requerem modificações em nossa opinião sobre as referidas informações trimestrais, emitidas anteriormente.

São Paulo, 28 de abril de 2011, exceto pelos comentários da nota explicativa 2.20, cuja data é 4 de junho de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador – CRC – 1SP172167/O-6

Emerson Morelli
Contador – CRC 1SP249401/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da BRAZIL PHARMA S.A., inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 11.395.624/0001-71, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.629, 6º e 7º andares, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-006, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram para os fins do disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 conforme alterada, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011; e

ii) reviram, discutiram e concordaram com as informações intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011.

São Paulo, 06 de junho de 2011.

BRAZIL PHARMA S.A.

A Diretoria

-
- Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

| | |
|---|-----|
| 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis | 341 |
|---|-----|

2. Auditores independentes

| | |
|---|-----|
| 2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores | 342 |
| 2.3 - Outras informações relevantes | 343 |

3. Informações financ. selecionadas

| | |
|--|-----|
| 3.1 - Informações Financeiras | 344 |
| 3.2 - Medições não contábeis | 345 |
| 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras | 347 |
| 3.4 - Política de destinação dos resultados | 353 |
| 3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido | 354 |
| 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas | 355 |
| 3.7 - Nível de endividamento | 356 |
| 3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento | 357 |
| 3.9 - Outras informações relevantes | 358 |

4. Fatores de risco

| | |
|--|-----|
| 4.1 - Descrição dos fatores de risco | 359 |
| 4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco | 373 |
| 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes | 376 |
| 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores | 378 |
| 4.5 - Processos sigilosos relevantes | 379 |
| 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto | 380 |
| 4.7 - Outras contingências relevantes | 381 |
| 4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados | 382 |

5. Risco de mercado

| | |
|--|-----|
| 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado | 383 |
|--|-----|

Índice

| | |
|---|-----|
| 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado | 386 |
| 5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado | 387 |
| 5.4 - Outras informações relevantes | 388 |

6. Histórico do emissor

| | |
|--|-----|
| 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM | 389 |
| 6.3 - Breve histórico | 390 |
| 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas | 392 |
| 6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial | 413 |
| 6.7 - Outras informações relevantes | 414 |

7. Atividades do emissor

| | |
|--|-----|
| 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas | 415 |
| 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais | 418 |
| 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais | 419 |
| 7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total | 445 |
| 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades | 446 |
| 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior | 457 |
| 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades | 458 |
| 7.8 - Relações de longo prazo relevantes | 459 |
| 7.9 - Outras informações relevantes | 460 |

8. Grupo econômico

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 8.1 - Descrição do Grupo Econômico | 470 |
| 8.2 - Organograma do Grupo Econômico | 473 |
| 8.3 - Operações de reestruturação | 475 |
| 8.4 - Outras informações relevantes | 482 |

9. Ativos relevantes

| | |
|---|-----|
| 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros | 484 |
| 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados | 485 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia | 486 |
| 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades | 493 |
| 9.2 - Outras informações relevantes | 495 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|---|-----|
| 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais | 496 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 529 |
| 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras | 532 |
| 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor | 534 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 536 |
| 10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor | 537 |
| 10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios | 538 |
| 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras | 539 |
| 10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras | 540 |
| 10.10 - Plano de negócios | 541 |
| 10.11 - Outros fatores com influência relevante | 543 |

11. Projeções

| | |
|---|-----|
| 11.1 - Projeções divulgadas e premissas | 544 |
| 11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas | 545 |

12. Assembléia e administração

| | |
|---|-----|
| 12.1 - Descrição da estrutura administrativa | 546 |
| 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais | 550 |
| 12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 | 553 |
| 12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração | 554 |
| 12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem | 555 |
| 12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal | 556 |
| 12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração | 560 |
| 12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores | 561 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros | 562 |
| 12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores | 572 |
| 12.12 - Outras informações relevantes | 573 |

13. Remuneração dos administradores

| | |
|---|-----|
| 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária | 576 |
| 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal | 579 |
| 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal | 581 |
| 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária | 582 |
| 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão | 585 |
| 13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária | 586 |
| 13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária | 587 |
| 13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária | 588 |
| 13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções | 589 |
| 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários | 590 |
| 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal | 591 |
| 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria | 592 |
| 13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores | 593 |
| 13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam | 594 |
| 13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor | 595 |
| 13.16 - Outras informações relevantes | 596 |

14. Recursos humanos

| | |
|--|-----|
| 14.1 - Descrição dos recursos humanos | 598 |
| 14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos | 602 |
| 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados | 603 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos | 605 |
| 15. Controle | |
| 15.1 / 15.2 - Posição acionária | 612 |
| 15.3 - Distribuição de capital | 624 |
| 15.4 - Organograma dos acionistas | 625 |
| 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte | 626 |
| 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor | 627 |
| 15.7 - Outras informações relevantes | 628 |
| 16. Transações partes relacionadas | |
| 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas | 629 |
| 16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas | 630 |
| 16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado | 677 |
| 17. Capital social | |
| 17.1 - Informações sobre o capital social | 678 |
| 17.2 - Aumentos do capital social | 679 |
| 17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações | 681 |
| 17.4 - Informações sobre reduções do capital social | 682 |
| 17.5 - Outras informações relevantes | 683 |
| 18. Valores mobiliários | |
| 18.1 - Direitos das ações | 684 |
| 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública | 685 |
| 18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto | 686 |
| 18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados | 687 |
| 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos | 688 |
| 18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação | 689 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros | 690 |
| 18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor | 691 |
| 18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros | 692 |
| 18.10 - Outras informações relevantes | 693 |

19. Planos de recompra/tesouraria

| | |
|--|-----|
| 19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor | 694 |
| 19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria | 695 |
| 19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social | 696 |
| 19.4 - Outras informações relevantes | 697 |

20. Política de negociação

| | |
|--|-----|
| 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários | 698 |
| 20.2 - Outras informações relevantes | 699 |

21. Política de divulgação

| | |
|--|-----|
| 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações | 702 |
| 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas | 705 |
| 21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações | 707 |
| 21.4 - Outras informações relevantes | 708 |

22. Negócios extraordinários

| | |
|--|-----|
| 22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor | 709 |
| 22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor | 710 |
| 22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais | 711 |
| 22.4 - Outras informações relevantes | 712 |

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

André Soares de Sá

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Renato de Vicq Telles da Silva Lobo

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

342

| | | | |
|---|--|----------------|--|
| Possui auditor? | SIM | | |
| Código CVM | 471-5 | | |
| Tipo auditor | Nacional | | |
| Nome/Razão social | Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. | | |
| CPF/CNPJ | 61.366.936/0001-25 | | |
| Período de prestação de serviço | 07/12/2009 | | |
| Descrição do serviço contratado | <p>2011 - Serviços prestados de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de março de 2011, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board, ou IASB, e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; revisão especial das Informações Trimestrais, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.</p> <p>Prestação de serviços relacionados à emissão de cartas de conforto em conexão com a nossa oferta pública inicial de ações.</p> <p>2010 - Serviços prestados de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board, ou IASB, e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.</p> <p>2010 - Serviços prestados de auditoria das nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board, ou IASB, pelo valor total de R\$401.760,00.</p> | | |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | Não houve substituição dos auditores. | | |
| Justificativa da substituição | Não aplicável. | | |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | Não aplicável. | | |
| Nome responsável técnico | Período de prestação de serviço | CPF | Endereço |
| Flávio Serpejante Peppe | 07/12/2009 | 125.090.248-76 | Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1830, 8º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733000, Fax (11) 25734911, e-mail: flavio.s.peppe@br.ey.com |

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes com relação a esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

344

| (Reais) | Últ. Inf. Contábil (31/03/2011) | Exercício social (31/12/2010) | Exercício social (31/12/2009) |
|--|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Patrimônio Líquido | 400.839.767,00 | 106.257.624,00 | 1.000,00 |
| Ativo Total | 803.085.389,00 | 294.192.217,00 | 1.000,00 |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 160.771.543,00 | 161.541.278,00 | 0,00 |
| Resultado Bruto | 54.970.706,00 | 36.588.008,00 | 0,00 |
| Resultado Líquido | -2.123.321,00 | -23.279.858,00 | 0,00 |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 334.008.405 | 73.950.000 | 10.000 |
| Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade) | 1,200000 | 1,400000 | 0,000000 |
| Resultado Líquido por Ação | -0,010000 | -0,310000 | 0,000000 |

3.2 - Medições não contábeis

- a. Valor das medições não contábeis; e
 b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

| (Em milhares de Reais) | Últ. Inf. Contábil (31/03/2011) | Exercício social (31/12/2010) | Exercício social (31/12/2009) |
|--|---------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Lucro (prejuízo) líquido | (2.123) | (23.280) | n.d |
| (+) Resultado financeiro líquido | 2.133 | 1.637 | n.d |
| (+) Depreciação e amortização | 4.494 | 5.769 | n.d |
| (+) Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido | 2.852 | (369) | n.d |
| EBITDA ⁽¹⁾ | 7.356 | (16.243) | n.d |
| (+) Participação de acionistas não controladores | 432 | (3.742) | n.d |
| (+) Provisão para redução ao valor de recuperação ⁽²⁾ | - | 2.194 | |
| EBITDA Ajustado ⁽³⁾ | 7.788 | (17.791) | n.d |
| Margem EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾ | 4,5% | -10,1% | n.d |

⁽¹⁾ O EBITDA corresponde ao nosso lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido, as despesas de depreciação e amortização e o imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

⁽²⁾ Esse valor refere-se a baixa de ativo sem expectativa de recuperação na Farmais, decorrente de uma reestruturação com o fechamento da atividade de convênios e de uma loja aberta num projeto de expansão não continuado.

⁽³⁾ O EBITDA Ajustado corresponde ao nosso EBITDA acrescido do resultado de participação de acionistas não controladores e provisão para redução ao valor de recuperação.

⁽⁴⁾ A Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita bruta de vendas e serviços.

- c. **Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.**

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA e EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. Acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são informações adicionais às nossas demonstrações financeiras, mas não são medições contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, e não devem ser utilizados como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez.

3.2 - Medições não contábeis

Utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado como medidas gerenciais de desempenho por demonstrar uma aproximação com a geração de caixa da nossa atividade econômica, que é de longo prazo, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A nossa administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado sejam medidas práticas para aferir a geração de caixa e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-los de maneira distinta.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Todas as informações prestadas neste item se referem a eventos posteriores às nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas para o período de três meses findo em 31 de março de 2011, cuja emissão foi autorizada pelo nosso Conselho de Administração em 28 de abril de 2011.

Em 5 de abril de 2011, foi realizada a integralização da totalidade do nosso capital social, mediante aporte do saldo remanescente pelo acionista BTG Pactual Principal Investments FIP, no montante de aproximadamente R\$49,3 milhões, em cumprimento ao previsto no boletim de subscrição emitido pelo referido acionista em 22 de março de 2011. Uma vez que o capital aportado já se encontrava subscrito, o efeito nas nossas demonstrações financeiras é basicamente o aumento em nosso caixa e no patrimônio líquido.

Em 7 de abril de 2011, mediante a celebração do Contrato de Confissão de Dívida de Mútuo, confessamos à BTG Pactual Alpha Participações Ltda., sermos devedores da quantia de aproximadamente R\$2,3 milhões. Tal dívida decorre da celebração de contrato de mútuo firmado entre a Rede Nordeste de Farmácias S.A., empresa da qual somos acionistas majoritários, e BTG Pactual Alpha Participações Ltda., no valor de R\$2,0 milhões, cujo pagamento deveria ser realizado em 16 de abril de 2010, mas restou vencido sem o devido pagamento no prazo contratado e, assim, os direitos e obrigações do mútuo foram cedidos a nós pela BTG Pactual Alpha Participações Ltda. A cessão do crédito citado aumenta o nosso ativo em R\$2,0 milhões e elimina a dívida de igual valor na subsidiária, por meio do processo de consolidação.

Em 8 de abril de 2011, realizamos Assembleia Geral Extraordinária em que foi deliberado, por unanimidade de votos, o grupamento das nossas ações na proporção de uma ação para cada nove ações, mantidas inalteradas as participações societárias dos nossos acionistas. Essa decisão não impacta o nosso balanço ou o nosso resultado uma vez que o grupamento tem efeito societário, mas não tem efeito financeiro.

Em 8 de abril de 2011, a Drogaria Rosário S.A., uma de nossas controladas, emitiu em favor do Banco Itaú Unibanco S.A., cédula de crédito bancário para capital de giro no valor de R\$10,0 milhões, sendo o vencimento em 8 de abril de 2014. Sobre o valor principal do crédito incide a taxa de juros de 1,24% ao mês. São devedores solidários da dívida a nossa subsidiária Drogaria Dona Terezinha S.A. e os Srs. Álvaro José da Silveira e Diocesmar Felipe de Faria, sendo que cada devedor deverá responder de forma proporcional a sua participação no capital social da Drogaria Rosário S.A. na data de emissão da cédula de crédito bancário. A referida linha de crédito foi utilizada para realizar investimentos no Grupo Rosário Distrital e tem efeito direto no nosso endividamento, porém sem afetar nossa capacidade de liquidação de nossos compromissos, uma vez que o mesmo representa somente 2,5% do nosso patrimônio líquido, em 31 de março de 2011.

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Drogaria Rosário S.A. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$19,8 milhões, a ser pago após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações. Essa decisão aumenta diretamente a nossa conta de investimento, e por consequência, tem reflexo direto nas nossas obrigações, pois o pagamento dessa aquisição será realizado somente após a liquidação da nossa oferta pública inicial de ações.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Na mesma data do exercício da opção de compra de ações, repactuamos o valor do investimento adicional a ser feito na Drogaria Rosário S.A., ou *Earn Out*, pelo que nos comprometemos a pagar aproximadamente R\$11,4 milhões, e cujo pagamento será realizado em uma única parcela, cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações. O referido *Earn Out* será pago diretamente aos sócios-fundadores da Drogaria Rosário S.A., em moeda corrente nacional, nas contas correntes a serem indicadas pelos mesmos. A repactuação do pagamento de *Earn Out* da Drogaria Rosário terá impacto em nossa conta de investimento.

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$2,2 milhões, a ser pago após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações. A compra das ações da Centro-Oeste Farma terá efeito direto no nosso caixa e teremos também um aumento da nossa linha de investimentos.

Ademais, firmamos com cada uma de nossas controladas, quais sejam, Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêm a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos sócios-fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa oferta pública inicial de ações. Tal evento não resultará em impacto nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, além da eliminação da participação dos acionistas controladores.

Em 14 de abril de 2011, celebramos um aditamento ao Acordo de Acionistas firmado com nossa controlada Drogaria Rosário S.A., ou Rosário, no qual os respectivos sócios-fundadores exerceram a opção de permuta da totalidade de suas ações representativas do capital social de Rosário por ações de nossa emissão equivalentes a 20,0% do nosso capital social, não sendo considerada nesse percentual a diluição decorrente da nossa oferta pública inicial de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. A referida opção de permuta foi exercida em uma única vez, após a aprovação do nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações de nossa emissão, conforme apurado no procedimento de coleta de intenções de investimento, ou *Bookbuilding*. Nesses termos, como foi concluído o procedimento de *Bookbuilding*, em 22 de junho de 2011, foi efetivada a permuta de 100% das ações dos Sócios-Fundadores na Drogaria Rosário por ações de nossa emissão.

Em 25 de abril de 2011, celebramos aditamento ao Acordo de Sócios da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., ou Centro-Oeste Farma, pelo qual os sócios-fundadores de Centro-Oeste Farma exerceram opção de permuta de quotas representativas do capital da Centro-Oeste Farma por ações de nossa emissão, correspondentes a 2,0% do nosso capital social, sendo que estas ações fazem parte da quantidade de ações representativas de 20% de nosso capital, objeto da opção de permuta firmada com os sócios-fundadores de Drogaria Rosário S.A., e cujas condições de eficácia e formalização são as mesmas da referida opção de permuta. Tal evento resulta no aumento do montante investido nas nossas subsidiárias em troca da diluição dos nossos atuais acionistas, uma vez que essa operação se dará através da emissão de novas ações nossa emissão, as quais serão trocadas com os atuais sócios das subsidiárias.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 16 de abril de 2011, celebramos com a sócia-fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A., Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, pelo qual referida sócia-fundadora outorga a nós a opção de compra de 100% de suas ações e pelo qual desde já exercemos a nossa opção de compra, obrigando-nos a adquirir 100% de suas ações. A referida opção de compra foi exercida em uma única vez e aconteceu após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011. O preço desta opção de compra de ações de emissão de Guararapes é pago em uma parcela em dinheiro, no montante de R\$10 milhões, e uma quantidade de ações de emissão de nossa Companhia, equivalente a uma quantidade de ações representativas de 3,0% do nosso capital social, não sendo considerados para o cálculo deste percentual a diluição decorrente da nossa oferta pública inicial de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding* contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da Sócia-Fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A. a nós. Tal evento resulta no aumento do montante investido nas nossas subsidiárias em troca da diluição dos nossos atuais acionistas, uma vez que essa operação se dará através da emissão de novas ações nossa emissão, as quais serão trocadas com os atuais sócios das subsidiárias.

Em 20 de abril de 2011, celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças, ou Contrato de Exercício de Opção, que foi efetivado após a aprovação de nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011. Ademais, ficou acordado que a participação final do Sócio-Fundador em nossa Companhia, após a realização do aumento de capital, passaria a ser de 10,55%, no momento imediatamente anterior à emissão das ações no âmbito da nossa oferta pública inicial de ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico, ficando estabelecido que eventuais exercícios de opções de compra ou de permuta de outros sócios-fundadores das nossas demais sociedades investidas não afetarão o percentual acima estabelecido. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data do procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A., detidas pelo respectivo sócio-fundador, a nós. Tal evento resulta no aumento do montante investido nas nossas subsidiárias em troca da diluição dos nossos atuais acionistas, uma vez que essa operação se dará através da emissão de novas ações nossa emissão, as quais serão trocadas com os atuais sócios das subsidiárias.

Na mesma data, nós celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., o Segundo Aditamento ao Acordo de Investimentos e Outras Avenças, pelo qual (i) retificamos a intenção e interesse das partes previstas nas disposições da Cláusula 5.5 do Acordo de Investimentos e Outras Avenças firmado em 30 de janeiro de 2011, no qual o sócio-fundador outorgou à BRPG Beta Administração e Participações S.A. uma opção de compra sobre as ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A. de sua titularidade, exercível a qualquer tempo, em caso de inadimplemento, por prazo superior a 30 dias do respectivo vencimento, do pagamento de quaisquer montantes devidos a título de indenização e (ii) ratificamos os seus termos de forma que a opção passa a ser outorgada a nós e passa a recair sobre as ações representativas de 10,55% do nosso capital social, quando da realização do aumento de capital

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

previsto no Contrato de Exercício de Opção acima. Tal evento não resultará em impacto nas nossas demonstrações financeiras.

A nossa opção de compra foi outorgada pelo sócio-fundador em contrapartida ao recebimento do valor de R\$1,00 sobre a quantidade de ações que lhe serão entregues nos termos do Contrato de Exercício de Opção, limitada a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador na data de conclusão prevista do Contrato de Exercício de Opção. Caso, porém, a Opção de Compra seja exercida após a nossa oferta pública inicial de ações, a quantidade de ações sujeitas à Opção será determinada com base no valor médio das nossas ações nos últimos 60 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data de exercício da Opção de Compra, ponderado pelo volume de negociação, limitada também a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador no nosso capital na data da conclusão da transação prevista no Contrato de Exercício de Opção. Tal evento resulta no aumento do montante investido nas nossas subsidiárias em troca da diluição dos nossos atuais acionistas, uma vez que essa operação se dará através da emissão de novas ações nossa emissão, as quais serão trocadas com os atuais sócios das subsidiárias.

Foi celebrado, em 29 de abril de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Rosário S/A, ou Rosário, e Drogaria Nova Distrital Ltda.; Drogaria Distrital Lago Ltda.; e Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda., ou Incorporadas, pelo qual a Rosário, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos e condições da incorporação das Incorporadas, com a conseqüente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da Rosário por seus acionistas. Em 30 de abril de 2011, foi celebrada Assembleia Geral Extraordinária da Rosário, na qual foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os Laudos de Avaliação do acervo líquido das incorporadas; e a aprovação do acervo patrimonial das Incorporadas pela Rosário, observados os termos e condições estabelecidos no Protocolo, especialmente no que se refere, à condição suspensiva para a plena eficácia do ato, à prévia abertura de filiais (com a obtenção dos respectivos CNPJ/MF) pela Rosário nos locais onde se encontram os estabelecimentos das Incorporadas que serão transferidas por ocasião da consumação da incorporação. Ainda, em 30 de abril de 2011, cada incorporada realizou Reunião de Sócios, pelas quais também foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os laudos de avaliação dos respectivos acervos líquidos de cada uma das Incorporadas; bem como foi aprovada a incorporação de cada sociedade, observados os termos e condições estabelecidos no Protocolo. Tal evento não resultou em impacto nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Foi celebrado, em 29 de abril de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Guararapes Brasil S/A, ou Guararapes Brasil, e Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda.; Farmácia Guararapes Ltda.; Farmácia Farmação Ltda.; e Meridional Medicamentos Ltda., ou Incorporadas, pelo qual a Guararapes Brasil, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos da incorporação das Incorporadas, com a conseqüente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da Guararapes Brasil por seus acionistas. Em 30 de abril de 2011, foi celebrada Assembleia Geral Extraordinária da Guararapes Brasil, na qual foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os Laudos de Avaliação do acervo líquido das incorporadas; e a aprovação do acervo patrimonial das Incorporadas pela Guararapes Brasil, com a conseqüente extinção

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

daquelas, em conformidade com o Protocolo, sendo que tais incorporações não geraram aumento de capital na Guararapes Brasil, dado que o patrimônio líquido das Incorporadas, suas subsidiárias integrais dela, já se encontrava refletido em seu patrimônio. Ainda, em 30 de abril de 2011, cada incorporada realizou Reunião de Sócios, pelas quais também foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os laudos de avaliação dos respectivos acervos líquidos de cada uma das Incorporadas; bem como foi aprovada a incorporação do acervo patrimonial de cada sociedade, com sua consequente extinção, em conformidade com o Protocolo. Tal evento não resultou em impacto nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Foi celebrado, em 14 de maio de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Rosário S/A, ou Rosário, e Drogaria Dona Terezinha S.A., ou Dona Terezinha, esta que é titular de ações ordinárias representativas de 49,99% das ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Rosário e que 100% das ações ordinárias representativas de seu capital social são integralmente detidas por nós, pelo qual as administrações das partes entenderam que a incorporação da Dona Terezinha pela Rosário, com a consequente extinção da incorporada, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios dos acionistas controladores, possibilitando minimizar os custos administrativos. Em 15 de maio de 2011, foi celebrada Assembleia Geral Extraordinária da Rosário, na qual foram aprovados os termos e condições do Protocolo; o Laudo de Avaliação do acervo líquido da incorporada; e a aprovação da incorporação pela Rosário, do acervo patrimonial da incorporada, com a consequente extinção desta, em conformidade com o Protocolo, sendo que tal incorporação não acarretou aumento do capital social da Rosário e o montante do acervo líquido incorporado foi destinado à reserva de capital no patrimônio líquido da Rosário, nos termos do Protocolo. Ainda, em 15 de maio de 2011, a Dona Terezinha realizou Assembleia Geral Extraordinária, pela qual também foram aprovados os termos e condições do Protocolo; aprovado o laudo de avaliação do seu acervo patrimonial, que foi incorporado pela Rosário, avaliado com base no seu valor contábil, na data base de 30 de abril de 2011; aprovada a incorporação do acervo patrimonial da Dona Terezinha pela Rosário, com sua consequente extinção, em conformidade com o Protocolo. Tal evento não resultou em impacto nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Foi celebrado, em 14 de maio de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Guararapes Brasil S/A, ou Guararapes Brasil, e BRPG Alpha Administração e Participações S.A., ou BRPG Alpha, pelo qual as administrações das partes entenderam que a incorporação da BRPG Alpha pela Guararapes Brasil, com a consequente extinção da incorporada, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da acionista controladora, possibilitando minimizar os custos administrativos. Em 15 de maio de 2011, foi celebrada Assembleia Geral Extraordinária da Guararapes Brasil, na qual foram aprovados os termos e condições do Protocolo; e o laudo de avaliação do acervo patrimonial da incorporada, esta que não acarretará aumento do capital social da Guararapes Brasil, sendo o montante do acervo líquido incorporado destina à reserva de capital no patrimônio líquido da Guararapes Brasil, nos termos do Protocolo. Ainda, em 15 de maio de 2011, a BRPG Alpha realizou Assembleia Geral Extraordinária, pela qual também foram aprovados os termos e condições do Protocolo; aprovado o laudo de avaliação do seu acervo patrimonial, que foi incorporado pela Guararapes Brasil, avaliado com base no seu valor contábil, na data base de 30 de abril de 2011; aprovada a incorporação do acervo patrimonial da BRPG Alpha pela Guararapes Brasil, com sua consequente extinção, em conformidade com o Protocolo. Tal evento não resultou em impacto nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 23 de maio de 2011, foi celebrado Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre M.W.M.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A, ou SPE; Selectu Participações Ltda., ou Selectu; e Rede Nordeste de Farmácias, ou RNF, por meio do qual a SPE, nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações detidas pela Selectu na RNF pelo valor total de R\$9,2 milhões. Nesta mesma data, foi celebrado Instrumento Particular de Distrato do Acordo de Acionistas, relativo ao acordo de acionistas celebrado em 10 de junho de 2010. A compra das ações da totalidade das ações da Selectu terá efeito direto no nosso caixa e teremos também um aumento da nossa linha de investimentos. Não temos conhecimento, no entanto, de obrigações anteriormente contraídas pela Selectu em operações envolvendo a RNF que deverão ser assumidas por nós. Entretanto, em decorrência do terceiro aditamento ao contrato de mútuo de dinheiro com penhor de quotas sociais celebrado em 10 de março de 2011 entre a Proarte e a RNF, nos tornamos garantidores dos pagamentos anteriormente garantidos pela Selectu. Para maiores informações acerca do contrato de mútuo e dos respectivos aditamentos, consulte o item 10.1 “f” “Níveis de endividamento e características de tais dívidas - i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes” deste Formulário de Referência.

Em 27 de maio de 2011, a Drogaria Guararapes Brasil S.A. emitiu, em favor do Banco Safra S.A. uma cédula de crédito bancário no valor de R\$20,0 milhões, sendo o pagamento da primeira prestação mensal em 23 de novembro de 2011 e pagamento da última prestação em 8 de outubro de 2014. Sobre o valor principal, incide taxa de juros de 0,19%% ao mês ou 2,30% ao ano. A cédula é garantida por fiança prestada por nós, Brazil Pharma S/A e Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. Regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.

A partir do exercício social corrente, de acordo com o artigo §2º do artigo 26 do nosso Estatuto Social, manteremos a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das nossas atividades e/ou de nossas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo terá um limite máximo consistente no menor entre os seguintes valores (i) 100% do nosso capital social subscrito ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do nosso capital social subscrito.

b. Regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, após atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Para informações adicionais sobre as regras estatutárias relativas à distribuição de dividendos neste exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2011, favor consultar Seção 18 – Item 18.1 “Direito das Ações” deste Formulário de Referência.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da nossa Diretoria, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.

d. Restrições à distribuição de dividendos

Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

| (Reais) | Últ. Inf. Contábil | Exercício social 31/12/2010 | Exercício social 31/12/2009 |
|---|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Lucro líquido ajustado | -2.123.321,00 | -23.279.858,00 | |
| Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado | 0,000000 | 0,000000 | |
| Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor | -0,530000 | -21,909000 | |
| Dividendo distribuído total | 0,00 | 0,00 | |
| Lucro líquido retido | -2.123.321,00 | -23.279.858,00 | |
| Data da aprovação da retenção | | | |

| Lucro líquido retido | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo |
|----------------------|----------|---------------------|----------|---------------------|
| Ordinária | 0,00 | | 0,00 | |

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Desde a nossa constituição, em 7 de dezembro de 2009, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

356

| Exercício Social | Montante total da dívida, de qualquer natureza | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|-------------------------|---|-------------------------|------------------------------------|---|
| 31/03/2011 | 402.245.000,00 | Índice de Endividamento | 1,00350000 | |
| 31/12/2010 | 187.935.000,00 | Índice de Endividamento | 1,76870000 | |

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

| Últ. Inf. Contábil (31/03/2011) | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| Tipo de dívida | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total | |
| Garantia Real | 280.000,00 | 8.773.000,00 | 0,00 | 2.784.000,00 | 11.837.000,00 | |
| Quirografárias | 314.724.000,00 | 75.684.000,00 | 0,00 | 0,00 | 390.408.000,00 | |
| Total | 315.004.000,00 | 84.457.000,00 | 0,00 | 2.784.000,00 | 402.245.000,00 | |
| Observação | | | | | | |
| Exercício social (31/12/2010) | | | | | | |
| Tipo de dívida | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total | |
| Garantia Real | 350.000,00 | 5.741.000,00 | 0,00 | 5.483.000,00 | 11.574.000,00 | |
| Quirografárias | 174.219.000,00 | 2.142.000,00 | 0,00 | 0,00 | 176.361.000,00 | |
| Total | 174.569.000,00 | 7.883.000,00 | 0,00 | 5.483.000,00 | 187.935.000,00 | |
| Observação | | | | | | |

3.9 - Outras informações relevantes

Fomos constituídos em dezembro de 2009 e não tivemos resultados em tal ano. Os nossos resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, foram decorrentes das aquisições ocorridas durante o ano de 2010 e do crescimento orgânico de nossas subsidiárias após as suas aquisições. Assim os nossos resultados no período de três meses, encerrado em 31 de março de 2011, foram decorrentes das aquisições ocorridas ao longo de 2010, da aquisição da Mais Econômica em março de 2011 e do crescimento orgânico de nossas subsidiárias após as suas aquisições.

Desse modo, em todas as referências às nossas demonstrações financeiras neste Formulário de Referência, os resultados de nossas investidas foram apurados conforme o quadro abaixo:

| | 2010 | 2011 |
|---|---------|---------|
| | Período | Período |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. (CNPJ/MF nº 11.044.747/0001-68) | 7 meses | 3 meses |
| Drogaria Rosário S.A. (CNPJ/MF nº 00.447.821/0001-70) | 4 meses | 3 meses |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. (CNPJ/MF nº 11.174.756/0001-73) | 3 meses | 3 meses |
| Farmais Franchising S.A. (CNPJ/MF nº 00.259.932/0001-53) | 1 mês | 3 meses |
| Drogaria Mais Econômica S.A. (CNPJ/MF nº 94.296.175/0001-31) | - | 1 mês |

Com referência ao disposto no item 3.1 acima, ressaltamos que as informações sobre números de ações, valor patrimonial da ação e resultado líquido por ação são baseadas em números históricos e não consideram o grupamento de ações de nossa emissão, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2011.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. relacionados à Companhia

Nossas demonstrações financeiras e outras informações financeiras apresentadas no Formulário de Referência podem não ser um bom instrumento para avaliação de nossa performance passada e nossa situação econômico-financeira atual, bem como não são indicativas de nossos resultados e performance futuros.

Incluimos neste Formulário de Referência nossas demonstrações financeiras consolidadas para o período iniciado em 7 de dezembro de 2009, data de nossa constituição, e encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2011.

Os resultados operacionais de nossas subsidiárias foram consolidados de forma proporcional em nossas demonstrações financeiras apenas a partir da data de suas respectivas aquisições. Assim, tais resultados encontram-se consolidados em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 a partir das seguintes datas: Rede Nordeste de Farmácias, a partir de 1º de junho de 2010; Drogeria Rosário, a partir de 1º de setembro de 2010; Guararapes Brasil, a partir de 1º de outubro de 2010; e, nas demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2011, Mais Econômica a partir de 1º de março de 2011. Apesar da alta relevância dessas aquisições com relação às nossas operações, performance e patrimônio como uma companhia consolidada, nós não apresentamos demonstrações financeiras *pro forma* para ilustrar os efeitos passados de tais aquisições em nossas demonstrações financeiras. Tampouco apresentamos demonstrações financeiras ou outras informações financeiras ou operacionais individuais para quaisquer das subsidiárias para períodos anteriores ou posteriores às suas aquisições.

Assim, não é possível verificar os resultados financeiros ou outras informações operacionais e não operacionais efetivas de qualquer de nossas subsidiárias com relação a qualquer dos períodos anteriores à sua respectiva data de aquisição por nós, bem como com relação aos exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010 ou durante o período de três meses findo em 31 de março de 2011. Tampouco será possível analisar o efeito *pro forma* que essas aquisições relevantes teriam tido nos nossos resultados e operações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, assumindo que as mesmas tenham sido adquiridas em 1º de janeiro de 2010.

Ademais, nossos Sócios-Fundadores permaneceram acionistas de nossas subsidiárias desde a data de suas respectivas aquisições e foram remunerados por tais subsidiárias em virtude de diversos serviços prestados a elas atuando como executivos das mesmas. Todavia, após a conclusão do nosso processo de *Roll Up* dos acionistas das nossas controladas e Reorganização Societária, conforme explicado nas Seções 6 e 8 – itens 6.7 e 8.4, respectivamente, deste Formulário de Referência, passamos a ser detentores de 100% das ações de nossas subsidiárias, e nossos Sócios-Fundadores receberam, em contrapartida, 33,55% das ações de nossa emissão antes da realização de nossa oferta pública inicial de ações, de acordo com os respectivos acordos de aquisição. Além disso, os Sócios-Fundadores passaram a ser remunerados diretamente por nós por serviços por eles prestados. Portanto, o investidor das nossas ações não consegue mensurar todos os efeitos da Reorganização Societária, incluindo a consolidação de 100% dos resultados operacionais de nossas subsidiárias, a diluição decorrente da participação dos Sócios-Fundadores em nosso capital social, o reconhecimento de novas despesas e custos relativos à remuneração pelos serviços a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

serem prestados pelos Sócios-Fundadores a nós e outros possíveis impactos da Reorganização Societária em nossas demonstrações financeiras. Para mais informações sobre alguns possíveis impactos dessa Reorganização Societária, vide "Estudo Técnico" anexo ao Prospecto da nossa oferta pública inicial de ações.

Adicionalmente, nossas demonstrações financeiras refletem a consolidação de 100% do resultado da Farmais a partir de dezembro de 2010, data em que efetuamos sua aquisição. Não preparamos demonstrações financeiras combinadas da Farmais e nossa para o exercício social de 2009 (a partir da data da aquisição da Farmais pelo nosso Acionista Controlador) e para o exercício social de 2010.

Devido aos fatores acima, as demonstrações financeiras refletidas neste Formulário de Referência podem não ser um bom instrumento para avaliação de nossa performance passada e nossa situação econômico-financeira atual, pois não apresentam informações sobre os resultados e operações das nossas subsidiárias antes da respectiva data da sua aquisição e não são indicativas de nossos resultados e performance futuros.

Nosso Estudo Técnico baseia-se em premissas, estimativas e expectativas futuras que não consistem na garantia de nosso desempenho futuro.

O nosso Estudo Técnico foi preparado pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. com base em informações públicas ou fornecidas por nós e pelas sociedades investidas, visando a passar um maior entendimento sobre o nosso modelo de negócios.

O Estudo Técnico, incluído como anexo ao nosso Prospecto, contém premissas e estimativas que têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e tendências que afetam ou que potencialmente venham a afetar os nossos negócios operacionais. Estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Os nossos resultados efetivos podem ser adversamente impactados e conseqüentemente comprovarem-se substancialmente diferentes das expectativas descritas no nosso Estudo Técnico, pelo que tais estimativas não consistem a garantia de nosso desempenho futuro.

Se não tivermos êxito em eventuais aquisições que viermos a realizar, o nosso crescimento poderá ser adversamente afetado.

Um dos pilares da nossa estratégia de crescimento é a aquisição de farmácias e redes de drogarias que proporcionem integração com as plataformas já existentes ou o desenvolvimento de novas plataformas de atuação. Buscamos redes de drogarias que sejam líderes em suas regiões de atuação, avaliamos o potencial do mercado onde atuam, o retorno do investimento e as possíveis sinergias com as redes de drogarias que já fazem parte do nosso portfólio.

No entanto, a realização de aquisições que contribuam para o nosso crescimento e que agreguem valor ao nosso negócio e aos nossos acionistas depende de diversos fatores, dentre eles, nossa capacidade de identificar empresas ou ativos para aquisição, negociar preços adequados, selecionar potenciais Sócios-Fundadores, bem como integrar e manter a qualidade da operação das empresas ou ativos adquiridos. A

4.1 - Descrição dos fatores de risco

análise errônea de quaisquer desses fatores pode resultar em uma aquisição não adequada ao nosso plano de expansão, o que poderia resultar em um efeito adverso para nós.

Além disso, eventuais aquisições poderão aumentar nossos custos, bem como exigir que aumentemos nossa dívida ou acessemos os mercados financeiros e de capitais, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar na diluição da participação societária de nossos acionistas em nosso capital social. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá impactar nossos resultados e, conseqüentemente, reduzir os dividendos a serem pagos aos nossos acionistas.

As aquisições também apresentam o risco de exposição às obrigações e contingências das empresas ou ativos adquiridos, devido a atos prévios de administração e responsabilidade anteriormente incorridas. O processo de auditoria legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências que vierem a ser identificadas. Caso existam contingências significativas oriundas das aquisições, estas poderão prejudicar adversamente nossas atividades e resultados. Todas as empresas que adquirimos no passado e muitas das que poderemos adquirir no futuro são empresas não sujeitas à auditoria externa independente, o que poderá aumentar ainda mais os riscos relacionados às nossas aquisições.

Nossa estratégia de aquisições envolve riscos relacionados à integração dos negócios adquiridos.

O processo de integração das operações de empresas que adquirimos e venhamos a adquirir no curso dos nossos negócios pode resultar em dificuldades de natureza operacional, contábil, comercial, financeira e contratual, incluindo, mas não se limitando à (i) dificuldade em mantermos um bom relacionamento com as sociedades adquiridas, incluindo os sócios-fundadores; (ii) dificuldade de integrar operações, contabilidade, pessoal, sistemas de informações gerenciais, esforços de pesquisa e desenvolvimento, *marketing*, logística, vendas e suporte, bem como problemas na assimilação das tecnologias, negócios e operações adquiridas; (iii) potencial perda de empregados-chave do negócio adquirido, incluindo Sócios-Fundadores; e (iv) custos adicionais não programados relacionados à operação de integração. Adicionalmente, o esforço com a integração de empresas, serviços ou produtos adquiridos, poderá demandar parcela significativa de nossos recursos administrativos, operacionais e financeiros, o que poderá prejudicar nossas atividades atualmente existentes.

Em razão de quaisquer dos fatores mencionados acima, podemos não ser capazes de implementar com êxito nossa estratégia de integração das empresas adquiridas ou de obter os patamares esperados de redução de custos.

A impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico poderá nos afetar adversamente.

Nosso crescimento orgânico depende, principalmente, da nossa capacidade de abrir novas lojas com êxito, tanto nas regiões em que já atuamos, quanto em outras regiões que comportem a entrada de um novo concorrente. Essa capacidade de abertura e operação de novas lojas está sujeita a diversos riscos e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

incertezas. Nossa capacidade de expansão poderá ser prejudicada se não formos capazes de identificar pontos comerciais estrategicamente localizados e adequados para instalação das nossas lojas, ou caso as condições de locação sejam desfavoráveis ou se os investimentos necessários para adequação do imóvel às nossas necessidades forem muito elevados.

Ademais, regulamentações sobre uso do solo e leis de zoneamento mais rigorosas nas regiões em que operamos poderão tornar mais cara e difícil a obtenção de pontos comerciais estrategicamente localizados e adequados para instalação das nossas lojas.

Além disso, lojas novas ou lojas abertas recentemente poderão não alcançar o nível de receita e lucratividade no tempo estimado por nós, em comparação ao apresentado por nossas lojas abertas há mais de três anos, ou lojas que viemos a adquirir em virtude de aquisições. Nossas novas lojas ou lojas abertas recentemente poderão afetar negativamente a lucratividade das nossas lojas já existentes, o que poderá afetar de forma adversa nossas atividades e nossos resultados consolidados.

Outros riscos relacionados à abertura de novas lojas são: insuficiência de recursos financeiros para suportar a operação das lojas em período de maturação, surgimento de novos concorrentes para o segmento farmacêutico; incapacidade de contratar e treinar funcionários qualificados para operar novas lojas; dificuldades relacionadas ao pouco conhecimento de novas regiões geográficas onde pretendemos ter novas lojas; descuido em manter a identidade das nossas marcas; diminuição de demanda por nossos produtos; atraso no cronograma de abertura de novas lojas em função dos órgãos governamentais envolvidos na concessão das autorizações necessárias. A ocorrência de qualquer um dos riscos listados acima poderá afetar adversamente nossas atividades e resultado.

A incapacidade de retermos membros da nossa alta administração, o nosso acionista controlador, ou nossos colaboradores poderá afetar adversamente nossas atividades.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva e de implementar a estratégia traçada depende significativamente das contribuições da nossa alta administração e de nossos Sócios-Fundadores. Contudo, não podemos assegurar que conseguiremos reter nossos atuais membros do Conselho de Administração e Diretoria, nossos Sócios-Fundadores, ou atrair novos profissionais qualificados. Ademais, grande parte desses profissionais colaboram ou são vinculados aos nossos atuais Acionistas Controladores ou acionistas com participação significativa. A perda de qualquer dos membros da nossa alta administração, a nossa incapacidade de atrair e reter outros profissionais qualificados, bem como a venda de participação dos nossos atuais Acionistas Controladores poderá causar um efeito adverso relevante em nossas atividades e, conseqüentemente, em nossos resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, podemos ser afetados adversamente se não conseguirmos contratar, reter ou qualificar nossos demais profissionais. Nossa estratégia de negócios exigirá a abertura de novas lojas e a consequente contratação, treinamento e retenção de profissionais. Falhas em reter, motivar ou treinar profissionais qualificados para a abertura de novas lojas e a incapacidade de suprir lacunas decorrentes do aumento da demanda por nossos produtos e serviços com o início das atividades das novas lojas poderão prejudicar o processo de abertura das nossas lojas e nossos resultados operacionais e financeiros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma futura escassez de farmacêuticos no mercado brasileiro, poderá acarretar em aumento de salários ou limitar nossa capacidade de conservar ou recrutar novos farmacêuticos em número significativo e limitar nossa capacidade de (i) abertura de novas lojas no longo prazo, (ii) comercialização de nossos produtos, e (iii) prestação de serviços farmacêuticos de alto padrão aos nossos clientes, afetando adversamente nossas atividades.

Somos beneficiários de incentivos fiscais estaduais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais incentivos, bem como alterações na legislação tributária aplicável às nossas operações poderiam causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nós somos beneficiários de incentivos fiscais estaduais que nos proporcionam redução do Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias – ICMS. Em 31 de março de 2011, tais benefícios nos favoreciam com uma redução de nossa carga tributária em nossas Operações Próprias do Nordeste. Não podemos assegurar que os programas de incentivo fiscal dos quais nos beneficiamos serão mantidos parcial ou totalmente até suas datas de encerramento previstas em lei, que seremos capazes de renovar ou substituir tais incentivos no futuro, ou ainda que não serão criados novos tributos ou majoradas as alíquotas dos tributos existentes incidentes sobre os produtos que comercializamos. Adicionalmente, se formos incapazes de atender às exigências existentes sob os diversos programas de incentivo fiscal ou se tais incentivos fiscais tiverem sua legalidade questionada por terceiros como, por exemplo, o Ministério Público, outros Estados brasileiros, ou até outras autoridades públicas futuras, que resultem em processos contra nós, nossos incentivos podem ser cancelados e nós podemos ser requisitados a pagar retroativamente todo o valor do benefício que tivermos usado até a data do julgamento, sujeito aos limites prescricionais. Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos Estados.

Qualquer suspensão, vencimento antecipado, repagamento ou incapacidade em renovar os incentivos fiscais, bem como alterações na legislação tributária poderiam vir a causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de renovar os contratos de locação atualmente vigentes em condições favoráveis e podemos não ser capazes de alugar novos pontos estratégicos para nossas operações.

A totalidade de nossas lojas era objeto de contrato de locação em 31 de março de 2011. Tais lojas estão localizadas em pontos estratégicos e de alta visibilidade, sendo isso um fator de grande relevância para o desenvolvimento de nosso modelo comercial. Caso não consigamos renovar os contratos de alugueis de nossas lojas em termos razoáveis, ou caso sejamos obrigados a alterar a localização de novas lojas para pontos que não tenham a mesma visibilidade que possuímos atualmente, nossas atividades podem ser afetadas adversamente.

Enfrentamos competição de outras empresas do setor varejista farmacêutico pela obtenção e manutenção de pontos comerciais frequentados pelo nosso público-alvo. Não existe qualquer garantia de que conseguiremos renovar nossas locações existentes ou que conseguiremos novos pontos comerciais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

diferenciados em condições favoráveis, ou que, no caso de renovação de aluguel, este poderá ser mantido em termos semelhantes. Se não conseguirmos renovar nossas locações, se não conseguirmos obter novas locações ou se formos obrigados a alterar a localização de nossas lojas próprias ou das lojas franqueadas para locais que não têm a mesma visibilidade que possuímos atualmente ou que não sejam frequentados pelo nosso público-alvo, nosso negócio, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais seriam adversamente afetados.

Ainda, como resultado da concorrência por tais pontos comerciais, determinados locadores vêm conseguindo cada vez mais demandar termos mais favoráveis de locação para eles, resultando em diminuição de margens por parte dos comerciantes. Além de prazos mais curtos, contratos de locação em *shopping centers* frequentemente estabelecem valores mínimos garantidos independentemente de vendas, além de percentual sobre o faturamento mensal bruto auferido pelo estabelecimento. Caso as nossas vendas sejam inferiores ao esperado, nossa lucratividade pode ser negativamente afetada de forma significativa.

Ademais, até a data deste Formulário de Referência, não obtivemos os consentimentos por escrito de alguns dos nossos locadores em relação a aquisições de controle societário de alguns de nossos negócios e posteriores alterações em nossa estrutura acionária, conforme é exigido pela maioria dos contratos de locação. A ausência deste consentimento escrito pode implicar a rescisão dos contratos de locação correspondentes e o pagamento da multa neles previstas. A rescisão desses contratos poderá ter um efeito adverso para os nossos negócios, tendo em vista que algumas das lojas instaladas nos imóveis objeto de tais contratos representam parcela significativa de nosso faturamento.

Dependemos de poucos centros de distribuição para distribuir nossos produtos.

A distribuição de mercadorias para todas as nossas lojas próprias e lojas franqueadas parte de três centros de distribuição. Qualquer interrupção significativa na operação de nossos centros de distribuição, ou em nossa infraestrutura de transportes e logística devido a qualquer desastre da natureza, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, problemas com licenças ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias para nossas lojas, o que pode causar queda nas vendas e impactar negativamente nossos resultados operacionais.

Os imóveis que ocupamos por meio dos nossos Centros de Distribuição, de lojas próprias ou lojas franqueadas, bem como os que poderemos vir a ocupar estão sujeitos a licenças municipais e do corpo de bombeiros.

Os imóveis que ocupamos ou poderemos vir a ocupar estão sujeitos a licenças municipais e do corpo de bombeiros. Não podemos assegurar que nós, ou nossos franqueados, seremos capazes de obter a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção de tais licenças irão de fato obtê-las. Também não podemos assegurar que a obtenção destas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas. A falta de uma destas licenças ou o atraso ou, ainda, o indeferimento da sua obtenção ou renovação podem implicar penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A imposição

4.1 - Descrição dos fatores de risco

destas penalidades, em especial o fechamento de lojas, poderá ter um efeito prejudicial sobre nossas receitas e resultado operacional.

Interrupções ou falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou ainda, a necessidade de aprimorar os nossos sistemas poderão impactar adversamente nossas operações.

O êxito de nossas operações depende significativamente do desempenho dos nossos sistemas de gerenciamento de informações. Nossas atividades dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade dos nossos centros de dados e demais sistemas, incluindo nossos sistemas de pontos de venda, de comunicação, sistemas centralizados de logística e demais aplicativos de *software* utilizados para controlar nossos estoques e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial.

Poderemos ser adversamente afetados se algum desses sistemas for interrompido ou danificado por eventos imprevistos ou falhas de longo prazo, inclusive aquelas causadas por terceiros. A falha desses sistemas poderá prejudicar a exatidão do processamento de nossas vendas e disponibilidade da nossa contabilidade, relatórios comerciais e financeiros, sistemas e nossa capacidade de realizar e projetar adequadamente nossos resultados operacionais e necessidade de caixa.

Adicionalmente, para administrar o crescimento esperado para as nossas operações, é possível que exista a necessidade de continuar a aprimorar nossos sistemas operacionais e financeiros e, deste modo, poderemos ter aumentos substanciais em nossas despesas e problemas de integração, o que poderia afetar adversamente nossos resultados financeiros.

Eventuais problemas de relacionamento com nossos franqueados poderão impactar adversamente nossas operações e resultados.

Poderão ocorrer problemas inerentes ao negócio de franquias, tais como dificuldades de relacionamento com os nossos franqueados ou na expansão de nossa rede de franquias, que poderão causar danos à nossa marca de franquias e gerar reflexos negativos em nossas operações de franquias, nossas marcas e resultados. Em decorrência de tais problemas, podemos ter uma redução no número de franquias ou as franquias podem sofrer um impacto negativo direto em suas vendas. Caso isso ocorra, poderá ocorrer uma redução no nosso ganho de escala, afetando nossa capilaridade e presença geográfica.. Quaisquer destes fatores poderão impactar adversamente nossos resultados.

Adquirimos estabelecimentos comerciais sob a forma de Unidades Produtivas Isoladas nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 11.101/05 e tais aquisições podem ser questionadas posteriormente por autoridades governamentais.

Em 10 de junho de 2010, adquirimos 16 estabelecimentos comerciais anteriormente operados sob a bandeira "Farmácia dos Pobres" da empresa N Landim Comércio Ltda., ou N Landim, sob a forma de Unidades Produtivas Isoladas, ou UPI. A N Landim se encontra em processo de recuperação judicial em trâmite na 33ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado de Pernambuco.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A aquisição realizou-se nos termos dos artigos 140 e 141, II da Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, ou Lei nº 11.101, e a aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia Geral de Credores da N Landim obedeceu aos trâmites legais e foi posteriormente homologada pelo Judiciário, sendo que na respectiva decisão declarou-se a inexistência de sucessão sobre os estabelecimentos adquiridos. O plano de recuperação judicial foi cumprido. Contudo, não podemos garantir que no futuro não seremos questionados autoridades governamentais sobre as obrigações de responsabilidade da N Landim. Tais questionamentos poderão afetar adversamente nossas atividades, na medida em que os credores poderão tentar nos responsabilizar por eventos pretéritos à aquisição.

Existem riscos que podem não estar cobertos pelas apólices de seguros contratadas

Embora acreditemos que contratamos seguros adequados às nossas atividades e de acordo com as práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, ou caso o limite de nossa cobertura de seguro não seja suficiente para cobrir os riscos que podemos sofrer, poderemos incorrer em custos adicionais para recomposição e/ou reforma de ativos danificados ou para indenizar terceiros prejudicados, o que poderá afetar os nossos resultados operacionais nos causando prejuízos financeiros.

b. relacionados ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Com a realização de nossa primeira oferta pública de ações, bem como a outorga e exercício de opção de permuta de ações por parte dos nossos Sócios-Fundadores, não teremos acionista controlador ou grupo de controle que detenha mais que 50% de nossas ações, o que irá nos deixar suscetíveis a alianças entre acionistas, conflito entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle.

Quando da outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das nossas controladas, detidas por nossos Sócios-Fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa oferta pública inicial de ações, deixaremos de possuir um grupo de controle que detenha mais do que 50% de nossas ações. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre os antigos e os novos acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de termos um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório, poderemos sofrer mudanças repentinas e inesperadas das nossas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos nossos administradores. A ausência de um grupo de controle que detenha mais de 50% de ações de nossa emissão, por outro lado, poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quorum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações.

Os interesses de nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários.

Vários parceiros e funcionários do grupo BTG Pactual também são membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria. Isso pode potencialmente gerar ações que conflitem com os interesses de nossos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

outros acionistas, ou que não resultem em uma melhoria de nossos resultados operacionais, e pode causar conflitos com os interesses dos demais acionistas em fazer aquisições, a venda de ativos, celebração de parcerias, em busca de decisões de natureza financeiras e outras.

Ademais, os interesses do Banco BTG Pactual S.A. e BTG US Capital Corp. podem estar relacionados ao preço por ação de nossa oferta pública inicial de ações, principalmente porque os membros de nossa administração são relacionados aos nossos acionistas controladores. Para informações adicionais, veja a seção “Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta”, do nosso Prospecto.

c. relacionados aos acionistas da Companhia

Programas de opção de compra de ações aprovados por nosso Conselho de Administração no contexto de nosso Plano de Opção de Compra de Ações poderão fazer com que nossos administradores (não incluindo os membros do nosso Conselho de Administração) e funcionários elegíveis busquem retornos a curto prazo, o que poderá conflitar com os interesses dos acionistas que buscam retornos a longo prazo em seus investimentos em nossas ações.

Nossos administradores (não incluindo os membros do nosso Conselho de Administração) e funcionários poderão ser beneficiários de plano de opção de compra de ações de nossa emissão, cujo potencial ganho para seus beneficiários está vinculado ao maior valor de mercado de nossas ações. O fato de uma parcela relevante da remuneração dos administradores e executivos estar intimamente ligada à geração de nossos resultados e ao desempenho de nossas ações pode levar a nossa administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Ademais, no caso da outorga e exercício das opções previstas nos planos, os investidores da nossa oferta pública inicial de ações poderão sofrer diluição de sua participação acionária pela emissão de novas ações e diluição adicional, caso o preço de exercício seja inferior ao preço de mercado de nossas ações.

Para informações adicionais sobre os Planos de Opções de Compra de Ações, ver Seção 13 deste Formulário de Referência “Remuneração dos Administradores”.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade de venda de ações ordinárias ao preço e tempo desejáveis pelos investidores.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em mercados desenvolvidos. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos. Em 31 de março de 2011, a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA, apresentou uma capitalização bursátil de aproximadamente R\$2,58 trilhões, com um volume médio diário de negociação de R\$6,74 bilhões durante o ano de 2011. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado. As dez principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por, aproximadamente, 49,8%

4.1 - Descrição dos fatores de risco

do volume total de ações negociadas nessa bolsa durante o ano de 2011. Essas características podem limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender nossas ações ao preço e no momento desejado, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre a cotação das nossas Ações.

Os titulares de nossas ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei de Sociedades por Ações, e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a dividendo mínimo de pelo menos 25% de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social ou em alteração do preço de mercado das ações.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio da colocação pública ou privada de valores mobiliários. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do nosso capital social, incluindo títulos conversíveis em ações, poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social ou afetar o preço de mercado de nossas ações.

d. relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Os riscos relacionados às nossas controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

e. relacionados aos fornecedores da Companhia

Mudanças na cadeia produtiva e de fornecimento na indústria farmacêutica brasileira poderão ter efeito adverso em nossos negócios.

Eventuais mudanças na cadeia produtiva e no fornecimento do mercado farmacêutico brasileiro que poderão gerar efeitos adversos nos nossos negócios incluem:

- mudanças na política de fabricação de produtos farmacêuticos ou procedimentos que afetem, dentre outros, preços, venda, custo, estoque, distribuição e fornecimento e prazos de pagamento;
- mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;
- mudanças na legislação ou regulamentação relativa à indústria farmacêutica;
- imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos, e
- aumento de venda de produtos farmacêuticos pelos supermercados e demais varejistas brasileiros, que prejudiquem nossas vendas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Futuras mudanças na indústria farmacêutica brasileira poderão afetar adversamente o fornecimento, demanda e preços dos nossos produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado atual e futuro, com conseqüente efeito adverso para nós.

Dependemos de certos distribuidores para a aquisição dos produtos comercializados nas nossas farmácias e, caso os contratos com esses distribuidores sejam encerrados, descumpridos, ou não renovados, a aquisição de produtos pelas farmácias e, conseqüentemente, nossas atividades, podem ser afetadas adversamente

Parte significativa dos produtos adquiridos por nossas farmácias é fornecida por alguns distribuidores, com os quais firmamos contratos comerciais. No entanto, tais contratos podem ser descumpridos pelos distribuidores ou rescindidos sem justo motivo mediante prévia notificação. Dessa forma, caso os contratos firmados com nossos principais distribuidores venham a ser descumpridos, não renovados, ou rescindidos, o fornecimento de produtos para nossas farmácias pode ser prejudicado, o que poderá afetar adversamente nossas atividades.

f. relacionados aos clientes da Companhia

Não possuímos riscos relacionados aos nossos clientes.

g. relacionados ao setor da economia de atuação da Companhia

O aumento da concorrência no mercado de drogarias e a crescente consolidação do setor de varejo farmacêutico no Brasil poderão afetar nossas margens e resultados operacionais.

Operamos no mercado brasileiro de drogarias, um setor altamente competitivo. Concorremos com redes de drogarias nacionais, regionais e locais, drogarias independentes, serviços de venda por telefone, empresas de venda direta, farmácias de manipulação, fornecedores de produtos farmacêuticos e de beleza pela internet e demais varejistas, tais como supermercados, Perfumarias e lojas de Conveniência. Ademais, novos varejistas poderão ingressar no nosso mercado e também se tornar nossos concorrentes.

A concorrência é caracterizada por diversos fatores tais como localização, variedade de produtos, propaganda, formas de comercialização, preço, qualidade, serviços, força da marca e disponibilidade de crédito. Caso não sejamos capazes de antecipar, prever e atender às preferências dos nossos clientes, poderemos perder receita e participação de mercado para nossos concorrentes. Um aumento material da concorrência nos mercados em que operamos por meio do surgimento de novos concorrentes ou da expansão dos concorrentes atuais poderá prejudicar nossa participação de mercado e exercer pressão para redução dos nossos preços, ocasionando a redução da nossa margem de lucro.

Adicionalmente, o setor de varejo em que atuamos está em processo de crescimento e de consolidação, e nós competimos com concorrentes com forte capacidade competitiva e com grande disponibilidade de recursos financeiros, cujas ações mercadológicas podem afetar adversamente nossas atividades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Drogarias estão intrinsecamente sujeitas à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, e a cobertura do nosso seguro poderá não ser adequada para arcar com quaisquer danos sofridos por clientes.

As drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, bem como à prestação de serviços farmacêuticos. Reclamações de responsabilidade civil podem ser apresentadas contra nós, no tocante a qualquer dos produtos farmacêuticos ou de outra natureza que vendemos e aos serviços que prestamos, independentemente de qualquer culpa por nossa parte, e poderemos ser obrigados a suspender ou interromper nossas atividades e a venda de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços, ou, ainda, a recolher produtos por nós comercializados e a pagar indenizações a nossos clientes. Adicionalmente, o limite da nossa cobertura de seguro poderá não ser adequado para nos proteger de danos e prejuízos causados por tais reclamações e poderemos não ser capazes de manter cobertura de seguro com condições adequadas para esses riscos.

Finalmente, tais reclamações podem causar danos à nossa reputação. Quaisquer dessas consequências resultantes de reclamações acarretariam efeitos adversos para os nossos negócios.

h. relacionados à regulação do setor de atuação da Companhia

Estamos sujeitos a regulamentações que impõem controles de preço sobre a maior parte dos produtos farmacêuticos que vendemos. Essas regulamentações podem requerer aumentos nas despesas de loja ou mesmo limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar custos a nossos clientes, o que poderá nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controles de preços sobre a maior parte dos produtos farmacêuticos que vendemos e que regulamentam a forma como desempenhamos nossas atividades. Os preços que cobramos por tais produtos estão sujeitos à monitoração pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, ou CMED. Adicionalmente, mudanças nas regras atuais de controle de preços poderão ser impostas e poderão resultar na redução de nossa margem de lucro e, também, baixa rentabilidade para as demais farmácias que sofrerem tais imposições. Não podemos garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos aos produtos farmacêuticos no futuro, o que poderá afetar adversamente nossa lucratividade.

A observância de exigências regulatórias existentes ou novas exigências aplicáveis à cadeia produtiva dos produtos por nós comercializados poderão nos afetar adversamente.

As cadeias produtivas de medicamentos e de produtos de Perfumaria estão sujeitas à ampla regulamentação federal, estadual e municipal em relação a operações e normas de segurança impostas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou Anvisa, e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Vigilância Sanitária, bem como por leis e regulamentos correlatos aplicáveis ao meio ambiente, medidas de saúde e segurança, inclusive a entrega, manuseio e descarte de substâncias perigosas, e a imposição de exigências para controle da comercialização de determinados medicamentos. Não podemos garantir que as agências reguladoras ou o Poder Judiciário reconhecerão que nós atendemos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

às exigências impostas por tais leis e regulamentos ou que conseguiremos cumprir novas exigências legais ou regulamentares dentro do prazo estipulado pelas autoridades competentes. Ademais, nossas operações poderão ser cobertas por regulamentação especial, estadual ou municipal, tais como leis de zoneamento e restrições à publicidade e comercialização.

O atraso no cumprimento ou o descumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis às nossas atividades poderão acarretar, após o devido processo administrativo ou judicial, sanções de natureza administrativa, civil ou penal à nós, causando efeitos adversos, tais como a suspensão de pagamentos nos termos de programas governamentais; perda de licenças governamentais; perda de autorizações para participação ou exclusão de programas de recuperação fiscal; perda de licenças operacionais para uma ou mais lojas ou para condução de certas atividades comerciais, com possível interrupção de operação de lojas; ou a imposição de multas ou penalidades significativas que poderão nos prejudicar. Ademais, as alterações de tais leis e regulamentos poderão restringir nossas operações existentes, limitar nossa expansão e exigir que alteremos nossos sistemas ou procedamos a alterações operacionais que poderão ser difíceis e/ou onerosas de serem implementadas.

Nossas farmácias podem sofrer penalidades por não estarem cumprindo regularmente com todas as renovações dos alvarás sanitários locais, autorizações de funcionamento expedidas pela ANVISA e certidões de regularidade técnica.

Estamos sujeitos a penalidades das Vigilâncias Sanitárias Locais, Anvisa e Conselhos Regionais de Farmácia caso nossas farmácias funcionem sem o devido licenciamento. De acordo com a Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977, os estabelecimentos farmacêuticos que descumpram com as renovações dos alvarás sanitários locais, autorizações de funcionamento expedidas pela Anvisa e certidões de regularidade técnica podem sofrer penalidades que variam desde a cominação de advertência e aplicação de multas até o fechamento destes estabelecimentos farmacêuticos.

Nossas aquisições podem sofrer restrições ou podem não ser aprovadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

De acordo com a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme alterada, ou Lei nº 8.884, qualquer operação que tenha efeitos sobre o mercado brasileiro e que resulte na concentração da participação de uma empresa, em determinado mercado relevante, acima de 20,0%, ou que envolva qualquer companhia ou grupo de companhias com volume de receitas anuais igual ou superior a R\$400,0 milhões, deve ser submetida à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência determinará quando uma transação poderá afetar negativamente as condições concorrenciais no mercado em que atuamos ou afetar negativamente os consumidores deste mercado. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência pode não aprovar aquisições que viermos a realizar, ou pode, ainda, impor condições onerosas para a aprovação dessas aquisições, como por exemplo, a venda de partes de nossas operações, restrições a nossas operações ou ao uso de determinadas marcas, a fim de aprovar tais aquisições, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Acreditamos que as aquisições realizadas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nas regiões em que já estamos presentes são as que apresentam maior probabilidade de restrições pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Em 6 de outubro de 2010, celebramos um Instrumento Particular de Contrato de Associação por meio de Compra e Venda de Ações e Subscrição de Ações e Outras Avenças entre a nossa subsidiária BRPG Alpha Administração e Participações S.A. e a Drogaria Guararapes Brasil Ltda. pelo qual, após a reestruturação societária das empresas, culminou na transformação da Guararapes Brasil em sociedade por ações, adquirimos e subscrevemos ações correspondentes a uma participação de 66,78% das ações da Drogaria Guararapes Brasil S.A. Por tal aquisição de participação societária se enquadrar nas características descritas na Lei nº 8.884, submetemos à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na data deste Formulário de Referência, a referida transação encontrava-se sob análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.011496/2010-08).

Ademais, em 30 de janeiro de 2011, foi celebrado Acordo de Investimento e Outras Avenças entre a nossa subsidiária BRPG Beta Administração e Participações S.A., a Drogaria Mais Econômica S.A., ou Mais Econômica, e o Sr. Wilson José Lopes, tendo sido referido Acordo aditado pelas partes em 30 de março de 2011. Após a transformação da Mais Econômica em uma sociedade por ações, por meio de nossa subsidiária, adquirimos uma participação equivalente a 60,0% do capital social da Mais Econômica. Por tal aquisição de participação societária se enquadrar nas características descritas na Lei nº 8.884, submetemos à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na data deste Formulário de Referência, a referida transação encontrava-se sob análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.002340/2011-17).

i. relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Atualmente, não atuamos em países estrangeiros. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance. Buscamos desenvolver e manter um estreito relacionamento com nossos fornecedores, franqueados, empregados, parceiros e clientes, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em nossas atividades. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e possuímos uma gestão de caixa profissionalizada e experiente.

Não obstante o acima exposto, no que se refere aos riscos relacionados a nós vale notar que estamos sujeitos a:

- (i) a riscos relacionados ao fato de sermos uma companhia recém formada, cujas demonstrações financeiras e outras informações apresentadas no Formulário de Referência podem não ser um bom instrumento para avaliação de nossa performance, além de termos utilizado como complemento em nossa oferta um Estudo Técnico, que se baseia em premissas, estimativas e expectativas futuras que não consistem na garantia de nosso desempenho futuro. Com o passar do tempo, a medida em que formos desempenhando nossas atividades como companhia aberta, as nossas demonstrações financeiras se tornarão instrumentos aptos para avaliar a nossa performance e não mais utilizaremos um estudo técnico;
- (ii) a riscos relacionados à nossa expectativa de crescimento por aquisições, cuja tendência é de permanência no mesmo patamar ou aumento, vez que temos como meta a aquisição de novos negócios. Desse modo, o nosso crescimento poderá ser adversamente afetado caso não tenhamos êxito em eventuais aquisições que viermos a realizar, caso não consigamos realizar a integração dos negócios adquiridos, além do risco de sucessão dos negócios e/ou estruturas adquiridas;
- (iii) a impossibilidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento orgânico, o que poderá ser aumentado a medida em que o mercado se torne mais competitivo nas regiões nas quais atuamos;
- (iv) riscos relacionados ao fato de sermos beneficiários de incentivos fiscais estaduais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais incentivos, bem como alterações na legislação tributária aplicável;
- (v) riscos relacionados aos nossos imóveis, quais sejam, podemos não ser capazes de renovar os contratos de locação atualmente vigentes em condições favoráveis e podemos não ser capazes de alugar novos pontos estratégicos para nossas operações, bem, como relacionados ao fato de os imóveis que ocupamos por meio dos nossos centros de distribuição, de lojas próprias ou lojas franqueadas, bem como os que poderemos vir a ocupar estão sujeitos a licenças municipais e do corpo de bombeiros, as quais podemos não obter sucesso em receber. Nesses casos, apesar de agirmos com diligência, principalmente em razão da nossa meta de crescimento orgânico e por aquisições, não existe expectativa de redução dos riscos;
- (vi) riscos relacionados à incapacidade de retermos membros da nossa alta administração, o nosso acionista controlador, que não temos expectativa de sua redução;
- (vii) riscos relacionados a dependermos de poucos centros de distribuição para distribuir nossos produtos, que não temos expectativa de redução;

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

- (viii) riscos relacionados a interrupções ou falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou ainda, a necessidade de aprimorar os nossos sistemas que não temos expectativa de sua redução;
- (ix) riscos relacionados à eventuais problemas de relacionamento com nossos franqueados poderão impactar adversamente nossas operações e resultados, o que tende a aumentar na medida em que aumente também o nosso número de franquias; e
- (x) o fato de existirem riscos que podem não estar cobertos pelas apólices de seguros contratadas, que apesar de termos uma política conservadora de seguros, não temos expectativa de redução.

No que se refere aos riscos relacionados ao nosso grupo de controle vale notar que, após a realização da nossa oferta pública inicial de ações saberemos se existirá um grupo de acionistas com mais de cinquenta por cento das ações de nossa emissão e revisaremos de acordo com aquela realidade.

No que se refere aos riscos relacionados aos nossos acionistas, informamos que não existe expectativa de redução de nenhum dos riscos abaixo citados:

- (i) Programas de opção de compra de ações aprovados por nosso Conselho de Administração no contexto de nosso Plano de Opção de Compra de Ações poderão fazer com que nossos Diretores e funcionários elegíveis busquem retornos a curto prazo, o que poderá conflitar com os interesses dos acionistas que buscam retornos a longo prazo em seus investimentos em nossas ações;
- (ii) A volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade de venda de ações ordinárias ao preço e tempo desejáveis pelos investidores;
- (iii) Os titulares de nossas ações poderão não receber dividendos; e
- (iv) Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social ou em alteração do preço de mercado das ações.

No que se refere aos riscos relacionados aos nossos fornecedores, informamos que não existe expectativa de redução de nenhum dos riscos abaixo citados:

- (i) continuaremos sujeitos a mudanças na cadeia produtiva e de fornecimento na indústria farmacêutica brasileira que poderão ter efeito adverso em nossos negócios; e
- (ii) continuaremos dependentes de certos distribuidores para a aquisição dos produtos comercializados nas nossas farmácias e, caso os contratos com esses distribuidores sejam encerrados, descumpridos, ou não renovados, a aquisição de produtos pelas farmácias e, conseqüentemente, nossas atividades, podem ser afetadas adversamente.

No que se refere aos riscos relacionados ao nosso setor de atuação, informamos que não existe expectativa de redução de nenhum dos riscos abaixo citados:

- (i) o aumento da concorrência no mercado de drogarias e a crescente consolidação do setor de varejo farmacêutico no Brasil poderão afetar nossas margens e resultados operacionais; e
- (ii) drogarias estão intrinsecamente sujeitas à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, e a cobertura do nosso seguro poderá não ser adequada para arcar com quaisquer danos sofridos por clientes.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

No que se refere aos riscos relacionados à regulação de nosso setor de atuação, informamos que não existe expectativa de redução de nenhum dos riscos abaixo citados:

- (i) continuaremos sujeitos a regulamentações que impõem controles de preço sobre a maior parte dos produtos farmacêuticos que vendemos. Essas regulamentações podem requerer aumentos nas despesas de loja ou mesmo limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar custos a nossos clientes, o que poderá nos afetar adversamente;
- (ii) a observância de exigências regulatórias existentes ou novas exigências aplicáveis à cadeia produtiva dos produtos por nós comercializados continuarão a poder nos afetar adversamente;
- (iii) nossas farmácias continuaram podendo sofrer penalidades por não estarem cumprindo regularmente com todas as renovações dos alvarás sanitários locais, autorizações de funcionamento expedidas pela ANVISA e certidões de regularidade técnica; e
- (iv) nossas aquisições continuarão podendo sofrer restrições ou podem não ser aprovadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Adicionalmente, encontra-se em discussão judicial a vigência de atos editados pela Anvisa que restringem a venda de produtos de conveniência e a disposição de determinados medicamentos em farmácias e drogarias, em detrimento de legislações estaduais que autorizam a sua comercialização. Até a data deste Formulário de Referência, há autorização judicial para que a venda desses produtos permaneça, muito embora ainda não tenha havido decisão definitiva a respeito do assunto. Contudo, eventual reconhecimento da validade dos atos editados pela Anvisa poderá trazer um possível efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de março de 2011, nós e nossas subsidiárias figurávamos como reclamada em 199 processos trabalhistas, os quais totalizavam o valor aproximado de R\$4,8 milhões. Em cumprimento à nossa política interna, temos provisionado o valor de R\$740 mil para as contingências prováveis.

Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza trabalhista que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam relevantes para nossos negócios.

(ii) Contingências Tributárias

Em 31 de março de 2011, nós e nossas subsidiárias figurávamos como ré em 43 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, os quais totalizavam o valor aproximado de R\$7.324 mil. Deste valor contingente, conforme avaliado por nossos advogados internos e externos, temos provisionado o valor de R\$1.024 mil para as contingências prováveis.

Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza tributária que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam relevantes para nossos negócios.

(iii) Contingências Cíveis

Em 31 de março de 2011, nós e nossas subsidiárias figurávamos como ré em 42 processos judiciais de natureza cível, os quais totalizavam o valor aproximado de R\$2,4 milhões. Deste valor contingente, conforme avaliado por nossos advogados internos e externos, temos provisionado no nosso passivo circulante e não circulante o valor de R\$103 mil para as contingências prováveis.

Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza cível que, individualmente e na avaliação de nossa administração, sejam relevantes para nossos negócios.

(iv) Contingências regulatórias

Alguns de nossos estabelecimentos farmacêuticos já sofreram - ou ainda sofrem - processos administrativos punitivos iniciados pela Anvisa, autoridades de vigilância sanitária locais e/ou pelo Conselho Regional de Farmácia, decorrentes de descumprimento de normas sanitárias, como, por exemplo, estabelecimentos que funcionam sem assistência técnica farmacêutica, violação de boas práticas de dispensação de medicamentos nas farmácias e drogarias, dentre outros. Não é possível quantificar o quanto estes processos afetam adversamente as nossas atividades, nem o valor de contingência envolvido. Conforme estabelecido na Lei 6.437/1977, as penalidades que podem ser imputadas aos estabelecimentos farmacêuticos variam desde a cominação de advertência e aplicação de multas até a apreensão de mercadorias irregulares, podendo acarretar, até mesmo, o fechamento dos estabelecimentos farmacêuticos.

Apesar de possuímos processos administrativos punitivos, verificamos a existência de (i) 19 autos de infração lavrados no Conselho Regional de Farmácia, ou CRF, de diversas cidades; (ii) 13 autos de infração

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

lavrados na Vigilância Sanitária de diversas cidades; (iii) 1 auto de infração lavrado pela Anvisa; (iv) 1 auto de infração lavrado pela Secretaria do Meio Ambiente de Caxias do Sul/RS; (v) 1 auto de infração lavrado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre/RS; e (vi) 1 auto de infração lavrado pela Prefeitura de Viamão/RS (Código de Posturas); (vii) 1 auto de infração lavrado pelo Instituto de Pesos e Medidas de Recife/PE; e (viii) 17 autos de infração lavrados pela Diretoria de Controle Urbano de Recife/PE. Não é possível quantificar o quanto estes autos de infração afetam adversamente as nossas atividades, nem o valor de contingência envolvido.

Cumprе notar que, em 28 de dezembro 2010, a BRPG Alpha Administração e Participações S.A. notificou o CADE (Ato de Concentração nº 08012.011496/2010-08) sobre a aquisição de participação societária na Drogaria Guararapes Brasil S.A. O referido ato se encontra pendente de análise pela SEAE, aguardando parecer ou novas providências. A chance de êxito do ato de concentração é provável. Não é possível prever o quanto eventuais restrições impostas pelo CADE afetariam adversamente as nossas atividades, nem quantificar eventual valor de contingência. Para mais informações sobre a aquisição da Drogaria Guararapes Brasil S.A., favor consultar o item 6.5 deste Formulário de Referência.

Por fim, cumprе notar que, em 18 de fevereiro 2011, notificamos o CADE (Ato de Concentração nº 08012.002340/2011-17) sobre a aquisição de participação societária na Drogaria Mais Econômica S.A. O referido ato se encontra pendente de análise pela SEAE, aguardando parecer ou novas providências. A chance de êxito do ato de concentração é provável. Não é possível prever o quanto eventuais restrições impostas pelo CADE afetariam adversamente as nossas atividades, nem quantificar eventual valor de contingência. Para mais informações sobre a aquisição da Drogaria Mais Econômica S.A., favor consultar o item 6.5 deste Formulário de Referência.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que nós ou nossas controladas sejamos partes e cujas partes contrárias sejam nossos administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou nossos investidores ou de nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que nós e/ou nossas controladas sejamos parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Parcelamentos

Possuímos parcelamentos de tributos federais, quais sejam, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, bem como de débitos de contribuições previdenciárias vinculados ao REFIS IV. Ademais, possuímos parcelamentos de ICMS. Estes parcelamentos têm prazos de pagamento totais de 120 meses.

Em novembro de 2009, nossa controlada Drogaria Mais Econômica S.A. optou por incluir no parcelamento do Programa de Parcelamento Fiscal, instituído pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, a totalidade de seus débitos constituídos, inclusive os inscritos em dívida ativa da União, que atendam aos requisitos previstos na referida lei, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou PGFN, e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou RFB, bem com os que se encontravam com a exigibilidade suspensa em decorrência de ações judiciais, impugnação e recursos administrativos cuja desistência foi efetuada nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 19 de novembro de 2009.

No referido Programa de Parcelamento Fiscal foram incluídos a totalidade dos seus débitos relativos a outros tributos administrados pela SRFB e o saldo remanescente de Programas de Parcelamento Fiscais anteriores. A soma dos débitos incluídos na quarta versão do Programa de Recuperação Fiscal, ou Refis IV, perfaziam a quantia de R\$3,6 milhões. Os parcelamentos relacionados ao Refis IV aguardam consolidação dos débitos por parte da PGFN e da RFB. Além disso, a Mais Econômica incluiu em parcelamento ordinário a totalidade dos seus débitos previdenciários que perfaziam quantia equivalente a R\$2,2 milhões.

Posteriormente, a Mais Econômica incluiu em parcelamento ordinário formalizado junto à RFB débitos de CSLL, COFINS, IRPJ e PIS, no valor de R\$3,2 milhões, que não puderam ser incluídos no parcelamento previsto pela Lei n.º 11.941/2009 uma vez que o vencimento dos tributos se deu após 30 de novembro de 2008.

Em novembro de 2009, nossa controlada Drogaria Rosário optou pela inclusão da totalidade de seus débitos federais, perante à RFB e o Instituto Nacional da Seguridade Social, no Refis IV. Os referidos débitos perfazem a quantia de R\$1,2 milhão. Os parcelamentos relacionados ao Refis IV aguardam consolidação dos débitos por parte da RFB e da PGFN.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois somos emissora nacional, temos sede no Brasil e nossas ações são custodiadas neste país.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos do Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal do Brasil, ou Governo Federal, que modifica as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações e outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que o Governo Federal possa adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) instabilidade econômica, política e social; (ii) índices de inflação; (iii) acontecimentos diplomáticos prejudiciais; (iv) controles cambiais e restrições à remessa de divisas ao exterior; (v) política fiscal e alterações da legislação tributária, inclusive das leis aplicáveis ao setor farmacêutico; (vi) taxas de juros; (vii) liquidez dos mercados de capital e empréstimo financeiro, nacionais e estrangeiros; (viii) expansão ou contração da economia brasileira, conforme medido por taxas de crescimento do seu produto interno bruto; e (ix) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico brasileiro, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

O movimento de valorização do Real frente ao Dólar, verificado desde o início do ano de 2009, culminou em mudanças na regulação e tributação da entrada de capital estrangeiro no Brasil, como por exemplo o recente aumento do IOF sobre as operações de captação externa. Além disso, recentemente o Governo Brasileiro aumentou o IOF sobre operações de crédito local, com o intuito de reduzir o consumo e assim conter um potencial avanço da inflação. Estes são exemplos de intervenções governamentais na economia que podem afetar o ambiente macroeconômico em que estamos inseridos e, potencialmente, afetar os nossos resultados.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Taxa de Juros e Inflação

As nossas obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis nos deixam expostos ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações são, basicamente, empréstimos e financiamentos com base no CDI e TJLP. Temos como política não operar com derivativos e também não termos negócio em moeda estrangeira.

Segue abaixo quadro demonstrando nosso endividamento e ativos financeiros.

| Em milhares de Reais | Indexador | Em 31 de março de 2011 |
|----------------------------|-----------|---------------------------|
| Ativos financeiros | | |
| CDB | CDI | 139.238 |
| Total | | 139.238 |
| Dívidas financeiras | | |
| Capital de giro | CDI | 24.660 |
| Capital de giro | TJLP | 3.409 |
| Leasing | TJLP | 6 |
| | Pré- | |
| Leasing | Fixada | 56 |
| | Pré- | |
| Capital de giro | Fixada | 89.229 |
| Total | | 117.360 |

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os índices de inflação anuais no Brasil foram de 5,90% em 2008, 4,31% em 2009 e 5,91% em 2010. No mesmo sentido, entre os anos de 2005 e 2010, a taxa SELIC variou entre 19,75% e 8,65% ao ano e, em 31 de março de 2011, era de 11,67%.

O aumento da taxa SELIC e demais medidas para conter a inflação poderão desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira e a disponibilidade de crédito, o que poderá levar à redução da demanda por nossos produtos no Brasil e reduções de nossas vendas. Adicionalmente, em razão de operarmos em um setor com preços controlados, eventuais aumentos da inflação podem acarretar aumentos em nossas despesas e custos, que não serão acompanhados por aumentos correspondentes dos preços dos produtos farmacêuticos vendidos por nós e, conseqüentemente, poderão reduzir nossas margens de lucro e receita líquida, afetando negativamente nossos negócios.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, incluíam, com frequência, a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros,

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

restringindo, desta forma, a disponibilidade de crédito e o crescimento econômico do Brasil. Quaisquer aumentos significativos nas taxas de juros poderão elevar o custo dos nossos empréstimos e ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

Na data deste Formulário de Referência, o nosso passivo contratado em Reais era basicamente composto por dívidas com taxas de juros atreladas a Taxa DI e TJLP. Em 31 de março de 2011, nosso endividamento de curto e longo prazo era de R\$104,6 milhões e R\$12,8 milhões, respectivamente.

Riscos Cambiais

A moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes até 2002. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, de acordo com informações sobre taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil, o Real desvalorizou 15,7%, em 2001, e 34,3%, em 2002, frente ao Dólar. Embora o Real tenha valorizado 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao Dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente, em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 24,2% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,337 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2009 e 2010 a moeda brasileira valorizou-se novamente frente ao Dólar em 34,2% e 4,5%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$ 1,666 por US\$1,00, enquanto que, em 31 de março de 2011, era de R\$1,629 por US\$1,00. Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

Na data deste Formulário de Referência, não possuíamos dívidas atreladas ao Dólar.

Risco de Crédito

A nossa operação básica é a venda de mercadorias à consumidores finais, dessa forma as vendas são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Consideramos que o risco de crédito é baixo.

Risco de Liquidez

A nossa Administração acompanha continuamente as nossas necessidades de liquidez para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Devido a dinâmica dos nossos negócios, o objetivo da nossa Tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de Capital de Giro, *Leasing*, CDC, FINAME e Mútuo.

Ademais, a nossa Tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

Estamos expostos a riscos de mercado resultantes do curso normal de nossas atividades. No entanto, tendo em vista a natureza de nossas atividades, entendemos que, atualmente, não há necessidade de buscarmos proteção especial para nenhum tipo de risco.

b. estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

c. instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Não utilizamos outros parâmetros para o gerenciamento de riscos de mercado.

e. indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Gerenciamos nossos riscos de maneira contínua, principalmente, por meio de nossa Diretoria, que estabelece políticas e monitora as práticas adotadas na condução de nossas atividades.

g. adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todos os riscos são monitorados de forma contínua por nossa administração. Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados por nossos administradores à medida que forem julgados necessários. Todavia, não possuímos uma política específica, cuja efetividade necessite ser verificada.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não houve quaisquer alterações nos principais riscos de mercado a que estamos expostos, tampouco na política de gerenciamento de riscos por nós adotada desde a nossa criação em 07 de dezembro de 2009.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes com relação a esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

| | |
|---|--------------------------------|
| Data de Constituição do Emissor | 07/12/2009 |
| Forma de Constituição do Emissor | Sociedade por Ações |
| País de Constituição | Brasil |
| Prazo de Duração | Prazo de Duração Indeterminado |
| Data de Registro CVM | Registro Sendo Requerido |

6.3 - Breve histórico

Nós fomos constituídos em dezembro de 2009. Em maio de 2010, adquirimos participação relevante na Rede Nordeste de Farmácias, empresa então detentora de 16 lojas no Estado de Pernambuco e, na mesma época, adquirimos outros 16 fundos de comércio das empresas N Landim Comércio Ltda., Farmácia dos Pobres Ltda. e Drogeria dos Pobres Ltda., referentes a drogarias operadas sob a bandeira “Farmácia dos Pobres”, que foram incorporados às operações da Rede Nordeste de Farmácias, consolidando a nossa plataforma na região Nordeste do país.

Em julho de 2010, adquirimos a rede de drogarias Rosário Distrital, uma empresa com 77 lojas fundada em Brasília e que atua há mais de 35 anos no mercado de varejo farmacêutico. Desde a sua aquisição, inauguramos 12 lojas no âmbito da rede Rosário Distrital, maximizando nossa liderança na região Centro-Oeste. Em outubro do mesmo ano, adquirimos a Centro-Oeste Farma, empresa que administra o centro de distribuição dos produtos da rede Rosário Distrital, localizada em Águas Claras.

Em outubro de 2010, adquirimos a rede Guararapes Brasil, empresa líder em varejo farmacêutico no Estado de Pernambuco presente há mais de 45 anos neste mercado. A partir dessa aquisição, passamos a operar conjuntamente com a Guararapes Brasil e com a Rede Nordeste de Farmácias, sob a marca Farmácias Guararapes, reforçando nossa plataforma de operação na região Nordeste. Em 31 de março de 2011, possuíamos 60 lojas nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

Em dezembro de 2010, adquirimos da BTG Pactual Alpha Participações Ltda. a Farmais, a maior rede de franquias de varejo farmacêutico do país, que em 31 de março de 2011 contava com 361 lojas.

Em janeiro de 2011 adquirimos a rede de drogarias Mais Econômica, com presença destacada na região Sul do país. Com a incorporação de 153 lojas nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, consolidamos mais uma plataforma regional relevante no mercado de varejo farmacêutico, sendo que ela passou a ser consolidada em nosso balanço a partir de março de 2011.

Em fevereiro de 2011, a empresa BTG Pactual Pharma Participações S.A. ingressou no nosso quadro societário, por meio de um aporte de capital no valor de R\$ 58.870.000,00 e a subscrição de novas ações de nossa emissão, maximizando nossa capacidade de investimento. Em março de 2011, tal empresa subscreveu e integralizou novas ações, por meio de conferência de créditos no valor de R\$9,0 milhões, passando a deter 48% de participação em nosso capital social.

Em março de 2011, os fundos de investimento em participações Infinity Fundo de Investimento em Participações, Lajota Fundo de Investimento em Participações e Vincitore Fundo de Investimento em Participações, ou FIPs, administrados pela a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, realizaram conjuntamente um aporte de capital no valor de R\$91.801.066,05, ingressando em nosso quadro societário e contribuindo para suportar a nossa estratégia de crescimento e consolidação do mercado no varejo farmacêutico.

Ainda em março de 2011, o BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações promoveu um aporte de capital no valor de R\$127.500.000,00, mediante a subscrição de novas ações. Após o aumento de capital realizado pelos novos acionistas, os FIPs passaram a deter 25% de participação no

6.3 - Breve histórico

nosso capital social, enquanto os veículos de investimento do grupo BTG Pactual permaneceram no controle, detendo uma participação correspondente a 75% de nossas ações.

Em abril de 2011, exercemos opções de permuta da totalidade das ações emitidas pelas nossas controladas e detidas pela grande maioria dos Sócios-Fundadores por ações de nossa emissão. Tal permuta encontra-se suspensa até a realização do procedimento de *Bookbuilding*, sendo que tão logo seja finalizado tal procedimento, passaremos a deter 100% das ações de emissão de todas as nossas controladas. Os Sócios Fundadores passarão a deter, em conjunto, participação em nosso capital social em um percentual total de 33,55% de nossas ações.

Como indicado acima, em menos de dois anos de existência nos tornamos uma das maiores empresas do mercado de varejo farmacêutico brasileiro. Ultrapassamos algumas das maiores redes de drogarias brasileiras em número de lojas e nos estabelecemos como um participante focado em nos tornar a rede líder no setor de varejo farmacêutico do país, socialmente responsável, levando saúde e bem estar para as comunidades onde atuamos.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aquisição da Rede Nordeste de Farmácias |
|--|--|
| Principais condições do negócio | <p>Em 13 de maio de 2010, celebramos Instrumento Particular de Contrato de Associação por meio de Compra e Venda de Quotas e Subscrição de Ações e Outras Avenças da Rede Nordeste de Farmácias, ou RNF, com as empresas JEF Administração e Participação Ltda.; Selectu Participações Ltda., ou Selectu,.; PS&S Administração e Participações Ltda.; e Lídio Lins Neto.</p> <p>Nos termos do contrato foram adquiridas quotas dos sócios originários pelo valor de R\$0,9 milhões. Na sequência ocorreu a transformação do tipo societário para sociedade por ações e o aumento do seu capital social. Subscrevemos novas ações pelo valor de R\$15,1 milhões e ao final passamos a deter 75,0% do capital social da RNF.</p> <p>Celebramos em 10 de junho de 2010 um acordo de acionistas que, embora não prevesse a realização <i>roll up</i> de seus acionistas em caso de nossa oferta pública de ações, conforme descrito no item 6.7 abaixo, previa uma opção de venda das ações da RNF para nós. Em 24 de agosto de 2010, mediante o exercício desta opção de venda por parte de alguns dos acionistas, nós adquirimos outras ações representativas de 13,125% do capital social da RNF. Nossa participação passou a 88,125% das ações da RNF, ficando a empresa Selectu com as ações restantes.</p> <p>Em 23 de maio de 2011 foi celebrado Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre M.W.M.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A., ou SPE, Selectu e RNF por meio do qual a SPE, nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações detidas pela Selectu na RNF pelo valor total de R\$9,2 milhões. Nesta mesma data foi celebrado Instrumento Particular de Distrato do Acordo de Acionistas, relativo ao acordo de acionistas celebrado em 10 de junho de 2010, acima mencionado.</p> |
| Sociedades envolvidas | <p>Brazil Pharma S.A.; Rede Nordeste de Farmácias Ltda.; JEF Administração e Participação Ltda.; Selectu Participações Ltda.; PS&S Administração e Participações Ltda.; Lídio Lins Neto; e M.W.M.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A.</p> |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| | |
|--|--|
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aquisição da Rosário Distrital |
|--|--|
| Principais condições do negócio | <p>Em 24 de julho de 2010, foi celebrado Acordo de Investimento e Outras Avenças da Drogaria Rosário Ltda., ou Rosário Distrital, entre nós, nossa subsidiária integral Drogaria Dona Terezinha S.A., a Drogaria Rosário Ltda., bem como as demais empresas integrantes da rede Rosário Distrital, quais sejam, Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda., Drogaria Nova Distrital Ltda. e Drogaria Distrital Lago Ltda., pelo qual adquirimos uma participação de 43,66% das ações da Rosário Distrital.</p> <p>Pelo contrato ocorreu a transformação da Drogaria Rosário Ltda. em sociedade por ações, pelo que adquirimos por meio de nossa subsidiária Drogaria Dona Terezinha ações dos acionistas originários pelo valor de R\$9,0 milhões. A seguir subscrevemos novas ações pelo valor de R\$60,0 milhões. Do preço total de emissão, R\$38,3 milhões foram destinados para a conta de capital social e R\$21,7 milhões para a conta de reserva de capital, como ágio na subscrição.</p> <p>Foi ainda prevista a realização de um investimento adicional na Drogaria Rosário S.A. caso algumas condições pré-estabelecidas fossem alcançadas. Tal investimento está limitado ao valor de R\$ 20,2 milhões e ocorrerá se a Rosário Distrital atingir metas relacionadas à abertura de novas lojas e com relação ao EBITDA 2011.</p> <p>Foi também firmado em 16 de setembro de 2010 um acordo de acionistas, que prevê a possibilidade de permuta das ações entre nós e os demais acionistas em caso de oferta pública de ações realizada por nós, cuja relação de troca baseia-se na representatividade do EBITDA da Rosário <i>vis-a-vis</i> o nosso EBITDA consolidado.</p> <p>A operação foi submetida ao CADE e devidamente aprovada.</p> <p>Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Drogaria Rosário S.A. para aumentar nossa participação no capital social para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$19,8 milhões, a ser pago cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de</p> |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

ações.

Também em 14 de abril de 2011, foi celebrado um Acordo de Consolidação de Aditamentos, referente ao Acordo de Acionistas da Drogaria Rosário S.A. e Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de 24 de julho de 2010, pelo qual as partes acordaram que o valor referente ao investimento adicional será de aproximadamente R\$11,4 milhões, a ser pago em uma única parcela, cinco dias após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações.

| | |
|--|--|
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A.; Drogaria Dona Terezinha S.A.; Drogaria Rosário S.A.; Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda., Drogaria Nova Distrital Ltda.; Drogaria Distrital Lago Ltda.; Álvaro José da Silveira e Diocesmar Felipe de Faria. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aquisição da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos |
|--|--|
| Principais condições do negócio | <p>Em 23 de julho de 2010, nós firmamos com os Srs. Rodrigo Silveira; Diogo Silveira; e Leandro Felipe Santos, pelo valor de R\$ 2,7 milhões, um contrato de opção de compra de 43,66% das quotas do capital social da sociedade Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., responsável pela administração do centro de distribuição da rede Rosário Distrital. Em 18 de outubro de 2010, após o exercício da opção de compra, foi celebrado Acordo de Compra e Venda de Quotas em que nós adquirimos participação societária de 43,66% na Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., pelo valor de R\$ 3,0 milhões.</p> <p>Ao final, nós investimos o montante total de R\$ 5,7 milhões, de modo a consolidar nossa participação nas atividades da rede Rosário Distrital.</p> <p>Em 18 de outubro de 2010, foi firmado um acordo de quotistas, que prevê a possibilidade de permuta das ações entre nós e os demais quotistas em caso de oferta pública de ações realizada por nós, cuja relação de troca se baseia na representatividade do EBITDA da Rosário <i>vis-a-vis</i> o nosso EBITDA consolidado.</p> <p>A operação foi submetida ao CADE e devidamente aprovada.</p> <p>Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Centro-Oeste Farma para aumentar nossa participação no capital social para 49,99% pelo valor de R\$2,2 milhões, a ser pago no prazo de cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações.</p> |
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A.; Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Rodrigo Silveira; Diogo Silveira; e Leandro Felipe Santos. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aquisição da Guararapes Brasil |
|--|--|
| Principais condições do negócio | <p>Em 6 de outubro de 2010, foi celebrado Instrumento Particular de Contrato de Associação por meio de Compra e Venda de Ações e Subscrição de Ações e Outras Avenças entre a nossa subsidiária BRPG Alpha Administração e Participações S.A. e a Drogaria Guararapes Brasil Ltda., ou Guararapes Brasil, pelo qual, após a reestruturação societária das empresas, que culminou com a transformação da Guararapes Brasil em sociedade por ações, adquirimos e subscrevemos ações correspondentes a uma participação de 66,78% das ações da Guararapes Brasil.</p> <p>Pelo contrato, foi realizado um investimento total na Guararapes Brasil no valor de R\$46,2 milhões, realizados pela nossa subsidiária, mediante a aquisição de ações dos acionistas originários e a subscrição de novas ações do capital social da Guararapes Brasil.</p> <p>Foi firmado um acordo de acionistas em 8 de dezembro de 2010 para regulamentar a administração da Guararapes Brasil bem como os respectivos direitos e obrigações de seus acionistas.</p> <p>Por tal aquisição de participação societária se enquadrar nas características descritas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que versa sobre operações que tenham efeitos sobre o mercado brasileiro e que resultem na concentração da participação de uma empresa, em um mercado relevante, submetemos à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na data deste Formulário de Referência a referida transação encontrava-se sob a análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.011496/2010-08).</p> |
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A.; Drogaria Guararapes Brasil S.A. Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda., Meridional Medicamentos Ltda., Farmácia Guararapes Ltda.; Farmácia Farmação Ltda.; BRPG Alpha Administração e Participações S.A.; e Mara Núbia Amorim Santos. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aquisição da Farmais pela Brazil Pharma |
|--|---|
| Principais condições do negócio | <p>Em 30 de dezembro de 2010, adquirimos da BTG Pactual Alpha Participações Ltda. 100% das quotas representativas do capital social da Farmais Franchising Ltda., pelo valor de R\$9 milhões, bem como a transformamos numa sociedade por ações e nossa subsidiária integral.</p> <p>Cumprir notar que, em 16 de setembro de 2009, a BTG Pactual Alpha Participações Ltda. adquiriu dos Srs. Nelson Makoto Tachibana e Paulo Arashi Shima 50,0% das quotas representativas do capital social da Farmais Franchising Ltda., detentora de 99,99% das quotas do capital social da Comercial Farmais Ltda.; Drogarias Farmais Ltda.; e Farmais Administradora de Convênios Ltda., pelo valor de R\$4,0 milhões.</p> <p>Em 26 de agosto de 2010, a BTG Pactual Alpha Participações Ltda. adquiriu os outros 50,0% das quotas representativas do capital social da Farmais Franchising Ltda., pelo valor de R\$5 milhões.</p> |
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A.; BTG Pactual Alpha Participações Ltda.; Farmais Franchising Ltda.; União de Franquias Participações S.A.; Nelson Makoto Tachibana; Paulo Arashi Shima; e Carlos José Rolim de Mello. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aquisição da Mais Econômica |
|---------------------------------|--|
| Principais condições do negócio | <p data-bbox="773 279 1383 657">Em 30 de janeiro de 2011, foi celebrado Acordo de Investimento e Outras Avenças entre a nossa subsidiária BRPG Beta Administração e Participações S.A., a Drogaria Mais Econômica S.A., ou Mais Econômica, e o Sr. Wilson José Lopes, tendo sido referido Acordo aditado pelas partes em 31 de março de 2011, para inclusão de novas cláusulas e alterações de cláusulas anteriores, relativas a questões financeiras da companhia, tais como EBITDA, demonstrações financeiras, situação patrimonial e financeira e outras contingências da companhia.</p> <p data-bbox="773 688 1383 940">A aquisição ocorreu após a transformação da Mais Econômica em uma sociedade por ações, e nós, por meio de nossa subsidiária, adquirimos ao final uma participação equivalente a 60,0% do capital social da Mais Econômica, que após reestruturação societária passou a ser detentora de 100% das quotas da empresa Transportes Mais Econômica Ltda..</p> <p data-bbox="773 972 1383 1413">O investimento por nós realizado ocorreu por meio da aquisição de ações do acionista originário, equivalentes ao percentual de 26,1% do capital social pelo valor de R\$100,0 milhões, e no aumento do capital social com a subscrição e a integralização de novas ações ordinárias de emissão da Mais Econômica, representativas de 31,3% do capital social pelo valor de R\$120,0 milhões. Por meio do exercício de uma opção de venda do acionista originário previamente celebrada, adquirimos pelo valor de R\$50,0 milhões a quantidade de ações necessária à obtenção do percentual de controle de 60,0% das ações da Mais Econômica.</p> <p data-bbox="773 1444 1383 1633">Em decorrência do exercício da opção de venda, realizaram-se em na data de fechamento da operação as Assembleias Gerais Extraordinárias da Mais Econômica e da nossa subsidiária, nas quais foi aprovada a incorporação desta por aquela.</p> <p data-bbox="773 1665 1383 1917">Conforme disposto no acordo de acionistas celebrado quando do fechamento da operação, caso (i) o nosso controle seja alienado ou (ii) as nossas ações passem a ser negociadas no mercado de ações, o acionista originário poderá exigir da Companhia a aquisição do restante das ações de emissão da Mais Econômica que ainda são de sua titularidade. Caso esta opção de</p> |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

venda específica seja exercida, o acionista originário receberá em contrapartida ações emitidas pela Companhia, cuja relação de troca baseia-se na representatividade do EBITDA da Mais Econômica.

Por tal aquisição de participação societária se enquadrar nas características descritas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que versa sobre operações que tenham efeitos sobre o mercado brasileiro e que resultem na concentração da participação de uma empresa, em um mercado relevante, submetemos à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na data deste Formulário de Referência a referida transação encontrava-se sob a análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.002340/2011-17).

| | |
|--|--|
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A.; Drogaria Mais Econômica S.A.; BRPG Beta Administração e Participações S.A.; Transportes Mais Econômica Ltda.; e Wilson José Lopes. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aumento de Capital e novo acionista na Brazil Pharma | | | | | | |
|--|--|--|------|--|-------|---------------------------------------|-------|
| Principais condições do negócio | <p>Foi realizada em 11 de fevereiro de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Brazil Pharma, na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$58,9 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por um novo acionista, BTG Pactual Pharma Participações S.A.</p> <p>Em 18 de março de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em que nosso novo acionista aportou outros R\$9,0 milhões, ao subscrever e integralizar, mediante conferência de créditos, novas ações de nossa emissão, pelo que passou a ser detentor de 48,0% de nosso capital social.</p> | | | | | | |
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A., BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações e BTG Pactual Pharma Participações S.A. | | | | | | |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Entrada de um novo acionista mediante a subscrição e integralização de novas ações. | | | | | | |
| Quadro societário antes e após a operação | <p>Antes:</p> <table border="1" data-bbox="771 1102 1377 1171"> <tr> <td>BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações</td> <td>100%</td> </tr> </table> <p>Depois:</p> <table border="1" data-bbox="771 1228 1377 1360"> <tr> <td>BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações</td> <td>52,0%</td> </tr> <tr> <td>BTG Pactual Pharma Participações S.A.</td> <td>48,0%</td> </tr> </table> | BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | 100% | BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | 52,0% | BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 48,0% |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | 100% | | | | | | |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | 52,0% | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 48,0% | | | | | | |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aumento de Capital e novos acionistas na Brazil Pharma | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------------|-------|---------------------------------------|-------|-------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|--------------|--------|---------------|--------|------------|--------|
| Principais condições do negócio | Foi realizada em 22 de março de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Brazil Pharma, na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$91,8 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por três novos acionistas, Infinity Fundo de Investimento em Participações, Lajota Fundo de Investimento em Participações e Vincitore Fundo de Investimento em Participações, ou FIPs. | | | | | | | | | | | | | | |
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A., BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações; BTG Pactual Pharma Participações S.A.; Infinity Fundo de Investimento em Participações; Lajota Fundo de Investimento em Participações e Vincitore Fundo de Investimento em Participações. | | | | | | | | | | | | | | |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Após o aumento do capital social houve o ingresso no quadro societário de novos acionistas que juntos passaram a deter 37,05% das ações da Brazil Pharma. | | | | | | | | | | | | | | |
| Quadro societário antes e após a operação | <p>Antes:</p> <table border="1" data-bbox="771 1073 1373 1171"> <tbody> <tr> <td>BTG Pactual Economia Real FIP</td> <td>52,0%</td> </tr> <tr> <td>BTG Pactual Pharma Participações S.A.</td> <td>48,0%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Depois:</p> <table border="1" data-bbox="771 1234 1373 1430"> <tbody> <tr> <td>BTG Pactual Economia Real FIP</td> <td>32,82%</td> </tr> <tr> <td>BTG Pactual Pharma Participações S.A.</td> <td>30,12%</td> </tr> <tr> <td>Infinity FIP</td> <td>12,35%</td> </tr> <tr> <td>Vincitore FIP</td> <td>12,35%</td> </tr> <tr> <td>Lajota FIP</td> <td>12,35%</td> </tr> </tbody> </table> | BTG Pactual Economia Real FIP | 52,0% | BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 48,0% | BTG Pactual Economia Real FIP | 32,82% | BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 30,12% | Infinity FIP | 12,35% | Vincitore FIP | 12,35% | Lajota FIP | 12,35% |
| BTG Pactual Economia Real FIP | 52,0% | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 48,0% | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Economia Real FIP | 32,82% | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 30,12% | | | | | | | | | | | | | | |
| Infinity FIP | 12,35% | | | | | | | | | | | | | | |
| Vincitore FIP | 12,35% | | | | | | | | | | | | | | |
| Lajota FIP | 12,35% | | | | | | | | | | | | | | |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Aumento de Capital e novo acionista na Brazil Pharma | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|--------------|--------|---------------|--------|------------|--------|-------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|--------------|-------|---------------|-------|------------|-------|
| Principais condições do negócio | Foi realizada em 22 de março de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Brazil Pharma, na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 127,5 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por um novo acionista, BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sociedades envolvidas | Brazil Pharma S.A., BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações; BTG Pactual Pharma Participações S.A.; BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações; e Infinity Fundo de Investimento em Participações; Lajota Fundo de Investimento em Participações; e Vincitore Fundo de Investimento em Participações, ou <u>FIPs</u> . | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Entrada de um novo acionista mediante a subscrição e integralização de novas ações, que passou a deter 32,54% das ações da Brazil Pharma. Em paralelo, os FIPs tiveram sua participação reduzida para 25,00% do capital social. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quadro societário antes e após a operação | <p>Antes:</p> <table border="1" data-bbox="773 1163 1373 1362"> <tbody> <tr> <td>BTG Pactual Economia Real FIP</td> <td>32,82%</td> </tr> <tr> <td>BTG Pactual Pharma Participações S.A.</td> <td>30,12%</td> </tr> <tr> <td>Infinity FIP</td> <td>12,35%</td> </tr> <tr> <td>Vincitore FIP</td> <td>12,35%</td> </tr> <tr> <td>Lajota FIP</td> <td>12,35%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Depois:</p> <table border="1" data-bbox="773 1457 1373 1719"> <tbody> <tr> <td>BTG Pactual Economia Real FIP</td> <td>22,14%</td> </tr> <tr> <td>BTG Pactual Principal Investments FIP</td> <td>32,54%</td> </tr> <tr> <td>BTG Pactual Pharma Participações S.A.</td> <td>20,32%</td> </tr> <tr> <td>Infinity FIP</td> <td>8,33%</td> </tr> <tr> <td>Vincitore FIP</td> <td>8,33%</td> </tr> <tr> <td>Lajota FIP</td> <td>8,33%</td> </tr> </tbody> </table> | BTG Pactual Economia Real FIP | 32,82% | BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 30,12% | Infinity FIP | 12,35% | Vincitore FIP | 12,35% | Lajota FIP | 12,35% | BTG Pactual Economia Real FIP | 22,14% | BTG Pactual Principal Investments FIP | 32,54% | BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 20,32% | Infinity FIP | 8,33% | Vincitore FIP | 8,33% | Lajota FIP | 8,33% |
| BTG Pactual Economia Real FIP | 32,82% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 30,12% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Infinity FIP | 12,35% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vincitore FIP | 12,35% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lajota FIP | 12,35% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Economia Real FIP | 22,14% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Principal Investments FIP | 32,54% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 20,32% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Infinity FIP | 8,33% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vincitore FIP | 8,33% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lajota FIP | 8,33% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Incorporação pela Drogaria Rosário Distrital S/A |
|--|---|
| Principais condições do negócio | <p>Foi celebrado, em 29 de abril de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Rosário S/A, ou Rosário, e Drogaria Nova Distrital Ltda.; Drogaria Distrital Lago Ltda.; e Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda., ou Incorporadas, pelo qual a Rosário, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos e condições da incorporação das Incorporadas, com a consequente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da Rosário por seus acionistas.</p> <p>Foi realizada, em 30 de abril de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Rosário, na qual foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os Laudos de Avaliação do acervo líquido das Incorporadas; e a aprovação do acervo patrimonial das Incorporadas pela Rosário, observados os termos e condições estabelecidos no Protocolo, especialmente no que se refere, à condição suspensiva para a plena eficácia do ato, à prévia abertura de filiais (com a obtenção dos respectivos CNPJ/MF) pela Rosário nos locais onde se encontram os estabelecimentos das Incorporadas que serão transferidas por ocasião da consumação da incorporação.</p> <p>Ainda, em 30 de abril de 2011, cada Incorporada realizou Reunião de Sócios, pelas quais também foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os laudos de avaliação dos respectivos acervos líquidos de cada uma das Incorporadas; bem como foi aprovada a incorporação de cada sociedade, observados os termos e condições estabelecidos no Protocolo.</p> |
| Sociedades envolvidas | Drogaria Rosário S/A; Drogaria Nova Distrital Ltda.; Drogaria Distrital Lago Ltda.; e Farmaclin Drogaria e Perfumaria Ltda. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Incorporação pela Drogaria Guararapes Brasil S/A |
|--|---|
| Principais condições do negócio | <p>Foi celebrado, em 29 de abril de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Guararapes Brasil S/A, ou Guararapes Brasil, e Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda.; Farmácia Guararapes Ltda.; Farmácia Farmação Ltda.; e Meridional Medicamentos Ltda., ou Incorporadas, pelo qual a Guararapes Brasil, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos da incorporação das Incorporadas, com a conseqüente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da Guararapes Brasil por seus acionistas.</p> <p>Foi realizada, em 30 de abril de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Guararapes Brasil, na qual foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os Laudos de Avaliação do acervo líquido das Incorporadas; e a aprovação do acervo patrimonial das Incorporadas pela Guararapes Brasil, com a conseqüente extinção daquelas, em conformidade com o Protocolo, sendo que tais incorporações não geraram aumento de capital na Guararapes Brasil, dado que o patrimônio líquido das Incorporadas, suas subsidiárias integrais dela, já se encontrava refletido em seu patrimônio.</p> <p>Ainda, em 30 de abril de 2011, cada incorporada realizou Reunião de Sócios, pelas quais também foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os laudos de avaliação dos respectivos acervos líquidos de cada uma das Incorporadas; bem como foi aprovada a incorporação do acervo patrimonial de cada sociedade, com sua conseqüente extinção, em conformidade com o Protocolo.</p> |
| Sociedades envolvidas | Drogaria Guararapes Brasil S/A; Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda.; Farmácia Guararapes Ltda.; Farmácia Farmação Ltda.; e Meridional Medicamentos Ltda. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Incorporação da Drogaria Dona Terezinha S.A. pela Drogaria Rosário S/A |
|--|--|
| Principais condições do negócio | <p>Foi celebrado, em 14 de maio de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Rosário S/A, ou Rosário, e Drogaria Dona Terezinha S.A., ou Dona Terezinha, esta que é titular de ações ordinárias representativas de 49,99% das ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Rosário e que 100% das ações ordinárias representativas de seu capital social são integralmente detidas por nós, pelo qual as administrações das partes entenderam que a incorporação da Dona Terezinha pela Rosário, com a conseqüente extinção da incorporada, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios dos acionistas controladores, possibilitando minimizar os custos administrativos.</p> <p>Foi realizada, em 15 de maio de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Rosário, na qual foram aprovados os termos e condições do Protocolo; o Laudo de Avaliação do acervo líquido da Incorporada; e a aprovação da incorporação pela Rosário, do acervo patrimonial da incorporada, com a conseqüente extinção desta, em conformidade com o Protocolo, sendo que tal incorporação não acarretou aumento do capital social da Rosário e o montante do acervo líquido incorporado foi destinado à reserva de capital no patrimônio líquido da Rosário, nos termos do Protocolo.</p> <p>Ainda, em 15 de maio de 2011, a Dona Terezinha realizou Assembleia Geral Extraordinária, pela qual também foram aprovados os termos e condições do Protocolo; aprovado o laudo de avaliação do seu acervo patrimonial, que foi incorporado pela Rosário, avaliado com base no seu valor contábil, na data base de 30 de abril de 2011; aprovada a incorporação do acervo patrimonial da Dona Terezinha pela Rosário, com sua conseqüente extinção, em conformidade com o Protocolo.</p> |
| Sociedades envolvidas | Drogaria Rosário S/A e Drogaria Dona Terezinha S.A. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Incorporação da BRPG Alpha S.A. pela Drogaria Guararapes Brasil S/A |
|--|---|
| Principais condições do negócio | <p>Foi celebrado, em 14 de maio de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Guararapes Brasil S/A, ou Guararapes Brasil, e BRPG Alpha Administração e Participações S.A., ou BRPG Alpha, pelo qual as administrações das partes entenderam que a incorporação da BRPG Alpha pela Guararapes Brasil, com a conseqüente extinção da incorporada, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da acionista controladora, possibilitando minimizar os custos administrativos.</p> <p>Foi realizada, em 15 de maio de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Guararapes Brasil, na qual foram aprovados os termos e condições do Protocolo; e o laudo de avaliação do acervo patrimonial da Incorporada, esta que não acarretará aumento do capital social da Guararapes Brasil, sendo o montante do acervo líquido incorporado destina à reserva de capital no patrimônio líquido da Guararapes Brasil, nos termos do Protocolo.</p> <p>Ainda, em 15 de maio de 2011, a BRPG Alpha realizou Assembleia Geral Extraordinária, pela qual também foram aprovados os termos e condições do Protocolo; aprovado o laudo de avaliação do seu acervo patrimonial, que foi incorporado pela Guararapes Brasil, avaliado com base no seu valor contábil, na data base de 30 de abril de 2011; aprovada a incorporação do acervo patrimonial da BRPG Alpha pela Guararapes Brasil, com sua conseqüente extinção, em conformidade com o Protocolo.</p> |
| Sociedades envolvidas | Drogaria Guararapes Brasil S/A e BRPG Alpha. |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |
| Quadro societário antes e após a operação | Não houve alteração em nosso quadro acionário. |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| Evento | Roll Up dos acionistas das nossas controladas |
|---|---|
| <p>Principais condições do negócio</p> | <p>Firmamos com cada uma de nossas controladas Drogeria Rosário S.A., Drogeria Guararapes Brasil S.A., Drogeria Mais Econômica S.A. e Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêm a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos sócios-fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa oferta pública inicial de ações.</p> <p>Em 14 de abril de 2011, celebramos um aditamento ao Acordo de Acionistas firmado com nossa controlada Drogeria Rosário S.A., ou Rosário, no qual os respectivos sócios-fundadores exerceram a opção de permuta da totalidade de suas ações representativas do capital social de Rosário por ações de nossa emissão equivalentes a 20,0% do nosso capital social, não sendo considerada nesse percentual a diluição decorrente da nossa oferta pública inicial de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. A referida opção de permuta foi exercida em uma única vez, após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações de nossa emissão, conforme apurado no procedimento de coleta de intenções de investimento, ou <i>Bookbuilding</i>. Nesses termos, como foi concluído o procedimento de <i>Bookbuilding</i>, em 22 de junho de 2011, foi efetivada a permuta de 100% das ações dos Sócios-Fundadores na Drogeria Rosário por ações de nossa emissão.</p> <p>Em 25 de abril de 2011, celebramos aditamento ao Acordo de Sócios da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., ou Centro-Oeste Farma, pelo qual os sócios fundadores de</p> |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Centro-Oeste Farma exerceram opção de permuta de quotas representativas do capital da Centro-Oeste Farma por ações de nossa emissão, correspondentes a 2,0% do nosso capital social, sendo que estas ações fazem parte da quantidade de ações representativas de 20% de nosso capital, objeto da opção de permuta firmada com os sócios-fundadores de Drograria Rosário S.A., e cujas condições de eficácia e formalização são as mesmas da referida opção de permuta.

Em 16 de abril de 2011, celebramos com a sócia-fundadora da Drograria Guararapes Brasil S.A., Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, pelo qual referida sócia-fundadora outorga a nós a opção de compra de 100% de suas ações e pelo qual desde já exercemos a nossa opção de compra, obrigando-nos a adquirir 100% de suas ações. A referida opção de compra foi exercida em uma única vez e aconteceu após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011. O preço desta opção de compra de ações de emissão de Guararapes é pago em uma parcela em dinheiro, no montante de R\$10 milhões, e uma quantidade de ações de emissão de nossa Companhia, equivalente a uma quantidade de ações representativas de 3,0% do nosso capital social, não sendo considerados para o cálculo deste percentual a diluição decorrente da nossa oferta pública inicial de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, realizado 22 de junho de 2011, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da Sócia-Fundadora da Drograria Guararapes Brasil S.A. a nós.

Em 20 de abril de 2011, celebramos com o sócio-fundador da Drograria Mais Econômica S.A.,

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças, ou Contrato de Exercício de Opção, que foi efetivado após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011. Ademais, ficou acordado que a participação final do Sócio-Fundador em nossa Companhia, após a realização do aumento de capital, passaria a ser de 10,55%, no momento imediatamente anterior à emissão das ações no âmbito da nossa oferta pública inicial de ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico, ficando estabelecido que eventuais exercícios de opções de compra ou de permuta de outros sócios-fundadores das nossas demais sociedades investidas não afetarão o percentual acima estabelecido. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A., detidas pelo respectivo sócio-fundador, a nós.

Na mesma data, nós celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., o Segundo Aditamento ao Acordo de Investimentos e Outras Avenças, pelo qual (i) retificamos a intenção e interesse das partes previstas nas disposições da Cláusula 5.5 do Acordo de Investimentos e Outras Avenças firmado em 30 de janeiro de 2011, no qual o sócio-fundador outorgou à BRPG Beta Administração e Participações S.A. uma opção de compra sobre as ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A. de sua titularidade, exercível a qualquer tempo, em caso de inadimplemento, por prazo superior a 30 dias do respectivo vencimento, do pagamento de quaisquer

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

montantes devidos a título de indenização e (ii) ratificamos os seus termos de forma que a opção passa a ser outorgada a nós e passa a recair sobre as ações representativas de 10,55% do nosso capital social, quando da realização do aumento de capital previsto no Contrato de Exercício de Opção acima.

A nossa opção de compra foi outorgada pelo sócio-fundador em contrapartida ao recebimento do valor de R\$1,00 sobre a quantidade de ações que lhe serão entregues nos termos do Contrato de Exercício de Opção, limitada a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador na data de conclusão prevista do Contrato de Exercício de Opção. Caso, porém, a Opção de Compra seja exercida após a oferta pública inicial de ações, a quantidade de ações sujeitas à Opção será determinada com base no valor médio das nossas ações nos últimos 60 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data de exercício da Opção de Compra, ponderado pelo volume de negociação, limitada também a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador no nosso capital na data da conclusão da transação prevista no Contrato de Exercício de Opção.

| | | | | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|
| Sociedades envolvidas | Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores. | | | | | | |
| Efeitos resultantes da operação no quadro acionário | Os sócios-fundadores da Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., passaram a ser nossos acionistas. | | | | | | |
| Quadro societário antes e após a operação | <p>Antes:</p> <table border="1" data-bbox="773 1738 1386 1894"> <tr> <td data-bbox="773 1738 1252 1770">BTG Pactual Economia Real FIP</td> <td data-bbox="1252 1738 1386 1770">22,14%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="773 1770 1252 1833">BTG Pactual Principal Investments FIP</td> <td data-bbox="1252 1770 1386 1833">32,54%</td> </tr> <tr> <td data-bbox="773 1833 1252 1894">BTG Pactual Pharma Participações S.A.</td> <td data-bbox="1252 1833 1386 1894">20,32%</td> </tr> </table> | BTG Pactual Economia Real FIP | 22,14% | BTG Pactual Principal Investments FIP | 32,54% | BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 20,32% |
| BTG Pactual Economia Real FIP | 22,14% | | | | | | |
| BTG Pactual Principal Investments FIP | 32,54% | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 20,32% | | | | | | |

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

| | |
|---------------|-------|
| Infinity FIP | 8,33% |
| Vincitore FIP | 8,33% |
| Lajota FIP | 8,33% |

Depois:

| | |
|---------------------------------------|--------|
| Sócios-fundadores | 33,55% |
| BTG Pactual Economia Real FIP | 14,71% |
| BTG Pactual Principal Investments FIP | 21,62% |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 13,50% |
| Infinity FIP | 5,54% |
| Vincitore FIP | 5,54% |
| Lajota FIP | 5,54% |

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não apresentamos nem sofremos qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Restrições a transferência das nossas ações

Em 16 de abril 2011, celebramos com a Sra. Mara Núbia Amorim Santos, sócia-fundadora da Guararapes Brasil e com o Sr. Gilberto Portela Filho, na qualidade de usufrutuário das ações da Sra. Mara Núbia Amorim Santos, Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, por meio do qual se estabeleceu que, pelo prazo de três anos a contar da data de publicação do Anúncio de Início, a referida sócia-fundadora se comprometeu a (a) não oferecer, vender, se comprometer a vender, onerar, emitir, conceder opção de compra ou de qualquer outra forma dispor ou se comprometer a dispor, direta ou indiretamente, das ações de nossa emissão das quais venha a se tornar titular, ou de qualquer outro título conversível, permutável por, ou que outorgue direito de subscrição de, ações de nossa emissão ou de outros valores mobiliários de nossa emissão que sejam substancialmente semelhantes às ações de nossa emissão, e (b) com relação a eventual constituição de usufruto por parte da Sra. Mara Núbia Amorim Santos em favor do Sr. Gilberto Portela Filho recaindo sobre as nossas ações que esta última receberá por força do nosso Contrato de Opção, não transferir a qualquer terceiro, no todo ou em parte, de qualquer forma, incluindo, a título exemplificativo, por meio de contratos de usufruto ou de derivativos, os direitos políticos ou patrimoniais decorrentes da propriedade das ações de nossa emissão, sendo certo que, ultrapassado o período constante nesta Cláusula, serão liberados de tal obrigação de retenção. Da mesma maneira, e desde que venha a ser constituído em seu favor novo usufruto sobre as nossas ações a serem recebidas pela Sra. Mara Núbia Amorim Santos, o Sr. Gilberto Portela Filho se compromete, pelo prazo de três anos a contar da data de publicação do Anúncio de Início, a não ceder a qualquer terceiro, gratuitamente ou não, total ou parcialmente, o direito de uso e gozo de referidas ações de nossa emissão eventualmente dadas em usufruto.

Em 20 de abril 2011, celebramos com a Sr. Wilson José Lopes, sócio-fundador da Mais Econômica, Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual o referido sócio-fundador se comprometeu, dentre outras obrigações a, pelo prazo de três anos a contar da data de publicação do Anúncio de Início, em (a) não oferecer, vender, se comprometer a vender, onerar, emitir, conceder opção de venda ou de qualquer outra forma dispor ou se comprometer a dispor, direta ou indiretamente, das ações de nossa emissão das quais venha a se tornar titular em virtude do exercício da Opção de Venda, dos termos do *Roll-Up* ou de qualquer outro título conversível em, permutável por, ou que outorgue direito de subscrição de, ações de nossa emissão ou de outros valores mobiliários de nossa emissão que sejam substancialmente semelhantes às nossas ações, e (b) não transferir a qualquer terceiro, no todo ou em parte, de qualquer forma, incluindo, a título exemplificativo, por meio de contratos de usufruto ou de derivativos, os direitos políticos ou patrimoniais decorrentes da propriedade das ações de nossa emissão, sendo certo que, a cada aniversário anual da data de publicação do Anúncio de Início, 1/3 (um terço) do montante de ações de nossa emissão recebidas pelo referido sócio-fundador será liberado das obrigações de retenção indicadas nos itens (a) e (b) acima.

Em ambos os casos, caso o FIP BTG, o FIP BTG II, a BTG Pharma e os FIPs entendam que a liberação da restrição a negociação de ações acima prevista é aconselhável para dar liquidez às nossas ações, poderão fazê-lo discricionariamente, desde que respeitado o prazo de *lock-up* do Novo Mercado.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos a maior empresa do setor de varejo farmacêutico no Brasil em número de lojas, com 663 pontos de venda em 31 de março de 2011, conforme comparação com os dados publicados pela Abrafarma de suas associadas. Nosso modelo de negócios engloba as nossas Operações Próprias e nossa Rede de Franquias, nos permitindo atuar com presença nacional, ao mesmo tempo em que preservamos as singularidades, experiências e características regionais de cada operação. Em 31 de março de 2011, nossas Operações Próprias consolidavam uma rede de 302 drogarias, com marcas em posição de liderança em suas respectivas regiões, as quais possuem, em média, mais de 35 anos de existência, enquanto nossa Rede de Franquias contava com 361 lojas concentradas principalmente no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Adicionalmente, nossas Operações Próprias estão estrategicamente localizadas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil, as quais apresentam alto potencial de crescimento e menor nível de competição no setor de varejo farmacêutico quando comparadas com a região Sudeste. De acordo com a Abrafarma, a média de crescimento, em termos de receita, no Estado de São Paulo foi de 16,5%, inferior quando comparada ao crescimento de 18,8% das demais regiões do país. Segundo estudo comparativo realizado com informações disponibilizadas nos sites de nossos concorrentes, listados na BM&FBOVESPA, fomos a empresa do setor de varejo farmacêutico que mais cresceu organicamente em número de lojas no ano de 2010, com a abertura de 71 novas lojas.

Com o intuito de melhor aproveitar as oportunidades provenientes do crescimento e consolidação do mercado de drogarias no Brasil, estruturamos nossas operações da seguinte forma:

- Operações Próprias – Nossas Operações Próprias se desenvolvem por meio de três plataformas regionais: Nordeste, Centro-Oeste e Sul, mercados caracterizados pelo grande potencial de crescimento, menor nível de competição e maior fragmentação em comparação ao mercado de São Paulo. Todas as Operações Próprias são gerenciadas por nossos Sócios-Fundadores, que possuem amplo conhecimento do setor e do comportamento dos consumidores nos mercados em que atuam. Acreditamos possuir posição de liderança nas regiões em que estamos presentes, com os melhores pontos de venda e destaque na percepção dos consumidores. Nesse sentido, atuamos regionalmente focados em agregar valor a cada uma de nossas marcas e em aproveitar os relacionamentos de longo prazo e as influências locais já estabelecidos por cada um dos Sócios-Fundadores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses findo em 31 de março de 2011, as receitas brutas de venda de nossas Operações Próprias representaram 98,4% e 97,2% de nossa receita bruta de vendas consolidada, respectivamente.

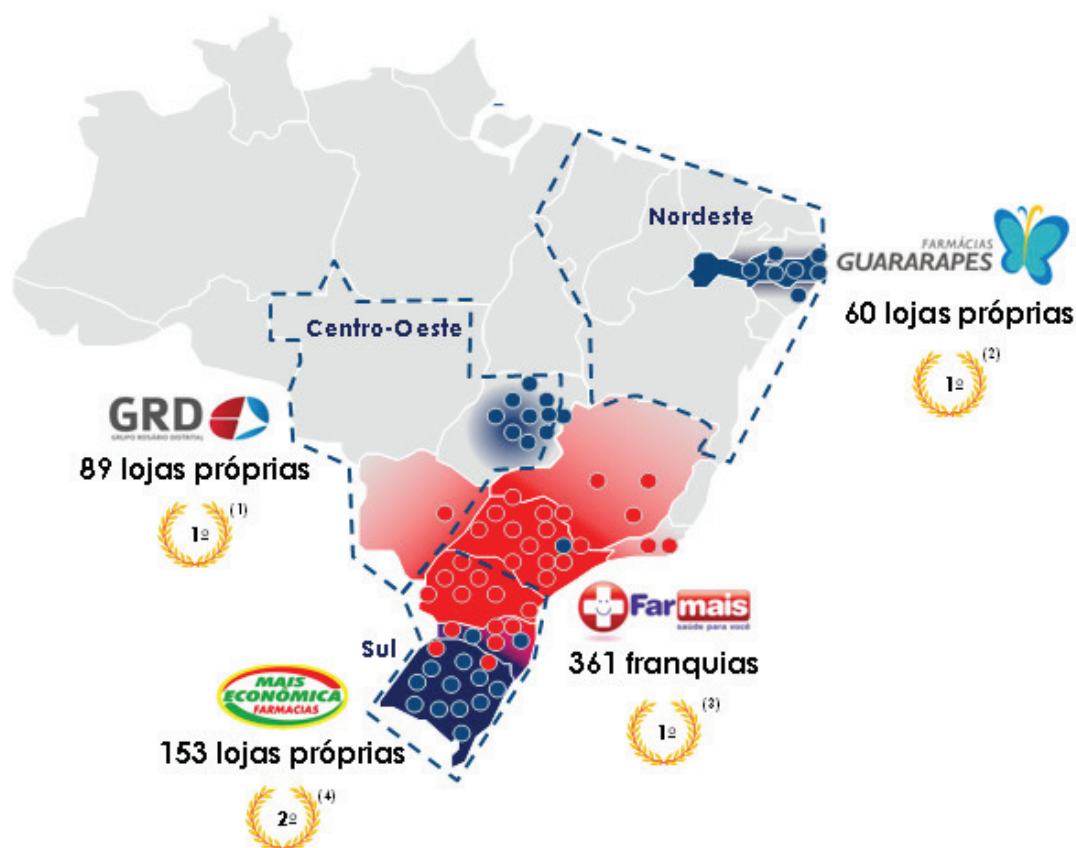
- Rede de Franquias – Além de nossas Operações Próprias, as quais estão baseadas em mercados com menor nível de competição, atuamos nos mercados mais competitivos do Brasil, como o da região Sudeste, por meio de nossa Rede de Franquias, a qual viabiliza a exposição de nossas marcas aos clientes dessas regiões com baixa alocação de capital próprio. Prestamos serviços de franquia exclusivamente sob a marca “Farmais”, proporcionando aos nossos franqueados melhores condições de negociação com fornecedores decorrente da escala de produtos negociados, maior exposição em mídia, ganhos de escala na utilização de sistemas e na realização de treinamentos de funcionários. De acordo com a ABF, somos a maior franqueadora no setor de varejo farmacêutico do Brasil e pretendemos ser a primeira opção dos comerciantes independentes do setor quando eles buscarem formas de associação para aumentarem sua competitividade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e no período de três meses

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

findo em 31 de março de 2011, a receita bruta de nossa Rede de Franquias representou 1,6% e 2,8% de nossa receita bruta consolidada, respectivamente.

O mapa abaixo mostra nossa área de atuação e a localização de nossas Operações Próprias e de nossa Rede de Franquias em 31 de março de 2011:

Figura 1.1: Área de Atuação das nossas Operações Próprias e da nossa Rede de Franquias



Notas:

Em 31 de março de 2011, de acordo com comparativo formulado a partir de informações de sites das empresas concorrentes, somos a:

- (1) Maior rede de drogarias da região Centro-Oeste em número de lojas, de acordo com Abrafarma.
- (2) Maior rede de drogarias do Estado de Pernambuco em número de lojas de acordo com dados da Abrafarma.
- (3) Maior rede de franquias de drogarias do Brasil em 31 de março de 2011, de acordo com ABF.
- (4) Segunda maior rede de drogarias do Estado do Rio Grande do Sul em número de lojas de acordo com dados da Abrafarma.

Acreditamos que nosso modelo de negócio, o qual consiste na combinação entre o conhecimento regional de mercado de nossos Sócios-Fundadores ou franqueados com a expertise em gestão financeira e na prospecção e aquisição de ativos de nossa alta administração e do nosso controlador, o grupo BTG Pactual,

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

alinhados com a cultura meritocrática implantada na Companhia, capacita-nos a ser a companhia com maior potencial de crescimento e um dos líderes na consolidação do setor de varejo farmacêutico no país.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Desenvolvemos nossas atividades considerando um único segmento operacional representado por meio de: (i) nossa Rede de Franquias Farmais, pela qual auferimos receita por meio de uma taxa para a abertura das farmácias franqueadas e uma taxa fixa mensal de franquia devida pela prestação de serviços de assessoria técnica e operacional aos nossos franqueados, tais como manutenção dos sistemas, custeio das despesas da convenção Farmais e de ações comerciais; e (ii) nossas Operações Próprias, cuja receita é proveniente, exclusivamente, da comercialização em nossas lojas de Medicamentos de Marca, Medicamentos Genéricos, Não Medicamentos (que inclui produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e conveniência, dentre outros), e de Serviços aos Clientes. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas receitas de Operações Próprias e Rede de Franquias representaram 98,4% e 1,6%, respectivamente, de nossa receita bruta. No período de três meses findo em 31 de março de 2011, os percentuais de nossa receita bruta em nossas receitas de Operações Próprias e Rede de Franquias representaram 97,2% e 2,8%, respectivamente.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita bruta

A nossa receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$161,5 milhões e no período de três meses findo em 31 de março de 2011 foi de R\$160,8 milhões. Como possuímos um único segmento operacional em nossas demonstrações financeiras, 100% da nossa receita decorre da exploração do setor de varejo farmacêutico.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido

O nosso segmento apresentou prejuízos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 23,3 milhões, e no período de três meses findo em 31 de março de 2011 de R\$2,1 milhões. Como possuímos um único segmento operacional em nossas demonstrações financeiras, 100% da nossa receita decorre da exploração do setor de varejo farmacêutico.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

b. características do processo de distribuição

O processo de distribuição é diferenciado entre Operações Próprias e Rede de Franquias.

Em nossa Rede de Franquias participamos parcialmente do processo de distribuição. Em 2010, aumentamos nossa participação no processo de compra de nossos franqueados ao criar o projeto “Super Ação”. Tal projeto consiste em um *pool* de negociação com a indústria, gerido por nossa Rede de Franquias, que conta atualmente com 12 parceiros comerciais. Além disso, distribuimos aos franqueados produtos de marca própria (Farmais), sendo que, neste caso, a compra é feita a partir de um portal *on-line* e enviada por terceiros para cada franqueado. Por meio do Super Ação e de nossos produtos marca própria, visamos potencializar o uso do nosso poder de negociação e relacionamento com a indústria, a fim de obter melhores condições de compra para nossos franqueados.

Em nossas Operações Próprias, dividimos nosso processo de distribuição em diversas etapas, sendo as principais (i) compras, (ii) logística, (iii) gestão de estoque e (iv) canais de venda. Acreditamos que o processo de distribuição é crucial para obtermos boas margens de rentabilidade, razão pela qual, consideramos como prioridade a reformulação e padronização de cada uma de suas etapas para permitir uma maior integralização entre elas.

Acreditamos que essa política possibilita a melhora contínua de nosso nível de serviços e relacionamento com fornecedores e clientes.

Compras e Fornecedores

Nossa política de compras tem como objetivo o estabelecimento de parcerias comerciais para garantir o suprimento de produtos adequados de forma a realizarmos investimentos e giro de estoques suficientes para mantermos um alto nível de serviço, mas que nos permitam atingir as margens compatíveis às nossas metas e a rentabilidade esperada.

Atualmente, o processo de compras é centralizado em cada uma das nossas regiões de atuação de nossas Operações Próprias: Nordeste, Centro-Oeste e Sul, as quais possuem um Centro de Distribuição e uma equipe de compras própria. Acreditamos que a otimização dos processos e sinergias encontradas em nossas diferentes regiões de atuação nos proporcionam um ganho de aprendizagem e, conseqüentemente, um aprimoramento nos relacionamentos e na qualidade do serviço.

Buscamos criar parcerias estratégicas e duradouras com parceiros que atendam às nossas exigências de qualidade e preço, com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos. Nossas compras são pulverizadas e não possuímos dependência de nenhum de nossos distribuidores ou fornecedores. No período três meses findo em 31 de março de 2011, os nossos dez maiores fabricantes representaram

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

aproximadamente 13,0% do volume em Reais de nossas compras e os nossos dez maiores distribuidores contribuíram com 53,2% desse volume.

Com relação às compras feitas pelos franqueados membros de nossa Rede de Franquias, participamos de algumas negociações com nossos parceiros comerciais, sendo que o recebimento e pagamento dos produtos são feitos pelos próprios franqueados. Desse modo, os produtos de parceiros fornecidos à nossa Rede de Franquias não passam pelos nossos Centros de Distribuição. O número de negociações vem crescendo progressivamente desde agosto de 2010. Em 31 de março de 2011, possuíamos 12 parceiros comerciais fornecedores de produtos para nossa Rede de Franquias. Após negociarmos os produtos, todos os franqueados recebem benefícios e descontos na compra com nossos parceiros. Assim, proporcionamos melhores margens para nossos franqueados e, ainda, maior volume de compra de produtos de nossos parceiros comerciais, proporcionando maiores descontos para nossas Operações Próprias.

Como forma de implementar nossa política de compras, durante o ano de 2011, nossa operação na região Nordeste passou por diversas mudanças processuais e administrativas. A partir da inauguração do nosso Centro de Distribuição em Jaboatão dos Guararapes, PE, em março de 2011, o processo passou a ser totalmente centralizado e automatizado. Atualmente, as operações se assemelham às nossas operações nas outras regiões em que atuamos e, acreditamos que tais modificações resultarão em ganhos significativos de margem e nível de serviço para nossa empresa. Na região Nordeste, onde estão localizadas 60 lojas, os nossos dez maiores fabricantes representaram aproximadamente 2,6% do volume em Reais de nossas compras e os nossos dez maiores distribuidores contribuíram com 83,7% desse volume.

O processo de compras para abastecimento de nossas lojas do Centro-Oeste é feito de forma centralizada e toda informação é recebida automaticamente por meio de nossos sistemas de tecnologia. A área administrativa de compras da região acompanha relatórios, levantados diariamente por cada loja, a partir de tais relatórios são mapeadas as faltas e as curvas de demanda por produto. Toda negociação feita com distribuidores e indústria também é registrada no sistema. Na região Centro-Oeste, onde estão localizadas 89 lojas, os nossos dez maiores fabricantes representaram aproximadamente 16,1% do volume em reais de nossas compras e os nossos dez maiores distribuidores contribuíram com 39,6% desse volume. Esses volumes de compra podem variar dependendo de ações e parcerias comerciais com nossos fornecedores. Visando permitir o maior nível de serviço possível, o reabastecimento das lojas é feito a cada dois dias, respeitando as necessidades específicas de cada uma delas.

A gestão de compras realizada para abastecer as lojas situadas na região Sul também se assemelha com o processo que ocorre na região Centro-Oeste. Todavia, em virtude da concentração de lojas no interior do Estado do Rio Grande do Sul, entendemos que o reabastecimento de aproximadamente 30% do mix de produtos das lojas é feito a cada sete dias e o abastecimento dos demais produtos é feito diariamente. Ainda assim, possuímos controle dos produtos em falta e da demanda de cada uma das lojas, o que permite uma reposição de acordo com a necessidade de cada ponto de venda. Na região Sul, onde estão localizadas 153 lojas, os nossos dez maiores fabricantes representaram aproximadamente 19,3% do volume em reais de nossas compras e os nossos dez maiores distribuidores contribuíram com 70,9% desse volume.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Quando possível, buscamos melhores condições comerciais agrupando os pedidos decorrentes de todas as nossas regiões de atuação e de nossa Rede de Franquias para obter ganhos de escala, especialmente quando lidamos com fornecedores e distribuidores com atuação nacional.

Logística

Centros de Distribuição

Contamos com um sistema de distribuição descentralizado. Nossos Centros de Distribuição são utilizados no fornecimento de produtos para nossas Operações Próprias, inclusive de nossos produtos de marca própria, e estão localizados em áreas que consideramos estratégicas de acordo com a capacidade de trazer valor à operação a partir da redução de custos e de investimentos em estoque.

Em 31 de março de 2011, contávamos com três Centros de Distribuição que atendem nossas Operações Próprias nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Os três Centros de Distribuição possuem em conjunto 15.442m² de área útil e 24 docas de embarque e desembarque. Os Centros de Distribuição têm capacidade de armazenagem de aproximadamente 9 milhões de unidades e separação de até 380 mil unidades por dia. Acreditamos que a localização dos Centros de Distribuição nos permite abastecer nossas lojas com rapidez atendendo com eficácia suas necessidades de produtos.

Com a aquisição da Rosário Distrital, passamos a contar com um Centro de Distribuição, localizado em Águas Claras, nas proximidades do Distrito Federal. Esse Centro de Distribuição foi inaugurado em janeiro de 2010, possui 3.213,19m² de área útil, cinco docas de embarque e três docas de desembarque. Esse Centro de Distribuição tem capacidade de armazenagem de aproximadamente 2,2 milhões de unidades, separa até 150 mil unidades por dia e está estrategicamente localizado em um entroncamento das principais rodovias do Distrito Federal para atender as demandas do Centro-Oeste.

Com a aquisição da Mais Econômica, passamos a contar com um Centro de Distribuição localizado na cidade de Canoas. Esse Centro de Distribuição foi inaugurado em outubro de 2007, possui 9.300m² de área útil, nove docas de embarque e desembarque e possui uma capacidade de armazenagem de aproximadamente 5 milhões de unidades, separa até 190 mil unidades por dia e está estrategicamente localizado no Rio Grande do Sul para abastecer nossas lojas atuais e futuras expansões na região Sul.

Em março de 2011, inauguramos o Centro de Distribuição em Prazeres, localizado em Jaboatão dos Guararapes, com 3.240m² de área útil, três docas de embarque e quatro docas de desembarque, com o intuito de atender a demanda de nossas lojas localizadas na região Nordeste. Esse Centro de Distribuição tem capacidade de armazenagem de aproximadamente dois milhões de unidades, separa até 70 mil unidades por dia e está estrategicamente localizado em um polo industrial próximo a uma importante estrada da região.

Nossos centros de distribuição obedecem todas as regulações da Agência Nacional da Vigilância Sanitária – Anvisa em relação à climatização de medicamentos e controle de produtos de tarja preta. Possuímos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

climatizadores de renomados fabricantes, permitindo que nossos produtos estejam em condições de venda adequadas.

Todos os nossos Centros de Distribuição estão devidamente licenciados pela autoridade de vigilância sanitária responsável do Estado e/ou Município em que se encontram.

Processo de Distribuição

Nossos Centros de Distribuição estão organizados em setores de recebimento, separação, conferência e expedição. Os Centros de Distribuição do Sul, Centro-Oeste e Nordeste contam com um sistema de processamento semiautomatizado desde suas inaugurações. O sistema de gestão das centrais de distribuição é desenhado para permitir eficiência em cada fase do processo de distribuição. Os nossos sistemas acompanham diariamente todas as movimentações de estoque e adotam controles no processo de recebimento e envio de mercadorias, tais como a (i) conferência das mercadorias de acordo com a nota fiscal; (ii) conferência que os produtos apresentam plena condição de comercialização e (iii) se possuímos alguma falta de produto no Centro de Distribuição ou em alguma de nossas lojas.

O Centro de Distribuição que atende ao Centro-Oeste possui duas linhas de esteiras paralelas, sendo uma delas motorizada. O sistema utilizado para a gestão do Centro de Distribuição permite digitalizar pedidos e produtos por meio de leitores manuais da empresa.

O Centro de Distribuição do Nordeste possui uma linha de esteira híbrida. Em sua gestão, é utilizado, além do sistema de gestão e controle, um sistema de sinalização interna entre setores.

O Centro de Distribuição no Sul possui uma esteira automática de abastecimento e uma empilhadeira. O sistema PROCFIT, utilizado para a gestão do Centro de Distribuição, permite escanear pedidos e produtos por meio de leitores manuais da empresa. Ademais, há leitores de *check out*, coletores de dados e leitores para o *check out*.

Embora nossos Centros de Distribuição tenham sistemas diferentes, eles contam com o mesmo padrão de processamento. Suas esteiras percorrem toda a linha, desde seu início, na separação dos medicamentos, até a doca de expedição. Após a geração do pedido, os funcionários do setor de separação digitalizam os pedidos com um leitor manual e os separam em caixas na esteira secundária não automatizada ou, no caso do Nordeste, na própria esteira híbrida. Todavia, a separação de medicamentos de venda controlada de alto risco de furto ou que necessitam de condições especiais de manutenção é feita de forma manual na esteira não motorizada.

Após a separação, as caixas seguem automaticamente em direção ao setor de conferência, onde cada unidade é digitalizada para que os produtos da caixa sejam comparados com o pedido. Se o conjunto de itens está em conformidade com o pedido, as caixas são recolocadas na esteira, lacradas e enviadas para diferentes rotas na doca de desembarque.

As fotos abaixo mostram nossos três Centros de Distribuição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Centro de Distribuição da região Centro-Oeste



Centro de Distribuição da região Sul



Centro de Distribuição da região Nordeste



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Acreditamos que os nossos Centros de Distribuição possuem capacidade para atender às necessidades atuais das nossas Operações Próprias e das novas lojas que pretendemos abrir, conforme nosso plano de expansão.

Estoques

Nossa gestão de estoques possui como diretrizes o foco no cliente e na eficiência operacional. Ao focar operações nos clientes buscamos encontrar o ponto ótimo entre o melhor nível de serviço e os menores preços oferecidos. Já o foco na eficiência operacional busca alcançar o melhor equilíbrio entre capital de giro investido e capital imobilizado por meio da redução do preço de compra dos produtos e de custos logísticos.

Toda a gestão de estoque é feita de forma regional, sendo a gestão de cada região independente entre si. Essa estratégia nos permite antecipar e estar mais preparados para acontecimentos pontuais e peculiaridades do hábito de nossos clientes em cada região do país. Utilizamos como parâmetros sistemas e cálculos estatísticos para as decisões de compra e reposição do estoque, tanto nos Centros de Distribuição como em cada uma das nossas lojas. Contamos também com a expertise de nossos Sócios Fundadores, que auxiliam na operação de cada um dos Centros de Distribuição.

Diariamente, as nossas lojas consolidam as informações e disparam um informativo com número de faltas, dias de estoque e outras informações relevantes para os gestores de estoque. Em 31 de março de 2011, oferecíamos a nossos clientes aproximadamente 20 mil produtos, distribuídos em nossas 302 lojas próprias. Acreditamos possuir níveis de ruptura (nível de produtos indisponíveis para a venda) mais baixos que o de nossos principais concorrentes.

Utilizamos transportadoras terceirizadas, contratadas para realizar o envio de nossos produtos dos centros de distribuição para nossas lojas, e também para realizar os serviços de entrega em domicílio (*delivery*). As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas por nossa equipe de logística e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas. Acreditamos que a frota existente é suficiente e dispõe de veículos adequados para nossas operações. Em 31 de março de 2011, trabalhávamos com sete empresas de transporte, sendo seis empresas terceirizadas e uma empresa própria.

Para mitigar perdas de vendas devido à falta de produtos em estoques de nossas Operações Próprias, mantemos um canal de televendas em cada região que atuamos como suporte em casos de ruptura em nossas lojas. Além disso, em nossas operações no Centro-Oeste, possuímos um sistema de “reposição de venda”, que entra em vigor no momento em que um cliente não encontra o item procurado em nossas lojas. A partir de tal ocorrência, entregamos o produto na própria loja ou na casa do cliente em aproximadamente uma hora. Esse sistema eleva nosso nível de serviço, em nossas lojas dessa Região, para aproximadamente 97,0%. O nível de serviço é o indicador de eficiência do Centro de Distribuição que representa o volume de unidades da lista de separação que foi atendido no dia que em que o pedido foi realizado.

Não somos responsáveis pelo gerenciamento de estoques de nossa Rede de Franquias, exceto no que se relaciona ao fornecimento de produtos de marca própria.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Canais de Vendas

Nossas vendas são oriundas da venda de Medicamentos de Marca, Medicamentos Genéricos e Não Medicamentos de nossas Operações Próprias. Atendemos nossos clientes por meio dos seguintes canais de venda:

- *Lojas:* Em 31 de março de 2011, contávamos com 302 lojas próprias, que representam nosso principal canal de vendas. A escolha dos pontos é discutida com nossos Sócios-Fundadores, os quais possuem grande conhecimento de suas regiões de atuação. Além das lojas de ruas, nesta data, contávamos com 14 lojas em Shopping Centers. Nossas lojas direcionadas para o público de classes A e B contam com amplas áreas para estacionamento, acabamentos luxuosos e estão normalmente localizadas em esquinas de alta visibilidade e fácil acesso. Já nossos pontos direcionados para públicos de classes C e D possuem um visual mais simples e estão localizadas principalmente em ruas comerciais com alto fluxo de pessoas. Em 31 de março de 2011, nossas lojas estavam localizadas em sete Estados e 83 cidades, e possuíam no total de 46.875 metros quadrados. No primeiro trimestre de 2011, foram comercializados mais de 20 mil produtos e contamos com um fluxo de mais de 5 milhões de clientes em nossas lojas próprias¹. No período de três meses findo em 31 de março de 2011, esse canal de distribuição representou 94,6% de nossa receita bruta de vendas.
- *Televendas:* A partir de nossas vendas por telefone, alcançamos públicos que procuram o máximo de comodidade, que procuramos atender da forma mais ágil possível. As entregas em domicílio são feitas a partir de algumas lojas com um estoque diferenciado, próprio para o atendimento de *entrega*, que denominamos de Lojas Polo. A gestão e o controle deste estoque das Lojas Polo são feitos de forma separada e diferenciada da loja física. Esse serviço também nos traz benefícios de redução de rupturas de estoque e perdas de vendas. No período de três meses findo em 31 de março de 2011, esse canal de distribuição representou 5,4% de nossa receita bruta de vendas.
- *Drive Thru:* Para servir e atender nossos clientes da melhor forma possível, criamos o serviço de *Drive Thru*, que visa atrair clientes que procuram comodidade e rapidez e aumentar nosso *Market Share*. Esse serviço atende aos princípios americanos, no qual o cliente faz seu pedido, efetua o pagamento e recebe a mercadoria sem ter a necessidade de sair de seu automóvel. Acreditamos ser um dos precursores do mercado de varejo farmacêutico a prestar tal serviço, que vem se mostrando eficaz no aumento de vendas. Esse serviço atualmente é oferecido na região Nordeste e, devido ao sucesso do projeto, pretendemos ampliá-lo para as demais regiões em que atuamos. No período de três meses findo em 31 de março de 2011, esse canal de vendas não representou um volume significativo de nossa receita bruta de vendas.

c. características dos mercados de atuação

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

¹ Fluxo de clientes obtido a partir dos dados relativos ao primeiro trimestre de 2011, com exceção da rede Mais Econômica, cujos dados abrangeram apenas o mês de março de 2011.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Brazil Pharma opera no setor de drogarias, ou varejo farmacêutico, no Brasil, com operações no Centro-Oeste, Nordeste e Sul por meio de lojas próprias e no Sudeste por meio de nossa Rede de Franquias. O setor de drogarias no Brasil é responsável pela venda aos consumidores finais de (i) medicamentos, incluindo remédios de marca, de referência, similares, genéricos e medicamentos OTC (*over the counter*, sigla em inglês que significa medicamentos vendidos sem prescrição médica) e (ii) outros produtos denominados não-medicamentos relacionados à saúde, em particular cosméticos, incluindo produtos de higiene e beleza, perfumes e dermocosméticos, bem como produtos nutricionais e outros correlatos.

Dentro do varejo farmacêutico, as drogarias constituem o principal meio de acesso da população aos medicamentos e um dos principais canais para artigos de higiene e beleza. De acordo com o IMS Health, em 2010 existiam no Brasil mais de 60 mil drogarias, quase todas focadas na venda de Medicamentos, Produtos OTC e Produtos de Perfumaria, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos e em outros países do mundo, nos quais a farmácia comercializa um amplo espectro de produtos, que chega a incluir em seu mix de produtos alimentos e produtos de limpeza, entre outras categorias.

De acordo com a AC Nielsen, 74% dos lares brasileiros compraram pelo menos um produto de higiene e beleza nas drogarias e perfumarias no ano de 2009, o que correspondeu a uma média de sete compras ao ano e a um gasto médio de R\$92,00 no período.

O mercado brasileiro de drogarias é um mercado em forte crescimento, ainda pulverizado, mas em processo de consolidação. A população paga seus medicamentos quase que exclusivamente com recursos próprios, uma vez que programas públicos e privados de subsídio aos medicamentos que prevalecem em diversos países do mundo, ainda são incipientes no Brasil. Entretanto, em 2010, a Agência Nacional de Saúde Complementar, ou ANS, declarou que pretende discutir em 2011 a incorporação do custeio dos medicamentos pelos planos de saúde. Acreditamos que, caso os planos de saúde passem a custear os medicamentos para seus beneficiários, isso contribuirá para acelerar de forma significativa o crescimento do mercado farmacêutico no Brasil.

Em 2009, o mercado brasileiro de medicamentos movimentou R\$30,2 bilhões de faturamento a preço de fábrica, de acordo com o IMS Health, o que tornou o País o décimo maior mercado farmacêutico do mundo naquele ano. De acordo com estimativas do IMS Health, espera-se que até 2014 o Brasil se torne o oitavo maior mercado farmacêutico do mundo.

O mercado de Produtos de Perfumaria também cresce de forma acelerada. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, ou ABIHPEC, o setor faturou R\$24,9 bilhões em 2009 a preço líquido de fábrica, o que representa um crescimento de 13% nos últimos cinco anos. Com tal taxa de crescimento, as drogarias vêm sendo, juntamente com as empresas de venda direta, as grandes vendedoras no mercado de Produtos de Perfumaria.

A Indústria de Medicamentos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O setor de medicamentos é um dos setores de maior crescimento no mundo, tendo superado de maneira consistente o crescimento da economia mundial nos últimos anos, tendência verificada também no Brasil, de acordo com dados divulgados pelo *IMS Health*.

Podemos identificar no Brasil os seguintes tipos de medicamentos:

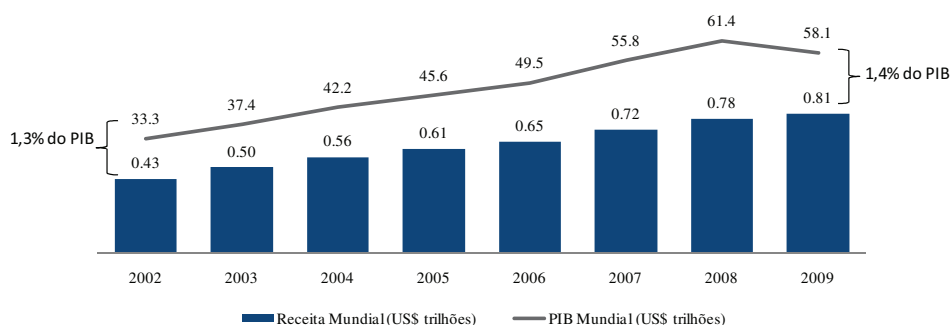
- **Medicamentos de Marca:** Medicamentos que englobam a categoria de Medicamentos de Referência e Medicamentos Similares, como definidos abaixo, referindo-se, para os efeitos deste Formulário de Referência, aos medicamentos para os quais é exigida prescrição médica para a venda, também conhecidos por medicamentos “éticos”.
- **Medicamentos de Referência:** Novos medicamentos lançados pelos laboratórios após grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, exaustivos procedimentos de testes e aprovação das agências governamentais competentes. São medicamentos que servem de parâmetro para os testes de bioequivalência e biodisponibilidade para a aprovação dos Medicamentos Genéricos. Esses produtos, quando de seu lançamento, são protegidos por patente, cujo prazo pode variar de acordo com a categoria da invenção e da legislação do país. No Brasil, este prazo é de até 20 anos.
- **Medicamentos Similares:** Medicamentos que contêm o mesmo ou os mesmos princípios ativos dos Medicamentos de Marca em que se baseiam, podendo diferir, já que não foram submetidos aos testes de bioequivalência e biodisponibilidade, em características como concentração, posologia, forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem e excipientes utilizados, devendo sempre ser identificados por nome comercial ou marca. De acordo com a Resolução RDC nº 134 da Anvisa, Medicamentos Similares cujas licenças expiraram a partir de 1º de dezembro de 2004 deverão passar por ensaios clínicos para comprovar a eficácia terapêutica e segurança. As drogarias também comercializam este tipo de medicamentos, não obstante a sua crescente substituição pelos Medicamentos Genéricos.
- **Medicamentos Genéricos:** Medicamentos idênticos, ou Bioequivalentes, aos respectivos Medicamentos de Marca na forma de dosagem, eficácia, segurança, potência, qualidade, características de desempenho e uso pretendido, desenvolvidos após a expiração, renúncia ou quebra da patente dos Medicamentos de Marca em que se baseiam, e utilizando fórmulas de Medicamentos de Marca. Dessa forma também é exigida a prescrição médica para a venda desse tipo de medicamento. A diferença se dá no nome, na marca e na forma de divulgação. Os Medicamentos Genéricos não são protegidos por patente.
- **Medicamentos OTC:** Medicamentos cuja venda é livre, não requerendo a apresentação de prescrição médica, utilizados para o alívio de uma condição médica. Esse grupo inclui medicamentos para o tratamento de condições agudas fáceis de serem autodiagnosticadas, tais como antiácidos, remédios para tosse, dor e gripe.

O mercado de medicamentos brasileiro alcançou em 2010 um índice composto de crescimento anual de receita bruta de vendas e serviços (CAGR) de aproximadamente 12,9%, entre 2006 e 2010. Acreditamos que o crescimento do mercado de medicamentos no Brasil se deve, principalmente, (i) ao aumento de renda e do consumo per capita; (ii) ao envelhecimento da população brasileira; (iii) a expansão do mercado de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

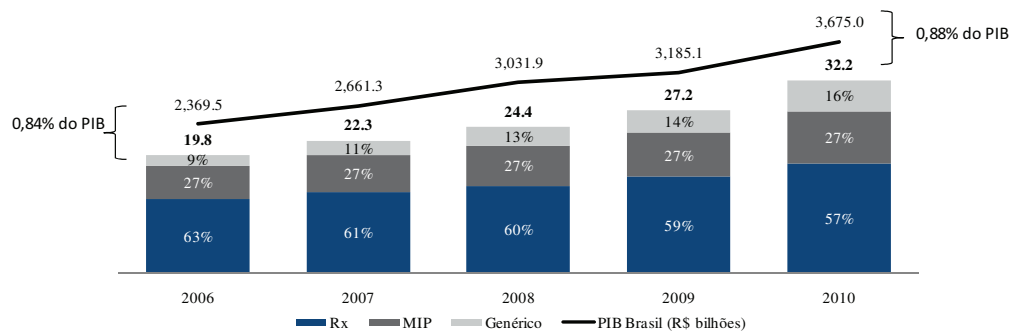
medicamentos genéricos; e (iv) ao controle precoce de patologias. Os gráficos abaixo ilustram a evolução do setor no mundo e no Brasil nos últimos anos:

PIB Mundial x Receita do Setor Farmacêutico no Mundo



Fonte: IMS Health, Banco Mundial

PIB Brasileiro x Receita do Setor Farmacêutico no Brasil



Fonte: IMS Health, IPEADATA

No gráfico sobre o Mercado Brasileiro, as vendas do setor farmacêutico são divididas entre Rx, MIP e Genéricos. Abaixo estão definições de cada tipo de produto:

Rx: Medicamentos “Rx” são aqueles que são vendidos somente sob devida prescrição médica.

MIP: MIP é uma sigla que equivale a “Medicamentos Isentos de Prescrição”. Esta sigla refere-se ao mesmo tipo de medicamentos acima definidos como “Medicamentos OTC”.

Genérico: Os medicamentos sob a denominação “Genérico” no gráfico são os mesmos acima definidos como “Medicamentos Genéricos”.

Segundo projeções do IMS Health, a indústria de varejo de medicamentos no Brasil deve crescer cerca de 10% ao ano em termos reais entre 2011 e 2014. A Espicon Business Intelligence estima que o faturamento do setor farmacêutico deve crescer a uma taxa anual composta média (CAGR) de 8% entre 2010 e 2015.

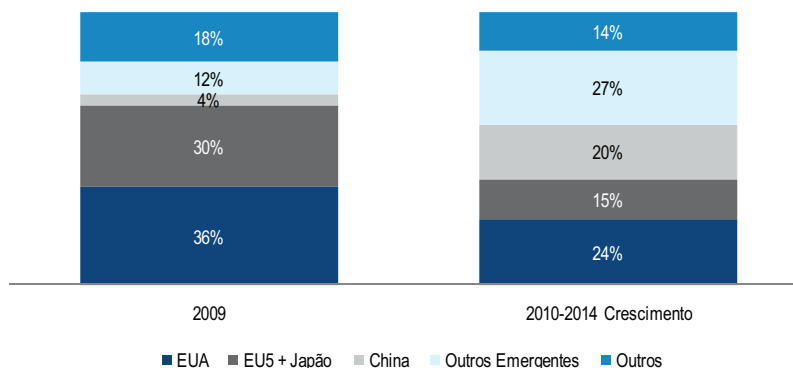
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Tais tendências fizeram com que o Brasil, em conjunto com seis outros países (China, México, Índia, Rússia, Coreia do Sul e Turquia), recebessem a designação pelo IMS Health de Pharmerging Countries, reconhecendo a sua crescente importância no mercado farmacêutico mundial. De acordo com o IMS Health, o mercado farmacêutico mundial totalizou, em 2009, US\$ 837 bilhões. Deste total, os países mais desenvolvidos (Estados Unidos, Japão e os cinco principais países da Europa) representam 66% do mercado, enquanto os Pharmerging Countries ainda respondem por apenas 16% deste mercado. Entretanto, o IMS Health estima que o mercado mundial crescerá em US\$ 297 bilhões até 2014, e que deste crescimento, 47% será originado nos Pharmerging Countries, ao passo que os países desenvolvidos contribuirão com apenas 39% deste total.

Em 2010, o IMS Health reclassificou os Pharmerging Countries em diferentes níveis quanto à perspectiva de crescimento no mercado farmacêutico, tendo a China sido considerada de forma isolada como Pharmerging Nível 1 e o Brasil, juntamente com Rússia e Índia, sido classificado como Pharmerging Nível 2. Portanto, o IMS Health, a partir deste ano, passou a considerar o Brasil como um dos quatro países do mundo com maior perspectiva de crescimento do mercado farmacêutico.

O consumo anual per capita de medicamentos no Brasil apresenta um grande potencial de crescimento, pois ainda é significativamente inferior quando comparado ao consumo nos principais mercados mundiais e é até inferior a países em desenvolvimento como a Argentina, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Participação dos Países no Mercado de 2009 e no Crescimento entre 2010 e 2014



Fonte: IMS Health

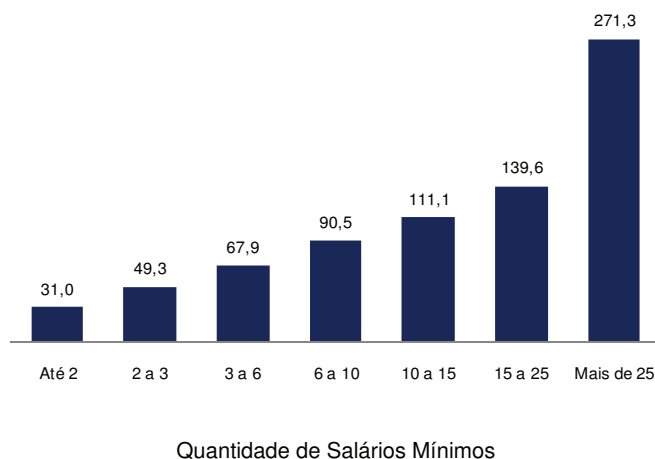
Mesmo sendo um grande mercado, quando comparado com outros países da América Latina, o Brasil apresenta grande potencial. Segundo estudos da IMS Health, os países emergentes representarão cerca de 50% do crescimento do mercado farmacêutico de 2010 a 2014. Alguns fatores apontam para este crescimento, como a divergência entre o consumo per capita dos brasileiros quando comparados com outros mercados. A exemplo disso, apesar de, em 2009, a população do Brasil equivaler a cerca de 63,1% da população dos EUA (segundo dados do Banco Mundial), seu mercado farmacêutico representa apenas 4,4% do tamanho do mercado farmacêutico dos EUA em vendas.

Em síntese, o mercado brasileiro possui fortes perspectivas de crescimento devido aos seguintes fatores:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Aumento de Renda e do Consumo per Capita: De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, o gasto em medicamentos oscila fortemente de acordo com o patamar de renda da família, o que demonstra a existência de uma forte demanda reprimida para a população de menor renda, conforme o gráfico abaixo.

Gastos com Farmacêuticos Por Faixa de Salário em 2008 e 2009 (US\$/ano)

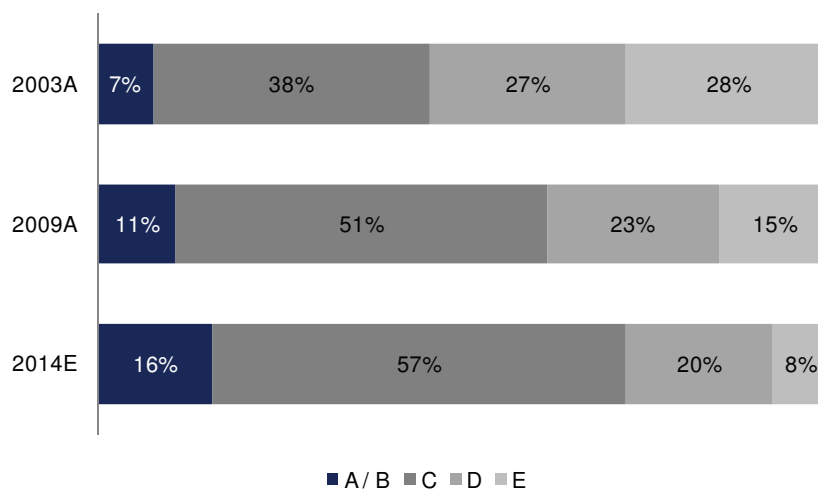


Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamento Familiar 2008 – 2009

O período entre 2005 e 2009 se caracterizou por uma significativa migração de famílias para a Classe C, conforme demonstra o gráfico abaixo. Acreditamos que isso contribui de forma significativa para o crescimento do mercado farmacêutico. Portanto, na medida em que o País seguir crescendo e diminuindo a alta concentração de renda que hoje existe, podemos esperar que essa tendência continue se aprofundando. Estima-se que a representatividade da Classe C saltará de 51% no ano de 2009 para 57% no ano de 2014, conforme gráfico abaixo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

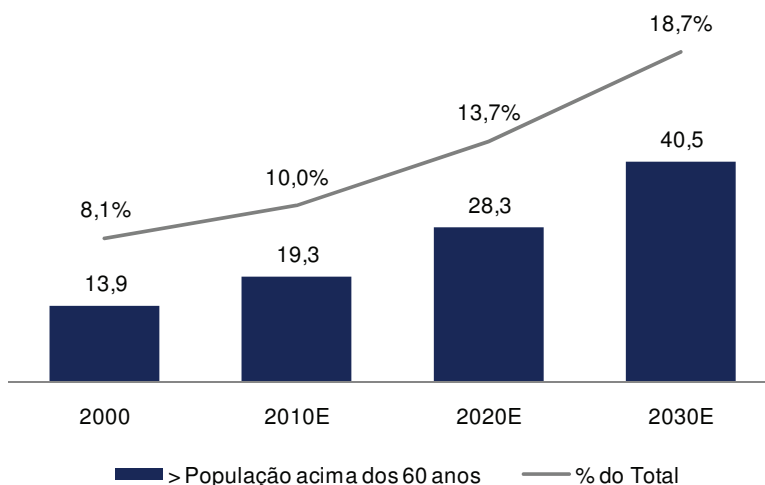
Classificação Segundo o perfil de Consumo



Fonte: Ministério da Fazenda, FGV, IBGE e LCA – Classificação Segundo o Perfil de Consumo

- Envelhecimento da População:** O consumo de medicamentos varia conforme a idade. Este padrão de consumo, aliado ao crescimento esperado da população com mais de 60 anos, deverá fazer com que o mercado farmacêutico brasileiro eleve o seu patamar nos próximos anos. No ano 2000, de acordo com o IBGE, o número de pessoas com mais de 60 anos era de 13,9 milhões. Estima-se que este número tenha atingido 19,3 milhões em 2010. O IBGE projeta que este número saltará para 28,3 milhões, em 2020, e para 40,5 milhões em 2030, o que corresponde a uma taxa anual composta de crescimento médio de 3,8% para os próximos 20 anos. Estima-se que sua representatividade demográfica, que era de 10% em 2010 saltará para 18,7% em 2030, conforme o gráfico abaixo.

População Acima de 60 Anos – Milhões de Pessoas, % Pop Total

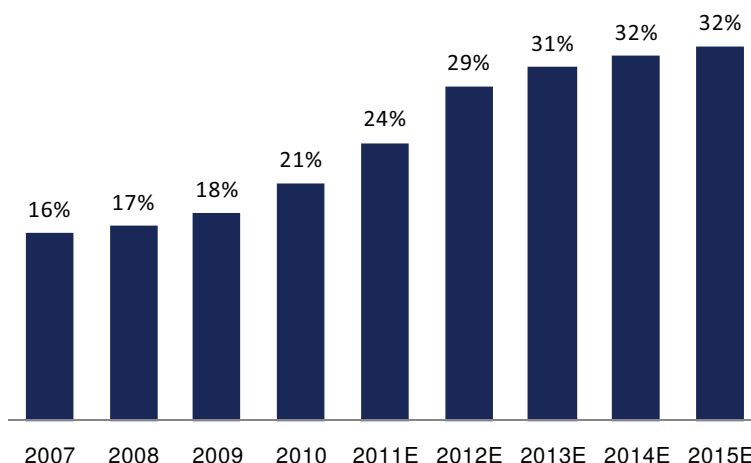


7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: IBGE – Projeção de População 2000 – 2030: Revisão 2008

- **Expansão do Mercado de Medicamentos Genéricos:** Os Medicamentos Genéricos foram introduzidos no Brasil no final de 1999, e vêm apresentando alto crescimento desde o início de sua comercialização. As vendas de medicamentos genéricos foram de R\$3,4 bilhões em 2007 para R\$5,7 bilhões em 2010, segundo estimativas da *EMIS*. Em 2008, as vendas de genéricos no Brasil representaram cerca de 17% do total de vendas de medicamentos. Espera-se que as vendas de Medicamentos Genéricos no Brasil alcancem participação de cerca de 32% do total das vendas de medicamentos até 2015, segundo estimativas da *EMIS*. O gráfico a seguir ilustra o crescimento esperado de participação do setor dos Medicamentos Genéricos no mercado total de medicamentos:

Crescimento Esperado no Setor dos Medicamentos Genéricos (% do mercado total)

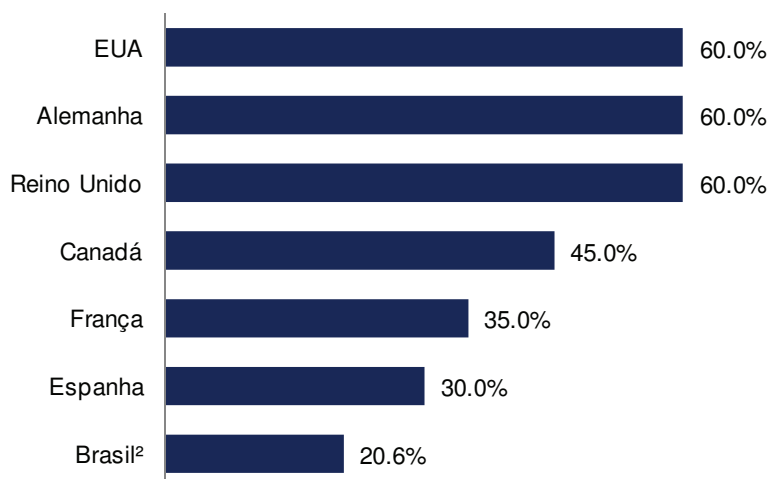


Fonte:EMIS, BMI – Industry Forecast Scenario

Mesmo considerando-se que os medicamentos genéricos foram introduzidos no mercado brasileiro há mais de 10 anos, a sua participação nas vendas totais de medicamentos é baixa, quando comparada aos mercados farmacêuticos de outros países. O gráfico abaixo ilustra esta comparação:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Porcentagem de Genéricos nas Vendas Totais de Medicamentos¹
(% das unidades vendidas)



Fonte: PróGenéricos, IMS Health

(1) Percentagem de genéricos nas vendas totais de medicamentos dos últimos doze meses findos em junho de 2009

(2) Percentagem de genéricos nas vendas totais de medicamentos dos últimos doze meses findos em julho de 2010

Dentre os fatores que fazem com que o mercado de Medicamentos Genéricos esteja num momento de expansão, destacam-se o preço competitivo destes medicamentos frente aos medicamentos de marca e a expiração de patentes de medicamentos líderes de vendas em um futuro próximo. Em 2010, os preços dos Medicamentos Genéricos foram cerca de 30% a 80% inferiores aos dos Medicamentos de Referência devido, notadamente, aos menores custos com pesquisa e desenvolvimento, o que os torna bastante competitivos. Além disso, um número significativo de Medicamentos de Referência irá perder a patente entre 2011 e 2013, representando uma importante oportunidade de crescimento para o mercado de Medicamentos Genéricos.

Ainda assim, os esforços tradicionais de pesquisa e desenvolvimento, bem como a pesquisa em novas áreas, tais como a biotecnologia e a pesquisa genética, devem continuar a gerar compostos novos e mais eficazes para atender às necessidades ainda não supridas dos pacientes, contribuindo para o contínuo desenvolvimento do segmento dos Medicamentos de Marca.

Novos medicamentos que visam à melhoria da qualidade de vida, tais como medicamentos para o controle de peso, suplementos nutritivos, pílulas anticoncepcionais e produtos para a disfunção erétil surgiram como um segmento novo e de rápido crescimento da indústria.

- **Controle Precoce de Patologias:** O estilo de vida adotado pela população nas grandes cidades do Brasil e do mundo vem contribuindo para a degradação da saúde dos indivíduos. Esta população urbana respira ar poluído, alimenta-se de forma inadequada, possui vida sedentária e sofre com os efeitos do estresse, o que contribui para patologias como diabetes, colesterol elevado, hipertensão, doenças respiratórias, depressão, entre outras. Adicionalmente, os médicos e a população em geral estão se

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

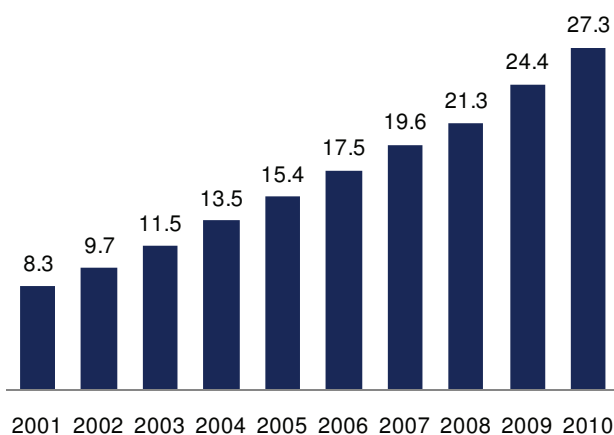
conscientizando cada vez mais dos benefícios resultantes da prevenção, detecção e do controle precoce destas e de outras patologias. O início dos tratamentos tem ocorrido cada vez mais cedo, por meio do uso dos medicamentos, contribuindo para a saúde e bem estar e alavancando o crescimento do mercado farmacêutico, sobretudo entre a população não idosa.

A Indústria de Higiene e Beleza (HPC)

De acordo com dados divulgados pela ABIHPEC, o faturamento do segmento de cosméticos, higiene pessoal e Perfumaria no Brasil, em 2010, atingiu R\$ 27,3 bilhões, com uma taxa de crescimento médio anual de 12,5% entre 2004 e 2010.

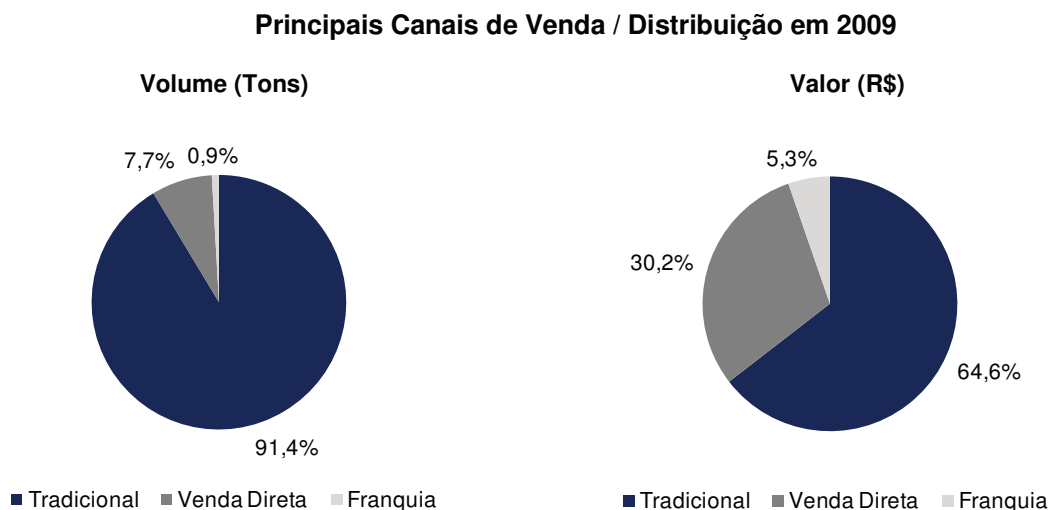
Os gráficos abaixo ilustram o faturamento da indústria brasileira de não medicamentos (“Ex-Factory”, livre de impostos) entre 2001 e 2010 e a distribuição pelos principais canais de venda em 2009:

Faturamento da Indústria Brasileira de Cosméticos, Higiene Pessoal e Perfumaria (“Ex-Factory”, livre de impostos, em R\$ bilhões)



Fonte: ABIHPEC

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: ABIHPEC

O setor de Cosméticos (incluindo higiene pessoal e Perfumaria) no Brasil conta com mais de 1.600 empresas, na sua maioria de pequeno porte.

Vários fatores têm contribuído para a expansão do mercado de cosméticos no Brasil, e poderão continuar a suportar a expansão do setor, tais como:

- Maior participação da mulher no mercado de trabalho;
- Constante lançamento de novos produtos atendendo a maior exigência dos consumidores;
- Elevação da expectativa de vida da população e necessidade de conservar “expressão jovem”;
- Maior poder aquisitivo da população; e
- Urbanização do Brasil.

As redes de drogarias oferecem geralmente uma variedade grande de não medicamentos, desde simples produtos destinados à higiene pessoal, tais como sabonetes, cremes dentais e desodorantes, a produtos destinados à proteção ou embelezamento do corpo, tais como protetores solares, perfumes, cremes, produtos capilares, batons, etc., distinguindo-se geralmente pela oferta ao público de acompanhamento técnico especializado nas lojas e pela confiança na qualidade e segurança de todos os produtos comercializados.

O Setor de Varejo Farmacêutico

O setor varejista de produtos farmacêuticos caracteriza-se principalmente pela compra, distribuição e revenda de medicamentos, incluindo remédios de marca, de referência, similares, genéricos e medicamentos OTC. Também é comum nesta indústria a comercialização de produtos relacionados à indústria de HPC e produtos de Conveniência.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos últimos anos, o mercado de varejo farmacêutico brasileiro tem apresentado taxas de crescimento expressivas em termos de faturamento. Durante o período entre março de 2006 a março de 2010, a receita do setor cresceu, em média, 18,9% ao ano, tendo esse crescimento sido mais intenso nos últimos anos, atingindo 20% entre março de 2010 e março de 2009. Segundo projeção do IMS Market Prognosis, o faturamento do setor de varejo farmacêutico deverá apresentar um crescimento real de 14,3% ao ano entre 2010 e 2014. Este crescimento deverá ser impulsionado, principalmente, pelos mercados regionais menos desenvolvidos atualmente.

No Brasil, segundo a IMS Health, o varejo de produtos farmacêuticos foi realizado por aproximadamente 64,3 mil lojas, que faturaram, apenas na venda de medicamentos, cerca de R\$36 bilhões em 2010. De acordo com a Abrafarma, a venda de medicamentos representou 71,9% do faturamento de suas redes associadas em 2010, enquanto outros produtos responderam por 28,1% das vendas. Em termos regionais, a Região Sudeste, embora represente mais de 54,1% das vendas, apresentou o menor crescimento entre as macro Regiões, tanto na distribuição de medicamentos quanto na evolução do PIB de 2008 a 2010. O mercado do Sudeste possui também 74,7% das lojas das cinco maiores redes da Abrafarma, tornando-a a mais competitiva do Brasil.

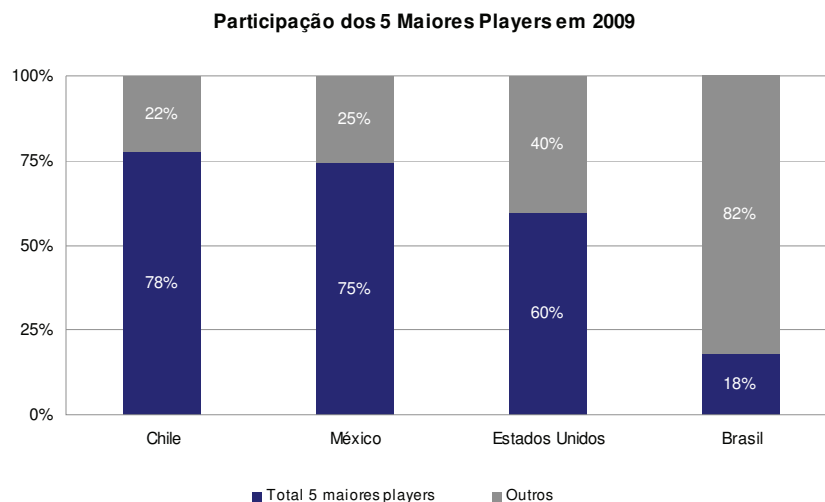
Conforme já mencionado, o crescimento do setor tem sido sustentado por fatores como o aumento da renda, o envelhecimento da população, a maior penetração obtida por medicamentos genéricos e pela maior participação de não-medicamentos (HPC e cosméticos) no mix de vendas. Soma-se a isso o crescente apoio governamental realizado por meio do programa “Farmácia Popular”, iniciado como protótipo em 2004, no qual o governo subsidia a venda de medicamentos através da isenção de impostos para laboratórios, resultando em descontos de até 90% para a população.

Fragmentação do Varejo Farmacêutico

No Brasil, o varejo de produtos farmacêuticos é realizado principalmente por drogarias independentes e por redes de farmácias. Em 2010, as drogarias independentes foram responsáveis por 49% do faturamento enquanto as redes de farmácias e supermercados responderam por 48% e 3%, respectivamente.

De acordo com a Euromonitor, considerando o mercado de varejo de produtos farmacêuticos e de beleza no Brasil, os cinco maiores *players* do setor representaram cerca de 18% do mercado em 2009. Por se tratar de uma indústria de varejo, em que a escala é um fator determinante para a competitividade de seus participantes, acreditamos que existe uma tendência natural de consolidação deste setor. Esta maior concentração do setor pode ser observada em mercados, como Estados Unidos, Chile e México, conforme a figura abaixo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Euromonitor

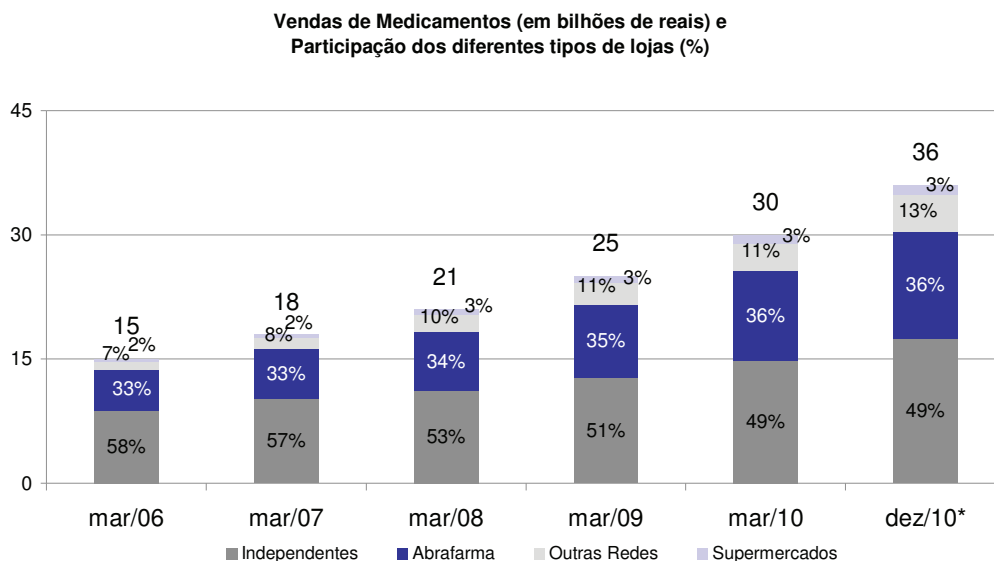
A tendência de formalização da economia brasileira é um dos principais fatores que vêm favorecendo a consolidação do setor de varejo farmacêutico. Tradicionalmente, os diversos segmentos de varejo no Brasil são marcados por um elevado grau de informalidade, que ocorre, principalmente, por meio de sonegação de impostos realizada por pequenas empresas. Esse diferencial tributário prejudicava as grandes redes, pois reduzia as vantagens obtidas por ganhos de escala.

Essa distorção de mercado vem sendo progressivamente atenuada, devido à (i) modernização do sistema tributário brasileiro, com a implantação de notas fiscais eletrônicas, (ii) tributação no nível da indústria ou distribuidor para todos os estágios seguintes da cadeia de distribuição (substituição tributária) e (iii) a evolução dos sistemas de pagamento, que aumentou a proporção de pagamentos feitos com cartões de crédito e débito.

Ao se analisar a evolução da participação de mercado dos diferentes tipos de lojas que compõem o varejo farmacêutico no Brasil, fica evidente o processo de consolidação do setor, já que entre 2006 e 2010 a participação das farmácias independentes no faturamento da indústria teve uma queda de cerca de 10%, enquanto as redes de farmácias capturaram quase toda essa participação de mercado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Faturamento Com Medicamentos por Tipo de Loja



Fonte: IMS Health

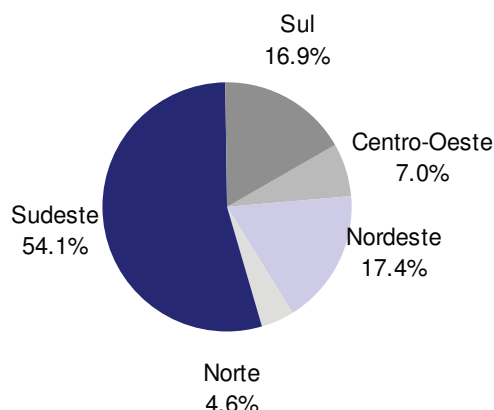
(*) 12 meses findos em dez/10

Principais Mercados Farmacêuticos do Brasil

O mercado de produtos farmacêuticos brasileiro pode ser dividido em dois grandes blocos: a região Sudeste, que detinha 54,1% do faturamento em 2010, e as demais regiões brasileiras, responsáveis pelo restante do faturamento. Entre as outras regiões, merecem destaque o Nordeste, Sul e Centro-Oeste brasileiros, com 17,4%, 16,9% e 7,0% da receita total da indústria em 2010, respectivamente.

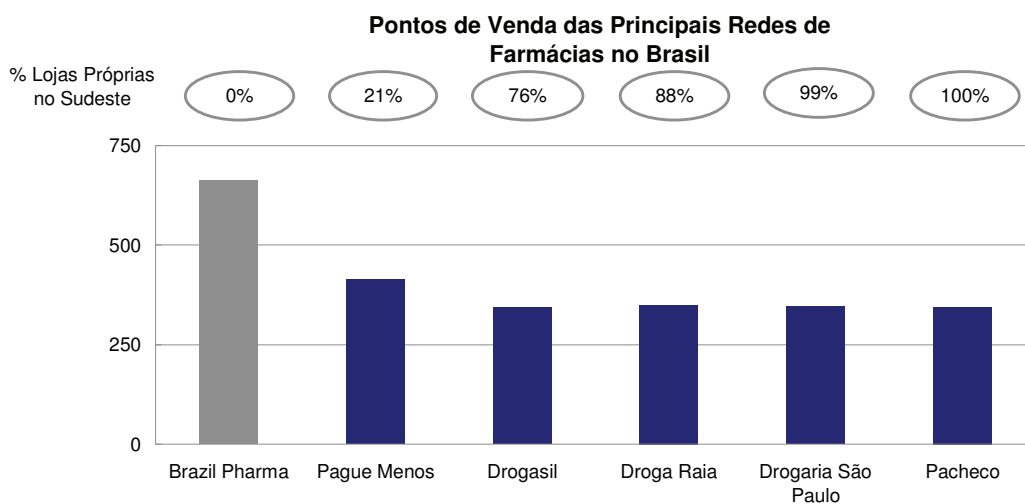
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Distribuição do Mercado Farmacêutico em 2010



Fonte: IMS Health, Agência Estado

Além da diferença de tamanho entre o mercado da região Sudeste e das demais regiões brasileiras, também são observadas diferenças com relação aos participantes do varejo farmacêutico. No Sudeste, é clara a presença e liderança das principais redes de varejo farmacêutico, sendo esta região a principal plataforma de quatro das principais redes brasileiras (Drogaria São Paulo, Drogasil, Droga Raia e Pacheco), e onde estão presentes cerca de 91% das suas lojas. Acreditamos que, em decorrência disso, a competição na região Sudeste é superior à observada nas demais regiões do Brasil.



Fonte: Drogasil e Droga Raia: relatório de resultados em 31 de março de 2011; Pague Menos, Drogaria São Paulo e Pacheco: site das companhias em 20 de abril de 2011

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nas demais regiões brasileiras, onde a maior parte das grandes redes ainda possui exposição limitada, ganham destaque participantes locais de maior porte, que possuem fatias de mercado relevantes dentro de suas áreas de atuação.

Na nossa visão, o sucesso de redes locais de farmácia está relacionado com alguns fatores regionais, incluindo: a presença em localizações adequadas, oferecendo conveniência aos clientes, a localização eficiente de centros de distribuição, reduzindo a geração de créditos tributários decorrentes de transporte interestadual de mercadorias, e o atendimento customizado aos clientes da região.

PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DO SETOR

Acreditamos que os principais fatores que apontam para o crescimento do setor farmacêutico no Brasil são:

- (i) o envelhecimento da população (*aging*), em decorrência da elevação da expectativa de vida (com o conseqüente aumento da população idosa), por um lado, e pelo crescimento da população (principalmente nas áreas urbanas), por outro;
- (ii) crescimento esperado no mercado de Medicamentos Genéricos, estimulando a demanda de grupos de menor renda, por um lado, e oferecendo margens maiores para as drogarias, por outro;
- (iii) a melhoria do nível médio de renda da população, que tem demonstrado uma tendência de crescimento gradual;
- (iv) a crescente preocupação da população com a beleza e com a necessidade de parecer jovem;
- (v) o desenvolvimento da indústria farmacêutica, de Cosméticos, higiene pessoal e Perfumaria, segmentos que apresentam altas taxas de crescimento histórico, superiores ao crescimento da economia; e
- (vi) o desenvolvimento de novos produtos de crédito e seguro representam um segmento lucrativo a ser explorado e disseminado através da capilaridade de nossas operações.

Acreditamos, também, que no caso das redes de drogarias, além de se beneficiarem do crescimento do setor, terão o seu crescimento motivado pela contínua racionalização e aceleração do processo de consolidação do setor (atualmente muito fragmentado), uma vez que já possuem gestão profissionalizada, mão-de-obra qualificada, centros de distribuição e sistemas de informações capazes de suportar a estratégia de crescimento, e grande expertise no modelo de negócio e na busca de pontos comerciais estratégicos.

(i) Participação em cada um dos mercados

De acordo com os dados divulgados pela Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias, ou Abrafarma, somos a maior empresa do setor de varejo farmacêutico brasileiro em número de lojas, com 663 pontos de venda, sendo 302 lojas próprias e 361 franquias. Dentro de nossas Operações Próprias, temos um foco estratégico nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil com, respectivamente 89, 60 e 153 lojas, com marcas de, em média, 35 anos de operação. Já em nossa Rede de Franquias, sob a marca Farmais e há 17 anos mercado de varejo farmacêutico, possuímos uma participação de mercado relevante no Estado de São Paulo e Paraná, com, respectivamente, 52,9% e 20,5%, em número de lojas, de nossas franquias em tais mercados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela abaixo compara indicadores financeiros e operacionais da Brazil Pharma com os números divulgados pela Abrafarma sobre as redes de varejo farmacêutico a ela credenciadas. Apesar de não ser uma comparação com todo o mercado de varejo farmacêutico, a tabela proporciona uma boa comparação do tamanho da Brazil Pharma em relação ao mercado:

| | | Exercício social encerrado em 31 de Dezembro de | Período de três meses findo em 31 de Março de | |
|--|--|---|---|-------|
| | | 2010 | 2011 | |
| Brazil Pharma | Receita bruta consolidada (em milhões de reais) | 175 | 173 | |
| | Lojas Próprias | 145 | 302 ² | |
| | % Crescimento(*) | 36,8% | 22,3% | |
| | Receita média mensal por loja própria (em milhares de reais) ⁽³⁾ | 356 | 328 | |
| | Ticket Médio (em reais) ⁽¹⁾ | 33,76 | 32,08 | |
| | Mix Receita | % Não Medicamentos | 28,5% | 31,5% |
| | | % Medicamentos | 71,5% | 68,5% |
| | Mix Medicamento | % Referência | 78,0% | 75,9% |
| | | % Genérico | 22,0% | 24,1% |
| | Abrafarma | Receita bruta (em milhões de reais) | 17.013 | 4.566 |
| Lojas | | 3.315 | 3.396 | |
| % Crescimento | | 10,0% | 11,2% | |
| Receita média mensal por loja (em milhares de reais) | | 456 | 452 | |
| Ticket Médio (em reais) ⁽¹⁾ | | 30,51 | 30,96 | |
| Mix Receita | | % Não Medicamentos | 28,1% | 29,9% |
| | | % Medicamentos | 71,9% | 70,1% |
| Mix Medicamento | | % Referência | 85,5% | 85,3% |
| | | % Genérico | 14,5% | 14,8% |

Fonte: Brazil Pharma e Abrafarma

⁽¹⁾ No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o cálculo do crescimento do número de lojas não contempla a abertura de novas lojas pela Mais Econômica no período.

⁽²⁾ Ticket médio é calculado pela divisão simples do volume de vendas de nossas operações próprias pelo total de clientes em determinado período.

⁽³⁾ Desse total, 153 Lojas Próprias resultam da aquisição da Mais Econômica.

⁽⁴⁾ A receita média mensal por loja própria é calculada a partir da divisão da "Receita" pela média das médias móveis mensais de lojas próprias, cujo resultado é dividido pelo número de meses do período.

(ii) Condições de competição nos mercados

Por meio de nossas Operações Próprias utilizamos marcas diferentes em cada região de nossa atuação, sendo assim, estamos presente em regiões com diferentes níveis de concorrência e competidores. Na região Nordeste, acreditamos que os nossos principais concorrentes são Big Ben, Pague Menos, Bom Preço

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e Droga Viva. Já no Centro-Oeste, acreditamos que nossos principais concorrentes são Drogasil, Droga Fuji e Santa Marta. Quando se trata da região Sul, avaliamos como principais concorrentes as redes Panvel, Capilé e São João. Em nossa operação de Franquias, nossos principais concorrentes são as redes de Associativismo que têm participação regional, de modo que alguns de nossos principais concorrentes nesta operação são as associações denominadas City Farma, Farma Total e Farmácias Associadas.

Esse cenário de competição reforça nossa estratégia de ser complementar às principais redes de farmácias do Brasil, não atuando, por meio de nossas Operações Próprias em regiões em que esses grupos já têm forte presença, como o Sudeste, onde estão situadas cerca de 75% das farmácias das cinco maiores redes de drogaria associadas à Abrafarma. O fato de as regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste não possuírem forte presença dos grandes grupos de varejo farmacêutico, e assim serem mercados onde o nível de competição é menor, torna estes mercados atrativos e abre possibilidade de alcançar margens de rentabilidade mais altas, quando comparadas ao cenário da região Sudeste.

Dessa forma, percebemos que, devido ao posicionamento estratégico escolhido por nós, as condições de competição que enfrentamos são bastante diferentes das que enfrentam os principais grupos farmacêuticos do Brasil. O fato de nossas Operações Próprias estarem concentradas nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul colabora para que tenhamos maior flexibilidade na determinação de preço versus grandes grupos que possuem operações concentradas na Região Sudeste. Nossa atuação geográfica diferenciada também facilita o movimento de nossa consolidação no setor já que praticamente inexitem grandes grupos do nosso porte nessas regiões.

d. sazonalidade

Assim como as demais empresas do setor, temos observado um maior volume de vendas de determinadas categorias de produtos durante o período de inverno ou do verão, mas que tendem a se compensar entre elas eliminando os efeitos de sazonalidades por categoria. Além disso, o impacto de tais estações varia de acordo com a região do Brasil, mas não chegam a causar reflexos em nossas vendas, como ocorre em outras atividades do Varejo.

Durante a estação do inverno, observamos um aumento de nossas vendas com Medicamentos para prevenção e tratamento de gripe, febre, resfriado e outras doenças respiratórias que são agravadas em razão das condições climáticas da estação.

No verão, notamos uma tendência de aumento nas vendas de Produtos de Perfumaria, tais como: protetores solar, hidratantes, loções, entre outros, em razão das condições climáticas da estação.

Observamos menores níveis de venda no primeiro trimestre do ano devido às férias escolares. Esses períodos provocam a saída de muitas famílias das grandes cidades, em busca de destinos turísticos, e também, pelo fato do mês de fevereiro possuir apenas 28 ou 29 dias, nossas vendas diminuem. Como grande parte das nossas despesas é fixa, como o pagamento dos salários de nossos funcionários e aluguéis dos nossos pontos comerciais, essa menor receita bruta de vendas e serviços se reflete em resultados inferiores à média dos demais trimestres do ano, tanto em valores absolutos quanto em percentual da nossa receita bruta de vendas e serviços.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em contraponto, o último trimestre é geralmente o trimestre com maior venda no ano, em função do mês de dezembro, no qual as semanas que antecedem ao Natal resultam em maior circulação de pessoas e em maior consumo das famílias. Adicionalmente, a semana entre o Natal e o Ano Novo é caracterizada por uma forte onda de compras de produtos em antecipação e preparação para as férias.

Vale mencionar que o segundo trimestre do ano é quase sempre um trimestre com elevação da margem bruta. Todos os anos, o Governo aprova em 31 de março o reajuste pela inflação no Preço de Fábrica e no Preço Máximo ao Consumidor, que é imediatamente aplicado por nós e pela grande maioria dos nossos concorrentes. Como resultado, vendemos a preços reajustados em março e no início de abril produtos que adquirimos pelo preço antigo, o que aumenta nossas margens. Na medida em que o nosso estoque de produtos adquiridos a preços antigos é consumido e que sua reposição passa a ocorrer pelos preços reajustados, as nossas margens vão se reduzindo e retornam ao patamar normal.

e. principais insumos e matérias primas

- i. *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

Buscamos criar parcerias estratégicas e duradouras com parceiros que atendam às nossas exigências de qualidade e preço, com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos. Nossas compras são pulverizadas e não possuímos dependência de nenhum de nossos distribuidores ou fornecedores. No período três meses findo em 31 de março de 2011, os nossos dez maiores fabricantes representaram aproximadamente 13,0% do volume em reais de nossas compras, sendo que os 10 maiores fornecedores (distribuidores e indústria) contribuíram com 58% desse volume.

- ii. *dependência de poucos fornecedores*

Temos optado por dividir as nossas compras de Medicamentos entre fornecedores e distribuidores, de forma a atingir elevado nível de serviço com gestão de estoque. Para tanto todas nossas Operações Próprias possuem seu próprio Centro de Distribuição (vide item 7.3 c). Além disso, a concentração de grandes volumes de compra a poucos fornecedores incrementa o nosso poder de compra e incrementa nossa relação com nossos fornecedores. No caso dos produtos de Perfumaria, as nossas compras já possuem certa concentração junto à indústria, com exceção de nossas Operações Próprias do Nordeste que está passando por esta transição.

A tabela abaixo apresenta a participação de cada um dos nossos dez principais fornecedores no nosso volume de compras, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2011:

| <u>Top 10 Fornecedores</u> | <u>% 10 Maiores Fornecedores</u> | <u>% Total Fornecedores</u> |
|--|----------------------------------|-----------------------------|
| DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA | 32% | 18,6% |
| DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA PANARELLO LTDA | 25% | 14,6% |
| PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS S.A. | 22% | 12,8% |
| UNILEVER BRASIL LTDA | 5% | 3,0% |
| LOREAL BRASIL COMERCIAL COSMETICOS LTDA | 3% | 1,9% |
| SERVMED COMERCIAL LTDA | 3% | 1,7% |
| JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS | 3% | 1,7% |
| GENESIO A MENDES & CIA LTDA | 2% | 1,2% |
| ANB FARMA DIST DE MEDIC ANBFARMA . | 2% | 1,2% |
| TECNICARE IND. E COM. LTDA. | 2% | 1,1% |
| Total | 100% | 58% |

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Acreditamos que esta concentração de compras não resulta em dependência, uma vez que para todos os medicamentos que adquirimos, podemos sempre escolher entre quatro fornecedores distintos: o fabricante do medicamento ou um dos três grandes distribuidores do Brasil; Profarma, Santa Cruz, ou Panarello.

iii. volatilidade em seus preços

Negociamos com os fornecedores parcerias de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica. Efetuamos nossos pedidos de compra junto a nossos fornecedores baseado no histórico de vendas de nossas Operações Próprias.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo anualmente no mês de março, em conjunto com o Preço Máximo ao Consumidor, de forma que, quando passamos a comprar com preços reajustados, majoramos simultaneamente os nossos preços de venda aos consumidores.

No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas principalmente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10,0% de nossa receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não possuímos segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de clientes que sejam responsáveis por mais de 10,0% de nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- a. **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Regulação do Setor Farmacêutico no Brasil

No Brasil, a regulamentação do setor está dividida nas esferas Federal, Estadual e Municipal. O Governo Federal dispõe de leis e regulamentos de aplicação genérica, os quais são reforçados e complementados por ações dos Estados e Municípios.

No âmbito federal, os setores de saúde e farmacêutico são regulados e supervisionados pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Anvisa, criada por meio da Lei Federal n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, diploma que criou também o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e cujo regulamento foi aprovado e instituído pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999.

O funcionamento de drogarias no Brasil deve obedecer ao disposto na Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973, no Decreto n.º 74.170, de 10 de junho de 1974, na Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, ou Lei n.º 6.360/76, no Decreto n.º 79.094, de 5 de janeiro de 1977, e nas Resoluções da Anvisa, sobretudo na Resolução da Diretoria Colegiada n.º 44 de 17 de agosto de 2009, ou RDC 44/2009, e na RDC n.º 01, de 13 de janeiro de 2010, que revogou a RDC n.º 238, de 27 de dezembro de 2001.

Como qualquer outro estabelecimento comercial, o comércio farmacêutico e os nossos centros de distribuição dependem de autorização de funcionamento, expedida pelo Município, bem como de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para exercer regularmente as atividades. Adicionalmente, o funcionamento das drogarias depende basicamente da obtenção de duas outras autorizações específicas, quais sejam: licença sanitária, emitida pela autoridade de vigilância sanitária Estadual e/ou Municipal competente e Autorização de Funcionamento de Empresas, ou AFE, expedida pela Anvisa, mediante o pagamento de uma taxa de R\$500,00 por estabelecimento. As drogarias devem contar, ainda, em seus estabelecimentos, com a assistência de um responsável técnico, devidamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia, o qual deverá permanecer no estabelecimento durante todo o horário de funcionamento. Na falta de qualquer um destes documentos, considera-se que o estabelecimento não está regular perante a vigilância sanitária, podendo incorrer nas penalidades dispostas no artigo 10º da Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou Lei n.º 437/77. Referida lei dispõe no artigo 10º, inciso IV, que, em caso de falta de qualquer autorização, o estabelecimento pode ser sancionado com (i) advertência, (ii) apreensão e inutilização, (iii) interdição, (iv) cancelamento do registro, e/ou (v) multa.

Para comercializar os medicamentos que necessitam de retenção prescritiva, o estabelecimento deve solicitar sua Licença de Funcionamento junto à Vigilância Local. O comércio desses medicamentos deve atender à Portaria 344/98, e também é regulamentado pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, ou SNGPC, o qual corresponde a um sistema informatizado para a captura e tratamento de dados sobre a produção, comércio e uso desses medicamentos.

Em relação às licenças sanitárias locais e autorizações de funcionamento de drogarias e centros de distribuição, cumprimos substancialmente com o disposto na legislação sanitária, e renovamos continuamente essas licenças e autorizações.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) expedida pela Anvisa e a licença de funcionamento (alvará sanitário) expedida pela autoridade de vigilância sanitária local são válidas pelo prazo de um ano, sendo que o pedido de renovação da AFE deve ser realizado no período compreendido entre 90 e 60 dias anteriores à data de vencimento da respectiva AFE e a data base para renovação é a data da publicação da sua concessão. A renovação da licença sanitária municipal ou estadual deve ser realizada de acordo com os prazos estabelecidos por cada Município ou Estado, geralmente sendo renovadas anualmente.

As drogarias devem cumprir, ainda, com as diretrizes das Boas Práticas Farmacêuticas para controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, previstas na RDC 44/2009, editada pela Anvisa, que revogou a Resolução 328/1999.

A RDC 44/2009 ampliou a prestação de serviços nos estabelecimentos desde que essa seja previamente autorizada pela vigilância sanitária local incluindo o acompanhamento farmacoterapêutico, a aferição da pressão arterial, aferição da temperatura corporal e glicemia capilar. Tais estabelecimentos podem ainda realizar aplicação de medicamentos injetáveis, colocação de brincos e a atenção farmacêutica domiciliar.

A Instrução Normativa 09/2009 dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias e proíbe a comercialização de outros itens como alimentos comuns e artigos de uso doméstico, ou seja, produtos de Conveniência. Adicionalmente, a Anvisa também restringiu, por imposição da Instrução Normativa 10/2009, a exposição dos medicamentos isentos de prescrição médica em áreas abertas ao público nas lojas, devendo tais medicamentos serem expostos somente áreas de circulação restrita aos funcionários, com exceção dos medicamentos dermatológicos, fitoterápicos e de notificação simplificada.

A grande maioria destas alterações já foi e está sendo incorporada às rotinas de nossas lojas, inclusive a exposição de medicamentos isentos de prescrição médica em área restrita aos funcionários e acreditamos que a eventual perda de receita e de lucratividade com o cumprimento da regulação da Anvisa será parcialmente compensada por meio de ganhos no melhor aproveitamento da exposição de Produtos de Perfumaria e da criação e negociação de novos espaços promocionais em loja para a divulgação de Produtos OTC.

Ademais, essas regras são aplicáveis a todas as drogarias e farmácias, não representando, entretanto, uma desvantagem competitiva de nossa Companhia.

Com relação à imposição da Anvisa de restringir a venda de determinados produtos correlatos e prestação de serviços farmacêuticos, a Abrafarma conseguiu medida judicial (antecipação de tutela) para afastar tal restrição, estando nossas lojas, bem como as demais associadas da Abrafarma, amparadas judicialmente para o não cumprimento da IN 09/2009 da RDC 44/2009. Ademais, em relação a venda de produtos de correlatos e prestação de serviços farmacêuticos, diversos estados promulgaram leis estaduais facultando às drogarias comercializar itens vetados pela Anvisa e que são hierarquicamente superiores às determinações da Anvisa, que não têm força de lei. Ademais, essa questão também aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Governo de São Paulo

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

em 2008 (ADIN 4039), contra a lei Estadual que reputou lícita a venda de artigos de conveniência em farmácias e drogarias, e que acreditamos, gerará jurisprudência com alcance nacional acerca do conflito entre as leis estaduais e as determinações da Anvisa.

Na hipótese de cassação desta medida judicial, todas as associadas da Abrafarma terão que cumprir as restrições impostas para a venda de tais produtos e a limitação na prestação de serviços. E, ainda, caso o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucionais as leis estaduais que contradizem as resoluções da Anvisa, as drogarias terão que acatar tais restrições, o que pode significar perda de receita, já que alguns produtos deverão deixar de ser comercializados (Processo n.º 2009.34.00.033821-4 da 5ª Vara do Distrito Federal).

Recentemente, foi expedida pela Anvisa a Resolução RDC n.º 44, de 28 de outubro de 2010, ou RDC 44/2010, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos (antibióticos) de uso sob prescrição médica, a exemplo dos medicamentos sujeitos a controle especial nos termos da Portaria 344/98. Esta resolução decorreu, após alterações, da Consulta Pública n.º 58, de 17 de junho de 2010 e afetará todo o comércio varejista de medicamentos.

A RDC 44/2010 tornou obrigatória a retenção das receitas de medicamentos contendo substâncias listadas em seu anexo da RDC 44/2010 pelas farmácias e drogarias a partir de 28 de novembro de 2010, sendo que, até 25 de abril de 2011, as farmácias e drogarias deverão realizar a escrituração das receitas dos medicamentos antimicrobianos e deverão atender ao disposto no SNGPC, de acordo com a RDC 27/2007. Assim, atualmente, a venda de medicamentos antibióticos de uso sob prescrição deve ser feita mediante retenção de receita especial, com prazo de validade de dez dias. Ainda, a RDC 44/2010 estabeleceu novas regras para a embalagem, rotulagem e bula que devem ser observadas pelos fabricantes de medicamentos, sendo o prazo máximo para adequação de 180 dias, contados da data de publicação da RDC 44/2010, ou seja, a partir de 25 de abril de 2011. As farmácias e drogarias somente poderão promover a dispensação dos medicamentos à base de antimicrobianos (antibióticos) que estejam em embalagens com tarja vermelha, ainda não adequadas, dentro desse prazo de 180 dias concedido aos fabricantes para adequação de embalagem, rotulagem e bula desses medicamentos. Após, poderão ser dispensados somente os medicamentos que tenham sua embalagem, rótulo e bula devidamente adequados pelos fabricantes nos termos da RDC 44/2010. Adicionalmente, os estabelecimentos deverão manter toda a documentação relativa à movimentação de entradas, saídas ou perdas de antimicrobianos arquivadas e à disposição das autoridades sanitárias por um período mínimo de cinco anos após sua dispensa ou aviamento. O descumprimento das disposições contidas na RDC 44/2010 configura infração sanitária, nos termos da Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penais cabíveis.

Estas novas exigências de controle de venda de medicamentos antimicrobianos (antibióticos) poderão afetar de forma adversa nossas receitas, principalmente durante o início da vigência da RDC 44/2010. Porém, diante da formalização do setor, as vendas poderão ser normalizadas.

As Autorizações Necessárias para o Negócio

Produtos. Os Medicamentos de Marca, Genéricos e Produtos OTC são produtos sujeitos a registro

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

obrigatório perante a Anvisa, dadas as suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas ou mesmo para fins de diagnóstico, devendo cumprir uma série de exigências regulamentares próprias e requisitos específicos, conforme disposto e regulado pela Lei n.º 6.360/76 e alterações posteriores, bem como no Decreto n.º 79.094, de 5 de janeiro de 1977.

Certos tipos de produtos sujeitos à vigilância sanitária e que não são Medicamentos, como, por exemplo, Produtos de Perfumaria e correlatos, poderão estar também sujeitos a registro obrigatório, nos termos da referida Lei n.º 6.360/76, em função das suas características próprias.

Em princípio, as drogarias não arcam com encargos do registro dos produtos, sendo apenas responsáveis pela verificação de que os produtos comercializados estão em conformidade com os registros obrigatórios da Anvisa.

Atividade varejista. Nos termos da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e suas posteriores alterações, bem como no Decreto n.º 74.170, de 10 de janeiro de 1974, que regulamenta a lei supracitada, o comércio varejista de medicamentos é uma atividade econômica que apenas pode ser praticada pelas drogarias e farmácias legalmente autorizadas e licenciadas nos termos da Lei.

Além da autorização Federal, é necessário que as drogarias e farmácias tenham a licença na respectiva autoridade local sanitária, como por exemplo, no Estado de São Paulo, o Código Sanitário, criado pela Lei n.º 10.083, de 23 de setembro de 1998; e no Município de São Paulo, o Código Sanitário Municipal, criado pela Lei n.º 13.725, de 09 de janeiro de 2004.

Nos termos da Portaria n.º 344/98, extração, produção, transformação, fabricação, fracionamento, manipulação, embalagem, distribuição, transporte, reembalagem, importação e exportação de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, somente pode ser feita por empresas, instituições e órgãos que detenham Autorização Especial concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Os estabelecimentos que comercializam, distribuem ou armazenam substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, devem seguir os critérios estabelecidos na RDC n.º 27, de 30 de março de 2007. As movimentações de medicamentos da Portaria 344/98 devem ser efetuadas por meio de sistema informatizado desenvolvido pela Anvisa, denominado Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, ou SNGPC.

A operação de drogarias sem as autorizações/licenças e os registros mencionados acima ou sem a presença de um farmacêutico responsável em tempo integral pela operação técnica, bem como qualquer outra violação às leis e aos regulamentos relativos à vigilância sanitária Federal, Estadual ou Municipal, poderá acarretar à drogaria infratora – após o devido processo administrativo - penalidades como advertência, suspensão das atividades, cancelamento da autorização/licença ou registro junto às autoridades de vigilância sanitária competentes e/ou multa, sem prejuízo de outras sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Acreditamos que a exigente e crescente regulamentação levará ao aumento da formalização do setor, com vantagens para as redes de drogarias que já pautam sua atividade pelo estrito cumprimento das normas que regulam o setor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Regulação do Preço dos Medicamentos

Atualmente, a monitoração de preços é regida pela Lei n.º 10.742, de 6 de outubro de 2003, que restabeleceu o controle de preços de medicamentos no Brasil para cerca de 20 mil apresentações de medicamentos de amplo uso pela população e que não tinham grande concorrência no mercado, bem como criou a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, ou CMED. Para os produtos considerados “menos críticos”, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo.

Para estas 20 mil apresentações de medicamentos, os fabricantes inicialmente propõem uma lista de preços para venda aos distribuidores atacadistas, ou “custo de aquisição máximo do atacadista”, ou Preço Fábrica, para cada medicamento, que varia conforme a alíquota de ICMS sobre os medicamentos que é praticada em cada Estado, e que fica sujeito à prévia aprovação da CMED.

Em conjunto com a lista Preço Fábrica, o fabricante deve fornecer informações a CMED sobre cada produto, incluindo:

- preço de venda em outros países onde o produto é vendido pelo fabricante;
- custo das matérias-primas utilizadas na fabricação do medicamento;
- custo do tratamento para o paciente;
- número potencial de pacientes a serem tratados;
- Preço Fábrica proposto e uma descrição das taxas aplicáveis relacionadas;
- resumo dos custos e das despesas projetados, incluindo marketing e propaganda;
- preço do produto que sofreu modificação, quando se tratar de mudança de fórmula ou de forma; e
- lista de produtos substitutos disponíveis no mercado e seus respectivos preços.

O Preço Máximo ao Consumidor é definido para cada medicamento com base na aplicação da Margem de Valor Agregado pré-estabelecida, ou MVA, sobre o Preço Fábrica, a qual varia conforme a incidência do PIS e da COFINS, conforme tabela abaixo:

| | Lista Negativa (produtos isentos de PIS e COFINS) | Lista Positiva (incidência de PIS e COFINS monofásico) | Lista Neutra (incidência normal de PIS e COFINS) |
|---------------------------|--|---|---|
| Margem de Valor Agregado* | 33,00% | 38,24% | 41,38% |

Preço Máximo ao Consumidor = Preço Fábrica X (1 + MVA)

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

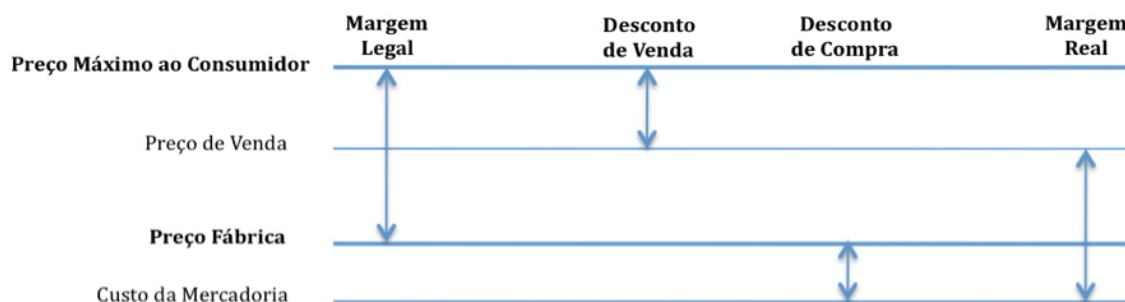
A regulação econômica do mercado farmacêutico obriga os fabricantes a observar as regras definidas na Lei n.º 10.742 para determinação e reajuste de seus preços.

Cada fabricante deve publicar anualmente a lista para cada produto farmacêutico em 31 de março. Os aumentos nos preços de acordo com a porcentagem anual média ponderada por categoria não devem ultrapassar o aumento médio ponderado estabelecido pela CMED para a categoria. Os novos Preços Fábrica entram em vigor em 31 de março de cada ano e permanecem válidos pelo período de 12 meses.

Tal ajuste de preços de medicamentos estabelecido pelo CMED está baseado em modelo de teto de preços calculado com base em índice de inflação, ajustado por um fator de produtividade e um fator de preços-relativos intrasetor e entre setores.

Compete à CMED propor critérios de composição dos fatores de reajuste e das classes terapêuticas. Tais reajustes geralmente se subdividem em três grupos distintos: classes terapêuticas altamente competitivas, para as quais o limite tem sido a inflação cheia, e classes terapêuticas com concorrência moderada e baixa, para as quais o limite de reajuste é geralmente inferior à inflação. A terceira classe refere-se a Produtos OTC, que não são submetidos ao modelo de teto de preços do reajuste. O mesmo reajuste percentual concedido se aplica igualmente sobre o Preço Máximo ao Consumidor.

Embora o Preço Fábrica e o Preço Máximo ao Consumidor sejam ambos estabelecidos pela CMED, desde a nossa criação, nossas margens na prática variaram livremente, uma vez que compramos medicamentos com descontos de compra sobre o Preço Fábrica e os vendemos com descontos de vendas sobre o Preço Máximo ao Consumidor, que oscilam conforme o produto. O gráfico abaixo ilustra como a nossa margem é determinada:



Possuímos medicamentos tanto com preços controlados, quanto com preços monitorados (antigripais, analgésicos, entre outros) e cumprimos de forma criteriosa todas as regras definidas pela nova política de regulação econômica do mercado farmacêutico descrita acima.

A Regulação da Promoção Comercial de Medicamentos e de Produtos de Perfumaria

De acordo com a Constituição Federal, a propaganda de medicamentos e terapias que possam ser nocivos à saúde está sujeita a restrições legais, devendo conter, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Lei n.º 6.360/76, e a Lei n.º 9.294, de 15 de julho de 1996, também regulam a matéria e estabelecem restrições à promoção de medicamentos, com a finalidade evitar e desestimular o consumo exagerado ou irresponsável de medicamentos.

Como principais regras aplicáveis à propaganda de medicamentos, destacam-se as seguintes:

- (i) a propaganda de medicamentos sujeitos a prescrição médica somente pode ser destinada a profissionais de saúde, e não aos consumidores;
- (ii) não podem integrar a propaganda de medicamentos nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos ou quaisquer indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade, que atribuam ao medicamento finalidades ou características diferentes daquelas que realmente possua;
- (iii) é vedado o *merchandising* e a propaganda fixa ou móvel em estádio, pista, palco ou local similar; e
- (iv) a propaganda de medicamentos conterá obrigatoriamente advertência indicando que, se persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado.

Adicionalmente, as regras de propaganda de medicamentos são determinadas pela RDC n.º 96, de 18 de dezembro de 2008, ou RDC 96/2008, que estabelece, dentre outros, a divulgação de preços de medicamentos por meio de listas, a vedação de propaganda, publicidade ou promoção de medicamentos de venda sem exigência de prescrição, na qual haja promoção ou organização de concursos, promessas ou oferta de bonificações financeiras ou prêmios condicionados à venda de medicamentos, bem como expressões que afirmem ou sugiram que o medicamento é seguro, sem contraindicações, entre outras expressões equivalentes, implicam em responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta, de todos que contribuíram para a infração. Ou seja, a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, inclusive distribuidores e drogarias, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Também é vedada pela Anvisa a promoção comercial de fórmulas infantis para lactantes, fórmula de nutrientes apresentada e/ou indicada para recém nascido de alto risco, em quaisquer meios de comunicação, incluindo *merchandising*, divulgação por meios eletrônicos, escritos, auditivos e visuais, bem como estratégias promocionais para induzir vendas ao consumidor no varejo. Adicionalmente, a promoção comercial de determinados alimentos infantis (fórmulas infantis, leites fluidos e em pó modificado, leites de diversas espécies, alimentos de transição e alimentos à base de cereais indicados para lactentes e/ou crianças de primeira infância, entre outros) deverá incluir, em caráter obrigatório e com destaque, advertência visual e/ou auditiva.

Ressalta-se, ainda, que a realização de propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando o disposto na legislação sanitária, é considerada infração sanitária, sujeitando o infrator, após o devido processo, a pena de advertência, proibição e suspensão de propaganda, suspensão de venda e/ou multa e imposição de mensagem retificadora.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Abrafarma conseguiu medida judicial para afastar as restrições da RDC 96/2008. Dessa forma, nossas atividades, no que tange às ofertas praticadas em medicamentos (materiais em lojas, tablôides e internet), estão amparadas judicialmente no que diz respeito ao não cumprimento dessa resolução (Processo n.º 2009.34.00.023841-0 da 20ª Vara do Distrito Federal), e o mesmo se aplica para as demais associadas da Abrafarma. Entretanto, caso essa medida judicial venha a ser cassada, todas as associadas da Abrafarma terão que cumprir as restrições impostas pela RDC 96/2008, o que pode limitar a divulgação dos preços dos produtos e a venda na internet, já que as ofertas de medicamentos isentos de prescrição poderá ser feita somente por meio de listas de preços referentes aos produtos de uma mesma categoria.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Responsabilidade Ambiental

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas por eventual inobservância.

As leis e regulamentos ambientais são rigidamente estabelecidos e controlados e sua violação pode ensejar responsabilização, de forma independente, nas esferas administrativa, criminal e civil. Na esfera administrativa, poderão ser aplicadas penalidades como multas de até R\$50 milhões, que podem ainda ter seu valor dobrado ou triplicado na hipótese de reincidência, além de penalidades de embargo e suspensão de atividades. A violação de normas ambientais pode, ainda, sujeitar os infratores à responsabilização criminal, com a aplicação de penas privativas de liberdade (para pessoas naturais) e/ou restritivas de direitos (para pessoas físicas e pessoas jurídicas).

Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados. A legislação ambiental também prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta representar um obstáculo para a recuperação dos danos causados à qualidade do meio ambiente.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, incluindo distribuidoras e drogarias, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, os danos ambientais ocasionados, ainda que realizados por empresas contratadas, podem nos gerar a responsabilidade pela reparação. Apesar de não haver previsão legal, a doutrina e a jurisprudência têm entendimento majoritário de que a reparação e/ou indenização de danos ambientais não é passível de prescrição.

Em nossas atividades utilizamos um centro de distribuição próprio em cada uma das regiões em que atuamos e tais centros operam, em sua totalidade, de acordo a legislação vigente. Em função do baixo grau de impacto ambiental relacionado às operações de tais centros de distribuição, todos foram devidamente

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

dispensados do prévio licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente e detêm todas as licenças necessárias para desenvolverem suas atividades (*i.e.* licenças obtidas junto à ANVISA), tal como a totalidade de nossas lojas próprias. Não sofremos qualquer autuação oriunda de qualquer órgão público sobre qualquer aspecto ambiental e, adicionalmente, estamos em situação regular perante as autoridades governamentais quanto à utilização dos nossos centros de distribuição e lojas próprias.

Ainda, de acordo com as normas da ANVISA, todo e qualquer medicamento com prazo de validade expirado ou com venda suspensa deve ser incinerado por agentes devidamente habilitados para tal fim, isto é, entidades licenciadas por órgãos ambientais e autorizadas pela ANVISA. Assim, em conformidade com a regulamentação vigente, todos os medicamentos sujeitos a descarte são: (i) devolvidos aos seus respectivos fabricantes para que tomem as devidas providências; ou (ii) diretamente encaminhados a empresas devidamente licenciadas por órgãos ambientais e autorizadas pela ANVISA para realização de procedimentos de incineração e descarte, conforme o caso. No caso de medicamentos controlados, recebemos uma prévia autorização da Vigilância Sanitária antes de proceder à sua destruição.

Para o cumprimento das práticas ambientais aplicáveis a nós, no período de três meses findo em 31 de março de 2011, incorremos em custos que totalizaram aproximadamente R\$37,8 mil, e que são compostos, principalmente, pela disposição de resíduos das nossas subsidiárias.

Diante do exposto, depreende-se que atuamos em conformidade com a legislação vigente e melhores práticas relacionadas ao meio ambiente, fazendo levantamentos frequentes sobre a legislação aplicável de modo a cumpri-la integralmente.

Resíduos de Serviços de Saúde

Dentre os possíveis impactos ambientais das atividades que desenvolvemos, merece maior atenção a geração de resíduos de serviços de saúde, tais como algodão, agulha e seringas, que normalmente são utilizados na aplicação de injeções em nossas lojas. Com relação a estes resíduos, a legislação federal (RDC n.º 306, de 07 de dezembro de 2004, da Anvisa e Resolução n.º 358, de 29 de abril de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ou CONAMA, que dispõem sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde) estabeleceu regras gerais sobre a matéria.

A periculosidade de um resíduo é a característica por ele apresentada segundo a qual, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infecto-contagiosas, podem apresentar risco à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando manuseado ou destinado de forma inadequada.

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 358/2005, os resíduos de serviços de saúde, conforme sua composição e características, são classificados em: (i) Grupo A: resíduos com a possível presença de agentes biológicos que podem apresentar risco de infecção, os quais se dividem de A1 a A5; (ii) Grupo B: resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente; (iii) Grupo C: quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear, ou CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista; (iv) Grupo D: resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

equiparados aos resíduos domiciliares; e (v) Grupo E: materiais pérfuro cortantes ou escarificantes, todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório e outros similares.

O transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Vale observar que a atividade de tratamento e disposição final de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos, podem ser um fator de contaminação de solo e águas subterrâneas e ensejar a aplicação de penalidades nas esferas administrativa e penal, independentemente da responsabilização civil e obrigação de recuperar o dano. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra (em casos de reincidência), e, ainda, multas de até R\$50 milhões, em casos extremos e quando houver significativo dano ao meio ambiente.

O Poder Público deve credenciar áreas para a destinação de resíduos, bem como os seus transportadores. Ademais, existe a obrigação, para os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, de elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, ou PGRSS. Buscamos obter o PGRSS para todas as nossas lojas, devidamente elaborado para cada unidade e devidamente atendido, assim como buscamos proceder à coleta e ao tratamento/destinação final dos resíduos gerados com empresas que possuem licenças ambientais válidas. Não efetuamos o transporte e a disposição final de resíduos diretamente, sendo que contratamos terceiros qualificados para tanto. Em algumas localidades, o recolhimento desses resíduos é feito diretamente pela Prefeitura Municipal, onde é estabelecido o pagamento de uma taxa fixa de acordo com a quantidade de resíduo gerado pelo estabelecimento.

Uso de Recursos Hídricos

No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal n.º 9.433/97) estabelece que a utilização de água por meio da derivação de cursos d'água ou captação de poços, ou, ainda, o lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água estão sujeitos à prévia obtenção, pelo usuário, da respectiva autorização de direito de uso de recursos hídricos.

No âmbito federal, a ausência da referida outorga é considerada uma infração administrativa, podendo sujeitar a pessoa física ou jurídica às penalidades de multa simples e diária, de R\$100,00 a R\$10.000,00, advertência, embargo, interdição, estando dispensadas da outorga as empresas cuja captação ou lançamento sejam efetuados diretamente por meio da rede pública.

No entanto, não precisamos obter outorgas de direito de uso de recursos hídricos, uma vez que nas nossas unidades a captação de água não é feita por meio de poços artesianos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos titulares de marcas que se encontram registradas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, nas formas nominativa, mista e figurativa, incluindo “Farmais”, “Drogaria Rosário”, “Guararapes” e “Mais Econômica Farmácias”, conforme descritas no item 9.1 c deste Formulário de Referência. Ainda somos titulares de diversos nomes de domínio, entre eles brazilpharma.com.br, farmais.com.br, farmaciasguararapes.com.br, drogariarosario.com.br e maiseconomica.com.br.

Ademais, possuímos licenças de *software* essenciais para as nossas atividades, as quais utilizamos e licenciamos a nossas controladas, dentre as quais destacamos as que se referem ao nosso sistema de gestão de controle de estoque, logística, consolidação das informações financeiras e operacionais da rede de franquias e nossos sistemas integrados de gestão empresarial, incluindo recursos humanos e controladoria, como o TOTVS, PROCFIT e VAN.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na Receita Líquida total do emissor**

Não possuímos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

- b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na Receita Líquida total do emissor**

Não possuímos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

- c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na Receita Líquida total do emissor**

Não possuímos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, pois nossas atividades estão restritas ao território nacional e estamos unicamente sujeitos à regulação brasileira.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não há outras relações de longo prazo relevantes que não foram divulgadas nos itens acima e no Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que as nossas vantagens competitivas incluem:

- **Modelo de negócio com grande capacidade de crescimento.** O modelo de negócios de nossas Operações Próprias nos permite utilizar o conhecimento privilegiado dos melhores operadores de cada região, Sócios-Fundadores, à gestão de uma diretoria executiva com vasta experiência em *Private Equity*, Finanças e Fusões e Aquisições. Acreditamos que esses conhecimentos se complementam e, associados ao histórico de sucesso que já possuem os atuais acionistas em movimentos de consolidação de mercados, nos posicionam como a empresa com maior potencial de crescimento orgânico e inorgânico do mercado brasileiro de redes de drogarias.
 - **Crescimento Orgânico:** Nosso crescimento orgânico vem sendo impulsionado pela agilidade na tomada de decisões pelos Sócios-Fundadores em conjunto com nossa diretoria executiva e pela posição de liderança local de nossas três Operações Próprias. Acreditamos que o setor de varejo farmacêutico possui características e peculiaridades regionais acentuadas. Nesse sentido, o amplo conhecimento regional dos Sócios-Fundadores torna-se elemento fundamental em nossas operações, especialmente no que tange à seleção dos melhores pontos de venda e escolha do mix de produtos, o qual deve ser individualizado de acordo com o perfil do consumidor de cada região. Dessa forma, a colaboração dos Sócios-Fundadores reduz o nosso risco de execução e aumenta nossa capacidade de crescimento. Em 2010, o número de lojas de nossas Operações Próprias cresceu 36,8%, enquanto as redes de drogarias associadas à Abrafarma cresceram apenas 10,0%. No período encerrado em 31 de março de 2011, como resultado desse crescimento acelerado, 62,6% das lojas de nossas Operações Próprias ainda se encontrava com menos de três anos de funcionamento e, portanto, em pleno estágio de maturação. Em geral, nossas lojas atingem seu potencial de receita e margens de rentabilidade após três anos de funcionamento.
 - **Crescimento por meio de aquisições:** Em complemento ao nosso crescimento orgânico, nosso modelo de negócio é ideal para acelerar nossa expansão por meio de aquisições de farmácias independentes e redes de drogarias. Além da aquisição de pequenas redes que podem ser incorporadas em nossas Operações Próprias, nosso modelo de negócios nos permite fazer aquisições no modelo *White Label*, ou seja, nos permite adquirir novas redes de farmácias e conservar as suas principais características, tais quais a marca e o prestígio regional conquistados ao longo dos anos de funcionamento, bem como os gestores operacionais e o Sócio-Fundador da rede adquirida, os quais possuem grande expertise do negócio. Tal modelo amplia nossas oportunidades de crescimento, pois acreditamos não ser identificados como um concorrente direto pela maioria das redes de drogarias do país, mas sim como um possível parceiro.
- **Foco de atuação em mercados regionais menos saturados e com maior potencial de crescimento.** Nossas regiões de atuação, caracterizadas por mercados menos saturados como as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, onde possuímos nossas Operações Próprias, apresentam

7.9 - Outras informações relevantes

maior crescimento na venda de medicamentos em comparação com a região Sudeste, notadamente o Estado de São Paulo. Acreditamos estar à frente das cinco maiores redes de drogarias associadas à Abrafarma nessas localidades, uma vez que, no ano de 2010, elas possuíam apenas 24% das suas lojas nessas regiões, enquanto nossas Operações Próprias estão 100% concentradas nesses mercados.

Além disso, a nossa atuação em mercados regionais menos saturados nos permite conceder menores descontos em nossos produtos em comparação aos descontos oferecidos por redes de farmácias localizadas em regiões com maior nível de competição, a exemplo do Estado de São Paulo e, assim, sustentar margens de rentabilidade mais elevadas e com maior potencial de crescimento. De acordo com a Abrafarma, o desconto médio concedido pelas redes de farmácias associadas à Abrafarma no Brasil, em 2010, totalizou 17,6%, enquanto o desconto médio concedido nas redes de farmácias baseadas no Estado de São Paulo atingiu 19,4%, o que representa um adicional de 1,9% sobre a média nacional.

- **Mix diferenciado, com maior venda de genéricos.** No primeiro trimestre de 2011 e no ano de 2010, medicamentos genéricos representaram, respectivamente, 24,1% e 22,0% da venda total de medicamentos de nossas Operações Próprias, comparados com 14,5% e 14,8% da média das redes associadas à Abrafarma nos mesmos períodos. Acreditamos que os medicamentos genéricos conferem maiores margens de rentabilidade para nossas operações, em comparação aos medicamentos de marca, e tornam os medicamentos mais acessíveis aos nossos clientes. Segundo o IMS Health, os medicamentos genéricos representaram 17,2% da venda total de medicamentos em 2010, um crescimento de 37,7% quando comparado a 2009. Na medida em que muitas patentes de diversos produtos de alto volume de vendas sejam extintas entre 2011 e 2012, acreditamos que a venda de medicamentos genéricos deverá ser cada vez mais representativa no total de vendas do mercado brasileiro de medicamentos e em nossas Operações Próprias.

Acreditamos ser um dos maiores vendedores de medicamentos genéricos do país, tendo em vista que a contribuição de medicamentos genéricos em nosso mix de vendas foi superior à média do mercado em 2010, segundo a Abrafarma. Acreditamos estar mais bem posicionados que nossos concorrentes para capturar o crescimento esperado no mercado de genéricos, o que nos permite oferecer medicamentos a um preço mais acessível a nossos clientes, otimizando nosso mix de produtos e maximizando nossa rentabilidade.

- **Cultura e administração diferenciadas, com experiências complementares, foco em resultados e alinhamento de interesses.** Acreditamos ter uma cultura empresarial diferenciada em função da grande experiência em desenvolvimento de sociedades de nosso acionista controlador, o grupo BTG Pactual, e da complementaridade entre a experiência operacional dos Sócios-Fundadores e a experiência empresarial de nossa diretoria executiva. Difundimos a nossa cultura de foco em resultados e de meritocracia em nossas Operações Próprias e Rede de Franquia, ao mesmo tempo em que absorvemos o conhecimento de mercado dos Sócios-Fundadores e franqueados. Além disso, nosso acionista controlador e membros da alta administração possuem vasta experiência em fusões, aquisições e integração de empresas e reestruturações financeiras e estiveram envolvidos na estruturação, implementação e desenvolvimento de operações de sucesso como a PDG Realty e

7.9 - Outras informações relevantes

Equatorial Energia. Nossa filosofia de gestão é claramente definida no nosso planejamento estratégico e baseada no foco em resultados, rígido controle de custos, estruturas organizacionais enxutas, desenvolvimento de talentos, ética empresarial e boas práticas de governança corporativa, implementada por um conjunto de instrumentos de gestão determinados pelo nosso acionista controlador, que nos permite obter resultados significativos em nossas Operações Próprias.

Procuramos empregar nossa filosofia empresarial nas aquisições que fizemos, buscando sempre manter os Sócios-Fundadores como acionistas de nossas Operações Próprias. Após a nossa oferta pública inicial de ações, nossos Sócios-Fundadores serão detentores de 33,55% do nosso capital social, antes da diluição decorrente da referida oferta e nossos administradores (não contemplando os membros de nosso Conselho de Administração) serão detentores de 5,3% do capital social da Companhia, com opções de ações. Entendemos que o alinhamento de interesses entre a administração, os acionistas controladores e os Sócios-Fundadores constitui um diferencial importante e um elemento fundamental para atingirmos nossas metas e objetivos. Por essa razão, oferecemos planos de opção de compra de ações e de remuneração variável à administração, fortemente relacionados a resultados concretos e objetivos.

NOSSAS ESTRATÉGIAS

Pretendemos adotar as seguintes estratégias para alavancar nosso crescimento e agregar valor aos nossos acionistas:

- ***Consolidação da liderança nos mercados em que atuamos e aquisição de outras redes de drogarias.*** Pretendemos continuar investindo para manter o acelerado crescimento orgânico de nossas Operações Próprias e consolidar nossa posição de liderança no mercado de drogarias das regiões em que atuamos, de forma a obter, cada vez mais, sinergias e ganhos de escala, gerando uma rentabilidade consistente e crescente à medida que mais lojas são incluídas ao nosso portfólio, e as lojas existentes alcancem a maturidade em suas operações. Nossa estratégia de crescimento orgânico está focada, principalmente, no fortalecimento de nossa presença nas regiões onde já atuamos por meio da expansão de nossas Operações Próprias, suportadas pela experiência de nossos Sócios-Fundadores, tanto em cidades onde já estamos presentes quanto em cidades onde ainda não atuamos, e cujo mercado é pouco explorado.

Acreditamos também que as regiões onde atuamos apresentam um nível de saturação inferior àquele observado em regiões mais desenvolvidas, comportando a abertura de um número significativo de novas lojas. Nossas Operações Próprias encontram-se em regiões cuja concentração média das cinco maiores redes de drogarias associadas à Abrafarma é de aproximadamente a 24%, em comparação a uma concentração média de 74,6% na região Sudeste do Brasil, o que representa um amplo espaço para o nosso crescimento orgânico, bem como por meio de novas aquisições. Além disso, as regiões onde atuamos apresentaram em 2010 um crescimento de mercado de 18,8%, comparado com um crescimento de 16,5% no estado de São Paulo, segundo a Abrafarma.

Pretendemos ainda dar continuidade ao nosso dinâmico processo de aquisições de redes de drogarias que: (i) estejam entre as maiores redes de suas regiões; (ii) atuem em mercados menos saturados; (iii) estejam baseadas em mercados com alto crescimento e com potencial de expansão

7.9 - Outras informações relevantes

ainda mal explorado; (iv) possibilitem a obtenção de sinergias de venda, de distribuição, operacional e administrativa com alguma de nossas Operações Próprias; e (v) possuam elevadas margens de rentabilidade. Acreditamos que a aquisição de redes de drogarias e nosso crescimento orgânico viabilizam a nossa entrada em novos mercados e a consolidação de nossa presença em mercados onde já atuamos, possibilitando assim um crescimento sólido e sustentável.

- **Aumentar os resultados de nossas vendas e nossas margens de rentabilidade com novos produtos e serviços.** Nossa liderança no varejo farmacêutico brasileiro em número de lojas, com 663 pontos de venda em 31 de março de 2011, aliada à nossa forte presença nas regiões em que atuamos, nos coloca numa posição privilegiada para introduzirmos novos produtos e serviços que possam aumentar o fluxo de clientes em nossas lojas, favorecendo as vendas e a rentabilidade de nossas drogarias. Nossa equipe estuda maneiras para nos diferenciarmos da concorrência de forma rentável, especialmente por meio do desenvolvimento de novos produtos e serviços direcionados aos nossos clientes. Dentre esses, destacamos:

- (i) exploração de venda de espaço publicitário nos pontos de venda;
- (ii) desenvolvimento e ampliação de programas de fidelização, tal como a parceria com o programa Multiplus Fidelidade, que fizemos na região Centro-Oeste;
- (iii) desenvolvimento de linha de produtos exclusivos (“*private label*”);
- (iv) desenvolvimento e comercialização de produtos de crédito e de seguro;
- (v) desenvolvimento de produtos relacionados à saúde e ao bem estar, inclusive cosméticos, e esforço de venda assistida por consultores especializados;
- (vi) expansão de nossos canais de distribuição e serviços de suporte, como serviços de *delivery*, *drive-thru* e vendas pela internet; e
- (vii) credenciamento de nossa rede de drogarias junto a planos de saúde e grupos empresariais com abrangência nacional e a instituição de uma carteira de clientes institucionais para atendimento aos programas de benefícios de medicamentos.

A capilaridade trazida por nossas Operações Próprias e Rede de Franquias nos permitirá ampliar a nossa linha atual de *private label*. As novas linhas serão compostas pelas principais categorias de produtos para saúde, higiene, beleza e bem estar, e direcionadas ao consumidor da Classe C, que já corresponde a mais da metade da população brasileira e, segundo o Data Popular, apresentou um crescimento de 42,1% ao ano no consumo de produtos de higiene e cuidados pessoais no período compreendido entre os anos de 2003 e 2009.

O conhecimento regional que possuímos em conjunto com os nossos Sócios-Fundadores impulsiona o desenvolvimento de produtos e serviços que melhor atenderão às necessidades e anseios de

7.9 - Outras informações relevantes

nossos clientes. Acreditamos que a implementação e comercialização desses produtos e serviços aumentará os resultados de nossas vendas e nossas margens de rentabilidade.

- ***Integração em busca de uma maior eficiência comercial e operacional e desenvolvimento de um centro de serviços compartilhados.*** Acreditamos que o tamanho e a representatividade nacional de nossas Operações Próprias e Rede de Franquias já têm nos proporcionado e continuará a nos proporcionar condições diferenciadas de negociação junto a nossos fornecedores e uma maior capacidade de distribuição de nossos produtos, uma vez que, em 31 de março de 2011, estávamos presentes em 14 Estados por meio de 663 pontos de venda e contávamos com três centros de distribuição. Além disso, a nossa estratégia é ampliar ainda mais nossa rede de atendimento, bem como nossa representatividade em âmbitos regionais e nacional. Por essa razão, acreditamos possuir um importante canal de distribuição não só para nossos parceiros comerciais e fornecedores, como também para eventuais novos produtos que venhamos a lançar.

Em complemento à nossa estratégia de melhorar nossas condições de compras, pretendemos desenvolver um centro de serviços compartilhados, o qual integrará as plataformas de tecnologia de informação e as áreas de *Back Office* de nossas Operações Próprias e nos permitirá: (i) reduzir despesas administrativas e operacionais; (ii) implementar um sistema de gestão unificado em nossas controladas; (iii) padronizar e otimizar processos; (iv) transferir melhores práticas de uma operação para as demais; e (v) implementar um rígido controle de custos.

Assim, acreditamos que a combinação do ganho de escala em compras com a integração das atividades administrativas irão nos proporcionar maiores margens de rentabilidade e maior eficiência operacional, acelerando a obtenção de sinergias na aquisição de novas redes e promovendo um crescimento sustentável com maior eficiência operacional.

Franquias

Em 31 de março de 2011, contávamos com 361 lojas nesta operação, presentes em 166 cidades brasileiras. Ao se tornar um franqueado, o empresário recebe suporte técnico, comercial, acesso a produtos exclusivos e autorização da utilização da marca Farmais, bem como seu logo, slogan e identidade visual. Segundo a ABF, somos a maior operadora de franquia de varejo farmacêutico do Brasil, o que proporciona aos nossos franqueados melhores condições de negociação com fornecedores, maior exposição em mídia, ganhos de escala na utilização de sistemas e na realização de treinamentos de funcionários.

Ao ingressar na rede, o franqueado deve seguir algumas políticas de gestão e manter algumas padronizações nos aspectos físicos de sua loja. No nosso modelo de franquia, a nossa receita não está atrelada ao faturamento do franqueado, mas sim ao pagamento de *royalties* pelo uso da marca Farmais, de determinadas taxas, como a de abertura de loja e de manutenção do sistema e bonificações por serviços adicionais prestados.

A nossa rede de franquias também distribui os nossos produtos que são comercializados com a marca das nossas Operações Próprias. Atualmente nossos produtos de Marca Própria estão mais focados no mercado do “varejinho farmacêutico”, que se constitui por produtos básicos como algodão, hastes de algodão, escova

7.9 - Outras informações relevantes

de dentes, água boricada, entre outros. Possuímos planos para a expansão de nossos produtos com a criação de uma nova marca com foco em produtos para higiene pessoal e cosméticos. Acreditamos que a capilaridade de nossa Rede de Franquias proporciona um importante canal de distribuição não só para nossos parceiros, como também para os produtos de Marca Própria.

Programa de Fidelidade

Parceria Programa Multiplus Fidelidade

Em maio de 2006, com o intuito de atrair e fidelizar clientes, por meio do estímulo a demanda por nossos produtos e serviços, a Drogaria Rosário lançou o programa de fidelidade Clube Mais Vantagens. O Mais Vantagens é um programa individual de fidelidade que permite aos clientes acumularem pontos comprando produtos da rede de Drogarias Rosário.

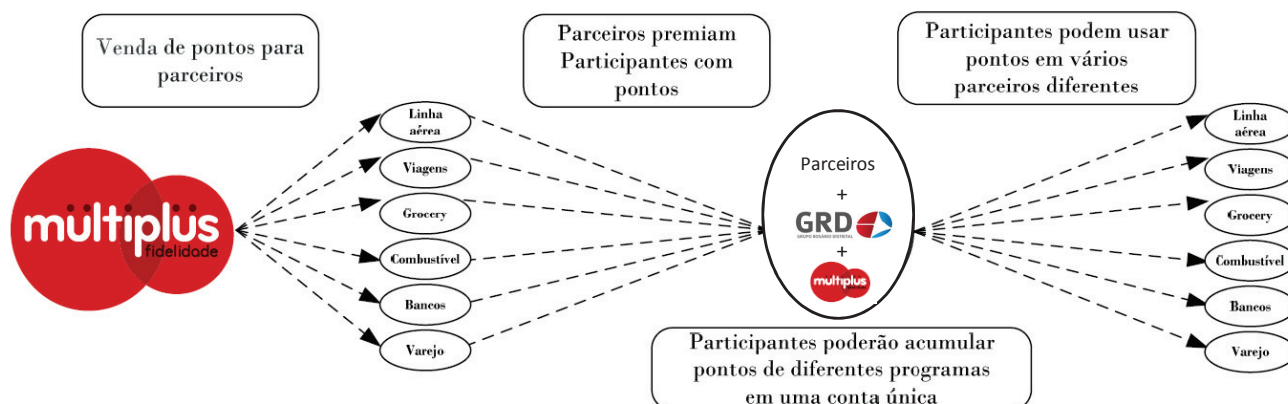
No início de 2011, para oferecer uma proposta de valor ainda melhor para seus clientes, a Drogaria Rosário se tornou parceira do Programa Multiplus Fidelidade, um dos principais programas de fidelização de clientes no Brasil. Assim, os participantes do Clube Mais Vantagens tem a opção de transferir seus pontos entre os diversos programas de fidelização que compõem a rede Multiplus Fidelidade ou concentrar os pontos acumulados de diferentes programas de fidelização em uma única conta Multiplus Fidelidade. Dessa forma, os participantes do Clube Mais Vantagens acumulam pontos de maneira mais rápida e têm acesso a um portfólio mais abrangente de opções e resgate de prêmios.

A Multiplus auxilia na gestão, administração e operação do programa de fidelização Clube Mais Vantagens e também é responsável por administrar a compensação e liquidação dos créditos decorrentes dos pontos acumulados. Os consumidores do programa podem acumular pontos na Drogaria Rosário e de qualquer outro parceiro do programa Multiplus Fidelidade em uma só conta e, no momento da troca, a Rosário compra pontos da Multiplus e repassa ao participante sem custo adicional. Para cada um real em compras de não medicamentos o participante recebe um ponto Multiplus.

Os parceiros comerciais da Multiplus incluem importantes empresas de vários setores da economia, como linhas aéreas, postos de combustível, cartões de crédito, supermercados, bancos, livrarias, hotéis, jornais, revistas, locadoras de automóvel, comércio eletrônico, construtoras, instituições de ensino, estética e saúde. Algumas delas podem ser destacadas, como TAM, Accor, Ipiranga, Texaco, Livraria Cultura, Walmart, e Pontofrio.com.

A figura abaixo ilustra a estrutura do programa de parceria com a Multiplus:

7.9 - Outras informações relevantes



A parceria também proporciona diversas vantagens e benefícios para a Drogaria Rosário ao ampliar sua base de potenciais consumidores, reduzir seus custos com marketing de fidelização e permitir um melhor monitoramento dos padrões de gastos do consumidor. Nesse sentido, podemos destacar as seguintes vantagens da parceria:

- Aumento da divulgação das marcas individuais pela associação a outros parceiros do programa;
- Abertura de um novo canal de comunicação direto com uma base extremamente atraente de consumidores brasileiros, em termos de renda familiar e hábitos de consumo;
- Fidelização da base atual de clientes;
- Maior facilidade de acúmulo e resgate, o que torna o produto também atrativo a clientes de menor renda;
- Possibilidade de utilização da base do sistema de relacionamento com o cliente (CRM) de vários segmentos para realização de ações comerciais em conjunto com os outros parceiros do programa; e
- Penetração nas classes sócio-econômicas que compõem a base de clientes de outros parceiros do programa.

A base de participantes do Programa Multiplus acumulou aproximadamente 53,2 bilhões de pontos, atingindo a marca de 29,7 milhões de pessoas em 2010. Acreditamos que os participantes do Programa Multiplus Fidelidade representam para a Drogaria Rosário uma base atraente de potenciais novos clientes.

7.9 - Outras informações relevantes

Sistemas de Gerenciamento de Informações

Acreditamos que o nosso sistema de gerenciamento de informações é fundamental para a nossa estratégia de negócios. Utilizamos uma ampla gama de aplicativos, alguns dos quais desenvolvidos internamente para atender necessidades específicas de Nossas Operações Próprias e outros para a Rede de Franquias. As informações oriundas desses sistemas são utilizadas para tomada de decisões estratégicas, fornecendo-nos diariamente diversos indicadores financeiros e gerenciais.

Nas Operações Próprias utilizamos dois sistemas interligados, o sistema PROCFIT para as operações das lojas e o TOTVS para a gestão administrativa. O TOTVS é utilizado especialmente nas gestões de recursos humanos e controladoria e o PROCFIT é utilizado para consolidar as informações das operações próprias e dar suporte em toda a gestão de lojas. Desta forma, nossos administradores e colaboradores tem acesso rápido às informações, o que é essencial para mantermos um controle eficaz sobre nossas operações. Os nossos centros de distribuição utilizam softwares de controle e gestão de estoque de ponta como o Sistema WSM, que também estão interligados aos outros sistemas operacionais.

Na rede de Franquias, utilizamos sistemas e aplicativos internos para melhorar a interação com o Franqueado, todas nossas operações estão ligadas pelo TOTVS e estamos implantando uma versão personalizada do sistema PROCFIT em todas as lojas franqueadas, o que irá nos capacitar a acompanhar nossas operações com rapidez próxima a tempo real, permitindo maior rapidez e eficácia em nossas decisões e desenvolvimento de novos produtos e serviços. Desde julho de 2010, já foram criados quatro aplicativos internos: o Sistema de Atendimento Farmais, a intranet, um sistema de pedidos de mercadoria, e o sistema VAN. O sistema VAN é crucial para o acompanhamento do desempenho das franquias e dos mercados, pois consolida as informações financeiras e operacionais das Franquias para a Farmais. Todavia, na data deste Formulário de Referência, não éramos responsáveis pelo gerenciamento de estoques ou distribuição de medicamentos a nossos franqueados, exceto pelo fornecimento dos produtos de Marca Própria, abaixo descritos.

Acreditamos que nossos sistemas de tecnologia da informação representam um diferencial competitivo no mercado brasileiro. Para reforçarmos nossa posição competitiva, continuaremos a investir em tecnologia da informação, principalmente com os objetivos de reduzir as filas de espera nos caixas, de reduzir custos de mão-de-obra, de obter informações para o gerenciamento de nossas compras, distribuição, determinação de preços, controle de estoques e contas a pagar e receber de nossas Lojas Próprias. Ademais, pretendemos continuar a investir em nosso sistema para adequá-lo aos padrões internacionais quanto ao armazenamento e à segurança de informações e aos planos de contingência.

Marca Própria

Acreditamos que uma linha de marca própria adiciona valor às nossas operações como um todo, aumentando o nível de rentabilidade e a lealdade dos consumidores. Acreditamos que um portfólio robusto de marca própria pode propiciar três vantagens fundamentais à organização: (i) maior rentabilidade por unidade vendida; (ii) fidelização do cliente; (iii) definição do mix de produtos e dos preços mais adequados para cada uma de nossas operações.

7.9 - Outras informações relevantes

No mercado internacional, acreditamos que a cultura de marca própria já é bem estabelecida e ganha cada vez mais importância no conjunto de estratégias do varejo brasileiro, pois aumenta a posição competitiva e a rentabilidade das empresas deste setor. De acordo com a Nielsen e o PLMA Calendar Year 2010, a participação de produtos de marca própria no varejo do Reino Unido e dos Estados Unidos representou, respectivamente, 44% e 17% em 2008.

Enquanto isso, de acordo com a Nielsen, no Brasil durante o primeiro semestre de 2010, apesar dos produtos de marca própria estarem presentes em 49,7% dos domicílios, segundo a Scantrack, no período de Agosto 2009 a Julho de 2010 a participação deles no varejo foi de apenas 4,8%. Apesar dessa pequena participação, o mercado de marca própria vem crescendo de maneira expressiva, especialmente nas áreas de higiene e beleza. Ainda, de acordo com a Scantrack, houve um crescimento de 21% no faturamento de marcas próprias no Brasil no mesmo período.

Acreditamos que no varejo farmacêutico brasileiro o potencial de crescimento é ainda maior, pois o segmento é menos desenvolvido do que o varejo alimentar, este que é composto por todos os canais de supermercados. De acordo com um estudo da Nielsen, no qual 895 varejistas foram entrevistados entre novembro de 2009 a outubro de 2010, enquanto 18,5% dos supermercadistas e atacadistas afirmam possuir uma linha de marca própria, o percentual para redes de farmácias é de somente 16,4%.

A Farmais e a Mais Econômica iniciaram a comercialização de produtos de marca própria há mais de treze e cinco anos, respectivamente. Em 2010, a Farmais e a Mais Econômica, comercializaram 572.043 mil unidades em cerca de 230 cidades. Após um estudo, realizado durante o segundo semestre de 2010, relativo à potencial, giro e lucratividade das principais categorias, todo nosso portfólio de produtos de marca própria foi reformulado e renovado. Novos itens foram adicionados e a identidade visual foi aprimorada de modo a criar uma maior identificação com os consumidores destas categorias. Ademais, todo o processo de distribuição foi aperfeiçoado e um novo sistema foi criado para facilitar a compra e acelerar o prazo de entrega dos produtos aos nossos pontos de vendas. Esse novo processo facilitou o compartilhamento de informações e agilizou as operações logísticas, minimizando assim rupturas nos estoques dos franqueados.

Nosso portfólio de produtos próprios atualmente é composto de uma linha de cuidados básicos, no qual preço competitivo e qualidade são os diferenciais. Atualmente as categorias envolvidas nesta linha são as de medicamentos simplificados, tais como água oxigenada, água boricada, soro fisiológico, dentre outras; e higiene oral, escovas e fios dentais; curativos; algodões; hastes flexíveis e algumas categorias complementares como termômetros. Esses produtos de marca própria atualmente são comercializados apenas na rede de franquias, porém também serão comercializados em nossas operações próprias.

Pretendemos ampliar nosso portfólio entrando em 35 categorias dos segmentos de higiene e beleza e cuidados básicos, com aproximadamente 100 itens. Neste sentido, buscamos construir uma marca exclusiva criada por meio de pesquisas com consumidor, de modo a criar uma identificação maior para com o consumidor emergente da classe C. Essa linha aspiracional é direcionada ao consumidor emergente da classe C dado sua participação relevante no mercado de varejo nacional.

7.9 - Outras informações relevantes

O processo de fabricação dos nossos produtos próprios é terceirizado por indústrias devidamente autorizadas pelos órgãos fiscalizadores e seguem padrões definidos pelas legislações específicas em vigor e especificações definidas por nós.

Antes de contratarmos determinada indústria, solicitamos à mesma documentos que comprovem que são cumpridas as exigências dos órgãos fiscalizadores e, apenas com cumprimento desse requisito, é que formalizamos o contrato para a produção dos produtos de marca própria.

Nos referidos contratos nos reservamos o direito de efetuar auditorias e inspeções na indústria, bem como fica previsto que, eventualmente, a indústria poderá ser auditada por empresas especializadas para que possamos nos certificar de que as normas exigidas pelos órgãos regulamentadores estão sendo cumpridas, visando garantir, assim, a qualidade de nossos produtos.

De acordo com a pesquisa "O Observador Brasil 2011", executada pelo instituto Ipsos Public Affairs a pedido da Cetelem BGN, em 2010 a Classe C manteve o posto de maior classe do país, representando 53% da população brasileira. Acreditamos que ao direcionar nossas linhas de produtos às classes emergentes brasileiras, potencializaremos o crescimento da Brazil Pharma e obteremos margens melhores.

Seguros

A contratação de seguros é compatível com a natureza de nossas atividades e com os riscos envolvidos em nossas operações e com os padrões do setor econômico em que atuamos. Nossos seguros refletem as condições usuais de mercado e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração.

Nesse sentido, contratamos, apólices de seguro Patrimonial, as quais tem por objetivo o pagamento de indenização, até os limites de garantias nelas estabelecidos, na eventualidade da ocorrência de sinistros decorrentes, incluindo: (i) incêndio, raio e explosão, (ii) danos elétricos e curto-circuito, (iii) Responsabilidade Civil do empregador, e (iv) Responsabilidade Civil operação

Além disso, contratamos apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores em benefício de nossos administradores, ou D&O, conforme descrito no item 12.11 deste Formulário de Referência.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

| Acionistas | Número de Ações | Participação na data deste Formulário de Referência |
|--|-----------------|---|
| BTG Pactual Economia Real FIP | 8.216.662 | 14,71% |
| BTG Pactual Principal Investments FIP | 12.076.255 | 21,62% |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | 7.541.111 | 21,62% |
| Infinity FIP | 3.092.669 | 5,54% |
| Vincitore FIP | 3.092.669 | 5,54% |
| Lajota FIP | 3.092.670 | 5,54% |
| Álvaro José da Silveira | 6.143.454 | 11,00% |
| Wilson José Lopes | 5.892.131 | 10,55% |
| Outros Sócios-Fundadores | 6.701.949 | 12,00% |
| Administradores e Conselheiros | 9 | 0% |

O BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pelo BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. A orientação do exercício do direito de voto relativo às ações detidas pelo BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações é conduzida pelo Sr. Carlos Fonseca, na qualidade de gestor responsável perante a CVM pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., nos termos do regulamento do referido fundo.

O BTG Pactual Principal Investments FIP é um fundo de investimento gerido pelo BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. A orientação do exercício do direito de voto relativo às ações detidas pelo BTG Pactual Principal Investments FIP em Participações é conduzida pelo Sr. Carlos Fonseca, na qualidade de gestor responsável perante a CVM pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., nos termos do regulamento do referido fundo.

A BTG Pactual Pharma Participações S.A. é uma sociedade por ações controlada integralmente pelo BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações, conforme descrito acima.

Lajota FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Lajota FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por 4 membros, sendo (i) 3 membros com direito de voto, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Quotistas, e (ii) 1 membro sem direito de voto, a ser eleito pela Administradora. Os membros eleitos pelos quotistas são Jonas de Campos Siaulys, o qual também é acionista do grupo Aché, Luiz Carlos Vaini e Alexandre Gottlieb Lindenbojm, o membro eleito pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Vincitore FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Vincitore FIP são influenciadas por um Comitê de Investimento composto por 6 membros titulares, sendo (i) 5 membros votantes, sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos quotistas, e (ii) 1 membro designado Membro Honorário, a ser eleito pela Administradora. Os membros votantes são Paula Regina Depieri, José Luiz Depieri, Carlos Eduardo Depieri, os quais também são acionistas do grupo Aché, Celso Henrique Café e Alves Júnior e Luiz Antônio Martins Amarante e o membro honorário é Renato Hermann Cohn.

Infinity FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Infinity FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por até cinco membros, sendo três membros indicados pelos quotistas, um membro independente e um membro indicado pelo administrador, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de quotistas. Os membros indicados pelos quotistas são Raphael Batista Netto, Adalberto P. Dellape Batista e Ricardo P. Dellape Batista, os quais também são acionistas do grupo Aché, o membro independente é Antônio Carlos Gomes e o membro indicado pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- b. controladas e coligadas
- c. participações do emissor em sociedades do grupo

| Denominação Social | Sociedade | Participação na data deste Formulário de Referência |
|---|---------------------|---|
| Centro-Oeste Farma ¹ | Controlada Direta | 49,99% |
| Rosário ¹ | Controlada Indireta | 49,99% |
| Mais Econômica | Controlada Direta | 60,0% |
| Transportes Mais Econômica | Controlada Indireta | 60,0% |
| Drogarias Farmais | Controlada Direta | 100% |
| Farmais Franchising | Controlada Direta | 100% |
| Amarilis | Controlada Indireta | 100% |
| Farmais Convênios | Controlada Indireta | 99,99% |
| Brazil Pharma Produtos | Controlada Direta | 100% |
| Guararapes Brasil | Controlada Indireta | 66,78% |
| Guararapes Brasil Atacado | Controlada Indireta | 66,78% |
| Rede Nordeste de Farmácias ² | Controlada Direta | 100% |

¹ Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. e da Drogaria Rosário S.A. para aumentar nossa participação no capital social de 43,66% para 49,99% nas duas sociedades.

² Possuímos 88,125% de participação direta no capital social da Rede Nordeste de Farmácias e 11,275% por meio da M.W.M.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A., nossa subsidiária integral.

- d. participações de sociedades do grupo no emissor

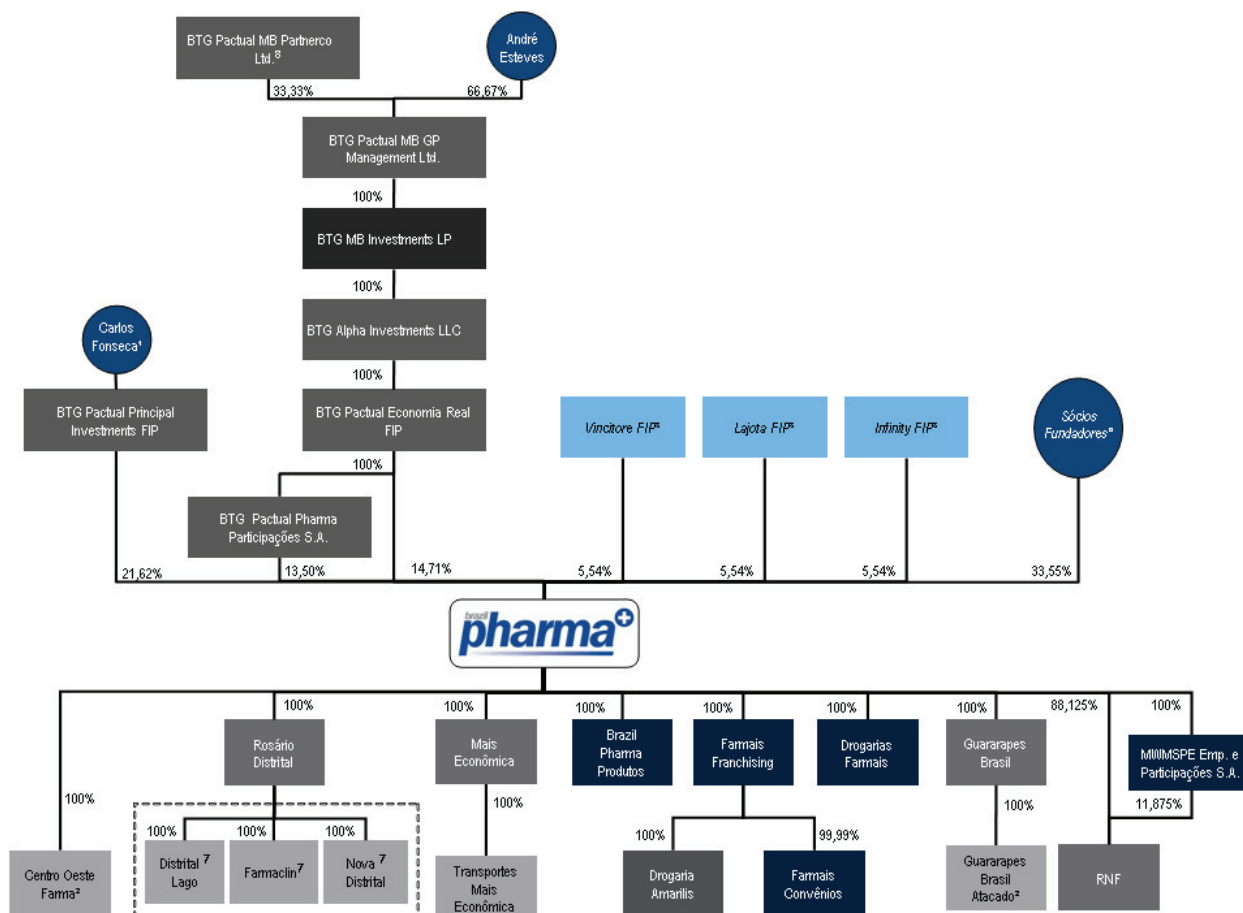
Não há participação de sociedades do grupo em nosso capital social.

- e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum em nosso grupo.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Estrutura societária do Grupo Brazil Pharma na data deste Formulário de Referência:



¹ Gestor do FIP, na qualidade de gestor pessoa física responsável, perante a CVM, pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. , sendo que a BTG Pactual Principal Investments FIP não apresenta quotista ou grupo de quotista que exerça grupo de controle.

² Centros de Distribuição das Empresas

³ Os Sócios Fundadores são Álvaro José da Silveira, Diocesmar Felipe de Faria, Álvaro Silveira Junior, Natália Nunes da Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe dos Santos.

⁴ Vincitore FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Vincitore FIP são influenciadas por um Comitê de Investimento composto por 6 membros titulares, sendo (i) 5 membros votantes, sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos quotistas, e (ii) 1 membro designado Membro Honorário, a ser eleito pela Administradora. Os membros votantes são Paula Regina Depieri, José Luiz Depieri, Carlos Eduardo Depieri, os quais também são acionistas do grupo Aché, Celso Henrique Café e Alves Júnior e Luiz Antônio Martins Amarante e o membro honorário é Renato Hermann Cohn.

⁵ Lajota FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Lajota FIP são tomadas por 4 membros, sendo (i) 3 membros com direito de voto, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Quotistas, e (ii) 1 membro sem direito de voto, a ser eleito pela Administradora. Os membros eleitos pelos quotistas são Jonas de Campos Sialy, o qual também é acionista do grupo Aché, Luiz Carlos Vaini e Alexandre Gottlieb Lindenbojm, o membro eleito pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

⁶ Infinity FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Infinity FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por até cinco membros, sendo três membros indicados pelos quotistas, um membro independente e um membro indicado pelo administrador, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de quotistas. Os membros indicados pelos quotistas são Raphael Batista Netto, Adalberto P. Dellape Batista e Ricardo P. Dellape Batista, os quais também são acionistas do grupo Aché, o membro independente é Antônio Carlos Gomes e o membro indicado pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

⁷As incorporações dessas sociedades, aprovadas em 30 de abril de 2011, estão sujeitas à condição suspensiva para a plena eficácia do ato, à prévia abertura de filiais (com a obtenção dos respectivos CNPJ/MF) pela Rosário nos locais onde se encontram os estabelecimentos das incorporadas que serão transferidas por ocasião da consumação da incorporação.

⁸ Nenhum dos acionistas da BTG Pactual MB Partnerco Ltd. detêm ações da Partnerco correspondentes indiretamente a mais 5% de participação no nosso capital social.

8.3 - Operações de reestruturação

| | |
|---|--|
| Data da operação | 22/06/2011 |
| Evento societário | Outro |
| Descrição do evento societário "Outro" | Roll Up dos acionistas de nossas controladas |
| Descrição da operação | Para informações relativas ao Roll Up dos acionistas de nossas controladas, consulte item 8.4 deste Formulário de Referência. |
| <hr/> | |
| Data da operação | 14/05/2011 |
| Evento societário | Incorporação |
| Descrição da operação | <p>Foi celebrado, em 14 de maio de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Rosário S/A, ou Rosário, e Drogaria Dona Terezinha S.A., ou Dona Terezinha, esta que é titular de ações ordinárias representativas de 49,99% das ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Rosário e que 100% das ações ordinárias representativas de seu capital social são integralmente detidas por nós, pelo qual as administrações das partes entenderam que a incorporação da Dona Terezinha pela Rosário, com a consequente extinção da incorporada, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios dos acionistas controladores, possibilitando minimizar os custos administrativos.</p> <p>Foi realizada, em 15 de maio de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Rosário, na qual foram aprovados os termos e condições do Protocolo; o Laudo de Avaliação do acervo líquido da Incorporada; e a aprovação da incorporação pela Rosário, do acervo patrimonial da incorporada, com a consequente extinção desta, em conformidade com o Protocolo, sendo que tal incorporação não acarretou aumento do capital social da Rosário e o montante do acervo líquido incorporado foi destinado à reserva de capital no patrimônio líquido da Rosário, nos termos do Protocolo.</p> <p>Ainda, em 15 de maio de 2011, a Dona Terezinha realizou Assembleia Geral Extraordinária, pela qual também foram aprovados os termos e condições do Protocolo; aprovado o laudo de avaliação do seu acervo patrimonial, que foi incorporado pela Rosário, avaliado com base no seu valor contábil, na data base de 30 de abril de 2011; aprovada a incorporação do acervo patrimonial da Dona Terezinha pela Rosário, com sua consequente extinção, em conformidade com o Protocolo.</p> |
| <hr/> | |
| Data da operação | 14/05/2011 |
| Evento societário | Incorporação |

8.3 - Operações de reestruturação

| | |
|------------------------------|---|
| Descrição da operação | <p>Foi celebrado, em 14 de maio de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogeria Guararapes Brasil S/A, ou Guararapes Brasil, e BRPG Alpha Administração e Participações S.A., ou BRPG Alpha, pelo qual as administrações das partes entenderam que a incorporação da BRPG Alpha pela Guararapes Brasil, com a consequente extinção da incorporada, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da acionista controladora, possibilitando minimizar os custos administrativos.</p> <p>Foi realizada, em 15 de maio de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Guararapes Brasil, na qual foram aprovados os termos e condições do Protocolo; e o laudo de avaliação do acervo patrimonial da Incorporada, esta que não acarretará aumento do capital social da Guararapes Brasil, sendo o montante do acervo líquido incorporado destina à reserva de capital no patrimônio líquido da Guararapes Brasil, nos termos do Protocolo.</p> <p>Ainda, em 15 de maio de 2011, a BRPG Alpha realizou Assembleia Geral Extraordinária, pela qual também foram aprovados os termos e condições do Protocolo; aprovado o laudo de avaliação do seu acervo patrimonial, que foi incorporado pela Guararapes Brasil, avaliado com base no seu valor contábil, na data base de 30 de abril de 2011; aprovada a incorporação do acervo patrimonial da BRPG Alpha pela Guararapes Brasil, com sua consequente extinção, em conformidade com o Protocolo.</p> |
| Data da operação | 29/04/2011 |
| Evento societário | Incorporação |
| Descrição da operação | <p>Foi celebrado, em 29 de abril de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogeria Rosário S/A, ou Rosário, e Drogeria Nova Distrital Ltda.; Drogeria Distrital Lago Ltda.; e Farmaclin Drogeria e Perfumaria Ltda., ou Incorporadas, pelo qual a Rosário, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos e condições da incorporação das Incorporadas, com a consequente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da Rosário por seus acionistas.</p> <p>Foi realizada, em 30 de abril de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Rosário, na qual foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os Laudos de Avaliação do acervo líquido das Incorporadas; e a aprovação do acervo patrimonial das Incorporadas pela Rosário, observados os termos e condições estabelecidos no Protocolo, especialmente no que se refere, à condição suspensiva para a plena eficácia do ato, à prévia abertura de filiais (com a obtenção dos respectivos CNPJ/MF) pela Rosário nos locais onde se encontram os estabelecimentos das Incorporadas que serão transferidas por ocasião da consumação da incorporação.</p> <p>Ainda, em 30 de abril de 2011, cada incorporada realizou Reunião de Sócios, pelas quais também foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os laudos de avaliação dos respectivos acervos líquidos de cada uma das Incorporadas; bem como foi aprovada a incorporação de cada sociedade, observados os termos e condições estabelecidos no Protocolo.</p> |
| Data da operação | 29/04/2011 |
| Evento societário | Incorporação |

8.3 - Operações de reestruturação

| | |
|---|---|
| Descrição da operação | <p>Foi celebrado, em 29 de abril de 2011, Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, ou Protocolo, entre a Drogaria Guararapes Brasil S/A, ou Guararapes Brasil, e Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda.; Farmácia Guararapes Ltda.; Farmácia Farmação Ltda.; e Meridional Medicamentos Ltda., ou Incorporadas, pelo qual a Guararapes Brasil, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos da incorporação das Incorporadas, com a conseqüente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária então existente e facilitar a gestão dos negócios da Guararapes Brasil por seus acionistas.</p> <p>Foi realizada, em 30 de abril de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Guararapes Brasil, na qual foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os Laudos de Avaliação do acervo líquido das Incorporadas; e a aprovação do acervo patrimonial das Incorporadas pela Guararapes Brasil, com a conseqüente extinção daquelas, em conformidade com o Protocolo, sendo que tais incorporações não geraram aumento de capital na Guararapes Brasil, dado que o patrimônio líquido das Incorporadas, suas subsidiárias integrais dela, já se encontrava refletido em seu patrimônio.</p> <p>Ainda, em 30 de abril de 2011, cada incorporada realizou Reunião de Sócios, pelas quais também foram aprovados os termos, condições e justificação do Protocolo; os laudos de avaliação dos respectivos acervos líquidos de cada uma das Incorporadas; bem como foi aprovada a incorporação do acervo patrimonial de cada sociedade, com sua conseqüente extinção, em conformidade com o Protocolo.</p> |
| Data da operação | 22/03/2011 |
| Evento societário | Outro |
| Descrição do evento societário "Outro" | Aumento de capital social |
| Descrição da operação | Foi realizada em 22 de março de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Brazil Pharma, na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$91.801.066,05, com a subscrição e a integralização deste valor por três novos acionistas, Infinity Fundo de Investimento em Participações, Lajota Fundo de Investimento em Participações e Vincitore Fundo de Investimento em Participações, ou FIPs, que passaram a deter 37,05% de nosso capital social. |
| Data da operação | 22/03/2011 |
| Evento societário | Outro |
| Descrição do evento societário "Outro" | Aumento de capital social |
| Descrição da operação | Foi realizada em 22 de março de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Brazil Pharma, na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 127,5 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por um novo acionista, BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter 32,5% de nosso capital social, reduzindo a participação dos FIPs para 25,0% do capital social. |
| Data da operação | 11/02/2011 |
| Evento societário | Outro |
| Descrição do evento societário "Outro" | Aumento de capital social |

8.3 - Operações de reestruturação

| | |
|------------------------------|---|
| Descrição da operação | <p>Foi realizada em 11 de fevereiro de 2011, Assembleia Geral Extraordinária da Brazil Pharma, na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 58.870.000,00, com a subscrição e a integralização deste valor por um novo acionista, BTG Pactual Pharma Participações S.A.</p> <p>Em 18 de março de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em que nosso novo acionista aportou outros R\$9,0 milhões, ao subscrever e integralizar, mediante conferência de créditos, novas ações de nossa emissão, pelo que passou a ser detentor de 48,0% de nosso capital social.</p> |
| Data da operação | 30/01/2011 |
| Evento societário | Alienação e aquisição de controle societário |
| Descrição da operação | <p>Em 30 de janeiro de 2011, foi celebrado Acordo de Investimento e Outras Avenças entre a nossa subsidiária BRPG Beta Administração e Participações S.A., a Drogaria Mais Econômica S.A., ou Mais Econômica, e o Sr. Wilson José Lopes, tendo sido referido Acordo aditado pelas partes em 31 de março de 2011, para inclusão de novas cláusulas e alterações de cláusulas anteriores, relativas a questões financeiras da Companhia, tais como EBITDA, demonstrações financeiras, situação patrimonial e financeira e outras contingências da Companhia.</p> <p>A aquisição ocorreu após a transformação da Mais Econômica em uma sociedade por ações, e nós, por meio de nossa subsidiária, adquirimos ao final uma participação equivalente a 60,0% do capital social da Mais Econômica, que após reestruturação societária passou a ser detentora de 100% das quotas da empresa Transportes Mais Econômica Ltda., a qual é a responsável pelo centro de distribuição da rede.</p> <p>O investimento por nós realizado ocorreu por meio da aquisição de ações do acionista originário, equivalentes ao percentual de 26,1% do capital social pelo valor de R\$100 milhões, e no aumento do capital social com a subscrição e a integralização de novas ações ordinárias de emissão da Mais Econômica, representativas de 31,3% do capital social pelo valor de R\$120 milhões. Por meio do exercício de uma opção de venda do acionista originário previamente celebrada, adquirimos pelo valor de R\$50 milhões a quantidade de ações necessária à obtenção do percentual de controle de 60,0% das ações da Mais Econômica.</p> <p>Em decorrência do exercício da opção de venda, realizaram-se na data de fechamento da operação as Assembleias Gerais Extraordinárias da Mais Econômica e da nossa subsidiária, nas quais foi aprovada a incorporação desta por aquela.</p> <p>Conforme disposto no acordo de acionistas celebrado quando do fechamento da operação, caso (i) o nosso controle seja alienado ou (ii) as nossas ações passem a ser negociadas no mercado de ações, o acionista originário poderá exigir da Companhia a aquisição do restante das ações de emissão da Mais Econômica que ainda são de sua titularidade. Caso esta opção de venda específica seja exercida, o acionista originário receberá em contrapartida ações emitidas por nós.</p> <p>Por tal aquisição de participação societária se enquadrar nas características descritas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que versa sobre operações que tenham efeitos sobre o mercado brasileiro e que resultem na concentração da participação de uma empresa, em um mercado relevante, submetemos à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na data deste Formulário de Referência a referida transação encontrava-se sob a análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.002340/2011-17).</p> |
| Data da operação | 30/12/2010 |
| Evento societário | Alienação e aquisição de controle societário |

8.3 - Operações de reestruturação

| | |
|------------------------------|---|
| Descrição da operação | <p>Em 30 dezembro de 2010, nós adquirimos da BTG Pactual Alpha Participações Ltda. 100% das quotas representativas do capital social da Farmais Franchising Ltda., pelo valor de R\$9 milhões, bem como a transformamos numa sociedade por ações e nossa subsidiária integral.</p> <p>Cumprir notar que, em 16 de setembro de 2009, a BTG Pactual Alpha Participações Ltda. adquiriu dos Srs. Nelson Makoto Tachibana e Paulo Arashi Shima 50,0% das quotas representativas do capital social da Farmais Franchising Ltda., detentora de 99,99% das quotas do capital social da Comercial Farmais Ltda.; Drogarias Farmais Ltda.; e Farmais Administradora de Convênios Ltda., pelo valor de R\$4 milhões.</p> <p>Em 26 de agosto de 2010, a BTG Pactual Alpha Participações Ltda. adquiriu os outros 50,0% das quotas representativas do capital social da Farmais Franchising Ltda., pelo valor de R\$5 milhões.</p> |
| <hr/> | |
| Data da operação | 06/10/2010 |
| Evento societário | Alienação e aquisição de controle societário |
| Descrição da operação | <p>Em 6 de outubro de 2010, foi celebrado Instrumento Particular de Contrato de Associação por meio de Compra e Venda de Ações e Subscrição de Ações e Outras Avenças entre a nossa subsidiária BRPG Alpha Administração e Participações S.A., e a Droguaria Guararapes Brasil Ltda., ou Guararapes Brasil pelo qual, após a reestruturação societária das empresas, que culminou com a transformação da Guararapes Brasil em sociedade por ações, adquirimos e subscrevemos ações correspondentes a uma participação de 66,78% das ações da Droguaria Guararapes Brasil S.A.</p> <p>Pelo contrato, foi realizado um investimento total na Droguaria Guararapes Brasil S.A. no valor de R\$ 46.259.825,67, realizados pela nossa subsidiária, mediante a aquisição de ações dos acionistas originários e a subscrição de novas ações do capital social da Guararapes Brasil.</p> <p>Foi firmado um acordo de acionistas em 8 de dezembro de 2010 para regulamentar a administração da Droguaria Guararapes Brasil S.A. bem como os respectivos direitos e obrigações de seus acionistas.</p> <p>Por tal aquisição de participação societária se enquadrar nas características descritas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que versa sobre operações que tenham efeitos sobre o mercado brasileiro e que resultem na concentração da participação de uma empresa, em um mercado relevante, submetemos à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Na data deste Formulário de Referência a referida transação encontrava-se sob a análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ato de Concentração nº 08012.011496/2010-08).</p> |
| <hr/> | |
| Data da operação | 24/07/2010 |
| Evento societário | Alienação e aquisição de controle societário |

8.3 - Operações de reestruturação

| | |
|------------------------------|--|
| Descrição da operação | <p>Em 24 de julho de 2010, foi celebrado Acordo de Investimento e Outras Avenças da Drograria Rosário Ltda., ou Rosário Distrital, entre nós, nossa subsidiária integral Drograria Dona Terezinha S.A., a Drograria Rosário Ltda., bem como as demais empresas integrantes da rede Rosário Distrital, quais sejam, Farmaclin Drograria e Perfumaria Ltda., Drograria Nova Distrital Ltda. e Drograria Distrital Lago Ltda., pelo qual adquirimos uma participação de 43,66% das ações da Rosário Distrital.</p> <p>Pelo contrato ocorreu a transformação da Drograria Rosário Ltda. em sociedade por ações, pelo que adquirimos por meio de nossa subsidiária Drograria Dona Terezinha ações dos acionistas originários pelo valor de R\$9 milhões. A seguir subscrevemos novas ações pelo valor de R\$60 milhões. Do preço total de emissão, R\$38.324.165,82 foram destinados para a conta de capital social e R\$21.675.824,18 para a conta de reserva de capital, como ágio na subscrição.</p> <p>Foi ainda prevista a realização de um investimento adicional na Drograria Rosário S.A. caso algumas condições pré-estabelecidas fossem alcançadas. Tal investimento está limitado ao valor de R\$ 20,2 milhões e ocorrerá se a Rosário Distrital atingir metas relacionadas à abertura de novas lojas e com relação ao EBTIDA 2011.</p> <p>Foi também firmado em 16 de setembro de 2010 um acordo de acionistas, que prevê a possibilidade de permuta das ações entre nós e os demais acionistas em caso de oferta pública de ações realizada por nós, cuja relação de troca baseia-se na representatividade do EBTIDA da Rosário vis-a-vis o nosso EBTIDA consolidado.</p> <p>A operação foi submetida ao CADE e devidamente aprovada.</p> <p>Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Drograria Rosário S.A. para aumentar nossa participação no capital social para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra será de R\$19,8 milhões, a ser pago cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações.</p> <p>Também em 14 de abril de 2011, foi celebrado um Acordo de Consolidação de Aditamentos, referente ao Acordo de Acionistas da Drograria Rosário S.A. e Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de 24 de julho de 2010, pelo qual as partes acordaram que o valor referente ao investimento adicional será de aproximadamente R\$11,4 milhões, a ser pago em uma única parcela, cinco dias após a conclusão da nossa oferta pública inicial de ações.</p> |
| Data da operação | 23/07/2010 |
| Evento societário | Alienação e aquisição de controle societário |

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação Em 23 de julho de 2010, nós firmamos com os Srs. Rodrigo Silveira; Diogo Silveira; e Leandro Felipe Santos, pelo valor de R\$ 2.750.000,00, um contrato de opção de compra de 43,66% das quotas do capital social da sociedade Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., responsável pela administração do centro de distribuição da rede Rosário Distrital. Em 18 de outubro de 2010, após o exercício da opção de compra, foi celebrado Acordo de Compra e Venda de Quotas em que nós adquirimos participação societária de 43,66% na Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., pelo valor de R\$ 3.000.360,00.

Ao final, nós investimos o montante total de R\$ 5.750.360,00, de modo a consolidar nossa participação nas atividades da rede Rosário Distrital.

Em 18 de outubro de 2010, foi firmado um acordo de quotistas, que prevê a possibilidade de permuta das ações entre nós e os demais quotistas em caso de oferta pública de ações realizada por nós, cuja relação de troca baseia-se na representatividade do EBTIDA da Rosário vis-a-vis o nosso EBTIDA consolidado.

A operação foi submetida ao CADE e devidamente aprovada.

Em 14 de abril de 2011, exercemos nossa opção de compra de ações da Centro-Oeste Farma para aumentar nossa participação no capital social para 49,99% pelo valor de R\$2,2 milhões, a ser pago no prazo de cinco dias após a realização da nossa oferta pública inicial de ações.

Data da operação

13/05/2010

Evento societário

Alienação e aquisição de controle societário

Descrição da operação

Em 13 de maio de 2010, celebramos Instrumento Particular de Contrato de Associação por meio de Compra e Venda de Quotas e Subscrição de Ações e Outras Avenças da Rede Nordeste de Farmácias, ou RNF,, com as empresas JEF Administração e Participação Ltda.; Selectu Participações Ltda., ou Selectu,; PS&S Administração e Participações Ltda.; e Lídio Lins Neto.

Nos termos do contrato foram adquiridas quotas dos sócios originários pelo valor de R\$896 mil. Na sequência ocorreu a transformação do tipo societário para sociedade por ações e o aumento do capital social. Subscrevemos novas ações pelo valor de R\$15,1 milhões e ao final passamos a deter 75,0% do capital social da RNF.

Celebração em 10 de junho de 2010 de um acordo de acionistas, que embora não previsse a realização roll up de seus acionistas em caso de nossa oferta pública de ações, conforme descrito no item 8.4 abaixo, previa uma opção de venda das ações da RNF para nós. Em 24 de agosto de 2010, mediante o exercício desta opção de venda por parte de alguns dos acionistas, nós adquirimos outras ações representativas de 13,125% do capital social. Nossa participação passou a 88,125% das ações da RNF, ficando a empresa Selectu Participações com as ações restantes.

Em 23 de maio de 2011 foi celebrado Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre M.W.M.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A., ou SPE, Selectu e RNF por meio do qual a SPE, nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações detidas pela Selectu na RNF pelo valor total de R\$9.235.000,00. Nesta mesma data foi celebrado Instrumento Particular de Distrato do Acordo de Acionistas, relativo ao acordo de acionistas celebrado em 10 de junho de 2010, acima mencionado.

8.4 - Outras informações relevantes

Roll Up dos acionistas das nossas controladas

Firmamos com cada uma de nossas controladas Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., e os respectivos sócios-fundadores, diversos instrumentos contratuais que prevêem a outorga e exercício de opções de permuta ou de aquisição da totalidade das ações ou quotas representativas do capital social das controladas, detidas pelos referidos sócios-fundadores, mediante entrega e transferência de ações de nossa emissão, condicionada à realização de nossa oferta pública inicial de ações.

Em 14 de abril de 2011, celebramos um aditamento ao Acordo de Acionistas firmado com nossa controlada Drogaria Rosário S.A., ou Rosário, no qual os respectivos sócios-fundadores exerceram a opção de permuta da totalidade de suas ações representativas do capital social de Rosário por ações de nossa emissão equivalentes a 20,0% do nosso capital social, não sendo considerada nesse percentual a diluição decorrente da nossa oferta pública inicial de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. A referida opção de permuta foi exercida em uma única vez, após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações de nossa emissão, conforme apurado no procedimento de coleta de intenções de investimento, ou *Bookbuilding*. Nesses termos, como foi concluído o procedimento de *Bookbuilding*, em 22 de junho de 2011, foi efetivada a permuta de 100% das ações dos Sócios-Fundadores na Drogaria Rosário por ações de nossa emissão.

Em 25 de abril de 2011, celebramos aditamento ao Acordo de Sócios da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., ou Centro-Oeste Farma, pelo qual os sócios fundadores de Centro-Oeste Farma exerceram opção de permuta de quotas representativas do capital da Centro-Oeste Farma por ações de nossa emissão, correspondentes a 2,0% do nosso capital social, sendo que estas ações fazem parte da quantidade de ações representativas de 20% de nosso capital, objeto da opção de permuta firmada com os sócios-fundadores de Drogaria Rosário S.A., e cujas condições de eficácia e formalização são as mesmas da referida opção de permuta.

Em 16 de abril de 2011, celebramos com a sócia-fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A., Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, pelo qual referida sócia-fundadora outorga a nós a opção de compra de 100% de suas ações e pelo qual desde já exercemos a nossa opção de compra, obrigando-nos a adquirir 100% de suas ações. A referida opção de compra foi exercida em uma única vez e aconteceu após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011. O preço desta opção de compra de ações de emissão de Guararapes é pago em uma parcela em dinheiro, no montante de R\$10 milhões, e uma quantidade de ações de emissão de nossa Companhia, equivalente a uma quantidade de ações representativas de 3,0% do nosso capital social, não sendo considerados para o cálculo deste percentual a diluição decorrente da nossa oferta pública inicial de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, realizado 22 de junho de 2011, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da Sócia-Fundadora da Drogaria Guararapes Brasil S.A. a nós.

8.4 - Outras informações relevantes

Em 20 de abril de 2011, celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças, ou Contrato de Exercício de Opção, que foi efetivado após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011. Ademais, ficou acordado que a participação final do Sócio-Fundador em nossa Companhia, após a realização do aumento de capital, passaria a ser de 10,55%, no momento imediatamente anterior à emissão das ações no âmbito da nossa oferta pública inicial de ações, ressalvando-se, porém, que não serão considerados neste percentual a diluição decorrente da referida oferta e do nosso plano de opção de compra de ações e a realização de qualquer nova aquisição de outra empresa do setor de varejo farmacêutico, ficando estabelecido que eventuais exercícios de opções de compra ou de permuta de outros sócios-fundadores das nossas demais sociedades investidas não afetarão o percentual acima estabelecido. Nesses termos, nossas ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A., detidas pelo respectivo sócio-fundador, a nós.

Na mesma data, nós celebramos com o sócio-fundador da Drogaria Mais Econômica S.A., o Segundo Aditamento ao Acordo de Investimentos e Outras Avenças, pelo qual (i) retificamos a intenção e interesse das partes previstas nas disposições da Cláusula 5.5 do Acordo de Investimentos e Outras Avenças firmado em 30 de janeiro de 2011, no qual o sócio-fundador outorgou à BRPG Beta Administração e Participações S.A. uma opção de compra sobre as ações de emissão da Drogaria Mais Econômica S.A. de sua titularidade, exercível a qualquer tempo, em caso de inadimplemento, por prazo superior a 30 dias do respectivo vencimento, do pagamento de quaisquer montantes devidos a título de indenização e (ii) ratificamos os seus termos de forma que a opção passa a ser outorgada a nós e passa a recair sobre as ações representativas de 10,55% do nosso capital social, quando da realização do aumento de capital previsto no Contrato de Exercício de Opção acima.

A nossa opção de compra foi outorgada pelo sócio-fundador em contrapartida ao recebimento do valor de R\$1,00 sobre a quantidade de ações que lhe serão entregues nos termos do Contrato de Exercício de Opção, limitada a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador na data de conclusão prevista do Contrato de Exercício de Opção. Caso, porém, a Opção de Compra seja exercida após a oferta pública inicial de ações, a quantidade de ações sujeitas à Opção será determinada com base no valor médio das nossas ações nos últimos 60 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data de exercício da Opção de Compra, ponderado pelo volume de negociação, limitada também a um número de ações equivalente a 25% do total de ações a serem detidas pelo sócio-fundador no nosso capital na data da conclusão da transação prevista no Contrato de Exercício de Opção.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que julgemos relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|--|----------------------------|--------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Veículos | Brasil | RS | Canoas | Arrendada |
| Veículos | Brasil | DF | Brasília | Arrendada |
| Veículos | Brasil | PE | Jaboatão dos Guararapes | Arrendada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | RS | Canoas | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | RS | Caxias do Sul | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | RS | Passo Fundo | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | RS | Porto Alegre | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | SP | São Paulo | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | DF | Águas Lindas | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | DF | Brasília | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | PE | Jaboatão dos Guararapes | Alugada |
| Benfeitoria em edificações | Brasil | PE | Recife | Alugada |

486 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|------------------------|---------------------|--------------------------------|--|---|
| Marcas | n.º 815847955 – FAR + | Brasil | Registro válido até 20/07/2013 | Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. | Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. |
| Marcas | n.º 815847963 – FAR + | Brasil | Registro válido até 28/03/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 815847971- FAR + | Brasil | Registro válido até 13/10/2012 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 815847980 – FARMAS | Brasil | Registro válido até 01/09/2012 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|-----------------------------------|---------------------|--------------------------------|---|--|
| Marcas | n.º 815847998 - FARMAS | Brasilero | Registro válido até 20/07/2013 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 815848005 - FARMAS | Brasilero | Registro válido até 13/10/2012 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 815848013 - FARMAS | Brasilero | Registro válido até 13/10/2012 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 817276068 - FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 27/06/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 817276076 - FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 27/06/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 817276084 - FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 12/12/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 818061847 - DROGRARIAS FARMAS | Brasilero | Registro válido até 03/12/2016 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 818061855 - DROGRARIAS FARMAS | Brasilero | Registro válido até 29/10/2016 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 820852724 - FARMAS BABY | Brasilero | Registro válido até 12/06/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 821117092 - FARMAS | Brasilero | Registro válido até 07/08/2017 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822151898 - FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 17/10/2016 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822151901 - FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 17/10/2016 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822459752 - DROGRARIAS FARMAS | Brasilero | Registro válido até 08/05/2017 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822998173 - FARMAS | Brasilero | Registro válido até 28/11/2016 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|--|---------------------|--------------------------------|---|--|
| Marcas | n.º 822998190 – FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 31/07/2017 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822998203 - FIGURATIVA | Brasilero | Registro válido até 11/09/2017 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 826607764 – FARMAS BABY | Brasilero | Registro válido até 09/10/2017 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 825959292 – MAIS EXCLUSIVE | Brasilero | Registro válido até 12/08/2018 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822998181 – FARMAS | Brasilero | Registro válido até 08/04/2018 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822877457 – DROGARIAS FARMAS | Brasilero | Registro válido até 14/07/2019 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822459760 – DROGARIAS FARMAS | Brasilero | Registro válido até 17/03/2019 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822877449 – DROGARIAS FARMAS mista | Brasilero | Registro válido até 15/06/2020 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 826605435 – MAIS EXCLUSIVE | Brasilero | Registro válido até 03/06/2018 | São os mesmos eventos descritos acima | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902258230 – TORCIDA HEXAGERADA! | Brasilero | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 826605443 – NATURAGE | Brasilero | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902281100 - TORCIDA HEXAGERADA! | Brasilero | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902664344 – RINGUE DOS CAMPEÕES | Brasilero | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|-------------------------------------|---------------------|--------------------------------|---|--|
| Marcas | n.º 902667513 - RINGUE DOS CAMPEÕES | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902699369 - SUPERACÇÃO FARMAS | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902699423 - SUPERACÇÃO FARMAS | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902482980 - BR PHARMA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 902490907 - BR PHARMA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 903167972 - BR PHARMA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 903168073 - BR PHARMA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 903172178 - MINHA DROGRARIA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 903183960 - MINHA DROGRARIA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 903183986 - MINHA DROGRARIA | Brasil | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822345234 - MAIS ECONÔMICA | Brasil | Registro válido até 26/06/2017 | São os mesmos eventos descritos acima | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 822345676 - MAIS ECONÔMICA | Brasil | Registro válido até 02/08/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

490

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|--|---------------------|-----------------------------------|---|---|
| Marcas | n.º 827602235 – MAIS ECONÔMICA FARMÁCIAS | Brasilero | Registro válido até 15/09/2019 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 827602421 – REDE MAIS ECONÔMICA FARMÁCIAS | Brasilero | Registro válido até 18/12/2017 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 827619111 – REDE MAIS ECONÔMICA FARMÁCIAS | Brasilero | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 827619120 – REDE MAIS ECONÔMICA FARMÁCIAS | Brasilero | 10 anos a partir data registro | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 827641400 – REDE ECONOMIA FARMÁCIAS | Brasilero | Registro válido até 25/05/2020 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 900245441 – REDE ECONOMIA FARMÁCIAS | Brasilero | Registro válido até 22/02/2021 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n.º 900667850 – MAIS ECONOMICA FARMÁCIAS | Brasilero | Registro válido até 17/02/2021 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | nº 824591615 – Drogaria Rosário | Brasilero | Registro válido até 07/07/2019 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | nº 824591607 - Drogaria Rosário | Brasilero | Registro válido até 07/07/2019 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|------------------------------------|---------------------|--------------------------------|---|---|
| Marcas | n° 827659300 - Drogeria Distrital | Brasilero | Registro válido até 06/05/2018 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Marcas | n° 822228963 - Farmacia Guararapes | Brasilero | Registro válido até 15/02/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | farmais.com.br | Brasilero | Registro válido até 22/05/2015 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. |
| Concessões | drogariasfarmais.com.br | Brasilero | Registro válido até 23/03/2013 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | redefarmais.com.br | Brasilero | Registro válido até 30/11/2013 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | maismulher.com.br | Brasilero | Registro válido até 05/01/2014 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | naturage.com.br | Brasilero | Registro válido até 13/01/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, franquias e contratos de transferência de tecnologia

| Tipo de ativo | Descrição do ativo | Território atingido | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------|--------------------------|---------------------|--------------------------------|---|--|
| Concessões | farmais.far.br | Brasilero | Registro válido até 07/05/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | maiseconomica.co m.br | Brasilero | Registro válido até 23/07/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | gruoeconomica.c om.br | Brasilero | Registro válido até 25/08/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | maiseconomica.ne t.br | Brasilero | Registro válido até 30/06/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | drogariariosario.co m.br | Brasilero | Registro válido até 02/02/2012 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | drogariariosario.far. br | Brasilero | Registro válido até 04/06/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | drogariariosario.net .br | Brasilero | Registro válido até 24/09/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | rosarioemcasa.co m.br | Brasilero | Registro válido até 14/08/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | lojasrosario.com.br | Brasilero | Registro válido até 04/06/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | rosário.far.br | Brasilero | Registro válido até 04/06/2011 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | brazilpharma.com. br | Brasilero | Registro válido até 09/03/2013 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |
| Concessões | maiseconomica.co m.br | Brasilero | Registro válido até 23/07/2015 | São os mesmos eventos descritos acima. | São as mesmas consequências descritas acima. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

| Razão social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emissor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|-----------|-----------------------|----------------|--|-----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | Data | Valor (Reais) | | | |
| Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | 09.156.879/0001-30 | - | Controlada | Brasil | DF | Brasília | Rede de drogarias. | 49,990000 |
| 31/03/2011 | 7,173000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2010 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 31/03/2011 | 3.610.482,00 | |
| 31/12/2009 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| É por meio dessa sociedade que exercemos nossas atividades no Centro-Oeste. | | | | | | | | |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | 11.174.756/0001-73 | - | Controlada | Brasil | PE | Recife | Rede de drogarias. | 66,780000 |
| 31/03/2011 | -1,305000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2010 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 31/03/2011 | 19.780.502,00 | |
| 31/12/2009 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| É por meio dessa sociedade que organizamos nossas atividades no Nordeste. | | | | | | | | |
| Drogaria Mais Econômica S.A. | 94.296.175/0001-31 | - | Controlada | Brasil | RS | Canoas | Rede de drogarias. | 60,000000 |
| 31/03/2011 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2010 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 31/03/2011 | -8.127.232,00 | |
| 31/12/2009 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| É por meio dessa sociedade que exercemos nossas atividades no Sul. | | | | | | | | |
| Drogaria Rosário S.A. | 00.447.821/0001-70 | - | Controlada | Brasil | DF | Brasília | Rede de drogarias. | 49,990000 |
| 31/03/2011 | 9,791000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2010 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 31/03/2011 | 36.154.910,00 | |
| 31/12/2009 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

494

| Razão social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|-----------|----------------|----------------|--|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | Data | Valor (Reais) | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| É por meio dessa sociedade que exercemos nossas atividades no Centro-Oeste. | | | | | | | | |
| Farmais Franchising S.A. | 00.259.932/0001-53 | - | Controlada | Brasil | SP | São Paulo | Franquias de drogarias. | 100,000000 |
| 31/03/2011 | 54,301000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2010 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 31/03/2011 | 1.647.429,00 | |
| 31/12/2009 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| É por meio dessa sociedade que organizamos nossas franquias. | | | | | | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 11.044.747/0001-68 | - | Controlada | Brasil | PE | Recife | Rede de drogarias | 88,130000 |
| 31/03/2011 | -181,394000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor mercado | | | |
| 31/12/2010 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | Valor contábil | 31/03/2011 | -1.325.939,00 | |
| 31/12/2009 | 0,000000 | 0,000000 | | 0,00 | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| É por meio dessa sociedade que exercemos nossas atividades no Nordeste. | | | | | | | | |

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes com relação a esta Seção 9 do Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos a maior empresa do setor de varejo farmacêutico no Brasil em número de lojas, com 663 pontos de venda, em 31 de março de 2011, conforme comparação com os dados publicados pela Abrafarma de suas associadas. Nosso modelo de negócios engloba as nossas Operações Próprias e nossa Rede de Franquias, nos permitindo atuar com presença nacional, ao mesmo tempo em que preservamos as singularidades, experiências e características regionais de cada operação. Em 31 de março de 2011, nossas Operações Próprias consolidavam uma rede de 302 drogarias, com marcas em posição de liderança em suas respectivas regiões, as quais possuem, em média, mais de 35 anos de existência, enquanto nossa Rede de Franquias contava com 361 lojas concentradas principalmente no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná. Adicionalmente, nossas Operações Próprias estão estrategicamente localizadas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil, as quais apresentam alto potencial de crescimento e menor nível de competição no setor de varejo farmacêutico quando comparadas com a região Sudeste.

Nossos acionistas efetuaram capitalizações no valor de R\$73,9 milhões até 31 de dezembro de 2010 e R\$237,9 milhões até 31 de março de 2011. Posteriormente a 31 de março de 2011, nossos acionistas efetuaram, ainda, uma capitalização de R\$49,3 milhões, totalizando R\$361,1 milhões, basicamente para custear as aquisições que efetuamos. Em 31 de março de 2011, tínhamos empréstimos e financiamentos no valor de R\$104,6 milhões classificados como passivo circulante.

Entendemos que, em 31/03/2011, apresentamos totais condições financeiras e patrimoniais para implementar nosso plano de negócio e cumprir nossas obrigações de curto e longo prazos.

Entendemos, ainda, que possuímos fontes suficientes para cobrir nossas necessidades de caixa, capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como para manter nossas condições financeiras e patrimoniais em níveis apropriados para o desempenho de nossas atividades.

Crescimento por Aquisições

Todas as Operações Próprias foram selecionadas por meio de um minucioso processo de análises e pesquisas realizadas pela nossa equipe de fusões e aquisições. Em maio de 2010, compramos a participação de 75% na Rede Nordeste de Farmácias S.A., ou RNF), detentora de parte dos pontos comerciais anteriormente detidos por uma tradicional rede de Pernambuco, Farmácias dos Pobres. Em julho de 2010, adquirimos 43,66% Drogaria Rosário S.A., ou Rosário, para iniciar nossas operações na região Centro-Oeste, depois compramos, em outubro de 2010, uma participação de 66,78% na rede Guararapes Brasil, passando a operar nossos pontos da região Nordeste sob a marca "Farmácias Guararapes" ("Guararapes"). Posteriormente, em dezembro de 2010, adquirimos a Farmais, operação de franquias que nos deu acesso aos mercados mais competitivos, como o Estado de São Paulo. Em 2011, efetuamos a aquisição da Farmácias Mais Econômica S.A., ou Mais Econômica, iniciando nossas operações na região Sul do país. Todas as aquisições foram efetuadas com nosso capital próprio, na maior parte das vezes com capital primário, para suportar o crescimento orgânico e possíveis aquisições em nossas Operações Próprias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Crescimento Orgânico

Estamos presentes em regiões menos competitivas que nos permitem ter uma taxa de crescimento mais acelerada que as redes com presença predominante em mercados mais competitivos. Adicionalmente, temos nossos Sócios Fundadores como responsáveis pela expansão de nossas Operações Próprias. Entendemos que isto é uma de nossas vantagens competitivas, pois nosso Sócios-Fundadores possuem uma larga experiência na região que atuam, reduzindo o risco de escolha do ponto comercial e aumentando a capacidade de expansão de nossas Operações Próprias organicamente. Este crescimento pode ser visto pelo seguinte histórico de nossas Operações Próprias no período anterior e posterior a nossa aquisição: (A) Anterior: (i) em 2008, nossas controladas antes de serem adquiridas iniciaram o ano com 98 e abriram 52 lojas, apresentando um crescimento de 53,1%; (ii) em 2009 elas iniciaram o ano com 150 e abriram 71 lojas, apresentando um crescimento de 47,3%; (iii) em 2010 iniciamos o ano com 221 e abrimos 71 lojas, apresentando um crescimento de 32,1%; (iv) em 2011 iniciamos o ano com 292 e abrimos 10 lojas, apresentando um crescimento de 3,4% até 31 de março de 2011; (B) Posterior: 16 lojas em 2010, representadas pelas aberturas de 6 lojas da Rosário e 10 lojas da Guararapes, em 2011 de 5 lojas, representadas pelas abertura de 2 lojas da Rosário, 2 lojas da Guararapes e 1 loja da Mais Econômica. Vale ressaltar, todavia, que nós não tínhamos qualquer ingerência nas subsidiárias adquiridas a partir de 2010 anteriormente às respectivas datas de aquisição, sendo o crescimento do número de lojas para o ano de 2008, 2009 e grande parte de 2010 atribuíveis exclusivamente a administração de tais subsidiárias pelos respectivos Sócios Fundadores.

Segundo estudo comparativo realizado com informações disponibilizadas nos sites de nossos concorrentes, listados na BM&FBOVESPA, fomos a empresa do setor de varejo farmacêutico que mais cresceu em número de lojas no ano de 2010. Este crescimento orgânico foi custeado basicamente com capital gerado nas próprias operações e com capital de fornecedores.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de março de 2011, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$400,8 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido (composto pelos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidas as disponibilidades) representava um caixa líquido de R\$25,0 milhões. A razão entre capital de terceiros e o nosso patrimônio líquido totalizava 29,3%, refletindo a nossa opção por empregar capital próprio para efetuar as aquisições das Operações Próprias e recursos de terceiros para financiar nosso crescimento orgânico, de forma a maximizar o valor para os nossos acionistas.

Ressaltamos ainda que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o nosso patrimônio líquido totalizava R\$106,3 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido (composto pelos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidas as disponibilidades), para o referido exercício, era de R\$57,3 milhões. A razão entre capital de terceiros e o nosso patrimônio líquido totalizava 71,6%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

i – hipótese de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ação.

li – fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de março de 2011, o nosso passivo circulante era de R\$315,0 milhões, valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$367,0 milhões, incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$142,4 milhões. Também apresentamos R\$140,2 milhões em estoques nas nossas lojas e centros de distribuição. Consideramos muito importante a manutenção de um nível ótimo de capital de giro, levando-se em conta o nível de serviço oferecido a nossos clientes *vis-a-vis* o capital alocado no estoque.

Em 31 de dezembro de 2010, o nosso passivo circulante era de R\$174,6 milhões, valor superior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$125,0 milhões, incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$18,8 milhões. Também apresentamos R\$58,9 milhões em estoques nas nossas lojas e centros de distribuição. A maior parcela do passivo que assumimos é oriundo da aquisição das subsidiárias; o processo de aquisição permite que a nossa capitalização aconteça em momento subsequente a assunção da dívida. Dessa forma, fomos capitalizados no período seguinte com montante superior as dívidas assumidas.

Consideramos a nossa atual estrutura de capital adequada para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas obrigações, uma vez que o perfil da nossa dívida está alinhado à nossa geração de caixa e até a data deste formulário de referência cumprimos com todas as nossas obrigações financeiras.

Cumprimos com todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência.

Entretanto, caso tenhamos mudanças no nosso plano de crescimento, inclusive em relação ao seu financiamento ou na nossa geração de caixa, ou caso optemos por refinar as linhas atuais dentro de condições que venhamos a considerar mais atrativas, não podemos garantir a adequação de nossa estrutura de capital.

A análise de nosso fluxo de caixa e endividamento líquido da Companhia em 31/12/2010 nos permite afirmar que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá igual.

Acreditamos ainda que temos a capacidade de contratar adequadamente empréstimos para, caso seja necessário, financiar nossos investimentos e aquisições.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos, em ativos não circulantes, utilizadas

Historicamente, apesar de nossas aquisições terem sido financiadas integralmente com capital próprio oriundo, em grande parte, de investimentos realizados por nossos acionistas e geração própria de caixa, nossos outros investimentos, como, por exemplo, construção e atualização de nossos centros de distribuição ou crescimento orgânico com a abertura de novas lojas, vêm sendo também financiados com recursos de terceiros. Portanto, sempre que apropriado, obtemos empréstimos e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas necessidades financeiras. Em 31 de março de 2011, tínhamos R\$12,8 milhões de empréstimos de longo prazo e R\$104,6 milhões de empréstimos de curto prazo, totalizando R\$117,4 milhões de endividamento bruto total. Em 31 de dezembro de 2010, tínhamos R\$11,2 milhões de empréstimos de longo prazo e R\$64,9 milhões de empréstimos de curto prazo, totalizando R\$76,1 milhões de endividamento bruto total.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os investimentos de nossas Operações Próprias vêm sendo financiados com uma combinação entre a geração própria de caixa, capital primário investido no momento da nossa entrada e recursos de terceiros. Portanto, quando necessitamos, obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas obrigações.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Grande parte do nosso endividamento é composta por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras que visam a garantir recursos para nossos investimentos, cujos objetivos são basicamente a expansão da nossa rede com a abertura de novas lojas, a construção de nossos centros de distribuição, investimento em tecnologia e em logística, por meio da abertura e melhoria de centros de distribuição e capital de giro para manutenção do nosso nível de serviço junto a nossos clientes. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta empréstimos e financiamentos era de R\$117,4 milhões e R\$76,1 milhões, respectivamente.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os nossos recebíveis e avais de acionistas. A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos principais financeiros referentes aos períodos indicados:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

| Em R\$ milhões | Informações financeiras consolidadas | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|-------------------|----------------|
| | Taxa de juros efetiva | Em 31 de dezembro | Em 31 de março |
| | % ao mês | de 2010 | de 2011 |
| Empréstimo com o Banco Pine | 0,36 + CDI | 4,1 | 4,2 |
| Empréstimo com o Banco Pine | 160% x CDI | 20,2 | - |
| Empréstimo BTG Pactual | 0,25 + CDI | 2,2 | 7,9 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,3 | - | 2,5 |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,26 | - | 4,5 |
| Empréstimo Banco Brasil S/A | 1,0056 | - | 5,3 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 1,15 | 3,4 | 3,4 |
| Empréstimo Unibanco S/A | 0,0008 + TJLP | 3,4 | 3,4 |
| Mútuo - Proarte Agma Partic. | CDI + 0,35 | 8,1 | 7,6 |
| Mútuo - N. Landim | CDI | 4,2 | 4,0 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,45 | - | 6,8 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,3 | - | 6,5 |
| Empréstimo Banco Topázio S/A | 1,93 | - | 2,5 |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,05 | - | 6,6 |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,12 | - | 10,8 |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,2 | - | 4,5 |
| Empréstimo Banco do Brasil S/A | 1,31 | - | 4,5 |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,42 | - | 3,2 |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,3 | - | 4,2 |
| Empréstimo Banco Banrisul S/A | 1,4 | - | 6,0 |
| Empréstimo Banco Safra S/A | 1,30 | - | 3,0 |

A seguir apresentamos uma breve descrição de contratos relevantes celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2011.

Banco Itaú-Unibanco S.A.

Em 30 de junho de 2009, a Rosário emitiu em favor do Unibanco, cédula de crédito bancário para capital de giro no valor de R\$3,0 milhões, sendo o vencimento em 20 de junho de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incide a taxa de juros de 0,45% ao mês, acrescido de Certificado de Depósito Interbancário, ou CDI. São devedores solidários da dívida os Srs. Álvaro José da Silveira e Álvaro Silveira Junior. Ademais, como

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

garantia do crédito, há um termo de cessão fiduciária de créditos, cuja prestadora da garantia é a própria Rosário. A cédula poderá ter seu vencimento declarado antecipadamente, dentre outras hipóteses usuais, quando houver: (i) fusão, cisão, incorporação de sociedade, de ativos, de ações, ou de qualquer outro processo de reestruturação societária pela ou da Rosário ou operação societária que deteriore significativamente seu risco de nível de crédito; ou (ii) transferência do controle sem o consentimento do Unibanco. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$0,8 milhão.

Em 23 de julho de 2009, a Rosário emitiu em favor do Unibanco, cédula de crédito bancário para capital de giro no valor de R\$6,0 milhões, sendo o vencimento em 9 de julho de 2012. Sobre o valor principal do financiamento, incide a taxa de juros de 1,15% ao mês, acrescido de CDI. São devedores solidários da dívida os Srs. Álvaro José da Silveira, Álvaro Silveira Junior, Diocesmar Felipe de Faria, Assicon Participações S.A., Drogaria Nova Distrital Ltda. e Farmaclin. Ademais, como garantia do crédito, há um termo de cessão fiduciária de créditos, cujas prestadoras da garantia são Drogaria Rosário Ltda. e Drogaria Nova Distrital Ltda. A cédula poderá ter seu vencimento declarado antecipadamente, dentre outras hipóteses usuais, quando houver: (i) fusão, cisão, incorporação de sociedade, ativos de ações, ou de qualquer outro processo de reestruturação societária pela ou da Rosário ou operação societária que deteriore significativamente seu risco de nível de crédito; ou (ii) transferência do controle sem o consentimento do Unibanco. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$3,4 milhões.

Em 27 de outubro de 2009, a Rosário celebrou com o Banco Itaú-Unibanco S.A., ou Itaú-Unibanco, contrato de FINAME - BNDES, ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$6,0 milhões. O contrato é válido pelo prazo de 36 meses, sendo que o prazo de carência expirou em outubro de 2010, o valor principal do empréstimo é devido em 24 parcelas mensais, e incorrerá juros à taxa de 12,50% ao ano. O valor do financiamento é garantido por meio da vinculação de recebíveis da Rosário e garantia fidejussória dos Srs. Álvaro José da Silveira e Álvaro Silveira Junior. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$3,4 milhões.

Em 8 de abril de 2011, a Drogaria Rosário S.A., uma de nossas controladas, emitiu em favor do Banco Itaú Unibanco S.A., cédula de crédito bancário para capital de giro no valor de R\$10,0 milhões, sendo o vencimento em 8 de abril de 2014. Sobre o valor principal do crédito incide a taxa de juros de 1,24% ao mês. São devedores solidários da dívida a nossa subsidiária Drogaria Dona Terezinha S.A. e os Srs. Álvaro José da Silveira e Diocesmar Felipe de Faria, sendo que cada devedor deverá responder de forma proporcional a sua participação no capital social da Drogaria Rosário S.A. na data de emissão da cédula de crédito bancário. A referida linha de crédito foi utilizada para realizar investimentos no Grupo Rosário Distrital e tem efeito direto no nosso endividamento, porém sem afetar nossa capacidade de liquidação de nossos compromissos, uma vez que o mesmo representa somente 2,5% do nosso patrimônio líquido, em 31 de março de 2011.

Banco do Brasil S.A.

Em 22 de dezembro de 2009, a Rosário, em conjunto com Álvaro José da Silveira e Diocesmar Felipe de Faria emitiu cédula de crédito comercial em favor do Banco do Brasil S.A, ou Banco do Brasil, cujo valor do crédito, R\$10,0 milhões, foi deferido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou BNDES, (FINAME) e destina-se exclusivamente ao reforço do capital de giro da empresa emitente. O

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

pagamento do valor principal da cédula é realizado de 24 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2011 e a última em 15 de janeiro de 2013. Os juros são devidos à taxa de 0,56% ao mês, equivalentes a uma taxa anual de 6,90%, acima da TJLP. O valor da cédula é garantido por hipoteca cedular de primeiro grau e sem concorrência de terceiros, de bens imóveis de Diocesmar Felipe de Faria, Leandro Felipe Santos e Assicon Participações S.A., sociedade constituída pelos Srs. Álvaro José da Silveira, acionista de nossa controlada Rosário e sua esposa Marisa Nunes da Silveira. A cédula de crédito comercial poderá ser declarada antecipadamente vencida, dentre outras hipóteses usuais, caso os emitentes se tornem inadimplentes em demais operações mantidas junto ao Banco do Brasil, bem como em situações previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do Banco Nacional do Desenvolvimento, ou BNDES. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$8,0 milhões.

Em 14 de junho de 2010, a Rosário celebrou com o Banco do Brasil contrato abertura de crédito fixo em conta corrente no valor de até R\$5,0 milhões, sendo o pagamento da primeira prestação em 25 de julho de 2010 e pagamento da última prestação em 25 de junho de 2011. Sobre o valor principal, incide taxa de juros de 1,26% ao mês ou 16,213% ao ano. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$4,5 milhões.

Em 20 de dezembro de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Brasil uma nota de crédito comercial no valor de R\$5,0 milhões, sendo o pagamento da primeira prestação mensal em 21 de janeiro de 2011 e pagamento da última prestação em 21 de janeiro de 2012. Sobre o valor principal, incide taxa de juros de 1,2% ao mês ou 15,39% ao ano. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$4,5 milhões.

Em 25 de maio de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Brasil uma cédula de crédito comercial no valor de R\$24,0 milhões, sendo o pagamento da primeira prestação mensal em 28 de junho de 2010 e pagamento da última prestação em 28 de junho de 2011. Sobre o valor principal, incide taxa de juros de 1,05% ao mês ou 13,35% ao ano. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$6,6 milhões.

Em 11 de outubro de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Brasil uma cédula de crédito comercial no valor de R\$12,0 milhões, sendo o pagamento da primeira prestação mensal em 15 de janeiro de 2011 e pagamento da última prestação em 15 de setembro de 2012. Sobre o valor principal, incide taxa de juros de 1,12% ao mês ou 14,3% ao ano. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$10,8 milhões.

Banco PINE S.A.

Em 23 de novembro de 2010, emitimos em favor do Banco PINE S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$4,0 milhões, sendo o seu vencimento em 25 de abril de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros à taxa equivalente à 100% da variação do CDI, acrescido de 0,36% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$4,2 milhões.

Banco Safra S.A.

Em 22 de novembro de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco Safra S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$4,0 milhões, sendo o seu vencimento em 23 de maio de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,3% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$2,5 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por cessão fiduciária de recebíveis da Mais Econômica.

Em 29 de novembro de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco Safra S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$4,0 milhões, sendo o seu vencimento em 30 de maio de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,3% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$2,0 milhões. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por cessão fiduciária de recebíveis da Mais Econômica.

Em 09 de março de 2011, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco Safra S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$3,0 milhões, sendo o seu vencimento em 05 de setembro de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,44% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$3,0 milhões. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por cessão fiduciária de recebíveis da Mais Econômica.

Em 27 de maio de 2011, a Drogaria Guararapes Brasil S.A. emitiu, em favor do Banco Safra S/A uma cédula de crédito bancário no valor de R\$20,0 milhões, sendo o pagamento da primeira prestação mensal em 23 de novembro de 2011 e pagamento da última prestação em 8 de outubro de 2014. Sobre o valor principal, incide taxa de juros de 0,19%% ao mês ou 2,30% ao ano. A cédula é garantida por fiança prestada por nós, Brazil Pharma S/A e Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios.

Banco Topázio S.A.

Em 28 de fevereiro de 2011, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco Topazio S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$3,0 milhões, sendo o seu vencimento em 30 de agosto de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,93% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$2,5 milhões. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Em 24 de maio de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$4,0 milhões, sendo o seu vencimento em 24 de novembro de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,70% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$1,9 milhão. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por penhor de direitos creditórios da Mais Econômica.

Em 03 de agosto de 2010, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$5,0 milhões, sendo o seu vencimento em 03 de fevereiro de 2012. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,42% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$3,2 milhões. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por penhor de direitos creditórios da Mais Econômica.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de janeiro de 2011, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. cédula de crédito bancário no valor de R\$5,0 milhões, sendo o seu vencimento em 02 de agosto de 2011. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,30% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$4,2 milhões. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por penhor de direitos creditórios da Mais Econômica.

Em 04 de março e em 28 de março de 2011, a Mais Econômica emitiu em favor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. cédulas de crédito bancário no valor de R\$3,0 milhões cada uma, sendo seus vencimentos em 04 de setembro e em 28 de setembro de 2011, respectivamente. Sobre o valor principal do crédito, incidem juros de 1,40% ao mês. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$3,0 milhões cada uma, perfazendo o total de R\$6,0 milhões nesses dois contratos. A cédula é garantida por fiança do Sr. Wilson José Lopes, sócio da Mais Econômica, e por penhor de direitos creditórios da Mais Econômica.

Proarte Agma Participações Ltda.

Em 13 de outubro de 2009, a Rede Nordeste celebrou com a Proarte contrato de mútuo com penhor de quotas para capital de giro no valor de R\$7,0 milhões, conforme aditado em 10 de junho de 2010 e 24 de agosto de 2010, com vencimento em 13 de maio de 2011. Sobre o valor principal do empréstimo, incide taxa de juros de 0,35% ao mês, acrescido da variação mensal da taxa de CDI. Em garantia do mútuo, Selectu Participações Ltda.; PS&S Administração e Participações Ltda.; Lídio Lins Neto; JEF Administração e Participação Ltda.; e Brazil Pharma S.A., na qualidade de intervenientes-garantidores, empenharam em partes iguais, o total de 30% de suas quotas integrantes do capital social da Rede Nordeste. O contrato poderá ter seu vencimento declarado antecipadamente, dentre outras hipóteses usuais, quando (i) houver mudança ou transferência, a qualquer título, da titularidade das quotas da Rede Nordeste, dos poderes de sua administração, bem como qualquer cisão, fusão ou reorganização societária. Em 10 de março de 2011 foi firmado o Terceiro Aditamento ao contrato para fixar o valor da dívida em R\$ 8,3 milhões, bem como repactuar a forma de pagamento para 12 parcelas sucessivas, mediante a entrega de 12 cheques pré-datados, remunerada pela variação mensal de 0,90% do CDI, aplicado proporcionalmente a partir do dia 10 de março de 2011, com vencimento em 05 de agosto de 2011. O saldo acumulado da remuneração pelo CDI, devida sobre o valor do principal, será pago em uma única parcela no prazo de até dez dias da data do vencimento do contrato. Neste aditamento foi cancelado o penhor das quotas do capital social da RNF, tornando-se a Companhia garantidora dos pagamentos. O saldo em aberto em 31 de março de 2011 era de R\$7,6 milhões.

BTG Pactual Beta Participações S.A.

Em 11 de janeiro de 2011, a Brazil Pharma S.A., mutuária, celebrou com o BTG Pactual Beta Participações S.A., mutuante, contrato de mútuo no valor de R\$3,5 milhões. Pelo referido contrato, a Brazil Pharma S.A. obriga-se a pagar o mútuo, em uma única parcela, na data de 11 de janeiro de 2012, por meio de depósito bancário, sendo que sobre o valor principal do mútuo incidirá atualização monetária equivalente à variação mensal da taxa de CDI, acrescido de juros de 0,25% ao mês, computados do período entre efetivo o desembolso e o efetivo pagamento do mútuo. O prazo do contrato poderá ser prorrogado, bem como poderá

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ser quitado antecipadamente mediante aviso por escrito ao mutuante. O saldo em aberto, referente a este contrato em 31 de março de 2011 era de R\$3,6 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2011, não possuíamos registrado em nosso passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, buscamos sempre desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Cumpre ressaltar que, após 31 de março de 2011, celebramos outros contratos de longo prazo que estão descritos acima e citados no item 3.3 deste Formulário de Referência - Eventos Subseqüentes às Últimas Demonstrações Financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, principalmente com relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas a nós com relação à limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à emissão de novos valores mobiliários.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de março de 2011, possuíamos um total de R\$117,4 milhões em empréstimos e financiamentos, montante esse que representava parcela significativa das linhas de crédito disponíveis por meio de contratos dessa natureza por nós firmados, sendo que tanto nessa data como em 31 de dezembro de 2010, tínhamos utilizado todo o valor disponibilizado.

Cabe ressaltar que possuímos operações comerciais e um relacionamento bastante próximo com instituições financeiras de primeira linha, o que nos permite ter acesso a linhas de créditos adicionais não contratadas, na hipótese de haver necessidade, desde que não excedam as limitações estabelecidas em contratos anteriormente firmados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Referidas demonstrações financeiras foram auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e o Relatório dos Auditores Independentes também se encontra anexo ao Prospecto, e foi emitido sem ressalvas.

Não fizemos a comparação entre demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010, nem entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e 2011, pois passamos a ter resultados a partir de maio de 2010, quando adquirimos nossa primeira subsidiária operacional.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita bruta de vendas e serviços

Nossa receita bruta de vendas e serviços é proveniente da comercialização de (i) medicamentos de marca, (ii) medicamentos genéricos e (iii) não medicamentos, os quais incluem artigos de perfumaria, higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos, e a prestação de serviços em nossas Operações Próprias, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio e (iv) receitas oriundas de nossa Rede de Franquias, as quais não variam de acordo com o faturamento dos franqueados.

Deduções da Receita Bruta

A linha de deduções da receita bruta se divide nas seguintes:

Impostos sobre vendas e Serviços

Os impostos incidentes sobre as nossas vendas são: ICMS, PIS e COFINS.

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é um tributo estadual de valor agregado, incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização. As alíquotas variam de acordo com o produto e com o Estado da federação no qual o produto é vendido, sendo que as alíquotas praticadas em transações internas diferem das praticadas em transações interestaduais.

Em todos os Estados nos quais atuamos via Operações Próprias (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás, Alagoas, Paraíba e Pernambuco) vigora o regime de substituição tributária do ICMS para os

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

medicamentos e para grande parte dos demais produtos por nós comercializados. Para todas as nossas compras internas em cada um destes estados, o ICMS é previamente recolhido pelo fabricante ou distribuidor, conforme o Estado, e nos é repassado como parte do custo das mercadorias adquiridas.

Em função da substituição tributária, utilizamos a receita bruta como principal indicador de nossas vendas e análise de margens. A alíquota de ICMS incidente sobre nossas vendas varia preponderantemente entre 17% e 18%.

PIS e COFINS

Os produtos que comercializamos estão sujeitos a dois regimes distintos de tributação do PIS e da COFINS. O primeiro regime, ou Regime Monofásico, é aplicável a produtos farmacêuticos que têm o PIS e a COFINS recolhidos apenas pelos fabricantes à alíquota de 12,5% no total, dependendo do produto, sendo que uma parcela significativa destes são isentos de PIS e COFINS e classificados como Lista Positiva, enquanto os demais são classificados como Lista Negativa; o segundo regime, ou Regime não Cumulativo, é aplicável aos demais produtos que não sejam farmacêuticos, e estão no regime de crédito nas entradas e débitos nas saídas, às alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS. No caso dos produtos que, assim como os medicamentos, possuem preços controlados pelo governo, eles são conhecidos como Lista Neutra.

Devoluções sobre vendas e serviços

Os montantes relativos a devoluções de vendas efetuadas para os nossos clientes são deduzidos de nossa receita bruta.

Receita líquida de vendas e serviços

Nossa receita líquida de vendas consiste basicamente na nossa receita bruta de vendas e serviços deduzidos os impostos sobre vendas e serviços e devoluções sobre vendas e serviços.

Custo das vendas

O custo das vendas e dos serviços prestados é apurado com base no custo médio de aquisição, registrado na data da realização da venda. Além disso, contabilizamos nessa linha as receitas obtidas junto a fornecedores para desenvolvimento de ações promocionais do tipo: comercialização de pontos adicionais para exposição de produtos nas lojas, espaços no caixa e displays de balcão de medicamentos, líquidas de tributos.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas ocorrem nas lojas de nossas Operações Próprias e incluem taxas das administradoras de cartões, aluguel de lojas, despesas com funcionário de lojas, despesas de propaganda e marketing, energia, manutenção, logística e segurança.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são aquelas que estão associadas ao suporte das atividades operacionais e *BackOffice* da Companhia como compras, recursos humanos, contabilidade, administração financeira, custos de reestruturação e custos de diligência contábil e legal.

Provisão para redução ao valor de recuperação

Refere-se ao ajuste (baixa) de ativos sem expectativa de recuperação no teste do *impairment*.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

As outras receitas operacionais são líquidas de outras despesas operacionais e referem-se a receitas provenientes de recuperação de despesas, deságio em aquisições, receitas da publicação de oferta na mídia e outras receitas que não são provenientes da atividade principal da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Os juros sobre aplicações financeiras e os encargos sobre financiamentos e empréstimos são respectivamente as principais receitas e despesas financeiras da nossa Companhia, respectivamente. Adicionalmente compõem a receita financeira os descontos obtidos por fornecedores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Fazemos o recolhimento do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido ajustado a uma alíquota de 34% do resultado tributável da Companhia, sendo 15%, acrescido do adicional de 10%, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre nosso lucro tributável.

Os impostos diferidos são contabilizados quando a Companhia reconhece uma receita e sua tributação só será paga em períodos futuros, ou seja, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (Em milhões de reais) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 | |
|---|--|---------------|
| | | A.V. (%) |
| Receita bruta de vendas | 175,4 | 100,0% |
| Deduções da receita bruta | (13,9) | -7,9% |
| Receita líquida de vendas | 161,5 | 92,1% |
| Custo das vendas | (125,0) | -71,2% |
| Lucro bruto | 36,6 | 20,9% |
| (Despesas) receitas operacionais | | |
| Despesa com vendas | (33,4) | -19,0% |
| Despesas gerais e administrativas | (22,2) | -12,6% |
| Despesa com depreciação e amortização | (5,8) | -3,3% |
| Provisão para redução ao valor de recuperação | (2,2) | -1,3% |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 3,8 | 2,2% |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | (23,1) | -13,2% |
| Resultado financeiro | | |
| Receitas financeiras | 2,0 | 1,2% |
| Despesas financeiras | (3,7) | -2,1% |
| Participação de funcionários e administradores | (2,6) | -1,5% |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | 27,3 | -15,6% |
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Corrente | (1,8) | -1,0% |
| Diferido | 2,1 | 1,2% |
| Prejuízo líquido do exercício antes da participação de não controladores | (27,0) | -15,4% |
| Atribuíveis aos: | | |
| Acionistas não controladores | 3,7 | 2,1% |
| Prejuízo do Exercício | (23,3) | -13,3% |

Fomos constituídos em dezembro de 2009, e não tivemos resultados em 2009. Os nossos resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram decorrentes das aquisições ocorridas durante 2010 e do crescimento orgânico de nossas subsidiárias após as suas aquisições. Portanto, os resultados de 2010 não são comparáveis a 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas receitas incluem as receitas de nossas Operações Próprias no período que as elas efetivamente já haviam sido adquiridas, conforme o quadro abaixo:

| Descrição | 2010 | |
|---------------------------------|---------|--------------------------------|
| | Período | Receita Bruta (Em R\$ milhões) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 7 meses | 17,7 |
| Drogaria Rosário S.A. | 4 meses | 132,7 |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | 3 meses | 22,1 |
| Farmais Franchising S.A. | 1 mês | 2,9 |
| Total | | 175,4 |

Desta forma, possuímos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 uma margem bruta de 20,9% proveniente das vendas de nossas Operações Próprias e despesas de vendas que representam 19,0% de nossa receita bruta para o mesmo período, que acreditamos deverá ser diluída com a maturação de nossas lojas, dado que em 31 de dezembro de 2010 tínhamos 65% de nossas lojas em processo de maturação. Tais operações refletiram o resultado operacional de nossas lojas no período supracitado. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas gerais e administrativas representaram 12,6% da nossa receita bruta para o período, percentual superior à média do setor, resultante da não diluição das nossas despesas incorridas pela *holding* ao longo do ano. Acreditamos que estas despesas deverão ser diluídas com o reconhecimento da receita de nossas investidas pelo mesmo período das despesas e com a otimização das nossas operações administrativas.

Receita bruta de vendas

Nossa receita bruta de vendas de mercadorias e serviços totalizou no exercício social encerrado em 2010 R\$175,4 milhões. Essa receita é decorrente das revendas de medicamentos nas lojas de nossas Operações Próprias no montante de R\$172,5 milhões, e das receitas consolidadas de nossa operação de Rede de Franquias, no montante de R\$ 2,9 milhões.

Tivemos um forte crescimento orgânico no exercício de 2010, com a abertura de 39 lojas, em função da capitalização que fizemos em nossas Operações Próprias. Deste total, 13 lojas na Rosário e 26 lojas na Guararapes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta:

| | 31 de dezembro de 2010 | | |
|--------------------------|------------------------|----------------|---------------------|
| | R\$ milhões | Participação % | % Medicamentos |
| Medicamentos | | | Medicamentos |
| Medicamentos de Marca | 96,2 | 54,9% | Referência |
| Medicamentos Genéricos | 27,1 | 15,5% | Genéricos |
| Não medicamentos | 49,2 | 28,1% | 100,0% |
| Rede de Franquias | 2,9 | 1,6% | |
| Total | 175,4 | 100,0% | |

Nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços em 2010 resultou da aquisição da (i) participação de 88,13% na Rede Nordeste de Farmácias S.A em maio de 2010, que contribuiu R\$17,7 milhões para nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços por um período de sete meses, (ii) participação de 43,66% na Rosário em agosto de 2010, que contribuiu R\$132,7 milhões para nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços por um período de quatro meses, (iii) participação de 66,78% na Guararapes em setembro de 2010, que contribuiu R\$22,1 milhões para nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços por um período de três meses, e (iv) participação de 100,0% na Farmais Franchising S.A., que contribuiu R\$2,9 milhões para nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços por um período de um mês.

Em 2010, R\$123,3 milhões das nossas vendas corresponderam a medicamentos e R\$52,1 milhões a não medicamentos. Além disso, tivemos uma participação significativa de genéricos em nosso mix de produtos, que representou 22,0% da nossa venda de medicamentos no ano de 2010, em função do nosso posicionamento em regiões de menor poder aquisitivo. A venda de medicamentos genéricos é promovida pelo constante treinamento de nossos funcionários, a fim de dar acessibilidade a nossos clientes e reduzir o seu custo com medicamentos. A venda de não medicamentos representou 28,1% do total de nossa receita bruta, devido à menor competição dos grandes hipermercados nas regiões onde atuamos, pois nestas regiões as farmácias representam um importante canal de distribuição de higiene pessoal e beleza. Nosso mix de produtos e políticas de preço são customizados para atender a clientes de diferentes perfis de renda, conforme cada região geográfica em que atuamos.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta foram de R\$13,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando 7,9% da nossa receita bruta. As devoluções sobre vendas e serviços foram de R\$1,9 milhão. Como percentual da receita bruta de vendas e serviços, as devoluções sobre vendas e serviços foram de 1,1%.

Receita Líquida de Vendas

Pelos motivos expostos acima, nossa receita líquida de vendas totalizou R\$161,5 milhões, ou 92,1% de nossa receita bruta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das vendas

O custo das vendas foi de R\$125,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando 71,2% da nossa receita bruta. Atualmente, nossas Operações Próprias efetuam suas compras de forma individual, sem usufruir de ganho de escala para melhorar nossas condições comerciais juntos a nossos fornecedores e parceiros. Adicionalmente, nossos custos foram onerados no montante R\$12,1 milhões, representando 6,9% da nossa receita bruta para o período, referentes a ajuste sobre o lucro não realizado na aquisição da Rosário.

Lucro Bruto

Pelos motivos expostos acima, o nosso lucro bruto totalizou R\$36,6 milhões, representando 20,9% da nossa receita bruta.

Receitas (despesas) operacionais

Vendas

As despesas de vendas totalizaram R\$33,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando 19,0% da nossa receita bruta. Além das aquisições mencionadas acima, expandimos o número de lojas no exercício, com a abertura de 39 novas lojas. Tal expansão onera nossas despesas de vendas, uma vez que incorremos em todas as despesas de vendas de lojas maduras, mas que ainda estão em processo de maturação e por conseqüência não trazem a receita equivalente a lojas maduras. Do total de 145 lojas que possuíamos no encerramento do exercício, 65% estavam em processo de maturação.

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 2010 foram de R\$22,2 milhões, representando 12,6% da nossa receita bruta. Essas despesas decorrem das despesas de nossa estrutura central de cada Operação Própria e do nosso escritório central. Estas últimas estão representadas principalmente pela remuneração e salários de pessoal administrativo e financeiro, e totalizaram o montante de R\$7,2 milhões.

No exercício de 2010, incorremos em um total de R\$3,2 milhões de despesas com serviços de advogados, consultores e auditores incorridos nas diligências das empresas que analisamos uma possível oportunidade de compra. Independentemente da oportunidade ter se convertido em uma aquisição, todas as despesas de diligências foram contabilizadas no resultado do exercício, sob a rubrica de despesas gerais e administrativas. Estas despesas são necessárias para o nosso crescimento e ao processo de integração de nossas operações. Tais despesas são características de empresas que estão iniciando suas operações. Devido à nossa estratégia de continuar a adquirir outras redes de drogarias os custos de fusões e aquisições poderão se repetir nos próximos exercícios sociais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$5,8 milhões, representando 3,3% da nossa receita bruta. Tais despesas são justificadas principalmente (i) pela amortização de pontos comerciais em nossa controlada Rede Nordeste de Farmácias, que totalizou R\$3,4 milhões; (ii) depreciação de nossas máquinas e equipamentos, apresentados basicamente por instalação de nossas lojas; e (iii) investimento na adequação do *layout* de nossas lojas.

Provisão para redução ao valor de recuperação

A provisão para redução ao valor de recuperação totalizou R\$2,2 milhões, representando 1,3% da nossa receita bruta. Esse valor refere-se a baixa de ativo sem expectativa de recuperação na Farmais, decorrente de uma reestruturação que gerou o fechamento da atividade de convênios e de uma loja aberta num projeto de expansão não continuado.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas totalizaram R\$3,8 milhões, representando 2,2% da nossa receita bruta. Esse total é proveniente basicamente de receitas da publicação de oferta na mídia no valor de R\$3,6 milhões por nossa controlada Rosário.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Pelos motivos expostos acima, apresentamos um prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$23,1 milhões, representando 13,2% da nossa receita bruta.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando 2,1% de nossa receita bruta. Esse valor reflete os juros de nossos empréstimos, que totalizavam R\$76,1 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$2,0 milhões, representando 1,2% da receita bruta e são decorrentes, principalmente de receita de R\$1,5 milhão com aplicações financeiras em instituições de primeira linha, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$14,2 milhões, e descontos obtidos junto a nossos fornecedores, no montante de R\$0,3 milhão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Participação de funcionários e administradores

A participação de funcionários e administradores no exercício social encerrado em 2010 foi de R\$2,6 milhões, representando 1,5% da receita bruta do período, em função da performance e resultados obtidos no ano.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Pelos motivos acima expostos, nosso prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$27,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando 15,6% da nossa receita bruta.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$0,3 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo uma despesa corrente de R\$1,8 milhão e um crédito diferido de R\$2,1 milhões, representando 1,2% da nossa receita bruta.

Lucro (prejuízo) antes da participação de não controladores

O prejuízo antes da participação de acionistas não controladores, pelos motivos acima expostos totalizou R\$27,0 milhões, o que representa 15,4% da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Acionistas não controladores

O saldo de acionistas não controladores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 era de R\$3,7 milhões positivo, em virtude de prejuízos nas nossas subsidiárias.

Prejuízo líquido do exercício

Pelos motivos acima expostos a Companhia apurou um prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$23,3 milhões, representando 13,3% da receita bruta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Período de três meses findo em 31 de março de 2011**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado do período de três meses findo em 31 de março de 2011.

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (Em milhões de reais) | Período de três meses findo em 31 de março de 2011 | A.V. (%) |
|--|---|-----------------|
| Receita bruta de venda de mercadorias e serviços | 173,3 | 100,0% |
| Deduções da receita bruta | (12,5) | -7,2% |
| Receita líquida de vendas | 160,8 | 92,8% |
| | | |
| Custo das vendas | (105,8) | -61,1% |
| | | |
| Lucro bruto | 55,0 | 31,7% |
| | | |
| (Despesas) receitas operacionais | | |
| Despesa com vendas | (34,6) | -20,0% |
| Despesas gerais e administrativas | (14,8) | -8,5% |
| Despesa com depreciação e amortização | (4,5) | -2,6% |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 2,2 | 1,3% |
| | | |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 3,3 | 1,9% |
| | | |
| Resultado financeiro | | |
| Receitas financeiras | 7,2 | 4,1% |
| Despesas financeiras | (9,3) | -5,4% |
| | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 1,2 | 0,7% |
| | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Corrente | (0,7) | -0,4% |
| Diferido | (2,2) | -1,2% |
| | | |
| Prejuízo líquido do exercício antes da participação de não controladores | (1,7) | -1,0% |
| | | |
| Atribuíveis aos: | | |
| Acionistas não controladores | (0,4) | -0,2% |
| | | |
| Prejuízo Líquido do Período | (2,1) | -1,2% |

Fomos constituídos em dezembro de 2009, e não tivemos resultados em 2009 e no período de três meses findo em 31 de março de 2010. Os nossos resultados no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, foram decorrentes da aquisições ocorridas durante 2010, da aquisição da Mais Econômica em março de 2011 e do crescimento orgânico de nossas subsidiárias após as suas aquisições. Portanto, os resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2011 não são comparáveis ao período de três meses findo em 31 de março de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, nosso resultado incluiu as receitas de nossas Operações Próprias no período que as elas efetivamente já haviam sido adquiridas, conforme o quadro abaixo:

| Descrição | 2011 | |
|---------------------------------|---------|--------------------------------|
| | Período | Receita Bruta (Em R\$ milhões) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 3 meses | 12,3 |
| Drogaria Rosário S.A. | 3 meses | 99,9 |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | 3 meses | 20,1 |
| Farmais Franchising S.A. | 3 meses | 4,9 |
| Drogaria Mais Econômica S.A. | 1 mês | 36,1 |
| Total | | 173,3 |

Desta forma, registramos nos três primeiros meses de 2011 uma margem bruta de 31,7% proveniente das vendas de produtos e serviços por nossas Controladas e despesa de vendas representando 20,0% de nossa receita bruta, que acreditamos que deverá ser diluída com a maturação de nossas lojas, dado que em 31 de março de 2011 ainda tínhamos 63% de nossas lojas em maturação. Registramos despesas administrativas representando 8,5% de nossa receita bruta no período de três meses findo em 31 de março de 2011, percentual bem superior à média do setor, mas já bem inferior ao verificado no exercício de 2010, resultante da não diluição das nossas despesas administrativas da operação central ao longo do trimestre. Acreditamos que estas despesas deverão ser diluídas com o reconhecimento da receita de nossas investidas pelo mesmo período das despesas e com a otimização das nossas operações administrativas.

Receita bruta de venda de mercadorias e serviços

Nossa receita bruta de vendas de mercadorias e serviços totalizou R\$173,3 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011. Essa receita é decorrente das revendas de medicamentos nas lojas de nossas Operações Próprias no montante de R\$168,4 milhões, e das receitas consolidadas de nossa operação de Rede de Franquias, no montante de R\$4,9 milhões.

Tivemos um forte crescimento de vendas já nesses 3 primeiros meses com a abertura de 10 novas lojas, em função do processo de expansão orgânica de nossas Operações Próprias, sendo 6 lojas na Mais Econômica, 2 na Rosário e 2 na Guararapes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo descreve a segmentação de nossa receita bruta:

| Período de três meses findo em 31 de março de 2011 | | | |
|--|--------------|----------------|----------------|
| | R\$ milhões | Participação % | % Medicamentos |
| Medicamentos | | | |
| Medicamentos de Marca | 87,6 | 50,5% | 75,9% |
| Medicamentos Genéricos | 27,8 | 16,1% | 24,1% |
| Não medicamentos | 53,0 | 30,6% | |
| Rede de Franquias | 4,9 | 2,8% | |
| Total | 173,3 | 100,0% | 100,0% |

Temos uma participação significativa de medicamentos genéricos em nosso mix de vendas, que representou 24,1% de nossa receita bruta com a venda de medicamentos. Isto se deu em função da aquisição da Mais Econômica, rede de drogarias focada em clientes das classes sociais B e C, provendo acessibilidade a medicamentos a custos reduzidos. Também tivemos um incremento na receita bruta com a venda de não medicamentos, principalmente perfumaria, que representou 30,6% de nossa receita bruta de venda de mercadorias e serviços para o período. Isto também se deu em função da aquisição da Mais Econômica, a qual possui um forte foco na venda de não medicamentos. Nosso mix de produtos e políticas de preço são customizados para atender a clientes de diferentes perfis de renda, conforme cada região geográfica em que atuamos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta foram de R\$12,5 milhões, representando 7,2% da nossa receita bruta.

Receita Líquida de Vendas

Pelos motivos expostos acima, nossa receita líquida de vendas de mercadorias e serviços totalizou R\$160,8 milhões, representando 92,8% da nossa receita bruta.

Custo das vendas

O custo das vendas foi de R\$105,8 milhões representando 61,1% da receita bruta. Nossas Operações Próprias ainda efetuaram suas compras de forma individual, sem nenhum esforço de ganho de escala para melhorar nossas condições comerciais juntos a nossos fornecedores e parceiros.

Lucro Bruto

Pelos motivos expostos acima, o nosso lucro bruto totalizou R\$55,0 milhões, representando 31,7% da nossa receita bruta.

Receitas (despesas) operacionais

Vendas

As despesas de vendas totalizaram R\$34,6 milhões representando 20,0% da nossa receita bruta. Tivemos uma forte expansão de número de lojas no período, com a abertura de 10 novas lojas. Do total de 302 lojas, 63% estavam em processo de maturação.

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas do trimestre findo em março de 2011 totalizaram R\$14,8 milhões, o que corresponde a 8,5% de nossa receita bruta nesse período. Essas despesas decorrem, principalmente, de investimentos na qualificação de nossa estrutura de tecnologia e na remuneração de nosso pessoal administrativo para fazer frente ao nosso crescimento e processo de integração.

No período de três meses findo em março de 2011 incorremos em um total de R\$0,1 milhão de despesas com serviços de advogados, consultores e auditores, incorridos nas diligências das empresas que identificamos como possíveis oportunidades de compra. Independentemente da oportunidade ter se convertido em uma aquisição, todas as despesas de diligências se encontraram no resultado do período, sob a rubrica de despesas gerais e administrativas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$4,5 milhões e representaram 2,6% da nossa receita bruta.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas totalizaram no trimestre findo em março de 2011 R\$2,2 milhões, representando 1,3% da nossa receita bruta. Esse total reflete, principalmente, receitas provenientes da publicação da oferta na mídia.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Pelos motivos expostos acima, revertemos o resultado negativo de 2010 e registramos um lucro operacional de R\$3,3 milhões, representando 1,9% da nossa receita bruta.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$9,3 milhões no trimestre findo em março de 2011, representando 5,4% de nossa receita bruta. Esse valor reflete principalmente os juros e encargos de empréstimos de nossas Operações Próprias com instituições financeiras, os quais totalizaram, respectivamente, R\$2,7 milhões e R\$6,1 milhões em descontos concedidos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no trimestre findo em 31 de março de 2011 foram de R\$7,2 milhões, representando 4,1% da nossa receita bruta e são decorrentes, principalmente, da receita com aplicações financeiras, totalizando R\$0,7 milhão e descontos obtidos de fornecedores, no montante de R\$6,2 milhões.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social fechou no trimestre findo em março de 2011 em R\$1,2 milhão, representando 0,7% da receita bruta.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$2,9 milhões no trimestre findo em março de 2011, representando 1,6% da receita bruta, sendo uma despesa corrente de R\$0,7 milhão e R\$2,2 milhões de despesa de imposto de renda diferido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro (prejuízo) antes da participação de funcionários e administradores

O prejuízo antes da participação de funcionários e administradores, pelos motivos acima expostos totalizou R\$1,7 milhão, o que representa 1,0% da receita bruta do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Participação de funcionários e administradores

Não houve saldo nesta rubrica no trimestre.

Lucro (prejuízo) antes da participação de não controladores

O prejuízo antes da participação de acionistas não controladores, pelos motivos acima expostos, totalizou R\$1,7 milhão, o que representa 1,0% da receita bruta do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Acionistas não controladores

A despesa de participação de acionistas não controladores no trimestre findo em 31 de março de 2011 era de R\$0,4 milhão negativo e demonstra o quanto representa em termos contábeis a participação de nossos sócios na demonstração de resultados das nossas subsidiárias.

Prejuízo do período

Pelos motivos acima expostos a Companhia apurou um prejuízo no trimestre findo em 31 de março de 2011 de R\$2,1 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Fomos constituídos em dezembro de 2009, e em 31 de dezembro de 2009 possuíamos: um ativo circulante e total do ativo de R\$1 mil e capital social e patrimônio líquido de R\$1 mil. O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 reflete as variações em relação a 31 de dezembro de 2009 decorrentes das aquisições ocorridas durante 2010 e do crescimento orgânico de nossas subsidiárias após as suas aquisições.

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de março de 2011 comparadas a 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

| BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Em milhões de Reais) | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| | Em 31 de dezembro de 2010 | Em 31 de março de 2011 |
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 18,8 | 142,4 |
| Contas a receber | 33,2 | 53,1 |
| Fundo de Publicidade administrado | 1,4 | 1,7 |
| Estoques | 58,9 | 140,2 |
| Adiantamento a fornecedores | 5,9 | 16,1 |
| Créditos tributários e previdenciários | 4,9 | 3,9 |
| Despesas pagas antecipadamente | 0,1 | 1,5 |
| Outros créditos | 1,8 | 8,1 |
| Impostos diferidos - CP | - | 0,2 |
| | 125,0 | 367,2 |
| Não circulante | | |
| Impostos diferidos | 5,5 | 61,9 |
| Outros ativos | 1,1 | 2,0 |
| | 6,6 | 63,9 |
| Permanente | | |
| Imobilizado | 19,7 | 38,8 |
| Intangível | 143,0 | 333,2 |
| | 162,6 | 372,0 |
| Total do Ativo | 294,2 | 803,1 |

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

| BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Em milhões de Reais) | Em 31 de dezembro de 2010 | Em 31 de março de 2011 |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| Passivo e patrimônio líquido | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 58,6 | 112,7 |
| Fundo de publicidade administrado | 1,6 | 1,8 |
| Imposto de renda e contribuição social | 1,2 | 3,5 |
| Outros impostos e contribuições | 3,8 | 10,7 |
| Empréstimos e financiamentos | 64,9 | 104,6 |
| Obrigações com pessoal e encargos sociais | 10,4 | 24,6 |
| Provisão para demandas judiciais | 0,8 | 0,4 |
| Demais contas a pagar | 15,2 | 53,8 |
| Contas a pagar por aquisição de investimento | 18,0 | 2,9 |
| | 174,6 | 315,0 |
| Não circulante | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11,2 | 12,8 |
| Provisão para demandas judiciais | 1,6 | 1,5 |
| Demais contas a pagar | 0,6 | 73,0 |
| | 13,4 | 87,2 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 74,0 | 361,1 |
| Capital social a integralizar | - | (49,3) |
| Reserva de Capital | - | 58,5 |
| Prejuízos acumulados | (24,7) | (26,8) |
| Participação de não controladores | 57,0 | 57,4 |
| Total do patrimônio líquido | 106,3 | 400,8 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 294,2 | 803,1 |

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou em R\$242,0 milhões, passando de R\$125,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 367,2 milhões em 31 de março de 2011. O ativo circulante representava 42,5% do total do ativo em 31 de dezembro de 2010 e 45,7% em 31 de março de 2011. Tal aumento ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo:

- (i) Aumento de R\$123,6 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$18,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$142,4 milhões em 31 de março de 2011, devido à capitalização de nossos acionistas no montante de R\$287,1 milhões, dos quais R\$49,3 milhões foram integralizados em 05 de abril de 2011. O montante de R\$170,0 milhões foi utilizado para a aquisição da Mais Econômica, que foi concluída em março de 2011, dos quais R\$120,0 milhões foram capitalizados e encontram-se aplicados. Tais recursos encontram-se aplicados em bancos de primeira linha e possuem liquidez imediata;
- (ii) aumento de R\$19,9 milhões, ou 60,1%, no saldo de contas a receber, que passou de R\$33,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$53,1 milhões em 31 de março de 2011. Tal aumento está alinhado com o crescimento da receita bruta de vendas e serviços no trimestre

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

encerrado em 31 março de 2011 em comparação com o exercício de 2010 e com o saldo de contas a receber no montante de R\$20,0 milhões com a aquisição da Mais Econômica;

- (iii) aumento de R\$0,3 milhão, ou 18,9%, no saldo da rubrica fundo de publicidade administrado, que passou de R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$1,7 milhão em 31 de março de 2011. Esse aumento ocorreu em função da arrecadação de verba de propaganda junto a nossos franqueados, de forma a desenvolver a marca Farmais;
- (iv) aumento de R\$81,3 milhões, ou 138,1%, no saldo de estoques, que passou de R\$58,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$140,2 milhões em 31 de março de 2011. Essa variação ocorreu em função do crescimento das vendas e expansão da nossa rede de lojas, organicamente, que gerou a necessidade de maiores estoques para suportar o crescimento das vendas, e em função da aquisição da Mais Econômica, cujo saldo de estoque era de R\$64,1 milhões. Adicionalmente, em 31 de março de 2011 ocorreu o reajuste anual de preço de medicamentos em 4,8%. Aproveitamos o período anterior à alta para efetuar compras a preços vantajosos em todas as nossas Operações Próprias.
- (v) aumento de R\$10,2 milhões, ou 174,7%, no saldo de adiantamento a fornecedores, que passou de R\$5,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$16,1 milhões em 31 de março de 2011. Tal aumento está alinhado com nossa estratégia de aproveitarmos o período anterior à alta para efetuarmos compras a preços vantajosos em todas as nossas Operações Próprias, adiantando recursos para nossos fornecedores.
- (vi) redução de R\$1,0 milhão, ou 20,5%, no saldo da conta créditos tributários e previdenciários, passando de R\$4,9 milhões de 31 de dezembro de 2010 para R\$3,9 milhões em 31 de março de 2011.
- (vii) Aumento de R\$6,3 milhões no saldo da rubrica conta outros créditos, que passou de R\$1,8 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$8,1 milhões em 31 de março de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

- (i) A rubrica de contas de impostos diferidos teve um aumento em 31 de março de 2011 de R\$56,4 milhões passando de R\$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$61,9 milhões. Essa variação deve-se a basicamente ao ativo fiscal diferido referente ao ágio gerado pela aquisição da Mais Econômica no montante de R\$58,5 milhões.
- (ii) A conta de outros ativos apresentou um aumento entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011, passando de R\$1,1 milhão para R\$2,0 milhões, respectivamente, em função, principalmente, do aumento de nossas atividades das operações.

Imobilizado

O imobilizado aumentou R\$19,1 milhões, ou 97,0%, passando de R\$19,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$38,8 milhões em 31 de março de 2011. Essa variação reflete a aquisição da Mais Econômica, com um saldo em imobilizado no valor de R\$15,8 milhões, o aumento de investimentos na abertura de 10 lojas novas, na abertura do centro de distribuição da Guararapes, na atualização do *layout* de lojas existentes de operações próprias e na nova frota de automóveis para dar suporte às lojas de nossa plataforma no Centro-Oeste.

Intangível

O intangível apresentou um aumento de R\$190,2 milhões, passando de R\$143,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$333,2 milhões em 31 de março de 2011. Esta elevação é justificada principalmente pela aquisição da Mais Econômica e pelos pagamentos pela aquisição de fundo de comércio para a instalação das novas lojas.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou R\$140,4 milhões, ou 80,4%, passando de R\$174,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$315,0 milhões em 31 de março de 2011. O passivo circulante variou de 39,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de março de 2011 para 59,3% em 31 de dezembro de 2010, principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de R\$54,1 milhões, ou 92,3%, no saldo da rubrica fornecedores, que passou de R\$58,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$112,7 milhões em 31 de março de 2011 em linha com o aumento de compras e expansão do estoques, com o objetivo de aproveitar os preços antes da correção anual de preços. Entretanto, como percentual do total do passivo e patrimônio líquido a conta de fornecedores reduziu de 19,9% em 31 de dezembro de 2010 para 14,0% em 31 de março de 2011. Adicionalmente, parte do aumento, no montante de R\$49,0

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões, foi em função da consolidação do balanço da Mais Econômica a partir de março de 2011;

- (ii) A conta fundo de publicidade administrado aumentou 12,3% de 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era R\$1,6 milhão e passou para R\$1,8 milhão em 31 de março de 2011. Essa variação ocorreu devido a uma maior arrecadação de fundos para investimento pela Rede de Franquias – Farmais Franchising S.A.
- (iii) O imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro era de R\$1,2 milhão e passou para R\$3,5 milhões em 31 de março de 2011, representando um aumento de R\$2,3 milhões em função da aquisição da Mais Econômica, com o montante de R\$2,2 milhões.
- (iv) Aumento de R\$6,9 milhões no saldo da rubrica outros impostos e contribuições, que passou de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$10,7 milhões em 31 de março de 2011. Esta elevação refere-se principalmente ao provisionamento de ICMS, PIS e COFINS a recolher;
- (v) Aumento de R\$39,7 milhões, ou 61,2%, no saldo da rubrica empréstimos e financiamentos, que passou de R\$64,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$104,6 milhões em 31 de março de 2011. Esta variação decorre de dívida que a Mais Econômica possuía no valor de R\$56,4 milhões. Estes empréstimos visam financiar nossas necessidades pontuais de capital de giro e abertura de novas lojas;
- (vi) Aumento de R\$14,2 milhões no saldo das obrigações com pessoal e encargos sociais, que passou de R\$10,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$24,6 milhões em 31 de março de 2011. Esta elevação é decorrente da aquisição da Mais Econômica no montante de R\$12,4 milhões e em menor parte pela contratação de novos funcionários alocados principalmente nas 10 lojas abertas e pelo correspondente provisionamento de férias, encargos e décimo terceiro salário;
- (vii) Redução de 48,5% no saldo da rubrica provisão para demandas judiciais, que equivale a uma redução de R\$0,4 milhão, passando de R\$0,8 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$0,4 milhão em 31 de março de 2011;
- (viii) Aumento de R\$38,6 milhões no saldo da rubrica demais contas a pagar, que passou de R\$15,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$53,8 milhões em 31 de março de 2011. Esta elevação refere-se principalmente ao aumento dos saldos de aluguel, telefone, energia e despesas a pagar;
- (ix) Redução de R\$15,1 milhões, ou 83,8%, no saldo de contas a pagar por aquisição de investimento, que passou de R\$18,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$2,9 milhões em 31 de março de 2011. Esta variação ocorreu em função do pagamento pela aquisição da Rosário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não circulante

O exigível a longo prazo aumentou R\$73,8 milhões passando de R\$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$87,2 milhões em 31 de março de 2011. O exigível a longo prazo representava 4,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e 10,9% em 31 de março de 2011. Tal aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) Aumento de R\$1,6 milhão, ou 13,9%, no saldo da rubrica empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$11,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$12,8 milhões em 31 de março de 2011. Este aumento é consequência de empréstimos e financiamentos consolidados após a aquisição da Mais Econômica, no montante de R\$4,3 milhões;
- (ii) Aumento de R\$72,4 milhões no saldo da demais contas a pagar, que passou de R\$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2010 para R\$73,0 milhões em 30 de março de 2011, principalmente em função de saldo a pagar decorrente da aquisição da Mais Econômica.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$294,6 milhões passando de R\$106,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$400,8 milhões em 31 de março de 2011. O patrimônio líquido representava 36,1% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de março de 2010 e 49,9% em 31 de março de 2011. Esta elevação é em grande parte reflexo da capitalização efetuada por nossos acionistas no montante de R\$287,1 milhões, dos quais R\$49,3 milhões não foram integralizados até 31 de março de 2011.

FLUXO DE CAIXA

Fomos constituídos em dezembro de 2009 e não tivemos fluxos de caixa em 2009, bem como no período de três meses encerrado em 31 de março de 2010, além do aporte de capital de nossos acionistas em dezembro de 2009 no montante de R\$1 mil. Os nossos fluxos de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram decorrentes principalmente das aquisições ocorridas durante 2010 e da operação de nossas subsidiárias após nossos investimentos.

Os nossos fluxos de caixa no período de três meses encerrado em 31 de março de 2011 foram decorrentes das aquisições ocorridas durante 2010, da aquisição da Mais Econômica em março de 2011, e da operação de nossas subsidiárias após nossos investimentos.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

| (Em R\$ milhões) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 |
|---|---|
| Das atividades Operacionais | |
| Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais: | 9,6 |
| Das atividades de Investimentos: | |
| Caixa e equivalentes de líquido aplicados nas atividades de investimentos: | (174,0) |
| Das atividade de financiamento: | |
| Caixa e equivalentes líquido provenientes das atividades de financiamentos: | <u>183,2</u> |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa: | <u>18,8</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 18,8 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | - |

A demonstração do fluxo de caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 contempla o fluxo de caixa das Operações Próprias a partir do momento em que cada empresa foi adquirida. Essas aquisições aconteceram ao longo do segundo semestre de 2010.

Nossa geração de caixa proveniente das atividades operacionais foi positiva em R\$9,6 milhões, apesar do prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores de R\$27,4 milhões, reflexo do aumento de nossas operações em 2010, a partir das aquisições ocorridas durante o ano e do crescimento orgânico de nossas subsidiárias após as suas aquisições.

O fluxo de caixa utilizado em atividades de investimento foi de R\$174,0 milhões em 2010 devido principalmente às aquisições das controladas.

O fluxo de caixa de financiamentos foi de R\$183,2 milhões, sendo originado, principalmente por R\$73,9 milhões do aumento de capital de nossos acionistas. Além disso, captamos R\$107,1 milhões de empréstimos e financiamentos financeiros e R\$18,0 milhões junto a partes relacionadas.

Dessa forma, nosso fluxo de caixa consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi positivo em R\$18,8 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa do período de três meses findo em 31 de março de 2011.

| (Em R\$ milhões) | Período de três meses findo em 31 de março de 2011 |
|---|--|
| Das atividades Operacionais | |
| Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais: | 18,8 |
| Das atividades de Investimentos: | |
| Caixa e equivalentes de líquido aplicados nas atividades de investimentos: | (178,2) |
| Das atividade de financiamento: | |
| Caixa e equivalentes líquido provenientes das atividades de financiamentos: | <u>283,0</u> |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa: | <u>123,6</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 142,4 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 18,8 |

No primeiro trimestre de 2011 nossa geração de caixa proveniente das atividades operacionais foi positiva em R\$18,7 milhões, apesar de lucro antes do imposto de renda e contribuição social e de acionistas não controladores de R\$1,2 milhões, reflexo do caixa gerado de nossas operações, por meio do crescimento de nossas subsidiárias e da aquisição da Mais Econômica em março de 2011.

O fluxo de caixa utilizado em atividades de investimento no período de três meses findo em 31 de março de 2011 foi de R\$178,2 milhões devido principalmente à aquisição da Mais Econômica. Dos valores pagos nas aquisições, R\$120,0 milhões foram aportados na Mais Econômica, o que reduziu a necessidade de captação de recursos de terceiros para investimento em abertura de novas lojas.

O fluxo de caixa de financiamentos foi de R\$283,0 milhões, sendo proveniente, principalmente, por R\$237,9 milhões originários de recursos de acionistas e R\$105,6 milhões de empréstimos e financiamentos. Amortizamos no período R\$59,6 milhões de empréstimos e financiamentos.

Dessa forma, nosso fluxo de caixa consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi positivo em R\$123,6 milhões, decorrente, em grande parte, do efeito combinado do aporte de recursos de nossos acionistas e do caixa utilizado na aquisição da Mais Econômica.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita bruta é originada da comercialização de produtos em nossas Operações Próprias e serviços prestados a nossa Rede de Franquias. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 bem como no período de três meses findo em 31 de março de 2011:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 | | |
|---|----------------|-----------------------|
| | R\$ | Participação % |
| | milhões | |
| Medicamentos | | |
| Medicamentos de Marca | 96,2 | 54,9% |
| Medicamentos Genéricos | | 15,5% |
| | 27,1 | |
| Não medicamentos | | 28,1% |
| | 49,2 | |
| Rede de Franquias | 2,9 | 1,6% |
| Total | 175,4 | 100,0% |

| Período de três meses findo em 31 de março de 2011 | | |
|---|----------------|-----------------------|
| | R\$ | Participação % |
| | milhões | |
| Medicamentos | | |
| Medicamentos de Marca | 87,5 | 50,5% |
| Medicamentos Genéricos | 27,8 | 16,1% |
| Não medicamentos | 53,1 | 30,6% |
| Rede de Franquias | 4,9 | 2,8% |
| Total | 173,3 | 100,0% |

ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Nossas receitas são oriundas da venda de produtos farmacêuticos, referência e genéricos e não medicamento, principalmente produtos de higiene pessoal e beleza. O consumo destes produtos vem crescendo em função do aumento de renda, do envelhecimento da população e do aumento de consumo de medicamentos genéricos. Estes fatores vêm afetando de maneira positiva e material os nossos resultados operacionais. Verificamos também que o vencimento de patentes de medicamentos referência nos próximos anos, juntamente com um maior conhecimento dos medicamentos genéricos pela população brasileira, deverão afetar significativamente nossa vendas de medicamentos genéricos, uma vez que nosso time é treinado para oferecer medicamentos genéricos e nossa estratégia de venda visa a reduzir o custo de nossos clientes com medicamentos.

b. *Variações das receitas atribuíveis à modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossas receitas são afetadas pelo reajuste nos preços dos medicamentos determinado pelo Governo Federal com base na inflação ajustada por fatores de produtividade e competitividade, observado o procedimento estabelecido na legislação em vigor. Em 31 de março de cada ano ocorre o reajuste anual de preços de medicamentos determinado pela CMED. Em 31 de março de 2010 e em 31 de março de 2011, o reajuste médio nos preços dos medicamentos foi de 4,6% e 4,8%, respectivamente. Adicionalmente, as nossas receitas foram igualmente afetadas pelo aumento do consumo de produtos por nós comercializados.

Para informações adicionais sobre os reajustes nos preços dos medicamentos, consultar item 7.3 (c) deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos que poderão ocorrer aos países que atuamos, como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) o nível de juros básico; (v) o nível de renda da população; e (vi) a taxa de câmbio.

| | 31 de dezembro de 2010 | 31 de março de 2011 |
|---|------------------------|---------------------|
| Crescimento do PIB (%) | 7,5% | n/d |
| Inflação (IGP-M) (%) | 11,3% | 2,4% |
| Inflação (IPCA) (%) | 5,9% | 2,4% |
| CDI ⁽¹⁾ (%) | 10,64% | 11,66% |
| TJLP ⁽²⁾ (%) | 6,0% | 6,0% |
| Taxa SELIC (%) | 10,75% | 11,67% |
| Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%) | 4,5% | 2,3% |
| Taxa de câmbio (fechamento) R\$ por US\$1,00 ⁽³⁾ | 1,6662 | 1,6287 |
| Taxa média de câmbio — R\$ por US\$1,00 ⁽⁴⁾ | 1,7593 | 1,6673 |

Fontes: IBGE, Banco Central, Fundação Getúlio Vargas e CETIP.

¹ A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).

² Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (média do período – Base Anual).

³ Fechamento da taxa de câmbio venda.

⁴ Média das taxas de câmbio Diárias do período.

O aumento da taxa de juros básico da economia no final do ano de 2010 acarretou crescimento de nossas despesas financeiras, uma vez que parte de nosso endividamento é indexado ao CDI. No que diz respeito à inflação, a aceleração dos principais indicadores como IGP-M e IPCA tem impacto direto e indireto em nossas despesas de vendas e gerais e administrativas, em especial nos itens: (i) aluguel, uma vez que os contratos são geralmente indexados ao IGP-M; e (ii) custo de pessoal, dado que os salários são reajustados anualmente através de dissídio coletivo, ajuste este que tende a acompanhar indicadores de inflação. A variação da taxa de câmbio não tem impacto significativo em nossos resultados, uma vez que a totalidade

10.2 - Resultado operacional e financeiro

de nossa receita é reconhecida em reais e não possuímos custos ou despesas significativas atreladas a moedas estrangeiras.

Os fatores descritos acima, no entanto, podem impactar os nossos resultados operacionais, positiva ou negativamente, uma vez que afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Além disso, a disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positiva ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento a curto e médio prazos.

O aumento da inflação afetaria o preço de venda de nossos produtos, inclusive por meio do reajustes dos preços de medicamento conforme determinado pela CMED. Todavia, esse aumento de receita seria parcialmente compensado pelo aumento de nossos custos das vendas, que são também determinados pela CMED. Além disso, a inflação afeta ainda nossas despesas e receitas financeiras, uma vez que nosso endividamento total e investimentos são corrigidos monetariamente por índices inflacionários tais como IPCA. Um aumento de inflação de 1%, assumindo a manutenção dos índices de concorrência e produtividade para fins de reajuste dos preços de medicamentos, aumentaria nosso custo de venda em R\$1,1 milhão nos três meses findo em 31 de março de 2011.

A variação de taxas de juro também afetaria materialmente nossos resultados. Nosso endividamento está sujeito a taxas de juros variáveis, tais como a TJLP e CDI. Um aumento de juros de 1% (inclusive em decorrência do aumento da inflação) aumentaria nossas despesas financeiras em R\$1,1 milhão nos três meses findo em 31 de março de 2011.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

- a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios sociais.

- b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante exercício social encerrado em 2010, a Companhia adquiriu participação em três grupos empresariais; a Rosário, maior rede do varejo farmacêutico do Centro-Oeste e o Grupo Guararapes, maior rede do varejo farmacêutico de Pernambuco, e adquiriu 100% da operação do Grupo Farmais, maior franquia do varejo farmacêutico do Brasil. Em consequência dessas transações, nossos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 consolidam os resultados das empresas adquiridas de acordo com a tabela abaixo:

| Descrição | 2010 |
|---------------------------------|---------|
| | Período |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 7 meses |
| Drogaria Rosário S.A. | 4 meses |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | 3 meses |
| Farmais Franchising S.A. | 1 mês |

No período de três meses findo em 31 de março de 2011, adquirimos a Mais Econômica, uma das maiores rede de drogarias do sul do país. Em consequência dessa operação, nossos resultados referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011 consolidam apenas 1 mês do resultado da Mais Econômica, conforme tabela abaixo:

| Descrição | 1T 2011 |
|---------------------------------|---------|
| | Período |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 3 meses |
| Drogaria Rosário S.A. | 3 meses |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | 3 meses |
| Farmais Franchising S.A. | 3 meses |
| Drogaria Mais Econômica S.A. | 1 mês |

Dessa forma, ao serem contabilizados os resultados das diversas empresas adquiridas para todo o ano de 2011, deverá haver diferenças relevantes nas contas de resultados da Brazil Pharma em comparação para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Entre as mudanças mais significativas estão incluídas o aumento da receita de vendas e das despesas de vendas e gerais e administrativas. No entanto, a contabilização dos resultados das diversas adquiridas para todo o ano de 2011, a princípio, não deverá representar uma alteração expressiva nas margens da empresa, em especial na Margem Bruta e na Margem de EBITDA Ajustado, apesar de algumas variações de menor escala poderem ser observadas

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

devido a particularidades regionais e a representatividade de cada subsidiária em nosso resultado consolidado, e à diluição dos custos de nosso escritório central.

Em relação às operações de *Roll Up* efetivadas, em 22 de junho de 2011, após a aprovação pelo nosso Conselho de Administração do preço da nossa oferta pública inicial de ações de nossa emissão, e conforme apurado no procedimento de coleta de intenções de investimento, ou *Bookbuilding*, as principais diferenças dizem respeito às eliminações da conta “Participação de não controladores” em nosso balanço patrimonial, sendo a que participação dos acionistas não controladores de nossas subsidiárias passa a ser contabilizada na conta de “Capital social” e “reserva de capital”; e da eliminação da conta “Resultado do período atribuível aos acionistas não controladores” em nosso demonstrativo de resultados, sendo esse resultado contabilizado integralmente em nosso “Resultado no período”, uma vez que passamos a deter 100% do capital de nossas subsidiárias.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, uma vez que não praticamos operações ou eventos não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

Até 31 de dezembro de 2009, as nossas demonstrações financeiras eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes naquela data, e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

Adotamos retroativamente, a partir de dezembro de 2009, todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e, em razão disso, as nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2011, estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e pelo CPC, e aprovadas pela CVM.

Pelo fato de não realizarmos atividades operacionais até 31 de dezembro de 2009, não houve impacto em nosso balanço de abertura.

A mesma data de transição foi aplicada as nossas controladas que se utilizaram das exceções obrigatórias e de certas isenções de aplicação retrospectiva completa, requeridas pelas normas contábeis.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Não houve novas normas ou pronunciamentos técnicos contábeis expedidos pelo CPC entre as demonstrações financeiras com data-base 31.12.2010 e as informações contábeis de 31.03.2011 que gerassem diferença de padrão contábil.

b. *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis foram afetadas principalmente pelo CPC 15, Combinação de Negócios.

Todos os ativos e passivos reconhecidos pela compradora referente à aquisição da participação nas investidas foram reconhecidos ao seu valor justo e a contrapartida ao ágio apurado em cada aquisição.

O ágio é o excesso do custo da combinação de negócio acima da participação do adquirente no valor justo dos ativos, passivos e participações minoritárias, e este não é mais amortizado estando sujeito ao teste de *impairment*.

c. *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Os pareceres dos Auditores Independentes, emitidos para os exercícios de 2010 e 2009 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2011, foram emitidos sem ressalvas e contém parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As nossas políticas contábeis críticas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, estão descritas a seguir:

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Impostos

As estimativas e premissas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas de mercado, financeiras e de negócios. Dessa forma, essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecemos provisão para causas cíveis e trabalhistas. A nossa avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. *Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las*

Os nossos Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições em nossos controles internos. Utilizamos uma prática de dupla checagem dos números, que é feito tanto pela contabilidade, quanto pela controladoria.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados.

Na avaliação da Administração nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não aplicável, uma vez que até a data deste Formulário de Referência não havíamos realizado qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável, uma vez que até a data deste Formulário de Referência não havíamos realizado qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que até a data deste Formulário de Referência não havíamos realizado qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada; e
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não detemos outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. Natureza e o propósito da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não detemos itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nosso programa de investimentos para 2011 inclui aproximadamente R\$35,0 milhões a serem investidos na abertura de lojas, atualização de sistemas e na melhoria contínua de nossa estrutura logística. Nosso plano de expansão prevê a abertura de 75 lojas até o final de 2011, das quais 10 já foram abertas no primeiro trimestre de 2011, além de outros pontos comerciais com os quais já temos contratos assinados, apesar de ainda não terem sido abertos. Além disso, continuaremos buscando novas oportunidades de aquisições ao longo de 2011, focando inicialmente na aceleração do crescimento de nossas Operações Próprias, bem como na aquisição de redes que possam atuar como novas plataformas de nossas Operações Próprias.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é um dever dos nossos Diretores.

Portanto, segundo eles, quando apropriado, contraímos empréstimos e financiamentos. O restante dos recursos necessários para os investimentos é financiado pela própria geração operacional de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão para realizá-los.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Segundo os nossos Diretores, não foram adquiridas quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Atualmente possuímos pesquisas em andamento para o desenvolvimento de produtos de marca própria, incluindo pesquisas de mercado, desenvolvimento de embalagens e criação de marca.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Já gastamos R\$431 mil em pesquisas para o desenvolvimento de produtos de marca própria.

10.10 - Plano de negócios

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,

Não aplicável, vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não adotamos como prática a divulgação de nossas projeções ao mercado.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não temos como prática a divulgação de projeções sobre a evolução de nossos indicadores.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, e nosso Estatuto Social.

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada que deliberará por maioria absoluta de votos dos seus membros e será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, todos acionistas, residentes no país ou no exterior, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. No mínimo 20,0% dos nossos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Além de outras matérias previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos nossos negócios, incluindo a determinação das metas e estratégias de negócios a serem atingidas pela Companhia, zelando por sua boa execução; b) eleger e destituir os nossos diretores e fixar-lhes as funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os nossos livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; d) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral ordinária ou, quando julgar conveniente, a extraordinária; e) aprovar a contratação e destituição do auditor independente, sendo que a empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração, podendo o Conselho de Administração pedir esclarecimentos sempre que entender necessário; f) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; g) aprovar os nossos plano anual de negócios e o orçamento, eventuais projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar sua execução; h) apreciar os resultados trimestrais das nossas operações; i) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; j) aprovar qualquer aquisição, alienação ou desinvestimento de ativos relevantes, inclusive qualquer participação em outra pessoa jurídica, não contempladas no plano anual ou no nosso orçamento ou de suas controladas, cujo valor da operação seja superior a R\$10 milhões; k) aprovar a prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros; l) aprovar a negociação, cessão, transferência ou alienação de quaisquer intangíveis; m) aprovar a constituição de ônus de qualquer natureza, real ou pessoal, sobre os nossos ativos fixos superior a R\$10,0 milhões, exceto no caso de penhora judicial, arresto ou sequestro judicial; n) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com nossas ações e nossas controladas; o) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os nossos acionistas, diretores ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, nós ou nossas controladas; p) aprovar a contratação de obrigações financeiras não contempladas no plano anual ou no nosso orçamento ou de nossas controladas e cujo valor seja superior a R\$3 milhões; q) autorizar a emissão de nossas ações, nos limites autorizados no Artigo 6º do nosso Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; r) deliberar sobre o estabelecimento de plano para aquisição, por nós, de ações de nossa própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de nossa emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembleia Geral; t) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers* e bônus de subscrição; u) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e/ou saída do Novo Mercado; v) requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial por nós; w) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira que nos envolva direta ou indiretamente ou nossas Controladas; x) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores e empregados; y) deliberar sobre emissão de nossas ações ou de quaisquer valores mobiliários, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações quando a competência para tal deliberação puder ser transferida para o nosso Conselho de Administração nos termos da lei; z) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; e aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os nossos interesses; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Diretoria

Nossa Diretoria é o órgão de deliberação colegiada que deliberará por maioria absoluta de votos dos seus membros e será composto por, no mínimo, dois e, no máximo, cinco membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição e a cumulação de cargos.

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, que também poderão ser realizados por procurador devidamente constituído, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social. Nossa Diretoria deve ser composta por, no mínimo dois e, no máximo cinco membros.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

É, ainda, atribuição da nossa Diretoria: a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; b) nos representar, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral; c) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de nossas filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em qualquer parte do país; d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; e) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os nossos planos de negócios, operacionais e de investimento, bem como orçamento anual; f) elaborar o nosso plano de organização e emitir as normas correspondentes; g) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como sobre divergências entre seus membros; e h) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o nosso balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado e de nossas controladas.

Observadas as disposições contidas no Estatuto Social, a nossa representação em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete aos Diretores, agindo em conjunto de dois entre si, ou aos procuradores por eles nomeados, agindo nos termos dos poderes então conferidos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão societário com caráter não permanente, sendo instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as nossas demonstrações financeiras.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente e não está instalado.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Na data deste Formulário de Referência não possuíamos mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente: coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as nossas atividades.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos nossos negócios, bem como incumbir-se do nosso relacionamento com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro: executar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação do nosso desempenho financeiro, conforme orientação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e da execução do Plano de Negócios; fornecer informações relativas ao nosso desempenho periodicamente à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração; e coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o nosso relatório anual da administração, bem como a sua apresentação aos auditores externos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Compete ao Diretor de Investimentos: a gestão e acompanhamento dos ativos e investimentos das nossas empresas investidas; a elaboração de estratégias de nosso crescimento; o reconhecimento de riscos para nós; e o desenvolvimento de novos negócios.

Compete ao Diretor Jurídico: a gestão e acompanhamento jurídico-empresarial nas nossas principais operações e projetos.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Conselho de Administração: Ainda não possuímos mecanismo de avaliação individual dos membros de nosso Conselho de Administração.

Comitês: Ainda não possuímos mecanismo de avaliação individual dos membros de nossos Comitês.

Diretoria: Nosso Diretor Presidente é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração, e nossos demais Diretores são avaliados anualmente pelo nosso Diretor Presidente. As avaliações de desempenho são baseadas nos resultados financeiros dos nossos negócios (EBITDA), no alcance de metas operacionais definidas para cada uma das áreas e, também, na avaliação de competências comportamentais individuais, de acordo com o programa de participações nos resultados (PLR), implementado no exercício de 2010, conforme item 14.3.(a) deste Formulário de Referência.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e oito dias para a segunda. Em determinadas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista, a CVM poderá aumentar o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação para até 30 dias.

b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, observados os quóruns previstos no Estatuto e na legislação aplicável: a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal quando instalado; c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; d) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no nosso orçamento; e) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; f) reformar o Estatuto Social; g) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; h) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações nos envolvendo, bem como transferência de parte substancial dos nossos ativos que gere a descontinuidade de suas atividades; i) deliberar sobre emissão de ações ou de quaisquer valores mobiliários por nós, definição do respectivo preço de emissão e da quantidade de ações; j) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento, grupamento, recompra ou negociação de ações ou quaisquer valores mobiliários de nossa emissão; k) deliberar sobre a nossa recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de sua falência; l) deliberar sobre a nossa dissolução ou liquidação, ou cessação do seu estado de liquidação, bem como eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; m) distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório ou o pagamento de juros sobre capital próprio acima do contemplado nos planos anuais de negócios ou no nosso orçamento; n) deliberar o pedido de cancelamento do nosso registro de companhia aberta, bem como a adesão e saída do Novo Mercado; o) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme o previsto no Capítulo VII do nosso Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo nosso Conselho de Administração; e r) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social, inclusive no caso do Artigo 7º do nosso Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis em nossa sede, localizada na Rua Gomes de Carvalho, n.º 1629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04547-006, ou nos endereços eletrônicos www.brazilpharma.com.br; www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

A Lei das Sociedades por Ações prevê, por exemplo, que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação do capital social e a aprovação de suas contas como administrador. Desta forma, os acionistas que puderem se beneficiar de modo particular, ou em situações nas quais tiverem interesses conflitantes com o nosso, não poderão exercer seu respectivo direito de voto.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a nos transferir as vantagens que tiver auferido. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do nosso Conselho de Administração.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Adicionalmente, nosso Estatuto Social estabelece que os acionistas deverão depositar em nossa sede a referida procuração, com antecedência mínima de 48 horas, contadas da realização da respectiva Assembleia.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Não transmitimos ao vivo o vídeo e/ou áudio das nossas Assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não aplicável, uma vez que não adotamos mecanismos, além daqueles previstos em lei, destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos nossos acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No exercício de 2009 não houve publicação nos termos do artigo 294 da Lei das Sociedades por Ações, conforme deliberado pelos acionistas em AGO, realizada em 30 de abril de 2010.

As nossas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram publicadas no jornal o Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 05/05/2011. A ata da nossa AGOE foi publicada em 06/06/2011.

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, uma vez por mês, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, por convocação do Presidente ou do Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração, que deverá ser feita com antecedência de, pelo menos, cinco dias da data da reunião. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão sempre que julgadas necessárias pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por qualquer membro do nosso Conselho de Administração, mediante convocação, na forma acima descrita, feita pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por qualquer membro do Conselho de Administração, caso o Presidente não atenda em até três dias úteis o pedido de convocação.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração indicados e eleitos em observância ao disposto em Acordo de Acionistas devem comparecer às reuniões do Conselho de Administração e declarar seu voto com estrita observância a eventuais orientações de votos recebidas do bloco de acionistas que os elegeram. O voto proferido em desacordo com o estipulado no Acordo de Acionistas não será computado.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá exercer o direito de voto caso configure, supervenientemente à eleição, conflito de interesse com a nossa Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate conosco em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que contrataria com terceiros.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

| Nome | Idade | Orgão administração | Data da eleição | | Prazo do mandato |
|---|---------------------------|--|-----------------|------------|------------------|
| | | | CPF | Profissão | |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | | | | |
| Marcelo Cataldi Doubek Lopes | 37 | Pertence apenas à Diretoria | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 251.006.418-51 | Administrador de Empresas | Diretor Administrativo-Financeiro | | 06/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Cristina Caiuby Salles | 29 | Pertence apenas à Diretoria | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 220.878.378-64 | Advogada | Diretora Jurídica | | 06/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Renato de Vicq Telles da Silva Lobo | 39 | Pertence apenas à Diretoria | | 16/05/2011 | 2 anos |
| 023.587.937-10 | Administrador de Empresas | 12 - Diretor de Relações com Investidores | | 16/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Carlos Daniel Rizzo da Fonseca | 35 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 257.157.868-51 | Administrador de Empresas | 20 - Presidente do Conselho de Administração | | 06/05/2011 | Sim |
| Membro do Conselho de Remuneração. | | | | | |
| Marcelo Fedak | 29 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 221.417.858-98 | Administrador de Empresas | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | | 06/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Marcelo Kalim | 41 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 185.178.498-50 | Economista | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | | 06/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Roberto Martins de Souza | 48 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 828.893.507-97 | Engenheiro | 21 - Vice Presidente Cons. de Administração | | 06/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista | 34 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 285.286.318-93 | Empresário | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | | 06/05/2011 | Não |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| Artur Noemio Grynbaum | 42 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |
| 722.349.549-91 | Administrador de Empresas | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 06/05/2011 | Não |
| Não ocupa outros cargos. | | | | | |
| José Luiz Depieri | 49 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | | 06/05/2011 | 2 anos |

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

| Nome | Idade | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato |
|---|---------------------------|---|-----------------|-----------------------------|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | | | |
| 054.984.728-62 | Empresário | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 06/05/2011 | Não |
| Membro do Conselho de Remuneração. | | | | |
| Felipe Monteiro de Albuquerque | 27 | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração | 06/05/2011 | 2 anos |
| 047.831.464-70 | Advogado | Membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Investimentos | 06/05/2011 | Sim |
| Não ocupa outros cargos. | | | | |
| André Soares de Sá | 33 | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração | 06/05/2011 | 2 anos |
| 078.654.347-74 | Administrador de Empresas | 36 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente | 06/05/2011 | Sim |
| Membro do Conselho de Remuneração. | | | | |

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Marcelo Cataldi Doubek Lopes - 251.006.418-51

Marcelo Cataldi Doubek Lopes - Formado em Administração de Empresas com especialização em Análises de Sistemas pela Universidade Paulista. O Sr. Marcelo é nosso Diretor Administrativo-Financeiro desde novembro de 2009. Anteriormente, trabalhou por seis anos como diretor financeiro da Tudo em Acrílico Ltda., indústria transformadora de materiais plásticos. Trabalhou na consultoria Arthur Andersen, onde desenvolveu sua carreira atuando em áreas de consultoria, auditoria, planejamento financeiro e controladoria. Ademais, o Sr. Marcelo atuou como controller da Marbo Logística Endergoes Empresariais, divisão de logística do Martins Comércio e Serviço de Distribuição (Grupo Martins), sendo responsável pela reestruturação das áreas administrativa e financeira. Além disso, o Sr. Marcelo é diretor da Farmais Franchising S.A., Brazil Pharma Produtos S.A., Farmais Administradora de Convênios Ltda., Drogaria Amarilis S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Guararapes Brasil Atacado S.A., e conselheiro da Drogaria Rosário S.A. e da Rede Nordeste de Farmácias S.A.

O Sr. Marcelo não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Cristina Caiuby Salles - 220.878.378-64

Cristina Caiuby Salles - Formada em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, e pós-graduada em Contratos Corporativos pelo Centro de Extensão Universitária, Sra. Cristina é nossa Diretora Jurídica. Anteriormente, trabalhou como advogada associada no escritório Machado Meyer Sendacz e Opice, onde atuou na área de mercado de capitais e foi responsável por assessorar clientes em diversas operações de fusão e aquisição, além de coordenar diligências legais.

Antes de atuar no Machado Meyer, a Sra. Cristina foi advogada associada no escritório Amaral Gurgel.

A Sra. Cristina não esteve sujeita aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Renato de Vicq Telles da Silva Lobo - 023.587.937-10

Renato de Vicq Telles da Silva Lobo - Formado em Administração de Empresas pela PUC-RJ.

O Sr. Renato Lobo, antes de se tornar nosso Diretor de Relações com Investidores, atuou, desde 2009, no BTG Pactual de Nova Iorque na área de Equity Research Sales, com foco em investimentos na América Latina por investidores americanos, sendo responsável por mais de 50 operações com investidores americanos, atuando em IPOs, follow-on offering, orientações para investimentos estratégicos, entre outras funções. Antes de assumir essa função, o Sr. Renato foi vice-presidente sênior e chefe da área de Equity Research Sales no Itaú BBA Securities, Inc., em Nova Iorque, subsidiária do Banco Itaú BBA S.A., de 2005 a 2009. Atuou como vice-presidente Equity Research Sales e foi responsável por mais de 150 operações de investimentos no Brasil e Argentina no Itaú BBA Corretora, de 2003 a 2009. Na área de Equity Sales & Trade trabalhou no BBA CTVM, subsidiária do Banco BBA Creditanstalt S.A., de 1999 a 2003, na Icatu Securities Inc., subsidiária do Banco Icatu S.A., de 1998 a 1999 e no Unibanco CTVM, subsidiária do Unibanco S.A., de 1997 a 1998. Atuou também na área de Suporte Internacional no Banco Icatu S.A., de 1995 a 1997. O Sr. Renato não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Carlos Daniel Rizzo da Fonseca - 257.157.868-51

Carlos Daniel Rizzo da Fonseca - Formado em Administração de Empresas pela PUC-SP.

O Sr. Carlos Fonseca é um dos sócios fundadores do BTG Pactual e Membro do Comitê Executivo do Grupo BTG Pactual em private equity, infraestrutura e mercado imobiliário. Antes de assumir esta função, o Sr. Carlos Fonseca foi head de fusões e aquisições para a divisão de Investment Banking do UBS Pactual entre 2006 a 2008. O Sr. Carlos Fonseca começou no Banco Pactual em 2005, trabalhando na divisão de Investment Banking, com foco em fusões e aquisições. Antes de ingressar no Banco Pactual, foi sócio no Banco Fator na divisão de fusões e aquisições desde 1997. Atualmente, além de ser Presidente do nosso Conselho de Administração, é membro do conselho de administração da Derivados do Brasil S.A., do Banco BTG Pactual S.A., da Multiplus S.A., da Rede D'Or, do Hospital Maternidade São Luiz S.A., da Panpharma Participações S.A., da MMC Automotores do Brasil S.A. (Mitsubishi) e da Suzuki do Brasil S.A. e membro do Comitê Executivo da TAM S.A.. Para informações adicionais acerca dos cargos que o Sr. Carlos Fonseca ocupa em nosso grupo econômico, favor consultar item 12.12 deste Formulário de Referência.

O Sr. Carlos Fonseca não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Marcelo Fedak - 221.417.858-98

Marcelo Fedak - Formado em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas e cursou Matemática na Universidade de São Paulo.

Desde 2009 o Sr. Marcelo trabalha no grupo BTG Pactual como Principal no time de Merchant Banking, com responsabilidade nos investimentos de varejo farmacêutico, óleo & gás e mercado imobiliário. Além de ser de membro do nosso Conselho de Administração, como suplente do Sr. Carlos Daniel Rizzo da Fonseca é, também, membro do conselho de administração da Brasbunker Participações S.A. Antes de juntar-se ao BTG Pactual, foi associado do Banco Goldman Sachs e do Banco Credit Suisse, tendo concluído inúmeras operações relacionadas à assessoria financeira, fusões e aquisições e transações de mercado de capitais em diferentes indústrias. Anteriormente, trabalhou na Bain & Company, principalmente em projetos de varejo, consumo e indústria de base.

O Sr. Marcelo não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Marcelo Kalim - 185.178.498-50

Marcelo Kalim - Formado em economia pela Universidade de São Paulo e MBA em Massachusetts Institute of Technology - Sloan School of Management.

O Sr. Kalim é sócio do Banco Pactual S.A. desde setembro de 1998 e foi um dos sócios fundadores do BTG baseado em São Paulo. Iniciou sua carreira do Banco Pactual S.A. em 1996 como trader de Renda Fixa, tornando-se administrador de fundos e Co-Head do Pactual Asset Management. Os fundos do Pactual receberam diversos prêmios de desempenho durante sua gestão.

Desde 2001, o Sr. Kalim é diretor executivo e responsável pela área de gestão de recursos de terceiros da Pactual Asset Management S.A. DTVM. Foi CIO, Chief Investment Officer, no UBS Pactual de 2006 a 2008, responsabilizando-se por todas as decisões de investimento dos fundos administrados pelo UBS Pactual.

Atualmente, é CFO, Chief Financial Officer, do BTG Pactual, membro do Management Committee desta instituição, além de membro do nosso Conselho de Administração. Para informações adicionais acerca dos cargos que o Sr. Marcelo Kalim ocupa em nosso grupo econômico, favor consultar item 12.12 deste Formulário de Referência.

O Sr. Kalim não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Roberto Martins de Souza - 828.893.507-97

Roberto Martins de Souza - Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e MBA em varejo pelo COPPEAD. O Sr. Roberto também possui o diploma de Advanced Management Program pela INSEAD na França. É sócio da BTG Pactual e membro do Principal Investments Group. Antes de ingressar na BTG Pactual, o Sr. Roberto desenvolveu uma sólida carreira nas Lojas Americanas S.A., na qual ocupou diversas posições em mais de 20 anos na companhia. Seu mais recente cargo nas Lojas Americanas, ocupado entre 1999 e 2009, foi o de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. Antes disso, o Sr. Roberto foi Superintendente Financeiro por cinco anos, e previamente, Gerente Financeiro entre 1989 e 1994. Entre 2001 e 2006, foi membro do Conselho de Administração da Americanas.com, posteriormente ocupando uma cadeira no Conselho da B2W Companhia Global de Varejo S.A., entre 2006 e 2010. O Sr. Roberto também já ocupou um assento no Conselho de Administração da FAI-Financieira Americanas Itaú S.A. entre 2005 e 2010. Atualmente, além de ser Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração, é membro suplente do Conselho Fiscal da Tam S.A. Para informações adicionais acerca dos cargos que o Sr. Roberto Souza ocupa em nosso grupo econômico, favor consultar item 12.12 deste Formulário de Referência.

O Sr. Roberto não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - 285.286.318-93

Ricardo P. Dellape Baptista - Bacharel em Direito pela Universidade Paulista - Unip - São Paulo.

O Sr. Dellape Baptista é membro do nosso Conselho de Administração, como suplente do Sr. José Luiz Depieri.

É sócio diretor da Partage Empreendimentos e Participações Ltda. e membro do seu Conselho de Administração. Responsável pela área de mercado imobiliário no desenvolvimento, incorporação, construção e administração de shoppings centers, empreendimentos comerciais e residenciais. Atualmente, é membro do Conselho de Administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e da Magenta Participações S.A., empresa com atuação no mercado imobiliário e agronegócio participando dos Comitês de Marketing, Risco e Finanças do Laboratório.

O Sr. Ricardo P. Dellape Baptista não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Artur Noemio Grynbaum - 722.349.549-91

Artur Noemio Grynbaum - Formado em Administração e Economia pela Faculdade de Administração de Empresas (FAE), com Pós-Graduação em Finanças pelo IBMEC. O Sr. Grynbaum, em 1986, ingressou no grupo G&K Holding S.A., detentor da marca O Boticário, como Assistente Financeiro para, em seguida, ocupar os cargos de Assessor de Diretoria, Diretor Financeiro, Diretor Comercial, Vice-Presidente e, atualmente, Presidente da empresa. Atua como Vice-Presidente na Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, ou ABHIPEC, e também foi presidente da Associação Brasileira de Franchising, ou ABF, por dois mandatos (2005/2006 e 2007/2008).

Atualmente, além de exercer as funções acima descritas, o Sr. Grynbaum é nosso Conselheiro Independente.

O Sr. Grynbaum não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Luiz Depieri - 054.984.728-62

José Luiz Depieri - Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie MBA pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

O Sr. José é Vice-Presidente do Conselho de Administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. desde outubro de 2000 e Presidente do Conselho de Administração da Magenta Participações S.A., holding com investimentos nos setores imobiliário e agronegócio, desde abril de 2003. De 2001 a 2003 foi presidente executivo da Prodome Química e Farmacêutica Ltda. (joint-venture Aché e Merck Sharp & Dome). Ainda no Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., foi Vice-Presidente Administrativo e Financeiro a partir de 1999 e antes disso foi Diretor de TI.

Além de ser membro do nosso Conselho de Administração, atua, também, desde 1998, como Diretor de Planejamento em sua holding familiar Ventura Holdings S.A. juntamente com seus irmãos.

O Sr. José não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Felipe Monteiro de Albuquerque - 047.831.464-70

Felipe Monteiro de Albuquerque - Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda e pós-graduado em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Sr. Felipe é nosso Diretor Investimentos, além de ser membro do nosso Conselho de Administração, como suplente do Sr. Marcelo Kalim. Anteriormente, o Sr. Felipe atuou como associado do escritório Machado Meyer Sendacz e Opice, onde foi responsável por assessorar clientes em mais de 15 operações de fusão e aquisição. Antes de atuar no Machado Meyer, o Sr. Felipe era advogado no escritório Martorelli e Gouveia Advogados. Além disso, o Sr. Felipe é diretor das nossas subsidiárias Drogaria Amarilis S.A., Farmais Franchising S.A., Farmais Administradora de Convênios Ltda., Drogaria Guararapes Brasil S.A., e membro do conselho de administração da Drogaria Rosário S.A. e da Rede Nordeste de Farmácias S.A. O Sr. Felipe não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

André Soares de Sá - 078.654.347-74

André Soares de Sá - Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Sr. André é um dos sócios do BTG Pactual e nosso Diretor Presidente, desde novembro de 2009, além de ser membro suplente do nosso Conselho de Administração, como suplente do Sr. Roberto Martins de Souza. Anteriormente, o Sr. André foi o Diretor Financeiro do Grupo Los Grobo, empresa agrícola com atuação na América Latina, com operações no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Antes disso, foi o fundador da PDG Realty S.A Empreendimentos e Participações, empresa de operações imobiliárias, onde ocupou o cargo de Diretor de Private Equity. O Sr. André se juntou ao Pactual em 2002, onde foi responsável pela execução de mais de 40 operações na divisão de Private Equity. Ainda, atua como membro do conselho de administração de várias empresas a Equatorial Energia S.A. e a Ideasnet S.A. Além disso, já foi membro do conselho de administração PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações e atuou como membro do Comitê de Investimentos do Fundo Pactual Internet. Antes de ingressar no Pactual, o Sr. André trabalhou na Arthur Andersen como auditor sênior de serviços financeiros, prestando serviços de auditoria de Private Equity.

Além disso, o Sr. André é diretor da Brazil Pharma Produtos S.A., da Drogarias Farmais S.A., da Farmais Administração e Convênios Ltda., e conselheiro de Drogaria Guararapes Brasil S.A., Drogaria Rosário S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e da Rede Nordeste de Farmácias S.A..

O Sr. André não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

| Nome | Tipo comitê | Cargo ocupado | Profissão | Data eleição | Prazo mandato |
|---|--------------------------|--|---------------------------|--------------|---------------|
| CPF | Descrição outros comitês | Descrição outros cargos ocupados | Idade | Data posse | |
| Outros cargos/funções exercidas no emissor | | | | | |
| André Soares de Sá | Comitê de Remuneração | Membro do Comitê (Efetivo) | Administrador de Empresas | 22/03/2011 | 1 ano. |
| 078.654.347-74 | | É Diretor Presidente e membro suplente do Conselho de Administração. | 33 | 22/03/2011 | |
| Carlos Daniel Rizzo da Fonseca | Comitê de Remuneração | Membro do Comitê (Efetivo) | Administrador de Empresas | 22/03/2011 | 2 anos |
| 257.157.868-51 | | | 35 | 22/03/2011 | |
| Além de fazer parte do Conselho de Remuneração, o Sr. Carlos Fonseca é Presidente do nosso Conselho de Administração. | | | | | |
| José Luiz Depieri | Comitê de Remuneração | Membro do Comitê (Efetivo) | Administrador de Empresas | 22/03/2011 | 1 ano. |
| 054.984.728-62 | | | 49 | 22/03/2011 | |
| Além de fazer parte do Conselho de Remuneração, o Sr. José é membro do nosso Conselho de Administração. | | | | | |

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a nossos administradores, nossas controladas e controladores.

56 12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|-------------------------------|----------|--|----------------------------|
|-------------------------------|----------|--|----------------------------|

Exercício Social 31/12/2010

Administrador do Emissor

André Soares de Sá
Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração
Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Brazil Pharma Produtos S.A.
Diretor sem designação específica
05.074.879/0001-30

Observação

Administrador do Emissor

André Soares de Sá
Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração
Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Drogarias Farmais S.A.
Diretor sem designação específica
05.349.305/0001-27

Observação

Administrador do Emissor

André Soares de Sá
Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração
Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Farmais Administração e Convênios Ltda.
Diretor Superintendente
07.955.549/0001-89

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|--|----------------------------|
| André Soares de Sá Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração | 078.654.347-74 | Controle | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Guararapes do Brasil S.A. Membro do Conselho de Administração | 11.174.756/0001-73 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> André Soares de Sá Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração | 078.654.347-74 | Controle | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Rosário S.A. Membro do Conselho de Administração. | 00.447.821/0001-70 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> André Soares de Sá Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração | 078.654.347-74 | Controle | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Mais Econômica S.A. Membro do Conselho de Administração | 94.296.175/0001-31 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Felipe Monteiro de Albuquerque Diretor de Investimentos | 047.831.464-70 | Subordinação | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

564

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------------------------|--|----------------------------|
| Drogaria Amarilis S.A. Diretor sem designação específica <u>Observação</u> | 04.228.949/0001-02 | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Felipe Monteiro de Albuquerque Diretor de Investimentos <u>Pessoa Relacionada</u> Farmais Administradora de Convênios Ltda. Diretor Comercial <u>Observação</u> | 047.831.464-70 | Subordinação | Controlada Indireta |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Felipe Monteiro de Albuquerque Diretor de Investimentos <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Guararapes Brasil S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 047.831.464-70 11.174.756/0001-73 | Subordinação | Controlada Direta |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Felipe Monteiro de Albuquerque Diretor de Investimentos <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Rosário S.A. Membro do Conselho de Administração <u>Observação</u> | 047.831.464-70 00.447.821/0001-70 | Subordinação | Controlada Direta |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|--|----------------------------|
| Administrador do Emissor | | | |
| Felipe Monteiro de Albuquerque Diretor de Investimentos | 047.831.464-70 | Subordinação | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Farmais Franchising S.A. Diretor sem designação específica | 00.259.932/0001-53 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Farmais Franchising S.A. Diretor sem designação específica | 00.259.932/0001-53 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Brazil Pharma Produtos S.A. Diretor sem designação específica | 05.074.879/0001-30 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marcelo Cataldi Doubek Lopes | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Indireta |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|--|----------------------------|
| Diretor Administrativo | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Farmais Administradora de Convênios Ltda. Diretor administrativo | 07.955.549/0001-89 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Amarilis S.A. Diretor sem designação específica | 04.228.949/0001-02 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Drogaria Guarapes do Brasil S.A. Diretor Financeiro e Membro do Conselho de Administração | 11.174.756/0001-73 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Guarapes Brasil Atacado S.A. | 13.179.415/0001-16 | | |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| Diretor Financeiro | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Direta |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Drogaria Rosário S.A. Membro do Conselho de Administração | 00.447.821/0001-70 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Carlos Fonseca Presidente do Conselho de Administração | 257.157.868-51 | Controle | Controlada Indireta |
| Pessoa Relacionada | | | |
| BTG Pactual S.A. Sócio, gestor de Fundos e signatário de acordo de acionistas | 30.306.294/0001-45 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| André Soares de Sá Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração | 078.654.347-74 | Controle | Controlada Indireta |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. Presidente do Conselho de Administração | 11.044.747/0001-68 | | |
| <u>Observação</u> | | | |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

568

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| Administrador do Emissor | | | |
| Felipe Monteiro de Albuquerque Diretor de Investimentos | 047.831.464-70 | Subordinação | Controlada Indireta |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração | 11.044.747/0001-68 | | |
| Observação | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marcelo Cataldi Doubek Lopes Diretor Administrativo | 251.006.418-51 | Subordinação | Controlada Indireta |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. Membro do Conselho de Administração e Diretor Financeiro | 11.044.747/0001-68 | | |
| Observação | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| André Soares de Sá Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração | 078.654.347-74 | Controle | Controlada Indireta |
| Pessoa Relacionada | | | |
| BTG Pactual S.A. Sócio da área de Merchant Bank e signatário de acordo de acionistas | 30.306.294/0001-45 | | |
| Observação | | | |
| <hr/> | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| Marcelo Kalim Membro do Conselho de Administração (efetivo) | 185.178.498-50 | Controle | Controlador Indireto |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--|--|----------------------------|
| <u>Pessoa Relacionada</u> BTG Pactual S.A. Sócio fundador <u>Observação</u> | 30.306.294/0001-45 | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> Roberto Martins de Souza Vice-presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> BTG Pactual S.A. Sócio e membro do Principal Investments Group. <u>Observação</u> | 828.893.507-97 30.306.294/0001-45 | Controle | Controlador Indireto |
| <u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Fedak Membro do Conselho de Administração (suplente) <u>Pessoa Relacionada</u> BTG Pactual S.A. Principal no time de Merchant Banking. <u>Observação</u> | 221.417.858-98 30.306.294/0001-45 | Controle | Controlador Indireto |
| Exercício Social 31/12/2009 <u>Administrador do Emissor</u> André Soares de Sá Diretor Presidente; Suplente do Conselho de Administração; e pertence ao Conselho de Remuneração <u>Pessoa Relacionada</u> | 078.654.347-74 | Controle | Controlada Indireta |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|--|----------------------------|
| BTG Pactual S.A. Sócio da área de Merchant Bank e signatário de acordo de acionistas | 30.306.294/0001-45 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Marcelo Kalim Membro do Conselho de Administração (efetivo) | 185.178.498-50 | Controle | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| BTG Pactual S.A. Sócio fundador | 30.306.294/0001-45 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Roberto Martins de Souza Vice-presidente do Conselho de Administração | 828.893.507-97 | Controle | Controlador Direto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| BTG Pactual S.A. Sócio e membro do Principal Investments Group. | 30.306.294/0001-45 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| Marcelo Fedak Membro do Conselho de Administração (suplente) | 221.417.858-98 | Controle | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| BTG Pactual S.A. Principal no time de Merchant Banking. | 30.306.294/0001-45 | | |
| <u>Observação</u> | | | |

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação Cargo/Função | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|-------------------------------|----------|--|----------------------------|
| | | | |

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Possuímos seguro de responsabilidade civil contratado em benefício de nossos administradores (apólices de seguro D&O), a qual se destina a garantir os custos de defesa legal e as indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas a reclamação de terceiros relacionadas às suas atividades. Referida apólice tem vigência a partir de 26 de agosto de 2010 até 26 de agosto de 2011 e possui como valor máximo de garantia R\$20,0 milhões, mediante o pagamento de um prêmio líquido no valor de R\$63,9 mil.

12.12 - Outras informações relevantes

Cargos ocupados pelos membros de nosso Conselho de Administração em outros conselhos de administração, conselhos fiscais, comitês e órgãos executivos de outras sociedades ou entidades

Carlos Daniel Rizzo da Fonseca (presidente do nosso conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. Carlos Fonseca é diretor das seguintes empresas: BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.; BTG Pactual Alpha Participações Ltda.; BTG Pactual Beta Participações Ltda.; BTG Pactual Gama Participações Ltda.; BTG Pactual Delta Participações Ltda.; BTG Pactual JK Participações Ltda.; BTG Pactual Pharma Participações S.A.; BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.; BTG Pactual Holding Imobiliária S.A.; Max Casa XIX Empreendimentos Imobiliários S.A.; ACS Omicron Empreendimentos Imobiliários S.A.; e Saíra Diamante Empreendimentos Imobiliários S.A.

Marcelo Kalim (membro efetivo do nosso conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. Marcelo Kalim participa da administração de quase todas as sociedades do Grupo BTG Pactual, entre elas: Banco BTG Pactual S.A.; BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM; BTG Pactual Delta Participações Ltda.; BTG Pactual Alpha Participações Ltda.; BTG Pactual Beta Participações Ltda.; BTG Pactual Gama Participações Ltda.; BTG Pactual WM Gestão de Recursos; BTG Pactual Holding Internacional S.A.; BTG Pactual Pharma Participações S.A. e BTG Pactual JK Participações Ltda.

Roberto Martins de Souza (membro efetivo de nosso conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. Roberto Martins de Souza é membro do conselho de administração da BTG Pactual Sigma Participações S.A.

José Luiz Depieri (membro efetivo de nosso conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. José Luiz Depieri participa da administração da Ventura Holding S.A.; Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.; e Magenta Participações S.A.

Athur Noemio Grynbaum (membro independente do conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. Athur Noemio Grynbaum participa da administração do Grupo G&K.

Marcelo Fedak (suplente do presidente de nosso conselho de administração)

Além do cargo informado em seu currículo, Sr. Marcelo Fedak é diretor das seguintes empresas: Max Casa XIX Empreendimentos Imobiliários S.A.; Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.; ACS Omicron Empreendimentos Imobiliários S.A.; e Saíra Diamante Empreendimentos Imobiliários S.A.

André Soares de Sá (suplente do conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. André Soares de Sá é diretor das seguintes empresas: Banco BTG Pactual S.A.; PDG Realty S.A.; e Los Grobo Agro do Brasil S.A.

Ricardo P. Dellape Baptista (suplente do conselho de administração)

Além dos cargos informados em seu currículo, Sr. Ricardo P. Dellape Baptista é diretor das seguintes empresas: Partage Empreendimentos e Participações Ltda.; Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.; e Magenta Participações S.A.

12.12 - Outras informações relevantes

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa e pelo Regulamento do Novo Mercado, adotamos, entre outras, as seguintes:

- (i) capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (ii) além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da companhia; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela companhia; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Estatuto Social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (iii) manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- (iv) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag along*);

12.12 - Outras informações relevantes

- (v) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- (vi) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;
- (vii) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- (viii) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembléia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (ix) não eleição de conselheiros suplentes;
- (x) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- (xi) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e
- (xii) resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

Não há outras informações que julgemos relevantes com relação a esta Seção 12 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Entendemos que o alinhamento de interesses entre a administração, os acionistas controladores e Sócios Fundadores é fundamental para atingirmos nossas metas e objetivos, por isso oferecemos planos de opção de compra de ações e de remuneração variável com base em resultados concretos e efetivos. Buscamos atrair e reter profissionais qualificados, com o estabelecimento de metas objetivas e transparentes, bem como atualização profissional constante. Possuímos uma cultura baseada no reconhecimento do mérito individual e na remuneração variável para alinhamento de interesses entre os acionistas e os administradores.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Até a data deste Formulário de Referência, os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus a qualquer tipo de remuneração, exceto pelo nosso Conselheiro Independente que faz jus à remuneração fixa mensal.

Diretoria:

Os membros da nossa Diretoria fazem jus à remuneração fixa paga a título de salário, remuneração variável paga a título de participação nos resultados; e plano de opção de ações. Além disso, os nossos Diretores recebem benefícios diretos e indiretos, tais como: seguro de vida, assistência médica e hospitalar, assistência odontológica, auxílio refeição, auxílio alimentação e estacionamento em nosso edifício.

Conselho Fiscal:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não foi instalado.

Comitês:

Temos instalado um Conselho de Remuneração, porém, até a data deste Formulário de Referência, nenhum de seus membros faz jus a qualquer tipo de remuneração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração:

Até a data deste Formulário de Referência, os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus a qualquer tipo de remuneração, exceto pelo nosso Conselheiro Independente que faz jus apenas à remuneração fixa.

Diretoria:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Para a Diretoria, a remuneração fixa pode representar aproximadamente 20,0% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 80,0%. Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados por nós obtidos no período, dado ao componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

Conselho Fiscal:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não foi instalado.

Comitês:

Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Remuneração não fazem jus a qualquer tipo de remuneração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração fixa pagos aos nossos administradores, executivos e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. A remuneração variável é calculada com base no nosso Plano de Remuneração Variável, implementado para o exercício de 2010, baseado em resultados financeiros dos nossos negócios (EBITDA), no alcance de metas operacionais definidas para cada uma das áreas e, também, na avaliação de competências comportamentais individuais, objetivando maximizar o valor agregado de nossos administradores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com o desempenho de curto prazo e os resultados de longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Além das notas pela avaliação das competências comportamentais, o principal indicador de desempenho levado em consideração para o cálculo da remuneração variável é o EBTIDA, o qual é desdobrado em metas para cada uma das áreas, tais como: aquisição de redes de farmácias, desenvolvimento de novos produtos, implementação de indicadores de desempenho das companhias investidas, implementação de Sistema ERP, Programa de *Trainee* entre outros.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao nosso desempenho no período em questão. As metas são estabelecidas por nosso Conselho de Administração e aplicadas a todos os executivos elegíveis. Cada meta tem sua variação monitorada mensalmente em relação ao indicador estabelecido e está diretamente relacionada a nosso desempenho no período avaliado.

Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores a título de participação nos resultados ou bônus, dependem da nossa evolução e do alcance de metas individuais dos nossos administradores.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos por nós desenvolvidos, de tal maneira a alinhar os interesses destes aos nossos interesses.

Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

- (i) No curto prazo: salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;
- (ii) No médio prazo: pagamento de participação nos nossos resultados e bônus; e
- (iii) No longo prazo: outorga de opções de compra de nossas ações aos membros de nossa administração.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Apenas no período de janeiro a julho de 2010, houve o pagamento de remuneração fixa e indireta (benefícios) suportada por nosso controlador indireto Banco BTG Pactual S.A. para um dos membros da nossa diretoria estatutária.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais | | | | |
|--|---|---|-----------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | 4,75 | 4,00 | | 8,75 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 27.000,00 | 684.618,77 | | 711.618,77 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 68.531,79 | | 68.531,79 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 2.500.000,00 | | 2.500.000,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo. | O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo. | | |
| Total da remuneração | 27.000,00 | 3.253.150,56 | | 3.280.150,56 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | | 3,25 | | 3,25 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | | 365.500,00 | | 365.500,00 |
| Benefícios direto e indireto | | 41.052,91 | | 41.052,91 |
| Participações em comitês | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | | 0,00 | | 0,00 |

| | | | | |
|--|--|---|--|--------------|
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | | 1.820.500,00 | | 1.820.500,00 |
| Participação em reuniões | | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações | | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 13.16 abaixo. | | |
| Total da remuneração | | 2.227.052,91 | | 2.227.052,91 |

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2011) | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | | 4 | | 4 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | | | | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | | | | |
| Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | | | |
| Valor efetivamente reconhecido | | | | |
| Participação no resultado | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | | 0 | | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | | Sem limite | | Sem limite |
| Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | Sem limite | | Sem limite |
| Valor efetivamente reconhecido | | Sem limite | | Sem limite |

| Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2010 – Valores Anuais | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | | 3,25 | | 4 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | | | | |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | | | | |
| Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | | | |
| Valor efetivamente reconhecido | | | | |
| Participação no resultado | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | | 0 | | 0 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | | Sem limite | | Sem limite |
| Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas | | R\$1.820.500,00 | | R\$1.820.500,00 |
| Valor efetivamente reconhecido | | R\$1.820.500,00 | | R\$1.820.500,00 |

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias de nossa emissão, ou Plano, foi aprovado em Reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2011 e ratificado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 05 de maio de 2011.

De acordo com as disposições do nosso Plano, são elegíveis a participar do Plano o presidente, os diretores sejam eles estatutários ou não e nossos funcionários, ou Beneficiários.

O Plano será administrado pelo nosso conselho de remuneração, ou Conselho de Remuneração, e todas as decisões relativas ao Plano deverão ser por ele aprovadas, sendo que tem legitimidade para: (a) tomar todas as medidas necessárias à administração do Plano, inclusive no que se refere à sua interpretação e aplicação; (b) decidir quanto às datas de outorga das Opções, o volume de Opções a ser outorgado, bem como àqueles a quem serão outorgadas dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano, ou Beneficiários; (c) deliberar sobre a emissão de novas ações da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, para cumprimento do estabelecido no Plano; (d) aprovar os programas de opção de compra de ações a serem realizados no âmbito do Plano, ou Programas, bem como seus regulamentos, ou Regulamentos, respectivos contratos de adesão e eventuais aditivos Contratos de Adesão; (e) prorrogar, mas nunca antecipar, a data de exercício das Opções, exceto nos casos específicos descritos no Regulamento do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações; (f) aditar os Regulamentos e os Contratos de Adesão para estender, caso a caso ou genericamente, o prazo final para o exercício das Opções; (g) modificar os termos e condições dos Regulamentos e dos Contratos de Adesão na medida em que os direitos dos Beneficiários decorrentes de, ou relacionados com, o Plano não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Remuneração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente; (h) analisar casos excepcionais relacionados com o Plano; e (i) alterar ou extinguir o Plano, caso seja do nosso interesse. Os beneficiários do Plano não estão sujeitos a *lock-up*.

b. principais objetivos do plano

Os objetivos principais do nosso Plano são os seguintes: (a) estimular a nossa expansão, bem como o alcance e superação das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos de longo prazo que visem uma maior integração de nossos administradores e empregados, na qualidade de nossos acionistas; (b) nos possibilitar a manutenção de nossos profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem nossos acionistas, nos termos, condições e formas previstos em nosso Plano; e (c) promover o nosso bom desempenho e dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de nossos executivos, administradores e empregados.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

prazo destes profissionais conosco. O oferecimento de opções de compra de ações ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base no Plano trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 5,3% do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado. Temos a intenção de aumentar o limite máximo acumulado de Opções a serem outorgadas para 8,0%; contudo, esse aumento está pendente de aprovação pelo nosso Conselho de Remuneração e pelo nosso Conselho de Administração.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme o item f. acima, atualmente as Opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo acumulado de 5,3% do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

h. Condições de aquisição de ações

Os termos e condições das Opções outorgadas serão regulados por meio de Contratos de Adesão que celebraremos com os Beneficiários, conforme previsto no Regulamento do Programa em questão. O Conselho de Remuneração estabelecerá em cada um dos casos: (i) a quantidade de ações objeto da Opção; (ii) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

pagamento; (iii) o prazo inicial de carência durante o qual a Opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da Opção; e (iv) normas sobre transferência da Opção em caso de sucessão do Beneficiário, e eventuais restrições à negociação das ações objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção, bem como as penalidades aplicáveis.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Conforme estabelecido no Plano, o preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será determinado pelo nosso Conselho de Remuneração, quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos, obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa.

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Conforme o Plano, exceto por deliberação em contrário do nosso Conselho de Remuneração, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos nos Regulamentos de cada Programa.

k. Forma de liquidação

Nos termos da Cláusula 4.3 do Plano, as ações objeto das Opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Remuneração: (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do nosso capital autorizado; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

Não obstante o cronograma previsto no item j. acima, cada uma das parcelas das Opções só poderá ser exercida integralmente, mediante pagamento integral do preço de exercício das Opções, nas condições determinadas nos Regulamentos.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de nossos acionistas, bem como mediante o término da vigência do Plano. Na hipótese de término da vigência, as Opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas no âmbito do Plano não serão afetadas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano, o nosso Conselho de Remuneração deverá determinar nos Regulamentos as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos à Opção nos casos de (i) desligamento, (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente ou (iv) aposentadoria dos Beneficiários.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Cada membro efetivo e suplente do nosso Conselho de Administração detém uma ação ordinária de nossa emissão. Assim, o nosso Conselho de Administração detém o total de nove ações ordinárias de nossa emissão.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que possuímos um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado, mas não foram feitas outorgas até o momento.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que possuímos um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado, mas não foram feitas outorgas até o momento.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que possuímos um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado, mas não foram feitas outorgas até o momento.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que possuímos um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado, mas não foram feitas outorgas até o momento.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não possuímos Planos de Previdência.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

| | Diretoria Estatutária |
|-----------------------------------|-----------------------|
| | 31/12/2010 |
| Nº de membros | 3,25 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 1.856.201,51 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 388.851,40 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 1.113.526,46 |

Observação

| Diretoria Estatutária | |
|-----------------------|--|
| 31/12/2010 | Apenas dois membros da nossa Diretoria Estatutária eram remunerados. |

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos outros mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores no caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 84% do total recebido pela diretoria foi pago a partes relacionadas aos nossos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, dado que os membros de nossa Diretoria não receberam quaisquer valores que não aqueles em decorrência da função ocupada. Cumpre notar que até 2011, não possuíamos Conselho de Administração ou Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

| Exercício social 2010 | Diretoria Estatutária (R\$) | | | Total |
|--|-----------------------------|-----------------|--------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Total | |
| Controladores diretos e indiretos | | | | |
| Banco BTG Pactual | | | R\$27.094,07 | R\$27.094,07 |
| Controladas do emissor | | | | |
| Farmais Franchising S.A. | | | R\$28.984,55 | R\$28.984,55 |
| Sociedades sob controle comum | | | | |

13.16 - Outras informações relevantes

O nosso Plano de Participação nos Resultados, bem como nosso Plano de Remuneração Variável, relativos ao exercício social a ser encerrado em 2011, na data deste Formulário de Referência encontravam-se sob análise e, por tal motivo, os valores previstos indicados no Item 13.2 e 13.3 acima são previstos e podem sofrer alterações.

De janeiro a julho de 2010, dois membros da nossa Diretoria recebiam sua remuneração por meio de nossa subsidiária Farmais e um membro de nossa Diretoria recebia sua remuneração por meio do BTG Pactual. O nosso Conselho de Administração foi formalmente instituído em março de 2011, quando seus membros foram empossados em seus cargos.

Os números de membros de cada órgão para o período de três meses findo em 31 de março de 2011 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, indicados no Item 13.2 acima, correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, com duas casas decimais, conforme abaixo detalhado:

| Período de três meses findo em 31 de março de 2011 | | | |
|---|----------------------------------|------------------|------------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
| Janeiro | | 4 | N/A |
| Fevereiro | | 4 | N/A |
| Março | 4 | 4 | N/A |
| Abril | 5 | 4 | N/A |
| Maio | 5 | 4 | N/A |
| Junho | 5 | 4 | N/A |
| Julho | - | - | N/A |
| Agosto | - | - | N/A |
| Setembro | | 4 | N/A |
| Outubro | - | - | N/A |
| Novembro | - | - | N/A |
| Dezembro | - | - | N/A |
| Média | 4,75 | 4 | |

13.16 - Outras informações relevantes

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 | | | |
|---|----------------------------------|------------------|------------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
| Janeiro | N/A | 2 | N/A |
| Fevereiro | N/A | 2 | N/A |
| Março | N/A | 2 | N/A |
| Abril | N/A | 3 | N/A |
| Maiο | N/A | 3 | N/A |
| Junho | N/A | 3 | N/A |
| Julho | N/A | 4 | N/A |
| Agosto | N/A | 4 | N/A |
| Setembro | N/A | 4 | N/A |
| Outubro | N/A | 4 | N/A |
| Novembro | N/A | 4 | N/A |
| Dezembro | N/A | 4 | N/A |
| Média | | 3,25 | N/A |

14.1 - Descrição dos recursos humanos

- a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

| Número de empregados | Período de três meses findo em 31/03/2011 | Exercício Social encerrado em 2010 |
|-----------------------------------|--|---|
| Por grupos | | |
| Empregados efetivos | 7722 | 7681 |
| Estagiários | 274 | 132 |
| Por Localização Geográfica | | |
| Nordeste | 1005 | 949 |
| Alagoas | 63 | 58 |
| Paraíba | 40 | 44 |
| Pernambuco | 902 | 847 |
| Centro-Oeste | 1861 | 1568 |
| Distrito Federal | 1809 | 1537 |
| Goiás | 52 | 31 |
| Sudeste | 90 | 93 |
| São Paulo | 90 | 93 |
| Sul | 5040 | - |
| Rio Grande do Sul | 4977 | - |
| Santa Catarina | 63 | - |
| Total de Empregados | 7996 | 2610 |

| Número de empregados | Período de três meses findo em 31/03/2011 | Exercício Social encerrado em 2010 |
|-----------------------------|--|---|
| Por grupos | | |
| Empregados efetivos | 7722 | 7681 |
| Loja | 5932 | 6139 |
| Administrativos | 1389 | 1225 |
| Centros de Distribuição | 401 | 317 |
| Estagiários | 274 | 132 |
| Loja | 207 | 84 |
| Administrativos | 67 | 48 |
| Centros de Distribuição | 0 | 0 |

14.1 - Descrição dos recursos humanos

- b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

| Número de empregados | Período de três meses findo em 31/03/2011 | Exercício Social encerrado em 2010 |
|--|--|---|
| <i>Por grupos</i> | | |
| Limpeza | 3 | 3 |
| Segurança | 12 | 12 |
| Serviço de Entrega | 95 | 129 |
| Contabilidade | 13 | 15 |
| <i>Por Localização Geográfica</i> | | |
| Nordeste | 16 | 52 |
| Pernambuco | 16 | 52 |
| Centro-Oeste | 104 | 104 |
| Distrito Federal | 102 | 102 |
| Goiás | 2 | 2 |
| Sudeste | 3 | 3 |
| São Paulo | 3 | 3 |
| Total de Empregados | 123 | 159 |

14.1 - Descrição dos recursos humanos

c. Índice de rotatividade

Não podemos garantir a exatidão e a integridade das informações relativas ao ano de 2010*, em razão da ausência de mecanismo e controle decorrente do grande número de aquisições. Adicionalmente, vale salientar que o intenso período de expansão de nossas redes regionais em 2010, por meio da abertura de um número significativo de novas lojas, impactou os nossos índices de rotatividade, principalmente no caso da Drogaria Mais Econômica S.A.

| Empresa | Período de três meses findo em | Exercício Social encerrado em |
|--|-----------------------------------|----------------------------------|
| | 31/03/2011 | 2010 |
| Brazil Pharma (holding) | 4,62% | 5,03% |
| Grupo Farmais | 5,92% | 5,17% |
| Grupo Rosário Distrital | 4,53% | 4,69% |
| Guararapes | 2,86% | 6,02% |
| Mais Econômica | 6,10% | 8,60% |
| Consolidado Brazil Pharma e controladas | 4,64% | 5,76% |

* No caso da Drogaria Guararapes S.A., não tivemos os dados de todos os meses de 2010, por tal motivo, o índice de rotatividade refere-se apenas ao mês de dezembro. Já no nosso caso (*holding*), o índice foi calculado a partir de setembro de 2010, quando efetivamente os funcionários foram registrados na empresa, dado que anteriormente estavam nos registros do Grupo Farmais.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de março de 2011, éramos parte passiva em 199 processos trabalhistas, sendo: (i) 196 ações individuais; e (ii) 3 ações propostas por sindicatos. De forma geral, os principais pedidos envolvidos nas ações trabalhistas individuais estavam relacionados ao pagamento de horas extras e diferenças salariais. Com relação às ações movidas por sindicatos, a discussão gira em torno da cobrança de contribuições sindicais e o cumprimento de cláusulas de convenções e/ou acordos coletivos.

A avaliação do risco envolvido nessas 199 ações trabalhistas é feita, inicialmente, a partir da liquidação hipotética dos pedidos formulados pelos reclamantes em suas petições iniciais, ou seja, a análise da exposição máxima de risco que poderíamos enfrentar nesses processos. Posteriormente, é feita a gradação do risco de acordo com as alegações dos reclamantes, as provas que possuímos ao nosso favor ou que serão produzidas durante a fase de conhecimento do processo, as teses doutrinárias em relação às matérias abordadas e a jurisprudência dos tribunais trabalhistas. O resultado desse exercício é o valor que entendemos como sendo plausível de discussão. Com base nesse último valor e a opinião de nossos consultores jurídicos, constituímos provisão dos processos cuja perda é provável.

Em 31 de março de 2011, os processos de natureza trabalhista possuíam um risco máximo de contingência para nós, levando em consideração a probabilidade de êxito dos pedidos iniciais formulados pelos reclamantes, de aproximadamente R\$4,8 milhões, sendo que possuíamos uma provisão para pagamento de contingências trabalhistas de R\$740 mil em 31 de março de 2011.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não existem alterações relevantes além daquelas descritas no item 14.1 acima.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A nossa política de salários busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos profissionais é calculado com base nas convenções coletivas de trabalho, ou por meio de pesquisas de Mercado. Além de programas de treinamento e oportunidades de desenvolvimento na carreira, implementamos em 2010 um programa de participações nos resultados (PLR) contemplando, primeiramente os nossos funcionários e a estrutura administrativa da Farmais, na forma da Lei 10.101/2000.

A medida em que o sistema de nossas subsidiárias é integrado ao nosso, estamos difundindo o nosso programa de capacitação e treinamento para os seus empregados. O objetivo é replicar o nosso mesmo programa já vigente na Farmais nas demais subsidiárias, para que possamos reforçar ainda mais nossa cultura baseada em meritocracia. Na data deste Formulário de Referência, o programa de participação de resultados para os nossos empregados e de nossas subsidiárias ainda não havia sido implementado.

b. política de benefícios

Nossos profissionais, tanto na Companhia quanto nas nossas subsidiárias, contam com vale-transporte, auxílio-refeição e/ou alimentação, subsídio total ou parcial de assistência médica, odontológica e farmacêutica, seguro de vida em grupo, além de convênios para a realização de exames e para a obtenção de medicamentos gratuitos.

Adicionalmente, oferecemos para uma parcela de nossos funcionários assistência educacional, ou seja, oferecemos bolsas de estudo e descontos em faculdades conveniadas para os cursos de graduação e extensão. Desde a criação do programa de assistência educacional, em 2009, 47 colaboradores foram beneficiados, sendo que 16 funcionários já concluíram os respectivos cursos. Por se tratar de uma de nossas boas práticas de recursos humanos, pretendemos replicar este programa em todas as nossas investidas.

Temos como meta manter um processo de educação continuada dos empregados que compõem o nosso quadro, visando a alcançar e manter um modelo exemplar de comportamento em todas as nossas lojas, para que todos se sintam parte integrante do processo de resolução das situações comprometidos em atender as pretensões dos nossos clientes.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Possuímos um plano de opções aprovado cujos beneficiários são definidos a critério do Conselho de Remuneração. Entretanto, até a data deste Formulário de Referência, ainda não houve outorga de opções seja a administradores ou a colaboradores não-administradores.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, consulte a Seção 13 – Item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Temos um bom relacionamento com nossos empregados e sindicatos. Nos últimos anos não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações.

Negociamos anualmente acordos coletivos com cada um dos sindicatos que representam nossos empregados.

Em 31 de março de 2011, possuímos relações com os seguintes sindicatos:

| UF | Cidade | Sindicato de Empregados | Sindicato Patronal |
|----|-------------------------|---|---|
| SP | São Paulo | Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região - SECFR. | Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado de São Paulo - SINCAMESP. |
| SP | São Paulo | Sindicato dos Práticos em Farmácia - SINPRAFARMA. | Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado de São Paulo - SINCAMESP. |
| AL | Maceió | Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Alagoas. | Sindicato do Comércio Varejista de Maceió. |
| AL | Maceió | Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Alagoas. | Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Alagoas. |
| PB | Campina Grande | Sindicato dos Empregados no Comércio de Campina Grande. | Sindicato do Comércio Varejista de Campina Grande. |
| PB | João Pessoa | Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba. | Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba. |
| PE | Jaboatão dos Guararapes | Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaboaão dos Guararapes. | Sindicato do Comércio do Jaboaão dos Guararapes. |
| PE | Olinda | Sindicato dos Empregados no Comércio de Olinda. | Sindicato das Empresas do Comércio e Serviços do Eixo Norte. |
| PE | Paulista | Sindicato dos Empregados no Comércio das Cidades de | Sindicato das Empresas do Comércio e Serviços do Eixo |

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

| | | | |
|----|------------|---|--|
| | | Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá. | Norte. |
| PE | Recife | Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife. | Sindicato dos Lojistas do Comércio do Recife. |
| PE | Recife | Sindicato dos Enfermeiros de Pernambuco. | Sindicato dos Hospitais de Pernambuco. |
| PE | Recife | Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco. | |
| PE | Recife | Sindicato dos Motoristas de Cargas de Pernambuco. | Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Pernambuco. |
| PE | Recife | Sindicato dos Trabalhadores de Moto, Motoqueiros, Motoboys e Motomen. | Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Pernambuco |
| GO | Goiânia | Semprefar - Sindicato dos práticos de farmácias e dos empregados no comércio de drogas, medicamentos e produtos farmacêuticos do Estado de Goiás. | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos de Goiás. |
| GO | Goiânia | Sindicato dos farmacêuticos do Estado de Goiás. | Sindicato do Comércio Farmacêutico de Goiás |
| DF | Taguatinga | Sindecart – Sindicato dos empregados no comércio atacadista do Distrito Federal. | Sindicato das Empresas Atacadistas do Distrito Federal |
| DF | Brasília | Sindicato dos farmacêuticos do Distrito Federal. | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Distrito Federal. |
| DF | Brasília | Sintrafarma – Sindicato dos trabalhadores de farmácias, drogarias, perfumarias e similares do Distrito Federal 000002. | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Distrito Federal |
| RS | Alegrete | Sindicato dos empregados no | Sindicato do comércio varejista de produtos |

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

| | | | |
|----|------------------|--|--|
| | | comércio de Alegrete | farmacêuticos do RS. |
| RS | Alvorada | Sindicato dos empregados no comércio de Alvorada | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Bagé | Sindicato dos empregados no comércio de Bagé | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Bento Gonçalves | Sindicato dos empregados no comércio de Bento Gonçalves | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Caçapava do Sul | Sindicato dos empregados no comércio de Caçapava do Sul | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Cachoeira do Sul | Sindicato dos empregados no comércio de Cachoeira do Sul | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Cachoeirinha | Sindicato dos empregados no comércio de Cachoeirinha | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Camaquã | Sindicato dos empregados no comércio de Camaquã | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Campo Bom | Sindicato dos empregados no comércio de Campo Bom | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Canela | Sindicato dos empregados no comércio de Canela | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Canguçu | Sindicato dos empregados no comércio de Canguçu | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Canoas | Sindicato dos empregados no comércio de Canoas | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Capão da Canoa | Sindicato dos empregados no comércio de Capão da Canoa | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Carazinho | Sindicato dos empregados no comércio de Carazinho | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Caxias do Sul | Sindicato dos empregados no comércio de Caxias do Sul | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

| | | | |
|----|-----------------|---|--|
| RS | Cruz Alta | Sindicato dos empregados no comércio de Cruz Alta | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Dom Pedrito | Sindicato dos empregados no comércio de Dom Pedrito | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Erechim | Sindicato dos empregados no comércio de Erechim | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Estância Velha | Sindicato dos empregados no comércio de Estância Velha | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Esteio | Sindicato dos empregados no comércio de Esteio | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Estrela | Sindicato dos empregados no comércio de Estrela | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Farroupilha | Sindicato dos empregados no comércio de Farroupilha | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Flores da Cunha | Sindicato dos empregados no comércio de Flores da Cunha | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Garibaldi | Sindicato dos empregados no comércio de Garibaldi | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Gramado | Sindicato dos empregados no comércio de Gramado | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Gravataí | Sindicato dos empregados no comércio de Gravataí | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Guaíba | Sindicato dos empregados no comércio de Guaíba | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Ibirubá | Sindicato dos empregados no comércio de Ibirubá | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Igrejinha | Sindicato dos empregados no comércio de Igrejinha | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Ijuí | Sindicato dos empregados no comércio de Ijuí | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

| | | | |
|----|------------------------|--|--|
| | | comércio de Ijuí | farmacêuticos do RS. |
| SC | Lages | Sindicato dos empregados no comércio de Lages | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Lajeado | Sindicato dos empregados no comércio de Lajeado | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Marau | Sindicato dos empregados no comércio de Marau | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Montenegro | Sindicato dos empregados no comércio de Montenegro | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Novo Hamburgo | Sindicato dos empregados no comércio de Novo Hamburgo | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Palmeira das Missões | Sindicato dos empregados no comércio de Palmeira das Missões | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Panambi | Sindicato dos empregados no comércio de Panambi | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Parobé | Sindicato dos empregados no comércio de Parobé | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Passo Fundo | Sindicato dos empregados no comércio de Passo Fundo | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Pelotas | Sindicato dos empregados no comércio De Pelotas | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Porto Alegre | Sindicato dos empregados no comércio de Porto Alegre | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Rio Grande | Sindicato dos empregados no comércio de Rio Grande | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Rosário do Sul | Sindicato dos empregados no comércio de Rosário do Sul | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Sant'Ana do Livramento | Sindicato dos empregados no comércio de Sant'Ana do | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

| | | Livramento | |
|----|---------------------|---|--|
| RS | Santa Cruz | Sindicato dos empregados no comércio de Santa Cruz | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Santa Maria | Sindicato dos empregados no comércio de Santa Maria | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Santa Rosa | Sindicato dos empregados no comércio de Santa Rosa | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Santo Ângelo | Sindicato dos empregados no comércio de Santo Ângelo | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | São Gabriel | Sindicato dos empregados no comércio de São Gabriel | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | São Leopoldo | Sindicato dos empregados no comércio de São Leopoldo | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | São Lourenço do Sul | Sindicato dos empregados no comércio de São Lourenço do Sul | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | São Luiz Gonzaga | Sindicato dos empregados no comércio de São Luiz Gonzaga | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Sapiranga | Sindicato dos empregados no comércio de Sapiranga | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Sapuçaia do Sul | Sindicato dos empregados no comércio de Sapuçaia do Sul | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Soledade | Sindicato dos empregados no comércio de Soledade | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Taquara | Sindicato dos empregados no comércio de Taquara | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Torres | Sindicato dos empregados no comércio de Torres | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Tramandaí | Sindicato dos empregados no | Sindicato do comércio varejista de produtos |

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

| | | | |
|----|-------------|---|--|
| | | comércio de Tramandaí | farmacêuticos do RS. |
| RS | Vacaria | Sindicato dos empregados no comércio de Vacaria | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Veranópolis | Sindicato dos empregados no comércio de Veranópolis | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |
| RS | Viamão | Sindicato dos empregados no comércio de Viamão | Sindicato do comércio varejista de produtos farmacêuticos do RS. |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

612

| Acionista | | Participa de acordo de acionistas | | Acionista controlador | | Última alteração | | Total ações % | |
|---|---------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Participa de acordo de acionistas | Qtde. total de ações (Unidades) | Última alteração | Qtde. total de ações (Unidades) | Participa de acordo de acionistas | Qtde. total de ações (Unidades) |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | Ações ordinárias % | | Ações preferenciais % | | Ações preferenciais % | | Ações preferenciais % | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | Ações % | | Ações % | | Ações % | |
| Administradores e Conselheiros | | | | | | | | | |
| | 9 | Não | 0 | Não | 0 | 0,000000% | 9 | 0,000021% | 0,000021% |
| Lajota Fundo de Investimento em Participações | | | | | | | | | |
| 12.527.978/0001-95 | Brasileira-RJ | Sim | 0 | Sim | 3.092.670 | 22/03/2011 | 3.092.670 | 0,000000% | 5,537499% |
| | 3.092.670 | 5,537499% | | 0 | | 0,000000% | | 5,537499% | |
| Álvoro José da Silveira | | | | | | | | | |
| 038.816.441-72 | | Não | 0 | Não | 6.143.454 | | 6.143.454 | 0,000000% | 11,000000% |
| | 6.143.454 | 11,000000% | | 0 | | 0,000000% | | 6,143454 | |
| Wilson José Lopes | | | | | | | | | |
| 922.745.288-53 | | Não | 0 | Não | 5.892.131 | | 5.892.131 | 0,000000% | 10,550000% |
| | 5.892.131 | 10,550000% | | 0 | | 0,000000% | | 5,892131 | |
| Vincitore Fundo de Investimento em Participações | | | | | | | | | |
| 12.528.112/0001-07 | Brasileira-RJ | Sim | 0 | Sim | 3.092.669 | 22/03/2011 | 3.092.669 | 0,000000% | 5,537497% |
| | 3.092.669 | 5,537497% | | 0 | | 0,000000% | | 3,092669 | |
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações | | | | | | | | | |
| 11.938.926/0001-49 | Brasileira-SP | Sim | 0 | Sim | 12.076.255 | 08/04/2011 | 12.076.255 | 0,000000% | 21,622821% |
| | 12.076.255 | 21,622821% | | 0 | | 0,000000% | | 12,076255 | |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | | | | | | | | | |
| 11.708.029/0001-49 | Brasileira-RJ | Sim | 0 | Sim | 8.216.662 | 15/10/2010 | 8.216.662 | 0,000000% | 14,712128% |
| | 8.216.662 | 14,712128% | | 0 | | 0,000000% | | 8,216662 | |
| Infinity Fundo de Investimento em Participações | | | | | | | | | |
| 12.527.998/0001-66 | Brasileira-RJ | Sim | 0 | Sim | 3.092.669 | 22/03/2011 | 3.092.669 | 0,000000% | 5,537497% |
| | 3.092.669 | 5,537497% | | 0 | | 0,000000% | | 3,092669 | |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

| Acionista | | Participa de acordo de acionistas | | Acionista controlador | | Última alteração | | Total ações % | |
|--|------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Qtde. ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Qtde. total de ações (Unidades) | Qtde. total de ações (Unidades) | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | | | | | |
| Classe ação | | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | | | | | | | | | |
| 13.068.817/0001-43 | Brasileira-SP | Sim | 0 | 0,000000% | 08/04/2011 | 7.541.111 | 7.541.111 | 13.502538% | 13.502538% |
| | | | 7.541.111 | 13.502538% | | | | | |
| OUTROS | | | | | | | | | |
| | | | 0 | 0,000000% | | 6.701.949 | 6.701.949 | 11,999999% | 11,999999% |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | | | | | |
| | | | 0 | 0,000000% | | 0 | 0 | 0,000000% | 0,000000% |
| TOTAL | | | | | | | | | |
| | | | 55.849.579 | 100,000000% | | 55.849.579 | 55.849.579 | 100,000000% | 100,000000% |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

14

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-JF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | Composição capital social |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| 11.708.029/0001-49 | | | | | | |
| BTG Alpha Investments LLC | | | | | | |
| 10.849.472/0001-77 | Não | Não | | | 17/11/2010 | |
| 82.621.717 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 82.621.717 | 100,000000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000000 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | |
| TOTAL | | | | | | |
| 82.621.717 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 82.621.717 | 100,000000 | |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | Composição capital social |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| BTG Pactual Pharma Participações S.A. | | | | | | |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| 11.708.029/0001-49 | Brasileir-SP | Não | Não | 10/03/2011 | | |
| 500 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 500 | 100,000000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | |
| TOTAL | 500 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 500 | 100,000000 |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

616

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|------------|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-JF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| 11.938.926/0001-49 | | | | | | |
| BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| OUTROS | 368.305.648 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 368.305.648 | 100,000000 |
| TOTAL | 368.305.648 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 368.305.648 | 100,000000 |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|--------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|------------|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| Infinity Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| 12.527.998/0001-66 | | | | | | |
| OUTROS | 462.575.713 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 462.575.713 | 100,000000 |
| TOTAL | 462.575.713 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 462.575.713 | 100,000000 |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

18

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|---|--------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| Lajota Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| 12.527.978/0001-95 | | | | | | |
| OUTROS | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 462.576.128 | 100,000000 | |
| TOTAL | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 462.576.128 | 100,000000 | |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|------------|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| 12.528.112/0001-07 | | | | | | |
| Vincitore Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| OUTROS | 462.575.713 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 462.575.713 | 100,000000 |
| TOTAL | 462.575.713 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 462.575.713 | 100,000000 |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

620

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|------------------|------------|
| ACIONISTA | CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| BTG Alpha Investments LLC | | | | | | |
| 10.849.472/0001-77 | | | | | | |
| BTG MB Investments LP | | | | | | |
| 103.852.872 | 100,000000 | Não | 0 | Sim | 30/09/2010 | |
| | | | | 0,000000 | 103.852.872 | 100,000000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000000 | 0 | | 0,000000 | 0 | 0,000000 |
| TOTAL | 103.852.872 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 103.852.872 | 100,000000 |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | | | | | | |
| 11.708.029/0001-49 | | | | | | |
| BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações | | | | | | |
| OUTROS | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 82.621.717 | 100,000000 | |
| TOTAL | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 82.621.717 | 100,000000 | |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

622

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | Composição capital social |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| BTG MB Investments LP | | | | | | |
| BTG Pactual MB GP Management Ltd. | | | | | | |
| 19.992.640 | 100,000000 | Não | 0 | Sim 0,000000 | 08/11/2010 19.992.640 | 100,000000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | 0 | 0 | 0,000000 |
| TOTAL | | | | | | |
| 19.992.640 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 0 | 19.992.640 | 100,000000 |

15.1 / 15.2 - Posição acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|--|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|------------------|---------------------------|
| ACIONISTA | CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | Composição capital social |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
| BTG Pactual MB GP Management Ltd. | | | | | | |
| André Santos Esteves | | | | | | |
| 857.454.487-68 | Não | Sim | | | | |
| 200.000 | 66,670000 | 0 | 0,000000 | 200.000 | 66,670000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000000 | | | | |
| BTG Pactual MB Partnerco Ltd. | | | | | | |
| 100.000 | 33,330000 | 0 | 0,000000 | 100.000 | 33,330000 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000000 | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | 0 | 0,000000 | |
| TOTAL | 300.000 | 100,000000 | 0 | 0,000000 | 300.000 | 100,000000 |

15.3 - Distribuição de capital

| | |
|---|------------|
| Data da última assembléia / Data da última alteração | 22/06/2011 |
| Quantidade acionistas pessoa física (Unidades) | 18 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades) | 1 |
| Quantidade investidores institucionais (Unidades) | 5 |

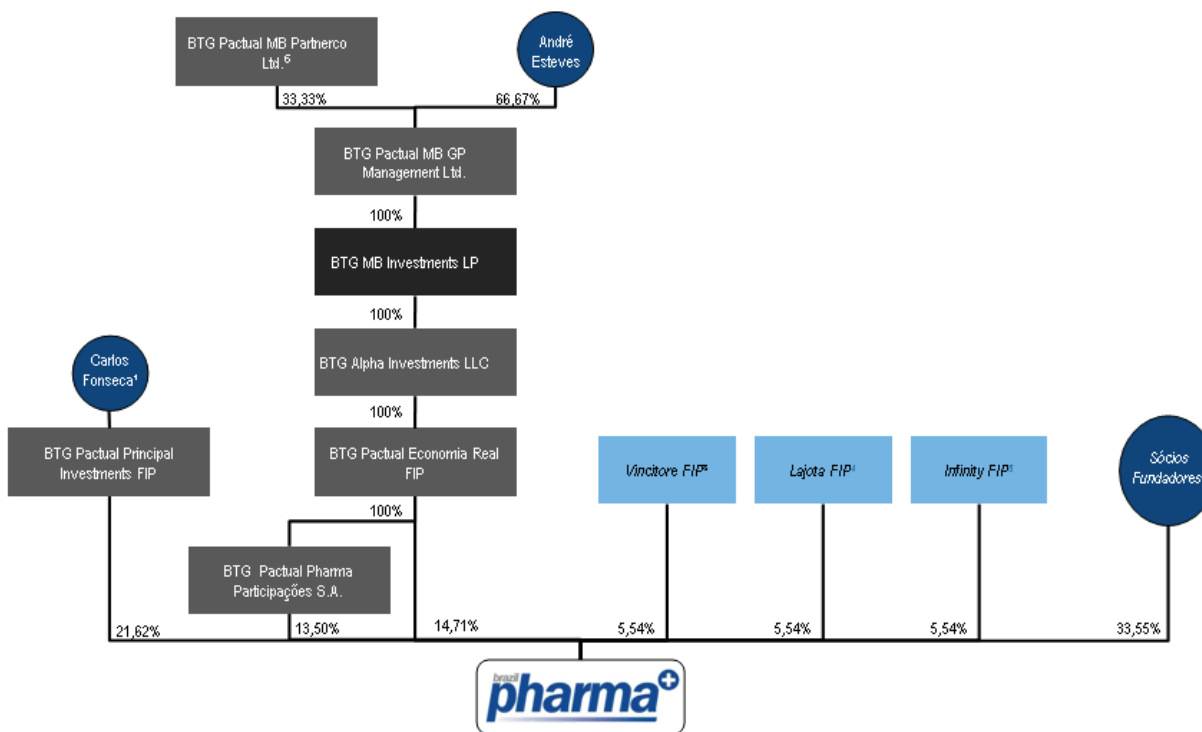
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

| | | |
|--|---|-----------|
| Quantidade ordinárias (Unidades) | 0 | 0,000000% |
| Quantidade preferenciais (Unidades) | 0 | 0,000000% |
| Preferencial Classe A | 0 | 0,000000% |
| Total | 0 | 0,000000% |

15.4 - Organograma dos acionistas

Estrutura societária do Grupo Brazil Pharma na data deste Formulário de Referência:



¹ Gestor do FIP, na qualidade de gestor pessoa física responsável, perante a CVM, pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. , sendo que a BTG Pactual Principal Investments FIP não apresenta quotista ou grupo de quotista que exerça grupo de controle.

² Álvaro Silveira, Diocesmar Felipe, Álvaro Silveira Junior, Natália Nunes da Silveira, Wilson Lopes , Mara Núbia Amorim, Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe dos Santos.

³ Vincitore FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Vincitore FIP são influenciadas por um Comitê de Investimento composto por 6 membros titulares, sendo (i) 5 membros votantes, sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos quotistas, e (ii) 1 membro designado Membro Honorário, a ser eleito pela Administradora. Os membros votantes são Paula Regina Depieri, José Luiz Depieri, Carlos Eduardo Depieri, os quais também são acionistas do grupo Aché, Celso Henrique Café e Alves Júnior e Luiz Antônio Martins Amarante e o membro honorário é Renato Hermann Cohn.

⁴ Lajota FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Lajota FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por 4 membros, sendo (i) 3 membros com direito de voto, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Quotistas, e (ii) 1 membro sem direito de voto, a ser eleito pela Administradora. Os membros eleitos pelos quotistas são Jonas de Campos Siauyls, o qual também é acionista do grupo Aché, Luiz Carlos Vaini e Alexandre Gottlieb Lindenbojm, o membro eleito pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

⁵ Infinity FIP, um fundo de investimento administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda. As decisões de investimento e desinvestimento do Infinity FIP são tomadas por um Comitê de Investimento composto por até cinco membros, sendo três membros indicados pelos quotistas, um membro independente e um membro indicado pelo administrador, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de quotistas. Os membros indicados pelos quotistas são Raphael Batista Netto, Adalberto P. Dellape Batista e Ricardo P. Dellape Batista, os quais também são acionistas do grupo Aché, o membro independente é Antônio Carlos Gomes e o membro indicado pelo administrador é Renato Hermann Cohn.

⁶ Nenhum dos acionistas da BTG Pactual MB Partnerco Ltd. detêm ações da Partnerco correspondentes indiretamente a mais 5% de participação no nosso capital social.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações; BTG Pactual Pharma Participações S.A; BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações e Lajota Fundo de Investimento em Participações; Infinity Fundo de Investimento em Participações; e Vincitore Fundo de Investimento em Participações, celebraram, em 22 de março de 2011, acordo de acionistas. No entanto, deixou de vigor, visto que com a realização de nossa oferta pública inicial de ações, as partes do referido acordo deixaram de deter, em conjunto, no mínimo, 50% do total das ações de nossa emissão.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 11 de fevereiro de 2011, realizamos uma Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do nosso capital social no valor de R\$ 58,9 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por um novo acionista, BTG Pactual Pharma Participações S.A.

Em 18 de março de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em que nosso novo acionista , BTG Pactual Pharma Participações S.A., subscreveu novas ações de nossa emissão e as integralizou mediante a conferência de crédito no mesmo valor que detinha contra nós, pelo que passou a ser detentora de 48,0% de nosso capital social.

No dia 22 de março de 2011, realizamos uma Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do nosso capital social no valor de R\$91.8 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por três novos acionistas, Infinity Fundo de Investimento em Participações, Lajota Fundo de Investimento em Participações e Vincitore Fundo de Investimento em Participações, ou FIPs, que passaram a deter 37,05% de nosso capital social. Na sequência, aumentamos o nosso capital social em R\$127,5 milhões, com a subscrição e a integralização deste valor por um novo acionista, BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter 32,5% de nosso capital social, reduzindo a participação dos FIPs para 25,0% do capital social.

No dia 22 de junho de 2011 se concretizou o *Roll-up* dos Sócios-fundadores, conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência, e o BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimentos em Participações; o BTG Pactual Pharma Participações S.A; o BTG Pactual Principal Investments Fundo de Investimento e os FIPs, que antes detinham 100% das ações de nossa emissão, passaram a deter 66,35% das ações de nossa emissão, sem considerar a nossa oferta pública inicial de ações. Os sócios fundadores ingressaram em nosso quadro acionário passando a deter, em conjunto, 33,55% das ações de nossa emissão, sendo que os Srs. Álvaro José da Silveira e Wilson José Lopes, passaram a deter, individualmente, 11,00% e 10,55% das ações de nossa emissão, respectivamente.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes com relação a esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As nossas operações com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para nós ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de Assembleia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Conforme competência descrita em nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os nossos acionistas ou diretores ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, entre nós e nossas controladas. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre nós e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições comutativas de mercado.

Adicionalmente, observamos as regras de realização de transações com partes relacionadas determinadas pela Lei das Sociedades por Ações e das práticas relacionadas ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

630

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|----------------|----------------------------|-----------------|------------------------|-----------------|------------------------------------|------------------------|
| Agro Territorial Tapera Ltda. | 05/08/2009 | 100.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 05/08/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A mutuária é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação de Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Contrato de mútuo. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Pagamento na data do vencimento. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | | |
| Agro Territorial Tapera Ltda. | 13/05/2009 | 150.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 13/04/2010. | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A mutuária é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Contrato de mútuo. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Pagamento na data do vencimento. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | | |
| Agro Territorial Tapera Ltda. | 20/05/2009 | 280.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 20/05/2010. | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A mutuária é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Contrato de mútuo. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Pagamento na data do vencimento. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | | |
| Agro Territorial Tapera Ltda. | 14/07/2009 | 200.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 14/07/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A mutuária é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------|---|---------------|
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 06/04/2009 | 50.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 06/04/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 06/04/2009 | 100.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 06/04/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 06/05/2009 | 85.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 06/05/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 06/05/2009 | 85.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 06/05/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

32

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|---|------------------------|----------------|---|---------------|
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 06/05/2009 | 90.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 06/05/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 13/05/2009 | 30.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 13/05/2010 | SIM | 0,500000 |
| Relação com o emissor | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de mútuo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O contrato é corrigido pela poupança e acrescido de 0,5% ao mês. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 02/05/2008 | 216.000,00 | R\$63.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 01 de maio de 2012. | Não é possível aferir. | Até 01/05/2012 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O locador é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de locação de Salas Comerciais localizadas na Av. Rio Grande do Sul, 274, 203, 205 e 206 – Mathias Velho – Canoas/RS. Nos termos do contrato, o aluguel será ajustado anualmente pelo IGP-M. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|--|------------------------|---------------------|------------------------------------|------------------------|
| Altavista Promoções de Vendas Ltda. | 16/11/2010 | 480.000,00 | R\$448.000,00, referente às parcelas do aluguel em aberto até 15 de novembro de 2015. | Não é possível aferir. | Até 15/11/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de locação de um imóvel Comercial localizado na Rua General Sampaio, 222 – Centro – Alegrete/RS, matriculado no Cartório do Registro de Imóveis de Alegrete sob os nº 28.316 e 29.224. Nos termos do contrato, o aluguel será corrigido anualmente pelo IGP-M | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Altavista Promoções de Vendas Ltda. | 02/06/2008 | 25.000,00 | R\$25.000,00, multiplicado pelo número de meses em que o contrato de locação permanecer vigente. | Não é possível aferir. | Prazo Indeterminado | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A.. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de locação de um imóvel comercial localizado na Av. Rio Grande do Sul, 268 – Mathias Velho – Canoas/RS, matriculado no Cartório do Registro de Imóveis de Canoas sob o nº 34.450. Nos termos do contrato, a Drogaria Mais Econômica pagará o aluguel e o IPTU do referido imóvel. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Altavista Promoções de Vendas Ltda. | 31/03/2011 | 1.650.000,00 | R\$1.650.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de março de 2021. | Não é possível aferir. | Até 31/03/2021 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A.. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

634

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|--|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Contrato de locação pelo qual a Altavista Promoções de Vendas Ltda loca a Drogaria Mais Econômica Ltda. um terreno sem número, na Avenida do Nazário, localizado não quarteirão formado pela Avenida do Nazário e Ruas Jataí A. M. Pasquali, Teodoro Bogew e Alberto Rodrigues de Oliveira, possuindo área superficial de 4.948,41 metros quadrados, melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 93.808 do Registro de Imóveis de Canoas. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Nos termos do contrato, o aluguel mensal de R\$13.750,00 na data base de 31/03/2011 será anualmente reajustado pelo IGP-M. | | | | | | |
| | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Farmais Franchising S.A. (atual denominação de Farmais Franchising Ltda.) | 01/07/2010 | 1.095.600,00 | R\$941.600,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de maio de 2014. | Não é possível aferir. | Até 31/05/2014 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Farmais Franchising S.A. é nossa subsidiária integral. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de sublocação do imóvel comercial localizado na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 6º andar (sede da Brazil Pharma). Nos termos do contrato, a Farmais nos pagará parcelas mensais de R\$22.000,00 nos primeiros 12 meses de vigência do contrato e parcelas de R\$23.100,00 nos meses subsequentes, além do condomínio e IPTU do referido imóvel. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 25/08/2010 | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | Até 01/11/2012 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Rede Nordeste de Farmácias S.A. é nossa controlada. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de mútuo financeiro. O valor contratado será corrigido pelo IPCA. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo entre controladas para cobrir necessidades de fluxo de caixa. | | | | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 29/10/2010 | 5.100.000,00 | Zero. | Não aplicável. | Até 01/11/2012 | SIM | 0,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|----------------|----------------------------|---|------------------------|----------------|---|---------------|
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. é nossa controlada. | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de mútuo financeiro, cujo valor contratado é corrigido pelo IPCA. O nosso crédito foi cedido para a BRPG Alpha Administração e Participações S.A. em 06/12/2010, que por sua vez foi convertido em participação no capital social da Drogaria Guararapes Brasil S.A. em 08/12/2010. | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Pagamento do mútuo. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Mútuo entre controladas para cobrir necessidades de fluxo de caixa. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. | 29/12/2010 | 3.690,00 | Zero. | Não aplicável. | Até 31/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. é nossa subsidiária integral. | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de mútuo financeiro, cujo valor contratado foi corrigido pelo CDI. Em 14/01/2011, quitamos antecipadamente este contrato, mediante pagamento do montante envolvido no negócio. | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Pagamento do mútuo. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Mútuo entre controladas para cobrir necessidades de fluxo de caixa. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. | 10/01/2011 | 156.000,00 | R\$147.000,00, referente às parcelas do aluguel em aberto até 31 de maio de 2014. | Não é possível aferir. | Até 31/05/2014 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Drogaria Dona Terezinha S.A. é nossa subsidiária integral. | | | | | | | |
| Contrato de sublocação pelo qual a Companhia subloca à Drogaria Dona Terezinha S.A. (sublocatária) o imóvel comercial localizado na Rua Gomes de Carvalho, n° 1629, 7° andar, conjunto 72, sala 1 (sede da Brazil Pharma). Nos termos do contrato, o aluguel mensal de R\$3.000,00 com data base 10/01/2011 será anualmente ajustado pelo IGP-M. | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

336

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|--|-------------------|------------------------------------|------------------------|
| Drogarias Farmais S.A. (atual denominação de Drogarias Farmais Ltda.) | 29/10/2010 | 1.680.000,00 | 72.694,80 | Não aplicável. | Até 31.12.2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | Drogarias Farmais S.A. é nossa subsidiária integral. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Trata-se de contrato de mútuo financeiro. O valor contratado será corrigido pelo CDI. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 30/04/2004 | 0,00 | N/A | Não há como medir interesse na fiança concedida. | Em média 48 meses | NAO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | Sr. Wilson José Lopes é nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A.. Trata-se de 170 fianças prestadas pelo Sr. Wilson José Lopes em diversos contratos de locação celebrados por nossas controladas no Estado do Rio Grande do Sul. Os contratos foram celebrados a partir de 30/01/2004, pelo prazo médio de 48 meses, sendo que podem se tornar contratos por prazo indeterminado após a notificação das partes. Os aluguéis mensais de referidos contratos variam entre R\$1.000,00 e R\$26.500,00 em suas respectivas datas base, sendo que geralmente o aluguel é atualizado anualmente pelo índice oficial de reajuste pactuado entre as partes. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | 28/05/2008 | 35.958,67 | R\$2.900,00 | Não há como auferir. | Até 28/05/2011 | NAO | 0,000000 |
| Álvaro Silveira Junior | | | | | | | |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. Contrato de leasing de automóvel nº3404998-1 celebrado entre a Itau Leasing e a nossa controlada Drogaria Rosário Ltda. no qual a parte relacionada figura como devedor solidário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de juros de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|--|----------------------------|-----------------|----------------------|----------------|--|---------------|
| Álvaro Silveira Junior | 13/08/2008 | 34.980,50 | R\$3.402,00 | Não há como auferir. | Até 13/08/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº 3639619-0 celebrado entre a Itaú Leasing e a nossa controlada Drogaria Rosário Ltda. no qual a parte relacionada figura como Devedor Solidário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior | 26/10/2009 | 64.030,50 | R\$22.365,00 | Não há como auferir. | Até 26/10/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº4286669-9 celebrado entre a Itaú Leasing e a nossa controlada Drogaria Rosário Ltda. no qual a parte relacionada figura como Devedor Solidário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira | 13/05/2008 | 99.332,00 | R\$7.611,00 | Não há como auferir. | Até 13/05/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drogaria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº013.4580-0 celebrado entre a Real Leasing S.A. e a nossa controlada Drogaria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas figuram como Devedores Solidários. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

38

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|--|----------------------------|-----------------|----------------------|----------------|---|---------------|
| Álvaro José da Silveira e Diogo Nunes da Silveira | 25/02/2008 | 8.130,00 | Zero. | Não há como auferir. | Até 25/02/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A..O Sr. Diogo Nunes da Silveiraé filho do Sr. Álvaro José da Silveira e sócio da nossa controladora Centro-Oeste Farma Dist. De Medicamentos Ltda. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº 517512-7 celebrado entre a Dibens Leasing S.A. e a nossa controlada Drograria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas figuram como Devedores Solidários. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira | 18/05/2009 | 62.442,00 | R\$6.096,00 | Não há como auferir. | Até 18/05/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº 520846-7 celebrado entre a Dibens Leasing S.A. e a nossa controlada Drograria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas figuram como Devedores Solidários. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira | 21/05/2009 | 31.540,50 | R\$3.079,00 | Não há como auferir. | Até 21/05/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº 520924-2 celebrado entre a Dibens Leasing S.A. e a nossa controlada Drograria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas figuram como Devedores Solidários. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro do carro contra sinistros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|----------------|----------------------------|-----------------|----------------------|----------------|---|---------------|
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira | 15/10/2009 | 6.000.000,00 | R\$5.968.392,00 | Não há como auferir. | Até 15/10/2012 | SIM | 3,500000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Cédula de crédito bancário emitida pela Drograria Rosário Ltda. em favor do Unibanco na qual o Srs. Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira prestam fiança. O contrato é corrigido pela T.J.P e incidem juros de 3,5% a.a. para o BNDES e 3% para o Unibanco. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Fiança dos Srs. Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira e um Termo de Vinculação de Recebíveis no valor de R\$ 1,8 milhões. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Além das disposições contratuais comuns das cédulas de crédito bancário, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira | 31/07/2008 | 1.000.000,00 | R\$195.591,00 | Não há como auferir. | Até 18/07/2011 | SIM | 19,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Cédula de crédito bancário emitida pela Drograria Rosário nº 222-10/08 em favor do Banco ABN AMRO REAL S.A. na qual o Srs. Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira são devedores solidários. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Penhor de Direitos Creditórios. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Além das disposições contratuais comuns das cédulas de crédito bancário, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro S. Jr., Álvaro J. Silveira, Diocesmar F. Faria, Marisa N. Silveira e Patrícia C. C. Silveira | 04/01/2010 | 2.030.000,00 | Zero. | Não há como auferir. | 15/01/2011 | SIM | 4,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A. O Sr. Diocesmar Felipe Faria é acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A. A Sra. Marisa é esposa do Sr. Álvaro José da Silveira. A Sra. Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira é esposa do Sr. Álvaro Silveira Junior. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 338.201.594 celebrado entre Banco do Brasil S.A. e a Drograria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela CDI acrescido de 4% ao ano. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Cessão de Direitos Creditório e Alienação Fiduciária de bens, que deve permanecer segurados. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

640

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|--|----------------------------|-----------------|----------------------|------------|---|---------------|
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns de contratos de abertura de crédito, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Capital de Giro. | | | | | | |
| Álvaro S. Jr., Álvaro J. Silveira, Diocesmar F. Faria, Marisa N. Silveira e Patrícia C. C. Silveira | 06/01/2010 | 1.900.000,00 | Zero. | Não há como auferir. | 15/01/2011 | SIM | 4,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drograria Rosário S.A. O Sr. Diocesmar Felipe Faria é acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A. A Sra. Marisa é esposa do Sr. Álvaro José da Silveira. A Sra. Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira é esposa do Sr. Álvaro Silveira Junior. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 338.201.594 celebrado entre Banco do Brasil S.A. e a Nova Distritual Ltda. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela CDI acrescido de 4% ao ano. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Cessão de Direitos Creditório e Alienação Fiduciária de bens, que deve permanecer segurados. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns de contratos de abertura de crédito, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Capital de Giro. | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior, Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira e Farmaclin Drograria e Perfumaria Ltda | 07/12/2010 | 94.868,90 | R\$94.868,90 | Não há como auferir. | 01/01/2016 | SIM | 10,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drograria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. A Sra. Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira é esposa do Sr. Álvaro Silveira Junior. A Farmaclin Drograria e Perfumaria Ltda. é controlada pela nossa controlada Drograria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00677-8 celebrado entre Banco do Brasil S.A. e a Drograria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela TJLP acrescido de 10% ao ano. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Fiança de Álvaro Silveira Junior, Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira e Farmaclin Drograria e Perfumaria Ltda. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns de contratos de abertura de crédito, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Financiamento para compra de equipamentos. | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior, Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira e Farmaclin Drograria e Perfumaria Ltda | 07/12/2010 | 128.170,00 | 128.170,00 | Não há como auferir. | 01/01/2016 | SIM | 10,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|----------------------|------------|---|---------------|
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. A Sra. Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira é esposa do Sr. Álvaro Silveira Junior. A Farmacin Drogaria e Perfumaria Ltda. é controlada pela nossa controlada Drogaria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00676-X celebrado entre Banco do Brasil S.A. e Drogaria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela TJLP acrescido de 10% ao ano. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Fiança de Álvaro Silveira Junior, Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira e Farmacin Drogaria e Perfumaria Ltda. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns de contratos de abertura de créditos, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Financiamento para compra de equipamentos. | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior, Patrícia C. de C. Silveira, Álvaro José da Silveira e Marisa Nunes Silveira | 06/04/2009 | 160.321,18 | R\$115.102,38 | Não há como auferir. | 01/04/2014 | SIM | 10,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. A Sra. Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira é esposa do Sr. Álvaro Silveira Junior. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drogaria Rosário S.A. e Sra. Marisa Nunes Silveira é esposa do Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Cédula de Crédito Comercial nº 40/00508-9 emitida pela Drogaria Rosário Ltda. em favor do Banco do Brasil S.A. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela TJLP acrescido de 10% ao ano. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Fiança de Álvaro Silveira Junior, Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira, Álvaro José da Silveira e Marisa Nunes Silveira. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns de e contratos de abertura de créditos, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Financiamento para compra de equipamentos. | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira. | 30/09/2008 | 139.052,90 | R\$86.907,98 | Não há como auferir. | 01/09/2013 | SIM | 10,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drogaria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00440-6 celebrado entre Banco do Brasil S.A. e Drogaria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela TJLP acrescido de 10% ao ano. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Fiança de Álvaro Silveira Junior e Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns de e contratos de abertura de créditos, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Financiamento para compra de equipamentos. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

642

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|---|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Álvaro Silveira Júnior | 01/02/2009 | 287.082,00 | 202.059,00, referente às parcelas do aluguel em aberto até 30 de janeiro de 2014. | Não é possível aferir. | Até 30/01/2014 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi sócio de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual o Sr. Álvaro Silveira Jr, loca a Drogaria Rosário Ltda. o imóvel comercial da Filial 12 situado no SHCSW CLSW 104, Bloco "C" Loja 26 do Edifício Portal Plaza, Sudoeste, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$2.500,00 na data base 01/02/2009 é reajustado anualmente pelo IGP-M/FGV | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Rodrigo Silveira | 01/08/2008 | 108.037,00 | 56.403,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de julho de 2013. | Não é possível aferir. | Até 31/07/2013 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Rodrigo Silveira é funcionário da nossa controlada Drogaria Rosário S.A e membro efetivo do Conselho de Administração e sócio quotista da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual o Sr. Rodrigo Silveira loca a Drogaria Rosário Ltda. o imóvel comercial da Filial 09 situado no SHCSW CLSW 103, Bloco "B" Loja 54 do Edifício Rhodes Center I, Sudoeste, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$ 1.022,00 na data base 31/07/2008 será anualmente reajustado pelo IGP-M. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Rodrigo Silveira | 01/03/2011 | 73.483,68 | 51.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 28 de fevereiro de 2016. | Não é possível aferir. | Até 28/02/2016 | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|--|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | O Sr. Rodrigo Silveira é funcionário da nossa controlada Drograria Rosário S.A e membro efetivo do Conselho de Administração e sócio quotista da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual o Sr. Rodrigo Silveira loca a Drograria Rosário Ltda. o imóvel comercial do Escritório situado no SHCGN CLR Quadra 712, Bloco "E", Entrada 34, Sala 101, Asa Norte, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$450,00 com data base 01/03/2006 será reajustado anualmente pelo IGP/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro José da Silveira | 01/06/2006 | 124.512,00 | 9.429,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de maio de 2011 | Não é possível aferir. | Até 31/05/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro José da Silveira é Acionista e membro efetivo do Conselho de Administração da nossa controlada Drograria Rosário S.A. . | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual o Sr. Álvaro José da Silveira loca a Drograria Rosário Ltda. o imóvel comercial do Escritório situado no SHCGN CLR Quadra 712, Bloco "E", Loja 30, Asa Norte, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$2.500,00 com data base 01/06/2006 será reajustado anualmente pelo IGP/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro José da Silveira | 30/05/2008 | 223.416,00 | 30.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de maio de 2011. | Não é possível aferir. | Até 30/05/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro José da Silveira é Acionista e membro efetivo do Conselho de Administração da nossa controlada Drograria Rosário S.A. . | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual p Sr. Álvaro José da Silveira loca a Drograria Rosário Ltda. o imóvel comercial do Depósito Fechado situado no SAAN, Quadra 03, Lotes 490, 500, 510 e 520, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$4.200,00 com data base em 30/05/2008, será reajustado anualmente pelo IPCA. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

644

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|---|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | ----- | | | | | | |
| Diocesmar Felipe de Faria | 01/09/2010 | 1.500.000,00 | 1.350.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Diocesmar Felipe de Faria Acionista e membro efetivo do Conselho de Administração da nossa controlada Drogaria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial que sediará o novo Escritório Administrativo situado no SAA, Quadra 03, nº 1210/1220, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | ----- | | | | | | |
| Districon Participações S/A | 30/08/2010 | 752.280,00 | 677.052,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Districon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual a Districon Participações S/A loca à controlada Drogaria Distrital Lago Ltda. o imóvel comercial da Filial 61 situado no SHIS QI 15, Bloco "E", Lojas 24 e 46, Lago Sul, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$12.000,00 com data base 30/08/2009 é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | ----- | | | | | | |
| Districon Participações S/A | 30/08/2010 | 1.128.420,00 | 1.015.578,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|--|----------------------------|---|------------------------|----------------|---|---------------|
| Relação com o emissor | A Districon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drograria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Drograria Nova Distrital Ltda., Filial 51, situado no SDN, Conjunto Nacional Brasília, Conjunto "A", Loja T-26, Térreo, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Districon Participações S/A | 30/08/2010 | 313.440,00 | 282.096,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015 | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Districon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drograria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Drograria Nova Distrital Ltda., Filial 52 situado no SDN, Conjunto Nacional Brasília, Conjunto "A", Loja S-13, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Districon Participações S/A | 30/08/2010 | 752.280,00 | 677.052,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Districon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drograria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Drograria Distrital Lago Ltda Filial 53 situado no SHIS QI 25, Bloco "E", Lojas 28, 31, 35 e 56, Lago Sul, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

646

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|----------------|----------------------------|---|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Districion Participações S/A | 30/08/2010 | 1.065.780,00 | 959.202,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A Districion Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drograria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Drograria Distrital Lago Ltda., Filial 54, situado no SHCS CL Quadra 102, Bloco "C", Lojas 15, 19 e 23, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Districion Participações S/A | 30/08/2010 | 877.680,00 | 789.912,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A Districion Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drograria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Drograria Distrital Lago Ltda., Filial 59, situado no SHCSW CLSW 102, Bloco "C", Lojas 10, 12, 62, 64, 66 e 68, Térreo, Sudoeste, Brasília-DF. | | | | | | | |
| O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Districion Participações S/A | 30/08/2010 | 726.000,00 | 653.400,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de agosto de 2015. | Não é possível aferir. | Até 30/08/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A Districion Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drograria Rosário S.A., o Sr. Diocesmar Felipe de Faria. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|---|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Drogaria Distrital Lago Ltda., Filial 77, situado na Avenida das Araucárias, nº 1325, Lojas 11 e 12, Águas Claras, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IPCA/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 01/12/2007 | 603.816,00 | 252.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de novembro de 2012. | Não é possível aferir | Até 30/11/2012 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Farmacin Drogaria e Perfumaria Ltda., o imóvel comercial da Filial 25, situado na Avenida das Araucárias, Lote nº 1665, Lojas 03 e 04, Águas Claras, Brasília-DF. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O aluguel mensal de 6.500,00 com data base 01/12/2007 será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 28/08/2006 | 124.053,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 31/08/2010 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da controlada Farmacin Drogaria e Perfumaria Ltda., Filial 26, situado no Setor Hospitalar Local Sul, Quadra 716, Bloco F, Sala 02, Térreo, Asa Sul, Brasília-DF. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento na data do vencimento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

648

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|----------------|----------------------------|---|------------------------|----------------|---|---------------|
| Assicon Participações S/A | 15/03/2009 | 489.750,00 | 333.750,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de novembro de 2014. | Não é possível aferir. | Até 30/11/2014 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de locação pelo qual Assicon Participações S/A loca a Farmacilin Drogaria e Perfumaria Ltda., o imóvel comercial da Filial 41, situado no SMDB, Conjunto 12, Bloco "G", Loja 01, Lago Sul, Brasília, DF. | | | | | | | |
| O aluguel mensal de R\$5.500,00 com data base em 15/03/2009, será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 30/12/2006 | 355.889,52 | 100.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de dezembro de 2011. | Não é possível aferir. | Até 31/12/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial da Filial 01 situado no SHCN CL Quadra 312, Bloco "E", Loja 13, Brasília-DF. | | | | | | | |
| O aluguel mensal de R\$4.740,00 com data base 30/12/2006 será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 30/12/2006 | 563.796,00 | 155.850,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de dezembro de 2011. | Não é possível aferir. | Até 31/12/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|---|------------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial da Filial 03 situado no SHCN CL Quadra 116, Bloco "C", Lojas 12, 16 e 20, Subsolo Lojas 21/27, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$7.000,00 com data base 30/12/2006 será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Assicon Participações S/A | | | | | | |
| | 30/12/2006 | 589.329,58 | 150.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de dezembro de 2011. | Não é possível aferir. | Até 31/12/2011 | NAO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial da Filial 04 situado no SHIS QI 19, Bloco "A", Lojas 18, 22, 54 e 58, Lago Sul, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$5.456,00 com data base 30/12/2006 será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | vencimento/Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Assicon Participações S/A | | | | | | |
| | 30/12/2006 | 292.457,70 | 70.130,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de dezembro de 2011. | Não é possível aferir. | Até 31/12/2011 | NAO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial da Filial 05 situado no SHCN CL Quadra 315, Bloco "A", Loja 08, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$4.461,00 com data base 30/12/2006 será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

650

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|----------------|----------------------------|--|------------------------|----------------|---|---------------|
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 30/03/2009 | 162.090,00 | 96.200,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de abril de 2014. | Não é possível aferir. | Até 30/04/2014 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial da Filial 10 situado no SRIA QI 31, Bloco "A", Loja 17, Guará II, Brasília-DF. | | | | | | | |
| O aluguel mensal de R\$1.500,00 com data base 30/03/2009 é reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 01/06/2007 | 862.065,00 | 290.448,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de julho de 2012. | Não é possível aferir. | Até 30/06/2012 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | | |
| Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial da Filial 19 situado no SHI/NORTE EPPN, Canteiro Central, Lote 02, Loja 01 e S103, Lago Norte, Brasília-DF. | | | | | | | |
| O aluguel mensal de R\$9.411,00 com data base 01/06/2007 será reajustado anualmente pelo IGPM/FGV. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 30/04/2008 | 1.068.710,00 | 539.600,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 30 de abril de 2014. | Não é possível aferir. | Até 24/04/2014 | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------|---|---------------|
| Relação com o emissor | A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação pelo qual a Assicon Participações S/A loca a Drogaria Rosário o imóvel comercial do Escritório Central situado no SHCGN CLR Quadra 712, Bloco "E", Lojas 16 e 36 pavimento superior N.12 com Salas 101 e 202, Brasília-DF. O aluguel mensal de R\$7.800,00 com data base 30/04/2008 será reajustado anualmente pelo IGP/M/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Assicon Participações S/A | 30/04/2008 | 90.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Até 30/05/2009 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Assicon Participações S/A é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., o Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de locação de imóvel comercial da Centro-Oeste Farma situado no SHCGN CLR, Quadra 712, Bloco "E", Loja 24, Brasília-DF. O contrato é reajustado anualmente pelo IGP/M/FGV. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Sem garantia e com seguro de incêndio. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior, Patrícia C. de C. Silveira, Álvaro José da Silveira e Marisa Nunes Silveira | 24/10/2006 | 61.327,00 | R\$10.221,40 | Não há como aferir. | 01/11/2011 | SIM | 10,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. A Sra. Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira é esposa do Sr. Álvaro Silveira Junior. O Sr. Álvaro José da Silveira é acionista da nossa controlada Drogaria Rosário S.A. e a Sra. Marisa Nunes Silveira é esposa do Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 40/00175-X celebrado entre Banco do Brasil S.A. e a Drogaria Rosário Ltda. no qual as partes relacionadas são fiadores. O Contrato é corrigido pela TJLP acrescido de 10% ao ano. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Aval dos Srs. Álvaro Silveira Junior, Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira, Álvaro José da Silveira e Marisa Nunes Silveira e alienação fiduciária em garantia. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Além das disposições contratuais comuns, existem hipóteses que ocasionam o vencimento antecipado da dívida, quais sejam, inadimplemento de obrigações, insolvência notória, reorganização societária e outros. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

52

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|----------------------|---------------------------|------------------------------------|------------------------|
| Álvaro Silveira Junior | 20/10/2009 | 138.500,00 | R\$34.419,00 | Não há como auferir. | 24 meses – Até 22/10/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº 923.357 celebrado entre Safra Leasing S/A e a nossa controlada Drogaria Rosário Ltda. no qual a parte relacionada figura como Fiel Depositário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | No entanto, o vencimento antecipado do contrato poderá ser declarado quando, sem o expreso consentimento do Arrendante, a Arrendatária sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão, cisão ou dissolução. | | | | | | |
| Álvaro Silveira Junior | 04/11/2009 | 77.603,95 | R\$30.224,00 | Não há como auferir. | 24 meses – Até 04/11/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro Silveira Junior foi acionista de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de leasing de automóvel nº 923.396 celebrado entre Safra Leasing S/A e a nossa controlada Drogaria Rosário Ltda. no qual a parte relacionada figura como Fiel Depositário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas para o arrendamento mercantil de bens móveis. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | No entanto, o vencimento antecipado do contrato poderá ser declarado quando, sem o expreso consentimento do Arrendante, a Arrendatária sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão, cisão ou dissolução. | | | | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. (atual denominação de Rede Nordeste de Farmácias Ltda.) | 13/10/2009 | 7.000.000.000,00 | 8.300.000,00 | Não há como auferir. | 05/08/2011 | SIM | 0,900000 |
| Relação com o emissor | A Rede Nordeste de Farmácias S.A. é nossa controlada. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|------------------|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Contrato de Mútuo de Dinheiro com Penhor de Quotas Sociais celebrado em 13 de outubro de 2009 e aditado em 10 de junho de 2010 e 24 de agosto de 2010, entre Proarte Agma Participações Ltda. e Rede Nordeste de Farmácias Ltda., representada pelos seus sócios e, na qualidade de interventores garantidores, Selectu Participações Ltda.; PS&S Administração e Participações Ltda.; Lídio Lins Neto; JEF Administração e Participação Ltda.; e Brazil Pharma S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Nós e a Selectu Participações Ltda. somos garantidoras dos pagamentos pendentes. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato será rescindido no prazo contratualmente estabelecido. O vencimento antecipado do contrato poderá ser declarado se houver mudança ou transferência, a qualquer título, da titularidade das quotas da Rede Nordeste de Farmácias Ltda., dos poderes de administração, bem com qualquer cisão, fusão ou reorganização societária, sem prévia autorização do Mutuante. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Em 10 de março de 2011, foi firmado o Terceiro Aditamento ao contrato de mútuo em que houve a repactuação do saldo existente em 12 parcelas sucessivas, mediante a entrega de 12 cheques pré-datados, remunerado pela variação mensal de 0,90% do CDI, aplicado proporcionalmente a partir do dia 10 de março de 2011. Em decorrência deste aditamento, nos tomamos garantidores dos pagamentos anteriormente garantidos pela Selectu. | | | | | | |
| Drogarias Farmais Ltda. e Farmais Franchising Ltda. | 31/01/2011 | 120.000,00 | 120.000,00 | Não aplicável. | Até 31/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Drogarias Farmais Ltda. e Farmais Franchising Ltda. são nossas controladas | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de mútuo financeiro entre as Companhias Farmais Franchising ("Mutuante") e a Drogarias Farmais Ltda. ("Mutuatária"). O valor contratado será corrigido pelo CDI. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo entre controladas para cobrir necessidades de fluxo de caixa. | | | | | | |
| BRPG Administração e Participações S.A. | 14/02/2011 | 1.335.100,00 | 1.335.100,00 | 1.335.100,00 | 30/12/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A BRPG Administração e Participações S.A. é nossa subsidiária. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de cessão de direitos creditórios. Cedemos à BRPG Administração e Participações S.A., em caráter definitivo, o conjunto de direitos e obrigações oriundos do contrato de mútuo, no valor de R\$1.335.100,00, firmado em 10 de fevereiro de 2011 com a Rede Nordeste de Farmácias S.A., esta que figurou como interveniente anuente no contrato de cessão de direitos creditórios. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |

654 16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|--|----------------------------|-----------------|--|---|---|---------------|
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 10/02/2011 | 1.335.100,00 | 1.335.100,00 | 1.335.100,00 | 30/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Rede Nordeste de Farmácias S.A. é nossa controlada. | | | | | | |
| Objeto contrato | Instrumento particular de contrato de mútuo celebrado entre nós, Brazil Pharma S.A., como mutuante e Rede Nordeste como mutuária. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser quitado antecipadamente, a qualquer tempo, mediante aviso por escrito e observados os procedimentos para pagamento. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Rosário S.A. (atual nome da Drogaria Rosário Ltda.) e Farmacilin Drogaria e Perfumaria Ltda | 07/07/2008 | 0,00 | Não há. | Não há como auferir. | Até o término da validade do registro da marca no INPI. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Farmacilin Drogaria e Perfumaria Ltda. é controlada pela nossa controlada Drogaria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de licença de uso de marca celebrado em 7 de julho de 2009 entre a Drogaria Rosário S.A. e a Farmacilin Drogaria e Perfumaria Ltda. para lhe conceder o direito de utilizar a marca "Drogaria Rosário" no Brasil. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido unilateralmente por qualquer das partes mediante notificação prévia com, no mínimo, 30 dias de antecedência. Além disso, o contrato poderá ser declarado antecipadamente extinto se houver falência ou recuperação judicial de qualquer das partes ou em caso de descumprimento contratual. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro José da Silveira | 01/12/2001 | 850,00 | N/A | Não há como medir interesse na fiança concedida. | Em média 48 meses | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Álvaro José da Silveira é sócio de nossa controlada Drogaria Rosário S.A., onde atualmente ocupa o cargo de Diretor Geral. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de 85 fianças prestadas pelo Sr. Álvaro José da Silveira em diversos contratos de locação celebrados por nossas controladas no Distrito Federal e em Goiás. Os contratos foram celebrados a partir de 01/12/2001, pelo prazo médio de 48 meses, sendo que podem se tornar contratos por prazo indeterminado após a notificação das partes. Os aluguéis mensais de referidos contratos variam entre R\$450,00 e R\$18.750,00, em suas respectivas datas base, sendo que geralmente o aluguel é atualizado anualmente pelo índice oficial de reajuste pactuado entre as partes. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|-------------------|------------------------------------|------------------------|
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Diocesmar Felipe de Faria | 01/12/2001 | 850,00 | N/A | Não há como medir interesse na fiança concedida. | Em média 48 meses | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Diocesmar Felipe de Faria é sócio de nossa controlada Drogaria Rosário S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de 19 fianças prestadas pelo Sr. Diocesmar Felipe de Faria em diversos contratos de locação celebrados por nossas controladas no Distrito Federal e em Goiás. Os contratos foram celebrados a partir de 01/12/2001, pelo prazo médio de 48 meses, sendo que podem se tornar contratos por prazo indeterminado após a notificação das demais partes. Os alugueis mensais de referidos contratos variam entre R\$1.800,00 e R\$31.800,00, em suas respectivas datas base, sendo que geralmente o aluguel é atualizado anualmente pelo índice oficial de reajuste pactuado entre as partes. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Eid Mansur Filho e Roberto Guedes Viana | 02/07/2010 | 986.000,00 | R\$180.000,00 | Não há como medir interesse das partes. | 02/12/2012 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Eid Mansur Filho e Roberto Guedes Viana são ex-sócios da Drogaria Amarillis S.A., nossa controlada. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de penhor de 30.000 ações ordinárias de emissão da Drogaria Amarillis S.A. e nossa titularidade, em garantia ao pagamento das parcelas remanescentes do Contrato de Compra e Venda de Quotas Sociais da Drogaria Amarillis S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe Santos | 18/10/2010 | 4.500.000,00 | Zero | Não há como medir interesse das partes. | 18/10/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe Santos são sócios da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., nossa controlada. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

656

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|---|----------------------------|-----------------|---|----------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de penhor de primeiro e único grau de 370.017 quotas da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. detidas por Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe Santos, como garantia ao pagamento de valores eventualmente devidos conforme disposição do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 18/10/2010. | | | | | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Álvaro José da Silveira, Álvaro Silveira Júnior, Diocesmar Felipe de Faria e Marisa Nunes Silveira | 23/07/2010 | 4.500.000,00 | N/A | Não há como medir interesse das partes. | 23/07/2011 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Álvaro José da Silveira, Álvaro Silveira Júnior, Diocesmar Felipe de Faria e Marisa Nunes Silveira são sócios da Drogaria Dona Terezinha S.A., nossa controlada. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de penhor de primeiro e único grau de 100% das ações da Drogaria Rosário S.A. em garantia de obrigações contraídas no Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado na mesma data. | | | | | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| BTG Pactual Beta Participações S.A. | 19/01/2011 | 3.500.000,00 | R\$3.606.295,12 | 3.500.000,00. | Até 18/01/2012 | SIM | 0,250000 |
| Relação com o emissor | O mutuário é empresa pertencente ao grupo BTG Pactual, nosso acionista controlador. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de instrumento particular de contrato de mútuo celebrado entre nós, como mutuante, e BTG Pactual Beta Participações S.A., como mutuário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo para cobrir necessidades de fluxo de caixa | | | | | | |
| BTG Pactual Alpha Participações S.A. | 19/01/2011 | 1.700.000,00 | R\$1.746.254,09 | 1.700.000,00 | Até 18/01/2012 | SIM | 0,250000 |
| Relação com o emissor | A mutuária é empresa pertencente ao grupo BTG Pactual, nosso acionista controlador. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|--|----------------------------|-----------------|------------------|----------------|---|---------------|
| Objeto contrato | Trata-se de instrumento particular de contrato de mútuo celebrado entre nós, como mutuante, e BTG Pactual Alpha Participações Ltda., como mutuário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo para cobrir necessidades de fluxo de caixa. | | | | | | |
| BTG Pactual Beta Participações S.A. | 19/01/2011 | 300.000,00 | R\$308.162,49 | 300.000,00 | Até 18/01/2012 | SIM | 0,250000 |
| Relação com o emissor | A mutuária é empresa pertencente ao grupo BTG Pactual, nosso acionista controlador. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de instrumento particular de contrato de mútuo celebrado entre nós, como mutuante, e BTG Pactual Beta Participações S.A., como mutuário. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo para cobrir necessidades de fluxo de caixa | | | | | | |
| BTG Pactual Alpha Participações Ltda. e a Rede Nordeste de Farmácias S.A. | 07/04/2011 | 2.227.359,00 | 2.277.359,00 | 2.277.359,00 | Até 30/11/2011 | SIM | 0,250000 |
| Relação com o emissor | A BTG Pactual Alpha Participações Ltda. é empresa pertencente ao grupo BTG Pactual, nosso acionista controlador; a Rede Nordeste de Farmácias S.A. é uma de nossas controladas diretas. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças celebrado entre nós e BTG Pactual Alpha Participações Ltda., em decorrência de contrato de mútuo, celebrado em 5 de abril de 2010 entre Rede Nordeste de Farmácias S.A., ou RNF, atualmente nossa controlada, e BTG Pactual Alpha, no valor de R\$2 milhões e que restou vencido sem o devido pagamento no prazo contratado. Em 16 de junho de 2010, subscrevemos novas ações de emissão da RNF e as integralizamos com o crédito relativo ao valor principal do mútuo razão pela qual, assumimos todas as obrigações do referido contrato com o BTG Pactual Alpha e passamos a ser devedores da quantia relativa ao mútuo, acrescida de juros e atualização monetária, bem como impostos relativos à operação. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Dívida oriunda de contrato de mútuo no valor de R\$2,0 milhões, firmado entre a BTG Pactual Alpha Participações Ltda. e a Rede Nordeste de Farmácias S.A. em 05 de abril de 2010 e vencido em 16 de abril de 2010. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

658

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|---|----------------------------|-----------------|--|----------|---|---------------|
| Drogaria Mais Econômica S.A. e Wilson José Lopes | 21/03/2011 | 2.800.000,00 | 2.944.495,56 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 364 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador de nossa controlada Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de cédula de crédito bancário nº 004056338 aditada pela cédula de crédito bancário nº 4060131, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e Banco Safra S.A., com aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica: (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 21/09/2001 | 450.000,00 | 473.222,52 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 364 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito bancário nº 004056371 aditada pela cédula de crédito bancário nº 4060114, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica: (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Mais Econômica S.A. e Wilson José Lopes | 29/12/2010 | 4.000.000,00 | 1.394.947,32 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 6 meses. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da nossa controlada Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e atualmente, nosso acionista. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|----------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de cédula de crédito bancário nº 4057318, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A., com aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 29/11/2010 | 400.000,00 | 1.394.947,32 | Não há como medir o interesse no aval concedido | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito bancário nº 4057318, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 06/12/2010 | 2.000.000,00 | 697.574,34 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 6 meses. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito bancário nº 4057491, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

660

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|----------------|----------------------------|-----------------|--|----------|---|---------------|
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Mais Econômica S.A. e Wilson José Lopes | 26/03/2010 | 1.000.000,00 | 1.051.605,54 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da nossa controlada Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de cédula de crédito bancário nº 004053401 aditada pela cédula de crédito bancário nº 4060122, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e Banco Safra S.A., com aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 11/01/2011 | 2.000.000,00 | 1.046.215,32 | Não há como medir o interesse no aval concedido | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito bancário nº 4057857, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e o Banco Safra S.A. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 20/01/2011 | 2.000.000,00 | 1.394.957,68 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|----------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito bancário nº 4058039, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 09/03/2011 | 3.000.000,00 | 2.628.122,50 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito bancário nº 4059949, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Mastercard/Diners. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Drogaria Mais Econômica ou sociedades coligadas, controladoras, interligadas ou controladas à Drogaria Mais Econômica; (i) ter o controle societário cedido, transferido ou por qualquer forma alienado, total ou parcialmente; e (ii) sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 25/05/2010 | 24.000.000,00 | 6.687.490,92 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 390 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito comercial, nº 408.500.681, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda. e o Banco do Brasil S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Visa. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

662

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|----------|---|---------------|
| Wilson José Lopes | 11/10/2010 | 12.000.000,00 | 10.709.912,28 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 630 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em cédula de crédito comercial nº 408.500.723, celebrado pela Drograria Mais Econômica Ltda e Banco do Brasil S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Visa. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 20/12/2010 | 5.000.000,00 | 4.851.454,60 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 390 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em nota de crédito comercial nº 408.500.748, celebrado pela Drograria Mais Econômica Ltda e Banco do Brasil S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Visa. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 10/02/2011 | 2.500.000,00 | 2.700.370,42 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 390 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em nota de crédito comercial nº 408.500.762, celebrado pela Drograria Mais Econômica Ltda e Banco do Brasil S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Visa. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|--|----------|------------------------------------|------------------------|
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | ----- | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 09/03/2011 | 2.000.000,00 | 2.218.994,36 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 390 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em nota de crédito comercial nº 405.500.767, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e Banco do Brasil S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e recebíveis Visa. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | ----- | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 24/05/2010 | 4.000.000,00 | 2.078.580,80 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 540 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de abertura de crédito, nº 4.011.000.066, celebrado pela Drogaria Mais Econômica Ltda e Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com a fiança do Sr. Wilson José Lopes e penhor de recebíveis oriundos do Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos à Rede Bannisul. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | ----- | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 03/08/2010 | 5.000.000,00 | 3.167.454,20 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 540 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

664

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|----------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de abertura de crédito, nº 4.011.000.120, celebrado pela Drograria Mais Econômica Ltda e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com a fiança do Sr. Wilson José Lopes e penhor de recebíveis oriundos do Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos à Rede Banrisul. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 21/01/2011 | 5.000.000,00 | 3.486.632,28 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 200 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de abertura de crédito, nº 4.011.000.012, celebrado pela Drograria Mais Econômica Ltda e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com a fiança do Sr. Wilson José Lopes e penhor de recebíveis oriundos do Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos à Rede Banrisul. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 04/03/2011 | 3.000.000,00 | 2.623.919,10 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de abertura de crédito, nº 4.011.000.026, celebrado pela Drograria Mais Econômica Ltda e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com a fiança do Sr. Wilson José Lopes e penhor de recebíveis oriundos do Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimentos à Rede Banrisul. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|-----------------|--|------------|------------------------------------|------------------------|
| Drogaria Mais Econômica S.A. e Wilson José Lopes | 28/02/2011 | 3.000.000,00 | 2.544.841,60 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 180 dias | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da nossa controlada Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de cédula de crédito bancário nº 12252, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Topázio S.A., com aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Alteração da composição societária da Drogaria Mais Econômica. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 27/04/2010 | 20.465,76 | 11.085,62 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 27/04/2012 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 1256625, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Bradesco S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 20/08/2010 | 49.517,16 | 35.075,09 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 25/08/2012 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 1274867, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Bradesco S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

666

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|----------------|----------------------------|-----------------|--|------------|---|---------------|
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 20/05/2010 | 167.000,00 | 123.904,85 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 20/06/2012 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 2683560, celebrado pela Drograria Mais Econômica S.A. e o Banco Bradesco S.A. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 14/04/2010 | 35.531,00 | 22.878,05 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 14/04/2012 | SIM | 16,530000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 142002873, celebrado pela Drograria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 31/08/2010 | 26.654,00 | 22.311,82 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 30/08/2012 | SIM | 1,230000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drograria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drograria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo n° 142002951, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 25/10/2010 | 217.046,00 | 124.664,58 | Não há como medir o interesse no aval concedido | 25/10/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo n° 142002995, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 09/09/2009 | 20.516,00 | 4.879,38 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 09/09/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo n° 751636673, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 30/09/2009 | 16.413,20 | 4.881,42 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 30/09/2011 | SIM | 0,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|------------|---|---------------|
| Wilson José Lopes | 16/11/2009 | 24.900,00 | 7.804,72 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 17/11/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 751658677, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 07/12/2009 | 144.000,00 | 50.818,41 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 08/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 751664955, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 30/12/2009 | 24.653,00 | 8.701,83 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 30/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 751669768, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

670

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|----------------|----------------------------|-----------------|--|------------|---|---------------|
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 30/12/2009 | 24.653,00 | 8.700,12 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 30/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 751669769, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 20/10/2009 | 141.000,00 | 40.406,48 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 01/11/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo nº 754082521, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Safra S.A. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 13/09/2009 | 24.750,00 | 6.402,36 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 13/09/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|---|---------------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Volkswagen. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 26/03/2010 | 51.750,00 | 31.559,88 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 26/13/2012 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo n° 424533452, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Finasa S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Wilson José Lopes | 10/06/2009 | 43.290,00 | 6.897,99 | Não há como medir o interesse no aval concedido. | 10/06/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de aval prestado pelo Sr. Wilson José Lopes em contrato de leasing e financiamento de veículo n° 4219789483, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco Finasa S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido com o aval do Sr. Wilson José Lopes e alienação fiduciária. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Não há. | | | | | | |
| Agro Territorial Tapera Ltda. | 02/06/2008 | 25.000,00 | | Não é possível aferir, pois o contrato é por prazo indeterminado. | Prazo Indeterminado | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

672

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|---|----------------------------|---|------------------------|---------------------|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de locação de um imóvel comercial localizado na Av. Rio Grande do Sul, 268 – Mathias Velho – Canoas/RS, matriculado no Cartório do Registro de Imóveis de Canoas sob o nº 34.450. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Altavista Promoções de Vendas Ltda. | 02/10/2009 | 900.000,00 | R\$660.000,00, referente às parcelas do aluguel em aberto até 02 de novembro de 2014. | Não é possível aferir. | Prazo Indeterminado | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de locação de um terreno urbano situado na Avenida Nazário, nº 249, Bairro Estância Velha, em Canoas/RS, conforme matrícula nº 45.458 do Registro de Imóveis de Canoas, nas fls. 18 do Livro 3-Ab. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Altavista Promoções de Vendas Ltda. | 31/03/2011 | 1.650.000,00 | R\$1.650.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de março de 2021. | Não é possível aferir. | Até 31/03/2021 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de locação pelo qual a Altavista Promoções de Vendas Ltda loca a Drogaria Mais Econômica Ltda. um terreno sem número, na Avenida do Nazário, localizado não quarteirão formado pela Avenida do Nazário e Ruas Jataí A. M. Pasquali, Teodoro Bogew e Alberto Rodrigues de Oliveira, possuindo área superficial de 4.948,41 metros quadrados, melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 93.808 do Registro de Imóveis de Canoas. | | | | | | |
| Nos termos do contrato, o aluguel mensal de R\$13.750,00 na data base de 31/03/2011 será anualmente reajustado pelo ICP-M. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|----------------------|---|---------------|
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Assicon Participações S/A | | | | | | |
| | 27/04/2009 | 118.000,00 | Zero. | Não é possível aferir. | Prazo Indeterminado. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Assicon Participações S.A. é empresa pertencente a um dos acionistas da Drogaria Rosário S.A., Sr. Álvaro José da Silveira. | | | | | | |
| Objeto contrato | Mútuo com a Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Rodrigo Silveira | | | | | | |
| | 01/12/2001 | 850,00 | N/A | Não há como medir interesse na fiança concedida. | Em média 48 meses. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Rodrigo Silveira é sócio de nossa controlada Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de 2 fianças prestadas pelo Sr. Rodrigo Silveira em contratos de locação celebrados por nossas controladas no Distrito Federal e em Goiás. Os contratos foram celebrados a partir de 01/12/2001, pelo prazo médio de 48 meses, sendo que podem se tomar contratos por prazo indeterminado após a notificação das demais partes. Os valores envolvidos variam entre R\$3.000,00 e R\$31.800,00. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mara Núbia Amorim Santos | | | | | | |
| | 01/12/2001 | 850,00 | N/A | Não há como medir interesse na fiança concedida. | Em média 48 meses | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sra. Mara Núbia Amorim Santos é acionista e membro do Conselho de Administração de nossa controlada Drogaria Guararapes Brasil S.A. | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

674

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de juros de dívida cobrados | Taxa de juros |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|------------|--|---------------|
| Objeto contrato | Trata-se de 40 fianças prestadas pela Sra. Mara Núbia Amorim Santos em diversos contratos de locação celebrados por nossas controladas na região Nordeste. Os contratos foram celebrados a partir de 01/12/2001, pelo prazo médio de 48 meses, sendo que podem se tornar contratos por prazo indeterminado após a notificação das demais partes. Os valores envolvidos variam entre R\$1.500,00 e R\$22.000,00. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe Santos | 18/10/2010 | 4.500.000,00 | Zero. | Não há como medir interesse das partes. | 18/10/2015 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe Santos são sócios da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., nossa controlada. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de penhor de primeiro e único grau de 370.017 quotas da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. detidas por Diogo Nunes da Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe Santos, como garantia ao pagamento de valores eventualmente devidos conforme disposição do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 18/10/2010. | | | | | | |
| Garantia e seguros | N/A | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | N/A | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Mais Econômica S.A. e Wilson José Lopes | 26/10/2009 | 600.000,00 | Zero. | Não há como medir o interesse na garantia concedida. | 26/11/2010 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | O Sr. Wilson José Lopes é antigo controlador da nossa controlada Drogaria Mais Econômica S.A. (atual denominação da Drogaria Mais Econômica Ltda.) e, atualmente, nosso acionista. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de abertura de crédito bancário nº 408.500.614, celebrado pela Drogaria Mais Econômica S.A. e o Banco do Brasil S.A., com garantia pessoal prestada pelo Sr. Wilson José Lopes. | | | | | | |
| Garantia e seguros | O contrato é garantido pelo Sr. Wilson José Lopes. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados | Taxa de juros |
|--|----------------|----------------------------|--|------------------------|----------------|---|---------------|
| Agro Territorial Tapera Ltda. | 31/03/2011 | 12.000.000,00 | R\$12.000.000,00, referentes às parcelas do aluguel em aberto até 31 de março de 2021. | Não é possível aferir. | Até 31/03/2021 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| A locadora é empresa pertencente ao Sr. Wilson José Lopes, nosso sócio na Drogaria Mais Econômica S.A. Contrato de locação pelo qual a Agro Territorial Tapera Ltda. loca a Drogaria Mais Econômica o imóvel comercial localizado à Rua do Nazário, n. 460, Bairro Estância Velha – Canoas – RS, objeto da matrícula nº 45.302 do Registro de Imóveis de Canoas, constituído por a) 03(três) pavilhões, sendo (i) Pavilhão I com área equivalente a aproximadamente 2.900m2; (ii) Pavilhão II com área equivalente a aproximadamente 1.800m2; (iii) Pavilhão III com área equivalente a aproximadamente 3.500m2; b) 01 (um) Prédio com 750m2 incluindo refeitório completo e auditório; c) Pavilhão de metal com área equivalente a aproximadamente 300m2; d) 2(duas) guaritas para vigilantes; e) 01 (um) Prédio na portaria principal utilizado para portaria e vestiário, com área equivalente a aproximadamente 50m. Nos termos do contrato, o aluguel mensal de R\$100.000,00 na data base de 31/03/2011 será anualmente reajustado pelo IGP-M. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Infração legal ou contratual, bem como para realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou caso o locatário se recuse a consenti-las. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogaria Amarilis S.A. (atual denominação de Drogaria Amarilis Ltda.) | 29/10/2010 | 174.860,31 | Zero. | Não aplicável. | Até 31/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Objeto contrato | | | | | | | |
| Drogaria Amarilis S.A. é nossa subsidiária integral. Trata-se de contrato de mútuo financeiro, cujo valor contratado é corrigido pelo CDI. Em 14/01/2011, quitamos antecipadamente este contrato, mediante pagamento do montante envolvido no negócio. | | | | | | | |
| Garantia e seguros | | | | | | | |
| Não há. | | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | | | | | | | |
| Pagamento do mútuo. | | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Drogarias Farmais Ltda. e Farmais Franchising Ltda. | 31/01/2011 | 120.000,00 | R\$120.000,00 | Não aplicável. | 31/12/2011 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | | | | | | | |
| Drogarias Farmais Ltda. e Farmais Franchising Ltda. são nossas controladas. | | | | | | | |

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

676

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|------------------|--|------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de mútuo financeiro entre as Companhias Farmais Franchising, como mutuante e a Drogarias Farmais Ltda., como Mutuária. O valor contratado será corrigido pelo CDI. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Pagamento do mútuo. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Mútuo entre controladas para cobrir necessidades de fluxo de caixa. | | | | | | |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. | 27/05/2011 | 20.000.000,00 | R\$20.000.000,00 | Não há como medir o interesse relativo à fiança. | 08/10/2014 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Nossa controlada. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de fiança prestada por nós em cédula de crédito bancário emitida pela Drogaria Guararapes Brasil Ltda. em favor do Banco Safra S.A., no valor de R\$20,0 milhões. | | | | | | |
| Garantia e seguros | A cédula de crédito bancário foi garantida pela referida fiança e cessão fiduciária de direitos creditórios. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não há. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Em caso de conflitos de interesses, adotamos as práticas de governança previstas pela legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, não havendo um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse. As decisões de nossas operações com partes relacionadas são submetidas à apreciação do nosso Conselho de Administração e devem ser por ele aprovadas.

A Lei das Sociedades por Ações, por exemplo, proíbe expressamente nossos acionistas e administradores de votarem em Assembleias Gerais ou intervirem em qualquer operação em que exista conflito entre os seus interesses e os nossos. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nossas operações e negócios com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o nosso desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação) – ou quando de prazo indeterminado, garantem a nós o direito de rescindi-los ao nosso exclusivo critério, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Os contratos de locação e de prestação de serviços firmados com Acionistas, ou com seus parentes, observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

17.1 - Informações sobre o capital social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|----------------------------------|------------------------------|--------------------------|---|--|--------------------------------------|
| Tipo de capital | Capital Autorizado | | | | |
| 25/04/2011 | 0,00 | N/A | 80.892.694 | 0 | 80.892.694 |
| Tipo de capital | Capital Emitido | | | | |
| 22/03/2011 | 361.121.066,05 | Totalmente integralizado | 37.112.045 | 0 | 37.112.045 |
| Tipo de capital | Capital Subscrito | | | | |
| 22/03/2011 | 361.121.066,05 | Totalmente integralizado | 37.112.045 | 0 | 37.112.045 |
| Tipo de capital | Capital Integralizado | | | | |
| 22/03/2011 | 361.121.066,05 | | 37.112.045 | 0 | 37.112.045 |

17.2 - Aumentos do capital social

| Data de deliberação | Órgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferenciais (Unidades) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
|---|-------------------------------|--------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------------|---------------|-----------------|
| 07/06/2010 | Assembleia Geral | 07/06/2010 | 15.990.000,00 | Subscrição particular | 15.990.000 | 0 | 15.990.000 | 15.99000000 | 1,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido da ação. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |
| 22/06/2010 | Assembleia Geral | 22/06/2010 | 48.000.000,00 | Subscrição particular | 48.000.000 | 0 | 48.000.000 | 3.00000000 | 1,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido da ação. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |
| 15/10/2010 | Assembleia Geral | 15/10/2010 | 9.950.000,00 | Subscrição particular | 9.950.000 | 0 | 9.950.000 | 0,15546875 | 1,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido da ação. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |
| 11/02/2011 | Assembleia Geral | 11/02/2011 | 58.870.000,00 | Subscrição particular | 58.870.000 | 0 | 58.870.000 | 0,79607843 | 1,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido da ação. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |
| 18/03/2011 | Assembleia Geral | 18/03/2011 | 9.000.000,00 | Subscrição particular | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 | 0,06776087 | 1,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido da ação. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Por meio de conferência de créditos no valor de R\$ 9.000.000,00. Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |
| 22/03/2011 | Assembleia Geral | 22/03/2011 | 91.801.066,05 | Subscrição particular | 83.502.102 | 0 | 83.502.102 | 0,64730691 | 1,09 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Perspectiva de rentabilidade futura. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |

17.2 - Aumentos do capital social

680

| Data de deliberação | Órgão que deliberou o aumento | Data emissão | Valor total emissão (Reais) | Tipo de aumento | Ordinárias (Unidades) | Preferenciais (Unidades) | Total ações (Unidades) | Subscrição / Capital anterior | Preço emissão | Fator cotação |
|---|-------------------------------|--------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------------|---------------|-----------------|
| 22/03/2011 | Assembleia Geral | 22/03/2011 | 127.500.000,00 | Subscrição particular | 108.686.303 | 0 | 108.686.303 | 0,54575557 | 1,17 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Perspectiva de rentabilidade futura. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional | | | | | | | | | | |
| 22/06/2011 | Assembleia Geral | 22/06/2011 | 41.023.800,88 | Subscrição particular | 10.052.924 | 0 | 10.052.924 | 1,13601367 | 4,08 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional. | | | | | | | | | | |
| 22/06/2011 | Assembleia Geral | 22/06/2011 | 3.627.902,34 | Subscrição particular | 1.116.992 | 0 | 1.116.992 | 0,00902138 | 3,25 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional. | | | | | | | | | | |
| 22/06/2011 | Assembleia Geral | 22/06/2011 | 10.875.135,83 | Subscrição particular | 1.675.487 | 0 | 1.675.487 | 0,02680404 | 6,49 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor do patrimônio líquido. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional. | | | | | | | | | | |
| 22/06/2011 | Assembleia Geral | 22/06/2011 | 1,00 | Subscrição particular | 5.892.131 | 0 | 5.892.131 | 0,00000001 | 0,00 | R\$ por Unidade |
| Critério para determinação do preço de emissão | | | | | | | | | | |
| Valor econômico. | | | | | | | | | | |
| Forma de integralização | | | | | | | | | | |
| Moeda corrente nacional. | | | | | | | | | | |

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

| Data aprovação | Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades) | | | Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades) | | |
|-------------------|---|--------------------------------|------------------------|--|--------------------------------|------------------------|
| | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações | Quantidade ações ordinárias | Quantidade ações preferenciais | Quantidade total ações |
| Grupamento | | | | | | |
| 08/04/2011 | 334.008.405 | 0 | 334.008.405 | 37.112.045 | 0 | 37.112.045 |

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de nosso capital social desde a nossa criação, em 2009.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 17 do Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

| | |
|---|--|
| Espécie de ações ou CDA | Ordinária |
| Tag along | 100,000000 |
| Direito a dividendos | Em atendimento ao disposto na Lei das Sociedades por Ações, e de acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 25,0% do saldo de lucro líquido do exercício social anterior, calculado conforme a referida lei e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual. A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social caso o CA informe à AGO que tal distribuição seria inviável dada a nossa situação financeira na época. Tal suspensão está sujeita à revisão do Conselho Fiscal, quando instalado, e aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral e deverá ser registrada uma justificativa na CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral. Os dividendos não distribuídos por causa da suspensão devem ser destinados a uma reserva especial. Se não absorvido pelos prejuízos, esse montante deverá ser pago na forma de dividendos assim que tiver condição financeira. |
| Direito a voto | Pleno |
| Conversibilidade | Não |
| Direito a reembolso de capital | Sim |
| Descrição das características do reembolso de capital | No caso de nossa liquidação, após pagarmos todas as nossas obrigações, os nossos acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações em nosso capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em nossa Assembleia Geral poderá retirar-se do nosso quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. As nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação de nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária ou por meio de sorteio. |
| Restrição a circulação | Não |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em nossa Assembleia Geral podem privar os nossos acionistas dos direitos de (i) participar dos nossos lucros sociais, (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de nossas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do nosso quadro de acionistas nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. |
| Outras características relevantes | Não há. |

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

De acordo com o Capítulo VII, artigo 29 e seguintes do nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle obrigue-se a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos nossos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante. Ademais, a oferta pública também será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição ou opção de aquisição de ações ou outros títulos ou direitos relativos a títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou que dêem direito à sua subscrição ou aquisição, conforme o caso, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o poder de nosso controle, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação, anexando documentação comprobatória.

Também estará obrigado a efetivar oferta pública, conforme acima mencionado, aquele que adquirir o poder de nosso controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Ainda, qualquer acionista adquirente, que adquira ou torne-se titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 30% do nosso capital social deverá, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% do total de ações de nossa emissão, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de nossa emissão, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos do artigo 31 do nosso Estatuto Social.

A oferta pública poderá, ainda, ser efetivada pelo acionista controlador ou por nós para o cancelamento do registro de companhia aberta. Nesse caso, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 36 do nosso Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, nossos valores mobiliários não eram negociados em mercado regulamento.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuíamos qualquer outro valor mobiliário emitido que não seja ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de nossa emissão são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código BPHA3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, vez que até a data deste Formulário de Referência não realizamos oferta pública de nossas ações, nem de nossas controladas, nem terceiros realizaram oferta pública de distribuição de valores mobiliários de nossa emissão.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Item não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem planos de recompra de nossas ações já aprovados.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram movimentações de valores mobiliários mantidos em tesouraria nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**25/04/2011****Cargo e/ou função**

Estão sujeitos à nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários, ou Política de Negociação, os nossos Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, caso seja instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por nós controladas, direta ou indiretamente (Pessoas Vinculadas).

Principais características

Nossa Política de Negociação visa a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo a nós, ou Informações Privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas por meio de negociação com valores mobiliários de nossa emissão, ou Valores Mobiliários, e enunciar as diretrizes que regem, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de nossos Valores Mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Estamos sujeitos às regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, ou Instrução CVM nº 358/02, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado. Cumpre esclarecer que não adotamos um procedimento específico para fiscalizar a negociação de valores mobiliários de nossa emissão durante os períodos de vedação. Para informações sobre períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização, consultar o item 20.2, desta Seção 20.

20.2 - Outras informações relevantes

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358/02, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado, conforme itens abaixo descritos:

(i) é vedada a negociação com Valores Mobiliários de nossa emissão pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que negociarmos com ações de nossa emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

(ii) as Pessoas Vinculadas e nós, devemos nos abster de negociar nossos Valores Mobiliários de nossa emissão em todos os períodos em que o nosso Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do nosso Conselho de Administração. O nosso Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado de forma confidencial pelos seus destinatários.

(iii) as Pessoas Vinculadas deverão assegurar que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem nossos Valores Mobiliários quando tiverem acesso a Informações Privilegiadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem Informações Privilegiadas firmem o competente Termo de Adesão à Política de Negociação.

(iv) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão.

(v) as Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de nossa emissão, independente de determinação do nosso Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à nossa intenção ou dos nossos acionistas controladores de: (i) modificar o nosso capital social mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações

20.2 - Outras informações relevantes

de nossa emissão por nós mesmos; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e (d) a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

(vi) os administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, bem como de nossas controladas e coligadas, criadas por disposição estatutária, poderão adquirir as ações de nossa emissão, em conformidade com plano de investimento aprovado por nós no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM desde que: (a) nós tenhamos aprovado o cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; (b) O plano de investimento estabeleça: (1) o compromisso irrevogável e irretroatável de seus participantes de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (2) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (3) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; e (4) obrigação de seus participantes reverterem a nós quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de nossa emissão, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados por meio de critérios razoáveis definidos no próprio plano.

(vii) as Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia, anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão, não poderão negociar nossos Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre: (a) a data de sua divulgação ao mercado e (b) seis meses após o seu afastamento.

(viii) caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de Fato Relevante, o nosso Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de nossa própria emissão.

(ix) as vedações a negociação de nossos Valores Mobiliários deixarão de vigorar tão logo divulgarmos o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas

20.2 - Outras informações relevantes

Vinculadas possam interferir, em nosso prejuízo ou de nossos acionistas, com o ato ou fato associado ao Ato ou Fato Relevante.

(x) mesmo após sua divulgação ao mercado, o Ato ou Fato Relevante deve continuar a ser tratado como não tendo sido divulgado até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado o Ato ou Fato Relevante, bem como se a negociação possa, a nosso juízo, interferir nas condições dos negócios com nossas ações, de maneira a resultar prejuízo a nós mesmos ou aos nossos acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pela Diretoria de Relações com Investidores.

O nosso Diretor de Relações com Investidores é a responsável pela aplicação dos termos da Política de Negociação.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das Sociedades por Ações, e a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, ou Instrução CVM nº 358/02, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à BM&FBOVESPA quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, devemos cumprir e cumprimos com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM nº 358/02 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à BM&FBOVESPA, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à BM&FBOVESPA o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, fazemos parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Nesse sentido, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, devemos observar o Regulamento de Listagem no Novo Mercado, ou Regulamento do Novo Mercado, que contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto em razão da adoção das práticas de governança corporativa diferenciadas.

Em observância às normas da CVM e da BM&FBOVESPA, em 13 de janeiro de 2011, adotamos uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou Política de Divulgação, cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02, Pessoas Vinculadas.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a nossa Política de Divulgação, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da companhia: (i) pela companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus Diretores; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia, sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior à divulgação das nossas informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos por nós adotados para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a nossa Política de Divulgação, a comunicação de Informação Relevante à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecidos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados por nós habitualmente, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às bolsas de valores e a outras entidades, conforme aplicável.

A nossa Política de Divulgação estabelece como responsabilidades de nossa Diretoria de Relações com Investidores:

- a) divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e
- b) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais tenhamos valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma Informação Relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, a nossa Diretoria de Relações com Investidores.

A nossa Política de Divulgação estabelece como Pessoa Vinculada, aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02, inclusive nós, nossos acionistas controladores diretos e indiretos, Diretores, membros do nosso Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladoras e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à nossa Política de Divulgação e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, mesmo não tendo aderido à nossa Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição ocupada em nossa Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A nossa Política de Divulgação prevê, ainda, que a Informação Relevante poderá, excepcionalmente, deixar de ser divulgada, se nossos acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação poderá colocar em risco o nosso interesse legítimo. Poderemos submeter à apreciação da CVM a nossa decisão de, excepcionalmente, manter o sigilo da Informação Relevante. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, caso seja constatada oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, os nossos acionistas ou administradores deverão, diretamente ou por meio do nosso Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, bolsas de valores e ao público em geral.

Não adotamos um procedimento interno para manter sigilo sobre as informações não divulgadas.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 21 do Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados por nós e nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes que não tenham sido abordadas nos itens anteriores.

-
- Estudo Técnico

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Estudo Técnico

RJ-0093/11-01

BRAZIL PHARMA S.A.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo (“Estudo Técnico”) da Brazil Pharma S.A., empresa localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 6º e 7º Andar, Vila Olímpia, CEP 04547-006, São Paulo, SP, inscrita sob o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o número 11.395.624/0001-71 (“Brazil Pharma” ou “Companhia”), é apresentado no âmbito do pedido de registro de uma oferta pública primária de ações ordinárias (as “Ações”), a ser conduzida pela Companhia (“Oferta”).

As informações aqui incluídas não dispensam a leitura do Formulário de Referência e do Prospecto de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias da Brazil Pharma relacionados à Oferta, incluindo aquelas constantes da Seção “Fatores de Risco”.

Este Estudo Técnico foi preparado pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. (“APSI”) com base em informações fornecidas pela Brazil Pharma e pelas Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A., Rede Nordeste de Farmácias S.A., Drogaria Mais Econômica S.A. e Farmais Franchising S.A. (“Sociedades Investidas”) visando passar um maior entendimento sobre o modelo de negócios.

O presente Estudo Técnico não constitui, no todo ou em parte, material de marketing ou uma solicitação ou oferta para a compra de quaisquer valores mobiliários, e não deve ser considerado como um guia de investimentos, tendo sido elaborado unicamente com a finalidade de ser um material complementar de suporte aos investidores no processo de tomada de decisão.

As premissas e declarações futuras aqui contidas têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e as tendências que afetam ou que potencialmente venham a afetar os negócios operacionais da Companhia. Consideramos que estas premissas e declarações futuras baseiam-se em expectativas razoáveis e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos, muito embora estejam sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições. Tais premissas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- Intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- A implementação das estratégias operacionais da Companhia, inclusive a capacidade de integração das Sociedades Investidas da Companhia e outras sociedades que venham a ser adquiridas;
- Fatores ou tendências que possam afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados das operações da Companhia;
- Condições que afetam o varejo de medicamentos no Brasil, tais como demanda pelos produtos das redes de drogarias, aumento de concorrência, redução das margens de medicamentos e a condição financeira dos clientes da Companhia;

- Alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, a inflação, taxas de juros, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- Alterações nos preços dos medicamentos, nos custos estimados no orçamento da Companhia e na demanda por seus produtos e serviços;
- Capacidade dos executivos da Companhia de executar seu plano de expansão;
- Eventuais problemas oriundos das aquisições não identificados nas diligências realizadas pela Companhia, bem como de relacionamento com os sócio-fundadores das Sociedades Investidas ou, conforme o caso, com os franqueados; e
- A consolidação, bem como o prazo de sua ocorrência, nos diversos níveis da cadeia referente ao setor de comércio de medicamentos.

Os efetivos resultados da Companhia podem ser adversamente impactados, apresentando-se substancialmente distintos das premissas e declarações futuras descritas neste Estudo Técnico, pelo que estas premissas e declarações futuras não consubstanciam garantia de desempenho futuro da Companhia. Este Estudo Técnico não contém todas as informações necessárias ou relevantes para a tomada de uma decisão de investimento, para tanto o investidor deverá ler o Prospecto e Formulário de Referência divulgado pela Companhia. Além disso, a Companhia, os bancos coordenadores (*underwriters*) e a APSIS não têm qualquer obrigação de atualizar as premissas, declarações futuras ou quaisquer outras informações incluídas neste Estudo Técnico.

Alguns dos indicadores e dados referentes ao setor de varejo de produtos farmacêuticos apresentados neste Estudo Técnico foram obtidos perante as seguintes entidades: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA), Intercontinental Medical Statistics - IMS Health (empresa de informações da área farmacêutica e de saúde) e Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal (ABIHPEC). Tais indicadores financeiros não foram verificados de forma independente. As informações contidas neste Estudo Técnico em relação ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e por outros órgãos públicos e por outras fontes. Todos os indicadores do varejo de produtos farmacêuticos e dados demográficos utilizados neste Estudo Técnico foram extraídos de fontes consideradas confiáveis. Apesar de acreditarmos que essas informações provêm de fontes confiáveis, estes dados macroeconômicos, comerciais e estatísticos não foram objeto de verificação de forma independente.

As informações financeiras das Sociedades Investidas apresentadas neste Estudo Técnico, referentes aos exercícios de 2007, 2008, 2009 e grande parte de 2010, foram obtidas junto às Sociedade Investidas e refletem informações financeiras não auditadas referentes a períodos anteriores aos de suas respectivas aquisições pela Companhia, quando não havia qualquer

ingerência da Companhia na administração das Sociedades Investidas. Portanto, quaisquer dados de crescimento e/ou financiamentos relativos às Sociedades Investidas para os exercícios acima referidos não devem ser entendidos como resultado da administração pela Companhia.

A principal atividade das Sociedades Investidas que compõem o portfólio da Companhia é o comércio de artigos farmacêuticos, produtos de higiene e cuidados pessoais.

Este Estudo Técnico concentra sua análise nas atividades de varejo farmacêutico desenvolvidas pela Companhia. A análise permite avaliar o resultado da Companhia no desenvolvimento destas atividades, com ênfase nas despesas contabilizadas na conta Despesas com Vendas (conforme definido abaixo), expurgadas todas as demais despesas da Companhia. Em resumo, este Estudo Técnico baseia-se na avaliação da lucratividade da Companhia, mensurada pela diferença entre o lucro bruto e as Despesas com Vendas da Companhia em percentual da receita bruta, no conceito de 100% da operação das lojas (“Margem Operacional das Lojas” ou “Margem EBITDA Loja”). O objetivo é a utilização de um parâmetro que viabilize a comparabilidade com os peers selecionados no momento atual.

A Margem EBITDA Loja será utilizada como parâmetro para sensibilizar a “Margem EBITDA”¹ da Companhia em diferentes cenários e análises de sensibilidade, também no conceito de 100% da operação do negócio. Adicionalmente, visto que a Companhia pretende desenvolver seus negócios tanto por meio do crescimento orgânico de suas Sociedades Investidas, como também pela aquisição de outras redes de drogarias e celebração de acordos comerciais com canais de distribuição, optou-se por apresentar o cálculo da Taxa Interna de Retorno (“TIR”) esperada na aquisição de novas redes de drogarias e farmácias, atividade que será parte relevante da estratégia da Companhia e na qual será aplicada a maior parte dos recursos primários esperados na oferta. Tal estimativa levou em consideração o preço de aquisição de Sociedades Investidas, por um múltiplo de EBITDA do ano corrente, tendo em contrapartida os lucros estimados ao longo de 5 anos e uma hipotética venda da empresa adquirida ao final do período projetado. A Companhia acredita que o múltiplo de EBITDA é um indicador adequado, pois foi o principal indicador utilizado nas negociações da Companhia para a aquisição das Sociedades Investidas, além de ser amplamente utilizado em avaliações econômico-financeiras no setor de varejo de produtos farmacêuticos. A informação prevista abaixo não foi verificada de forma independente pela APSIS. Com exceção das informações extraídas das Demonstrações Financeiras Auditadas (conforme definido abaixo) da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2011, nem os auditores da Companhia e nem qualquer outro auditor independente compilou, revisou ou conduziu qualquer procedimento relacionado a qualquer informação, prospectiva financeira ou de qualquer outra natureza utilizada na elaboração

¹ Para fins deste Estudo Técnico, “Margem EBITDA” é o lucro (prejuízo) bruto depois do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização e do imposto de renda e da contribuição social sobre em percentual da Receita Bruta. Ou, o lucro (prejuízo) líquido antes dos mesmos itens adicionado à participação de controladores, de funcionários e da provisão para redução ao valor de recuperação.

deste Estudo Técnico, assim como tais informações não foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade em vigor. Dessa forma, quaisquer informações financeiras incluídas nesse Estudo Técnico não são, e não devem ser consideradas, demonstrações contábeis da Companhia ou das Sociedades Investidas. Os potenciais impactos financeiros mencionados neste Estudo Técnico têm como base exclusivamente informações disponibilizadas pela Companhia até a data deste Estudo Técnico.

O presente Estudo Técnico se baseia em informações públicas no que tange ao entendimento e conhecimento do setor por parte dos consultores da APSIS e por informações fornecidas pela Companhia e o Prospecto da Companhia.

Apresentamos a seguir o currículo das pessoas físicas e jurídicas que foram envolvidas na elaboração e/ou revisão do presente Estudo Técnico:

APSYS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. – Há mais de 30 anos a Apsis presta consultoria a companhias do Brasil, América Latina e Europa em avaliação de empresas, marcas e outros intangíveis, além de realizar avaliação patrimonial de ativos, consultoria e negócios imobiliários, gestão de ativo imobilizado e sustentabilidade corporativa. Seguimos o padrão internacional da ASA - *American Society of Appraisers* (Washington, DC), através das normas do USPAP - *Uniform Standards of Professional Appraisal Practice*, bem como os padrões da ética. Somos membros do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, órgão de classe formado por engenheiros, arquitetos e empresas habilitadas que atuam na área das avaliações e perícias, cujas normas foram desenvolvidas de acordo com os princípios básicos das normas internacionais do IVSC - *International Valuation Standards Committee* e UPAV - União Pan-Americana de Associações de Avaliação, o comitê internacional de normas de avaliação do IVSC, integrada por entidades nacionais do continente americano que se dedicam à área de avaliação.

RICARDO DUARTE CARNEIRO MONTEIRO – Graduação em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1975 e pós-graduação em Engenharia Econômica também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1976.

Sócio-diretor, fundador da APSIS, com experiência em Avaliação de Empresas, Consultoria e Negócios Imobiliários. Diretor do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF) desde 2001, Perito Judicial das Varas Cíveis e de Fazenda e professor da Cadeira de Construção Civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ.

ANA CRISTINA FRANÇA DE SOUZA – Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1991, pós-graduação em Avaliações de Empresas e Projetos pela Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas em 1996, e em Ciências Contábeis também pela Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, em 2000. Formação em Avaliação de Empresas pela *American Society of Appraisers* - ASA (Washington, EUA).

Sócia-diretora da APSIS desde 1993, com atuação na empresa há mais de 20 anos nas áreas de Avaliação de Empresas, Consultoria Imobiliária e Avaliação de Ativos Tangíveis e Intangíveis.

Membro da ABPI - Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e da APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais; Vice-presidente e Professora do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF) desde 2001. Professora do MBA em Avaliação de Marcas da FGV - Fundação Getúlio Vargas, Responsável Técnica da *American Society of Appraisers* (ASA) no Brasil, professora do Instituto de Engenharia Legal (IEL) e palestrante em diversas entidades, tais como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Internacional Business Communication (IBC), Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e *American Chamber of Commerce* (AMCHAM), entre outros.

LUIZ PAULO CÉSAR SILVEIRA – Graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1989 e mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD-UFRJ) em 1991. Formação em Avaliação de Empresas pela *American Society of Appraisers* - ASA (Washington, EUA).

Diretor da APSIS desde 2002 e Professor do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF) dos cursos de Avaliação de Empresas & Negócios e de Impacto Ambiental. Responsável pela coordenação dos projetos de Avaliação de Empresas e Gestão Ambiental.

SÉRGIO FREITAS DE SOUZA – Graduação em Economia pela Universidade Gama Filho em 1989 e participação em inúmeros cursos nas áreas de Formação de Traders, Matemática Financeira e Comércio Exterior, dentre outros.

Diretor da APSIS desde 2000, responsável pela coordenação dos projetos de Avaliação e Gestão de Ativo Fixo e implantação de módulos de Ativo Fixo de Sistemas de Gestão Integrada (*Enterprise Resource Planning*).

2. APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

Visão Geral

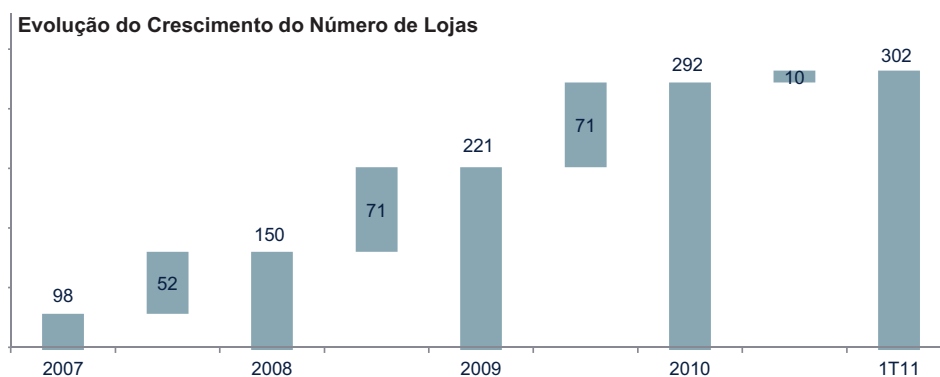
A Brazil Pharma é uma companhia vinculada ao setor de varejo de produtos farmacêuticos, o qual envolve a compra, distribuição e revenda de medicamentos, o qual, segundo o IMS Health, apresentou no Brasil um faturamento de cerca de R\$36,2 bilhões em 2010.

O desenvolvimento do setor, atrelado à disseminação dos medicamentos genéricos, acompanhada do envelhecimento e da urbanização da população brasileira, bem como do aumento da renda *per capita*, tornaram mais atrativas as oportunidades de negócio e crescimento do setor no Brasil, muito embora se trate de um mercado largamente fragmentado nacionalmente.

O crescimento das redes de drogarias vem sendo motivado pela contínua racionalização e aceleração do processo de consolidação do setor, pela utilização de gestão profissionalizada, mão-de-obra qualificada, centros de distribuição e sistemas de informações capazes de suportar a estratégia de crescimento, pela grande expertise no modelo de negócio e pela busca de pontos comerciais estratégicos. A atual conjuntura de crescimento do país

potencializa a tendência de consolidação do setor, haja vista os benefícios de competitividade obtidos com ganhos de escala e o processo de formalização da economia brasileira.

Constituída no ano de 2009, a Companhia aproveita-se dessa conjuntura para desenvolver uma estratégia de expansão calcada em aquisições de redes de drogarias localizadas em regiões de menor competição no setor, dotadas de posições de liderança regional e com expectativas de propiciar à Companhia os ganhos advindos do desenvolvimento do setor de varejo de produtos farmacêuticos. As Sociedades Investidas apresentaram um crescimento orgânico considerável de sua rede de pontos de venda, como se verifica no gráfico abaixo, buscando manter um relacionamento direto com seus clientes e fornecedores de modo a oferecer o melhor serviço aos seus clientes.



Fonte: Brazil Pharma

Em 2010, a receita bruta consolidada da Companhia foi de R\$175,4 milhões, de acordo com as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, decorrentes das atividades desenvolvidas em seus mais de 145² pontos de venda e 358 franquias, e R\$173,3 milhões para o período de três meses findo em 31 de março de 2011, de acordo com as demonstrações financeiras para o período, decorrentes das atividades desenvolvidas em suas mais de 302 lojas próprias e 361 franquias. Tais demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2011, foram auditadas e os pareceres dos auditores independentes, ambos emitidos em 28 de abril de 2011, não contém ressalvas (“Demonstrações Financeiras Auditadas”).

Segundo a Companhia, as Sociedades Investidas adquiridas e por ela administradas foram selecionadas ao longo de um criterioso processo de análises e pesquisas de mercado realizadas pela equipe de fusões e aquisições da Companhia, que mapeou grande parte das redes de drogarias existentes no Brasil, identificando mais detalhadamente aquelas que se adequariam ao seu modelo de negócios. Esse trabalho resultou na celebração de contratos de

¹Em 31 de dezembro de 2010 a rede Mais Econômica com 147 pontos de venda ainda não havia sido adquirida.

aquisição de 4 redes de drogarias, selecionadas com base no seu histórico de negócios em suas respectivas regiões de atuação, reputação de seus sócios e/ou acionistas e da expectativa de crescimento de negócios.

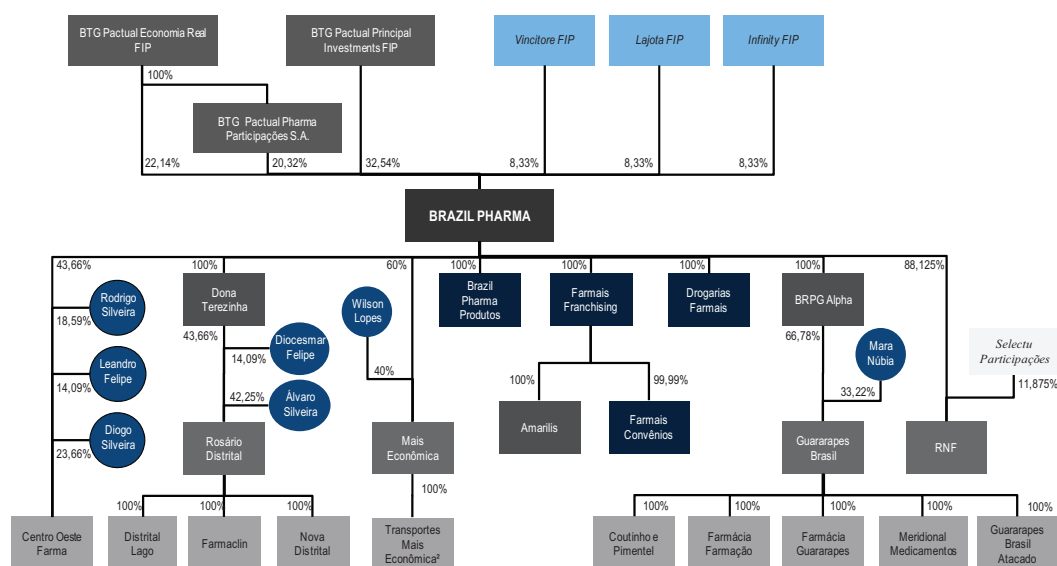
O quadro a seguir apresenta as redes de drogarias adquiridas e atualmente administradas pela Companhia, incluindo a região de atuação e a quantidade de pontos de venda existentes em 31 de março de 2011:

| Nome da Rede | Região de atuação | Breve descrição | Qtde. de lojas | Data da Aquisição |
|------------------------------------|-------------------|---|----------------|-------------------|
| Rosário Distrital | Centro-Oeste | Empresa líder em varejo farmacêutico no Centro Oeste, presente há mais de 35 anos neste mercado. | 89 | 23/07/2010 |
| Guararapes Brasil* | Nordeste | Empresa líder em varejo farmacêutico no Estado de Pernambuco, presente há mais de 45 anos naquele mercado. | 60 | 06/10/2010 |
| Mais Econômica | Sul | Empresa com posição de destaque no Sul do país, segunda maior rede de drogarias do Rio Grande do Sul em faturamento, presente neste mercado há mais de 25 anos. | 153 | 30/01/2011 |
| Total de Operações Próprias | | | 302 | |
| Farmais** | Sudeste e Sul | Maior rede de franquias de varejo farmacêutico no Brasil, há mais de 15 anos no mercado. | 361 | 30/12/2010 |
| Total de Franquias | | | 361 | |

*A Drogarias Guararapes Brasil S.A. e a Rede Nordeste de Farmácias (da qual a Brazil Pharma detém 88,125% do Capital Social) as quais operam sob a marca “Farmácias Guararapes”.

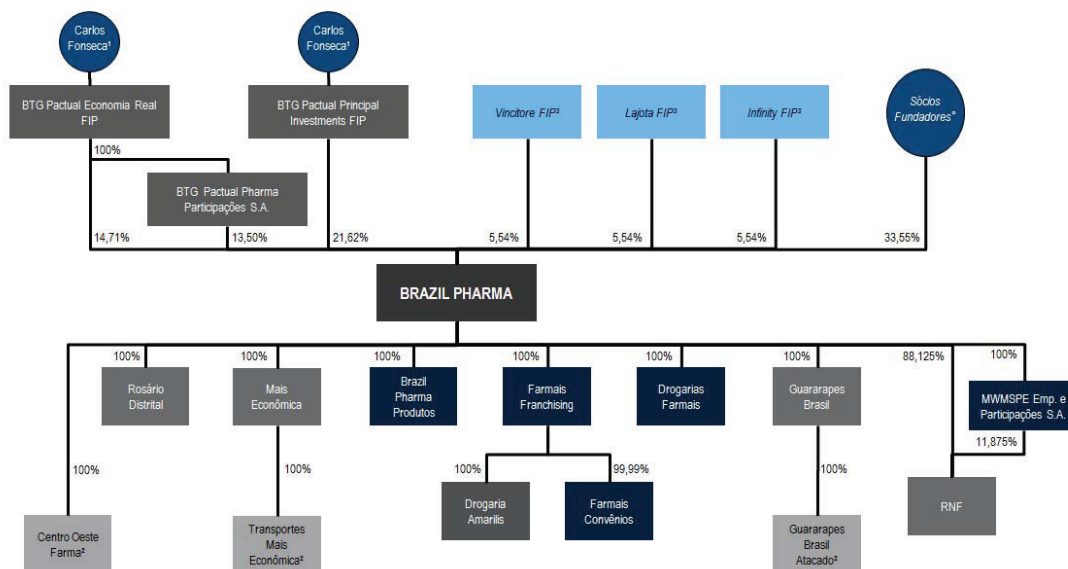
**Apenas uma loja usando a bandeira Farmais pertence à Companhia, as demais lojas Farmais pertencem aos franqueados da Companhia.

O quadro a seguir apresenta a estrutura societária da Brazil Pharma em 31 de março de 2011.



Fonte: Brazil Pharma

Após 31 de março de 2011 foi iniciado um processo de reestruturação societária da Companhia e, além disso, os instrumentos contratuais da Drogaria Rosário S.A., Drogaria Guararapes Brasil S.A. e Drogaria Mais Econômica S.A. prevêem, no caso de realização de oferta pública de ações, a permuta da totalidade das ações dos sócios fundadores, mantidas em suas respectivas subsidiárias, por ações de emissão da Companhia. A conclusão da reestruturação societária e da permuta das ações citadas acima resultará, no momento pré-liquidação da contemplada Oferta, na estrutura societária da Companhia abaixo apresentada:



¹ Gestor dos FIPs, na qualidade de gestor pessoa física responsável, perante a CVM, pela BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.

² Centros de Distribuição das Empresas

³ Os FIPs são administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e geridos pela BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.

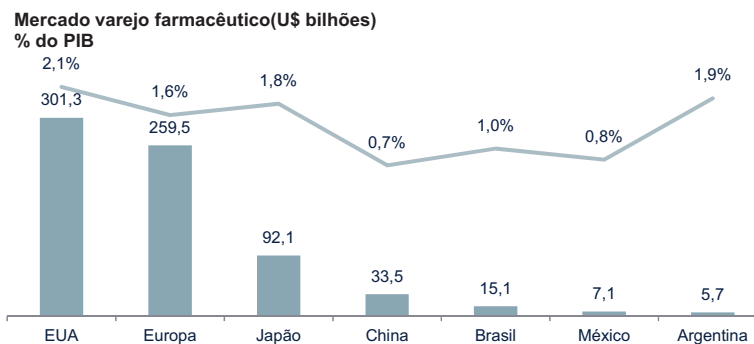
⁴ Sócios Fundadores são Álvaro Silveira, Diocesmar Felipe, Álvaro Silveira Junior, Natália Nunes da Silveira, Wilson Lopes, Mara Núbia Amorim, Diogo Silveira, Rodrigo Silveira e Leandro Felipe

Fonte: Brazil Pharma

3. VISÃO GERAL DO SETOR DE VAREJO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL

Segundo a consultoria da área farmacêutica IMS Health, o mercado de varejo de produtos farmacêuticos mundial movimentou US\$ 808 bilhões no ano de 2009. Deste total, 37% se referem a vendas nos EUA, que é o maior mercado individual do mundo. O segundo maior mercado é composto pela Europa, com 31%, seguido pelo Japão, com 11%. Os mercados asiáticos e latino americanos ainda detêm participação percentual pouco considerável no cenário mundial, embora venham apresentando o maior crescimento recentemente.

O quadro abaixo mostra os maiores mercados farmacêuticos mundiais em vendas totais anuais (2010) e sua representatividade em comparação com o respectivo PIB:



Fonte: IMS Health, 2009

Como indicado no gráfico, o Brasil se destaca como o maior mercado de varejo de produtos farmacêuticos da América Latina, com o dobro do tamanho do mercado do México, e quase o triplo da Argentina.

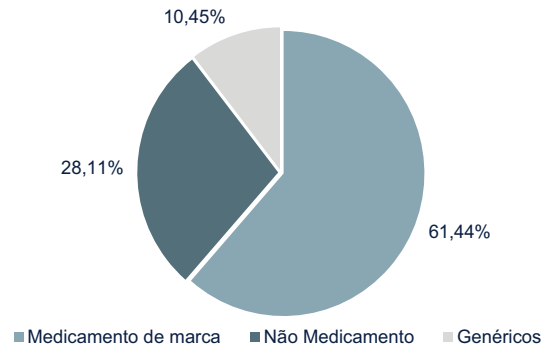
Na última década, o varejo de produtos farmacêuticos no mundo, em especial em mercados mais desenvolvidos, passou por um movimento de consolidação, com o objetivo de aumentar o poder de negociação frente aos distribuidores atacadistas e fabricantes, além de aumentar a sua rentabilidade.

Em contrapartida, no Brasil, onde o varejo de produtos farmacêuticos é formado, basicamente, por drogarias independentes, redes de drogarias e supermercados, o mercado é bastante fragmentado. As cinco maiores redes de drogarias do país detinham, segundo a IMS Health, apenas 22,5% do mercado nacional em 2009. Ainda segundo a IMS Health, cerca de 49% do faturamento desse mercado era formado por farmácias independentes e o restante por redes de drogarias e supermercados. Embora fragmentado a nível nacional, o varejo farmacêutico é concentrado a nível regional, por influência de fatores tais como a distribuição da população brasileira e seu poder aquisitivo, e as diferenças tributárias entre os Estados (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS).

O crescimento do setor de varejo de produtos farmacêuticos brasileiro foi considerável entre os anos de 1996 e 2010, principalmente quando comparado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Nesse período, o varejo farmacêutico apresentou, em termos de volume de vendas, uma taxa média de crescimento nominal de 12,4% a.a. de acordo com a IMS Health, enquanto o PIB apresentou uma taxa média de crescimento nominal equivalente a 11,1% a.a. no mesmo período, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Produtos com maior relevância no mercado atual

Atualmente, os produtos com maior relevância no mercado brasileiro de varejo farmacêutico encontram-se concentrados em três grupos: medicamentos de marca, genéricos e não-medicamentos, conforme indicado no gráfico abaixo, indicativo das vendas do setor de varejo de produtos farmacêuticos no Brasil das redes membro da ABRAFARMA, do faturamento por tipo de produto, em 2010:



Fonte: Abrafarma, 2010

Medicamentos de Marca

Como um dos ramos mais relevantes do mercado brasileiro de varejo de produtos farmacêuticos, a venda de medicamentos de marca representou em 2010 uma participação de 61,44% do total do mix de produtos das redes membro da ABRAFARMA. Os medicamentos de marca têm seu desenvolvimento atrelado a vultosos investimentos em pesquisa, exaustivos procedimentos de testes e dependem da aprovação das agências governamentais competentes para a sua comercialização. Para determinada parcela da população brasileira o único contato com esses medicamentos, devido ao seu significativo custo médio, restringe-se ao uso hospitalar.

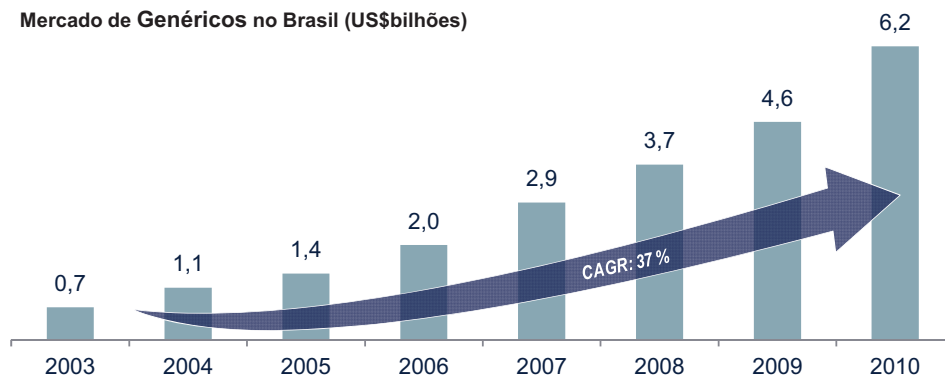
Em 2010, o total de venda desses medicamentos no Brasil foi de R\$30,0 bilhões, representando um crescimento de 16,8% com relação ao ano anterior, de acordo com a IMS Health.

Medicamentos Genéricos

Os medicamentos genéricos foram introduzidos no Brasil em 1999, com a vigência da Lei Federal nº 9.787, promulgada com o objetivo de implementar uma política consistente de auxílio ao acesso a tratamentos medicamentosos no país. Os critérios técnicos para registro destes medicamentos são semelhantes aos adotados em países como Canadá e EUA, entre outros centros de referência de saúde pública no mundo.

Com preços no mínimo 35% menores que os medicamentos de marca, os medicamentos genéricos já estão colaborando para que muitos brasileiros, que não tinham acesso a medicamentos ou que tinham dificuldade em dar continuidade a tratamentos, encontrem uma alternativa viável e segura para seguir as prescrições médicas corretamente.

Muito embora a participação dos genéricos nas vendas no país seja consideravelmente inferior ao comércio de medicamentos de marca, a taxa de crescimento da taxa de comercialização de medicamentos genéricos é bastante significativo. De acordo com a consultoria da área farmacêutica IMS Health, no período entre os anos 2003 e 2010 este setor cresceu uma taxa média de 37% a.a., conforme se verifica no quadro abaixo.



Fonte: IMS Health, 2010

No Brasil, os genéricos respondem por 17,2%¹ das vendas do mercado de varejo farmacêutico. Em países como Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, onde o mercado de genéricos já se encontra mais maduro, a participação desses medicamentos é de 30%, 35%, 60% e 60%, respectivamente. Nos EUA, mercado onde os genéricos têm mais de 20 anos de existência, o índice é de aproximadamente 60% de participação em volume.

Não-Medicamentos (Higiene, Perfumaria e Cosméticos (“HPC”) e Conveniência)

O mercado de não-medicamentos, em especial o segmento de HPC, acompanhou o acelerado ritmo de crescimento do mercado de varejo farmacêutico. Segundo a ABIHPEC, ou Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, o setor faturou R\$27,3 bilhões em 2010, atingindo um CAGR de 13,1% nos últimos 7 anos.

Este crescimento foi impulsionado em virtude do interesse das redes de drogarias em aumentar a participação de HPC em suas vendas. Entre 2004 e 2009, enquanto todos os demais canais de distribuição perderam participação no setor – dentre eles Supermercados, Lojas Tradicionais, Drogarias Independentes e Perfumarias (“Canais de Distribuição”) –, as redes de drogarias aumentaram consideravelmente sua participação neste mercado. Segundo a AC Nielsen, a participação incrementada em 610 pontos base, passando de 9% de participação no mercado brasileiro em 2004 para 15,1% em 2010.

Além do interesse das redes de drogarias em comercializar não-medicamentos, outros fatores contribuíram para o crescimento da participação desses produtos nas vendas do varejo farmacêutico, tais como menor preço e maior exposição de produtos de alto valor agregado.

¹ Fonte: IMS Health, de 2010

As redes de drogarias também possuem vantagem competitiva sobre os supermercados na venda de produtos HPC devido à sua maior capilaridade, contato mais direto com o cliente e uma melhor apresentação e exposição dos produtos em suas gôndolas e vitrines. Desta forma, as redes de varejo farmacêutico deverão continuar a ampliar sua participação neste setor e consequentemente incrementar suas receitas.

Produtos com Maior Potencial de Crescimento

Os segmentos de medicamentos genéricos e não-medicamentos vêm assumindo grande importância para o mercado de varejo de produtos farmacêuticos no Brasil por possuírem um elevado potencial de crescimento. O segmento de medicamentos genéricos deve se beneficiar da queda das patentes dos chamados medicamentos *blockbuster* previstas para ocorrer nos próximos anos, da melhoria da renda e do número crescente de pessoas pertencentes à classe média no Brasil. Existe, ainda, a oportunidade de crescimento da venda destes medicamentos, uma vez que a população brasileira vem passando por um processo de envelhecimento.

Além disso, a expectativa da Companhia é de que a participação das gôndolas de não-medicamentos no lucro global das drogarias deve melhorar ainda mais nos próximos anos. Segundo a ABRAFARMA, o segmento de não-medicamentos obteve um aumento na participação do faturamento de 255 pontos base nos últimos 8 anos, representando em 2010, 28,11% do faturamento de suas redes de drogarias afiliadas.

Fatores Microeconômicos (Drogarias)

O setor de varejo de produtos farmacêuticos é um setor altamente regulamentado no Brasil, à semelhança do que sucede em outros ambientes regulatórios, tais como na União Européia e nos EUA. No Brasil, a regulamentação do setor está dividida entre a União, os Estados e os Municípios.

O Governo Federal dispõe de leis e regulamentos de aplicação genérica, os quais são reforçados e complementados por ações dos Estados e municípios. No âmbito federal, os setores de saúde e farmacêutico são regulados e supervisionados pelo Ministério da Saúde, por intermédio da ANVISA, criada por meio da Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. A ANVISA é responsável pelo registro de medicamentos, pela autorização de funcionamento dos laboratórios farmacêuticos, das drogarias e farmácias e demais empresas da cadeia farmacêutica, e pela regulação de ensaios clínicos e de preços, por meio da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Em termos práticos, a regulação dos preços de medicamentos pela ANVISA apresenta o preço máximo permitido para os diversos produtos. A diferenciação no mercado se dá a partir dos descontos praticados pelas farmácias e drogarias. Segundo a ABRAFARMA, em 2010 o desconto médio conferido aos produtos pelas redes de farmácia associadas à ABRAFARMA no Estado de São Paulo foi de 19,4%, 180 pontos base acima da média nacional de 17,6%, indicando um

diferencial competitivo da Companhia, visto que a totalidade de suas lojas próprias opera fora da região Sudeste.

Composição das Margens do Setor

As redes de drogarias que compõem o portfólio da Brazil Pharma estão localizadas em regiões estratégicas, com menor concorrência e com histórico de alto crescimento. A única exceção é a rede de franquias Farmais, concentrada na Região Sudeste.

A receita de vendas do mercado de varejo de produtos farmacêuticos é dividida em medicamentos de marca, medicamentos genéricos e não-medicamentos (HPC e produtos de conveniência). Com base nas informações financeiras da Raia S.A., arquivadas na CVM, o item de maior margem bruta é o de medicamentos genéricos, seguido pelos não-medicamentos e medicamentos de marca. Utilizamos como parâmetro comparativo as informações divulgadas pela Raia S.A. para demonstrar a diferença entre a margem bruta dos produtos vendidos pela Companhia.

Evolução da Margem Bruta Individual por produto³ - Raia S.A. (R\$ mil)

| RAIA S.A. | | | |
|-----------------------------|-----------------|---------------|---------------|
| | 2010 | 2009 | 2008 |
| RECEITA BRUTA | R\$ 1.350.906 | R\$ 1.157.693 | R\$ 1.147.626 |
| Marca + OTC | R\$ 843.764 | R\$ 735.672 | R\$ 732.737 |
| Genéricos | R\$ 125.760 | R\$ 109.688 | R\$ 109.811 |
| HPC | R\$ 380.009 | R\$ 310.890 | R\$ 303.449 |
| Serviços | R\$ 1.373 | R\$ 1.443 | R\$ 1.629 |
| CUSTO MERC. VENDIDAS | (R\$ 1.041.471) | (R\$ 898.645) | (R\$ 847.112) |
| Marca + OTC | (R\$ 677.249) | (R\$ 594.201) | (R\$ 558.864) |
| Genéricos | (R\$ 75.004) | (R\$ 61.803) | (R\$ 62.344) |
| HPC | (R\$ 289.218) | (R\$ 242.641) | (R\$ 225.904) |
| LUCRO BRUTO | R\$ 308.062 | R\$ 257.605 | R\$ 298.885 |
| Marca + OTC | R\$ 166.515 | R\$ 141.471 | R\$ 173.873 |
| Genéricos | R\$ 50.756 | R\$ 47.885 | R\$ 47.467 |
| HPC | R\$ 90.791 | R\$ 68.249 | R\$ 77.545 |
| MARGEM BRUTA | | | |
| Marca + OTC | 19,73% | 19,23% | 23,73% |
| Genéricos | 40,36% | 43,66% | 43,23% |
| HPC | 23,89% | 21,95% | 25,55% |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Raia S.A. arquivadas na CVM.

Segundo a IMS Health, o Estado de São Paulo é o líder de vendas no mercado de varejo de produtos farmacêuticos, com 31% do mercado, seguido pelo Rio de Janeiro, com uma participação de 14% do mercado em 2010. A densidade populacional e a relativa concentração de renda tornam a região Sudeste, em especial o Estado de São Paulo, os maiores mercados

³ As informações relativas aos anos de 2009 e 2010 da Raia S.A são referentes a um período de 9 meses encerrados em 31 de setembro de 2009 e 2010, respectivamente.

A margem bruta individual (por produto) considera o CMV sem considerar as receitas comerciais decorrentes de exposição de produtos, ofertas e *marketing* em geral, diferentemente do cálculo da margem bruta total.

de varejo de produtos farmacêuticos do Brasil. Consequentemente, região Sudeste e Estado de São Paulo são as áreas de maior concorrência, como podemos ver pelas margens das redes de drogarias listadas em mercado aberto Drogasil S.A. e Raia S.A. (“Peers”) no período 2008/2010, conforme quadro abaixo.

Evolução da Margem Bruta das Peers (R\$ mil)

| DROGASIL S.A. | | | |
|------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2010 | 2009 | 2008 |
| RECEITA BRUTA | R\$ 2.089.002 | R\$ 1.787.773 | R\$ 1.326.619 |
| Devoluções e Deduções | (R\$ 11.000) | (R\$ 10.396) | (R\$ 8.384) |
| Impostos | (R\$ 72.786) | (R\$ 56.829) | (R\$ 58.088) |
| RECEITA LÍQUIDA | R\$ 2.005.216 | R\$ 1.720.548 | R\$ 1.260.147 |
| CUSTO MERC. VENDIDAS | (R\$ 1.499.442) | (R\$ 1.304.318) | (R\$ 957.471) |
| LUCRO BRUTO | R\$ 505.774 | R\$ 416.230 | R\$ 302.676 |
| % Margem Bruta | 24,2% | 23,3% | 22,8% |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Drogasil S.A. arquivadas na CVM

| RAIA S.A. | | | |
|------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2010 | 2009 | 2008 |
| RECEITA BRUTA | R\$ 1.860.077 | R\$ 1.594.564 | R\$ 1.147.626 |
| Devoluções e Deduções | (R\$ 14.466) | (R\$ 14.082) | (R\$ 11.878) |
| Impostos | (R\$ 51.718) | (R\$ 46.286) | (R\$ 59.774) |
| RECEITA LÍQUIDA | R\$ 1.793.893 | R\$ 1.534.196 | R\$ 1.075.974 |
| CUSTO MERC. VENDIDAS | (R\$ 1.335.704) | (R\$ 1.176.155) | (R\$ 800.253) |
| LUCRO BRUTO | R\$ 458.189 | R\$ 358.041 | R\$ 275.721 |
| % Margem Bruta | 24,6% | 22,5% | 24,0% |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Raia S.A. arquivadas na CVM

O mix de produtos da Brazil Pharma e sua presença em mercados de menor competição, comparado com o Estado de São Paulo, contribuem para margens brutas relativamente mais altas. No ano de 2010, a margem bruta ajustada da Companhia foi de 29,82%, segundo as Demonstrações Financeiras Auditadas.

Apesar da possível consolidação de outros elos na cadeia farmacêutica (produtores, distribuidores, etc.) e seus efeitos nos custos, consideramos que a combinação de agentes macroeconômicos, aumento no consumo de medicamentos genéricos, consolidação do mercado e economias de escala atuem para manter as margens brutas em patamares estáveis no médio prazo.

4. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Foram utilizadas como base da amostra suas demonstrações financeiras auditadas do exercício de 2010 e do período de três meses findos em 31 de março de 2011. Dentre outras

razões, acreditamos que esta seja uma amostra significativa, já que a baixa sazonalidade do setor e a baixa volatilidade nos preços de compras dos produtos farmacêuticos, de higiene e beleza e conveniência, permite que o período analisado seja utilizado como base para estimar os resultados anuais da Companhia. Todavia, não podemos garantir que os efeitos da sazonalidade do negócio da Companhia, ainda que baixos, não causam distorções relevantes nas análises incluídas nesse Estudo Técnico. As Demonstrações Financeiras Auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2011 refletem os meses em que as ações das Sociedades Investidas já eram detidas pela Companhia, conforme quadro abaixo:

| Descrição | 2010 | | 2011 | |
|---|---------|--------------------------------|---------|---------------------------------|
| | Período | Receita Bruta* (Em R\$ mil) | Período | Receita Bruta** (Em R\$ mil) |
| Rede Nordeste de Farmácias S.A. (CNPJ/MF nº 11.044.747/0001-68) ⁴ | 7 meses | 17.747 | 3 meses | 12.322 |
| Drogaria Rosário S.A. (CNPJ/MF nº 00.447.821/0001-70) | 4 meses | 132.676 | 3 meses | 99.934 |
| Drogaria Guararapes Brasil S.A. (CNPJ/MF nº 11.174.756/0001-73) | 3 meses | 22.097 | 3 meses | 20.146 |
| Farmais Franchising S.A. (CNPJ/MF nº 00.259.932/0001-53) | 1 mês | 2.873 | 3 meses | 4.782 |
| Drogaria Mais Econômica S.A. (CNPJ/MF nº 94.296.175/0001-31) | N/A | N/A | 1 mês | 36.081 |

*Conforme Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

**Conforme Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Acreditamos que tais demonstrativos representem adequadamente as margens esperadas para a Companhia no futuro no mesmo conjunto e dinâmica de mercado atual, desconsideradas as sinergias operacionais e otimização de custos que a Companhia espera obter com a integração das Sociedades Investidas.

Para estimar a representatividade da amostra no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a receita bruta individual das Sociedades Investidas, constante das Demonstrações Financeiras auditadas, foi dividida pelos respectivos períodos indicados no quadro acima e multiplicada por 12 meses, resultando na receita bruta estimada anualizada da Companhia (“Anualização”). Como resultado da Anualização, concluímos que a receita bruta auditada da Companhia representa aproximadamente 31,8% da receita bruta estimada decorrente da Anualização das Sociedades Investidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Para estimar a representatividade da amostra no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de março de 2011, a receita bruta individual da Drogaria Mais Econômica S.A., referente ao período de um mês conforme individualizado acima, constante das Demonstrações Financeiras Auditadas, foi multiplicada por 3 (meses) e somada às receitas do

⁴ A Brazil Pharma detém 88,125% do Capital Social da Rede Nordeste de Farmácias S.A.

período de três meses findo em 31 de março de 2011 das demais Sociedades Investidas, constantes das Demonstrações Financeiras auditadas (“Trimestralização”). Como resultado da Trimestralização, concluímos que a receita bruta auditada da Companhia representa aproximadamente 70,6% da receita bruta estimada das Sociedades Investidas para o período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Composição dos Resultados

O negócio de comércio varejista de medicamentos se caracteriza pela comercialização de produtos farmacêuticos em geral, como medicamentos de referência e genéricos, além de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, descritos como não-medicamentos.

A seguir apresentamos o detalhe da composição dos custos e receitas das Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia que, somados, representam a estrutura de custos e receitas esperados para a Companhia para fins desta análise:

Receita Bruta - A receita bruta é proveniente da comercialização de (i) medicamentos de marca, (ii) medicamentos genéricos e (iii) não-medicamentos, que incluem artigos de perfumaria, higiene pessoal e beleza, cosmética e dermocosmética, bem como da prestação de serviços, tais como (a) aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio e (b) receita de royalties proveniente da rede de franquias.

CMV (Custo de Mercadorias Vendidas) - O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados é composto pelo custo médio de aquisição dos produtos vendidos, registrado na data da realização da venda, mais os custos dos serviços prestados, créditos de ICMS e Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“PIS/COFINS”) com compra de produtos e as receitas comerciais decorrentes de exposição de produtos, ofertas e *marketing* em geral.

Ajuste de Bonificações - O ajuste de bonificações é composto pelas receitas comerciais decorrentes de exposição de produtos, ofertas e *marketing* em geral, que estão contabilizadas em outras receitas operacionais.

Ajuste sobre o lucro não realizado de controladas adquiridas - O ajuste sobre o lucro não realizado de controladas adquiridas é a eliminação do lucro não realizado, líquidos de impostos, de operações entre controladas dentro do grupo Drogaria Rosário S.A., referentes a períodos anteriores a aquisição pela Companhia.

Despesas com Vendas - As despesas com vendas ocorrem nas lojas referentes aos pontos de vendas da Companhia e podem ser resumidas em taxas das administradoras de cartões, aluguel de lojas, despesas com funcionários das lojas, despesas de marketing, energia, manutenção, logística e segurança.

Análise da Amostra

O presente Estudo Técnico desenvolve e fundamenta o negócio da Companhia tendo como principal foco sua lucratividade, representada pela margem EBITDA Loja. O setor de varejo

farmacêutico no Brasil caracteriza-se por ter as despesas operacionais mais representativas associadas às lojas, devido à alta regulamentação do setor e ao volume do número de lojas. Além disso, todos os contratos de aquisição firmados com as Sociedades Investidas determinam que quaisquer atividades ou despesas não relacionadas aos negócios de comércio varejistas de medicamentos sejam excluídas da operação.

Para a análise da Margem EBITDA Loja da Companhia, serão utilizadas como parâmetro deste Estudo Técnico a Margem EBITDA Loja consolidada da Companhia calculada com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas.

Os quadros a seguir apresentam as Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia e a Margem EBITDA Loja da Companhia, que considera todas as receitas e despesas até o nível operacional das lojas, comparado com as Peers. As análises apresentadas abaixo não refletem, todavia, o resultado da Companhia caso as Sociedades Investidas tivessem sido adquiridas em 1 de janeiro de 2010. Assim, a Margem EBITDA Loja não deve ser entendida como um indicativo da Margem EBITDA Loja para exercícios futuros.

Demonstrações Financeiras Auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 da Companhia comparado com o Demonstrativo de Resultados Auditados da Drogasil e Raia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010

| Demonstrações de Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro (R\$ mil) | | | | | | | | |
|--|---------------|---------|-------------|-------------|-----------|-------------|-------------|-----------|
| | BRAZIL PHARMA | | RAIA | | | DROGASIL | | |
| | 2010 | % | 2010 | 2009 | 2008 | 2010 | 2009 | 2008 |
| RECEITA BRUTA | 175.393 | 100,00% | 1.860.077 | 1.594.564 | 1.147.626 | 2.089.002 | 1.787.773 | 1.326.619 |
| DEDUÇÕES (-) | (13.852) | -7,90% | (66.184) | (60.368) | (71.652) | (83.786) | (67.225) | (66.472) |
| RECEITA LÍQUIDA | 161.541 | 92,10% | 1.793.893 | 1.534.196 | 1.075.974 | 2.005.216 | 1.720.548 | 1.260.147 |
| CUSTO MERC. VENDIDAS | (124.953) | -71,24% | (1.335.704) | (1.176.155) | (820.804) | (1.526.818) | (1.321.698) | (965.989) |
| CMV (-) | (124.953) | -71,24% | (1.335.704) | (1.176.155) | (820.804) | (1.526.818) | (1.321.698) | (965.989) |
| LUCRO BRUTO | 36.588 | 20,86% | 458.189 | 358.041 | 255.170 | 478.398 | 398.850 | 294.158 |
| % Margem Bruta | 20,86% | | 24,63% | 22,45% | 22,23% | 22,90% | 22,31% | 22,17% |
| DESPESAS OPERACIONAIS (-) | (59.700) | -34,04% | (424.715) | (335.467) | (247.028) | (366.169) | (302.045) | (246.455) |
| Vendas | (33.356) | -19,02% | (292.472) | (237.221) | (185.671) | (317.663) | (251.094) | (195.747) |
| Gerais e Administrativas | (22.181) | -12,65% | (84.377) | (58.710) | (52.761) | (59.320) | (56.234) | (49.132) |
| Depreciações e amortizações | (5.769) | -3,29% | (42.302) | (34.613) | (27.911) | (31.292) | (21.770) | (18.376) |
| Provisão para redução ao valor de recuperação | (2.194) | -1,25% | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas Operacionais Líquidas | 3.800 | 2,17% | (5.564) | (4.923) | 19.315 | 42.106 | 27.053 | 16.800 |
| LUCRO OPER. ANTES RESULT. FINANC. | (23.112) | -13,18% | 33.474 | 22.574 | 8.142 | 112.229 | 96.805 | 47.703 |
| RESULTADO FINANCEIRO | (1.637) | -0,93% | (30.064) | (21.528) | (22.964) | 8.600 | 8.415 | 22.067 |
| LUCRO ANTES DO IR/CSLL | (24.749) | -14,11% | 3.410 | 1.046 | (14.822) | 120.829 | 105.220 | 69.770 |
| IR e CSSL (-) | 369 | 0,21% | (1.672) | 553 | 4.748 | (31.814) | (30.630) | (18.597) |
| PARTIC. FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES (-) | (2.642) | -1,51% | - | - | - | - | - | - |
| LUCRO LIQ. ANTES PARTIC. NÃO-CONTROLADORES | (27.022) | -15,41% | 1.738 | 1.599 | (10.074) | 89.015 | 74.590 | 51.173 |
| ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES | 3.742 | 2,13% | - | - | - | - | - | - |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (23.280) | -13,27% | 1.738 | 1.599 | (10.074) | 89.015 | 74.590 | 51.173 |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Brazil Pharma S.A., Raia S.A. e Drogasil S.A. arquivadas na CVM

As despesas gerais e administrativas da Companhia em 2010 representaram 12,65% da receita bruta da Companhia, muito acima da média das Peers, cuja representação média foi de 3,78%, uma vez que a Companhia classificou nessa conta, dentre outros valores, (i) despesas gerais e administrativas associadas ao suporte das atividades operacionais e *back-office* das Sociedades Investidas, tais como compras, recursos humanos, contabilidade e administração financeira; (ii) despesas não recorrentes inerentes à reestruturação administrativa e contábil das Sociedades Investidas; e (iii) os investimentos na qualificação da estrutura de tecnologia e as despesas de holding, custos de fusões e aquisições⁵, incluindo, mas não se limitando a,

⁵ Devido à estratégia da Companhia de continuar adquirir outras redes de drogarias os custos de fusões e aquisições poderão ser repetir nos próximos exercícios sociais.

despesas com auditoria, *due diligence* legal e contábil, viagens e hospedagens para todo o exercício de 2010. As receitas das Sociedades Investidas só foram consideradas a partir da data da efetiva aquisição, ou seja, os custos descritos no item “(iii)” acima foram diluídos por receitas geradas apenas no período que as Sociedades Investidas efetivamente já haviam sido adquiridas.

Acreditamos que as despesas gerais e administrativas em 2010 não representem adequadamente a realidade operacional da Companhia e, por isso, não poderiam ser usadas como indicador capaz de quantificar de modo eficaz a lucratividade da Companhia. Além disso, tais demonstrativos não consideram as sinergias operacionais e a otimização de custos que a Companhia espera obter com a integração das Sociedades Investidas, as quais somente serão apuradas nos exercícios seguintes. Isto posto, acreditamos que o EBITDA Loja é o meio de análise mais correto para permitir a comparação da lucratividade da Companhia com seus Peers.

Análise da margem bruta e EBITDA Lojas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 conforme Demonstrações Financeiras Auditadas, comparado com a Margem EBITDA Loja da Drogasil e Raia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010

| Demonstrações de Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro (R\$ mil) | | | | | | | | |
|--|---------------|---------|-------------|-------------|-----------|-------------|-------------|-----------|
| | BRAZIL PHARMA | | RAIA | | | DROGASIL | | |
| | 2010 | % | 2010 | 2009 | 2008 | 2010 | 2009 | 2008 |
| RECEITA BRUTA | 175.393 | 100,00% | 1.860.077 | 1.594.564 | 1.147.626 | 2.089.002 | 1.787.773 | 1.326.619 |
| DEDUÇÕES (-) | (13.852) | -7,90% | (66.184) | (60.368) | (71.652) | (83.786) | (67.225) | (66.472) |
| RECEITA LÍQUIDA | 161.541 | 92,10% | 1.793.893 | 1.534.196 | 1.075.974 | 2.005.216 | 1.720.548 | 1.260.147 |
| CUSTO MERC. VENDIDAS (111.046) | | -63,31% | (1.335.704) | (1.176.155) | (800.253) | (1.486.761) | (1.296.649) | (957.471) |
| CMV (-) (124.953) | | -71,24% | (1.335.704) | (1.176.155) | (820.804) | (1.526.818) | (1.321.698) | (965.989) |
| Ajuste de bonificações (+) 3.648 | | 2,08% | | | 20.351 | 40.057 | 25.049 | 8.518 |
| Ajustes s/ lucro não realizado contr. adquiridas (+) 10.259 | | 5,85% | | | | | | |
| LUCRO BRUTO | 50.495 | 28,79% | 458.189 | 358.041 | 275.721 | 518.455 | 423.899 | 302.676 |
| % Margem Bruta | 28,79% | | 24,63% | 22,45% | 24,02% | 24,82% | 23,71% | 22,82% |
| DESPESAS OPERACIONAIS (-) (33.356) | | -19,02% | (292.472) | (237.221) | (185.671) | (317.663) | (251.094) | (195.747) |
| Vendas (33.356) | | -19,02% | (292.472) | (237.221) | (185.671) | (317.663) | (251.094) | (195.747) |
| LUCRO OPERACIONAL DAS LOJAS | 17.139 | 9,77% | 165.717 | 120.820 | 90.050 | 200.792 | 172.805 | 106.929 |
| % Margem EBITDA Loja | 9,77% | | 8,91% | 7,58% | 7,85% | 9,61% | 9,67% | 8,06% |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Brazil Pharma S.A, Raia S.A. e Drogasil S.A. arquivadas na CVM

A Companhia apresentou uma margem bruta ajustada⁶ de 28,79% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparado com uma média ponderada de 24,73% das Peers para o mesmo período, o que significa dizer que a Companhia possuía uma margem bruta 406 pontos base maior que a margem bruta das Peers neste período. Segundo a Companhia, esta diferença decorreu de uma maior participação de genéricos no mix de produtos das lojas da Companhia e do seu posicionamento geográfico em regiões de menor competição.

Em contrapartida, as despesas com vendas da Companhia representaram 19,02% de sua receita bruta, contra uma média ponderada de 15,45% das Peers. Isso se deve ao fato de a Companhia ter 60,0% de suas lojas em processo de maturação (inauguradas há menos de 3 anos), comparado com uma média de 40,8% das Peers. Mesmo assim, a Margem EBITDA Loja da Companhia foi de 9,77%, superior à média ponderada de 9,28% das Peers. Acreditamos

⁶ A margem bruta ajustada é a diferença entre a receita líquida da Companhia e o CMV acrescido do ajuste de bonificações e do ajuste sobre o lucro não realizado de controladas adquiridas.

que, nas mesmas condições e dinâmica do mercado atual, a maturação das lojas deverá proporcionar uma natural diluição das despesas de vendas com uma conseqüente expansão da Margem EBITDA Loja da Companhia, fazendo com que a Companhia se destaque superando ainda mais a Margem EBITDA Loja das Peers.

Dados relativos ao resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2011

A Companhia monitora e acompanha os resultados de suas Sociedades Investidas e as tendências para o ano de 2011, e julga importante analisar os seus resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Demonstrativo de Resultados Auditados da Amostra para o período de três meses findo em 31 de março de 2011

| Demonstrações de Resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011 (R\$ mil) | | |
|---|--|-------------------|
| | BRAZIL PHARMA 2011 | % |
| RECEITA BRUTA | 173.265 | 100% |
| | DEDUÇÕES (-) | (12.493) -7,21% |
| RECEITA LÍQUIDA | 160.772 | 92,79% |
| | CUSTO MERC. VENDIDAS | (105.801) -61,06% |
| | CMV (-) | (105.801) -61,06% |
| LUCRO BRUTO | 54.971 | 31,73% |
| <i>% Margem Bruta</i> | <i>31,73%</i> | |
| | DESPEAS OPERACIONAIS (-) | (51.677) -29,83% |
| | Vendas | (34.616) -19,98% |
| | Gerais e Administrativas | (14.766) -8,52% |
| | Depreciações e amortizações | (4.494) -2,59% |
| | Outras Receitas Operacionais Líquidas | 2.199 1,27% |
| LUCRO OPER. ANTES RESULT. FINANC. | 3.294 | 1,90% |
| | RESULTADO FINANCEIRO | (2.133) -1,23% |
| LUCRO ANTES DO IR/CSSL | 1.161 | 0,67% |
| | IR e CSSL (-) | (2.852) -1,65% |
| LUCRO LÍQUIDO ANTES PART. NÃO-CONTROLADORES | (1.691) | -0,98% |
| | ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES | (432) -0,25% |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (2.123) | -1,23% |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Brazil Pharma S.A

Análise da margem bruta e EBITDA Lojas da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2011 conforme Demonstrações Financeiras Auditadas

| Demonstrações de Resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011 (R\$ mil) | | |
|--|---|-------------------|
| | BRAZIL PHARMA 2011 | % |
| RECEITA BRUTA | 173.265 | 100% |
| | DEDUÇÕES (-) | (12.493) -7,21% |
| RECEITA LÍQUIDA | 160.772 | 92,79% |
| | CUSTO MERC. VENDIDAS | (105.595) -60,94% |
| | CMV (-) | (105.801) -61,06% |
| | Ajuste de bonificações (+) | 206 0,12% |
| | Ajustes s/ lucro não realizado controladas adquiridas (+) | - 0,00% |
| LUCRO BRUTO | 55.177 | 31,85% |
| <i>% Margem Bruta</i> | 31,85% | |
| | DESPESAS OPERACIONAIS (-) | (34.616) -19,98% |
| | Vendas | (34.616) -19,98% |
| LUCRO OPER. ANTES RESULT. FINANC. | 20.561 | 11,87% |
| <i>% Margem EBITDA Loja</i> | 11,87% | |

Fonte: Demonstrações Financeiras da Brazil Pharma S.A

A Companhia apresentou uma margem bruta ajustada de 31,85% no período de três meses findo em 31 de março de 2010. Segundo a Companhia, esta diferença decorreu de uma maior participação de genéricos no mix de produtos das lojas da Companhia e do seu posicionamento geográfico em regiões de menor competição.

Em contrapartida, as despesas com vendas da Companhia representaram 19,98% de sua receita bruta. Isso se deve ao fato de a Companhia ter 63,2% de suas lojas em processo de maturação (inauguradas há menos de 3 anos), comparado com uma média de 40,8% das Peers. Mesmo assim, a Margem EBITDA Loja da Companhia foi de 11,87%. Acreditamos que, nas mesmas condições e dinâmica do mercado atual, a maturação das lojas deverá proporcionar uma natural diluição das despesas de vendas com uma consequente expansão da Margem EBITDA Loja da Companhia, fazendo com que a Companhia se destaque superando ainda mais a Margem EBITDA Loja das Peers.

5. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS MARGENS

A seguir efetuamos uma análise de sensibilidade do comportamento da margem EBITDA da Companhia para um cenário de longo prazo, quando as Sociedades Investidas estiverem integradas, assim como seus Peers, a partir da Margem EBITDA Loja da Companhia e das despesas gerais e administrativas das Peers, pelas seguintes razões:

1. As despesas gerais e administrativas da Companhia retiradas das Demonstrações Financeiras Auditadas não representam percentual da receita bruta adequado, pois além das despesas gerais e administrativas associadas ao suporte das atividades operacionais e *back-office* das Sociedades Investidas, tais como compras, recursos humanos, contabilidade e administração financeira, também estão considerados os investimentos na qualificação da estrutura de tecnologia e

as despesas de holding, tais como custos de fusões e aquisições, incluindo, mas não se limitando a, despesas com auditoria, *due diligence* legal e contábil, viagens e hospedagens para todo o exercício de 2010, enquanto as receitas das Sociedades Investidas só foram consideradas a partir da data da efetiva aquisição.

2. Acreditamos que a atual Margem EBITDA Loja da Companhia seja menor do que as margens que serão obtidas por meio da Brazil Pharma através da materialização das sinergias operacionais e otimização de custos que a Companhia espera obter com a integração das Sociedades Investidas. Por exemplo, acreditamos que a significativa escala e a abrangência nacional da Companhia lhe sejam favoráveis na negociação de acordos comerciais com os fornecedores.

Devido aos fatores mencionados acima, optamos por utilizar as despesas gerais e administrativas das Peers na análise de sensibilidade da Margem EBITDA da companhia, conforme demonstrado abaixo.

Assim sendo, as variáveis utilizadas para a sensibilidade da margem EBITDA da Companhia foram a variação da Margem EBITDA Loja da Companhia vis-à-vis a variação de despesas gerais administrativas das Peers. Para o meio da faixa, utilizamos a Margem EBITDA Loja da Companhia, de 9,77%, com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia para o exercício de 2010, e a média ponderada das despesas gerais e administrativas das Peers para o mesmo período, de 3,78%. Então, para gerar a sensibilidade da margem EBITDA, ambos os vetores sofreram uma variação de 50 pontos base para cima ou para baixo, com dois desvios, de forma a sensibilizar a variação da margem EBITDA em função de uma possível contribuição que a maturação das lojas poderá proporcionar na diluição das despesas de vendas e da otimização de despesas gerais e administrativas.

O quadro a seguir apresenta o impacto destas variáveis na margem EBITDA da Companhia.

| | | Margem EBITDA Loja | | | | |
|---|-------|--------------------|-------|-------|--------|--------|
| | | 8,77% | 9,27% | 9,77% | 10,27% | 10,77% |
| Despesas Gerais e Administrativas das Peers | 4,78% | 4,0% | 4,5% | 5,0% | 5,5% | 6,0% |
| | 4,28% | 4,5% | 5,0% | 5,5% | 6,0% | 6,5% |
| | 3,78% | 5,0% | 5,5% | 6,0% | 6,5% | 7,0% |
| | 3,28% | 5,5% | 6,0% | 6,5% | 7,0% | 7,5% |
| | 2,78% | 6,0% | 6,5% | 7,0% | 7,5% | 8,0% |
| | | | | | | |

Margem Média: 6,0%
Margem Máxima: 8,0%
Margem Mínima: 4,0%

*Percentual da média ponderada das Despesas Gerais e Administrativas das Peers para o ano de 2010 sobre a receita bruta das mesmas.

6. TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

A Companhia pretende desenvolver seus negócios através do crescimento do número de lojas das Sociedades Investidas e pela aquisição de outras redes de drogarias. Desta forma, apresentamos um cálculo de TIR que leva em consideração o preço de aquisição das Sociedades Investidas, com base no múltiplo médio atual referente às aquisições das Sociedades Investidas de 7,4x o EBITDA corrente no momento da aquisição, conforme informado pela Companhia.

A experiência da Companhia na aquisição das atuais Sociedades Investidas aqui mencionada e o elevado número de rede de drogarias (pulverização do mercado) indicam um múltiplo de aquisição relativo à margem EBITDA variável de acordo com o tamanho, região de atuação e lucratividade das companhias. O crescimento natural das receitas e, portanto, do EBITDA das redes de drogarias, deve-se à expansão do mercado farmacêutico no Brasil, à maturação das atuais lojas com menos de 3 anos e à diluição de custo. Para fins deste Estudo Técnico, utilizamos uma taxa média de crescimento nominal de 12,4% a.a., que é a média de crescimento do comércio varejista de medicamentos brasileiro no período entre 1996 e 2010.

Para efeitos do cálculo da TIR, assumimos um múltiplo de aquisição variável entre 6,4x e 8,4x o EBITDA da Sociedade Investida adquirida e a perpetuidade da mesma ao final de 5 anos a diferentes múltiplos. O EBITDA das Sociedades Investidas foi projetado por um período de 5 anos com um crescimento médio anual e nominal de 12,4% a.a., que é a taxa média de crescimento nominal do setor no período entre 1996 e 2010.

Foi considerado um retorno esperado no final do sexto ano calculado com base no múltiplo EV/EBITDA (último ano) variando entre 11,4x e 13,4x o EBITDA das Sociedades Investidas, sendo o meio desta faixa o múltiplo médio do mercado das Peers, conforme cotação do preço das ações em 31 de março de 2011. Então, para gerar a sensibilidade do TIR, ambos os vetores sofreram uma variação de 100 pontos base para cima ou para baixo, a fim de sensibilizar o múltiplo de mercado da perpetuidade em 5 anos.

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos e uma análise de sensibilidade em relação ao múltiplo de entrada e o múltiplo de perpetuidade ao final de 5 anos.

Análise de Sensibilidade - Taxa Interna de Retorno Real Esperada na Aquisição e Venda de Sociedades Investidas com crescimento médio anual e nominal de 12,4% a.a.

| | | Múltiplo de Entrada* | | | | |
|----------------------------------|-------|----------------------|-------|-------|-------|-------|
| | | 9,4x | 8,4x | 7,4x | 6,4x | 5,4x |
| Múltiplo de Perpetuidade** | 10,4x | 14,8% | 17,4% | 20,5% | 24,0% | 28,4% |
| | 11,4x | 16,9% | 19,6% | 22,7% | 26,3% | 30,7% |
| | 12,4x | 18,9% | 21,6% | 24,8% | 28,5% | 33,0% |
| | 13,4x | 20,8% | 23,5% | 26,7% | 30,5% | 35,0% |
| | 14,4x | 22,5% | 25,3% | 28,6% | 32,4% | 37,0% |

TIR Média: 24,8%
TIR Máxima: 37,0%
TIR Mínima: 14,8

*Múltiplo médio real das aquisições das Sociedades Investidas, segundo a Companhia

**Média de mercado Drogasil e Raia baseado na cotação média de 31 de março de 2011

Além disso, fizemos a mesma análise de sensibilidade utilizando o EBITDA da Companhia projetado pelo mesmo período com uma taxa média de crescimento nominal equivalente a 11,1% a.a., que é a taxa de crescimento do PIB no período entre 1996 e 2010.

Análise de Sensibilidade - Taxa Interna de Retorno Real Esperada na Aquisição e Venda de Sociedades Investidas com crescimento médio anual e nominal de 11,1% a.a.

| | | Múltiplo de Entrada* | | | | |
|----------------------------|-------|----------------------|-------|-------|-------|-------|
| | | 9,4x | 8,4x | 7,4x | 6,4x | 5,4x |
| Múltiplo de Perpetuidade** | 10,4x | 13,5% | 16,1% | 19,1% | 22,6% | 26,9% |
| | 11,4x | 15,6% | 18,2% | 21,3% | 24,9% | 29,2% |
| | 12,4x | 17,5% | 20,2% | 23,3% | 27,0% | 31,4% |
| | 13,4x | 19,4% | 22,1% | 25,3% | 29,0% | 33,5% |
| | 14,4x | 21,1% | 23,9% | 27,1% | 30,8% | 35,4% |

TIR Média: 23,3%
TIR Máxima: 35,4%
TIR Mínima: 13,5%

*Múltiplo médio real das aquisições das Sociedades Investidas, segundo a Companhia.

**Média de mercado Drogasil e Raia baseado na cotação média de 31 de março de 2011.

7. CONCLUSÃO

Com relação ao estudo em epígrafe, a APSIS declara que considera a metodologia e premissas utilizadas, adequadas ao entendimento do negócio, seu mercado de atuação, geração de caixa, e riscos e incertezas associados.

Estando o relatório concluído, composto por 23 (vinte e três) folhas digitadas e extraído em 04 (quatro) vias originais, a APSIS Consultoria Empresarial Ltda., CREA/RJ 82.2.00620-1 e CORECON/RJ RF/2.052-4, empresa especializada em avaliação, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011.


AMILCAR DE CASTRO
Diretor


FELLIPE FRANCO ROSMAN
Gerente de Projetos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

brazil
pharma⁺